



Cristina Scheibe Wolff
Jair Zandoná
Soraia Carolina de Mello
[orgs.]



MULHERES DE LUTA



FEMINISMO E ESQUERDAS NO BRASIL



(1964 - 1985)

MULHERES DE LUTA

FEMINISMO E ESQUERDAS NO BRASIL (1964-1985)

Editora Appris Ltda.

1.ª Edição - Copyright© 2019 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

M956m Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985) /
2019 [recurso eletrônico] / Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná, Soraia
 Carolina de Mello (Organizadores). - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.
 1 arquivo - (Educação e direitos humanos: diversidade de
 gênero, sexual e étnico-racial)

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-473-4050-6

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Mulheres na política. 3. Feminismo.
I. Scheibe, Wolff, Cristina (org.). II. Zandoná, Jair (org.). III. Mello, Soraia
Carolina de (org.). IV. Título. V. Série.

CDD - 305.4

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Cristina Scheibe Wolff
Jair Zandoná
Soraia Carolina de Mello

MULHERES DE LUTA

FEMINISMO E ESQUERDAS NO BRASIL (1964-1985)

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia - UFPR Edmeire C. Pereira - UFPR Iraneide da Silva - UFC Jacques de Lima Ferreira - UP Marilda Aparecida Behrens - PUCPR
ASSESSORIA EDITORIAL	Alana Cabral
REVISÃO	Bruna Fernanda Martins
PRODUÇÃO EDITORIAL	Lucas Andrade
DIAGRAMAÇÃO	Jhonny Alves dos Reis
CAPA	Marina Moros
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Débora Nazário Karla Pipolo Olegário
LIVRARIAS E EVENTOS	Estevão Misael
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUAL E ÉTNICO-RACIAL

DIREÇÃO CIENTÍFICA Toni Reis

CONSULTORES	Daniel Manzoni (UFOP)	Tereza Cristina (UFBA)
	Belidson Dias (UBC Canadá)	Jucimeri Silveira (PUC-SP)
	Jaqueline Jesus (UNB)	Marcelo Victor (UFMS)
	Leonardo Lemos (Unicamp)	Cristina Camara (IFCS/UF RJ)
	Wanderson Flor do Nascimento (UNB)	Vera Marques (Unisinos)
	Marie Lissette (The American)	Antonio Pádua (UF RJ)
	Guilherme Gomes (PUCRS)	Lindamir Casagrande (UTFPR)
	Cleusa Silva (Unicamp)	Sérgio Junqueira (Univ. Pontifícia Salesiana-Roma-Itália)
	Mario Bernardo (UF RJ)	Helena Queiroz (Universidad de La Empresa-Montevidéu)
	Alexandre Ferrari (UFF)	Moisés Lopes (UNB)
	Araci Asinelli (UFPR)	Marco José de Oliveira Duarte (UERJ)
	Fabio Figueiredo (PUCMG)	Marcio Jose Ornat (UEPG)
	Grazielle Tagliamento (USP)	
	Magda Chinaglia (Unicamp)	
	Miguel Gomes Filho (Faed-UF GD)	

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às agências financiadoras, à Capes e, indiretamente, ao CNPq, que, juntamente à UFSC, à UEPG e à UFC, proporcionaram os meios necessários para a realização das pesquisas cujos resultados compõem este volume. Queremos agradecer às pessoas que integram a equipe do Projeto Mulheres de Luta, pela dedicação, pelo empenho e comprometimento com a pesquisa. Igualmente, estendemos nossos agradecimentos às pessoas que trabalham nos arquivos aos quais tivemos acesso, bem como à generosidade das entrevistadas e dos entrevistados que aceitaram colaborar conosco.

SUMÁRIO

FEMINISMOS PLURAIS, MULHERES DE LUTA	8
<i>Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná e Soraia Carolina de Mello</i>	
“O FEMINISMO VEIO PARA FICAR... NÓS NÃO VAMOS SAIR MAIS”	16
<i>Tamy Amorim da Silva</i>	
EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DA SEGUNDA ONDA FEMINISTA BRASILEIRA: ORGANIZAÇÕES SOB VIGILÂNCIA NO CEARÁ	35
<i>Ana Rita Fonteles Duarte, Sarah Pinho da Silva e Elyssan Frota dos Santos</i>	
LUTA E RESISTÊNCIA POLÍTICA: A IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA NOS ANOS 1970 E 80	56
<i>Barbara Popadiuk, Elaine Schmitt e Karina Janz Woitowicz</i>	
LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER? FEMINISMOS, DOMESTICIDADE E CONFLITO SOCIAL NO BRASIL (1964-1990)	75
<i>Soraia Carolina de Mello</i>	
MULHERES NAS LUTAS SINDICAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO NOVO SINDICALISMO E DAS BANCÁRIAS (1978 -1985)	99
<i>Luciana Carlos Geroleti</i>	
UMA VISÃO HOLÍSTICA DA DEMOCRACIA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL (1960-1980)	121
<i>Gleidiane de Sousa Ferreira, Tauana Olívia Gomes Silva</i>	
MULHERES INDÍGENAS, MULHERES DE LUTA: TERRA, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA	143
<i>Juliana Salles Machado, Isabele Soares Parente, Jozileia Daniza Jacodsen e Marcelo Gonzalez Fagundes</i>	
MULHERES RURAIS EM LUTA NO FINAL DA DITADURA	166
<i>Giovana Ilka Jacinto Salvaro e Larissa Viegas de Mello Freitas</i>	
SER LÉSBICA NA DITADURA: VIDA E MILITÂNCIA SOB ESTADO DE EXCEÇÃO	185
<i>Binah Ire, Camila Diane Silva e Maria Helena Lenzi</i>	

“QUEREMOS SER O QUE SOMOS”: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL (1964-1985)	209
<i>Luiz Augusto Possamai Borges, Lara Lucena Zacchi e Jair Zandoná</i>	
A TODO VAPOR: REVOLUÇÃO SEXUAL E DESBUNDE	233
<i>Alina Nunes e Cristina Scheibe Wolff</i>	
UMA HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL POR MEIO DO HUMOR GRÁFICO (1976-1984)	254
<i>Cintia Lima Crescêncio e Erica Dantas Brasil</i>	
MULHERES BRASILEIRAS NO EXÍLIO FRANCÊS: CONFLITOS, RUPTURAS E TRANSFORMAÇÕES DAS SUAS MILITÂNCIAS	280
<i>Eloisa Rosalen</i>	
MULHERES MILITANTES DE ESQUERDA NA DITADURA BRASILEIRA	303
<i>Luísa Dornelles Briggmann e Cristina Scheibe Wolff</i>	
ARTE, POLÍTICA E FEMINISMO: AS IMAGENS DA RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA DITADURA	323
<i>Isabela Fuchs e Alina Nunes</i>	
FREIRAS NA LUTA CONTRA A DITADURA NO BRASIL	347
<i>Isa Maria Moreira Liz</i>	
CRIANDO LAÇOS, FAZENDO REDES: OS ENCONTROS E ARTICULAÇÕES A PARTIR DAS NARRATIVAS DE FEMINISTAS BRASILEIRAS	362
<i>Claudia Regina Nichnig</i>	
O ACERVO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA – LEIGH: PESQUISAS E HISTÓRIAS FEMINISTAS	384
<i>Binah Ire e Janine Gomes da Silva</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	407
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	422
REALIZAÇÃO E APOIO	430

FEMINISMOS PLURAIS, MULHERES DE LUTA

Cristina Scheibe Wolff

Jair Zandoná

Soraia Carolina de Mello

O projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”¹ foi uma proposta de pesquisa elaborada para o Edital Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais – da Capes, lançado em 2015 justamente para apoiar projetos que enfocassem

processos e episódios [...] que, ao longo da história brasileira do período republicano, tenham sido expressão da conflitividade social e significativos para o entendimento da construção do Estado e da sociedade brasileira, com valorização de episódios pouco estudados da história brasileira.

Ao tomarmos ciência do Edital, imediatamente pensamos na necessidade de trazer a temática do feminismo e dos movimentos de mulheres como um conflito social fundamental para a construção do Brasil contemporâneo.

O projeto nasceu também a partir das pesquisas do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, que, desde 2005, tem investigado o período da ditadura brasileira e, desde 2007, das ditaduras dos países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). Essas pesquisas se deram a partir de uma perspectiva de gênero, buscando compreender a participação das mulheres nos movimentos de resistência, os usos do gênero nos discursos da resistência, os movimentos feministas e suas relações com a resistência e a esquerda, a partir do que batizamos como projeto “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul” (PEDRO; WOLFF, 2010; PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011). Este livro é um dos principais resultados² do projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”. O projeto partiu da noção de que o feminismo tem sido um conflito social importante na sociedade brasileira, que se consolidou especialmente na sua interação com grupos de esquerda durante o período da Ditadura (1964-1985).

Partimos de uma concepção de conflito social que abrange não somente as lutas por condições materiais de existência e lutas políticas no sentido tradicional, mas também lutas por mudanças culturais e lutas contra hie-

¹ Este projeto foi contemplado pelo Edital 12/2015 Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), do Programa “Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais”, Processo 88887.130836/2016-00, sob coordenação geral de Cristina Scheibe Wolff.

² Além de um *webdocumentário*, em breve disponível no sítio do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, www.legh.cfh.ufsc.br.

rarquias e preconceitos, em especial os construídos a partir do gênero. Ou seja, entendemos que o feminismo é não apenas movimento social organizado civilmente, mas também uma crítica social e cultural que problematiza algumas naturalizações acerca das hierarquias de gênero. Essas inserções dos feminismos estariam comprometidas com uma leitura crítica dessas hierarquias e das desigualdades marcadas pelo gênero, mas também das demais exclusões articuladas em experiências históricas como as que marcam a sociedade brasileira, tais como as de classe, as de raça e as regionais. Nesse sentido, o feminismo como conflito social nos possibilita pensar a forma com que diferentes esferas da vida – públicas e privadas, sociais e subjetivas – foram (são) passíveis de um olhar menos dicotômico, mais crítico e em escala cotidiana; e, por sua vez, de serem vistas como constituidoras de memórias e histórias. É exatamente nessa constituição que entendemos que está a potencialidade de pensar as mulheres engajadas nas lutas sociais que articularam as lutas e pensamentos feministas e de esquerda no período de 1964 a 1985.

Pensar as associações do pensamento e da luta feminista em contextos como os da ditadura militar (1964-1985) no Brasil é compreender as suas múltiplas relações com outras lutas sociais que emergiram e se realizaram nesse momento, em especial às que se estabeleceram na identificação com os ideários das esquerdas, mas também as lutas do meio rural, antirracistas, dos povos indígenas, dos grupos LGBTQ+, e setores culturais como as artes, a imprensa, o humor.

Nosso objetivo é analisar os feminismos e os movimentos de mulheres percebendo a especificidade da sua emergência no Brasil no período da ditadura civil-militar e suas interfaces com as organizações e movimentos de enfrentamento da ditadura: partidos, organizações armadas, movimentos de familiares de presos e desaparecidos, grupos de exiladas/os, entre outros movimentos que constituíram diferentes frentes de lutas políticas contra o regime militar.

A pesquisa problematizou a história dos feminismos no Brasil, nos anos da Ditadura, investigando como as mulheres que protagonizaram essas lutas estiveram ligadas a movimentos e grupos da esquerda e da resistência de maneira ampla, buscando dados quantitativos e qualitativos sobre essa interação e analisando as trajetórias pessoais e políticas de mulheres e de grupos de mulheres, na sua construção enquanto feministas.

A partir dessa perspectiva, é possível refletir acerca dos feminismos brasileiros de nossa geração, como movimentos e fenômenos de caráter conflituoso não apenas porque foram atravessados pela resistência organizada, armada ou não, à ditadura civil-militar, mas também por sua apro-

priação de teorias feministas materialistas que nos permitem compreender o feminismo como uma luta do âmbito cultural, mas também material. O fenômeno que teóricas feministas atualmente identificam como feminização da pobreza, as desigualdades salariais, as violações de direitos de propriedade das mulheres, assim como o trabalho reprodutivo gratuito que as mulheres historicamente prestam para o bem de toda a sociedade, são questões amparadas por ampla bibliografia que nos levam a ponderar sobre o quão material essas “questões culturais” das mulheres também são e, simultaneamente, como os conflitos de base material, como os de classe, também são sustentados por questões do âmbito cultural, identificadas na teoria marxista como ideológicas. Teóricas da linha do feminismo materialista francês (SCAVONE, 2007) foram lidas e discutidas pelas feministas brasileiras da geração dos 1970 (PEDRO; WOLFF, 2007; BORGES, 2013) e, por meio da apropriação do conceito de exploração capitalista para uma noção de exploração patriarcal, voltada exclusivamente para as mulheres (DELPHY, 1978), buscaram problematizar os debates feministas como questões mais materiais do que culturais.

Ao mesmo tempo, uma análise dos feminismos do período como movimentos de caráter apenas cultural também nos encaminha para a noção de conflito. A ideia de que “o pessoal é político” – que foi proeminente nos feminismos internacionais do período e no Brasil, em muitos momentos, foi preterida em função das lutas gerais – rendeu seus frutos e conquistas também por aqui, o que não ocorreu sem tensões e resistências. Conquistas como o direito ao divórcio, direitos individuais (ao trabalho sem autorização do esposo, à propriedade, às decisões familiares e sobre as/os filhas/os) da mulher casada, a extinção dos crimes de defesa da honra, o reconhecimento do crime de estupro, a criação das delegacias especiais de proteção às mulheres, entre outras, deram-se no período do recorte temporal da pesquisa e em tributo às mobilizações feministas. Outros direitos conquistados mais recentemente, como a possibilidade de aposentadoria para donas de casa, são também tributários das mobilizações feministas que emergem na década de 1970. Ao acompanhar a história dessas conquistas, percebe-se que elas não se deram sem conflitos no âmbito público e privado: debates em grandes meios de comunicação, preocupações de órgãos religiosos e governamentais, demonstram que as relações desiguais de gênero e a luta contra essas disparidades são sempre conflituosas.

Partindo dessas trajetórias, buscamos a atuação das mulheres em diferentes espaços políticos, culturais e institucionais, procurando entender como essas mulheres se tornaram feministas, isto é, em que lugar social elas estavam quando puderam enunciar sua revolta frente às limitações que sofriam “por serem mulheres” e quando criaram algum espaço de

enunciação coletiva para essa revolta por intermédio de jornais, grupos, manifestos, reuniões, grupos de consciência, grupos de estudos, entre outros. Nossa intenção de pesquisa guarda também um vínculo com as questões atuais que atravessam a sociedade brasileira: as lutas feministas ainda não terminaram. Ao nos voltarmos à memória desses movimentos, de suas militantes, sua produção bibliográfica e periódica, é possível historicizar o caráter conflituoso dos feminismos brasileiros do período e refletir sobre seu protagonismo em diferentes questões que são centrais para nossa sociedade ainda hoje. Se hoje temos espaços e direitos profissionais, sociais, políticos e culturais muito significativos, conquistados por essas mulheres de luta, a desigualdade de gênero marca ainda de forma muito proeminente a sociedade brasileira, como comprovam as estatísticas sobre renda, violência e participação na política.

Além disso, entendemos que pensar o feminismo enquanto conflito social é alargar as potencialidades das reflexões e críticas feministas sobre a historiografia brasileira, como também é uma possibilidade de ampliar a compreensão social sobre o que é o feminismo e quais os diferentes espaços de disputa que constituem as lutas feministas na sua historicidade. Entendemos, desse modo, que essa pesquisa traz importantes colaborações para complexificar a história do engajamento das mulheres nas lutas sociais, em especial daquelas que questionaram as hierarquias de gênero e assumiram-se feministas, e das que acreditaram nos ideários de esquerda e resistiram à ditadura civil-militar.

De caráter interdisciplinar e interinstitucional, o projeto envolveu, além do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), além da colaboração de alunas e professoras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da University of Nottingham (Inglaterra) e da Université Rennes 2 (França).

Sem o conhecimento, as fontes de pesquisa e a experiência acumuladas dos projetos anteriores do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), a execução do “Mulheres de luta...” do modo como ocorreu seria impossível. Da mesma maneira, o Instituto de Estudos de Gênero e o Seminário Internacional Fazendo Gênero desempenharam importante apoio, se considerarmos, por exemplo, as entrevistas que foram realizadas com

participantes do evento em 2017, edição que ocorreu conjuntamente ao 13.º Mundos de Mulheres, ou como as equipes desses diferentes espaços colaboraram de diferentes modos para o projeto. É por isso que, apesar do financiamento direto vir apenas da Capes, agradecemos indiretamente também ao CNPq, no apoio aos eventos e a projetos vinculados ao LEGH, que possibilitou de diferentes modos o acúmulo de debates, fontes, bibliografia e produção que alicerçaram o “Mulheres de luta...”.

Para realizar esse projeto adotamos uma metodologia de trabalho em equipe, que se articulou em múltiplas pequenas equipes. Iniciamos criando uma lista de temáticas sobre os feminismos em suas relações com as esquerdas e os movimentos sociais no período da Ditadura e começamos a formar equipes com estudantes de graduação e pós-graduação envolvidas/os no LEGH, e também a convidar pesquisadoras de outras instituições, para além da UFSC, UFC e UEPG, para colaborar em áreas de seu domínio. Todas as pesquisadoras tiveram acesso ao acervo do LEGH, tanto ao de entrevistas quanto ao acervo constituído por pesquisas em arquivos. Foram efetuadas novas entrevistas, a sua maioria em vídeo, bem como também foram realizadas novas pesquisas em diversos arquivos, os quais estão citados ao longo dos capítulos do livro. Aos poucos os grupos de pesquisa foram se solidificando, primeiro em torno da produção do material para o webdocumentário e, depois, com a escrita dos capítulos deste livro. Cada capítulo foi lido e discutido pela equipe geral, e reformulado a partir dos comentários e discussões resultantes desses encontros.

Uma das questões fundamentais que enfrentamos ao longo da pesquisa foi a da centralização de grande parte da produção bibliográfica sobre o feminismo brasileiro na região Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Fomos procurando trazer elementos de outras regiões na maior parte dos textos. Nossa equipe incluiu pessoas de três regiões do país: Sul, Centro-Oeste e Nordeste. Sabemos que muito ficou ainda por ser explorado, mesmo nessas regiões, e que a região Norte praticamente não foi contemplada em nossa pesquisa. Temos muito ainda o que pesquisar!

Outra questão muito importante foi a decisão de incluir na pesquisa grupos de mulheres que não se denominavam, à época da Ditadura, como feministas. E nem sempre se constituíam como grupos de mulheres. Foi o caso por exemplo das Mulheres Indígenas, das Mulheres Negras, das Mulheres Camponesas e das Mulheres Lésbicas. Cada um desses grupos ganhou um capítulo e um trecho do webdocumentário. Como se sabe, a história se constrói retroativamente, do presente para o passado, e esses grupos de mulheres são constituintes do que se chama hoje de feminismo no Brasil. Vejam, por exemplo, o vídeo sobre a “Marcha Mundos de Mulheres

por Direitos”³, que foi organizada por ocasião do 13.º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, em Florianópolis, Santa Catarina, de 30 de julho a 4 de agosto de 2017. Como se vê no vídeo, os feminismos atuais são plurais e interseccionais. A marcha organizada em torno de um evento com sede na Universidade Federal de Santa Catarina congregou diversos movimentos de mulheres, com cunho feminista: sindicalistas, mulheres indígenas, mulheres negras, lésbicas, estudantes, camponesas, professoras, artistas e muitas outras. Homens também se juntaram a nós naquela marcha e no evento, que consideramos uma excelente amostra dos movimentos atuais.

Mas o que mostramos neste livro é que essa pluralidade e interseccionalidade não começaram agora, somente a partir do que tem sido chamado de movimentos feministas contemporâneos ou jovens, a partir das Marchas das Vadias, da Primavera Feminista. Nos anos 1960 a 1980, muitas mulheres estavam na luta de resistência à ditadura, na luta pela construção da democracia, em suas lutas cotidianas, em suas lutas pelo reconhecimento de seu trabalho, de sua existência, de seus direitos. Se naquele momento não se poderia falar de um feminismo indígena, isso não implica não podermos recuperar as lutas das mulheres indígenas por seu reconhecimento e pela demarcação de suas terras. Se naquele momento as camponesas não se diziam feministas, não se pode negar a luta do Movimento de Mulheres Agricultoras (hoje Movimento de Mulheres Camponesas) pelos seus direitos. Se então as mulheres negras deram prioridade à luta contra o racismo por meio do movimento negro, para compreender a trajetória do que hoje podemos chamar de feminismo negro, é preciso compreender as lutas de militantes que atuavam e buscavam reconhecimento nas esquerdas, no feminismo e no movimento negro. Ou seja, estamos propondo um olhar diferenciado para os feminismos, feminismos plurais, alicerçados em mulheres de muitas lutas.

Historicamente, podemos observar como as lutas das mulheres que não se identificavam necessariamente como feministas naquele período foram importantes para os feminismos e os constituíram, do mesmo modo que os feminismos foram importantes e constituíram de diferentes modos os grupos de mulheres organizadas que não se viam como feministas. As diferentes conexões, os embates, negações, tensões e disputas dessas histórias foram abordados no projeto com acuidade teórica, o que pode ser observado nos capítulos do livro, e contribuem para pensarmos as redes, o rizoma que sustenta e articula os feminismos contemporâneos.

Trouxemos também para esta pesquisa outros aspectos da luta das mulheres: a sexualidade, o trabalho doméstico, a militância política de

³ Disponível em: <https://youtu.be/0jq8tU1WUj4>. Acesso em: 28 jul. 2019

esquerda marcada pela luta armada, pela prisão, pela tortura e o exílio, a construção de uma imprensa feminista, os encontros feministas, a repressão e vigilância do Estado aos movimentos de mulheres, a produção de documentários, filmes, cartazes, o humor feminista. Um dos capítulos se centra também na construção histórica dos movimentos homossexuais, que se concatenaram com os feminismos, e dialogaram com eles. As freiras são enfocadas como agentes sociais que marcaram a luta de resistência política daquele período. Finalmente, um dos capítulos trata da própria construção do acervo do LEGH e sua trajetória de pesquisa.

Muitas personagens importantes, temáticas fundamentais, não ganharam capítulos neste livro. Mas certamente virão outros, outras pesquisas, outras equipes, que continuarão pelo período posterior à Ditadura, pela redemocratização.

Trazemos nesta coletânea indagações de central importância não apenas para compreendermos as tensões e disputas nas quais os feminismos estudados emergiram e se constituíram, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, mas também para nos ajudar a compreender as complexas relações imbricadas nos discursos feministas e nos discursos sobre os feminismos da atualidade. Partindo da percepção de que olhamos, analisamos e indagamos o passado com questões do presente, é importante destacar que é em um contexto de profunda polarização política, de ataque às instituições democráticas e de proliferação de ideais conservadores, que este livro foi organizado em um esforço de diálogo que foi promovido, de maneira coletiva, por nosso grupo de pesquisa.

Referências

BORGES, Joana Vieira. *Trajetórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

DELPHY (DUPONT), Christine. O inimigo principal. *In: Liberação da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1978, p. 93-112.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e Círculo de Mulheres brasileiras de Paris. *ArtCultura* (UFU), v. 9, p. 55-70, 2007.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PORTAL CATARINAS. Marcha Mundos de Mulheres por Direitos [Florianópolis, SC, Brasil, 2 de agosto de 2017]. *YouTube*. 10/08/2017. Disponível em: <https://youtu.be/0jq8tU1WUj4>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero e Feministas: um campo científico? *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXXI, 2007, Caxambú. Anais [...]XXXI Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2007, p. 1-23.

“O FEMINISMO VEIO PARA FICAR... NÓS NÃO VAMOS SAIR MAIS”¹

Tamy Amorim da Silva

“Nós viemos pra ficar...” disse Amelinha Teles² durante a entrevista para o projeto Mulheres de Luta realizada em 2017. Ao refletir sobre o movimento feminista numa perspectiva do presente, conta que em 1975 uma operária teria lhe dito essas “sábias palavras” (TELES, 2017, p. 11). Durante a entrevista³, que buscava explorar a trajetória de vida da entrevistada e de sua participação em movimentos de resistência à ditadura, essa frase me fez pensar tanto na longevidade do feminismo quanto na potência e na necessidade dele, algo que buscarei atentar nas páginas que seguem.

Se pensarmos historicamente nos feminismos, como movimento social e político de mulheres contra as opressões de gênero (mas também com suas intersecções de raça, etnia, classe, capacidade física, sexualidade e outras), podemos compreender que eles têm uma longa trajetória, mas não há necessariamente uma só origem. Existiram diversas mulheres que questionaram as injustiças às quais eram submetidas pelo fato de serem mulheres, algumas são conhecidas por seus escritos, como Christine de Pisan, com *A cidade das damas* (1405); Olympe de Gouges, guilhotinada na França por ser uma revolucionária em 1793, escritora da *Declaração dos direitos das mulher e da Cidadã* (1791); Mary Wollstonecraft na Inglaterra, com *A reivindicação dos direitos da mulher* (1792), obra traduzida no Brasil pela educadora Nísia Floresta em 1832. Outras tantas poderiam ser citadas, devido ao trabalho de investigadoras feministas que trazem para o público mulheres importantes que foram ocultadas por uma ciência masculina que se entendia como neutra e universal (MELO; THOMÉ, 2018, p. 39-73; SANDEBERG, 2002, p. 89-120; OLIVEIRA, 2018, p. 104-140). Mas também muitas mulheres africanas, asiáticas, ameríndias e latino-americanas se revoltaram ao longo do tempo, sem usar necessariamente a palavra feminista ou feminismo, contra as opressões que viveram.

Se formos atentar para a ideia de movimento enquanto ação coletiva, podemos refletir que os períodos de revolução e de guerras do século XVIII

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

² Maria Amélia de Almeida Teles (1941) é diretora da União de Mulheres de São Paulo, coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares.

³ A entrevista foi realizada por Cintia Lima Crescêncio e Luísa Dornelles Briggmann, com a gravação de imagem feita por Elaine Schmitt e apoio técnico de Tamy Amorim da Silva.

foram cenários de despertar das reivindicações políticas de mulheres em prol de direitos civis. Mas, como nos ensina a historiografia feminista, é no final do século XIX e meados do XX que mundialmente o feminismo se faz visível em torno de pautas antiescravistas, políticas, econômicas e pela educação, concretizando-se enquanto movimento que costumeiramente é chamado de sufragista ou de primeira onda⁴, devido à centralidade da luta pelo direito a votar e ser eleita. Entretanto é possível refletir sobre o feminismo enquanto categoria de análise, teoria e prática, e, segundo Céli Pinto, ele possui também uma característica particular, pois “produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” (PINTO, 2010, p. 12).

A escrita sobre a história do pensamento feminista, como Clare Hemmings salienta, tem sido comumente contada como uma história anglo-americana de perdas ou avanços, recortada por décadas ou ondas, e pautadas por suas categorias de análise como mulher, mulheres e gênero. Um dos problemas sinalizados pela autora é a simplificação das discussões, além de reiterar os feminismos anglo-americanos como matrizes do pensamento, ignorando a existência e possibilidade de outros feminismos (HEMMINGS, 2009). Destaco essa crítica, pois os feminismos, apesar de terem um campo de discussão em comum que está em contínuo fazer-se, não ocorreram em escala linear de tempo ou em forma de atuação. Nesse sentido, o título deste capítulo pode parecer ocultar as contradições e pluralidade do movimento; todavia, quando a entrevistada falou em “nós”, evidenciou também que entende as diferenças, não só dos feminismos de “primeira ou segunda ondas”, mas das próprias mulheres e dos movimentos que emergiram (TELES, 2017, p. 11). E é exatamente por esse prisma que entendo a designação de feminismos como composta de diversas formas de agrupamento, sujeitos e pautas em movimento.

Quando fui convidada a escrever este capítulo me deparei com um duplo desafio: como posso contribuir com os demais trabalhos sobre o assunto? Como abordar os diversos feminismos que emergiram durante a Ditadura no Brasil, sem perder de vista que já tínhamos uma prática feminista anterior? Foi refletindo sobre a entrevista de Amelinha Teles que proponho um sobrevoo na trajetória do movimento feminista brasileiro no período das ditaduras militares (1964-1985), momento em que, durante

⁴ A ideia de primeira e segunda ondas, como chamou atenção Joana Maria Pedro, imprimiu a noção de que as ideias feministas têm formado ondas, com um centro irradiador, geralmente França e Estados Unidos, e suas margens, outras partes do mundo, e essas são divididas em duas, pois comportam ações e pensamentos distintos (PEDRO, 2011, p. 271). A primeira aparece em meados do século XIX e é associada ao sufrágio, a segunda está vinculada a pautas contra o sistema de dominação masculina, à sororidade, ao (re)conhecimento do prazer e do corpo a partir dos olhos das próprias mulheres. Esse recorte foi bastante usado por feministas como uma forma de distanciar o pensamento do início do século XIX, considerado burguês (WOLFF; CRESCÊNCIO; PEDRO, 2016, p. 54).

os anos de repressão, emergiram grupos e pautas significativas e que estão até os dias de hoje circulando entre nossas práticas. Nele atentarei para as principais características dos movimentos feministas no contexto ditatorial, o perfil das mulheres engajadas na luta contra a opressão e tentarei expor a importância do ano de 1975, evidenciado nas narrativas das entrevistadas, mas muitas vezes usado como um marcador de origem dos feminismos (PEDRO, 2006). Para tanto, utilizo entrevistas realizadas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina, acumuladas por meio de vários projetos de pesquisas que salientam a importância revolucionária do pensamento e da ação feminista (SILVA; PEDRO; WOLFF, 2018), assim como referencio algumas autoras que realizaram pesquisas importantes desde a década de 1970 no Brasil. Como historiadora, compreendo que não estou tentando totalizar os diversos segmentos do movimento nesse texto, e, de forma geral, não possuímos a capacidade de esgotar o tema. A proposta de sobrevoo em si indica que alguns locais, grupos e pessoas serão destacados; outros, não. Dessa forma, esperamos que este texto sirva para alavancar outros voos, outras viagens.

Mulheres em movimento durante a ditadura militar no Brasil

Na década de 1960, em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, eclodiram movimentos de contracultura com diferentes formas de contestação como uma reação às guerras, aos conflitos raciais, ao capitalismo e ao stalinismo. Momento que aglutinou milhares de pessoas a se expressarem nas ruas, em grupos de reflexão, por meio da música, da literatura e da teoria social. Globalmente o período foi envolto pela Guerra Fria, entre os países socialistas e seus Estados Unidos e aliados. No Cone Sul, em alguns países já se vivia sob a orientação de governos militares autoritários⁵, apoiados pelos Estados Unidos, por camadas médias e setores das elites nacionais (WOLFF, 2011, p. 139). Foi comum no contexto das ditaduras latino-americanas, que ocorreram entre as décadas de 1950 e 1990, a emergência de organizações armadas contra os regimes instaurados e outros projetos de resistência inspirados nas Revoluções Chinesa (1949) e Cubana (1959). No Brasil, segundo Marcelo Ridenti (2007, p. 28),

⁵ A pesquisa comparativa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História compreende que não se pode pensar as ditaduras e os movimentos de resistência no Cone Sul de forma isolada, sendo primordial levar em consideração que o Paraguai, o Brasil, o Chile, a Bolívia, o Uruguai e a Argentina passaram por governos militares em algum período, entre as décadas de 1950 e 1990. Por esse motivo, as histórias dessas nações, das pessoas que foram entrevistadas, estão conectadas por meio de redes de resistência, de circulação de pensamento, além do que, também, houve uma rede por parte das forças armadas para reprimir pessoas, chamado oficialmente de Projeto Condor (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 41).

ocorreram mais de 40 agrupamentos e organizações clandestinas armadas durante o período ditatorial. Nas últimas décadas, esse contexto de ditaduras vem sendo intensamente registrado pela historiografia como um período de repressão e de cerceamento de liberdades civis. Conforme aponta Marieta Moraes, um impulso acerca do assunto foi dado também com a criação da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso à Informação, em 2011, com a Lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff (MORAES, 2017, p. 98).

É nessa conjuntura de efervescência que o feminismo ressurge no Brasil. É crucial compreender o peso que o regime ditatorial teve na composição das organizações feministas. O golpe de 1964 fez com que o feminismo brasileiro tivesse de lidar com as peculiaridades do período: o medo, a censura, o clima de revolução sexual, a luta constante pela liberdade, pela derrubada do regime e a perspectiva autonomista (PINTO, 2003, p. 45). Além disso, a partir de trabalhos como de Céli Pinto (2003), Cynthia Sarti (1998), Margaret Rago (1995/1996), Sônia Alvarez (2014), Amelinha Teles (1999; 2010; 2015), Joana Maria Pedro (2006; 2010a; 2010b), Cristina Scheibe Wolff (2007; 2010), entre outras autoras, pode-se compreender que o feminismo que emergiu durante a ditadura, a partir do final da década de 1960, ocorreu em meio a uma maior presença de mulheres no mercado de trabalho, nas universidades, nos sindicatos, nos partidos políticos e que refletem o processo de modernização conservadora do país (GOLDBERG, 1987).

Pode-se afirmar que, associadas à luta contra a ditadura e a questões de fundo social, outras pautas se tornaram importantes, como a saúde, o trabalho, a violência, a sexualidade e o aborto (ALVES; PITANGUY, 1985 p. 59). Contudo esses temas e seus pontos de contato indicam zonas de conflito que fazem parte da história dos feminismos brasileiros e, como nos aponta a literatura sobre o assunto, estão associados à ideia da divisão da luta por parte das esquerdas.

Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff têm observado, ao pesquisar as formas em que mulheres se identificaram com o feminismo, não só a questão do conflito entre as discussões consideradas subjetivas e os temas gerais de luta, como também a dificuldade de colocar pautas feministas dentro dos grupos de esquerda. As autoras vêm observando que o processo de se tornar feminista é uma construção que não é realizada de forma fixa, e as investigações mostram que algumas mulheres nesse período passaram a ter contato com o pensamento feminista por meio de leituras ou a partir de conversas com amigas, ao atuarem em organizações de esquerda, em associações de direitos humanos, em grupos de reflexão (no Brasil ou no

exterior⁶), ao participarem de movimentos de contracultura ou em centros de estudos sobre a mulher (PEDRO, 2010, p. 124-127; WOLFF, 2007).

É importante salientar que os feminismos no Brasil não nasceram de forma isolada ou alheia ao contexto mundial, e tampouco podem ser considerados como singulares ou homogêneos, pois havia diversidade de mulheres circulando entre as organizações e nem sempre as pautas e formas de atuação coincidiam com o que esperavam as integrantes (COSTA, 2005, p. 1; ALVAREZ, 2014, p. 23). De forma geral, é devido à compreensão de que a inclusão das mulheres somente pela letra da lei, por via das conquistas de direitos, não seria o suficiente para mudar a base patriarcal que mantinham as mulheres estruturalmente subordinadas que fez os movimentos feministas crescerem. Ao enfatizarem questões do cotidiano, do corpo, da sexualidade e da violência sob a bandeira do “pessoal é político”, atentaram para o que não era visibilizado, deslocando assim a tradicional ideia de poder como público, ao salientarem que o privado também era atingido pelo político (COSTA, 2011, p. 175).

A história do feminismo no Brasil vem marcada por narrativas associadas às mulheres que estiveram envolvidas em organizações de esquerda, que foram presas, torturadas, perseguidas. Essa presença em organizações de esquerda e de luta armada, como reflete Cyntia Sarti, apresentava uma transgressão do que culturalmente era esperado para uma mulher (casar e ter filhos), além de se colocarem em oposição ao regime ditatorial, pegando em armas, e, em muitos casos, estavam assumindo um comportamento sexual distinto mesmo sem uma “proposta feminista deliberada” (SARTI, 1998, p. 3). Mulheres de distintas origens sociais fizeram parte de organizações armadas entre as décadas de 1960 e 1970 e, a princípio, a presença delas foi “vantajosa” nas organizações, pois os agentes da repressão tinham mais dificuldades para percebê-las como adversárias de guerra⁷. Como a historiografia sobre a temática vem mostrando, a estimativa de participação de mulheres é de 18% (RIDENTI, 1993); porém o número ainda pode ser maior, se levarmos em conta que esse dado se refere somente às mulheres processadas durante a ditadura.

Apesar de podermos relacionar os feminismos com as mulheres em organizações de esquerda, essa relação não se dava sem contradições. Em um primeiro plano, a própria militância era permeada por discursos de virilidade, além do que o pensamento feminista era visto por muitos como

⁶ Mais questões relacionadas às histórias e vivências dessas militantes durante o exílio podem ser encontradas no capítulo deste livro escrito por Eloisa Rosalen.

⁷ Essas e outras questões referentes à presença de mulheres nas organizações de esquerda durante o período ditatorial são aprofundadas no capítulo deste livro escrito por Cristina Scheibe Wolff e Luísa Dornelles Briggmann.

“pequeno burguês”. Era dupla ameaça: aos homens que perderiam privilégios e à “divisão da luta” contra a ditadura. Mesmo assim, havia a denúncia das próprias mulheres em relação ao sexismo presente nas organizações. Sobre isso, Amelinha Teles – que na década de 1960 já fazia parte do “Partidão” e, com a divisão do partido em 1962, optou pela guerrilha armada – nos conta um pouco da relação com os companheiros no texto “Lembranças de um tempo sem sol...”,

Com o golpe militar, as ações tornaram-se ainda bem mais difíceis. Eu morava e atuava em vilas operárias no meio de uma militância masculina. Apreendi desde logo que a igualdade apregoada pelos comunistas não incluía as mulheres. Era comum eles me passarem tarefas sem travar nenhuma discussão política comigo que pudesse justificar meu empenho no trabalho. Eu reclamava e aí eles prontamente diziam: *A camarada tem razão, ela também deve receber informe político antes de realizar as tarefas [...]* a repressão não dava folga. Cada vez mais fazia seu cerco que ia se tornando mais intenso e eu acabava achando que *estava sendo egoísta, mesquinha mesmo, de pensar em questões como o sexismo, machismo entre outras coisas*. Eles me faziam acreditar que a *revolução* era a prioridade número um. (TELES, 2010, p. 286).

Essa narrativa de desigualdade na condução das tarefas e de menosprezo com discussões feministas, que muitas vezes na época era chamado de condição da mulher, aparece em muitas memórias, no sentido de evidenciarem que não havia espaço para tais debates dentro das organizações de esquerda naquele momento. Em meados da década de 1970, como enfatiza Eva Blay (2005, p. 7) em uma entrevista, ser chamada de feminista foi usado muitas vezes como uma desqualificação. Se para a esquerda as discussões feministas foram consideradas como um “discurso burguês”, para a direita era algo imoral. Além dessas tensões, nem todas as mulheres se identificaram com o feminismo ao entrarem para organizações de esquerda. Muitas delas atentaram para questões associadas ao feminismo durante o cárcere, em meio às diversas torturas sofridas e à solidariedade entre as mulheres presas, assim como no exílio, entrando em contato com outra realidade e discussão (WOLFF, 2007, p. 35).

Outros movimentos marcantes desse período que, segundo Céli Pinto, não devem ser desassociados do feminismo, mas que não se confundem com este devido à característica de “não pôr em xeque a condição de opressão da mulher” (PINTO, 2003, p. 43), são as várias organizações de mulheres da periferia, que possuíam viés de contestação, como clubes de mães, donas de casa, associações de bairro, que realizaram abaixo-assinados e manifestações nas ruas contra a carestia, entre outras mobilizações. Esses movimentos eram compostos por pessoas associadas à Igreja Católica e

feministas vinculadas a organizações de esquerda, além, claro, das pessoas residentes nas comunidades (SARTI, 1998, p. 5). Esse tipo de mobilização não é algo raro na história brasileira; porém, em meados de 1970, as pautas de reivindicação e mobilização por melhorias nos bairros, nos hospitais, nos meios de transporte, moradia, na criação de creches e escolas, melhores salários, agregou pessoas a saírem para as ruas, isso em um momento em que, como aponta Amélia Teles, geralmente as manifestações de rua eram feitas por estudantes e quase sempre reprimidas (TELES, 1999, p. 80-81). Ainda sobre o assunto, Céli Pinto (2003) indica que houve uma aproximação entre as mulheres feministas que atuavam nas comunidades e as organizações na medida em que passaram a conversar sobre o cotidiano e aprender sobre as diversas opressões que viviam, de classe, de raça, além de outros temas, como sexualidade, aborto, violência, temas que nem sempre eram bem vistos pela Igreja.

Figura 1: Mais de um milhão contra a carestia



Fonte: *O movimento*, número 166, setembro de 1978. Acervo do LEGH.

Além dos movimentos contra a carestia, que reuniram milhares de mulheres da classe média e popular pelo Brasil a se manifestarem publicamente em prol de modificações, outras formas de atividades das mulheres, de cunho feminista, também podem ser evidenciadas nesse período, apesar de menores e privadas. Como Joana Maria Pedro chama a atenção, no final da década de 1960, com inspirações vindas dos grupos de reflexão ou de consciência internacionais, também ocorreram no Brasil organizações desse tipo, que consistiam em encontros informais, sem uma pauta específica, em espaços privados, dos quais apenas mulheres convidadas poderiam participar para discutir um livro ou sobre suas próprias vidas. Uma das principais características desses grupos era realizar encontros somente com mulheres, nada de homens (PEDRO, 2012, p. 241-245). Dentro desses grupos, que tiveram duração variada e que ocorreram em vários estados brasileiros, o perfil das participantes era de intelectuais de camadas médias, que poderiam ou não ser vinculadas a algum partido de esquerda, professoras universitária e estudantes. Sobre esse assunto, Maria Odila Leite da Silva Dias⁸, que anos antes esteve nos Estados Unidos para estudar e entrou em contato com as discussões, conta que quando voltou para o Brasil pensou em criar um grupo.

Nós começamos a fazer aquele grupo no fim de 1969, 1970, 1971, um grupo de conscientização feminista, que a gente se reunia cada semana na casa de uma. [...] Essa conscientização dos começinhos de 1970 era uma coisa muito voltada para o dia a dia, as relações sexuais, as posições, era tudo isso um momento de conscientização muito relacionado com vida sexual, vida conjugal, nasceu assim... (DIAS, 2015, p. 3; 15).

Alguns grupos de consciência tiveram grande importância no cenário nacional em período posterior, principalmente na criação de centros da mulher em meados de 1975. Entretanto é interessante pontuar que no início da década de 1970, em meio aos grupos de reflexões e ao vácuo político, como expressa Albertina Costa (1988), em relação ao recrudescimento da repressão, ao extermínio das guerrilhas armadas, ao desbaratamento da esquerda, aos exílios e encarceramentos, aconteceu o *I Congresso de Mulheres*, organizado por Romy Medeiros, do Conselho Nacional da Mulher no Rio de Janeiro. Romy era advogada e associada ao alto escalão político e lutou por direitos, como o Estatuto da Mulher Casada⁹ em 1962 (Lei n.º 4.121).

Esse evento, como indica Joana Maria Pedro, não é tão lembrado entre as narrativas acerca do feminismo no Brasil, talvez por ter sido promovido por uma mulher relacionada ao regime (PEDRO, 2006, p. 258). Porém o evento

⁸ Maria Odila Leite da Silva Dias (1940) é professora aposentada da USP. Recebeu o título de professora emérita da Faculdade de Filosofia da USP em 2013.

⁹ Como pontua Céli Pinto (2003, p. 46), até o ano de 1962, a mulher tinha sua cidadania controlada pelo marido.

não foi realizado sem tensões com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), algo que foi denunciado por Romy Medeiros a correspondentes internacionais. Céli Pinto salienta que esse Congresso foi amplamente divulgado na imprensa, teve o apoio da Coca-Cola, da Benfam e do alto clero da Igreja Católica, e, apesar desse cenário de contradição, contou com participação de mulheres como Carmen da Silva, Rose Marie Muraro e Heleieth Saffioti, como também de banqueiros, representantes do alto-clero da Igreja Católica e da Sociedade do Bem-Estar da Família (Benfam)¹⁰, que discutiram sobre planejamento familiar e o papel da mulher diante da tecnologia, entre outros (PINTO, 2003, p. 48).

Uma das características do feminismo brasileiro é que também emergiu no exterior, devido ao grande número de pessoas exiladas, banidas ou que estavam estudando fora do país no período, principalmente pós-68¹¹. Joana Maria Pedro indica que pelo menos cinco grupos contavam com a presença de mulheres brasileiras: um no Chile, coordenado por Zuleika Alambert; três na França, um organizado por Danda Prado, chamado *O Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris*, que chegou a publicar o periódico *Nosotras*, e o outro chamado de Comitê de Mulheres em Paris, que tempos mais tarde formou o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, e que também publicou o periódico *Agora é que são elas*; o quinto grupo ocorreu em Lisboa e se encontrava no apartamento de Marli Moreira Alves (PEDRO, 2012, p. 249-250). Ana Alice Alcântara Costa expõe que essas organizações tiveram papel importante na divulgação do que ocorria no Brasil, na articulação do feminismo brasileiro com o exterior; entretanto a atuação dessas não foi aceita de forma fácil pelos grupos de reflexão no Brasil (COSTA, 2010, p. 180). Albertina Costa, ao refletir sobre o processo de construção do feminismo no Brasil e a criação dos grupos de reflexão, ressalta a tensão entre esses espaços de integração de mulheres e o tipo de feminismo que foi desenvolvido.

É de longe da política, embora perto da patrulha ideológica e em confronto com ela, mas longe da miséria e da fome que tende a se desenvolver um feminismo radical de cunho libertário. É a convivência com a repressão, o controle ideológico relaxado, em virtude do vazio político, a proximidade da iniquidade social que modelam um estilo de feminismo “bem comportado” de cunho marcadamente social. (COSTA, 1988, p. 66).

A crítica de Albertina Costa demonstra a diferença entre a criação desses espaços e resume a tensão entre eles, pois fora do Brasil existiu uma vigilância

¹⁰ Essa organização foi uma das promotoras de esterilização em massa, principalmente em mulheres pobres, e experimentação de anticoncepcionais reprovados em países europeus (TELES, 2015, p. 1006).

¹¹ Conforme Marcelo Ridenti, o AI-5, promulgado em 1968, que deu amplos poderes aos militares e oficializou o Terrorismo de Estado, despontou as guerrilhas armadas urbanas e rurais devido o recrutamento da repressão (ainda que já tivessem ocorrido ações anteriormente) (RIDENTI, 2007, p. 37-50).

por parte dos companheiros e do partido – que muitas vezes impediu que as organizações seguissem em frente, como no caso do *Grupo Latino-Americano de Mujeres*, em que muitas mulheres se afastaram por receberem ameaças do partido de retirarem o apoio às suas famílias. De modo geral, as mulheres tinham a liberdade para realizar discussões em lugares públicos e congregavam um número interessante de mulheres. Já desde a experiência brasileira nos 1970, a dupla presença, do partido – e o reordenamento das organizações por meio da “lutas de base” e dos direitos sociais (RIDENTI, 2007, p. 49) – e da repressão, mais presente desde o AI-5, fez com que essas organizações fossem mais fechadas em pequenos grupos e mulheres.

O ano de 1975, como mostraram Joana Maria Pedro e Céli Pinto, foi usado de diversas formas, na criação de grupos, de seminários sobre a mulher e, até mesmo, como marcador de uma “origem” do movimento feminista em muitas narrativas, e está associado à possibilidade de mobilização e de reorganização de pessoas de diversos partidos que se encontravam sob a censura, já que se tratavam de espaços autorizados. Porém, como salienta Joana Maria Pedro,

Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos — entre estes, o de livre disposição do corpo. (PEDRO, 2006, p. 251).

A importância do ano e da década da mulher, instituída pela União das Nações Unidas, aponta para a efervescência dos feminismos para a criação desse marco. No Brasil, essa data evidenciou o fortalecimento de grupos feministas e movimento de mulheres, além da organização de eventos como o “O papel e o comportamento da Mulher”, estruturado por mulheres e promovidos pelo Centro de Informação da ONU no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Nele foram convidados vários homens para palestrar, dentre eles Celso Furtado, e, segundo as narrativas dominantes, o auditório ficou lotado (PEDRO, 2006, p. 253). Um dos desdobramentos do evento foi criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio de Janeiro. Na proposta de criação desse grupo havia uma exposição de que funcionaria tanto para pesquisa quanto para ação em nível local sobre os “problemas da mulher” (PINTO, 2003, p. 58). Em São Paulo, no mesmo ano, ocorreu o “Encontro de diagnóstico da Mulher Paulista”, patrocinado pelo também Centro de informação da ONU e pela a Cúria Metropolitana. Joana Maria Pedro destaca que, para realizarem tal evento, vários cuidados foram tomados para não assustar a Igreja, como não abordar temas como aborto, contracepção e sexualidade, e desse encontro foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) (PEDRO, 2006, p. 251-254). É crucial pontuar que

esses espaços de discussão, de estudos e os eventos não aconteceram nem foram criados sem conflitos, inclusive entre as mulheres e suas concepções de luta. Guardando suas diferenças, havia embates entre as tendências feministas (marxista, liberal e radical) e as formas de atuação¹².

Nesse íterim, é importante ressaltar, os encontros nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que, segundo Céli Pinto, por dez anos organizaram mulheres e inaugurou “um tipo de atuação feminista que foi fundamental nas décadas seguintes: a pesquisa científica sobre a condição da mulher” (PINTO, 2003, p. 62). Cabe ainda lembrar a importante criação de Grupos de Trabalho (GT), como *Mulher e Força de Trabalho* (1979) e *Mulher e Política* (1980), ambos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciências Sociais (Anpocs). Em 1980, criou-se o primeiro Núcleo de Estudos da Mulher na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que precedeu os diversos outros grupos de estudos que se implantaram nas universidades brasileiras. Do exposto, cabe atentar que na conquista de tais espaços acadêmicos, como demonstram Ana Alice Costa, Iole Vanin e Cecília Maria Sardenberg, “desde o início das lutas feministas no contexto do movimento social, a ‘teoria’ e a ‘práxis’ têm estado estreitamente vinculadas, uma contribuindo para o avanço da outra” (COSTA; VANIN; SARDENBERG, 2010, p. 57), ou seja, apesar de os estudos sobre a mulher, mulheres e gênero terem advindo em contextos diferentes de outros países, no Brasil não se pode desassociar a militância feminista dos estudos que dele emergiram.

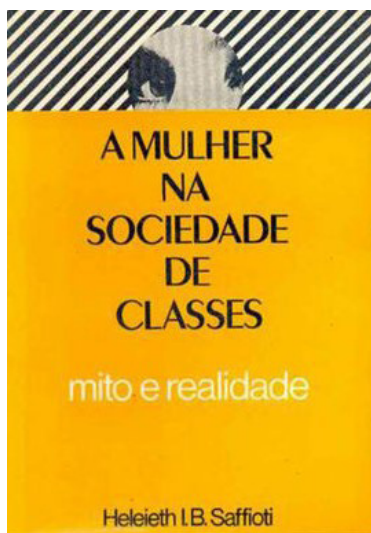
Ainda sobre o ano de 1975, uma das organizações mais emblemáticas do período, talvez por sua ramificação em vários estados brasileiros, foi o Movimento Feminino pela Anistia, oficializado em 1975, pela advogada Therezinha Zerbini e que teve como sua principal pauta a “anistia ampla, geral e irrestrita”, essa organização que tem suas raízes no movimento “Mães Paulistas contra a Violência”, como uma reação às prisões realizadas a partir do 30.º Congresso da União Nacional de Estudantes no ano de 1968. Essa organização não tinha um discurso feminista, mas tinha no interior de seu grupo várias mulheres vinculadas à esquerda e alinhadas com o pensamento feminista. O ano de 1975 foi muito bem utilizado, como indica Amelinha Teles, propiciando novas intervenções. Por exemplo, em 1976, pela primeira vez desde o golpe, o “8 de março” pôde ser manifestado publicamente, e foi realizada uma reunião no auditório do Museu de Arte de São Paulo (Masp), com a presença de cerca de 300 mulheres a convite do MFPA e do jornal *Brasil Mulher* (TELES, 1999, p. 97). Nessa ocasião, Teles conta que, apesar de a conversa focar na anistia, as mulheres puderam fazer suas rei-

¹² Claudia Regina Nichnig, em seu capítulo deste livro, analisa mais profundamente os encontros feministas que aconteceram nas décadas de 1970 e 1980.

vindicações e falaram sobre suas discriminações, ainda que com ressalvas, sobre sexualidade e raça.

Nesse mesmo momento, periódicos de cunho feminista também circulavam¹³, como, por exemplo, o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. Além desses, Elizabeth Cardoso indica que havia entre 1974-1980 nove jornais feministas, algo que aumentou em número nas décadas posteriores (CARDOSO, 2004, p. 50). Faz-se necessário destacar que, apesar da constante vigilância e repressão, alguns trabalhos que refletiam sobre a “condição da mulher” foram realizados no Brasil já na década de 1960, e se tornaram importantes à medida em que o pensamento feminista foi tomando visibilidade, como o de Carmen da Silva, com a coluna “A arte de ser mulher” na *Revista Claudia* (1963-1985), Heleieth Saffioti com a tese *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1966, publicada em 1969), Rose Marie Muraro com *A Mulher na construção do mundo futuro*, Heloneida Studart com *Mulher: objeto de cama e mesa*, entre outras (PEDRO, 2008, p. 61-62). Ademais, alguns dos clássicos que marcaram esse período, por questionarem não só o lugar da mulher na sociedade e o combo maternidade e trabalho doméstico, mas como viviam as mulheres, como se tornava uma mulher em um mundo estruturalmente criado para os homens, como *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, e a *Mística feminina* (1963), de Betty Friedan.

Imagem 2: Capa *A mulher na sociedade de classes* (1969)



Fonte: disponível em: <https://www.traca.com.br/livro/314869/>. Acesso em: 01 jan. 2019.

¹³ Para mais informações sobre a imprensa feminista durante as décadas de 1970 e 1980, ver o capítulo escrito por Barbara Popadiuk, Elaine Schmitt e Karina Janz Woitowicz, neste livro.

Ainda cabe destacar a criação de movimentos e atuação de feministas negras, que, como indica Cláudia Pons Cardoso (2014, p. 979), colocou em evidência a categoria raça e etnia como um dos pilares para compreender a opressão no Brasil, algo que nem sempre foi compreendido dentro das organizações de mulheres. No ano 1978 foi criado o Movimento Contra a Discriminação Racial e depois o Movimento Negro Unificado, que, embora fosse uma organização mista, foi ali que muitas mulheres negras denunciaram as discriminações que atravessam a vida das pessoas negras, e, inclusive, passaram a criticar o sexismo no interior dessas organizações. Na década de 1980, fruto da atuação da intelectual e militante Léila Gonzalez e mulheres de camadas médias e comunidades pobres, criou-se o coletivo de Mulheres Negras *Nzinga*. Mas muitos outros foram se constituindo entre as décadas de 1980 e 1990, como o Coletivo de Mulheres Negras e o Criola, ambos no Rio de Janeiro, Geledés e Fala Preta, em São Paulo, organizações associadas ao combate à discriminação racial e à violência doméstica, e ao cuidado com a saúde reprodutiva (MAIO; MONTEIRO; DAMASCO, 2012, p. 136)

A partir de 1978 e 1979, com a Lei de Anistia, ainda que restrita, iniciou-se o processo de retorno de muitas mulheres do exílio, e isso resultou em novos embates dentro das organizações feministas devido às distintas experiências das mulheres com os movimentos de libertação de mulheres. Céli Pinto, ao abordar os anos de 1980, indica que ocorreu um reordenamento dos feminismos na conjuntura de transição para a democracia, marcado pela participação de mulheres em organizações políticas e uma nova tensão: as que estavam buscando institucionalização e aproximação com o Estado e as autonomistas (PINTO, 2003, p. 68).

Essa década representou não só o retorno real à democracia, mas a potencialidade do feminismo brasileiro na criação de grupos de pesquisa e de atendimento à mulher, de ONGs, de Encontros Latino-Americanos, eventos nacionais, entre outras iniciativas, como a criação de Conselhos da Condição da Mulher (constituído a partir do desdobramento do Movimento de Mulheres pelas Diretas-já) que, apesar de sua curta vida (1985-1989), tratou de vários temas, desde direitos reprodutivos a creches. Nesse período o Boletim do CIM de dezembro de 1984 apresenta em sua *Lista de endereços Nacionais de Grupos de Mulheres* mais de 110 grupos de mulheres em vários estados brasileiros.

No decorrer da transição política, uma das pautas de luta presentes foi o da violência doméstica, entendida como problema social e de ordem pública. Diversas campanhas foram realizadas, como no caso da morte da cantora Eliane de Grammont, vítima de feminicídio por seu ex-marido Lindomar Castilho, entre outras que foram assassinadas por seus companheiros

com a justificativa de “defesa da honra”. Como indicam Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé (2018, p. 165), no livro *Mulheres e poder*, da luta contra violência doméstica emergiu a criação de espaços de atendimento de autodefesa como o SOS-Mulher (1981) e as delegacias especiais (1985). No âmbito da saúde, Céli Pinto destaca três temas sensíveis e centrais: o planejamento familiar, o aborto e a sexualidade, que esbarravam nas relações com o Estado, com a religião, com as camadas mais pobres da população, que careciam de assistência (PINTO, 2003, p. 83). A autora informa que, apesar de temas como sexualidade e aborto serem muitas vezes tratados como tabus, foi nessa década que se implementou alternativas de atendimento às mulheres como o Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, e grupos de assistência como o SOS Corpo em Recife e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde em São Paulo (PINTO, 2003, p. 84).

Imagem 3: TODOS à Missa de 7.º dia de Eliane de Grammount

TODOS À MISSA DE 7º DIA DE ELIANE DE GRAMMONT

Mais uma mulher foi assassinada por um ex-marido inconformado com a separação. Na madrugada do dia 30 de março de 81, Lindomar Castilho assassinou covarde e **premeditadamente** Eliane de Grammont, 26 anos, mãe de sua filha de 2 anos, com um tiro no coração.

Foi mais uma manifestação da violência contra a mulher, em mais um de seus diversos e grotescos disfarces — disfarçada de amor, ciúmes, “defesa da honra” e outras farsas mais, como tem acontecido em Minas Gerais, e recentemente no Rio de Janeiro.

Não vamos mais admitir esse tipo de violência, e sua constante impunidade. Exigimos justiça — nós, mulheres, mães, irmãs, filhas, esposas, e todos os que são contra a violência, temos que nos manifestar publicamente, porque **O SILÊNCIO É CÚMPLICE DA VIOLÊNCIA.** Quem ama, não mata — abaixo as farsas! Mulher não é propriedade!

Compareçam todos à missa de 7º dia, na Igreja da Consolação, sábado, 4 de abril, às 16 horas, seguida da marcha de protesto contra a violência, até o cemitério do Araçá.

Fonte: TODOS à Missa de 7.º dia de Eliane de Grammount. SOS-Mulher, São Paulo. Panfletos e Abaixo-assinados, V. VI. Acervo do LEGH.

No final da década de 1980 para 1990 muitas outras lutas foram aglutinadas aos feminismos. Por exemplo, em 1975, no Bairro de Nova Descoberta, na cidade de Recife, Pernambuco, temos a fundação do grupo “Mulher Maravilha”¹⁴. O grupo, que atua até hoje, discutia as questões referentes aos aspectos sociais, políticos e econômicos da comunidade em que estava inserido, assim como a consciência crítica da mulher para o convívio social e a sua inserção na política. Alguns anos mais tarde, em 1986, foi criado também o grupo “Bemvirá”, na cidade de Afogados de Ingazeira, sertão pernambucano. O grupo era formado por trabalhadoras rurais, que se encontravam e debatiam questões como o direito sobre a terra, ferramentas de reivindicações trabalhistas, políticas para a classe trabalhadora, assim como temáticas referentes à saúde da mulher, à educação sexual e à educação infantil.

Ambos os grupos, apesar de não se identificarem inicialmente com o movimento feminista, dialogavam com a comunidade, com as arquidioceses e com as mulheres religiosas, com grupos de mães e movimentos de mulheres trabalhadoras. Eles foram responsáveis por um importante trabalho de base para pensar as questões sociais dos locais em que estavam inseridos, assim como para incentivar o engajamento político e social das mulheres que faziam parte deles.

Retornando à frase de Amelinha Teles, “o feminismo veio para ficar e não vamos sair”, entendo que os direitos arduamente conquistados por mulheres ao longo da história não estão garantidos e atualmente são ameaçados. Herdamos dos movimentos feministas e de mulheres pautas que ainda são relevantes no cotidiano das mulheres brasileiras, como o aborto, a violência doméstica, a participação política, mas também se ampliaram as pautas, os grupos e suas formas de atuação.

Neste capítulo busquei demonstrar algumas características que são marcantes dos feminismos que emergiram nos tempos da ditadura, bem como a relação das mulheres com as esquerdas, dos cruzamentos dos movimentos de mulheres com os feminismos, da criação de grupos de consciência e a emergência de feminismos negros, de seminários, congressos, grupos de pesquisa sobre mulher, entre outros. Nada nesse período foi linear, houve cruzamentos e tensões entre mulheres feministas, conflitos de pautas e ações, (re)descoberta e aprofundamento do quão distintas são as mulheres e como a opressão opera em diversos níveis, do mais macro ao mais íntimo de nossas vidas. Tudo isso e muito mais são registros de que as mulheres, durante esse período, estavam em intenso movimento e que o feminismo veio para ficar.

¹⁴ Informações retiradas do site do Grupo: <http://gmulhermaravilha.blogspot.com/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

Entrevistas

BLAY, Eva Alterman. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (1 fita cassete). São Paulo, SP, Brasil, 04/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Entrevista concedida a Roselane Neckel. São Paulo (1 fita cassete). São Paulo, SP, Brasil, 24/06/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Cintia Lima Crescêncio, Luísa Dornelles Briggmann e Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 03/08/2017. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Elaine Schmitt. 23p.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, Dez. 2014.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, Dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. esp., p. 37-55, jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300004>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DA MULHER. São Paulo, n. 3, dez. 1984.

COSTA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. *Cadernos de Pesquisa*, n. 66, ago. 1988. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1206>. Acesso em: 15 abr. 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 174-190.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*. v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>. Acesso em: 26 jul. 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDEMBERG, Cecília Maria B.; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. *In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009-2010. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 57-72.*

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, 2012.* Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100008>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.*

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante.* 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.* Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012/10991>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MELO, Hildete Pereira de e THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores.* Rio de Janeiro: FGV, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.*

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). Nova História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul. *In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul.* Florianópolis: Mulheres, 2010a, p. 115-137.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.* Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26.1, 2010b. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/download/24194/19633>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (org.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011, p. 19-43.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, Jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003-&lng=en&nrmiso. Acesso em: 24 jul. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 11-43, 1995/1996. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612>. Acesso em: 26 jul. 2019.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas Revolucionárias armada nos anos 1960-1970. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (org.). *Revolução e democracia 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21- 51.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência. Uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Coleção Bahianas, 2002, p. 89-120.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. *XXI Congresso Internacional da LASA*, Chicago. 1998. p. 24-26. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF; Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*,

Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/152716/149214>. Acesso em: 15 mar. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol... *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 284-292.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, set-dez 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X-2015v23n3p1001>. Acesso em: 20 abr. 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, Dec. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000200003>. Acesso em: 15 fev. 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos da Ditadura. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 138-155.

WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria; CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Ondas, mitos e contradições: feminismos em tempos de ditadura no Cone Sul. *In*: ROCHA, Marcos Antonio Monte (org.). *Feminismos Plurais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, v. 1, p. 53-69.

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DA SEGUNDA ONDA FEMINISTA BRASILEIRA: ORGANIZAÇÕES SOB VIGILÂNCIA NO CEARÁ¹

Ana Rita Fonteles Duarte

Sarah Pinho da Silva

Elyssan Frota dos Santos

Introdução

O presente artigo discute a vigilância operada pela ditadura militar brasileira sobre os movimentos feministas chamados de segunda onda². Analisaremos, especificamente, o caso do Ceará, que abrigou três entidades feministas, além de núcleos de mulheres em universidades, sindicatos e partidos, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Semelhantemente aos outros grupos feministas, que se organizavam em todo o Brasil, os do Ceará não fugiam à regra no tocante ao controle do Estado, mas também às próprias características que contribuíam para formar e organizar os movimentos feministas nesse período. É imprescindível destacar os diálogos que havia sobre uma questão da mulher, em todo o país, os quais permitiram o contato com as diferentes discussões propostas pelos feminismos que cresciam em toda a América do Sul, em contato, especialmente, com discussões europeias e norte-americanas. Todavia é válido destacar a forma na qual esse movimento se reconfigurou, no Brasil, levando-se em consideração a conjuntura da época, marcada pela oposição à ditadura militar, que durou 21 anos (1964-1985), e pelos movimentos de esquerda que protagonizaram oposição e resistência ao regime.

Apresentamos, portanto, as nuances desse movimento feminista, a partir do entrecruzamento da documentação produzida sobre os movimentos pelos órgãos de vigilância e de periódicos, além de entrevistas realizadas, valendo-nos da história oral para entender e problematizar as memórias/reminiscências, compreendendo suas particularidades, mas também similaridades com a militância feminista que se expandiu pelo Brasil entre os anos

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

² Estes são caracterizados por valores e reivindicações que incluíam, além de igualdade em direitos trabalhistas e oportunidades de estudo, a paridade nos espaços de poder, a luta contra a violência, o direito ao corpo e ao prazer e a afirmação de que o pessoal é político (PEDRO, 2006).

1970 e 1980. Os feminismos brasileiros, entre eles os praticados no Ceará, tinham como uma das grandes questões a luta contra o regime militar, visto que essa era a principal pauta das esquerdas no Brasil. A ligação partidária junto aos feminismos foi constante no país, incluindo outras realidades próximas na própria região Nordeste, embora esse seja um tema em que a pesquisa historiográfica precise avançar bastante.

Feminismos cearenses de segunda onda

Aponta-se o ano de 1975 como marco fundador da segunda onda feminista brasileira. É importante, todavia, destacar que, antes dessa data, muitas mulheres já se identificavam com o feminismo e realizavam militância de acordo com essa identidade política. A escolha pela ONU desse como o Ano Internacional da Mulher, início da “década da mulher”, e a realização da conferência na Cidade do México, foram motivados por mobilizações, publicações e discussões que já vinham ocorrendo e corroboraram para divulgar, ainda mais, as ideias feministas.

Após o retorno de várias mulheres exiladas durante a ditadura militar brasileira, os grupos de consciência/reflexão começaram a ganhar corpo. Nesses círculos, os periódicos feministas ganharam circulação e mais mulheres foram tendo acesso ao que vinha sendo colocado pelos movimentos feministas. Esses grupos de reflexão não ficaram circunscritos, no entanto, ao Sudeste brasileiro – Rio-São Paulo. Pelo contrário, foram sendo organizados em diferentes estados da federação das diferentes regiões do país.

As ideias dos feminismos ganhavam, também, mais adeptas e as redes iam sendo formadas. O surgimento desses grupamentos de mulheres descontentou militares, algumas militantes do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)³, fundado em 1975, como a sua presidente nacional Therezinha Zerbini, e vários setores da esquerda (DUARTE, 2012, p. 81). Liderada, majoritariamente, por homens, consideravam as pautas das mulheres divisionistas, diante da necessidade de resistir à ditadura, ou cópias daquilo que feministas dos países de primeiro mundo estavam fazendo. A gestação de um feminismo “bom para o Brasil” só teria sentido em articulação com as lutas sociais mais amplas.

Essa posição foi causa de muitos conflitos entre as mulheres e partidos e outras organizações de esquerda ou fez com que muitas dessas entidades, legalizadas ou clandestinas, tentassem dominar ou direcionar reivindicações

³ O MFPA surgiu da articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como objetivo inicial a conquista da anistia. Núcleos espalharam-se por todos os estados reunindo dezenas de mulheres. Registrado em cartório, o Movimento foi presidido nacionalmente pela advogada Therezinha Zerbini, entre 1975 e 1979. Ver Duarte (2012).

e ações feministas a partir de seus interesses. Teles (2013, p. 53) nos lembra da liderança de mulheres do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher, em 1975, após a realização do Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, que também contou com a participação do Centro de Informação da ONU e da Cúria Metropolitana. A maior parte das feministas, de fato, eram militantes de esquerda.

Algumas tomaram contato com as pautas do movimento de mulheres em suas experiências no exílio no Chile, Estados Unidos, França. Outras articularam-se à causa em grupos de discussão, recém egressas de prisões políticas ou da clandestinidade na elaboração de jornais dentro e fora do Brasil. Os primeiros jornais feministas produzidos no Brasil no período, como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, carregam a marca dessas imbricações. As pautas, segundo Teles e Leite (2013, p. 65), eram definidas em reuniões semelhantes às dos partidos clandestinos de esquerda, com acirrado debate político, perpassadas pela discussão de temas específicos e análises conjunturais que podiam durar dias.

As publicações eram destinadas às mulheres do campo popular, com quem as matérias eram lidas e debatidas, “transformando estes momentos em atos de construção de um feminismo popular, contra a ditadura e comprometido com a luta de classes” (TELES; LEITE, 2013, p. 67). Algumas, no entanto, romperam com seus grupos, partidos ou organizações por não se sentirem contempladas e outras continuaram a militar na abertura e após o fim da ditadura, implantando grupos ou secretarias de mulheres em partidos ou fora deles.

De acordo com a militante feminista cearense Guedes (2018), “os movimentos de esquerda se davam conta da necessidade de organizar as mulheres, antes que elas se organizassem sós”. As mulheres cearenses, não muito diferentes das demais brasileiras, foram se articulando a partir das discussões, leituras e demandas propostas pelo feminismo. Além disso, apontam-se experiências e leituras trazidas por diferentes mulheres exiladas do Brasil, mas também das que ficaram no país e circulavam por diferentes estados. Isso permitiu o contato e fez que os acessos às discussões feministas se tornassem mais próximos.

Parte do movimento feminista, no Ceará, derivou das militantes que atuavam no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)⁴. Com o processo de anistia, o núcleo foi desfeito e “as mulheres, então envolvidas nos movimentos de resistência, tomaram a iniciativa de organizar, em 1980, o I Encontro

⁴ “O núcleo cearense do MFPA é o terceiro a ser criado, em março de 1976. Sua origem remete às reuniões de familiares de presos políticos no ano anterior, em Fortaleza, para discutir formas de intervenção e defesa de parentes encarcerados pela ditadura” (DUARTE, 2009, p. 22).

da Mulher Cearense” (VITORINO, 1994, p. 16). Esse encontro colaborou para consolidar a União das Mulheres Cearenses (UMC), considerada a primeira entidade feminista no Ceará. A UMC surgiu em 1979. Com o fim do Movimento Feminino pela Anistia, muitas militantes resolveram continuar organizadas num grupo de mulheres. Na fundação da organização, a direção da UMC estava articulada com a ala do PCdoB, que fazia oposição à direção nacional, então liderada por João Amazonas. Em Pernambuco e Maranhão também é fundada, no mesmo período, a União das Mulheres, ligadas ao PCdoB (ARRAZOLA, 2000, p. 79)⁵, o que aponta para uma estratégia regional de disputa do movimento de mulheres. Mas, ao longo da existência da entidade, no Ceará, foram havendo rachas, nos quais as mulheres da UMC passaram a dialogar com outros partidos políticos (DUARTE, 2012).

O I Encontro da Mulher Cearense aconteceu, também, em decorrência da necessidade de preencher os espaços deixados pelo MFPA, visto que o intuito era viabilizar uma participação feminina na luta política. A UMC funcionou como esse canal, que proporcionava às mulheres uma atuação popular frente a diferentes bandeiras de luta, tais como: o combate à ditadura militar e a luta de classes. Todavia, com a chegada de novas leituras e partilha de experiências, algumas pautas foram sendo introduzidas no debate político, e uma das principais, levantadas pela UMC, foi a violência sofrida pelas mulheres.

A temática passou a fazer parte da ação feminista, no Brasil, a partir de 1976, com a onda de indignação promovida pelo assassinato de Ângela Diniz por seu namorado Doca Street, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Inconformadas com a absolvição, as mulheres organizadas em entidades feministas pressionaram a opinião pública e, num segundo julgamento, a sentença foi revista e o assassino condenado a longa pena, embora não a tenha cumprido em sua integralidade. A movimentação desencadeou a campanha “Quem ama não mata”, que se transformou em palavra de ordem em todo o país. As feministas denunciaram maridos e companheiros perpetradores de violência e exigiam o fim de justificativas para esses crimes tais como o suposto direito de “lavar com sangue a honra ameaçada” (TOSCANO; GOLDEMBERG, 1992, p. 39).

As discussões em torno da violência começaram a ser problematizadas, visto que o intento era descobrir e sanar as causas disso: “O que é que levava a sociedade a ser tão violenta com as mulheres”? Na pergunta retórica de

⁵ Além do União das Mulheres, também foi fundado em Pernambuco o Ação Mulher, em 1978, com características mais autônomas em relação aos partidos. O Centro da Mulher de João Pessoa, que foi criado em 1979, após a realização do I Encontro Nacional Feminista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Fortaleza, passou a ser denominado posteriormente de Grupo Maria Mulher. Em 1980, no Maranhão, surgiu o Grupo Mulheres da Ilha, também de caráter mais autônomo, segundo Ferreira (2011, p. 3-4).

Silva (2018), podemos avaliar a dimensão da problemática que envolvia as agressões contra as mulheres, naquele período, décadas de 1970-80, mas que se prolonga até hoje. O próprio Grupo 4 de Janeiro, ao qual ela pertencia, é alusão a uma das primeiras lutas a mobilizar mulheres no Estado para a questão da violência de gênero. O nome desse grupo emergiu a partir de um acontecimento que repercutiu nacionalmente: a morte, naquela data, em 1981, de Maria Celizete Ribeiro Moreira⁶. Mulher de classe média, ela ateou fogo em seu próprio corpo, embebido em querosene, por não conseguir cumprir uma série de 12 mandamentos⁷ impostos pelo marido que a surrava e ameaçava constantemente. Além de honrar a memória de Celizete, cobrando a condenação do marido por indução ao suicídio, o Grupo se organizou com o objetivo de discutir questões mais específicas das mulheres, já que as entrevistadas não consideraram ter essas demandas supridas em outros grupos de mulheres locais, como a União das Mulheres Cearenses.

Quando os movimentos feministas começaram a questionar e discutir os valores, os papéis sociais, mas também a construção social em torno das hierarquias entre os sexos, tornaram-se evidentes as práticas cotidianas, nas quais o sexismo era reproduzido. Para essas várias mulheres, que estavam se engajando em entidades autônomas, a relevância de se discutir violências, bem como outras demandas específicas, contribuiu para a formação de uma identidade política feminista, na qual essas se identificavam com o feminismo e construíram militância a partir dessas bandeiras.

No Ceará, a militância feminista tornou-se organizada em instituições, a partir de 1979, com a fundação da UMC, após o fim do Movimento Feminino pela Anistia. Todavia, ao longo da década de 1980, outras entidades foram sendo fundadas, tais como: o Centro Popular da Mulher e o Grupo Feminista 4 de Janeiro. Esses grupos foram criados a partir da dissidência de mulheres, que pertenciam à UMC. Essas novas organizações contribuíram para disseminar as discussões feministas, que chegavam ao Brasil, ao mesmo tempo que aprofundavam as demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres. Isso fez com que diferentes mulheres aderissem à militância feminista, como conta Guedes (2018): “Uma coisa interessante desse grupo era a diferença entre as mulheres. Tinham mulheres, assim, super politizadas,

⁶ Mulher se mata com fogo porque não podia cumprir leis impostas pelo marido. *Jornal do Brasil*. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%201988&pes=maria%20celizete. Acesso em: 17 dez. 2018.

⁷ Entre os mandamentos impostos pelo marido estavam: 1) Nunca lhe ofender com palavras ásperas; 3) Durante sua ausência por motivos de viagem a serviço do Banco, não sair em passeio por qualquer motivo, tais como: praia, cinema, festas em clube ou residência; 6) transferir todo o patrimônio que estiver em seu nome para seu marido, não podendo desta data em diante comprar nada no seu próprio nome; 7) Em caso de ser empregada em qualquer atividade empresarial, o seu ordenado depois de tirada determinada quantia para compras de objeto de uso pessoal com a devida autorização, o restante será entregue ao seu marido para a garantia do futuro do casal. *Jornal O POVO*, 6 de janeiro de 1981, p. 8.

mulheres mais ou menos politizadas, mulheres politizadas de jeito nenhum, que foram aprendendo”.

Os feminismos foram vivenciados, como se depreende desta narrativa, de diferentes formas e por diferentes mulheres, que foram aderindo ao movimento e aprofundando/aprendendo acerca das discussões ou, de alguma forma, tiveram sua militância política atravessada pelo feminismo que, em muitos casos, tornou-se a principal forma de luta e transformou a vida de muitas mulheres.

Com intuito de levar as ideias feministas para diferentes mulheres do estado, fosse nas periferias de Fortaleza-CE, mas também nas zonas rurais e outros municípios do Ceará, essas entidades buscavam disseminar os feminismos, apesar dos entraves e do contexto da época: “Pelo menos o recado de que outro caminho era possível, de que as lutas específicas eram necessárias, a gente conseguiu” (GUEDES, 2018, s/p). Nesse sentido, o que as mulheres feministas buscavam, no estado, era proporcionar a discussão, fazer com que mais mulheres acreditassem na possibilidade de mudança e de emancipação feminina. No Estatuto da UMC, aprovado em 1982, o segundo artigo traz como uma das finalidades da instituição “elevantar o nível de conscientização das mulheres sobre sua situação de exploração”⁸. Seguindo o caminho trilhado pelas feministas nas diferentes regiões do país, as cearenses buscaram chegar a diferentes mulheres com o intento de transformação das relações de gênero.

Todavia havia variedade nesses grupos formados, no Ceará, pois as propostas de discussões eram diferentes. Enquanto a UMC centrava suas pautas na violência contra a mulher, aliada às demandas das chamadas “pautas gerais” – combate à ditadura militar e à luta de classes –, o Grupo Feminista 4 de Janeiro trazia discussões mais específicas que vinham sendo colocadas pelos feminismos no Brasil. Esses grupos, no entanto, mesmo discordando em alguns aspectos no que dizia respeito à militância, representaram importantes passos nas lutas feministas, visto que colaboraram para aprofundar o debate no estado, difundindo as demandas por diferentes regiões, agregando diversas mulheres e contribuindo para o processo de identificação feminista. A UMC, em 1984, contava com um número de 1.600 mulheres associadas⁹.

Esses dados nos revelam uma quantidade significativa de filiadas, tendo em vista que os relatos sobre grupos feministas nos anos 1970 apontam

⁸ O Estatuto da UMC foi aprovado em 8 de março de 1981, durante a realização do II Encontro da Mulher Cearense, conta com 31 artigos, os quais tratam desde a finalidade da entidade, caráter, objetivos, organização e funcionou como documento que regulava a instituição.

⁹ De acordo com Vitorino (1994), esses números foram levantados a partir das fichas de cadastro que eram realizadas no momento da associação à entidade.

quase sempre para pequenos grupos (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 47) e permitem pensar na articulação da UMC com os movimentos populares e sindicais em reorganização, em Fortaleza e também nas cidades do interior. Em que medida as associadas identificavam-se com as pautas específicas ou eram atraídas pelas discussões mais gerais? É possível pensar numa adesão ainda maior de mulheres que preferiam não se associar de forma direta, por receio dos militares, mas também por conta dos estereótipos que cercavam as feministas no período?

Havia preconceitos em torno da militância feminista, fosse por parte da esquerda ou dos militares que estavam no poder. Os feminismos brasileiros vivenciaram a especificidade de uma ditadura, junto a outros países da América Latina. Atrelados a essa conjuntura estavam os ataques sexistas, lançados ao movimento, associado “à luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (PEDRO, 2013, p. 239).

Enquanto nos Estados Unidos e na Europa as especificidades da luta de mulheres e de grupos oprimidos eram expostos com força, no Brasil, tanto o pensamento liberal como o marxista revolucionário dividiam as possibilidades de luta em dois campos: busca da democracia e derrubada da ditadura ou luta do proletariado contra a burguesia. Havia pouco espaço para a transformação das problemáticas das mulheres em debate público. Complicador também foi a forte campanha de depreciação sofrida pelas feministas em veículos da grande imprensa e da imprensa alternativa¹⁰, que ora ignoravam o debate, por achá-lo sem importância, ora utilizavam-se de ironia e da galhofa para tratar as novas ideias.

Compreendemos, ainda, a necessidade da criação de grupos autônomos, uma vez que a esquerda não via com bons olhos a organização feminista, pois enxergava nessa articulação o divisionismo da luta geral. Isso fez com que algumas mulheres abandonassem a militância feminista ou nem chegassem a militar, mas outras, no entanto, aderiram ao feminismo, bem como, muitas vezes, romperam com seus respectivos partidos políticos.

Aos poucos, esses grupos que iam surgindo no Ceará foram ganhando espaço e tornando mais visíveis suas demandas e pautas de discussões. Segundo Guedes (2018):

“A gente se impôs de uma maneira tão bacana, a gente não ligava, ia acontecendo, então, o jeito foi respeitar e o grupo foi ficando respeitado, também, dentro da sociedade cearense, não só dentro da esquerda, porque a gente conseguiu levar temas”.

¹⁰ Por exemplo, podemos analisar algumas publicações do periódico *O Pasquim*, que começou a circular em 1969. O jornal era de esquerda e fazia críticas à ditadura militar, também, reservava espaço em suas páginas para criticar as feministas, fossem a partir de charges ou de matérias, nas quais a estética das mulheres intituladas feministas era duramente atacada. Ver mais em: Crescêncio (2017).

A repercussão dos grupos crescia e fazia com que mais mulheres aderissem ao movimento. Dessa forma, não apenas os feminismos cearenses se expandiram, bem como outros setores da sociedade foram lidando de forma mais receptiva com as suas bandeiras. Todavia o caminho não foi fácil, tanto no que diz respeito ao momento no qual o feminismo ressurgiu no país como na resistência dos próprios companheiros de militância.

Sob vigilância

As articulações, mesmo que conflituosas com organizações de esquerda, fizeram com que, desde o início, os movimentos feministas fossem alvo de vigilância dos órgãos de informação do regime ditatorial. Os documentos analisados neste artigo em maior parte dizem respeito ao caráter de vigilância sobre os movimentos feministas executados tanto por órgãos prioritariamente de informações quanto por entidades que mesclavam atividades de informação e segurança.

Fico (2001) faz uma distinção entre os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações (Sisni). As Divisões de Segurança Interna dos Ministérios Civis, assim como o próprio Sistema Nacional de Informações, a que estavam subordinadas, eram prioritariamente de produção de informações. Já órgãos ligados aos sistemas das Forças Armadas, como CIE (Exército), Cenimar (Marinha) e Cisa (Aeronáutica), além de produzir informações, patrocinavam operações, prendendo pessoas e interrogando-as. Os Dops (Delegacias de Ordem Política e Social) eram geralmente vinculados às Secretarias de Segurança Pública dos Estados com as funções de vigiar e aprisionar certos indivíduos, combater comportamentos e estigmatizar grupos tidos como “nocivos” e “perigosos” para a ordem pública.

Os movimentos de mulheres eram tidos pela maior parte desses órgãos como manipulados “política” e “ideologicamente” pela esquerda, atuando como um “braço do comunismo”.

Um informe produzido pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1982, foi encontrado durante a pesquisa nos fundos Deops dos arquivos do Estado do Rio e no de São Paulo, durante a pesquisa. A partilha de cópias de documentos entre órgãos produtores de informação de diferentes estados era comum no período, já que estamos falando de um momento em que não existia informatização via computadores, mas havia certamente uma perspectiva de intercâmbio de informes e avaliações entre os órgãos de informação.

O documento também pode ter ganhado interesse, pois busca, de forma simplificada e objetiva, ao longo de 11 páginas, informar sobre o

que seriam os principais grupos feministas do país. Ao todo, são listados 38 grupos presentes nas cinco regiões, com maior concentração nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Cinco colunas especificam, além dos estados, alguns de seus principais membros e eventos realizados. Mas um dado chama a atenção: o mapeamento das vinculações dos grupos aos partidos de oposição e organizações de esquerda, além de jornais e sindicatos.

Essa classificação não é definida de forma aleatória, mas corresponde a um entendimento mais ou menos consolidado entre os setores de vigilância, dos movimentos feministas como braços desses partidos e organizações, articulados para combater o regime. Naquele momento o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) e o MDB eram apontados como os mais interessados, mas não somente. Há menções ao PDT, PCdoB e PCB:

Os vários segmentos esquerdistas em atuação no País, consideram essencial para combater o regime, a formação de grupos de pressão feministas.

Desse modo, os movimentos feministas vêm adquirindo grande impulso, caracterizado pelo aparecimento e ressurgimento de várias entidades que, sob o pretexto de melhorar as condições de participação da mulher na sociedade, estão sendo manipuladas política e ideologicamente¹¹.

Muito da produção dos órgãos de vigilância sobre a atuação específica dos movimentos de mulheres, no entanto, é esmaecida diante da diversidade de lutas unidas sob o rol da resistência à ditadura, como a organização estudantil, sindical, reorganização partidária, movimentos por direitos à moradia, contra a carestia, entre outros.

Por fim, isso reverbera na organização dos arquivos da repressão com poucas séries documentais relacionadas especificamente a movimentos feministas, demandando um trabalho meticuloso de busca por nomes de pessoas ou palavras-chave correlatas a fim de traçar painéis mais amplos da vigilância sobre as mulheres em sua especificidade como feministas (MORAES, 2002). É mesmo comum encontrar entre ex-militantes feministas e pesquisadoras/es da temática um ar de surpresa quando relatamos a existência de documentos com detalhamento de grupos, ações, falas, mesmo quando afirmam que desconfiavam ou sabiam de infiltrações em reuniões e atos.

Agrupamento de pequena abrangência, o Grupo Feminista 4 de Janeiro, do Ceará, também foi alvo de investigação por parte dos militares que compunham o SNI. Quando questionadas sobre as narrativas envolvendo a documentação oficial que exprime uma inquietação das mulheres durante

¹¹ Informe 1132/82, 16 setembro de 1982. Setor Comunismo, not.159, folha 318-308. Fundo Dops. Aperj.

o II Congresso da Mulher Brasileira¹² e sobre a expulsão de uma policial infiltrada em um desses Congressos, suas ex-integrantes trazem narrativas que ficam entre a surpresa:

Eu venho de uma experiência diferente. No Rio de Janeiro, as mulheres eram vigiadas, houve invasão de jornais feministas, de jornais de mulheres, de grupos de mulheres [...] Aconteceram fatos. Eu não sabia que havia essa preocupação tão grande com um pequeno grupo como o 4 de janeiro. (GUEDES, 2018, s/p).

E o descrédito:

Olha, talvez algumas pessoas discordem de mim, mas a minha impressão é que a ditadura não se incomodou muito com o feminismo porque achava que era coisa de mulher, coisa que não ia contribuir muito. Por que muitos grupos se reuniram naquela época. A minha opinião particular é que eles não se incomodaram muito com isso. Eles achavam besteira, eles eram tão machistas que relevavam para um segundo plano (SILVA, 2018, s/p).

Enquanto Guedes¹³ mostrou-se surpresa ao saber que as redes de vigilância do SNI estavam preocupadas em mapear áreas e movimentos urbanos femininos de pequena proporção, Silva afirma acreditar que as próprias questões do feminismo e da mulher não faziam parte do escopo de preocupações do regime. Essas visões demonstram o quão complexa era a sistematização da vigilância no Brasil, a ponto das próprias mulheres, por muitas vezes, não perceberem que o “inimigo” estaria bem próximo.

Há uma sensível manifestação de descrédito com relação a um real interesse dos órgãos de informação e segurança sobre elas nessa seara. Entre os/as pesquisadores/as, as narrativas orais ou documentos produzidos pelas próprias mulheres ainda são as principais fontes de trabalho, o que entendemos como uma tentativa de garantir suas falas e a elaboração de

¹² Relatório descritivo a respeito da dissidência do movimento 4 de janeiro no II Congresso da Mulher Cearense e à declaração que a entrevistada Maria Verônica Guedes afirmou ser sua. Em citação: “O fato da Direção do Congresso, em apreço, a ver ficado a cargo da União das Mulheres Cearenses, gerou descontentamento por parte dos grupos feministas.” As pessoas do movimento 4 de janeiro denunciavam a manipulação do Congresso, com objetivo de tirar proveitos políticos esquecendo dos reais interesses das mulheres.

¹³ Os 11 registros encontrados acerca da militante na plataforma do Sistema de Informações do Arquivo Nacional acompanhavam a sua trajetória antes de sua elaboração na Frente Feminista 4 de janeiro. Dentre eles, o ACE 39673/79, 1979, o ACE 792/82, 1982, e o ACE 6680/ 85, 1985, chamam a atenção por apresentarem termos de cunho pejorativo ao realizarem o mapeamento dos infiltrados em Fortaleza, associando Maria Verônica da Silva Guedes à sua identificação como “não-estudante”. Os documentos trazem à tona, termos como “militantes simpatizantes” “infiltrados comunistas trotskistas”. Termos esses que muitas vezes se repetem por questões técnicas e de padronização dos arquivos, mas também por estabelecerem a cultura do medo por meio das nomenclaturas que causam efeitos de sentido. Para além deles, outra coisa brotava do discurso comum das comunidades. Trata-se da identidade de grupo, numeroso e poderoso, que se reconhecia na avaliação que superestimava a força do “inimigo” (FICO, 2001, p. 218).

experiências – numa narrativa sobre o período ditatorial ainda muito centrada sobre a experiência do militante homem –, mas que acaba esquecendo elementos ligados às construções relacionais implicadas em categorias como gênero, utilizadas por boa parte dos trabalhos.

As relações entre feministas e os serviços de informação são muito pouco observadas do ponto de vista dos agentes do Estado e suas demandas por conhecer e situar a seus superiores como as mulheres se organizavam e se relacionavam em seus movimentos específicos. Este texto faz um exercício de leitura que não se pretende exaustivo, mas dialoga com muito do já produzido sobre a história do feminismo de segunda onda no Brasil. O acompanhamento dos congressos, reuniões e das articulações com grupos políticos e dissidências dentro do movimento feminista era realizado em vários estados do Brasil. No Ceará, que teve sua primeira entidade, a União das Mulheres Cearenses (UMC), criada em 1979, como já mencionamos, não foi diferente.

A maior parte da documentação encontrada é produzida pela agência do Serviço Nacional de Informação (SNI), em Fortaleza, que também monitorava e produzia relatórios sobre os estados do Piauí e Maranhão. Os documentos fazem parte do Fundo SNI do Arquivo Nacional. Os informes encontrados concentram-se, especialmente, sobre atividades realizadas entre os anos de 1982 a 1985. No panorama produzido pelo SNI seguem-se as diretrizes e entendimentos de outros órgãos de informação e o movimento feminista é visto como mais uma configuração de tentativas de desestabilização do regime pelo comunismo, por meio da articulação com partidos ou organizações de esquerda. Nessa ação estão incluídos todos os outros movimentos, que passam a se organizar ou reorganizar naquele momento como os de moradores de bairros e favelas, de professores, dos servidores públicos, de estudantes, sobre meio ambiente, negros etc.

Participantes dos movimentos são mapeados e não raro é encontrá-los participando de várias entidades ou manifestações de diferentes vertentes. Seus antecedentes políticos, como participações anteriores em movimento estudantil, manifestações, prisões ou averiguações são recuperados, o que reforça a tese dos órgãos de vigilância. Em Fortaleza, as rivalidades e a disputa do movimento de mulheres pela UMC já citada e o Centro Popular das Mulheres (CPM), fundado em 1982, é uma constante nos documentos. As duas entidades são apontadas como parte das disputas dentro do Partido Comunista do Brasil, dividido após a Guerrilha do Araguaia.

Segundo Gorender (DUARTE, 2012, p. 161), a direção do PCdoB escondia dos militantes, até o final de 1976, a derrota sofrida no Pará. As tentativas de autocrítica do movimento por ex-guerrilheiros e dirigentes é abafada

e os dissidentes punidos com expulsão do Partido. A UMC seria ligada ao PCdoB/Ala Pomar, em alusão a Wladimir Pomar, crítica ao Comitê Central do Partido. O CPM é identificado como PCdoB/Ala Amazonas, em referência ao presidente nacional do Partido João Amazonas. Seria composto quase que na integralidade por militantes do Partido. Amelinha Teles, que era militante do PCdoB nos anos 1970, em São Paulo, ingressou na equipe do jornal *Brasil Mulher*, segundo ela contrariando as determinações do Partido para que se detivesse nos movimentos de anistia. “Segundo eles, não era hora de levantar as bandeiras feministas”. A dupla atuação, sob influência partidária, continuou durante algum tempo até seu rompimento com a legenda, fazendo com que ela afirmasse em entrevista em 2004, que o “PCdoB foi o partido da esquerda mais refratário à questão da mulher, como era chamado o tema à época” (TELES; LEITE, 2013, p. 120).

Além das duas entidades ligadas ao PCdoB, em suas diferentes vertentes, os documentos identificam ainda o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (Nedim), de caráter mais acadêmico, ligado à Universidade Federal do Ceará, o Grupo 4 de Janeiro, caracterizado como “eminentemente feminino” – o que entendemos com pouca influência de organizações de esquerda –, o Departamento Feminino do PMDB e um núcleo de mulheres do Sindicato dos Bancários.

Os congressos e manifestações, de acordo com os documentos do SNI, pareceram ser lugares privilegiados para as observações das divergências e disputas na organização das mulheres numa conjuntura de luta pela democratização dentro da militância de esquerda. O I Congresso da Mulher Cearense, realizado entre 13 e 14 de março de 1982, em Fortaleza, reuniu cerca de 200 mulheres no Colégio Oliveira Paiva. As participantes dividiram-se em quatro grupos de trabalho debatendo os temas: mulher, família e sexo; mulher e comunidade; mulher e sociedade e mulher e trabalho. Os discursos lembraram a dupla exploração sofridas por elas como mulheres e trabalhadoras.

As visões sobre a luta de classes como motor privilegiado das transformações sociais, no entanto, e os limites de um movimento específico deu o tom das considerações feitas por militante da CPM¹⁴:

Para Mariza Almeida Machado, representante do CPM, as mulheres não constituem uma categoria social definida e, por isso, devem estar organizadas dentro de uma categoria profissional, através

¹⁴ Em um panfleto distribuído em Fortaleza, em janeiro de 1984, o CPM se coloca como uma entidade que “não pretende o monopólio das opiniões e das ações de todas as mulheres, pois considera que a perspectiva democrática que orientou sua criação, está em sintonia com os interesses de uma população saturada de autoritarismo” [...]. E complementa que “defende a existência natural das entidades representativas das mulheres e a defesa intransigente de seus interesses [...]” (ACE 39673/84, 1984, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional – Coordenação do Distrito Federal).

de departamentos femininos e não em núcleos específicos da mulher, quando disse: "entendemos que a verdadeira emancipação da mulher está condicionada à emancipação geral de todo o povo, e as mulheres devem debater suas questões específicas dentro da categoria. Assim elevaremos o nível de consciência e de mobilização das mulheres sobre os problemas da categoria e do país (ACE 1136/82, 1982)¹⁵.

De acordo com o informe, questões específicas e mais polêmicas como o aborto foram pouco debatidas, nesse primeiro encontro. O grupo responsável por tratar especificamente da questão manifestou posição contrária à legalização da prática no Brasil: "... é necessário construir uma nova sociedade, onde a mulher tenha condições de criar seus filhos" (ACE 1136/82, 1982)¹⁶.

Figura 1: As manifestações do 8 de março de 1982, em Fortaleza, contaram com caminhada e protestos de mulheres pelas ruas do centro da cidade, mas começaram com uma missa.

2) Em 08 MAR 82, foi encerrada a 1ª etapa do movimento feminino, neste Estado, com a seguinte programação:

a) Missa celebrada pelo padre LUIS FRED TORRES DA COSTA E SILVA "FRED SOLON", que durante os rituais religiosos - acompanhado por músicas de protestos - criticou o regime, a administração central do país e, ao mesmo tempo, incitou os presentes a continuarem com as manifestações (detalhes acerca da missa foram remetidos a essa AC/SNI, através da INFÃO Nº 023/116/82, de 16 MAR 82.

b) Caminhada pelas ruas do centro da cidade, com a participação de aproximadamente 500 (quinhentas) pessoas, chegando até a praça José de Alencar (principal terminal de ônibus de FORTALEZA), onde alguns manifestantes usaram da palavra, destacando-se a estudante de letras da Universidade Federal do Ceará (UFC), MARIA DE FÁTIMA CHAGAS CARVALHO - "FATINHA", em cuja alocução disse: "Já está na hora de mudar este regime que está aí" - enfatizando o episódio de 08 MAR 1857 em que foram vítimas 129 (cento e vinte e nove) operários de uma indústria de tecidos de NOVA YORK, que morreram queimados por terem realizado uma passeata de protesto. Esta data, segundo as declarações de "FATINHA", foi escolhida como o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem àquelas mulheres trabalhadoras.

Fonte: ACE 1136/82, 1982, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional - Coordenação Regional do Distrito Federal (AN-COREG).

A recusa tem provavelmente a ver com a proximidade dos grupos com a Igreja Católica, com a qual muitos dos movimentos sociais em reorganização

¹⁵ Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional - Coordenação Regional do Distrito Federal (AN-COREG).

¹⁶ Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional - Coordenação Regional do Distrito Federal (AN-COREG).

se articulavam. O documento revela que poucos dias antes do congresso as comemorações do dia 8 de março foram encerradas, na capital cearense, com missa, em que foram entoadas músicas de protesto, feitas críticas ao regime e incentivada a continuidade das manifestações populares.

É possível também pensar nos condicionantes das direções partidárias e organizações de esquerda, comandadas majoritariamente por homens e avessas a pautas consideradas estranhas à nossa realidade. E, ainda, sobre as dificuldades de boa parte das mulheres de esquerda publicizarem alguns temas do feminismo internacional, relativos ao corpo e direito ao prazer, embora estivessem convivendo e lidando com uma série de transformações em suas vidas pessoais. A incorporação dos temas foi se dando aos poucos e não sem conflitos e cisões em militâncias divididas entre o feminismo e o movimento popular, como narrado por mulheres que participaram de jornais feministas e também ligadas a partidos de esquerda:

A ação feminista poderia parecer tímida em alguns aspectos, como no tratamento que algumas matérias deram aos direitos reprodutivos, ao aborto ou ao divórcio. Mas é avançada para a época por colocarem para a esquerda e para o movimento popular temas como a sexualidade e a política do corpo, ou por falarem de feminismo. A postura dessas mulheres questionou valores e atitudes falocráticas, tanto nas ações armadas como nos debates políticos. Estas mulheres viveram na clandestinidade, no exílio, transaram antes do casamento, viveram casadas, com relações abertas; outras amavam outras mulheres. Entretanto, quando se dirigiam à mulher operária, restringiam, na maioria das vezes, o debate à dupla jornada de trabalho, às condições de trabalho, às creches, à luta contra o custo de vida e à luta pela anistia. (TELES; LEITE, 2013, p. 127).

Embora tenhamos tido disseminação de novos comportamentos nos anos de 1960 e 1970, as distâncias entre o que chegava pelos meios de comunicação e a vivência concreta das pessoas ainda era grande, integrando um quadro denominado por Figueira (1985) de modernização conservadora. O informe analisado, por exemplo, documenta falas de mulheres durante o I Congresso das Mulheres Cearenses que criticam a virgindade, mas ao mesmo tempo condenam a liberdade sexual e o aborto.

[...] Inês Sílvia, falando sobre a questão da virgindade disse "...a mulher é submissa ao homem no relacionamento sexual e oprimida por uma série de padrões falsos que nos são impostos – entre eles está a "liberdade sexual". Sobre o "aborto", o grupo demonstrou ser contra a legalização do mesmo, quando disse: "...é necessário

construir uma nova sociedade, onde a mulher tenha condições de criar seus filhos” (ACE 1136/1982)¹⁷.

As tensões entre feministas e entre elas e seus partidos, assim como a ampliação do movimento a outros setores sociais, podem explicar o aprofundamento de temas relacionados à sexualidade, ao corpo e a especificidades de gênero no ano seguinte, durante o II Congresso das Mulheres Cearenses. Na lista de temas debatidos durante dois dias na Faculdade de Direito da UFC, além dos ligados às lutas mais gerais, é possível visualizar uma abordagem mais específica sobre trabalho e sexualidade e um ponto sobre legalização do aborto. O tema foi abordado em palestra proferida pela psicóloga Marta Suplicy, convidada do Congresso, famosa na época por seu quadro sobre sexo no programa TV Mulher, da Rede Globo. Mas o informe não detalha sua fala, dizendo apenas que ela defendeu a legalização do aborto, que abordou o feminismo como forma de luta pelos direitos da mulher e a necessidade de combater o machismo. Não há registros de que o aborto tenha sido discutido em grupos e nem de deliberações sobre o tema ao final.

Em compensação há registro sobre um esboço do novo Estatuto Civil da Mulher, elaborado pela professora de Direito da PUC Sílvia Pimentel, aprovado por unanimidade pelas congressistas. Entre as mudanças propostas estavam a revogação do parágrafo primeiro do artigo 178 do Código Civil, que assegurava ao marido o direito de entrar com ação para anular o casamento com a mulher caso ela não fosse mais virgem, após 10 dias de ter contraído núpcias. Propunham-se mudanças com relação à partilha e representação igualitária da sociedade conjugal, tornar-se-ia facultativo aos cônjuges a adoção do sobrenome de seu parceiro após o casamento.

Para além dos novos temas, as críticas ao que seriam tentativas de centralizar as decisões e debates do movimento de mulheres foram aprofundadas nesse encontro, algo timidamente registrado na cobertura do evento anterior, quando se menciona o descontentamento com a não discussão dos temas a serem debatidos por outros grupos que não a UMC. Novamente a União das Mulheres Cearenses é questionada:

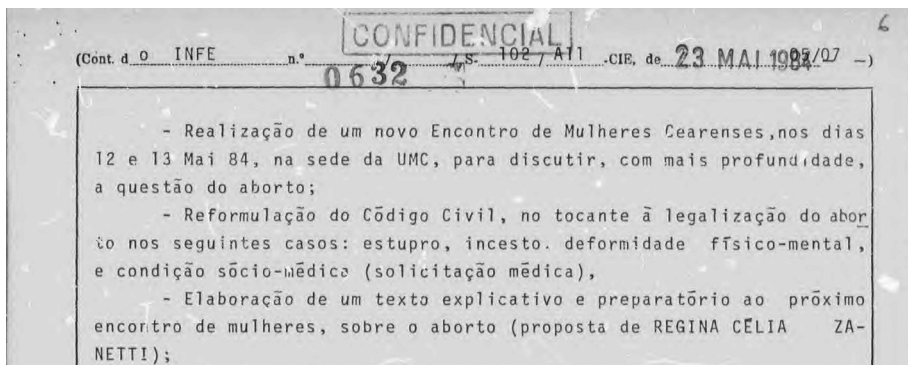
O fato da direção do congresso em apreço ter ficado a cargo da UMC, gerou descontentamento por parte dos grupos feministas, os quais manifestaram inconformismo contra a política “ditatorial” da UMC, que, inclusive propôs a criação de um “núcleo” que congregasse as demais sob sua coordenação. Tal proposta foi rejeitada pelos coordenadores: Moema Correia São Thiago e Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de Menezes (Nedim) com apoio dos grupos Ninho (entidade ligada à Arquidiocese de Fortaleza que trata da evangelização e promoção das vítimas da prostituição e das

¹⁷ Presidência da República – agência de Fortaleza. Fundo SNI. Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal (AN-COREG).

famílias que vivem em condições sub-humanas) e 4 de janeiro que denunciaram manipulação do Congresso em prol das feministas, segundo as dissidentes, com o objetivo de tirar proveitos políticos, esquecendo os interesses das mulheres (ACE 2035/83, 1983)¹⁸.

É provável que entre as acusações realizadas especialmente pelo grupo 4 de Janeiro estivesse a retirada de pauta ou mesmo adiamento da discussão e deliberação de questões mais específicas e polêmicas da segunda onda feminista, como o aborto. A hipótese se configura ao examinarmos o informe sobre o III Congresso das Mulheres Cearenses, em março de 1984, em que o tema novamente aparece pautado. Há a aprovação da reivindicação em torno da legalização do aborto, mas somente em alguns casos como “estupro, incesto, deformidade físico-mental e condição sócio-médica (solicitação médica)” (ACE 42.610/1984)¹⁹.

Figura 2: O III Congresso da Mulher Cearense, realizado em abril de 1984, termina sem consenso dos movimentos de mulheres sobre a questão do aborto. Documento de vigilância, com Origem na 10.ª Região Militar, em Fortaleza, aponta para realização de novo encontro para discutir o tema



Fonte: ACE 42.610/1984, Presidência da República – agência de Fortaleza. Fundo SNI. Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal (AN-COREG).

A proposta passa longe de discussões sobre a legalização do aborto a partir do direito das mulheres em definir os destinos do próprio corpo e da maternidade como escolha, como no feminismo europeu. Pedro (2003, p. 254), em seu trabalho sobre métodos contraceptivos nesse período, afirma que essa postura tem a ver com a proximidade do movimento feminista brasileiro com a Igreja Católica que, num contexto de ditadura, fornecia

¹⁸ Presidência da República – agência de Fortaleza. Fundo SNI. Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal (AN-COREG).

¹⁹ Presidência da República – agência de Fortaleza. Fundo SNI. Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal (AN-COREG).

espaço mais seguro para discussões e articulações. Tratava-se, entre outras coisas, de não “assustar” a Igreja.

Há, no entanto, duas outras deliberações aprovadas nesse mesmo informe sobre o congresso das cearenses que dizem respeito à continuidade da discussão sobre o tema em novo encontro de mulheres em reunião a ser realizada, dois meses depois, na sede da UMC e a preparação de cartilha mais aprofundada sobre o assunto para embasar as discussões. O adiamento mostra o quanto o ponto estava longe de ser pacífico entre as cerca de 200 participantes.

Em paralelo, nesse mesmo evento, as mulheres reunidas em grupo de discussão sobre controle da natalidade publicizaram seu repúdio ao Programa de Assistência Integrada à Saúde da Mulher (PAISM), visto como uma “imposição do FMI”, e deliberaram por campanha de esclarecimento sobre o tema no Estado, enfatizando que nosso problema, na verdade, era a mortalidade infantil e a má distribuição de terras. A manifestação aproxima-se da tônica geral dos movimentos feministas no Brasil sobre o tema, segundo Joana Maria Pedro:

De forma sintética sobre os novos métodos contraceptivos, o movimento feminista afirmava: a) que a solução para o problema demográfico era o desenvolvimento econômico com justiça social; b) que os métodos artificiais disponíveis traziam problemas de saúde; c) que as políticas do Estado em relação à natalidade visavam ao corpo das mulheres e pretendiam acabar com a miséria, não deixando nascer os pobres. Algumas, todavia, criticavam apenas a falta de acompanhamento médico no uso de contraceptivos. (PEDRO, 2003, p. 254).

O III Congresso aponta, ainda, para a organização de conselho estadual voltado para a defesa jurídica da mulher, proposta que começa a se tornar realidade em outros estados brasileiros, a partir dos protestos contra a violência doméstica e que, mais tarde, pressionariam o Estado pela criação de delegacias especializadas. Num ano decisivo para o processo de abertura política, o informe produzido pelos agentes do SNI sobre mais um congresso de mulheres deu conta de deliberações diversas, que iam desde o apoio às eleições diretas para presidente, por meio da emenda Dante de Oliveira, luta pela reforma agrária, pedidos de congelamento de preços de gêneros de primeira necessidade e realização de greve geral no campo e na cidade. No duro equilíbrio entre lutas gerais e específicas, o movimento de mulheres ia construindo caminhos possíveis no Brasil.

Considerações finais

O movimento feminista brasileiro foi alvo de vigilância por parte do regime autoritário instalado em 1964, assim como outros movimentos sociais e organizações políticas. A documentação produzida por órgãos de informação sobre esse tema, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, ainda é pouco explorada pela pesquisa histórica brasileira, mas traz importantes elementos para pensar tanto a própria dinâmica dos grupos espalhados por todo o território brasileiro como as representações construídas sobre a organização de mulheres pelos órgãos de repressão.

A maior parte dos documentos analisados neste capítulo associa o feminismo ao que seriam organizações de fachada para a ação do movimento comunista, assim como aconteceu com o movimento ambientalista e o de direitos humanos surgidos no processo de abertura política. A construção, embora reducionista, revela aspectos da especificidade da luta das mulheres no Brasil, desde sempre envolta com os desafios da luta da esquerda contra a ditadura, pela democracia, e/ou contra o sistema capitalista, seja pela via revolucionária ou mediante reformas sociais e econômicas.

As pautas feministas de segunda onda, desenvolvidas nas conjunturas europeia e norte-americana, calcadas nas lutas pelo direito ao corpo e à crítica das desigualdades entre homens e mulheres, eram mal vistas pelos movimentos de esquerda, que as criticavam ou desqualificavam por seu caráter considerado sexista ou divisionista. No Ceará, não foi diferente. Quando o movimento de mulheres ganhou corpo, os partidos e organizações clandestinas de esquerda passaram a disputar ou tentaram interferir na condução das lutas feministas, o que é detalhado ricamente pela documentação referente aos congressos e reuniões de mulheres que tiveram agentes dos órgãos de vigilância infiltrados até meados dos anos de 1980.

As disputas concentravam-se entre a UMC e CPM, especialmente, que eram denunciadas sistematicamente pelo abandono de questões específicas ou pelo interesse em dar prioridade às pautas de seus partidos ou organizações políticas hegemônicas. Essas disputas no interior de congressos e entre entidades revela aspectos ligados às diferenças de projetos de esquerda, mas fornece, ainda, elementos para pensar de forma mais aprofundada sobre as desigualdades de gênero no cerne das lutas por novos projetos de sociedade no conturbado Brasil dos anos de 1970 e 1980.

Referências

ARRAZOLA, Laura Susana Duque. Mulheres e feminismo em Pernambuco: reflexões sobre uma trajetória. In: SALES, Celecina de Maria Veras *et al.* (org.). *Feminismo, memória e história*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Antifeminismo e ressentimento: as mulheres no Pasquim. 13º Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. *Anais Eletrônicos [...]*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 30 de julho a 4 de agosto de 2017, p. 1-12. Disponível em: <http://fazendogenero.ufsc.br/wwc2017>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória*. O Movimento Feminino pela Anistia (1976-1979). Fortaleza: Inesp/UFC, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (org.). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011, p. 233-257.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Movimento Feminino pela Anistia – militância e afeto na luta política contra a ditadura militar brasileira. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9. *Anais Eletrônicos [...]*. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2010, p. 01-09.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena. *As Mobilizações do Gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014.

FERREIRA, Mary. *Feminismos no Nordeste Brasileiro*. Histórias, memórias e práticas políticas. Polis: Ciudad del Mexico, v.28, 2011.

FICO, Carlos. Como eles agiam. *Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIRA, Sérvulo A. Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (org.). *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MORAES, Letícia Nunes de Góes. Agentes infiltrados no movimento feminista brasileiro. In: AQUINO, Maria Aparecida *et al.* (org.). *O dissecar da estrutura administrativa do Deops/SP*. Dossiê Deops São Paulo, v. 3. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2002.

MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (org.). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil. uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-33, 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente?. *Projeto História*. São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

RABAY, Glória de Lourdes Freire. Movimentos de mulheres na Paraíba: conquistas e desafios. In: SALES, Celecina de Maria Verasi et al. (org.). *Feminismo, memória e história*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

RAMKRAPES, Carolina Melania. *Histórias do movimento feminista no Ceará*: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele. 2017. recurso online (176 p.). Dissertação (mestrado em História Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-612, 2005.

TELES, Maria Amélia Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELES, Maria Amélia Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista. A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

VITORINO, Grace Trocolli. *Feminismo e Pós-feminismo: a dupla tessitura das relações de gênero*. 1994, recurso impresso (157f). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades I, CE, 1994.

Entrevistas

GUEDES, Verônica. Depoimento, 28 de agosto de 2018. Fortaleza. Entrevistadora: Sarah Pinho da Silva.

GUEDES, Verônica. Depoimento, 07 de dezembro de 2018, Fortaleza. Entrevistadoras: Ana Rita Fonteles Duarte, Sarah Pinho da Silva e Elyssan Frota dos Santos.

SILVA, Nilze Costa. Depoimento, 28 de agosto de 2018. Fortaleza. Entrevistadora: Sarah Pinho da Silva.

SILVA, Nilze Costa. Depoimento. 07 de dezembro de 2018, Fortaleza. Entrevistadoras: Ana Rita Fonteles Duarte, Sarah Pinho da Silva e Elyssan Frota dos Santos.

LUTA E RESISTÊNCIA POLÍTICA: A IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA NOS ANOS 1970 E 80¹

Barbara Popadiuk

Elaine Schmitt

Karina Janz Woitowicz

Introdução

Folhear um jornal é um modo de remontar fragmentos de uma história enquanto ela está se desenrolando. Por proporcionar um registro – sempre parcial – do cotidiano, marcado por tensões, disputas e elementos de um determinado contexto, o jornal se apresenta ao mesmo tempo como um importante objeto e uma fonte para a pesquisa histórica.

Enquanto um modo de construção da realidade (ALSINA, 2009), o jornalismo estabelece um tipo de vínculo ou interdependência em relação às instituições e às esferas de poder, que interferem na produção de um conhecimento singular do mundo, constituindo versões que tendem a se tornar hegemônicas. Em certos momentos históricos, em que o controle da imprensa serviu como forma de legitimação do poder instituído pela força, a relação entre democracia e liberdade de expressão se tornou evidente. Foi o que aconteceu durante a ditadura militar no Brasil, que nos chamados “anos de chumbo” (1964-1985) promoveu ataques aos direitos humanos, perseguições, torturas e mortes a opositores, contando com o apoio ou silenciamento da grande mídia, seja por medo ou conivência.

Contudo, não se pode dizer que houve um discurso único e consensual de defesa dos militares que reverberou em todos os espaços de mídia, formando uma opinião pública favorável ao governo. Houve resistência em todas as partes do país: nas brechas do discurso oficial, por iniciativa de jornalistas que atuavam nos meios censurados, e na vigorosa imprensa alternativa e/ou independente que surge como espaço de oposição política e ousa desafiar o poder principalmente nos períodos mais duros do regime, após o Ato Institucional n.º 5, em 1968.

O que dizer, então, dos jornais e boletins informativos que circulam às margens das estruturas de poder e promovem discursos dissonantes? Como eles participam do processo de construção da realidade social e histórica?

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

A imprensa alternativa ou independente – no sentido de distanciar-se das relações de dominação para ver-se livre de compromissos mercadológicos –, produzida no período da ditadura militar brasileira, é reveladora do processo de organização da sociedade a partir de grupos e setores que se mobilizam para lutar pela democracia.

O foco do presente texto valoriza as narrativas contra-hegemônicas protagonizadas por uma parcela dessa imprensa que colocava em pauta as demandas do movimento de mulheres. Tratam-se de jornais na maioria das vezes de pequena circulação, produzidos sem estrutura financeira ou mesmo profissional, com envolvimento de mulheres militantes que entendiam exatamente o papel da imprensa na defesa da democracia: informar, denunciar, promover o debate, formar a opinião, mobilizar as pessoas, contrapor versões dos acontecimentos. E constituir um espaço próprio para que as mulheres pudessem se fazer ouvir, em uma clara percepção de que feminismo e democracia demandavam uma luta conjunta. Eis que emergia a imprensa feminista de 1970 e 80.

Pretende-se, portanto, discutir o fortalecimento do movimento feminista a partir de suas publicações impressas, entendendo que se tratam de fontes para observação das dinâmicas sociais que marcaram os anos 1970 e 80. Para tanto, são trazidas referências sobre a trajetória do feminismo e o papel da mídia alternativa e independente na visibilidade das lutas das mulheres e no próprio processo de organização dos grupos feministas, de modo a situar historiograficamente o debate sobre os conflitos que marcaram o período.

Com base em uma pesquisa documental realizada junto ao acervo de periódicos do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC) e aos documentos do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria)², buscou-se discutir a atuação da imprensa feminista na articulação e projeção das lutas feministas, com base no mapeamento dos principais jornais que circularam no Brasil durante a ditadura militar e nos primeiros anos de abertura política. Dessa forma, serão apresentadas informações sobre os locais onde foram produzidos, orientação editorial, bem como as principais temáticas e lutas travadas em suas páginas. A partir desse levantamento, discute-se a existência de veículos em diferentes regiões do país e o modo como a imprensa feminista permitiu um tipo de articulação em rede, conectando grupos e demandas das mulheres por meio da ação discursiva.

Ao traçar algumas informações sobre a história de veículos feministas e suas bandeiras, buscou-se lançar luz sobre o processo gradativo de

² Registramos nossos agradecimentos à Fernanda Fernandes, que possibilitou o acesso ao acervo de publicações do Cefuria e o empréstimo de materiais para digitalização.

conquista de espaço para tematizar, em meio à ditadura, os direitos das mulheres. Trata-se de uma história que compõe um cenário de lutas pela resistência que contou com o papel decisivo da imprensa não hegemônica para instituir na esfera pública as demandas pela cidadania das mulheres, conjugada com transformações no campo da política.

Muitas dessas experiências de imprensa feminista permanecem invisíveis ou pouco conhecidas, e certamente há diversos outros jornais e boletins produzidos em distintos lugares deste país que não integram este trabalho, por não estarem disponíveis nos acervos mencionados. Portanto, a discussão em pauta, longe de oferecer um retrato do que foi a imprensa feminista do período em questão, busca recompor alguns fragmentos de uma imprensa que, décadas atrás, constituiu as bases do movimento feminista no Brasil.

Jornalismo alternativo, lugar de militância feminista

Pode-se dizer que, em meio às pautas de crítica e denúncia às situações de opressão vivenciadas durante a ditadura militar, a imprensa alternativa atuou na defesa dos interesses e demandas de diversos movimentos sociais. As questões feministas também encontravam espaço nesses veículos, o que permitiu, em determinados momentos, o estabelecimento de vínculos de solidariedade entre os diferentes grupos e movimentos que integravam a luta pela democracia.

Porém essa solidariedade nem sempre se mostrou plena e irrestrita, pois ao mesmo tempo que a imprensa alternativa e independente dava espaço para as causas feministas e assumia a defesa dos direitos das mulheres, por vezes recaía em contradições, próprias das disputas no interior do movimento de esquerda (WOITOWICZ, 2009). Céli Pinto (2003, p. 64) recupera a imagem do feminismo na época e analisa o tratamento dado por alguns representantes dessa imprensa às questões relativas às mulheres:³

O feminismo era malvisto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal *Pasquim*, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo. (PINTO, 2003, p. 64).

³ As observações de Bernardo Kucinski vão ao encontro dessa perspectiva, ao destacarem o rechaço da imprensa alternativa às questões das mulheres: “Enquanto um novo movimento feminista explodia na Europa desde o começo dos anos de 1970, no Brasil a questão da mulher era desprezada por diversos jornais alternativos importantes. [...] No Brasil, o feminismo ainda era tratado com desdém e mesmo chacota, inclusive por *O Pasquim*, que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral “anti-classe média moralista”, especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. Frequentemente, associavam feminismo à frustração sexual” (2003, p. 124).

A difícil inserção sobre a temática mulheres na imprensa do período, que além da esquerda, somava-se à da censura militar, é discutida também por Teles e Leite (2013), ao lembrarem quando, em 1976, o jornal alternativo *Movimento* teve sua 45.ª edição vetada por abordar, especialmente, o trabalho da mulher no Brasil. Nesse caso, comentam as autoras, “até as tabelas com os dados estatísticos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram censuradas” (TELES; LEITE, 2013, p. 143).

As contradições presentes na própria imprensa alternativa reforçaram a urgente necessidade de o movimento feminista criar seus próprios veículos, reconhecendo a importância de valorizar um discurso capaz de promover o debate sobre as chamadas “causas específicas” das mulheres. As diferentes experiências de comunicação que marcaram a história do movimento, notadamente entre os anos 1970 e 80, revelam esse tipo de mídia como um lugar de resistência que atua no fortalecimento das causas do movimento e do ideal de democracia a ser conquistado no país, no espaço privado e nas relações cotidianas.

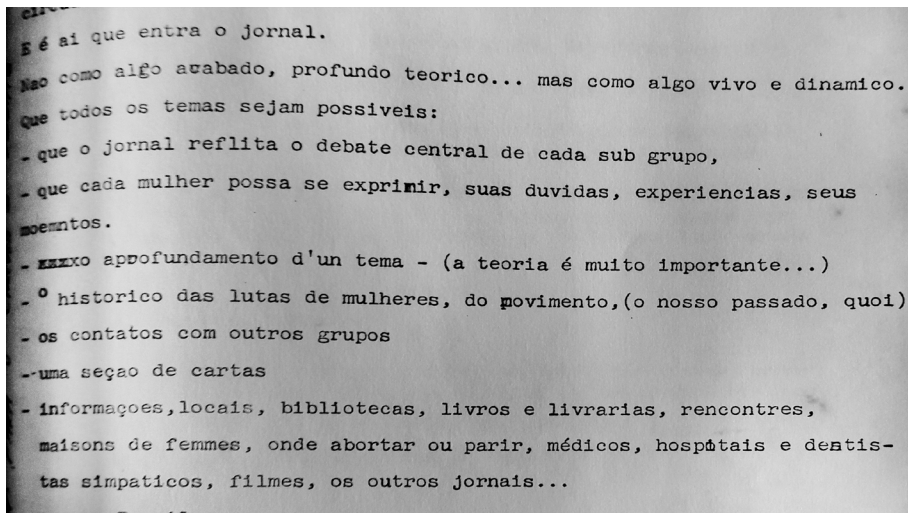
O feminismo no período é marcado por importantes debates e conquistas que se efetivaram como resultado das práticas de organização e resistência feminista, como na criação do Grupo Latino-Americano das Mulheres em Paris e do boletim informativo *Nosotras*, conforme descreve Rosa (2013, p 154):

Apesar das condições precárias, o entusiasmo e a disposição para criar algo novo frente às capturas incessantes dos aparelhos do estado e da normatização de uma sociedade patriarcal fizeram com que as mulheres do Grupo criassem um jornal-boletim, difundindo as ideias feministas.

Suas publicações, no entanto, pareciam ir além de denúncias, uma vez que eram frequentes propostas de ações e saídas que transformassem, com urgência, a “face do mundo”.

Além do *Nosotras*, do Grupo Latino-Americano, houve também a criação do jornal *Zero*, elaborado pelo Círculo de Mulheres de Paris. O objetivo era produzir uma tribuna de debates que oportunizasse a socialização de experiências tanto individuais quanto dos subgrupos, propondo a reflexões sobre as relações existentes dentro do movimento internacional de mulheres. Na figura abaixo, podemos ver os direcionamentos datilografados que organizavam a futura criação do jornal:

Figura 1: Registro em ata da organização para a criação do jornal *Zero* do Círculo de Mulheres em Paris



E é aí que entra o jornal.
Não como algo acabado, profundo teórico... mas como algo vivo e dinâmico.
Que todos os temas sejam possíveis:
- que o jornal reflita o debate central de cada sub grupo,
- que cada mulher possa se exprimir, suas duvidas, experiencias, seus
momentos.
- ~~XXXXX~~ aprofundamento d'un tema - (a teoria é muito importante...)
- o historico das lutas de mulheres, do movimento, (o nosso passado, aqui)
- os contatos com outros grupos
- uma seção de cartas
- informações, locais, bibliotecas, livros e livrarias, rencontres,
maisons de femmes, onde abortar ou parir, médicos, hospitais e dentis-
tas simpáticos, filmes, os outros jornais...

Fonte: Acervo do LEGH/UFSC

Temáticas como igualdade no âmbito do trabalho, direito a creche, combate à violência doméstica, sexualidade e direito ao corpo, aborto e direitos reprodutivos, participação política, entre diversas outras, fazem parte das bandeiras e ações do movimento, tanto no Brasil quanto em grande parte do mundo ocidental.

Diante da criação de grupos feministas brasileiros, foram lançadas publicações entre o final dos anos 1970 e o início dos 80 que, com orientações editoriais distintas, inseriram o debate sobre diversas questões feministas nos meios da política, da intelectualidade e em setores de base.

As experiências dos grupos feministas e de mulheres apontavam cada vez mais para a necessidade de criar um discurso próprio, que deu origem às experiências de imprensa feminista (WOITOWICZ, 2014). Em um Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1981, entre as temáticas discutidas ganhava destaque a comunicação. O evento, registrado no livro *Mulheres em Movimento*, discutiu o papel educativo dos meios de comunicação, considerando que cumprem “não apenas o seu sentido conservador de reprodução da ideologia dominante, mas também, o seu sentido de mudança enquanto focos de resistência e propagadores das novas ideias e valores” (BARSTED, 1983, p. 13).

Ao abordar a importância da criação ou reapropriação da mídia, Leila Barsted observa que na década de 1970 novos espaços foram sendo criados para o discurso das mulheres, a partir de meios variados: revistas, boletins,

jornais alternativos, luta por espaço dentro da grande imprensa, do rádio, da televisão e do cinema. Para ela, “os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história” (BARSTED, 1983, p. 16).

A necessidade de uma imprensa feminista própria colocou-se, assim, a partir da consciência de que os meios tradicionais de comunicação, esfera de atuação dos donos do poder, e até mesmo alguns setores da imprensa alternativa, ou ignoram a mulher, ou reforçam os estereótipos discriminatórios a seu respeito, ou a manipulam enquanto objeto de consumo-consumidora. Ou seja, negam a existência de um falar feminino e, portanto, de uma mulher sujeito de sua fala e de seu desejo. (BARSTED, 1983, p. 14).

Entre as experiências de imprensa alternativa feminista⁴, destacam-se os primeiros jornais produzidos no final dos anos 1970: *Brasil Mulher* (1975-1979) e *Nós Mulheres* (1976-1978). Além desses veículos, existiram muitas outras experiências do movimento de mulheres e feministas, como as publicações *Maria Quitéria* (1977)⁵, *Correio da Mulher* (1979), *Liberta* (Porto Alegre, 1980), *Mulherio* (1981-1987), *Chanacomchana* (1982)⁶, *Mulher ABC*, o goiano *Mariação*, as revistas *Fotochoq* e *Maria Sem Vergonha*, além de programas de rádio e boletins criados por grupos feministas em diferentes regiões do país. O jornal *Liberta*, criado por Sônia Weidner Maluf e Diná Lemos no contexto universitário do Rio Grande do Sul, tinha como principais pautas a luta por creches dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a divulgação do movimento feminista no Brasil: “[...] a gente fazia mais de reflexão falando de bases literárias, falando de sexualidade, falando de virgindade, que era uma discussão muito presente pra gente. Virgindade, sexualidade, prazer e muito dessa influência de leitura reichiana”, relata Sônia Weidner Maluf (2006) em entrevista.

Sobre os esforços para a produção, Sônia relembra o uso de mimeógrafos à tinta com matrizes perfuradas e as estratégias elaboradas para a compra de materiais:

⁴ Antes mesmo das primeiras iniciativas de comunicação alternativa de mulheres no Brasil, registra-se a participação de brasileiras exiladas em experiências de imprensa feminista durante a ditadura militar. Nesse sentido, destaca-se a edição do periódico *Nosotras* (1974-1976), do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972; e do *Agora é que são elas* (1975), publicado pelo Círculo de Mulheres Brasileiras, formado por exiladas brasileiras em Paris.

⁵ Maria Quitéria tinha o propósito de para divulgar as atividades do Movimento Feminino pela Anistia, não podendo ser caracterizado como um jornal. A esse respeito, ver: RAMOS, 2002, p. 57.

⁶ Publicado pelo Movimento Lésbico-Feminista (MLF), formado por mulheres dissidentes do Grupo Somos, fundado em 1978, conhecido como primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. Segundo Elizabeth Cardoso (2004, p. 46), “com tiragem de, em média, 200 exemplares por edição e periodicidade instável, entre trimestral e quadrimestral, o *ChanacomChana* circulou durante toda a década de 80, com sua última edição publicada no ano de 1989”.

[...] a gente passava o chapéu pra conseguir papel, pra conseguir matriz, e a mão de obra era nossa. Então a gente passava a noite rodando jornal. O que a gente fazia muito era festa, o 'Liberta' organizava festa e cobrava entrada. As festas do 'Liberta' eram famosas. A gente pedia um CA [Centro Acadêmico] emprestado, salão de algum CA emprestado, fazia a festa, cobrava ingresso, trabalhava uma noite inteira, vendia no bar cerveja, não sei o quê, e juntava uma grana que dava pra fazer um ou dois números do jornal. Outra coisa que a gente fez foi pegar livros relacionados a mulher, com editoras, livrarias e tal, e vender e ficar com uma parte pro grupo.

É possível perceber que o movimento feminista, à medida que se constitui como um espaço de resistência e luta em defesa das mulheres, passou a incorporar em suas ações diversas práticas relacionadas aos processos midiáticos. Os jornais, a partir de distintas orientações – que circulam entre o enfoque político, a luta de classes e questões ligadas à desigualdade entre homens e mulheres –, promoveram o debate sobre as causas do feminismo a partir da publicização de determinados assuntos na esfera pública (WOITOWICZ, 2014).

A partir disso, podemos compreender a imprensa feminista de 1970 e 80 para além de uma experiência jornalística que, em tese, seria formada por jornalistas e estruturada a partir de processos de produção e noticiabilidade determinadas pela prática profissional. Nesse momento, a urgência em comunicar outros discursos, muitas vezes de forma clandestina, transgredia qualquer lógica estabelecida profissionalmente, conforme relata Rosalina Santa Cruz Leite:

Não éramos jornalistas, éramos políticas, todas militantes de algumas ações diferentes, inclusive e aprendendo a ser feminista [e] o jornal [Brasil Mulher] é muito interessante porque mostra que éramos jovens. A maioria estava tendo o seu primeiro filho, éramos mães e estávamos tendo um contato direto com a periferia e clubes de mães. Foi ali que começamos a fazer um feminismo de base. (LEITE, 2017, s/p).

De acordo com Elizabeth Cardoso (2004), a imprensa feminista é um fenômeno nacional, presente em praticamente todas as regiões do país, que atravessou diferentes fases para sua consolidação durante a ditadura militar e após a abertura política do país. Na pesquisa de campo realizada pela autora em acervos históricos foram catalogados 75 periódicos feministas, entre boletins, revistas e jornais de todo o Brasil.

[...] não foi registrado nenhum título da região Norte; foram encontrados sete títulos na região Sul (cinco do Paraná e dois do Rio Grande do Sul); oito títulos originários da região Centro-Oeste (cinco do Distrito Federal, um do Mato Grosso e dois de Goiás); foram encontradas 12 publicações feministas editadas na região

Nordeste (cinco de Pernambuco, três da Bahia, uma do Piauí, uma da Paraíba e duas do Rio Grande do Norte); e 46 títulos feministas foram publicados na região Sudeste (28 da capital paulista, seis na região do ABCD, três do interior de São Paulo, quatro do Rio de Janeiro e cinco de Belo Horizonte). (CARDOSO, 2004, p. 50).

Com base nesses registros, observa-se que o fenômeno da imprensa alternativa encontrou nas experiências feministas um importante espaço de organização, mobilização e luta. E, como seria impossível abordar todas as publicações que representam as lutas do movimento no período considerado, serão apresentados a seguir alguns aspectos dos jornais que fazem parte do acervo utilizado no projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, que ilustram, em sua diversidade, o papel assumido pela imprensa no interior dos movimentos sociais como uma voz que visibiliza conflitos e produz disputas de sentido.

Características da imprensa feminista: os jornais na construção do movimento

A coleta do material de pesquisa documental que embasa este trabalho foi realizada em etapas, uma delas se deu por pesquisas na internet, que permitiram acesso a arquivos on-line dos exemplares de dois jornais digitalizados: *Mulherio*⁷ e *Nós Mulheres*⁸, além de edições avulsas do *Chanacomchana*⁹. O acervo acadêmico de pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina, que é, também, composto por materiais doados pelo Centro de Informação da Mulher (CIM) e pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), contribuiu com a maior parte dos veículos analisados. Seu conteúdo foi disponibilizado por pesquisadoras e pesquisadores ao longo dos anos, a partir de pesquisas que permitiram, entre outros tipos de documentos, o acesso aos periódicos feministas, ainda que em alguns casos de forma incompleta. Por meio dessas consultas foi possível identificar 13 periódicos de curta e média duração que circularam durante a ditadura civil-militar no Brasil: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio*, *Mulher Paulista*, *Bennet Informa*, *Jornal Brasília Mulher*, *Cadernos da Mulher*, *Jornal Maria*, *Jornal Mulher CECF*, *Espaço Mulher*, *Jornal da Mulher*, *Nzinga Informativo* e *Chanacomchana*.

⁷ O arquivo completo do jornal, em formato digital, foi disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas e pode ser acessado em: <https://www.fcc.org.br/conteudosoespeciais/mulherio/historia.html>

⁸ O arquivo completo do jornal, em formato digital, foi disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas e pode ser acessado em: <https://www.fcc.org.br/conteudosoespeciais/nosmulheres/>

⁹ Edições avulsas do jornal *Chanacomchana* podem ser acessadas na Hemeroteca Digital Leila Miccolis, no site do acervo Bajubá, disponível em: <http://acervobajuba.com.br/hemeroteca-digital-leila-miccolis/>

Imagem 1: Capas de jornais feministas



Fonte: Arquivo do LEGH/UFSC

Organização: As autoras, 2019

Outra forma de levantamento do material foi uma busca pelos arquivos do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria), localizado em Curitiba/PR. Nesse Centro, publicações de diversos movimentos sociais de variados anos e temas (inclusive estados/países) estão arquivadas. Além de jornais, esse arquivo engloba boletins, cartilhas de movimentos sociais, folhetos, registros de eventos, materiais educativos e outras publicações que revelam as variadas práticas de comunicação presentes nas ações do movimento feminista e de mulheres (urbanas e rurais). No levantamento para esta pesquisa, seis iniciativas de imprensa feminista foram encontradas: *Revista Vivência*, *Jornal da Mulher (Cabo)*, *Lua Nova*, *Mulher*, *Presença da Mulher* e *Mulher Teresina*.

Ao todo, 19 experiências de jornais alternativos feministas integram este trabalho. A maior parte desses periódicos foi produzida no Sul e Sudeste do Brasil, mas a pesquisa demonstra que a produção não circulava apenas nesses espaços, sendo identificados periódicos que existiam nas regiões Norte, Nordeste e no Distrito Federal.

De acordo com pesquisa bibliográfica e análise documental, até certo momento, a relação direta com os partidos de esquerda determinou a participação das mulheres na luta contra o regime. Segundo Celi Pinto (2003), o afastamento dos partidos aconteceu pela percepção das mulheres de que não tinham a devida voz nesses espaços para discutir as reivindicações feministas. “A esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: a unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais” (PINTO, 2003, p. 53).

Elizabeth Cardoso (2004) indica que dois acontecimentos simbolizaram alterações na imprensa feminista: o II e III Congresso da Mulher Paulista, em 1980 e 1981, respectivamente. Os eventos efetivaram a ruptura dos movimentos com os partidos de esquerda. Assim, a liberdade de enfocar e aprofundar os temas específicos das mulheres ganhou força.

Cardoso ainda categoriza a imprensa feminista pós 1974 em duas fases: a primeira e a segunda geração. Com duração de seis anos, a primeira ligaria o debate entre questão da mulher *versus* questões gerais e o combate à ditadura. A segunda geração (1981-1999) assumiria questões exclusivas das mulheres, incorporando o conceito de gênero.

As características dos jornais, no que se refere ao papel que assumiam e mesmo ao modo como eram produzidos, aproximam-se bastante. Em relação à periodicidade, na grande maioria das vezes não foi possível identificar esse dado devido à inconstância das publicações, uma característica da imprensa alternativa da época, dadas as dificuldades – técnicas, financeiras, de pessoal e também relativas à censura – para fazer circular os jornais. A

limitação financeira enfrentada pela imprensa feminista é mencionada por Rosalina Leite (2003, p. 237), que analisa que a periodicidade do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* foi prejudicada pela dificuldade de conciliar a publicidade com os objetivos de militância. Além das campanhas de apoio aos jornais, ambos propagandeavam os demais órgãos da imprensa alternativa, o que denotava o esforço para fortalecer esses espaços, comum entre os veículos que circularam durante a ditadura militar.

Podemos observar na Tabela 1 alguns aspectos sobre as experiências de imprensa feminista, como os jornais existentes, os locais onde foram produzidos, o período em que circularam e o número médio de páginas, que contribuem para um mapeamento inicial das publicações.

Tabela 1: Informações sobre os jornais feministas

Jornal	Local de produção	Período de circulação	Nº de páginas
Brasil Mulher	Londrina/PR – São Paulo/SP	1975-1979	Média de 16
Nós Mulheres	São Paulo/SP	1976-1978	Média de 14
Mulherio	São Paulo/SP	1981-1988	Média de 22
Mulher Paulista	São Paulo/SP	1981	Média de 04
Chanacomchana	São Paulo/SP	1981-1986	Média de 20
Bennet Informa	Rio de Janeiro/RJ	1982	Média de 04
Jornal Brasília Mulher	Brasília/DF	1982-1983	Média de 06
Cadernos da Mulher	Curitiba/PR	1984	Média de 06
Jornal Maria	Curitiba/PR	1984	Média de 08
Mulher (Teresina)	Teresina/PI	1984	Média de 04
Jornal Mulher CECF	São Paulo/SP	1984-85	Média de 20
Espaço Mulher	São Bernardo do Campo/SP	1985	Média de 08
Jornal da Mulher	Curitiba/PR	1985	Média de 08
Nzinga Informativo	Rio de Janeiro/RJ	1985-86/1988-89	Média de 09
Mulher	Rio de Janeiro/RJ	1986	Média de 12
Presença da mulher	Manaus/AM	1986	Média de 36
Revista Vivência	Campinas/SP	1988	Média de 24
Jornal da Mulher (Cabo)	Cabo/PE	1989	Média de 04
Lua Nova	Porto Alegre/RS	1989	Média de 10

Fonte: as autoras, 2019.

Nessa classificação, a primeira geração de periódicos está representada apenas por *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Como já mencionado, esses veículos buscavam conferir protagonismo às mulheres, ao mesmo tempo que conjugavam lutas específicas com a resistência à ditadura. Ambos os jornais encerraram sua publicação no final dos anos 1970 e são os mais citados como exemplos de imprensa feminista alternativa desse momento histórico.

Em sua análise das origens da imprensa feminista brasileira, com os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, Rosalina de Santa Cruz Leite (2003) assim descreve o contexto em que os jornais se desenvolveram:

Mulheres que se auto-organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o papel desempenhado pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* nessa conjuntura. (LEITE, 2003, p. 238).

A autora observa que os dois jornais refletem um “período histórico muito intenso e marcado por transformações rápidas e profundas” (LEITE, 2003, p. 237) e destaca como características das publicações as marcas da autonomia e da contestação à ordem social da época. As feministas que participaram dos referidos jornais eram majoritariamente militantes oriundas da esquerda, o que caracteriza os impasses em torno da dupla militância na formação dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.¹⁰

No *Brasil Mulher*¹¹, que publicou 16 edições regulares e mais quatro “extras” ao longo de sua existência, o destaque é para o discurso da igualdade e das lutas pelas causas democráticas, que envolvem homens e mulheres. Segundo Elizabeth Cardoso, o *Brasil Mulher*:

É o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento

¹⁰ “[...] O *Brasil Mulher* já era conhecido pelas feministas exiladas militantes do Círculo de Mulheres de Paris. A correspondência e o diálogo eram freqüentes entre a direção do jornal e o coletivo de mulheres exiladas, de onde se origina grande parte das militantes do *Nós Mulheres*. E, mais, o *Brasil Mulher* já era sabidamente, nessa época, constituído por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Quanto ao Círculo de Mulheres de Paris, cabe dizer que era formado por feministas de esquerda integrantes, em sua maioria, do Debate, dissidência política que surge no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas. Ao voltar ao Brasil, esse segmento lança o *Nós Mulheres*.” (LEITE, 2003, p. 235-236).

¹¹ O jornal foi fundado por Joana Lopes em Londrina/PR. Pago com o salário da jornalista, o *BM* foi impresso nas oficinas da *Folha da Manhã* e levado para São Paulo dentro de uma mala de viagem (KUCINSKI, 2003, p. 125). Lançado com o apoio do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), criado no mesmo ano (1975) por Therezinha Zerbini, o jornal foi transferido, a partir da sua segunda edição, para São Paulo.

feminista no período de 1974 a 1980. Editado bimestralmente, em formato tablóide, contendo 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado pela publicação, o *Brasil Mulher* tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional e venda em bancas, livrarias e por assinatura. Sua publicação cessa em março de 1980. (CARDOSO, 2004, p. 43).

Já o *Nós Mulheres*, lançado um ano depois, tendo como jornalista responsável Anamárcia Veinsecher, publica oito edições no período de 1976 a 78, assume-se como feminista e enfatiza o comprometimento com questões específicas das mulheres, a partir das quais desenvolve, ao longo da sua existência, um importante trabalho com mulheres de classes populares. De acordo com Bernardo Kucinski (2003, p. 128), o jornal possuía “uma base de ativismo mais ampla do que a do *Brasil Mulher*, incluindo membros de clubes de mães engajadas em lutas por creches na zona sul de São Paulo”. Sua matriz ideológica, segundo o autor, era “o paradigma clássico das esquerdas, mas com autonomia clara para a luta feminista” (KUCINSKI, 2003, p. 128). Nas suas páginas, revela-se o comprometimento contra a opressão de sexo e de classe, e a defesa do feminismo da igualdade.

Amelinha Teles relembra o alcance periférico que o movimento feminista teve na época, também a partir dos clubes de mães – que contou com a ajuda financeira de um padre:

No dia do jornal a gente ficava a noite toda na gráfica, fazendo. Depois a gente ia levar para as bancas de jornal pra distribuir nos bairros, nos sindicatos. E depois a gente fazia avaliação [...]. Ai, eu fazia leitura em dezoito clubes de mães [...]. Eu levava 150 jornais. Quem dava o dinheiro era o padre, ele falava assim ‘você não tá falando de aborto né?’ e eu dizia ‘de jeito nenhum!’. A gente estava falando né, claro. Inclusive assim, eu aprendi o seguinte: que eu nunca precisava falar nada, as mulheres que falavam, eu só respondia. Eu nunca precisei falar de aborto. Que o padre falava assim: ‘não pode falar de aborto’ Ai um dia tá lá... todo mundo discutindo aborto. Aí o padre falou assim ‘mas eu falei pra você que não pode discutir aborto e você tá discutindo’. Eu falei assim: ‘não, eu não falei, mas as mulheres tão falando e não posso falar coisas que elas não podem falar. Uma coisa é eu falar, outra coisa é elas falarem’. E ele falou ‘ah, então tá’. (TELES, 2017, s/p).

A produção desses dois veículos está concentrada em São Paulo, apesar de o *Brasil Mulher* ter começado suas atividades em Londrina, no Paraná. O *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* foram produzidos por associações: Sociedade Brasil Mulher e Associação das Mulheres, respectivamente. Esse aspecto reflete o processo de organização do movimento em agrupamentos ou coletivos de mulheres que atuam no período ditatorial.

Conforme observado a partir do levantamento dos principais temas presentes nos textos informativos dos dois jornais, o conteúdo se aproxima da constatação de Cardoso (2004), uma vez que parte considerável de suas produções remete à situação política do país. Das 51 matérias analisadas do *Brasil Mulher*, trabalho e situação política atingem a maior marca de publicações: 22 conteúdos (21,5%). Outros temas se destacam, como saúde (7 publicações, 13,7%) e educação (6 publicações, 11,7%).

O jornal *Nós Mulheres* apresenta proximidade temática com os conteúdos publicados no *Brasil Mulher*. Foram analisadas 65 matérias, e destas, os temas de destaque foram trabalho (18 conteúdos, 27,7%) e situação política (10 publicações, 16,9%).

A segunda geração da imprensa feminista engloba, no contexto deste trabalho, os demais jornais analisados, que totalizam 17 publicações. Para Cardoso (2004), nos anos 1980 os assuntos e demandas das mulheres tiveram algumas mudanças, a partir do processo de abertura política, possibilitando às mulheres discutirem sobre temas mais específicos dos movimentos. Assim, cada informativo ou jornal dava vazão a temas que não necessariamente eram tratados da mesma maneira pelos outros veículos, em razão de um maior direcionamento das lutas.

Assim, em uma conjuntura política um pouco mais aberta ao diálogo sobre questões específicas das mulheres, e menos marcada pela militância de esquerda, surge em São Paulo, no início de 1981, o jornal *Mulherio*, como a concretização de um antigo projeto de algumas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que se dedicavam ao estudo da condição feminina no Brasil. Fundado por Adélia Borges e conhecido como “o mais duradouro e o mais feminista dos jornais feministas” (KUCINSKI, 2003, p. 129), *Mulherio* fugia do modelo organizativo da imprensa alternativa dos anos 1970, contando com o suporte de uma entidade. O jornal não era ligado a nenhum grupo feminista em particular; ele era formado por mulheres de vários grupos e dava destaque para questões relacionadas a comportamento e sexualidade, sendo publicadas 39 edições bimestrais ao longo de seis anos.

Nessa segunda geração de jornais, percebe-se uma rede maior de publicações feministas, o que indica uma aproximação das mulheres aos movimentos e a criação de novas frentes de atuação, com a luta pelo fim da ditadura e pela efetivação dos direitos das mulheres na democracia.

Além de experiências que dizem respeito a grupos que se formaram a partir da criação de um veículo, o que se destacam no período são as iniciativas de produção de jornais como uma prática comum de diversos grupos feministas. Muitas vezes de forma artesanal e com poucos recursos,

esses veículos eram publicados com o firme propósito de divulgar a causa feminista, dentro e fora do movimento.

Nas publicações identificadas nesse mapeamento, observa-se que, além da tematização diferenciada da primeira geração, é possível encontrar características mais específicas dentro do próprio movimento, como é o caso do *Jornal Nzinga Informativo*, que acaba direcionando suas discussões para o feminismo negro e o combate ao racismo, e do *Chanacomchana*, vinculado ao feminismo lésbico.

A produção desses jornais é variada e apresenta interessantes singularidades. Várias das equipes que produzem esses periódicos são relacionadas a comissões de saúde, grupos de mulheres e universidades. Como exemplo, o Conselho Municipal de Condição Feminina de Curitiba/PR e o Estadual de São Paulo/SP produziam o *Jornal da Mulher* e *Mulher CECF*, respectivamente. O *Espaço Mulher* tem um caráter universitário, sendo produzido pelo Núcleo de Memória Popular do ABC – Instituto Metodista de Ensino Superior. Outras publicações são relacionadas a grupos e movimentos, como o *Brasília Mulher* (Grupo Brasília Mulher), *Jornal Maria* (Movimento de Mulheres 8 de Março), *Chanacomchana* (Galf – Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e *Lua Nova*, que era produzido a partir do Núcleo de Ação Sindical e Feminista, de Porto Alegre/RS.

Pode-se perceber, dessa maneira, a atuação dos coletivos e grupos de mulheres na produção dos conteúdos diversos que compõem bandeiras e lutas do movimento feminista. Além de uma produção jornalística, esses conteúdos abordam diversas áreas que são ocupadas também por mulheres, como literatura e cinema.

Grande parte dos arquivos levantados da segunda geração possui poucas edições ou até mesmo um único exemplar. Isso se deve ao próprio momento em que foram produzidos, à dificuldade de armazenamento, à pequena circulação que alguns periódicos tinham e mesmo à falta de registro de experiências de imprensa alternativa no país. Percebe-se que as ligações com movimentos ou grupos institucionais definia as suas pautas e até o momento da produção. Jornais como *Lua Nova* e *Brasília Mulher*, que estão ligados a movimentos e grupos de mulheres, delimitam seus conteúdos a partir das discussões internas do movimento, ou da publicização de eventos importantes como Encontros Feministas e outros tipos de ação. Outra finalidade desses jornais é o agendamento das atividades dos próprios movimentos, grupos de mulheres e Conselhos institucionais.

É interessante pontuar que os movimentos referentes ao dia 8 de março refletem em uma parte significativa de publicações, ganhando destaque na cobertura da imprensa alternativa. Alguns jornais surgiram e tiveram sua

primeira publicação motivada por esse marco das lutas das mulheres, outros fazem um apanhado histórico ou ocupam uma edição inteira como especial do Dia Internacional da Mulher, como o jornal *Bennet Informa*.

Um ponto interessante, presente em diversas publicações, é a interação entre as leitoras desses periódicos. Alguns jornais reproduzem a coluna de cartas para que as leitoras possam fortalecer canais de diálogo e expressão em torno dos assuntos abordados e do próprio movimento. Na revista *Presença da Mulher* e nos jornais *Mulherio* e *Chanacomchana*, essa coluna se mantém ativa para a criação de um vínculo entre as mulheres. O *Jornal da Mulher* do Cabo, por exemplo, pede para que as leitoras enviem cartas com sugestões, críticas e outros comentários, com o intuito de fortalecer a organização e a comunicação.

Entre as dificuldades para produção de um jornal, a periodicidade é uma questão a ser observada. Grande parte das produções tem uma regularidade interrompida, com meses ou edições que acabaram não sendo produzidas. Uma das justificativas para essa descontinuidade é a falta de recursos para a produção das publicações, aspecto relatado em diversas edições da imprensa alternativa.

Dificuldades orçamentárias para a impressão e circulação dos jornais, limitações de equipe para produção do material e impasses que a conjuntura política do período apresenta para essas mulheres concretiza o desafio de fazer jornais como parte da resistência feminista. Mesmo o *Mulherio*, que é considerado um dos maiores jornais feministas, também passa por questões de financiamento. Desde as primeiras edições, o jornal pede às leitoras que assinem o periódico e deixa claro que essa ação faz com que seja possível continuar a produção do veículo.

Esse é o exemplo de um jornal que possuía pontos de venda e o apoio de uma fundação (Carlos Chagas). Outros jornais que circularam no mesmo período não tinham a mesma condição. O *Nzinga Informativo* teve diversos percalços para sua continuidade, e é possível observar essa questão a partir da distância temporal de uma publicação a outra. Nas últimas edições recolhidas pode-se destacar os agradecimentos a sindicatos que auxiliaram na produção dos jornais, o que revela um tipo de vínculo e colaboração no interior dos movimentos sociais.

Os temas da segunda geração de publicações são mais variados e indicam a consolidação dos movimentos de mulheres e a busca pela efetivação de políticas públicas. Nesse período, a discussão de raça fica mais evidente no *Mulherio* e *Nzinga Informativo*, se comparada com as publicações anteriores aos anos 80. Autonomia das mulheres, saúde, direitos reprodutivos e direito ao corpo também são temas que se desenvolvem nesse período.

Contudo é importante considerar que o debate em torno da situação política se manteve presente nas diversas publicações da imprensa feminista, mesmo após o fim da ditadura civil-militar. A abertura política motivou discussões em torno da garantia dos direitos das mulheres na Constituinte, em um momento em que o movimento feminista caminha para a institucionalização (PINTO, 2003). Os conteúdos da imprensa feminista passam então a refletir as demandas das mulheres, construídas ao longo do processo de organização do movimento, e a necessidade de manter em pauta as lutas históricas por direitos.

Além do caráter diversificado da imprensa feminista, outro aspecto que a caracteriza diz respeito às relações mantidas com diversos movimentos e, mesmo, com outros periódicos alternativos. É possível identificar, de forma recorrente, a menção a temas tratados em outros jornais, brasileiros ou de países da América Latina, que também possuíam uma produção voltada aos direitos das mulheres. A indicação de leituras de outras produções que possuíam sintonia com a linha editorial dos periódicos reflete o sentido de colaboração e integração no interior do movimento feminista que se fortalece com a ação da imprensa.

Considerações finais

As lutas das mulheres durante e mesmo após a ditadura se entrelaçam com os discursos de resistência produzidos pela imprensa alternativa, revelando uma forma particular de ação política. Sustentadas no papel de mobilização e visibilidade do feminismo, as práticas de comunicação contra-hegemônicas possibilitaram colocar em pauta importantes demandas e reivindicações das mulheres no referido período.

As experiências aqui mencionadas mostram a diversidade interna do movimento feminista, a circulação de debates em diferentes partes do país, bem como a força do discurso como mecanismo de luta política. Dezenove jornais, de regularidade incerta e circulação restrita, contribuíram de alguma forma para produzir resistências. E, mesmo que não seja possível medir os impactos dessa mídia alternativa (DOWNING, 2002), é certo que ela serviu como apoio à luta feminista ao questionar o sistema político e as desigualdades cotidianas vividas pelas mulheres.

Certamente, diversas outras iniciativas que fizeram parte da imprensa feminista no período considerado poderiam também figurar neste levantamento, lançando perspectivas capazes de ampliar e mesmo contrapor aspectos em torno do fenômeno investigado. Ao reconhecer os limites do mapeamento apresentado, entendemos que o tema permanece aberto a novas investigações e demanda a descoberta e disponibilização de acervos e documentos ainda pouco acessíveis ou desconhecidos.

Diante do recorte proposto, consideramos que revisitar esse momento da história brasileira, marcado pelo autoritarismo e pelo desrespeito aos direitos humanos, representa uma possibilidade de discutir o processo de construção da democracia e as heranças da imprensa feminista nas experiências desenvolvidas na atualidade pelos feminismos, que permanece emergindo em defesa da igualdade e da justiça social e com compromissos históricos contra a opressão.

Por fim, acreditamos que a reflexão sobre as lutas e enfrentamentos permanentes na defesa dos direitos das mulheres segue necessária em inúmeros cenários e contextos.

Fontes

TELES, Amelinha. Entrevista concedida a Cintia Lima Crescêncio e Luísa Dornelles Briggmann, filmada por Elaine Schmitt e transcrita por Elaine Schmitt e Luísa Dornelles Briggmann. Florianópolis, 04/08/2017.

LEITE, Rosalina Santa Cruz. Entrevista concedida a Cintia Lima Crescêncio. Florianópolis, 2017.

MALUF, Sônia Weidner. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Maise Zucco e transcrita por Larissa Medeiros Bernardi. Florianópolis, 2006.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: Edusc, 1999.

BARSTED, Leila Linhares. Comunicação: é falando que a gente se entende. *In: PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa brasileira pós-1974. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 37-55, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300004>. Acesso em: 15 maio 2019.

CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-74*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DOWNING, John. *Mídia radical*. São Paulo: SENAC, 2002.

FICO, Carlos. Censura, ditadura e 'utopia autoritária'. *In: COSTA, Cristina (org.). Seminários sobre Censura*. São Paulo: Balão Fapesp, 2012. p. 65-75.

GRINBERG, Máximo Simpson. *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LEAL, Ranielle; HOHLFELDT, Antonio. *Veja e a formação de uma opinião favorável ao regime militar*. In: RÊGO, Ana Regina. *Narrativas do jornalismo e narrativas da história*. Porto: Media XXI, 2014. p. 385-409.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. *Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. v. 11, n. 1, p. 234-241, 2003.

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres ditaduras e memórias*. São Paulo: Intermeios, 2013.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz Leite. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1957-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

WOITOWICZ, Karina Janz. *A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo*. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014: 50 anos do Golpe Militar de 64. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n1p104>. Acesso em: 15 maio 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz. *Lutas e vozes das mulheres na imprensa alternativa: a presença do feminismo nos jornais Opinião, Movimento e Repórter na década de 1970 no Brasil*. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). *Recortes da mídia alternativa: histórias & memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009. p. 31-48.

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER? FEMINISMOS, DOMESTICIDADE E CONFLITO SOCIAL NO BRASIL (1964-1990)¹

Soraia Carolina de Mello

Existe uma visão ainda muito corrente de divisão das esferas pública e privada. Essa perspectiva já foi criticada, desmontada e desconstruída, quer dizer, questionada por diferentes teóricas feministas (PATEMAN, 2013; OKIN, 2008; JELIN, 1984; YOUNG, 1987; LAMOUREUX, 2009) como artificial, no sentido de ser inventada e operada com a finalidade de servir aos interesses dominantes, aqueles do poder masculino, colonial, hegemônico. Se formos, apesar das críticas, reproduzir, de forma bem grosseira, a divisão estabelecida pela modernidade entre público e privado, poderíamos pensar que a domesticidade não é o espaço do conflito social. Primeiramente porque esse pensamento moderno não considera a domesticidade um espaço propriamente social. A domesticidade nessa perspectiva é privada (portanto não seria política); é familiar e, assim sendo, é uma parte integrante e uma ferramenta na manutenção do que é social, mas não ocupa nem deve ocupar os espaços “sérios”, privilegiados, fundamentais que a economia e a política ocupam na vida social. Mesmo aspectos considerados de segunda importância em relação à economia e à política, como a cultura e o lazer, recebem em muitos sentidos maior prestígio que o privado, o doméstico.

Isso não quer dizer que o político e o social não se importem com o que ocorre no doméstico. Existe um reconhecimento, sempre implícito e raramente explícito, por parte dos poderes hegemônicos, de que o que acontece na domesticidade sustenta a vida social e política. Contudo a separação de esferas tem sido eficiente, de uma forma bastante dinâmica, em manter aquelas designadas como responsáveis pelo doméstico longe dos espaços de decisão do poderio político e econômico, sem deixar de desempenhar suas funções essenciais de manutenção da sociedade. Essas operações, que subjetivam (GUATTARI; ROLNIK, 2010) e constituem mulheres de diferentes formas conforme seu status social, e mobilizam marcadores de raça, classe, nacionalidade e outros, foram e ainda são estudadas pelas teóricas feministas (BEAUVOIR, 1970; OAKLEY, 1974; DELPHY, 1978; BADINTER, 1985; HOLLOWES, 2008; JANY-CATRICE, 2016).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Esse reconhecimento mudo do valor da domesticidade se traduz em não reconhecimento. Partindo da noção de reconhecimento político e justiça social de Nancy Fraser (2009), que pressupõe reconhecimento, distribuição e representação como pilares necessários para a justiça social, podemos entender como o trabalho doméstico e de cuidado e as mulheres que o desempenham não são reconhecidos. A partir desse entendimento se estabelece a noção de conflito social em torno da domesticidade que é tema deste capítulo. Quando se demanda que o reconhecimento seja explícito, quando se denuncia os danos materiais às mulheres relacionados a essa separação de esferas e se exige redistribuição material, assim como quando se denuncia sua privação dos espaços de poder e se reivindica representação e participação política, o conflito se instaura.

Essa visão moderna de esferas separadas, presente nas democracias e nos totalitarismos, no capitalismo e no socialismo, parece ter sido mais ou menos corrente no que se identifica, no século XX, como mundo industrializado. O conflito social, categoria política presente nas sociedades “avançadas”, calçou-se, então, durante muito tempo, no conflito de classes, chave explicativa do mundo industrializado por meio da qual se lia grande parte dos conflitos nas diferentes sociedades. As Ciências Humanas, nascidas na modernidade, nessa matriz eurocentrada, positiva e moderna, descrita de forma breve até aqui, encontraram durante muito tempo dificuldades em interpretar os conflitos sociais por intermédio de outras chaves explicativas que não a economicista ou da política tradicional. Quando chegamos na segunda metade do século XX, entretanto, a história transforma substancialmente o significado desses conceitos, quando questiona-se o que seria política, o que seria conflito, o que seria privado, e as formas como as chaves explicativas das Ciências Sociais até então operavam.

Em um contexto de crescimento da contracultura, de efervescência das novas esquerdas, de questionamentos das hierarquias e proliferação de novos costumes, como, por exemplo, a circulação da noção de liberação sexual, é que teóricas feministas produziram, de forma mais ou menos sistemática no mundo ocidentalizado, teorias que questionaram profundamente essa divisão público/privado. Batendo de frente tanto com a teoria liberal quanto com a teoria marxista, essas teóricas (MALOS, 1980; MITCHELL, 1967; LARGUIA; DUMOULIN, 1982; COSTA; JAMES, 1975; BENSTON, 1969) retomaram escritos como os de Alexandra Kollontai, e experiências de coletivização do trabalho doméstico, como a arquitetura de prédios com cozinhas coletivas nas grandes cidades estadunidenses no começo do século XX (HAYDEN, 1981) ou a experiência bolchevique de coletivização do cuidado de crianças nos primeiros anos após a revolução Russa (GOLDMAN, 2014; NAVAILH, 1995),

para desnaturalizar a noção de família nuclear como centro do trabalho reprodutivo.

Essas ideias feministas eram bastante revolucionárias e, caso bem sucedidas, transformariam na prática a vida social, política e material como era conhecida. Nesse contexto, o ideário feminista circulou e foi apropriado no Brasil de diferentes maneiras, como observaremos por meio de alguns exemplos no decorrer deste capítulo. As resistências à “novidade” também foram múltiplas, foram foco de conflito, e uma primeira maneira de buscaremos entender, acessar esse conflito, pode ser mediante as formas como esses debates se constituem em nossos dias (MARCO; FIOL; SCHWARZ, 2019).

Nossos exemplos contemporâneos de reafirmação da associação entre mulheres e domesticidade são múltiplos, e estão imbricados em interesses econômicos e de manutenção de privilégios: as manifestações contrárias aos direitos trabalhistas das empregadas domésticas em 2013,² a exaltação da figura da então “quase” primeira-dama como “bela, recatada e do lar” em 2016,³ ou a fundação em 2019,⁴ pelo Governo Federal, eleito pelo discurso do fundamentalismo religioso, de um Ministério que articula mulher (no singular) e família, como uma relação óbvia e naturalizada. Esses acontecimentos seriam suficientes para ilustrar focos de conflito com o pensamento feminista. Infelizmente, temos muitas outras amostras recentes de declarações de autoridades que prescrevem literalmente às mulheres características como a submissão e a domesticidade, e funções como a maternidade e a disponibilidade sexual.

Essas prescrições, contudo, dão-se em um contexto de emergência e fortalecimento dos debates feministas na esfera pública, de ressurgimento das grandes manifestações feministas de rua, de proliferação de publicação de obras feministas pelas editoras, de efervescência da temática nas produções culturais: em músicas, filmes, programas de televisão e principalmente na Internet. As políticas antifeministas, localizadas nos espaços de poder institucional, nesse contexto de “explosão feminista” (HOLLANDA, 2018), demarcam o conflito social que perpassa a temática na atualidade, ao mesmo tempo que nos oferecem um gancho, um mote, para pensarmos como esses conflitos se deram a partir da década de 1960 até finais da década de 1980 no Brasil.

² Citamos como exemplo a capa da *Revista Veja*, Edição 2315, de 3 de abril de 2013, que optou por abordar a nova lei que de forma inédita garantiu direitos trabalhistas às domésticas semelhantes às demais categorias de trabalhadores, retratando um executivo vestido em um avental lavando a louça, emburrado, com a chamada “Você amanhã”.

³ Também referência a uma matéria publicada pela *Revista Veja* em 18 de abril de 2016.

⁴ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Informações disponíveis em: <https://www.mdh.gov.br/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Mulheres, família e a Doutrina de Segurança Nacional

Além do paradoxo de ascensão de ideias conservadoras concomitante ao fortalecimento dos feminismos, existe outra semelhança entre o período analisado pelo Projeto Mulheres de Luta e nossa contemporaneidade que nos permite comparações: a presença de uma profunda polarização política. Por mais complexos e diversos que sejam o entendimento de política, os grupos e as posições políticas na contemporaneidade, existe no Brasil uma polarização evidente, uma noção de “dois lados”, com visões de mundo de muitos modos antagônicas, dentre as quais se divide a sociedade. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), produto da Escola Superior de Guerra (ESP) e da Guerra Fria foi, durante a ditadura civil-militar brasileira, uma política que privilegiou a associação entre mulheres e domesticidade em seus apelos à segurança e ao desenvolvimento nacionais (DUARTE, 2014), representando de forma institucional um dos lados dessa polarização: alinhado aos Estados Unidos e às democracias liberais na luta contra o comunismo.

Por meio da noção de guerra total, entendia-se que a Guerra Fria não dizia respeito apenas à esfera militar, e toda a população estaria engajada nela. Nessa visão, na população civil estaria localizado o “inimigo interno”, associado ao comunismo e a uma degenerada liberação dos costumes (independentemente de haver ou não liberação dos costumes no mundo comunista) que destruiria a família como instituição. Em uma lógica de que todos eram suspeitos até provar o contrário, a Doutrina de Segurança Nacional culpou diretamente as mães pelos desvios de seus filhos ao comunismo, de modo que a família nuclear, a religião, a moral e os bons costumes eram encarados como armas ideológicas de resistência à ameaça comunista.

Em 12 de setembro de 1969, já após o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, que possibilitava ao executivo legislar de imediato por meio de decretos-lei, sem depender dos trâmites do legislativo, o Decreto-lei n.º 869 torna obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino (FILGUEIRAS, 2006). A justificativa era justamente suprir lacunas que a família “moderna” (portanto, não tradicional) estaria criando na formação moral dos jovens e das jovens. Para os propósitos deste capítulo, interessa-nos observar o motivo alegado pelo Estado para a criação da disciplina nas escolas:

No quadro da Guerra Revolucionária, a população materializa a um só tempo, o objetivo e o agente da luta. A conquista dessa população pelo marxismo-leninismo será tanto mais fácil quanto maior for a permeabilidade da consciência das massas à redução de hábil propaganda subversiva. A família moderna facilita, de certo modo, a implantação e a evolução da Guerra Revolucionária-

ria, de vez que, perturbada pela evolução econômica e social e por solicitações de toda ordem, ela não mais assegura, de modo completo, sua função educadora.

Freqüentemente dissociada, particularmente em razão do trabalho da mulher fora do lar e da conjuntura econômica que a aflige, seus membros se vêm obrigados a operar fora do quadro familiar típico, cada qual atraído por um pólo exterior. A principal consequência desse estado de coisas é a flagrante deficiência da educação moral dos filhos. Por outro lado, a escola moderna ainda não tomou a si o encargo de compensar esta lacuna. (BRASIL, 1969).

Discursos semelhantes são encontrados em documentos produzidos pela censura televisiva do período⁵ e também em cartas de leitoras em jornais de grande circulação⁶, o que nos leva à compreensão, em diálogo com a bibliografia de referência (DUARTE; LUCAS, 2014), de que era corrente a ideia de que a família não tradicional criava jovens comunistas, inimigos do regime. Em especial aquelas famílias em que as mães não se dedicavam integralmente aos filhos e ao marido. O trabalho das mulheres fora do lar é, portanto, nesse documento, identificado, mesmo que indiretamente, como inimigo do Estado.

Essa lógica conservadora, contudo, não parece ter sido o foco de conflito, uma vez que ela reproduzia uma lógica de associação das mulheres à domesticidade que, apesar de não ser natural, era secular e amplamente aceita, social e culturalmente. É nesse contexto que o debate feminista, que abordaremos por intermédio de diferentes pontos de vista a seguir, operou como articulador de conflito social no que diz respeito às mulheres e à domesticidade.

Os capítulos deste livro dedicados à imprensa feminista militante e ao humor gráfico já abordam a questão da domesticidade, porque ela foi um dos temas privilegiados dessas publicações no período. Gostaria, entretanto, de destacar aqui um debate publicado no periódico feminista paulistano *Mulherio*, em 1981. Mais de uma década depois de a Educação Moral e Cívica ter se tornado disciplina obrigatória por lei, em todos os níveis de ensino, e em um momento em que os feminismos daquela geração já estavam mais organizados e eram socialmente reconhecidos como grupo político com reivindicações próprias, uma imagem retirada de um livro de Estudos Sociais⁷ é criticada na publicação.

⁵ Exemplos nos pareceres de censura da Polícia Federal dos filmes *Procura insaciável* (no original *Taking Off*), de 1971, e mais tarde em 1976 e 1981; ou nos pareceres do filme *A filha da pecadora* (no original *Desert Fury*), de 1969, 1981 e 1987.

⁶ Exemplo em *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17/05/1969, p. 4.

⁷ Disciplina criada durante a ditadura, pela Lei 5.692/71, para substituir Geografia e História nas séries iniciais do ensino fundamental, anulando o caráter crítico e as especificidades dessas disciplinas (SILVA; FONSECA, 2010).

Em casa, quem manda é o papai

Os livros de Moral e Civismo adotados nas escolas de 1º grau reforçam a rígida e tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres.



Fonte: *Mulherio*. São Paulo, ano 1, n. 4, nov./dez. 1981, p. 20.

A divisão de tarefas por gênero e as questões relativas ao trabalho das mulheres, que a partir da década de 1990 de forma mais ou menos consensual

⁸ Ilustração extraída de *A criança, a família, a escola*, livro de Estudos Sociais para a 1ª série, de Yolanda Marques, publicado em 1981 pela Companhia Editora Nacional. Redação da ilustração: "Papai é o chefe da família. Ele trabalha para nos sustentar. Mamãe cuida da nossa casa. Nossa casa está sempre limpa e arrumada. Eu e meus irmãos estudamos. Em casa, todos ajudam e cada um tem seu dever."

são designadas pelas teóricas como divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009), são já bastante debatidas pelas feministas brasileiras com a chegada da década de 1980 (PRADO, 1979; STUDART, 1969; SAFFIOTI, 1969; BRUSCHINI, 1979). A noção de complementariedade entre os sexos (ainda não existia o conceito de gênero nos termos atuais), quer dizer, a dicotomia público/masculino e privado/feminino, vetando às mulheres casadas a autonomia financeira que significava a possibilidade de acesso ao divórcio e a uma relação conjugal mais equânime, ficam evidentes na ilustração. A socialização das crianças nessa divisão de funções (DURAN, 1983; BELOTTI, 1981), indicando que é uma divisão ensinada e aprendida e, portanto, não natural, também se evidencia. No caso das mulheres de classes trabalhadoras, essa lógica também era reproduzida, apesar da duríssima dupla ou tripla jornada de trabalho.⁹

Apesar dessa desproporção do peso das duplas e triplas jornadas das mulheres dos estratos sociais mais baixos, um dos maiores fóruns públicos de denúncia e foco de conflito acerca da domesticidade na década de 1960 dirigia seu olhar para as mulheres de camadas médias privilegiadas. Talvez para elas, o ideário feminista norte-americano, a noção de “problema sem nome” de Betty Friedan (1971), demonstrou ter, naquele momento, maior significado.

“A condição feminina” e a domesticidade: circulação de ideário feminista na grande imprensa comercial

Não nos enganemos: a libertação feminina é um autêntico desafio. O problema milenar irrompeu e a bola de neve pôs-se a rolar: já é tarde para contê-la (SILVA, 1971, p. 130-135)¹⁰.

O tema do trabalho doméstico, justamente por suas repercussões afetivas com raízes no inconsciente, costuma provocar entre as leitoras uma enxurrada de reações intensas. Cada vez que as incito a trabalharem fora do lar, implicando com isso que a domesticidade não é tudo as cartas de protesto formam sôbre (sic) minha mesa uma pilha vertiginosa (SILVA, 1968, p. 120)¹¹.

Há uma especificidade na condição feminina; todas as mulheres, mesmo pertencentes aos mais diversos estratos sociais, têm em comum um tipo de experiência humana decorrente precisamente do fato de serem mulheres numa sociedade que as discrimina e oprime (SILVA, 1977, p. 166)¹².

⁹ Tripla jornada no caso por exemplo de trabalhadoras rurais: produção para a venda, produção para o consumo e trabalho doméstico. Mulheres militantes também mencionam triplas jornadas: trabalho remunerado, trabalho doméstico e militância política.

¹⁰ Últimas frases do artigo “Por que é preciso ser livre”, de Carmen da Silva, publicado em *Claudia*. São Paulo, n. 119, ano X, ago. 1971, p. 130-135.

¹¹ SILVA, Carmen da. O complexo de dona de casa. *Claudia*. São Paulo, n. 81, ano VIII, jun. 1968, p. 120.

¹² SILVA, Carmen da. Desconfie do homem que se diz feminista (é mais um truque do machão!). *Claudia*. São Paulo, n. 189, ano XVI, jun. 1977, p. 166, grifos da autora.

Anos antes de termos notícias sobre movimentos feministas daquela geração¹³ organizados no Brasil, ou mulheres mobilizando práticas feministas coletivamente nas décadas de 1960 e 1970 (SARTI, 2004; PEDRO, 2006), as reverberações das movimentações feministas no Norte Global estavam já presentes na chamada esfera pública brasileira. Abordaremos especificamente a figura de Carmen da Silva (1919-1985) e seu trabalho como colunista e também respondendo pessoalmente cartas de leitoras e leitores na *Revista Claudia*. *Claudia* começa a ser publicada no Brasil pela Editora Abril em 1961, com tiragem inicial de 150 mil exemplares, distribuição em todos os estados brasileiros e a proposta de ser a “revista da mulher moderna” (NEHRING, 1981). Carmen da Silva começa a assinar a coluna “A arte de ser mulher” em 1963. Escrevendo com marcado viés psicanalítico, é contratada pela revista para dar alguma resposta às inquietações que as aceleradas transformações nos costumes vinham causando nas leitoras (DUARTE, 2005). As respostas prontas, tradicionalmente elaboradas por homens, editores das revistas “femininas” naquele período (SARTI; MORAES, 1980), não eram mais suficientes para tantas novas questões. Os escritos de Carmen reproduziam o tom de conversa íntima e aconselhamento encontrado de forma geral nas revistas para mulheres (BASSANEZI, 1996; BUITONI, 1981), mas também traziam intenção de conscientização, de despertar, que podemos relacionar com a noção de vanguarda revolucionária que circulava naquele período.

O primeiro exemplo, bastante ilustrativo, é uma carta de leitora de setembro de 1965, um documento muito importante no que se refere às reações de indignação que a atuação de Carmem da Silva causava. Ao questionar a associação entre mulheres e domesticidade e frisar a importância das mulheres casadas, mesmo as mães (porque era comum quando se tornavam mães saírem do mercado de trabalho), terem uma vida profissional fora do lar e independência financeira, Carmen da Silva se tornou uma porta-voz reconhecida de ideias novas, consideradas avançadas e não necessariamente bem aceitas no Brasil na década de 1960 e inícios de 1970.

O grande protesto

“Loura antipática” – São Paulo, SP: “Minha amiga Carmen da Silva... Quem lhe escreve é uma das suas “rainhas tristes”. Isto, segundo você, porque eu, pessoalmente, não me considero nenhuma das duas coisas. Claudia agora me irrita, desde que você, a cronista esclarecida e moderna, resolveu dar ataque cerrado às parasitas da sociedade. Já não consigo admirá-la incondicionalmente. Se compreendi corretamente, você não admite em hipótese alguma que uma mulher não trabalhe remuneradamente. É ou não o seu

¹³ Reconhecemos que, de modo geral e apesar da continuidade de muitas pautas, os feminismos das décadas de 1960 e 1970 trouxeram debates políticos que marcaram diferenças em relação às demandas dos movimentos feministas anteriores, bastante focados nos direitos políticos e civis.

ponto de vista? Realmente, seria ótimo sair e estar sempre bem vestida, bem penteada, unhas sempre manicuradas. Trabalhar em hora certa, descansar em hora certa. Travar relações e arejar as idéias (elas andam mesmo precisando de uma arejada, estão atrofiadas após sete anos de limpar bumbuns de nenês...). Num ponto concordo plenamente com você. É mesmo muito mais fácil ser atualizada e moderna, fora das quatro paredes de uma casa. Só existe um problema, de ordem prática, para o qual eu gostaria de ter a solução. Alguém tem de fazer as vulgares, porém indispensáveis, “tarefas vinculadas às necessidades biológicas imediatas”, não é? [...] Daqui a pouco, além de tôdas as coisas pouco atraentes que temos de fazer, ainda seremos inconformadas e infelizes. É esse o seu objetivo? [...]” (CLAUDIA, set. 1965).

Reproduzi aqui, em extensão, cerca de ¼ da carta apenas. O trecho nos comunica, apesar das supressões, a indignação, o repúdio, a ojeriza, a recusa às ideias de Carmen da Silva partindo do seu público mais interessado: as mães de família de camadas médias. Ao mesmo tempo, podemos perceber a popularidade da coluna e a curiosidade que levava as leitoras, mesmo se sentindo ofendidas e incomodadas, a não apenas continuar lendo os textos como ainda a escrever e se comunicar com Carmen. As cartas das leitoras geralmente eram brevemente respondidas na própria seção de cartas, mas essa carta ganhou destaque especial, não apenas sendo publicada na íntegra apesar de sua extensão, mas também tendo como resposta um artigo inteiro naquele mesmo número, de setembro de 1965.

Passados meados da década de 1970, Carmen da Silva ainda causava reações semelhantes em suas leitoras, ao seguir firme em seus objetivos de despertar a consciência e afrontar a acomodação, como ela mesma comenta.

[...] “Para mim e milhares de mulheres como eu, você traz todo mês um pouco de amargura, um certo descontentamento e um pouco de autocomiseração que somente ajudam a piorar as coisas.”

Outra me escreve: “Que adianta querer ser livre e independente quando se tem três filhos entre 2 e 6 anos, uma casa para cuidar... Acabo o dia esgotada e nem quero pensar no que seria se ainda fosse trabalhar fora... A preocupação de melhorar a sociedade e a posição da mulher só serviria para me trazer mais dores de cabeça...” (CLAUDIA, out. 1977, p. 225).

“Será que Amélia é mulher de verdade?”, artigo do qual os trechos acima foram retirados, foi publicado em outubro de 1977, momento de efervescência das mobilizações feministas no Brasil. Assim como tem acontecido em nossos dias, principalmente após a “Primavera das Mulheres”,¹⁴ o feminismo estava “em alta”: em 1975 a Organização das Nações Unidas instituiu

¹⁴ Como ficaram conhecidos os eventos de 2015 que levaram milhares de mulheres em diferentes localidades do Brasil às ruas, organizadas em torno de pautas feministas.

a Década da Mulher (TABAK, 1985), falava-se sobre encontros feministas na grande imprensa,¹⁵ diferentes livros de autoras feministas eram publicados (ZUCCO, 2014), periódicos feministas circulavam pelas maiores cidades do país (TELES; LEITE, 2013), e até uma protagonista feminista tomou conta da minissérie do canal de maior audiência na televisão, menos de dois anos depois, em 1979 (ALMEIDA, 2012). Apesar disso, como podemos perceber, o incentivo à inserção das mulheres casadas na chamada esfera pública não era, ainda, bem recebido por uma boa parcela dessas mulheres. Ou era então entendido por elas como uma espécie de pressão, de expectativa difícil de corresponder, principalmente porque as expectativas sobre o desempenho de suas tarefas no lar se mantinham altas.

Outro ponto fulcral do conflito social que se estabeleceu, no período estudado, em torno da domesticidade, está na perspectiva masculina sobre a questão. De forma geral, toda a perspectiva tradicional, tanto das ciências (sociais, biológicas, econômicas...) quanto do senso comum, no que se refere à domesticidade, é engendrada a partir do olhar masculino, tido como neutro, universal. Então os discursos autorizados repetidos pela tradição, mas também por médicos, juristas e outras palavras autorizadas, eram de forma geral discursos masculinos. Apesar da presença constante desses discursos na revista, e de homens serem regularmente consultados e citados como palavras autorizadas,¹⁶ os escritos posicionados de Carmen da Silva, que ocupavam cerca de 3 a 5 páginas de uma revista com 200 ou 300 páginas de conteúdo geralmente conservador, incomodavam muitos homens que também enviavam cartas de protesto. Não era comum que essas cartas fossem publicadas, mas vez ou outra Carmen da Silva respondia a elas, individualmente ou em grupo, em seus artigos. A seguir lemos um trecho de “Carta ao homem brasileiro [...]”, de abril de 1970, cujo subitem “Você, e essa sua falta de preparo para a vida doméstica, para o cotidiano” nos ajuda a vislumbrar os conflitos decorrentes dos debates sobre domesticidade naqueles anos.

A culpa não é totalmente sua e sim da formação que você recebeu dos exemplos que a sociedade lhe dá. Você não foi preparado para enfrentar as nimiedades da vida doméstica, o prosaísmo do cotidiano que se desenrola dentro de quatro paredes. Sabe lutar na arena ampla do mundo, mas dentro de casa sua mãe o habituou desde pequeno a não mover um dedo nem para apagar um copo de água: sempre havia em torno de você mãos femininas para realizar o milagre do feijão pronto na hora, das camisas impecáveis, da ordem, da limpeza.

¹⁵ Há um compilado de recortes sobre essas notícias no acervo da biblioteca da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo.

¹⁶ Cf. pesquisa anterior: MELLO, 2016.

Ocorre que sua mulher pretende comunicar-lhe as experiências dela, pois opina que isso faz parte do casamento. E essas experiências abarcam entre outras coisas o copo de água, o feijão pronto na hora, a camisa impecável, a ordem, a limpeza. E quiçá não abarquem muito mais do que isso, pois você é o primeiro a prendê-la, achando que o lugar dela é o lar e que toda veledade de transcendência deve ser desestimulada. Ora, eis que esse mundinho das coisas materiais começa a irritá-lo. Você tenta outro tipo de diálogo, mas fracassa; ela pouco sabe da luta lá fora – e nem você quer que ela saiba; ela tem menos instrução que você – e foi ignorante que você a quis, feita para olhá-lo com olhos deslumbrados de admiração; os interesses dela são limitados, como convém a uma mulher criada e condicionada para ser apenas esposa e mãe – o tipo de mulher que você escolheu precisamente por ela ser assim. [...] (CLAUDIA, abr. 1970, p. 71).

O artigo é finalizado com um dos argumentos que marcam repetida presença em “A arte de ser mulher”.

Prezado Homem Brasileiro: você é muito dono de continuar fazendo o que bem entender – quem sou eu para impedi-lo? A única coisa que digo é que quando incito as mulheres a serem **gente**, não é contra você, mas sim em seu próprio interesse: é de pessoa total a pessoa total que vocês vão poder confiar um no outro sem surpresas, respeitar-se e conviver. Interprete como quiser – sem esquecer entretanto de que quem avisa amigo é. (CLAUDIA, abr. 1970, p. 71, grifos da autora).

Temos, muitos anos depois, publicação semelhante nos comentários de Carmen da Silva sobre a carta de um leitor que a escreve indignado com seu artigo publicado em junho de 1983: “Nossos corpos nos pertencem”. Faz-se um debate sobre o direito ao aborto, mas a resposta a essa carta, no artigo “O pior machismo é aquele que se disfarça”, de outubro de 1983, aponta ainda outras questões colocadas pelo cirurgião mineiro que a escreve. A partir do apontamento do leitor de que machismo e feminismo estariam no mesmo plano, como “o mal daquele século”, Carmen da Silva vem trazendo dados, situações corriqueiras e estatísticas que indicam a necessidade e as urgências do feminismo diante das desigualdades. Ela indica referências feministas ao leitor, recomendando que estude e se informe sobre o trabalho feminino no Brasil: Eva Blay, Heleieth Saffioti, Jacqueline Pintanguy, Moema Toscano, Valéria Junho Pena e a Fundação Carlos Chagas. Podemos apreender, dos nomes citados pela autora, o desenvolvimento da produção acadêmica feminista brasileira, de forma mais consolidada, na década de 1980.

Em um trecho da redação, onde se lê em destaque “Só sabe o custo das mordomias alheias quem paga por elas”, seus comentários à carta do leitor enfocam especificamente o trabalho doméstico.

[...] Quanto à aposentadoria em tempo menor, não seria privilégio nenhum. O trabalhador homem termina sua jornada de labor e dedica-se ao descanso ou ao lazer, atendido e paparicado por uma mulher que, embora também trabalhe fora, limpa e ordena a casa, lava, passa e costura a roupa, alimenta a família, cuida das crianças. Em alguns lugares da roça, ela ainda cultiva um pedaço de terra para garantir a alimentação familiar, perfazendo assim não duas, mas *três* jornadas de trabalho.

[...] Mesmo as poucas donas-de-casa que ainda têm empregada em tempo integral, precisam dirigir, ensinar, fiscalizar e, quase sempre, fazer as compras em pessoa para garantir o equilíbrio do orçamento doméstico. Cabe-lhes, sobretudo, uma tarefa delicada e indelegável: compensar em *qualidade* de presença as longas horas passadas longe dos filhos, ouvi-los, comunicar-se com eles, descobrir seus problemas e dificuldades, dar-lhe segurança emocional. Muitas vezes com a preocupação de não fazer barulho para “não incomodar papai, que está cansado”. Enquanto o homem chega em casa, se refestela e acha que as coisas caem do céu. Só sabe o custo das mordomias alheias quem paga por elas. (CLAUDIA, 1983, p. 270, grifos da autora).

Carmen da Silva demonstra, aqui, estar em diálogo direto com a produção científica e militante dos feminismos do período sobre domesticidade e trabalho doméstico.¹⁷ Apesar de certamente ser cansativo repetir alguns dos argumentos, a essa altura, já por 20 anos, mantinha-se firme na defesa dos direitos das mulheres e na desnaturalização da associação entre mulheres e domesticidade. Seus posicionamentos, assim como os de outras “mulheres de luta”, tão importantes na história dos feminismos no Brasil, foram articuladores naquele período dos principais conflitos sociais no que se refere à divisão de tarefas por gênero e à privação, para as mulheres, de acesso a espaços decisórios, direitos e poderes.

Memória, domesticidade e conflito social

Durante o período de execução do Projeto Mulheres de Luta, entre 2017 e 2018, diferentes fontes de pesquisa foram coletadas. Entre elas, a equipe realizou, a partir das metodologias da história oral (ALBERTI, 2004; POLLAK, 1989; ROVAI, 2013; SALVATICI, 2005), entrevistas com mulheres que viveram naquele período e atuaram de diferentes formas na luta por direitos políticos e contra a ditadura. Trazemos aqui depoimentos de duas entrevistadas que contribuíram com suas memórias para a pesquisa do Projeto Mulheres de Luta. Observar seus depoimentos nos possibilita refletir sobre os significados dos debates acerca da domesticidade realizados naquele

¹⁷ É possível acessar alguma dessa produção em resultado de pesquisa anterior (MELLO, 2011).

período, desde uma visão mais contemporânea, dos últimos anos da década de 2010, quando realizamos as entrevistas. As memórias nos aproximam, assim, indubitavelmente, das percepções que reafirmam a importância dessas histórias em nossos dias e personificam, mostram a “carne e o sangue”, como diria Malinowski (1977), dessa importância no passado.

Fani Miranda Tabak nasceu em 1972 e atualmente é professora de literatura da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Ela integra o Grupo de Trabalho “A Mulher na Literatura” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), fundado em 1984. Fani é neta de Fanny Tabak, socióloga carioca apontada (por outra entrevistada do projeto, Hildete Pereira de Melo) como fundadora do primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher em uma universidade brasileira (PUC-Rio) no final da década de 1980; foi filiada ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) e ficou conhecida pela pronunciada atuação no movimento de mulheres na década de 1940, participando inclusive da fundação da Federação de Mulheres do Brasil. Fanny (a avó) foi também uma das militantes apontadas como pioneiras dos feminismos brasileiros das décadas de 1970 e 1980, dedicando-se por muitos anos a estudar e militar nas questões referentes à participação das mulheres na ciência e na política (VASCONCELLOS; LIMA, 2016).

Na entrevista com Fani Miranda Tabak, que nasceu durante a ditadura, recorte temporal de nossa pesquisa, discutimos configurações do feminismo intergeracional e as subjetivações das mulheres feministas nas relações familiares. A partir de suas memórias, podemos refletir sobre como a figura de uma avó profundamente engajada naquilo que se entende como esfera pública, e especificamente na militância feminista, desestabilizava modelos familiares e constituía processos de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 2010) para mulheres, tanto para a avó quanto para a neta.

[...] tanto que na época da adolescência a gente tinha aquele conflito com ela, de adolescente que não quer ler jornal, não quer né, tá em outra esfera, e ela sempre muito curiosa querendo saber de tudo e super informada. Então eu me lembro que era um pouco irritante isso porque para a adolescente, que está esperando uma avó que faz bolinho de chuva e tal, e aí tem a dona Fanny como avó, era meio... Tanto que as pessoas sempre me perguntavam: como é a sua avó? Eu brincava: “não queira saber como é minha avó!” Porque no interior as pessoas têm aquela imagem da avó, como uma senhorinha, sei lá, de bengala, os netos chegam na casa dela e fazem tudo que querem... A minha avó não, ela sempre tinha uma série de perguntas, ela queria saber se estávamos informadas. Tinha um interrogatório assim longo para saber. Então foi uma experiência diferente, mas acho que surtiu muitos efeitos a longo prazo. (TABAK, 2017, s/p).

Outra entrevistada do projeto cujas memórias destacamos neste capítulo é Luci Teresinha Choinacki. Nascida na década de 1950, é agricultora e militante em defesa da agricultura orgânica familiar. Filha de agricultores, começou a atuar nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e em movimentos sociais e, em 1982, ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Participou da formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da construção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Santa Catarina. Foi a única mulher eleita em 1986 para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e deputada estadual constituinte em 1987. Em 1990 foi eleita para a Câmara dos Deputados, sendo reeleita para os mandatos de 1999, 2003 e 2011. Teve atuação central na construção da possibilidade de aposentadoria para trabalhadores rurais, em especial as mulheres, na Constituição de 1988,¹⁸ e é autora do Projeto de Lei, de 2005,¹⁹ que permitiu aposentadoria a donas de casa de baixa renda: o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência.

Além de sua destacada atuação política no que se refere ao trabalho doméstico das mulheres, trazendo um exemplo prático bastante ilustrativo do mote feminista “o pessoal é político” e a afirmação de que trabalho doméstico é trabalho, a entrevista de Luci nos aponta para a existência de toda uma articulação política de mulheres em torno da questão do “trabalho invisível”. Ainda que essa articulação tenha adentrado a década de 1990 e o século XXI, a interpretamos como resultado dessas discussões sobre domesticidade levadas à esfera pública por iniciativas feministas no recorte temporal do projeto. Podemos citar as reivindicações sobre a domesticidade que circularam nos grupos feministas, em seus atos e em suas publicações, e também nos veículos da grande mídia. Do ponto de vista da política institucional, é muito importante lembrarmos da “bancada feminina” na Assembleia Nacional Constituinte (SILVA, 2011). Muitos avanços no que se refere à relação entre mulheres e domesticidade que podemos observar hoje, mesmo que sejam muitas vezes mais no plano discursivo do que estatístico, são tributários dessas organizações, da promoção do debate na mídia e em diferentes espaços, e das pressões que resultaram em transformações promovidas pelo ideário feminista. Como podemos observar no depoimento de Luci Choinacki, contudo, a questão não foi sempre consensual.

¹⁸ Um pouco sobre essa questão pode ser lido em Silvia Medeiros (2018).

¹⁹ Em 2006, a professora Hildete Pereira de Melo organiza um dossiê na *Revista Gênero* da UFF focado na temática gênero e trabalho, no qual foi publicado na íntegra o Projeto de Lei que visava a possibilidade da aposentadoria das donas de casa de baixa renda, além de nota técnica sobre a questão. *Gênero*. Niterói, v. 6, n. 2 – v. 7, n. 1, p. 241-252, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.uff.br/revistagenero/issue/view/1673/showToc> Acesso em: 07 nov. 2019.

O trabalho doméstico foi uma coisa muito, muito dura pra ser debatida. Porque nós criamos uma forma de as mulheres donas de casa se aposentarem, aí criou uma crise de concepções, mas não era crise: “ah, mulher tem que ficar em casa!”, mas reconhecer que existia um público, isolado de todo o processo e que precisava de um tratamento diferenciado. É como uma transição, então a gente teve problemas de início, depois a gente fez muito debate em todo o Brasil, nós fizemos seminários, plenárias, aí um grande grupo de feministas assumiu a bandeira e foi junto fazer conferência e discussão: Hildete Pereira, não sei se alguém conhece, a Doutora Salete, que era uma de juíza lá do Rio de Janeiro, aqui do estado, Joana Pedro, e assim foi indo. Pegamos aquele grupo feminista, mas assim todo o Brasil, a gente reuniu muitas mulheres depois, que assumiram a causa. Inclusive eu fiz uma comissão parlamentar para fazer um trabalho “a pobreza tem rosto, que é o rosto das mulheres”. Porque quando ocorre qualquer crise, qualquer golpe que dá, primeiro quem sofre a demissão, a punição, são as mulheres: porque sentem o custo da alimentação, o cuidado dos filhos, a doença em casa, as pessoas especiais para cuidar, sobra para elas. E eu falo isso com conhecimento de causa né. (CHOINACKI, 2017, s/p).

Luci é mãe de quatro filhos, um deles deficiente, com necessidade de cuidados específicos. Fala, portanto, de um lugar privilegiado no que se refere não só ao contato com o trabalho das mulheres no campo e na cidade, mas também ao equilíbrio entre trabalho doméstico e de cuidados e trabalho na esfera pública com grande demanda de tempo e energia. Ou seja, além de ter grande carga de trabalho de cuidado familiar, esteve por muitos anos engajada em trabalho de tempo integral, daqueles que via de regra são desempenhados apenas por pessoas que contam com alguém que cuide de todo o trabalho relacionado ao privado em suas vidas (geralmente a figura da esposa) (FRIEDAN, 1983), que é a carreira política. Ela segue comentando sobre como debates feministas correntes na bibliografia temática acerca da domesticidade, como cálculo do valor do trabalho não pago, socialização do trabalho por meio das creches, os sentimentos de culpa e a falta de oportunidades para mulheres em espaços considerados masculinos (e portanto, mais valorizados) foram articulados em sua atuação em políticas públicas.

Então a gente foi fazendo essa discussão e ela pegou uma dimensão muito grande. Inclusive teve pesquisas: “quanto custaria se tivesse que pagar o trabalho doméstico que as mulheres fazem?”. Agora não tenho os dados, mas teve até pesquisa feita em universidades que apresentaram, a partir daquilo que a gente levantou, essa discussão, quanto que o trabalho gratuito que as mulheres estão prestando para a sociedade que não é reconhecido, de nenhuma forma, custa. Então nós trabalhamos pra isso, foi um momento assim muito legal, que a gente comprou esse debate juntas. Depois

as mulheres vieram para fazer esse debate, mas de início acharam que a gente estava... tinha uma diferença, pensando que a gente queria que as mulheres continuassem [em casa]. Não, acho que as mulheres devem ter opções de vida, quer ser professora, todo mundo não pode ser professora, todo mundo não pode ser enfermeira, todo mundo não vai plantar, trabalhar numa horta, daí quem que vai comprar, quem que vai comer, não é? Então a gente tem que respeitar a vocação que a gente tem, as escolhas, oportunidades, que todos pudessem ter oportunidades, e que as mulheres tenham oportunidades também. Por isso que a gente incluiu a questão da educação infantil, as creches, como uma coisa importante para as mulheres, o tratamento com as pessoas especiais também como importante porque, como é que uma mãe, com um filho ou dois, se não tem onde deixar, vai trabalhar? Ou se tem uma criança especial em casa com deficiência, como é que... quem que vai cuidar? Normalmente, o homem, noventa por cento lava as mãos e vai partir para outra, e ela fica lá, assumindo as consequências da vida, e tomando conta e fazendo o melhor possível, e se achando ainda culpada.

Luci Choinacki comenta ainda como sua própria presença na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, como mulher parlamentar,²⁰ foi foco de conflito social no período.

Eu estava em um lugar que não era, não era pra mim [...] Não sei de onde eu tive tanta coragem para fazer, falar, as palavras serem sábias e defender o projeto. Eles diziam que eu era dona de casa não podia estar ali, dona da enxada, então foi difícil, mas o que me manteve de pé, e me deu força, coragem, foi acreditar, ter o movimento social junto, o partido na época estava junto, estava unido, estava junto me defendendo. Não todos, mas uma boa parte estava defendendo.

As memórias de Luci Choinacki podem ser também ponto de partida para pensarmos como as relações entre movimentos de mulheres, feminismos e esquerdas não foram e nem são tranquilas, e como aspectos da domesticidade foram e são usados, também pelas esquerdas, para ridicularizar e desqualificar as mulheres, em especial as que se engajam em protagonismo político com pautas feministas (FARREL, 2004; SOIHET, 2005). Nesse contexto também se localiza a querela entre feminismo e marxismo, e a disputa encampada principalmente por feministas marxistas (ARRUZZA, 2010; ROWBOTHAM; SEGAL; WAINWRIGHT, 1981; HARTMANN, 1979; MORAES, 2000) para que as pautas de reivindicação feministas fossem aceitas pelos

²⁰ Para ilustrar como esses espaços são pensados como espaços exclusivamente masculinos, lembramos que o plenário do Senado, em Brasília, só passou a ter um banheiro feminino, para as senadoras, em 2016, 55 anos após sua construção. (ALEGRETTI, Laís. Plenário do Senado terá banheiro feminino 55 anos após inauguração. *G1*, 05/01/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>. Acesso em: 25 maio 2019).

movimentos sociais “gerais” como pautas importantes, e não secundárias – que seriam resolvidas uma vez instaurada a revolução social.

Algumas considerações: transformações e continuidades

A partir da década de 1990, quando o feminismo como movimento social, que ocupa as ruas e as manchetes, perde força no Brasil, e pode-se observar uma institucionalização dos feminismos por meio das Universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) e dentro da própria estrutura da política formal, a temática da domesticidade e do trabalho doméstico parece perder ainda mais força do que já havia perdido na década de 1980. Dentre discussões sobre mulheres e política, mulheres e ciências, trabalho formal, direitos reprodutivos, saúde, sexualidade e violência, o trabalho doméstico perde espaço no debate público e nas produções teóricas. Entretanto, não desaparece.

Podemos citar como exemplo teóricas dedicadas à temática do trabalho que continuaram pensando sobre o trabalho doméstico nos anos 1990 e 2000, como Cristina Bruschini, Helena Hirata e Hildete Pereira de Melo; a preocupação teórica e política sobre as trabalhadoras rurais, que vinha discutindo também a domesticidade, como no caso de Maria Ignez Paulilo e na atuação de Luci Choinacki; e a articulação em ONGs focadas tanto no trabalho doméstico não remunerado quanto no remunerado, como na Sempre Viva Organização Feminista (SOF), SOS Corpo e CFEMEA. Ou seja, se é um debate naquele momento publicamente reconhecido como antigo, ultrapassado, como era possível observar nas produções culturais de grande circulação,²¹ essa nunca foi questão totalmente abandonada pelos feminismos institucionalizados.

Em meados da década de 2010, quando da “explosão feminista” já brevemente comentada neste capítulo, essas pautas voltam com força, junto a uma articulação entre teorias materialistas e trabalho não pago das mulheres. Silvia Federicci, Cinzia Aruzza, Nancy Fraser e Jules Falquet são autoras materialistas publicadas em português que se popularizam, muitas obras já esgotadas sobre a temática são reeditadas. A questão do trabalho não remunerado das mulheres circula pelos textos de blogs, quadrinhos e redes sociais, fazendo-se presente também nos motes escritos nos muros, camisetas, cartazes e “pirulitos” dos feminismos nas ruas. Temos propostas de leis preocupadas em quantificar e valorizar o trabalho não pago que as mulheres prestam à sociedade, como o PL 638/2019, que está tramitando na Câmara dos Deputados, de Luizianne Lins, que “Dispõe sobre a inclusão da

²¹ Citamos novamente como exemplo *Claudia*. São Paulo, n. 349, ano 29, out. 1990, p. 46-53.

economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.”²²

Convivemos, então, com essa ascensão do ideário feminista concomitante à retomada de conservadorismos e crescimento de fundamentalismos religiosos, como também já foi brevemente comentado, que buscam demarcar o espaço doméstico como espaço naturalizado das mulheres. Foi nesse contexto que a pesquisa deste projeto foi realizada, e também nele que este capítulo foi construído. O capítulo se propôs a pensar sobre o debate promovido pelos feminismos e movimentos de mulheres acerca da domesticidade que emergiu entre 1960 e 1980 no Brasil como agente fundamental de significativo conflito social, que provocou reações enérgicas e discussões acaloradas nos grandes meios de comunicação e na esfera política, tanto autônoma quanto institucional.²³ Esse caráter conflituoso do questionamento da associação entre mulheres e a chamada esfera privada pode ser percebido também nas preocupações do regime de exceção com a educação moral e cívica, ou na argumentação das feministas marxistas sobre o papel central da reprodução para o trabalho produtivo (uma resposta ao desdém e à desqualificação das lideranças das esquerdas a respeito das pautas feministas).

Também nos interessou, aqui, buscar compreender as articulações entre presente e passado na história da relação das mulheres com a domesticidade, e essa relação como foco de conflito social. Escrevemos lembrando que a história não se repete, que as conjunturas e contingências são múltiplas, que nosso contexto é particular e, apesar das semelhanças com o período estudado, não estamos buscando cometer anacronismos. Contudo existe sim um caráter de aprendizado político que podemos levar dessa história para a construção de um mundo em que a equidade de gênero em todas as esferas, e particularmente no mundo do trabalho (pago e não pago), seja uma realidade palpável, possível, e não um sonho impossível como questiona a animação institucional da ONU de 1983, “O sonho impossível”.²⁴ Nela, após demonstrar a duríssima dupla jornada de trabalho de uma mãe de família (e sua filha pequena, que já vem aprendendo as tarefas socialmente atribuídas às mulheres desde muito cedo), a protagonista sonha com a possibilidade de uma divisão de trabalho mais igual, harmônica e empática com seu com-

²² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191678>. Acesso em: 25 maio 2019.

²³ Lembramos, por exemplo, da CPI da Mulher publicada pelo Senado Federal em 1978, resultado dos trabalhos que se desdobraram entre abril e setembro de 1977. Está disponível na íntegra em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/84968>. Acesso em: 26 maio 2019.

²⁴ Roteiro de Tina Jorgenson e direção de Dagmar Doubkova. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkIM>. Acesso em: 26 maio 2019.

panheiro e seu filho. Essa história, da luta pela construção da igualdade de gênero dentro e fora de casa, da luta feminista por democracia e das mulheres de luta, é a história que buscamos construir aqui, articulando o debate sobre historicidade (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2014) que integra passado, presente e nosso horizonte de expectativa para um futuro mais justo.

Fontes

ARAUJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello, filmada por Elaine Schmitt e transcrita por Alina Nunes e Valéria Machado. Florianópolis, 04/08/2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, CFE. Parecer nº 3/69 de 04 de fevereiro de 1969.

CHOINACKI, Luci Teresinha. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello, filmada por Elaine Schmitt e transcrita por Jeferson Ramos. Florianópolis, 25/09/2017.

CLAUDIA. São Paulo, n. 48, ano V, setembro de 1965; n. 81, ano VIII, junho de 1968; n. 103, ano IX, abril de 1970; n. 119, ano X, agosto de 1971; n. 189, ano XVI, junho de 1977; n. 193, ano XVII, outubro de 1977; n. 265, ano XXIII, outubro de 1983; n. 349, ano 29, outubro de 1990.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 17/05/1969.

MULHERIO. São Paulo, ano 1, n. 4, novembro/dezembro de 1981.

PARECERES de censura da Polícia Federal do filme “A filha da pecadora” (no original “Desert Fury”), de 1969, 1981 e 1987, e do filme “Procura insaciável” (no original “Taking Off”), de 1971, 1976 e 1981.

TABAK, Fani Miranda. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello, filmada por Elaine Schmitt e transcrita por Luana Balieiro Cosme. Florianópolis, 01/08/2017.

Referências

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALEGRETTI, Laís. Plenário do Senado terá banheiro feminino após 55 anos. *G1*, 05/01/2016.

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 125-137, 2012.

ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Combate, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a submissão*. Petrópolis: Vozes, 1981.

BENSTON, Margareth. A political economy of womens's liberations. *Monthly Review*, v. 21, n. 4, 1969.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 28, p. 5-20, 1979.

BITTONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

COSTA, Mariarosa Dalla; JAMES, Selma. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno, 1975.

DELPHY (DUPONT), Christine. O inimigo principal. In: *Liberção da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

DUARTE, Ana Rita F.; LUCAS, Meize R. L. (org.). *As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira – 1964-1985*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*, v. 18, n. 1, p. 75-92, 2014.

DURAN, Maria Angeles. *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FARRELL, Amy Erdman. *A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular*. São Paulo: Editora Barracuda, 2004.

- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-SP, 2006.
- FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009.
- FRIEDAN, Betty. *A segunda etapa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, estado e revolução*. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2014.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 2010.
- HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of Marxism and Feminism. Towards a more progressive union. *Capital and Class*, v. 3, n. 2, p. 1-33, 1979.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HAYDEN, Dolores. *The Grand Domestic Revolution: A History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods, and Cities*. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Explosão feminista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.
- HOLLOWS, Joanne. *Domestic cultures*. Berkshire: Open University Press, 2008.
- JANY-CATRICE, Florence. Economia do cuidado e sociedades do bem viver: revisitar nossos modelos. In: ABREU, Alice R. P. et al. (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JELIN, Elizabeth. *Familia y unidad doméstica. Mundo público y vida privada*. CEDES (Estudios CEDES), Buenos Aires, 1984.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo (verbete). In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.
- KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.
- LAMOUREUX, Diane. Público/privado. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 208-213.
- LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. *Para uma ciência da libertação da mulher*. São Paulo: Global, 1982.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1977.

- MALOS, Ellen. *The politics of housework*. London: Allinson & Busby, 1980.
- MARCO, Graciela di; FIOLE, Ana; SCHWARZ, Patricia (org.). *Feminismos y populismos del siglo XXI*. Frente al patriarcado y al orden neoliberal. Buenos Aires: Teseo, 2019.
- MEDEIROS, Silvia. Aposentadoria leva autonomia e independência às mulheres do campo. *Catarinas*, Florianópolis, 01/05/2017.
- MELLO, Soraia Carolina de. *Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)*. Florianópolis. Tese (Doutorado em História) – UFSC, 2016.
- MELLO, Soraia Carolina de. *Trabalho doméstico: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.
- MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*. Ano III, n. 14, Rio de Janeiro, p. 05-41, julho 1967.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, n. 11, p. 95-96, 2000.
- NAVALH, Françoise. O modelo soviético. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*, v. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 278-307.
- NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), USP, 1981.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.
- OAKLEY, Ann. *Woman's work: the housewife, past and present*. New York: Pantheon, 1974.
- PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à Dicotomia Público/Privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Teoria política feminista*. Vinhedo: Horizonte, 2013, p. 55-80.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRADO, Danda. *Ser esposa – a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Tempo e Argumento*, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013.

ROWBOTHAM, Sheila; SEGAL, Lynne; WAINWRIGHT, Hilary. *Além dos fragmentos*. O feminismo e a construção do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero. *Revista de História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SARTI, Cynthia; MORAES, Maria Lygia Quartim de. Aí a porca torce o rabo. In: BRUSCHINI, Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia (org.). *Vivência – história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1980, p. 19-57.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 60, p. 13-33, 2010.

SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram*: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – UFBA, 2011.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 591-612, 2005.

STUDART, Heloneida. *Mulher*: objeto de cama e mesa. São Paulo: Vozes, 1969.

TABAK, Fanny. A Década da Mulher como forma de participação e pressão política – avaliação e balanço. *Anais [...] ANPOCS*, 1985.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista*: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil: 1975-1980. São Paulo: Intermeios, 2013.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes; LIMA, Márcia Maria Tait. Fanny Tabak e os primeiros passos dos estudos sobre Ciência, Tecnologia e Gênero no Brasil. *Redes*, v. 22, n. 43, p. 13-32, 2016.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla; COR-

NELL, Drucilla (org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

ZUCCO, Maise Caroline. *Viagens e permanências dos feminismos: o trânsito dos saberes no eixo-sul do conhecimento (Brasil e Argentina 1960-1999)*. Florianópolis. Tese (Doutorado em História) – UFSC, 2014.

MULHERES NAS LUTAS SINDICAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO NOVO SINDICALISMO E DAS BANCÁRIAS (1978 - 1985)¹

Luciana Carlos Geroleti

Este capítulo discute as lutas sindicais empreendidas pelas mulheres entre 1978 e 1985 no Brasil. Na esteira da redemocratização do país, do maciço ingresso das mulheres no mercado de trabalho e do movimento de mulheres e feministas, o chamado Novo Sindicalismo consolidou-se, colocando em pauta a discussão sobre a condição das mulheres trabalhadoras. A partir do final da década de 1970, o contexto de forte mobilização sindical também lançou as bases da organização dos trabalhadores e trabalhadoras, quando foram criadas as centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Por meio do jornal sindical *Folha Bancária*, analiso como as trabalhadoras e trabalhadores bancários da cidade de São Paulo participaram desse processo de mobilização sindical e especialmente como as mulheres bancárias, por intermédio do Departamento Feminino do Sindicato dos Bancários de São Paulo e juntamente aos movimentos de mulheres e feministas da cidade de São Paulo, mobilizaram-se nas lutas sindicais.

O novo sindicalismo e as mulheres

Conforme Maria Hermínia Tavares de Almeida (1975), as entidades sindicais representam o instrumento legal no qual empregados e empregadores fazem valer seus interesses. Os sindicatos no Brasil datam do início do século XX e foram regulados a partir da década de 1930 pela legislação social criada por Getúlio Vargas, composta por quatro núcleos: a legislação previdenciária, as leis trabalhistas, as leis que instituíram a Justiça do Trabalho e a legislação sindical. Esta última instituiu o modelo de sindicato único por categoria e região, a estrutura vertical – sindicatos locais, federais regionais e confederações nacionais – estabelecendo a subordinação das entidades sindicais ao Ministério do Trabalho, o qual atua com poder de fiscalização e intervenção (MATTOS, 2002).

A organização sindical bancária nasceu juntamente à legislação sindical. Desde a década de 1930, a categoria bancária teve intensa mobilização no sindicalismo brasileiro: em 1932, mobilizou-se em torno da jornada de seis horas,

¹ Texto desenvolvido a partir do quarto capítulo de minha tese de doutorado (GEROLETI, 2019). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

realizando sua primeira greve, em 1934 ocorria a primeira greve nacional (CANEDO, 1986). Segundo Marcelo Bardaró Mattos, no período entre 1945 e 1964 houve várias fases de mobilização sindical, especialmente no período do segundo governo de Getúlio Vargas ou ainda nos primeiros anos da década de 1960. Nessa década, que perdurou até 1964, os trabalhadores e sindicatos adquiriram expressiva importância política, embora a estrutura sindical tenha permanecido inalterada, o que fez com que a partir do golpe civil-militar de 1964 tal estrutura mostrasse seu potencial repressivo, quando a relação passou a ser imposta pelo Estado, afetando os salários e o direito de greve (ALMEIDA, 1975; MATTOS, 2002).

A partir do final da década de 1970 uma intensa mobilização de trabalhadores acontece na região do ABC paulista². É consenso entre vários autores que, a partir de 1978, o chamado Novo Sindicalismo é inaugurado pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (ABRAMO, 1999; ANTUNES, 1995; SADER, 1988). Para Marcelo Bardaró Mattos (2002), esse sindicato destacou-se por dar início à onda grevista, servindo como referencial combativo, embora não tenha sido um caso isolado. Laís Abramo (1999) concluiu que esse sindicato, durante a década de 1970, havia colocado em questão, por meio de seu discurso e de diversas formas de ação, o sentimento de dignidade da classe trabalhadora, que diariamente tinha seus direitos desrespeitados. O ciclo grevista que iniciou em maio de 1978 e duraria os dois anos seguintes logo espalhou-se para outras categorias e regiões bem distintas do país: os trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte, canavieiros de Pernambuco, professores, jornalistas, químicos, funcionários públicos e bancários, entre outros. Nessas categoriais, algumas já contavam com grande número de mulheres, destacando-se a bancária, que, conforme mostrou a pesquisa pioneira do Dieese, realizada em 1979, as bancárias representavam 36% do total de bancários do Estado de São Paulo e eram 41% na região da grande São Paulo (DIEESE, 1980). Era a irrupção dos trabalhadores e trabalhadoras na cena política desde 1964 forçando a redemocratização brasileira (ABRAMO, 1999).

Segundo Eder Sader (1988), o Novo Sindicalismo conseguiu impor-se porque seus representantes usaram estratégias para defender os interesses dos associados usando brechas legais, como a campanha pela reposição salarial de 1977, que ganhou reconhecimento público da manipulação das estatísticas. Para o autor, o Novo Sindicalismo se beneficiou do clima de distensão política, mas não se acomodou a ele, ao contrário, explorou suas possibilidades, apoiou uma mobilização existente nas bases, dando-lhe voz e legalidade.

Nas bases citadas por Sader, estavam também as mulheres. Importante destacar que a presença das mulheres no sindicalismo brasileiro acontece

² "ABC paulista" é o nome dado à região do Estado de São Paulo que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

desde o início do século XX.³ Logo, a atuação das mulheres nas direções dos sindicatos em fins da década de 1970 não se constitui em novidade, sendo fruto das condições históricas mais favoráveis ao trabalho das mulheres no período e do ressurgimento dos feminismos organizados nessa mesma década, sendo o ano de 1975 considerado o momento inaugural do feminismo brasileiro, pois até então esteve restrito a grupos específicos, fechados e intelectualizados por meio de grupos de reflexão ou grupos de consciência (MORAES, 1985; PINTO, 2003; TELES, 1993). Segundo Elizabeth Souza-Lobo (1991), na década de 1970, desenvolveu-se o que chamou de um “movimento social de mulheres” composto por um amplo leque de movimentos sociais: desde o movimento de mulheres pela anistia, o movimento contra a carestia de vida, movimento por creches, os grupos de mães, os movimentos dos bairros de periferia e os grupos de mulheres organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica até os grupos propriamente feministas como o Grupo Nós Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, SOS Mulheres, entre outros.

Tudo parecia indicar uma aproximação natural entre as demandas das mulheres e dos sindicatos a partir das mobilizações do Novo Sindicalismo. No entanto, como mostrou Souza-Lobo em sua pesquisa de campo sobre a sindicalização e as reivindicações das operárias pertencentes ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, além da dificuldade de sindicalização das mulheres devido à rotatividade, esse sindicato se colocava como a “luta dos homens”, da qual as mulheres deveriam integrar-se:

A modificação na lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais a seu organismo, no exato momento em que os homens lutam pela melhoria das condições de trabalho e dos salários. Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis [...] de integrar as mulheres às lutas sindicais de toda a categoria a fim de reforçar a luta dos homens (*Tribuna Metalúrgica*, abr. 1977, p. 8 *apud* SOUZA-LOBO, 1991, p. 35, grifo nosso).

O trecho acima, publicado no principal jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, referia-se à polêmica discussão em curso sobre a permissão do trabalho noturno⁴ às mulheres presente no projeto

³ Sobre o tema, ver Maria Valéria Juno Pena e Gláucia Fraccaro: no final do século XIX as operárias – que representavam 78,3 % da força de trabalho utilizada na indústria – participaram das lutas pelo aumento dos salários, pela redução na jornada de trabalho e melhoria das condições de trabalho, embora estivessem ausentes do movimento de reivindicação oficial e das negociações durante as greves (PENNA, 1981), e também destacaram-se no movimento operário tendo suas pautas específicas inserindo-se na pauta ampla movimento operário de São Paulo nas três primeiras décadas do século XX (FRACCARO, 2016).

⁴ Situada na fase protetiva do direito do trabalho da mulher, a proibição do trabalho noturno para as mulheres esteve presente desde o decreto n. 21.417 de 1932, primeira legislação que tratou da situação das mulheres trabalhadoras no Brasil (BRASIL, 1932). Sobre as mudanças na legislação do trabalho noturno, ver Geroletti (2017).

de reforma da CLT que tramitou no Congresso nacional entre 1977 e 1984 (GOLDBERG, 1987). Os periódicos feministas *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*⁵ também trataram da mudança na legislação do trabalho noturno. Em sua análise dos periódicos, Claudia Nichnig destaca que havia articulistas que se colocavam contra a mudança, defendendo uma legislação protecionista, com o argumento de que prejudicaria ainda mais a situação precária das trabalhadoras que já estavam sem registro e sem creche; do outro, estavam as que defendiam a liberação pelo fato de que tal proibição representava mais uma medida de discriminação contra as mulheres (NICHNIG, 2013).

A polêmica do trabalho noturno também tomou conta das discussões do I Congresso da Mulher Metalúrgica. Tal Congresso aconteceu entre 21 e 28 de janeiro de 1978, organizado pela direção do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo – que até então não contava com nenhuma mulher em sua diretoria – com o objetivo de incentivar a participação das metalúrgicas nas lutas sindicais e de consulta às trabalhadoras sobre a mudança na legislação do trabalho noturno em curso no período. Conforme Souza-Lobo (1991), a direção do sindicato havia tomado posição contrária à mudança na legislação, porém, como era de costume desse sindicato consultar as bases, o I Congresso da Mulher Metalúrgica tinha o intuito de discutir a mudança diretamente com as interessadas no assunto. Mas se discutir a permissão do trabalho noturno às mulheres era o objetivo do I Congresso, esse acabou se transformando em denúncia da situação das mulheres operárias: desde as más condições de trabalho e higiene, as punições frequentes, o controle dos chefes sobre o uso dos banheiros, os aumentos de ritmos para aumentar a produção, a falta de estabilidade no emprego, os preconceitos raciais até as “cantadas” dos chefes (SOUZA-LOBO, 1991). Após o I Congresso, a direção do sindicato reconheceu que a discussão sobre o trabalho noturno ficou em segundo plano e que “as participantes com seu jeito simples e ingênuo de ver as coisas, demonstraram seu desejo de se integrar à luta dos homens” (*Tribuna Metalúrgica*, fev. 1978 *apud* SOUZA-LOBO, 1991, p. 38).

Conforme bem assinalou Souza-Lobo, havia uma ambiguidade no discurso dos dirigentes sindicais. Mas tal discurso, que chamava o sindicato de “luta dos homens”, expressava um histórico debate dentro da esquerda brasileira, cujas formas de resistência – revolucionária, marxista e leninista –, até 1974, foram feitas via armas e guerrilha urbana. Conforme Maria Lygia Quartim de Moraes (1981), para essa esquerda só havia uma luta, a “luta principal”, feita contra a ditadura e a tomada do poder via luta armada, colocando outras formas de luta, como a das mulheres, como secundárias. Da mesma forma, para os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos parecia

⁵ Os três jornais fazem parte da história do feminismo brasileiro. O jornal *Brasil Mulher* circulou entre 1975 e 1979; *Nós Mulheres* entre 1976 e 1978 e *Mulherio* foi lançado em maio de 1981 e circulou até 1988.

existir apenas uma “luta principal” – travada pelos homens –, deixando de lado as lutas vistas como secundárias, como as das mulheres. É nesse contexto do Novo Sindicalismo, no qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo era seu epicentro, que a militância das mulheres se estabeleceu nos sindicatos.

O Departamento Feminino do Sindicato dos Bancários de São Paulo

Com a retomada do poder de mobilização dos sindicatos, a chamada “oposição sindical” tomou corpo em diversos sindicatos. Em 1978, no Sindicato dos Bancários de São Paulo, a oposição que venceu as eleições e tomou posse em março 1979 contou com duas mulheres, num total de 14 diretores, sendo uma delas Maria Cristina Dias.⁶ Nessa direção, seguindo o caminho traçado por outros sindicatos, que criavam suas comissões de mulheres,⁷ o Sindicato dos Bancários de São Paulo criou o Departamento Feminino. Em dezembro de 1979, a *Folha Bancária*⁸ noticiou:

O Departamento Feminino está nascendo

“Discussões sobre igualdade trabalhista, coordenar grupos para conseguir creches, atividades esportivas e recreativas, observar problemas comuns a mulheres.” Estas foram algumas sugestões encontradas na pesquisa, respondida por algumas bancárias, visando a criação do Departamento Feminino. Infelizmente não é possível saber o que pensa toda a ala feminina da categoria pois o número de mulheres bancárias hoje, em São Paulo, já deve ultrapassar os 50.000. Dessa maneira, o grupo que vem se reunindo no Sindicato, teve que escolher alguns bancos e os locais onde há maior concentração de funcionárias para ter, ao menos, uma mostra do que estão pensando as bancárias. [...]. A dificuldade básica está no próprio entendimento do que seja o sindicato e o que pretende ser o Depto Feminino. A categoria e, logicamente, também as mulheres, ainda não tem consciência que o sindicato significa a união de todos nós. O sindicato só será forte quando todos os bancários estiverem interferindo nas decisões

⁶ Conhecida por Tita Dias, foi dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo entre 1979 e 1988 e responsável pela recriação do Departamento Feminino nesse sindicato em 1979. Filiada e militante do Partido dos Trabalhadores (PT), foi vereadora da cidade de São Paulo entre 1989 e 1992, no governo de Luiza Erundina, e entre 2003 e 2004.

⁷ No sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o I Congresso da Mulher Metalúrgica realizado em 1978 criou a Comissão da Mulher Metalúrgica; no sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo a partir da vitória da oposição em 1982 as mulheres começaram a mobilizar-se em atividades, debates e pequenos encontros com as trabalhadoras (FERREIRA, 2005).

⁸ A *Folha Bancária* é o mais antigo veículo de informação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região e suas edições estão disponíveis para consulta no CEDOC Digital – Centro de Documentação e Memória dos Bancários pelo site <http://spbancarios.com.br/cedoc>.

que lhe dizem respeito evitando assim que os fatos transcorram e desaboquem em soluções indesejadas. Assim também se coloca o Depto Feminino. As lutas das mulheres não são diferentes das que dizem respeito aos homens. Mas nós sabemos que temos problemas a enfrentar diferente dos nossos colegas. E só com grande participação feminina serão resolvidos. [...] (*Folha Bancária*, dez. 1979, n. 353, p. 4, grifo nosso).

O texto acima suscita várias questões. A primeira delas é que, embora não assinado – prática comum durante os anos da ditadura –, nota-se que foi escrito por uma mulher pertencente àquela direção. A segunda é a “consulta às bases” feita pelas dirigentes antes da criação do Departamento Feminino, referendando a importância da opinião das trabalhadoras da base, forma de ação sindical do Novo Sindicalismo. Merece destaque o número de mulheres bancárias citadas acima na cidade de São Paulo, trazidos pela pesquisa pioneira do Dieese (1980), dos 157 mil bancários do Estado de São Paulo, 36% eram mulheres. Destes, 103 mil estavam lotados na cidade de São Paulo, sendo 41% mulheres. Por fim, e talvez o mais importante, a dirigente mostra como entende a luta das mulheres naquele momento: elas não são diferentes das lutas que dizem respeito aos homens, embora tenha consciência de que os problemas das mulheres são diferentes dos problemas dos homens no trabalho. Uma primeira interpretação dessa afirmação mostra que, seguindo a ideia de que o sindicato representa a união de bancários e bancárias, entende que as lutas das bancárias não iriam dividir a luta dos bancários.

Em seguida, o texto esclarece que o Departamento Feminino não representava a criação de “mais um” grupo feminista:

Feminismo e Feminismo

Existe em algumas bancárias uma visão deturpada do feminismo. Claro que existe grupos feministas com ideias erradas, e não ficou claro para todas as bancárias que o Depto Feminino que se pretende não é mais um grupo feminista. Ele vem surgindo da necessidade que sente a mulher de participar em tudo que está envolvida. [...] O Depto Feminino vai tentar abrir um espaço para a mulher bancária resolver o seu problema tentando colocá-la dentro da sua realidade. Ao contrário, como muitos pensam, sem separá-las dos homens ou dos problemas comuns (*Folha Bancária*, dez. 1979, n. 353, p. 4, grifo nosso).

Do trecho acima, interpreta-se a forma como a dirigente entendia o feminismo. Embora, em sua visão, existissem grupos feministas com “ideias erradas”, não era esse o caso do Departamento Feminino. Compreendo que as “ideias erradas” poderiam referir-se à atuação de grupos feministas considerados radicais – a exemplo das sufragistas inglesas do início do século XX. Ao mesmo tempo que diz que o Departamento não era mais um grupo

feminista, não nega que ele seja feminista, pois o problema estaria na visão deturpada de algumas bancárias sobre o feminismo. Por isso, em seguida, esforça-se em explicar como será a relação do Departamento Feminino com o sindicato: os problemas das mulheres não serão colocados separadamente dos homens e dos problemas comuns à categoria. Dessa forma, o Departamento abria um espaço para que as mulheres entendessem sua realidade e seus problemas. Nas entrelinhas, fica subtendido que a explicação visava reforçar que as bancárias não iriam “dividir” a categoria com seus problemas.

A necessidade de alertar que não se trata de “mais um” grupo feminista revela o contexto daquele período, no qual vários grupos feministas estavam sendo criados, sendo, portanto, já comuns. Mas eram comuns no contexto da cidade de São Paulo. Conforme afirmou Maria Lygia Quartim de Moraes, “a experiência da organização em torno dos problemas do cotidiano, em São Paulo, antecedeu cronologicamente o feminismo” (MORAES, 1981, p. 12). Tal afirmação é explicada pela autora devido a existir na cidade de São Paulo, em fins da década de 1970, uma profusão de grupos de mulheres que lutavam em torno dos problemas do cotidiano como o custo de vida e a falta de creches, tanto nas periferias quanto bairros, organizadas em clubes de mães, associações de bairros, associações de donas de casa, empregadas domésticas, operárias, dirigentes sindicais, estudantes e feministas acadêmicas (MORAES, 1981; 1985).

O ano de 1979, ano da criação do Departamento Feminino, foi particularmente importante para o movimento de mulheres e feministas da cidade de São Paulo, pois em março havia se realizado o I Congresso da Mulher Paulista, que, segundo Maria Lygia de Moraes (1985), foi a partir dele que o movimento de mulheres se tornou visível perante a sociedade brasileira. Nos dias seguintes ao I Congresso da Mulher Paulista, realizava-se na cidade do Rio de Janeiro o 1.º Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira (CMB).⁹ Em dezembro 1979, também era criada em São Paulo a Frente de Mulheres Feministas, frente fundada por várias intelectuais, artistas e militantes, como Ruth Escobar,¹⁰ Carmen Barroso,¹¹ Marta Suplicy,¹²

⁹ O Centro da Mulher Brasileira foi fundado em setembro de 1975 no Rio de Janeiro, como desmembramento de grupos de reflexão feministas existentes desde 1972, sendo um dos marcos fundadores do feminismo de “segunda onda” no Brasil (PEDRO, 2012).

¹⁰ Maria Ruth dos Santos Escobar (1935-2017) nasceu em Portugal, além de produtora, ativista política, Ruth atuou com as feministas mediante a Frente de Mulheres Feministas do Estado de São Paulo. Filiou-se ao MDB, partido que cumpriu dois mandatos de deputada estadual entre 1983 e 1991. Em 1985, foi a primeira presidente do Conselho Nacional dos Direitos Mulher.

¹¹ Carmen Barroso, cientista social, trabalhou na Fundação Carlos Chagas e na Universidade de São Paulo, quando iniciou seus trabalhos sobre gênero. Integra o Grupo Independente de Especialistas da Estratégia Global da ONU sobre Saúde da Mulher.

¹² Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy, psicóloga e sexóloga, em 1980 integrou o quadro de apresentadores do programa TV Mulher, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, quando passou a militar e ministrar diversas palestras sobre a causa feminista e homossexual, ingressando na política institucional na década de 1990.

Irede Cardoso,¹³ Eva Blay,¹⁴ Sílvia Pimentel,¹⁵ entre outras feministas (MORAES, 1985). Ainda segundo a autora essa Frente realizou uma série de debates e fóruns sobre a situação das mulheres, abordando desde participação política, prostituição, aborto, violência sexual, trabalho doméstico, entre outros temas, que contaram com a participação de mulheres de destaque na vida artística e intelectual, tendo destaque na grande imprensa.

Segundo Paola Cappellin (1994), os Departamentos Femininos foram os principais lugares de discussão e articulação sobre as discriminações enfrentadas pelas mulheres nas relações de trabalho e no sindicato. Segundo a autora, as mulheres fizeram pressão junto às lideranças sindicais para a abertura de espaços nas estruturas de poder dos sindicatos e na criação de Departamentos Femininos. Conforme Maria Lygia Quartim de Moraes:

As feministas, por sua vez, defendiam a criação de departamentos femininos, como instrumento indispensável à luta da trabalhadora contra a superexploração de que é vítima. O fato das metalúrgicas, assim como as químicas, depois as bancárias, etc, reivindicarem o departamento feminino, tão temido pelas lideranças sindicais, não demonstraria maior sensibilidade das feministas no tocante à problemática real da trabalhadora? (MORAES, 1981, p. 238).

Com o entendimento de que as lutas das mulheres somavam-se às lutas dos homens, o Departamento Feminino iniciou suas atividades em fevereiro de 1980 com a realização da Semana da Mulher Bancária. Na *Folha Bancária* do mês de março, o Departamento divulgava a realização da 1.^a Semana da Mulher Bancária:

Bancárias definem lutas

Quem é a mulher bancária? É a “moça Bradesco”,¹⁶ [...] a quem foi destinada a função exclusiva de agradar aos clientes? [...]. O Departamento que realizou com êxito a 1ª Semana da Mulher Bancária. [...]. Na segunda-feira, dia 04, o tema da palestra foi a “A mulher na História” [...] E lotou. Lotou e garantiu até o final da semana a participação de quase mil mulheres e a sindicalização de muitas delas [...] Mulheres que nunca tinha estado no sindicato bombardearam de perguntas os advogados Walter Uzzo e Sílvia Pimentel

¹³ Irede Cardoso (1938-2000) foi jornalista, vereadora e militante feminista, integrando várias frentes feministas como o Grupo Pró-Mulher e a Frente de Mulheres Feministas. Foi eleita vereadora do município de São Paulo em 1982 pelo PT e reeleita em 1986.

¹⁴ Eva Alterman Blay é socióloga e professora aposentada da Universidade de São Paulo, efetuou inúmeras pesquisas sobre as mulheres, destacando-se sua tese de doutorado sobre as mulheres na indústria paulista (BLAY, 1978). Foi presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, no governo Franco Montoro (1983-1987).

¹⁵ Sílvia Carlos da Silva Pimentel, professora de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) desde 1977, advogada e feminista, participou dos debates e das lutas feministas desde a década de 1970.

¹⁶ A função de Moça Bradesco foi criada pelo banco Bradesco, perdurando entre 1976 e 1987 (GERO-LETI, 2019).

[...] tema “Mulher e Legislação”. [...] A psicóloga Fúlvia Rosemberg e a atriz Betty Mendes foram responsáveis pelo tema “A educação e a mulher”. [...] Com o auditório lotado, a psicóloga Marta Suplicy falou do quanto é reprimida a sexualidade feminina, [...]. Abortos, métodos contraceptivos, menstruação e orgasmos foram séria e entusiasticamente discutidos durante quase quatro horas. No sábado, dia 09 de fevereiro, última dia da Semana da Mulher Bancária, os grupos de trabalho chegaram à conclusão de que os principais problemas enfrentados pelas trabalhadoras da categoria são a discriminação no trabalho, a falta de creches e as pressões das chefias nos bancos. A partir destes pontos conclui-se [...] como metas de trabalho para o Departamento Feminino: Conscientização da mulher e luta por creches [...] (*Folha Bancária*, mar. 1980, n. 355, p. 8, grifo nosso).

Conforme a matéria acima, a primeira semana da mulher bancária foi uma semana de fôlego. As intelectuais e feministas que dela participaram dão uma mostra da relação que o Departamento Feminino do Sindicato manteve, desde seu início, com o movimento feminista da cidade de São Paulo. Era a influência do discurso feminista sobre os sindicatos a partir das décadas de 1970 e 1980 de que falaram outras pesquisas (CAPPELIN, 1994; SOARES, 1994; FERREIRA, 2005; TELES; LEITE, 2013; SOUZA-LOBO, 1991).

Como destacou Vera Soares, “os sindicatos também passaram a ser lugar da militância feminista, criando-se uma interlocução entre as feministas e as sindicalistas que teve desdobramentos significativos para as relações entre o sindicalismo e as trabalhadoras” (SOARES, 1994, p. 14). Os três periódicos feministas – *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* – também contribuíram para a confluência entre feministas e sindicalistas. Rosalina Santa Cruz Leite e Amelinha Teles (2013, p. 101) destacaram que dentre as matérias dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, o tema específico que mais apareceu foi o trabalho das mulheres: 31% no primeiro e 22% no segundo. Também conforme Claudia Nichnig (2013), a preocupação com as trabalhadoras e sua inserção no mercado de trabalho e a luta por creches foi a principal demanda assumida pelas feministas nos três periódicos.

Elizabeth Cardoso (2004), analisando diversos periódicos da imprensa feminista pós-1974, mostrou que houve duas gerações de periódicos. A primeira geração nasceu em meados da década de 1970 e vai até 1980, período marcado pela aliança entre as feministas e a esquerda, quando o feminismo discute, sobretudo, o viés de classe. Para Cynthia Andersen Sarti (2004), esse foi o período do feminismo voltado para a atuação pública e política das mulheres, que investia na reivindicação das questões referentes ao trabalho, ao direito a saúde e creches. Em síntese, “o feminismo que se desenvolve na década de 1970 estava comprometido com as organizações políticas de esquerda que enfrentaram a ditadura militar” (TELES; LEITE, 2013,

p. 73). Já a segunda geração de periódicos nasce pós-1980, após o 3.º Congresso da Mulher Paulista, quando ocorreu uma ruptura entre as feministas e alguns movimentos de esquerda (CARDOSO, 2004). Na década de 1980, além daquelas que continuaram sua atuação junto aos sindicatos e partidos, as pautas das feministas fragmentaram-se, trazendo novos temas como a violência contra a mulher e a saúde da mulher, esta última debatida por meio dos temas sexualidade, aborto e planejamento familiar (PINTO, 2003).

A confluência entre feminismo e sindicalismo no final da década de 1970 também foi um fenômeno em outros países. Destacando o caso italiano, Bianca Becalli mostra que em meados da década de 1970 formou-se na Itália o que se chamou de um feminismo sindical, no qual um grupo de trabalhadoras, militantes e empregadas sindicais desenvolveram-se nas grandes cidades e nas fábricas italianas, concluindo que em 1978 a presença feminina nos sindicatos já era um fato consumado (BECALLI, 1986). Utilizando da expressão “especificidade feminina”, diz que o movimento teve seu apogeu entre 1977 e 1978, quando tomaram contato com os problemas privados na organização de grupos de mulheres e os colocaram no plano político, como a luta pelo direito ao aborto. Para a autora, essa junção do sindicalismo e do feminismo nesse período foi possível porque desde 1968 os sindicatos italianos encamparam forte mobilização sindical, realizando o maior número de greves entre os países industrializados no período, quando os jovens e as mulheres representavam a maior parte da força de trabalho. As mulheres engajaram-se na mobilização sindical, participando de manifestações, assembleias, embora não tenham se revertido em participação na estrutura do poder sindical nem tenham modificado as práticas sindicais, estando o movimento, em 1980, fragmentado e em declínio (BECALLI, 1986).

Ao analisar os temas em discussão na primeira semana da mulher bancária, nota-se que estes juntavam tanto as demandas discutidas pelo feminismo na década de 1970 – questões das trabalhadoras, creches e CLT – quanto as da década de 1980 – sexualidade, contracepção, aborto e prazer. Compreendo que esse evento marca a atuação feminista das bancárias do Sindicato dos Bancários de São Paulo naquele contexto: as bancárias de São Paulo levam para o espaço masculino do sindicato a máxima feminista “o pessoal é político”: discutem aborto, sexualidade e prazer no espaço sindical.

O Departamento Feminino também chamou as bancárias para participar do 2.º Congresso da Mulher Paulista, que seria realizado entre 8 e 9 de março de 1980:

Mulheres paulistas se reúnem no 2º congresso

[...] E vamos participar do 2º Congresso da Mulher Paulista que está sendo organizado por 45 entidades e será nos dias 08 e 09 de março,

em comemoração ao nosso dia. Este ano a coisa vai ser diferente. [...] Dos temas que serão debatidos nos dois dias existem pontos muito importantes e que nos interessam diretamente, enquanto mulheres e enquanto assalariadas que somos. Nós já tivemos a nossa Semana da Mulher Bancária, onde pudemos ver de quantas formas somos discriminadas. No Congresso poderemos aprofundar bem mais essas questões, discutindo com muito mais mulheres [ilegível]. Além disso, este ano vamos todas juntas, o que nos dá muito mais força. Como participar do Congresso: A primeira coisa a ser feita é a inscrição [...] deverá ser encaminhada ao Departamento Feminino, na sede do nosso sindicato, e que está encarregado da organização das bancárias que desejam participar. Além disso, precisamos marcar uma reunião, onde nos preparemos melhor para ir ao Congresso. Vamos levar muitas bancárias para discutir. Vamos nos unir e mostrar que nós também sabemos lutar por nossos direitos. Cada uma de nós é importante para alcançarmos nosso objetivo (*Folha Bancária*, mar. 1980, n. 355, p. 9, grifo nosso).

O Departamento Feminino era o responsável por inscrever as bancárias que quisessem participar do 2.º Congresso da Mulher Paulista. Ao afirmar que “este ano será diferente”, a dirigente demonstra que teve participação no 1.º Congresso da Mulher Paulista realizado em março 1979. Maria Lygia Quartim de Moraes mostrou a resolução final do 1.º Congresso da Mulher Paulista, encerrado dia 8 de março de 1979, que agendava reunião para o dia 19 de março “na sede do sindicato dos bancários para discussão sobre o encaminhamento da luta por creches” (MORAES, 1981, p. 254). Maria Lygia destaca que o ano de 1980 poderia ser batizado como “o ano de denúncias às violências praticadas contra a mulher”, haja vista o grande número de encontros, manifestações e entidades em torno do tema em vários estados do país (MORAES, 1985, p. 7). Naquele ano, a realização do 2.º Congresso da Mulher Paulista foi organizada conjuntamente por 52 entidades, das quais nove assumidamente feministas, reunindo cerca de quatro mil mulheres oriundas de diferentes grupos: estudantes, operárias, associações de donas de casa, empregadas domésticas, moradoras de bairros residenciais e da periferia, além de grupos feministas. Para Maria Lygia de Moraes (1985), esse 2.º Congresso mostrou a força da luta das mulheres no período. Além disso, esse 2.º Congresso foi palco de disputas entre as feministas e várias lideranças de partidos de esquerda: enquanto estes procuravam usar o congresso para manter a discussão sob a ótica da classe, aquelas queriam manter o 2.º Congresso apartidário voltado para questões específicas das mulheres, bem como estavam ensaiando o uso da categoria “gênero” (MORAES, 1981). Mas os ânimos exaltados fizeram com que o 2.º congresso passasse para a

história por sua violência e agressões, momento registrado pelas feministas em documento que marcou a divisão do movimento (MORAES, 1981).¹⁷

O número seguinte da *Folha Bancária* destacou a participação das bancárias no 2.º Congresso da Mulher Paulista e que o Departamento Feminino reorganizava suas atividades:

DF organiza atividades

Depois de um bom começo com a Semana da Mulher Bancária, estivemos participando do 2º Congresso da Mulher Paulista. Sem deixarmos de participar das lutas gerais que preocupam hoje toda a sociedade, sentimos a necessidade de voltarmos mais aos nossos problemas específicos de mulher bancária. [...] Nestes dois meses de constantes atividades, também podemos sentir as nossas falhas e estamos tentando corrigi-las. Para tornar o DF mais dinâmico e funcional, as bancárias que dele participam hoje resolveram organizá-lo melhor para que toda bancária possa, de maneira concreta, trazer sua ideia, sua opinião, sua crítica. Sabemos que, para muitas companheiras é difícil participar das reuniões semanais – seja porque estudam à noite, ou tem filho ou moram longe [...]. Por isso, resolvemos estruturá-lo melhor, da maneira mais democrática possível. O Sábado da Bancária: [...] agora vamos ter todo último sábado do mês a nossa reunião geral. É só um dia a cada trinta [...]. Nesse papo mensal, qualquer bancária poderá discutir o problema que a afeta [...] trazer proposta de atividades para o Departamento Feminino. [...] Decididas as atividades, faz-se necessário quem as encaminhe, por isso criamos uma coordenação no DF. [...] A coordenação deverá ser composta por representantes de cada agência bancária existente em São Paulo. É claro, esta é a forma ideal [...] E por enquanto apenas seis delas a integraram – BB, Itaú, Mercantil, Banerj, Noroeste e Lar Brasileiro – e quase todos das agências centrais. Estamos esperando as companheiras dos outros bancos e das outras agências. As bancárias que fazem parte da coordenação devem ser escolhidas pelas suas colegas de banco e ser o elo de ligação entre elas e o DF, trazendo as ideias de todas. É muito importante que todas as bancárias, mesmo aquelas que não possam vir frequentemente ao sindicato, façam grupos para discutir seus problemas específicos e escolham companheiras para fazer a ligação com o DF. Companheiras, só havendo esta participação de todas, o DF poderá ser realmente democrático e funcionar (*Folha Bancária*, n. 356, abr. 1980, p. 6, grifo nosso).

Com apenas dois meses de existência, o Departamento Feminino já havia realizado e participado de duas grandes atividades, mas fazia apelo pela participação de um número maior de bancárias em suas atividades.

¹⁷ O documento pode ser lido em Moraes (1981, p. 273). Reunidas em Valinhos/SP, dias depois do encerramento, as feministas fizeram um balanço do 2.º Congresso, decidindo por expulsar as entidades responsáveis pelos incidentes do 2.º Congresso (MORAES, 1981).

Como as notícias da *Folha Bancária* não trazem nomes das atuantes no Departamento Feminino, nem quantas mulheres faziam parte do Departamento Feminino, o trecho acima esclarece quem compunha até então o Departamento Feminino do Sindicato: mulheres das agências bancárias mais centrais dos seguintes bancos: Banco do Brasil, Itaú, Mercantil, Banerj, Noroeste e Lar Brasileiro. O objetivo era ter representantes de cada agência bancária existente em São Paulo, por isso as mulheres participantes do Departamento deveriam agir como elo entre as demais mulheres dos seus locais de trabalho e o Departamento Feminino.

Já nos primeiros dias de janeiro de 1981, o Departamento Feminino anunciava as atividades, entre elas o I Encontro da Mulher Bancária:

Figura 1: Cartaz do I Encontro da Mulher Bancária 1981



Fonte: CEDOC Digital

O cartaz do I Encontro da Mulher Bancária anunciava a discussão de três temas: creches, participação política e a discriminação das mulheres nos bancos. O I Encontro da mulher bancária reuniu 70 mulheres (Nosso, 1981, p. 6). Diante do total de bancárias já existentes na cidade de São Paulo, o número de participantes é pequeno, porém, talvez diante da novidade do I Encontro, pareça razoável. No entanto a *Folha Bancária* não publicou fotos

do I Encontro da Mulher Bancária, nem suas resoluções. Conforme destaca Tania de Luca (2008, p. 140), “ter sido publicado implica para o destaque conferido ao acontecimento”, o que pode revelar que o espaço das bancárias no Sindicato dos Bancários de São Paulo ainda estava em segundo plano, bem como a discussão sobre as mulheres não era pacífica no sindicato. Abaixo, seguem as resoluções do I Encontro da Mulher Bancária publicadas no *Nosso*, Informativo dos Funcionários do Banespa:

Resoluções do I Encontro da Mulher Bancária

1) Mulher e Trabalho: Luta por creche nos locais de trabalho, que atendam crianças até 6 anos de idade e com supervisão direta dos pais; contra a discriminação da mulher no trabalho; para trabalho igual, salário igual; Estabilidade para a mulher gestante até 1 ano após a licença-maternidade. 2) Mulher e Sociedade: 2.1- Controle da Natalidade contra Planejamento Familiar; contra o controle da natalidade imposto pelo governo; pelo direito do planejamento familiar consciente; pelo amplo esclarecimento e acesso aos métodos contraceptivos, acompanhados de assistência médica gratuita. 2.2- Direitos da Mulher: Por alterações e ampliação das leis específicas da mulher existentes na CLT e no Código Civil, amplamente discutidas nas bases. 3) Participação Política da Mulher e Organização: Incentivo à participação das mulheres em todas as entidades, movimentos populares e democráticos e partidos políticos; incentivar a criação de Departamentos Femininos em todas as entidades sindicais (*Nosso*, fev./mar. 1981, n. 5, p. 6, grifo nosso).

Ao analisar as resoluções do I Encontro da Mulher Bancária, é possível perceber que no eixo “Mulher e Trabalho” as creches e a maior estabilidade para as gestantes permaneciam como grandes questões para as bancárias. Ainda nesse quesito, destaco o *slogan* “para trabalho igual, salário igual”, que representava a busca pela igualdade no trabalho, bem como supõe a defesa da convenção n.º 100 da OIT, adotada em 1951 e ratificada pelo Brasil em 1957, que diz respeito à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e feminina por um trabalho de igual valor (OIT, 1951). No eixo “Mulher e Sociedade”, as bancárias tiraram posição contrária à campanha de controle de natalidade do governo. Embora durante o governo militar as feministas tenham criticado a política de natalidade imposta pelo governo militar, entendo que o governo aqui referido era o governo do Estado de São Paulo, que lançou em 1981 o Programa “Pró-Família”, programa de planejamento familiar do governo de Paulo Maluf (ALVAREZ, 1988). Tal programa tinha como alvo as populações de baixa renda, que envolvia o treinamento de voluntários nas comunidades para distribuir pílulas anticoncepcionais nos bairros das periferias e áreas rurais do Estado, sendo que as “pessoas de cor” deveriam ser o alvo principal. Sônia Alvarez mostra que tal programa

foi amplamente denunciado pelos grupos feministas e de mulheres de São Paulo (ALVAREZ, 1988).

No quesito “participação política da mulher”, além de incentivarem à participação das mulheres nos partidos e movimentos populares, as bancárias reunidas no I Encontro incentivavam a criação de Departamentos Femininos nas demais entidades sindicais. Em 6 de março de 1981, a *Folha Bancária* “chamava as bancárias para votar o documento e as diretrizes do Departamento Feminino” (*Folha Bancária*, suplemento diário, 6 mar. 1981, n. 168, p. 2). Como se observa, o Departamento Feminino se constituiu levando em conta a participação das bancárias.

A agenda das bancárias do Departamento Feminino incluía também o 3.º Congresso da Mulher Paulista, realizado em março de 1981. A *Folha Bancária* reproduziu o conteúdo do jornal *Folha de São Paulo*,¹⁸ destacando que, apesar do mal tempo, o ato desse 3.º Congresso reuniu três mil mulheres na Praça da Sé (*Folha Bancária*, 9 mar. 1981, n. 169). Esse 3.º Congresso ficou conhecido pela divisão definitiva do movimento de mulheres e feministas. Conforme várias pesquisas já mostraram, o ano de 1981 – na sequência da projeção feminista de 1980 – é considerado o ano da divisão interna do feminismo (TELES, 1993; MORAES, 1985, 1981; PINTO, 2003). Para Maria Amélia de Almeida Teles, um dos principais motivos da divisão foi a participação dos partidos políticos e a disputa deles pela hegemonia do movimento, além da não aceitação de bandeiras específicas (TELES, 1993). O movimento feminista e o movimento popular de mulheres – donas de casa, mulheres da periferia, clubes de mães – trabalharam juntos desde o movimento por creches de meados da década de 1970. Especialmente após esse 3.º Congresso da Mulher Paulista, os conflitos se acirraram, decorrendo principalmente das divergências dos temas em discussão. Enquanto as feministas priorizavam a discussão sobre a sexualidade das mulheres, as mulheres das classes populares/católicas viam a discussão com desconfiança. As divergências também se davam por posições de classe (MORAES, 1985).

No entanto, no Departamento Feminino do Sindicato dos Bancários de São Paulo, o ano de 1981 seguiu com intensa atividade. As reivindicações tiradas no I Encontro da Mulher Bancária foram organizadas em comissões. Conforme noticiou a *Folha Bancária*:

Bancárias, vamos organizar nossas comissões

Nesta quinta-feira, dia 07 de maio, às 19 e 30, o Departamento Feminino aqui do sindicato está convocando as companheiras bancárias a participarem de uma reunião. No I Encontro da Mulher

¹⁸ O jornal *Folha de São Paulo* foi criado em 1921, destacando-se pela longevidade e constante mudança ao longo do tempo. Sobre a história desse jornal, ver Capelato e Mota (1981).

Bancária reunimos mais de 70 companheiras, discutimos e levantamos uma série de problemas: falta de creches, discriminação contra o quadro de carreira e em geral; a questão do planejamento familiar. Agora estamos organizando comissões no Departamento Feminino, para levantar dados e programar atividades em torno das reivindicações. Para prosseguirmos o trabalho nessas comissões, é muito importante a sua participação. Não se esqueça: quinta-feira, dia 07, às 19 e 30, aqui no sindicato, rua São Bento, 365 (*Folha Bancária*, 4 maio 1981, n. 205).

A partir dos problemas enfrentados pelas mulheres, listados na Resolução do I Encontro, o Departamento Feminino previa criar Comissões, a princípio, formadas pelas representantes do Departamento, responsáveis pelo levantamento de dados e de atividades em torno das reivindicações. No mês seguinte, o Departamento Feminino chamou as bancárias para saber como colocaria as reivindicações do I Encontro da Mulher Bancária na Campanha Salarial daquele ano:

Bancárias de todas as regionais

A Campanha salarial deste ano já está se iniciando. Este é o melhor momento de colocarmos nossas reivindicações para os banqueiros. O I Encontro da Mulher Bancária, ocorrido em fevereiro, levantou nossas principais necessidades. Já está pronta a cartilha com as resoluções do encontro. Entretanto, precisamos saber as prioridades e encontrar a melhor forma de reivindicar aos patrões. Venha ao sindicato pegar a sua cartilha ou peça na regional. Discuta com as colegas no banco. Precisamos da opinião de todas as bancárias. Venha participar da reunião do departamento feminino: sexta-feira, 19:30, no sindicato, 18 andar (*Folha Bancária*, 4 jun. 1981, n. 228).

A exemplo do ano anterior, o Departamento Feminino chamava as bancárias para debaterem as prioridades dentre as suas reivindicações que seriam colocadas na Campanha Salarial de 1981. No entanto as reivindicações oficialmente colocadas nessa Campanha Salarial foram as mesmas de 1980: creches e estabilidade para gestantes de até um ano após a maternidade:

Reunião de Bancárias

O departamento feminino está convocando todas as companheiras a participarem de uma reunião amanhã, aqui no sindicato, as 19 e 30. Precisamos organizar a nossa participação na Campanha Salarial que tem vários itens específicos em relação à mulher, como a instalação de creches, a estabilidade para gestante até um ano após a licença maternidade. Participem! (*Folha Bancária*, suplemento diário, 3 ago. 1981, n. 270).

Claudia Nichnig destaca que desde a Constituição de 1934 a proteção à gestante esteve regulamentada no Brasil, garantindo-lhe assistência média, licença antes e depois do parto, mas apenas a CLT, em seu artigo 392, fixou

o afastamento pelo período de 84 dias (NICHNIG, 2013). A reivindicação por um período maior de estabilidade do que previa a CLT tem explicação na prática dos bancos de demissão de gestantes, como se verá na discussão do tópico seguinte. Mas apesar de reivindicado pelas bancárias desde a criação do Departamento Feminino, tal reivindicação não teve avanços na campanha salarial de 1981 (*Folha Bancária*, 11 set. 81, n. 299).

Ainda em outubro de 1981, outra atividade foi anunciada, um debate sobre a mulher trabalhadora e a educação dos filhos:

Venha debater a educação do seu filho

Como ficam a educação dos filhos cujas mães precisam trabalhar fora, e o que é pior, com um salário cada vez menor? Esse é um dos temas que será abordado amanhã a partir das 19:30 hs, no debate "A Mulher Trabalhadora e a Educação dos seus Filhos" promovido pelo Departamento Feminino do nosso Sindicato. Nesse debate haverá [...] a presença das seguintes debatedoras: Maria Malta Campos, psicóloga da Fundação Carlos Chagas; Marlene Paro, pedagoga que coordenou a creche da PUC; e Amelinha, do Movimento por Creches (*Folha Bancária*, 14 out. 1981, n. 321, p. 2).

Como se observa, a presença de pesquisadoras e feministas foi uma constante nos eventos do Departamento Feminino. Destaque para Amelinha ou Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida por sua militância no movimento por creches da cidade de São Paulo. Em dezembro daquele ano, Amelinha, juntamente a outras mulheres e movimentos da cidade, criou a União das Mulheres do Município São Paulo,¹⁹ num evento que reuniu cerca de 200 mulheres no sindicato dos químicos (*Folha Bancária*, 7 dez. 1981, n. 358).

Como foi possível observar por meio da *Folha Bancária*, o Departamento Feminino esteve integrado com as discussões feministas e as próprias feministas da cidade de São Paulo, sendo a porta de entrada para a militância das mulheres bancárias nas lutas sindicais. Aliás, o feminismo era uma questão atual na década de 1980 na cidade de São Paulo, o qual mobilizou a discussão das mulheres entre as bancárias, contribuindo decisivamente para a visibilidade dos problemas que as mulheres enfrentavam nos bancos naquele momento.

Nos anos de 1982 e 1983, a atuação das bancárias continuaram aparecendo na *Folha Bancária*,²⁰ mas diminuíram no período em que o sindicato esteve sob Intervenção do Ministério do Trabalho, entre julho de 1983 a

¹⁹ Com mais de 30 anos de atuação nas lutas feministas e defesa das mulheres, a União de Mulheres de São Paulo mantém-se atuante nos dias atuais.

²⁰ Em 1982, as feministas de São Paulo pressionaram pela criação de um Conselho Estadual de políticas para as mulheres. Foi, de fato, criado por decreto pelo governador Franco Montoro em 4 abril de 1983, mas numa versão alterada do que haviam proposto as mulheres. Sobre o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, ver Sônia Alvarez (1988).

novembro de 1984. Em 1983 também ocorre a criação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT), fruto dos congressos da classe trabalhadora (Conclat) que se realizavam desde 1981 (RODRIGUES, 1990).

Em janeiro de 1985, as atividades do Departamento Feminino voltavam com força, embora, a partir dessa data, o termo “Departamento Feminino” não fosse mais utilizado na *Folha Bancária*:

As bancárias vão falar

Hoje, quinta-feira, às 19h, será realizada a primeira reunião de bancárias em preparação ao Encontro da Mulher Trabalhadora convocado pela CUT - Estadual/SP - com o objetivo de impulsionar a luta da mulher. O dia 08 de março se aproxima, Dia Internacional da Mulher, e é necessária que a mulher trabalhadora tenha uma participação significativa nesta data. Mas, dia 08 de março, marcará também a retomada do sindicato pela categoria, pois será o dia da posse da nova diretoria, e as bancárias tem reivindicações que precisam ser retomadas pela nova diretoria. [...]. (*Folha Bancária Livre*, 23 jan. 1985, n. 1066, p. 2, grifo nosso).

Importante destacar o local de chamada para o encontro: fora do prédio do sindicato. Com a Intervenção do Ministério do Trabalho, o prédio do sindicato não pode ser utilizado para nenhuma atividade da diretoria, então cassada. A chamada – que não destaca se fora escrita pelas dirigentes do sindicato – convocava as bancárias para reunirem-se e organizarem-se para o Encontro da Mulher Trabalhadora promovido pela CUT do Estado de São Paulo. A CUT, criada em 28 de agosto de 1983, esteve desde então ligada às questões das mulheres, embora sua primeira direção executiva nacional tenha contado com apenas uma mulher, Julieta Villanil Balestra (CUT, 1983).

Nos anos seguintes, a CUT tomou a frente dos debates que tematizavam as mulheres e as categorias profissionais por ramo. Em 1986, houve a aprovação, no seu 2.º Congresso, da criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT), que iniciou seu funcionamento em março de 1987 (DELGADO, 1996). A CNQMT oficializou o debate sobre as mulheres dentro do sindicalismo da CUT, participando ativamente das discussões da Constituinte, constituindo-se num importante espaço de discussão das mulheres no mundo sindical e do trabalho (DELGADO, 1996). Conforme Elizabeth Souza-Lobo (1991), a criação da CNQMT naquele momento decorria de três processos: o ingresso das mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1970, as discussões trazidas pelo movimento de mulheres e feministas e as práticas do Novo Sindicalismo. Como se pode concluir, as mulheres integraram-se de vez nas lutas sindicais a partir dos feminismos e do Novo Sindicalismo.

Fontes

FOLHA BANCÁRIA, São Paulo, SEEB, n. 353 (dez. 1979); n. 355 (mar. 1980); n. 356 (abr. 1980); n. 169 (09/03/1981); n. 205 (04/05/1981); n. 228 (04/06/1981); n. 270 (03/08/1981); n. 295 (11/09/1981); n. 321 (14/10/1981); n. 358 (07/12/1981); n. 1066 (23/01/1985).

NOSSO. Informativo dos Funcionários do Banespa. São Paulo: SEEB, n.5, fev./mar. 1981

JORNAL DA CUT. Setembro de 1983, ano I, nº 0, edição histórica.

Referências

ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999.

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate & Crítica*, Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, n. 6, p. 49-74, jul. 1975.

ALVAREZ, Sônia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 1995.

BECALLI, Bianca. Feminismo e Sindicalismo: o caso italiano durante a década de 1970. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, André et al. *O sexo do Trabalho*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 181-193.

BLAY, Eva Alterman. *Trabalho Domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

CANEDO, Letícia Bicalho. *Bancários: movimento sindical e participação política*. Campinas: Unicamp, 1986.

CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, n. esp., p. 271-290, out. 1994.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. *A Organização das Mulheres na Central Única dos Trabalhadores – A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v. 4.

DIEESE. *Profissão Bancário: perfil da categoria*. São Paulo: DIEESE, jun. 1980. Disponível em: www.dieese.org.br/cedoc/003117.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

FERREIRA, Verônica Clemente. *Sindicatos: Espaços para atuação das mulheres? Um Estudo sobre a participação das mulheres em Sindicatos Filiados à Central Única dos Trabalhadores num cenário de Reestruturação Produtiva (1986-1990)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Os direitos das mulheres – Organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. 2016. 198 folhas. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GEROLETI, Elisângela Carlos. *(Im)possibilidade de extensão do intervalo previsto no artigo 384 da CLT ao trabalhador homem*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Florianópolis, 2017.

GEROLETI, Luciana Carlos. *Mulheres nos bancos: caminhos da profissionalização e lutas por direitos (1960-2000)*. 2019. 280 folhas. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: A metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MATTOS, Marcelo Bardaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. 1981. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento: O balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição feminina, 1985.

NICHNIG, Cláudia Regina. *Mulher, mulheres, mulherio – Discursos, resistência e reivindicações por direitos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 100 relativa à igualdade de remuneração. 1951. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235190/lang--pt/index.htm. Acesso em: 5 nov. 2018.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda” – corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e Trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O sindicalismo nos anos 80: Um balanço. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 1, p. 11-19, jan./mar. 1990.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, ano/v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SINDICATO dos bancários e financeiros de São Paulo, Osasco e região. *90 anos fortalecendo a democracia: Bancários de São Paulo 1923-2013*. São Paulo, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: SMC: Brasiliense, 1991.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 2, n. esp., p. 11-24, 2º sem. 1994.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975 – 1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA DEMOCRACIA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL (1960-1980)¹

Gleidiane de Sousa Ferreira

Tauana Olívia Gomes Silva

Precisamos ter em mente que, assim como uma casa não se constrói de cima para baixo, é necessário que a construção da nova sociedade se desenvolva pelo específico, ou seja, tijolo por tijolo. Quanto mais nós nos conhecemos individualmente mais forte e harmoniosa será a sociedade que herdarão nossos filhos e netos.

(I ENCONTRO, 1988, Informativo)

Introdução

Se hoje é possível refletirmos sobre o quão imprescindível é o feminismo negro brasileiro para o pensamento social do país, da América Latina e de outros lugares do globo onde tem disseminado suas visões e propostas, é igualmente importante compreendê-lo enquanto parte de um processo histórico de ideias e práticas políticas que se desenvolveram, de modo ainda mais intenso, desde o período de resistência à ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Considerando essa questão, este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre como a reivindicação política da sujeita “mulher negra” pôde ser fomentada dentro de um contexto histórico de luta social pela democracia e pela participação política, mas também por um arranjo, ora sintonizado, ora conflituoso, com movimentos sociais fundamentais na nossa história recente: o movimento classista, especialmente de viés comunista; o movimento negro e o movimento feminista. Para isso, analisaremos a trajetória de militância de algumas mulheres negras que atuaram politicamente desde o período da ditadura militar no Brasil e o modo como essas ações permitiram a formação de subjetividades e de definições do que é ser “mulher negra”, bem como dos desafios políticos que seriam colocados a partir dessa identificação. Por meio, principalmente, de entre-

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

vistas, mas também de documentos impressos (como panfletos, imagens, informativos etc.) que registraram atividades de grupos que compõem esses três movimentos, buscaremos compreender o entrelace existente entre o demarcar-se politicamente negra e o entendimento holístico dos problemas estruturais do Brasil.

O argumento que se desenvolve ao longo deste trabalho é o de que assumir-se subjetivamente “mulher negra”, especialmente ao longo da década de 1980, significou uma percepção-leitura que se deu no plano pessoal e subjetivo, mas também permitiu (e ainda permite) a emergência de uma deflagração política mais complexa sobre os problemas sociais e históricos do país. Esta teria se construído tanto pela busca de um pensamento próprio e autônomo sobre si como, também, da luta por espaços próprios de articulação, ainda que constituídos por estratégias organizativas oriundas do movimento negro, feminista, e dos partidos e movimentos de esquerda.

Por isso, nortear-nos-emos pelas seguintes indagações: como as intersecções das lutas de classe, de raça e de gênero permitiram uma percepção diferente sobre si, mas, também, sobre os desafios colocados para a democracia brasileira? Como, por meio da trajetória de algumas ativistas desse período, podemos observar a emergência de uma percepção mais integral sobre as desigualdades históricas que assolam o país?

A herança da resistência às ditaduras

Como já conhecido pela historiografia brasileira, as resistências à ditadura militar brasileira foram caracterizadas por momentos de efervescências e inflexões em decorrência das repressões e das perseguições que marcaram esse período. Apesar disso, partidos e grupos de esquerda atuaram de maneira fundamental na articulação de uma visão de mundo que pautasse centralmente as desigualdades de classe e as injustiças econômicas que existiam no Brasil. Ligados principalmente a setores da igreja católica, a partidos políticos como o PCB e o PCdoB, ao movimento estudantil ou a organizações de diferentes tendências do pensamento comunista, esses grupos tiveram protagonismo na denúncia e na resistência ao autoritarismo vivido naquele momento e na projeção de ideais que almejavam transformar a realidade social.²

Ao longo desse processo, a participação das mulheres nessas lutas foi cada vez mais destacada pelas pesquisas que visibilizaram as suas presen-

² Alguns exemplos importantes de organizações que tiveram ação destacada nesse contexto são a Ação Popular (AP), que era muito próxima às tendências de esquerda da igreja católica e a Ação Libertadora Nacional (ALN), que propunha a luta armada.

ças tanto no movimento exclusivamente de esquerda, como nos grupos de mulheres, feministas e negros que ganhavam expressão a partir principalmente da década de 1970³ (PEDRO, 2010; WOLFF, 2010; COSTA, 1988; SARTI, 2004; SOIHET, 2013). No que se refere à presença das mulheres negras nos grupos de esquerda no período autoritário, ainda são tímidas as reflexões que buscaram compreender suas trajetórias, especialmente problematizando como as relações de classe, étnico-raciais e de gênero marcaram suas experiências políticas.

Nesse sentido, a discussão proposta neste artigo parte de entrevistas realizadas com algumas mulheres negras que atuaram politicamente nesse período. São elas: Arabela Pereira Madalena, Edna Maria Santos Roland e Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (“Santinha”).⁴ Com uma atuação que aconteceu dentro e fora do Brasil, essas mulheres tiveram uma trajetória política interpelada pelas discussões da esquerda e dos movimentos populares, dos movimentos feministas e negros nas últimas décadas.

Arabela Pereira Madalena, nascida em Belo Horizonte, foi militante comunista do PCdoB, em que atuou no fim da década de 1960, enquanto muito jovem. Segundo comenta na entrevista concedida, foi presa e torturada em 1970, apesar de posteriormente ter saído da prisão por falta de provas. Tendo uma vida agitada ao longo dessa década, exilou-se na França por cerca de quatro anos e também viveu em Moçambique, onde seguiu atuando na causa comunista e partidária, e trabalhando no campo da educação, destacadamente na área dos estudos começados no Brasil e desenvolvidos na França: a Geografia (MADALENA, 2015, p. 20-22; 26-27).

Edna Maria Santos Roland, nascida em 1951 no Maranhão, foi militante do grupo Política Operária (Polop) na década de 1970. Ingressou na universidade em 1969, onde atuou em mobilizações universitárias em Belo Horizonte nos primeiros anos da década de 1970. Migrou para São Paulo

³ É importante lembrar que a luta política, coletiva e articulada das mulheres no Brasil é anterior a essa década. A participação das mulheres na vida pública brasileira remonta a séculos anteriores, e com mais destaque a partir do século XIX. No século XX, o Brasil conviveu com a mobilização crescente das mulheres nas primeiras décadas, assumindo uma identidade política feminista, reivindicando espaços diversos na sociedade, aprimorando pautas e construindo estratégias que viriam a garantir direitos importantes, como o de votar e ser votada. Já nas duas décadas imediatamente anteriores ao início da ditadura, as mulheres seguiam uma significativa atuação pública. Como aponta Céli Pinto (2003, p. 44), as décadas de 1940-50 foram marcadas por reivindicações populares protagonizadas por mulheres, mesmo não identificadas com o feminismo, que questionavam as precárias condições econômicas de grande parte da população e pautavam justiça econômica e social, sintetizadas pelas chamadas lutas contra “a carestia”. A partir da década de 1960, e especialmente a partir dos anos de 1970-80, a luta das mulheres esteve fortemente articulada a outras ideias, projetos e reivindicações sociais que emergiam nesse contexto, como as distintas expressões das esquerdas e o movimento negro.

⁴ Essas entrevistas foram realizadas no período de novembro-dezembro de 2014 e agosto de 2015, no contexto de investigação para a tese de doutorado de Tauana Olívia Gomes Silva, produzida entre o período de 2012-2019 na Université Rennes 2 em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina.

fugindo do clima de perseguição que existia na universidade nesse momento, especialmente após o AI-5. Nessa cidade, aproximou-se de grupos dos movimentos negro e feminista em fins da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980, sendo uma das fundadoras do *Geledés – Instituto da Mulher Negra* –, em 1988 (ROLAND, 2015).

E, finalmente, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, que atuou no Partido Comunista Brasileiro em meados dos anos de 1970, quando decidiu deixá-lo para ingressar definitivamente no movimento feminista. Apesar de nunca ter atuado oficialmente no movimento negro, a militante participou da defesa das pautas raciais no movimento feminista, como as relacionadas à saúde e aos direitos reprodutivos, principalmente destacando o modo como elas atingiam sobremaneira as mulheres negras brasileiras. Até meados de 2015, atuou na Rede Nacional Feminista da Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Ao conhecermos a atuação dessas mulheres ainda no período da ditadura militar e nos anos de transição para o regime democrático, podemos perceber elementos interessantes sobre como as leituras classistas, antirracistas e feministas foram se combinando numa identidade política pessoal, assim como nas articulações políticas e sociais que fizeram parte de suas vivências.

Arabela Pereira Madalena, ao ser indagada sobre suas experiências políticas na esquerda, quando inicia sua militância, menciona que naquele momento a ação das mulheres e dos negros não estava no horizonte dos grupos e partidos, e que existia certo preconceito em relação a essas lutas (MADALENA, 2015, p. 25-26). Indo ao encontro do que outras feministas desse momento narram sobre suas experiências políticas, a ativista comenta que sua aproximação com o feminismo aconteceu quando foi viver na França na década de 1970.⁵ O exílio teria permitido esse acercamento aos grupos organizados de mulheres e com o pensamento feminista, que vivia uma importante fase no contexto francês. A ativista atribui parte importante dessa aproximação à relação que estabeleceu com a conhecida feminista e comunista Zuleika Alambert, que construía uma notável atuação na Europa nesse momento. afirmou:

Foi a Zuleika. Foi esse negócio na França de começar a discutir sobre a questão feminina. Porque ela era muito ligada às mulheres francesas, às feministas francesas né. Então, e aí, ela colocava isso assim, poxa, se aqui é assim, imagina no Brasil né. Então ela começou com essa luta com as mulheres brasileiras e ela arre-

⁵ Essa foi uma questão comum entre as feministas desse momento. Uma espécie de “consciência feminista no exílio”, principalmente nos EUA e na França, foi analisada por algumas pesquisadoras que buscaram entender o feminismo no Brasil nesse período (Ver: PEDRO, 2010).

banhou gente para esse trabalho na França né, com as mulheres brasileiras que estavam lá entendeu. E ela era uma pessoa muito entusiasmada com esse tema né. [...] porque era uma coisa muito complicada né. Porque até o pessoal de esquerda, até o pessoal do partido comunista, pelo menos comunistas brasileiros, eles viam com um pouco assim de... sabe, de restrição né. (MADALENA, 2015, p. 25).

Como é possível observar a partir desse fragmento, a comparação entre as realidades francesas e uma avaliação crítica de como os espaços de esquerda entendiam e se relacionavam com as pautas feministas são elementos marcadores do cruzamento entre as ideias e as estratégias desses movimentos. Zuleika Alambert, como sabemos, logrou uma relevante atuação ao longo da vida em defesa dos ideais comunistas dentro e fora do Brasil, consolidando uma leitura que combinava seus princípios às reflexões e demandas feministas. Por meio do trecho citado, podemos problematizar como a sua atuação possuía um caráter mobilizador e questionador sobre o lugar das mulheres e das pautas feministas nas lutas comunistas. Zuleika escreveu inúmeros textos na imprensa comunista e foi uma das fundadoras do Conselho da Condição Feminina em São Paulo. Como aponta Rachel Soihet (2013, p. 172), foi a primeira mulher a compor o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e travou uma luta crescente na articulação das ideias feministas nesse partido, especialmente no contexto do exílio no Chile e na França durante a década de 1970, e também quando retorna ao Brasil em 1979 (SOIHET, 2013, p. 178-179; 183-184).⁶

Ainda referindo-se ao período em que atuou na esquerda em inícios da década de 1970, quando foi presa, torturada e posteriormente exilada, Arabela contou que não conhecia muitas pessoas negras nos grupos dos quais fez parte. Em mais de um momento a militante comenta que era a única mulher negra da organização e, apesar de rememorar em poucas situações a presença de pessoas negras, afirmou que nem sempre elas se viam como tal (MADALENA, 2015, p. 16). Ao ser inquerida sobre como percebia sua identidade étnico-racial nesse período, se tinha uma espécie de “consciência de raça”, afirmou:

Não. Sabe onde que eu fui tomar essa consciência? Na França. Sabe por quê? Por causa dos africanos né, aí eu passei a ter contato com africano sabe, nossa foi assim maravilhoso tchu. E estava na

⁶ É importante demarcar que as tensões, as articulações e as contradições colocadas entre as reflexões teóricas e práticas da esquerda e dos movimentos feministas foram fortes na França nos anos de 1970, mas elas apareceram também nas organizações fomentadas por brasileiras(os) exiladas(os) nesse país. Rachel Soihet comenta como as relações entre a *Frente de Brasileiros no Exílio* e o *Comitê Central do Partido Comunista*, formado por homens e mulheres, precisou constantemente dialogar com a influência crescente do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* surgido em 1976 (SOIHET, 2013, p. 179-180), que realizava uma reivindicação crescente das questões específicas das mulheres.

época também do movimento negro nos Estados Unidos num é, os *Black Power*. É! Tanto é eu fui pra África porque Moçambique ficou independente né. Então, mas era o... Como é que ela chama gente? O símbolo da luta contra o racismo nos Estados Unidos, a moça, a Ângela Davis né. Ela era o símbolo da luta pela emancipação dos negros né. E me parecia muito, dizem que eu me parecia muito com ela (risos) né. (MADALENA, 2015, p. 17).

Como é possível analisar a partir da citação, o perceber-se negra agregava elementos subjetivos e individuais, intermediados por um contexto social de lutas políticas que aconteciam fora do país, como as independências de países africanos e as lutas antirracistas nos Estados Unidos, como a dos *Panteras Negras*, que ganhavam repercussão em distintos lugares do mundo. A aproximação com pessoas de origem africana no contexto do exílio na França também foi indicada como marcador fundamental dessa autopercepção, ou seja, foi em momentos de alteridade cultural e de eferescências políticas no que se refere às lutas anticolonialistas e antirracistas, em que alguns entendimentos sobre si e sobre o mundo emergiram como elementos que semeavam horizontes políticos. Além disso, a convivência estabelecida com latino-americanos e as possibilidades de vida num país que gozava de liberdades democráticas, como a França, também foram observados como importantes na fruição desses pertencimentos políticos (MADALENA, 2015, p. 17-18).

O fato da aproximação com grupos que se organizavam centrados nos debates das relações raciais e de gênero ter sido posterior às articulações com as esquerdas, que, não raras vezes, privilegiava uma leitura mais conceitual das relações de classe, não significava, no entanto, que o sexismo e o racismo não fossem percebidos ao longo da vida da ativista. Ainda sobre a questão da consciência, quando perguntada se as opressões raciais e sexuais já eram discernidas antes dos governos militares e do exílio, a militante respondeu: *"Ah, claro. Lógico. Na ditadura, antes e depois certo. Porque não mudou, só foi agravando. Com a ditadura militar só fez agravar."* (MADALENA, 2015, p. 22). Em outro momento da entrevista retomou a questão da percepção do racismo:

Eu não acho que era assim uma coisa... Isso que eu tive não é, eu não acho que eu era assim uma pessoa consciente. Eu sofria discriminação sabe, mas eu não tinha uma consciência assim: olha, é que eu deveria lutar por isso sabe, que eu deveria não baixar a cabeça, sabe como é, de retrucar né, sabe, não tinha isso, aprendi isso na França mesmo. (MADALENA, 2015, p. 24).

Podemos perceber por meio da narrativa que o uso político dessas identificações, ou seja, o entendimento subjetivo de que elas poderiam ser um motor de ação política, foi se dando a partir do momento em que o contexto internacional e as visibilidades públicas dessas discussões se fazem

mais presentes no imaginário social. Até então, as experiências relacionadas à esquerda permitiam uma observação de si e dos desafios do país e do momento através de lentes que enfocavam uma abordagem classista, que até então seria capaz de alçar teorias sobre os problemas sociais, e que não permitia, sem choques, um simultâneo estatuto de urgência para outras lutas.

As rupturas relacionadas a essa leitura mais restrita e mecânica do pensamento de esquerda e marxista se deu dentro de seu próprio espectro, como, por exemplo, na articulação que as mulheres comunistas teciam com as feministas no contexto europeu. Segundo Arabela, havia um trabalho realizado por e para mulheres no Partido Comunista Brasileiro que a teria aproximado da organização das mulheres, e, também, permitido que ela mesma realizasse ações voltadas para outras mulheres. Ao ir para Moçambique, Arabela contou que um dos seus objetivos principais foi construir uma “Comissão de Mulheres do Partido” (MADALENA, 2015, p. 27), isto é, do Partido Comunista, na qual manteve atuação tanto no período no exterior quanto quando retornou ao Brasil em meados dos anos 1980. Apesar de ter passagens pelo movimento negro e pelo movimento feminista, essa militante teve uma trajetória principalmente vinculada às organizações classistas como o PCdoB e o Partido Comunista Brasileiro ao longo da vida.

A questão da confluência dessas lutas também pode ser percebida na trajetória de Edna Maria Santos Roland. Assim como Arabela, essa ativista teve sua trajetória política iniciada nas organizações de esquerda. Primeiramente na adolescência, quando fez parte de grupos cristãos que, segundo ela, discutiam de um modo geral “a questão da pobreza”, a “questão da miséria” (ROLAND, 2014, p. 4) e, posteriormente, dos movimentos estudantis e operários, como a Polop, durante o período militar. No entanto, ao ser perguntada sobre a formação da sua identidade racial, a militante comenta que tinha construído uma percepção de si marcada por elementos étnico-raciais antes mesmo de ingressar de modo mais intenso nos grupos de esquerda. Essa “consciência” teria se desenvolvido quando estudou, entre 1967-68, nos Estados Unidos da América. Edna Roland narra como a experiência de estudar fora, de conviver com pessoas de diferentes continentes e de viajar conhecendo algumas localidades desse país, permitiram um processo intenso e profundo na formação de tal “consciência”.

E com 16 anos eu ganhei essa bolsa de estudos e fui para os Estados Unidos. Fiquei um ano lá, e teve um papel muito importante na emergência da minha consciência racial. Não sei se você já leu, eu narrei em alguns lugares o confronto de dois ônibus: estudantes negros, estudantes brancos. Isso foi um momento, assim, da minha tomada de consciência da questão da minha identidade, foi uma

questão da minha identidade. E de criança eu já tinha percebido situações de discriminação, já tinha me sentido discriminada por vezes, coisas que tinham a ver muito com, como digamos é, uma negação e uma crítica dos aspectos corporais. [...] Então eu já tinha sentido isso quando criança. Aí, na adolescência acontece essa questão dos Estados Unidos em que eu tomo consciência. Eu falei: “Mas o que é isso? Por que as pessoas estão com medo né?” Então foi um momento de iluminação na minha cabeça, assim, de revelação, mas é uma questão de auto identificação, uma coisa assim bem “eu sou negra né”. (ROLAND, 2014, p. 5-6).

Mais adiante na entrevista, quando comenta sobre uma experiência de viagem dentro daquele país, retoma a narrativa sobre esse processo:

Nós passamos em Los Angeles, onde tem uma Disney World lá, e eu lembro que eu fui, e tinha lá essa estátua imensa de Lincoln, que eles colocam lá falando algumas coisas e tal. E aquilo foi muito impressionante. Eu lembro que eu tive, assim, muito forte, a consciência da questão de ser latino-americana entendeu? E eu saí da tal da Disney extremamente crítica. Eu sempre fui muito crítica, então passar pela *Disneyland* foi mais um elemento de crítica ao imperialismo, às relações internacionais dos Estados Unidos, à tentativa de dominar não somente pelas armas, mas também por um ponto de vista ideológico, da cultura e tudo mais. E ao longo desse mês eu fui me transformando, a minha própria imagem foi se transformando. Quando eu cheguei em Nova York eu tava de Black Power. (risos) Foi assim uma coisa muito forte. (ROLAND, 2014, p. 7-8).

A partir dos trechos acima, podemos observar alguns elementos interessantes desse processo de “tomada de consciência”. De acordo com as narrativas da militante, é possível analisar que a percepção de si e os elementos subjetivos que caracterizavam sua identificação racial passavam por conscientizações que abarcavam sua origem latino-americana e as relações de desigualdade existentes entre os Estados Unidos e outras regiões do mundo, com destaque para os países da América Latina. As referências ao “imperialismo” e à “dominação cultural” rememoradas pela entrevistada demonstram suas aproximações com as análises críticas compartilhadas pela esquerda brasileira a respeito das ações dos EUA na região, bem como das lutas por um empoderamento negro que perpassava por elementos estéticos e novas visibilidades públicas.

Assim como Arabela, essa percepção advinha de experiências de alteridade cultural decorrentes das vivências no exterior, em que a identidade pôde ser colocada em relação, em estranhamento, e, portanto, em reflexão. A experiência de viver fora teria despertado uma percepção politizada sobre si, um momento de “iluminação”, de “revelação” (ROLAND, 2014, p. 5-6).

No entanto as articulações políticas que marcaram a experiência de Edna Roland seguiram se realizando no campo das esquerdas, dos movimentos populares e do movimento sindical. Com a dissolução da Polop, a militante conta que passou a participar das ações que se desenrolaram na zona sul de São Paulo no fim da década de 1970, como as lutas sindicais no marco das greves do ABC (ROLAND, 2014, p. 8-9). A articulação com o movimento negro apareceu somente em meados dos anos de 1980, quando se aproximou do Movimento Negro Unificado (MNU) e, posteriormente, atuou em espaços próprios das mulheres negras, como o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo.

De acordo com as narrativas desenvolvidas ao longo da entrevista, essa aproximação com o movimento negro se deu no contexto da universidade, em meados dos anos de 1983-84, inicialmente motivada por interesses de estudo e pesquisa sobre a questão das empregadas domésticas no contexto paulistano.⁷ Foi também nesse momento que aconteceu um acercamento com os espaços feministas que se fortaleciam nesse período, como o Conselho da Condição Feminina de São Paulo (ROLAND, 2014, p. 11-13), que em tal momento se constituía como um espaço ímpar na institucionalização das discussões e demandas das mulheres. No que se refere à aproximação com o feminismo, a militante não faz menção a uma identificação prévia com as ideias e demandas feministas que emergiram no país desde a década de 1960, embora destaque a percepção das desigualdades de gênero nas organizações de esquerda e na sociedade como um todo. De acordo com a entrevista realizada, a atuação engajada no campo dos direitos das mulheres teria acontecido a partir de uma perspectiva racial e por intermédio de atuações institucionais, quando algumas mulheres negras decidiram se articular para pautar em São Paulo mais representatividade naquele Conselho (ROLAND, 2014, p. 15-16).

Explorando sua atuação política em meados dos anos de 1980, Edna Roland rememora que fez parte da Comissão de Saúde e da Comissão de Mulheres Negras do Conselho da Condição Feminina e nele atuou principalmente com pautas da saúde reprodutiva. É possível perceber que esse foi um período fundamental na articulação de pautas, espaços e debates a partir das mulheres negras que se inseriam no trabalho institucional em níveis estaduais e nacionais. Por conta disso, a relação crítica que se estabelece tanto com o movimento negro como com o movimento feminista, coloca-se de modo simultâneo e fundamental na atuação das mulheres negras ao longo da década de 1980 (ROLAND, 2014, p. 15-19). A promoção intensa de debates sobre a esterilização de mulheres pobres e negras, a questão

⁷ Apesar de ter existido a iniciação da pesquisa, a entrevistada comenta que ela nunca foi concluída (ROLAND, 2014, p. 11-12).

do aborto e do planejamento familiar que se colocavam nesse momento, demandou uma interlocução com as discussões promovidas pelos movimentos negros e feministas, assim como uma atuação que se fincava ora no trabalho de base, ora na atuação institucional. Nesse sentido, é possível perceber um processo complexo de formação de uma identidade política no que se refere à sujeita “mulher negra”.

Ao longo da década de 1980, a ação política dessa ativista se desenvolveu por meio de uma identificação pessoal com discussões e debates que se construíram dentro e fora do Brasil e que demarcavam o racismo e as desigualdades de gênero como eixos estruturantes dos problemas sociais. As leituras de cunho classista abriam forçadamente espaços para problematizações que exploravam essas questões e as lançavam como aspecto fulcral da democratização que era buscada nesse momento. No caso brasileiro, os debates étnico-raciais e feministas apareciam com mais intensidade na compreensão dos problemas que assolavam a população mais vulnerável; e demarcavam também as especificidades de um contexto político efervescente de luta por mais participação política, inclusive em âmbitos institucionais. Estava se construindo o que Sueli Carneiro chama de “democratização do Estado” brasileiro (CARNEIRO, 2019, p. 271). Para essa intelectual, a atuação do movimento das mulheres e do movimento feminista, especialmente das mulheres negras, foi fundamental na exploração de uma visão de Estado mais inclusivo e democrático (CARNEIRO, 2019).

Nesse sentido, os anos de 1980 representam a consolidação de uma confluência de estratégias, pautas e articulações que se deram de acordo com os espaços que se abriram organizativamente na cidade de São Paulo e no cenário nacional; e também, sob a influência de processos internacionais que se desenvolviam desde as décadas anteriores, como as já mencionadas independências dos países africanos e as lutas por direitos civis nos Estados Unidos, e o fortalecimento de organizações feministas no mundo, inclusive advindas das esquerdas tradicionais. Sobretudo a partir daquela década, as experiências provenientes das relações com grupos e pensamentos da esquerda, dos movimentos que entonavam a centralidade dos direitos das mulheres e do povo negro, interagionavam-se dentro de um processo subjetivo de compreensão da realidade do país.⁸ É possível afirmar que, em alguma medida, são as próprias experiências de luta ao longo das décadas de 1960-70 que permitiram uma participação progressista, construtiva e

⁸ É importante ressaltar que ao mencionarmos os debates sobre as relações étnicas e raciais no país nos referindo especialmente ao movimento negro porque este aparece como parte constituinte da trajetória das mulheres aqui estudadas, mas é essencial demarcar que os povos indígenas tiveram participação fundamental nesse momento político, especialmente durante o processo constituinte em fins dos anos de 1980. Ver sobre isso o capítulo 8 deste livro.

desconstrutiva nos espaços do movimento negro e feminista na década de 1980. Essa questão aparece, por exemplo, quando Edna Roland foi perguntada se sua atuação durante o período da ditadura tinha servido para o desenvolvimento das articulações das mulheres negras ao longo dos anos de 1980. Afirmou que:

[...] Então, assim, normalmente, no movimento negro qualquer lugar que eu chegasse eu tendia a estar num lugar de liderança por conta certamente da minha trajetória anterior, seja de movimento estudantil e seja da participação na esquerda clandestina organizada. Por que isso te dá certos padrões de comportamento, métodos de trabalho, planejamento, análises. A gente fazia análises de conjunturas não é isso, então você tem uma série de ferramentas que acabavam sendo importantes e relevantes. Era uma vantagem, era um *plus* sempre que facilitava a inserção e a participação no movimento negro. (ROLAND, 2014, p. 50).

Como podemos observar no fragmento, as vivências na esquerda durante o período da ditadura militar foram consideradas importantes na formação de práticas políticas que permitiam o desenvolvimento de “métodos de trabalho”, “análises”, dentre outros elementos, já num contexto de abertura do período autoritário. Desse modo, o que nos interessa destacar a partir da vivência dessas mulheres é que as “novas possibilidades” de atuação permitiram a instrumentalização de experiências de luta que se desenvolveram desde o período ditatorial, favorecendo também a articulação de identidades políticas marcadas por compreensões interseccionais dos desafios vividos no país naquele momento.

Alguns desses elementos também aparecem na trajetória de Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos. Mais conhecida como “Santinha”, foi uma militante comunista vinculada ao movimento estudantil e ao Partido Comunista Brasileiro em meados dos anos 1970, e diferenciando-se um pouco das outras entrevistadas, teve uma trajetória política que se vinculou às organizações do movimento feminista, como o Centro da Mulher Brasileira, fundado no Rio de Janeiro em 1975. Assim como Arabela Pereira Madalena, Santinha demarca a influência que a figura de Zuleika Alambert teve na tentativa de articular os debates feministas aos debates comunistas, embora destacando que as investidas não tiveram muitos resultados (SANTOS, 2015, p. 1). Ao debater essa questão já no início da entrevista que nos foi concedida, Santinha comentou:

A Zuleika, eu era do Partido Comunista, aí a Zuleika não me conhecia, nem eu [...] a conhecia, me manda uma carta... Ela mandou uma carta: “Santinha, eu sou, moro aqui na França, sou feminista e sou comunista. Eu sei que você no Brasil é comunista e está dentro do movimento feminista se organizando aí. Por que

“você não junta essas duas coisas e começa a trazer essa questão do feminismo para dentro do partido?”. [...] E aí com a carta da Zuleika Alambert, meu marido dirigia o Partido Comunista aqui no município do Rio de Janeiro, eu disse: “Armando eu quero conversar com alguns”. Eu era de uma facção e a pessoa que ia acompanhar minha facção do Partido Comunista, eu a amo muito, pegava áreas, mas não tinha mulher, não trabalhava a questão da mulher. Quando eu coloquei no primeiro momento levar essa questão para o Partido: “Mas Santinha, a gente tem um trabalho tão grande para fazer, por que você quer falar com a pessoa superior pra levar?” Mas eu já estava com o feminino dentro de mim. “Eu acho que é besteira”. E não me deu muita força. “Mas de qualquer maneira eu vou articular você falar com fulano e beltrano.” Aí veio fulano e beltrano. E aí eu disse: “Olha, eu estou no movimento de mulheres, a gente luta pela igualdade de homens e mulheres na sociedade, e luta pela igualdade de todos, certo. Mulheres negras, mulheres brancas...”. E aí dois caras maravilhosos, eles já estão mortos, disseram: “Santinha, eu acho a sua luta muito bonita. Eu estou sabendo o que você está fazendo através de outras pessoas. Você está juntando um número grande de mulheres nesse processo todo, mas só que não é o momento. Eu acho que a gente tem que conseguir a igualdade dos povos, tem que conseguir isso, tem que conseguir aquilo, mas não tem grilo. A questão que você levanta é muito bonita. Mas primeiro a luta de classes, aí depois a gente trabalha a questão da mulher.” [...] Aí eu saí do Partido Comunista, nunca mais entrei em Partido nenhum. (SANTOS, 2015, p. 1-3).

Como é possível analisar no trecho, as narrativas construídas pela autora indicam que embora já existisse uma identificação com o feminismo em níveis pessoais, foi a tentativa frustrada de estabelecer suas demandas dentro de um espaço tradicional da esquerda que a teria direcionado a uma militância exclusiva nos espaços do movimento feminista.⁹ Foi também por intermédio desse movimento que a entrevistada demarcou o aprofundamento do seu debate racial na década de 1980, quando por meio dos estudos e das ações no Centro da Mulher Brasileira as mulheres começaram a identificar a distinta situação de vulnerabilidade das mulheres negras e pobres no país (SANTOS, 2014, p. 9). Santinha destacou nesse processo também os trabalhos de base que teria desenvolvido em favelas no Rio de Janeiro enquanto estava na militância comunista, mostrando como a partir deles passava a perceber as articulações entre questões de classe e de gênero ao promover conversas com as mulheres da comunidade. Sobre essas ações disse:

⁹ Essa questão do distanciamento dos espaços partidários para se conquistar uma luta efetiva com e para as mulheres foi algo sinalizado também por outras mulheres comunistas. Rachel Soihet explora essa “contradição” sentida por muitas comunistas ao mencionar o trabalho que Zuleika Alambert realizou no Brasil após sua chegada do exílio (SOIHET, 2013, p. 187).

[...] Aí foi começando, aí juntou, foi quando eu me dei conta que eu não estava trabalhando coisas separadas entende? Essa luta de classe tinha que acabar em nosso país, nós queríamos ser um país libertário, entende, igualitário, mas nessa igualdade não podia ter o homem apenas mandando, nós mulheres queríamos ocupar também esse espaço de poder. Aí eu sempre acho que as mulheres do Leme me deram muita vida, elas foram me mostrando luzes que eu não tinha, entende. (SANTOS, 2014, p. 13).

Santinha era médica e usou de sua profissão como parte importante de suas contribuições políticas. Na ocasião de seu trabalho de base com as mulheres do Leme, destacou como a questão da troca de experiências com essas mulheres foi essencial na formação de articulações entre o feminismo e as diferenças de classe. Para a militante, a questão de raça não se colocava nesse momento, e embora existisse na sua identidade individual, pois afirma que teria se assumido negra ainda muito jovem, a perspectiva racial só teria se desenvolvido como identidade política e coletiva nos anos de 1980, quando esse debate estava se fortalecendo na sociedade como um todo.

Apesar de não relatar nenhuma experiência no exterior que tenha despertado ou fortalecido convicções políticas, o diálogo com as lutas levantadas fora do país foi trazido em diferentes momentos da entrevista, como pode ser observado nas próprias correspondências com Zuleika Alambert a respeito do contexto francês. Essa interlocução se deu também em relação ao tema da esterilização em massa de mulheres pobres e negras nos anos seguintes, visto que se referia a uma política incentivada pelos Estados Unidos da América no contexto latino-americano, e por isso era debatida simultaneamente pelas esquerdas e pelos movimentos negro e feminista. É possível perceber, na sua narrativa, como as questões de classe, de raça e de gênero se articulavam no enfrentamento a essa problemática, considerando que uma aplicação dessa política com ausência de critérios, sem debate e sem campanhas de explicitação dos seus riscos era classificada como violação da sua dignidade e autonomia das mulheres, e como política de “extermínio” de pobres e de negros no país.¹⁰

Santinha fez parte dos chamados “grupos de reflexão” ao longo da década de 1970, e em diferentes momentos reforçou a importância das ações dos grupos feministas na visibilidade de pautas que colocaram a vida das mulheres como centro do debate público. Um exemplo, segundo ela, foi a realização da “Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher” de 1986 (SANTOS, 2014, p. 23), que demonstrou o alcance dos grupos de mulheres organizados nacionalmente. É importante situar que ao longo da década de 1980 se consolidava uma articulação feminista no Brasil, expressa

¹⁰ Sobre o tema da esterilização e sua relação com o campo da saúde e com o desenvolvimento de um movimento de mulheres negras, ver: Damasco, Maio e Monteiro (2012).

na organização dos Encontros Feministas Nacionais entre o período de 1979-2004 (CENTRO, s/d) e na recepção do Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em 1985. Embora, para a entrevistada, o debate sobre o racismo não estivesse colocado ao longo da década de 1970 e parte dos anos de 1980, sendo “quase que uma coisa nova” (SANTOS, 2014, p. 26), é possível perceber que nos espaços feministas já apareciam discussões sobre as especificidades das demandas das mulheres negras. O tema da esterilização foi impositivo para a reflexão de como os recortes raciais e de classe precisavam existir nas estratégias feministas, assim como foi fundamental na discussão da bandeira da autonomia das mulheres nos espaços do movimento negro do país.

Essa questão também fica explicitada ao analisarmos a memória do anteriormente mencionado III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe realizado em São Paulo em 1985. Nele a especificidade das mulheres negras aparece como tema de debate, em que foi demarcada a necessidade de se defender o combate ao racismo na agenda do feminismo, além de distintas reflexões trazidas sobre a particularidade do racismo no Brasil e, por consequência, da realidade das mulheres negras brasileiras.¹¹

Desse modo, é possível afirmar que os marcos subjetivos e sociais que explicitaram as lutas das mulheres negras, que se desenvolveram mais intensamente ao longo da década de 1980, emergiram da militância levada a cabo desde as resistências ao regime ditatorial e influenciadas pela efervescência política que se dava nesse período dentro e fora do país. Tais marcos se deram por uma base à esquerda, progressista e de solidariedade popular mesclada com valores políticos liberais, como, por exemplo, de garantia da autonomia sobre o corpo e os direitos individuais.

Apesar de Arabela, Edna e Santinha terem acessado espaços que são negados a grande parte das mulheres negras brasileiras até os dias de hoje, como experiências no exterior, o ensino superior e o trabalho institucional, essas mulheres construíram uma percepção de si que mobilizava um forte senso de solidariedade, empatia e de identificação coletiva com as pessoas que possuíam suas existências marcadas por distintas formas de opressão. Seja atuando em trabalhos de base em bairros operários, em grupos de mulheres das favelas ou dos de consciência que agregavam mulheres de distintas classes sociais, essas mulheres tiveram ações mobilizadoras que articulavam, voluntariamente ou não, temas e questões que estavam postos na sociedade brasileira nas últimas décadas. No entanto essa simbiose de

¹¹ Nas memórias do evento podemos encontrar uma seção denominada “Feminismo e racismo: as diferentes formas de manifestação do racismo em nós mesmas, brancas, índias, e na sociedade através de suas instituições”, que permitiu mais de um momento de discussão abordando o racismo durante o evento (III ENCONTRO, 1985).

práticas, de questões e realidades demandava a produção de um pensamento próprio, que permitisse a criação de estratégias políticas capazes de apurar a vida das mulheres negras do país.

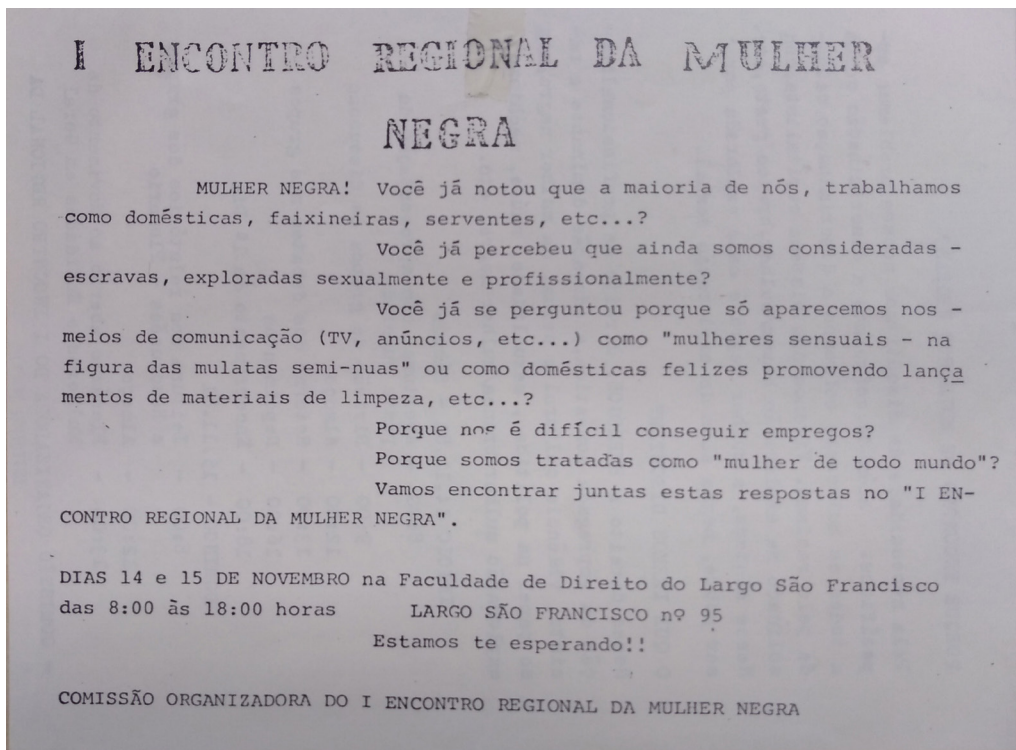
O desafio do pensamento próprio: a década de 1980

Podemos pensar as experiências anteriormente descritas como uma espécie de prenúncio ao que seria o desenvolvimento do pensamento feminista antirracista no Brasil nos últimos anos. O debate antirracista nos espaços feministas e as discussões de gênero nos agrupamentos partidários e negros podem ser vistos como processos fortalecidos na década de 1980. É importante lembrar que isso não significa dizer que essas articulações e reflexões não existiram anteriormente no país, ou que foram totalmente preteridas por esses grupos, pois se trataria de um infundado argumento histórico; interessa-nos, por sua vez, analisar como as potencialidades do contexto dessa década permitiram a construção de uma leitura social mais ampla sobre a realidade sócio-histórica brasileira, e, em consequência, da própria ideia de democracia.

No que se refere aos espaços específicos das mulheres negras, esse período observou o desenvolvimento de grupos importantes, como o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, o grupo Nzinga no Rio de Janeiro em 1983 e o Geledés – Instituto da Mulher Negra em 1988 –, que já atuavam em diferentes localidades ou que foram se formando durante esse período. Como estamos argumentando ao longo do texto, a especificidade, porém, não implicou numa visão mais restrita a respeito da realidade brasileira, ao contrário, ela avultou análises sociais de distintas perspectivas que perduravam nas lutas políticas do país, entrecruzando com problemáticas que emergiam no momento e corporificando-as na sujeita política “mulher negra”. A união das relações de classe, étnico-raciais e de gênero apareceu integrada como aspecto mobilizador desse sujeito político ao longo de tal década.

Na convocatória realizada para o I Encontro Regional da Mulher Negra, ainda no início dessa década, a simultaneidade dessas questões pode ser observada.

Figura 1: Panfleto I Encontro Regional da Mulher negra



Fonte: AEL/Unicamp

POR QUE ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS?

Pela necessidade de discutirmos nossos problemas específicos. Além de sofremos a discriminação comum a todas as mulheres, sofremos a discriminação causada pelo racismo. Vivemos num sistema capitalista, consolidado na exploração homem/mulher, branco/preto, etc. Nesse sistema, a mulher negra é mais explorada por ser pobre, negra além da exploração sexual.

O QUE IREMOS DISCUTIR?

Nosso direito a EMPREGOS, direito de profissionalização da empregada doméstica, a educação dominante e racista, violência cultural e sexual da mulher negra, nosso papel na política, sexualidade, saúde, machismo, exploração mulher branca/ mulher negra, etc... (COMISSÃO ORGANIZADORA, 1981, doc. 035, AEL/Unicamp).

Como podemos analisar no trecho, a menção à situação específica das mulheres negras partiu de uma exploração analítica dos problemas estruturais do país, sendo esse um grupo social em que essas questões ganhavam materialidade. Buscar compreender a posição específica das mulheres negras significou amalgamar criticamente essas questões em prol de uma visão mais

realista e representativa de uma parcela significativa da população e que até então seria invisibilizada enquanto sujeito político. Apesar de sintético, esse documento faz um aguerrido chamamento para que as mulheres negras buscassem analisar as diferentes situações que constituíam boa parte de suas experiências e de articular formas de superá-las.

Dessa maneira, ao associar dilemas subjetivos, questões do cotidiano e relações estruturais e históricas da sociedade brasileira, muitas mulheres negras ativistas iniciaram a consolidação de um pensamento-prática interseccional no e sobre o Brasil, que dialogava com os debates sobre a democracia requerida nesse momento. Como argumentamos por meio da análise das entrevistas realizadas com Arabela, Edna e Santinha, essa junção se dava também de modo subjetivo, que permitia um processo pessoal complexo e não exatamente linear de identificação com grupos e pautas sociais.

Esse argumento nos levou a refletir sobre a escala de análise que se colocava para discutir os problemas do país nesse momento, marcada pela articulação contínua entre público e privado, contextual e histórico, simbólico e pragmático, que foram elementos fundamentais nas formulações das mulheres negras ativistas.

É importante lembrar que na segunda metade da década de 1980 temos o processo de transição do regime ditatorial e a luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil. O movimento feminista e as distintas organizações de mulheres atuaram intensamente nesse processo, levantando suas demandas, consolidando agendas e articulando propostas para o novo momento do país. Como aponta Céli Pinto, as feministas tiveram suas ações influenciadas pela “anistia” política que aconteceu em 1979 e pela “reforma partidária” que se desdobrou ao longo da década de 1980 (PINTO, 2003, p. 67-68). Segundo essa historiadora, a atuação do feminismo ao longo da década de 1980 estava marcada por três características principais: “a conquista de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política.” (PINTO, 2003, p. 68). Episódios importantes da articulação das mulheres negras aconteceram também em decorrência da sua relação com os espaços feministas, bem como dessa efervescência de debates que rodeava o processo Constituinte.¹²

No caso das mulheres negras, um documento imprescindível na compreensão desse momento é o Boletim Informativo do I Encontro Nacional das Mulheres Negras de 1988, que, além de ser apresentado como um resultado importante de anos de atuação política, documentou o engajamento que

¹² Sobre a Constituinte, Céli Pinto trabalhou a importância da “Carta das Mulheres”, que sintetizou as lutas pleiteadas pelas feministas nesse processo (PINTO, 2003, p. 72-79).

realizaram para debater a importância de si mesmas na democracia do país. Nele diferentes questões foram problematizadas, dentre elas as acusações sobre o carácter supostamente de ruptura de sua organização, os desafios que eram colocados para esse grupo em função da insuficiência dos movimentos feministas, negros e partidários para acolher e resolver suas demandas. Nas primeiras linhas desse documento são apresentados os motivos de sua realização, que de modo objetivo se referiam à compreensão da posição de desigualdade na sociedade brasileira e a busca por soluções (I ENCONTRO, 1988, p. 1). Ao apresentar os objetivos gerais apontaram:

Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras tem em relação ao seu futuro; fazer emergir as diversas formas locais de luta e auto-determinação face as formas de discriminação existentes; elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes ao Encontro; estabelecer grupos de trabalho para registro e posterior retorno às participantes; realizar um diagnóstico da mulher negra; discutir as formas de organização das mulheres negras colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e diferentes vertentes políticas. (I ENCONTRO, 1988, s/p).

Ao analisar o trecho, percebemos um assentamento da sujeita política “mulher negra”, que buscava identificar coletivamente as desigualdades em que estava inserida, autodeterminar-se, criar caminhos comuns de luta, mobilizar em distintas frentes, ou seja, formular as bases de um movimento social autônomo, o das “Mulheres negras no Brasil” (I ENCONTRO, 1988, s/p). Nessa fonte vemos a preocupação de se ressaltar a própria diversidade social, cultural e também política das mulheres negras brasileiras, destacando a necessidade de uma autorreivindicação enquanto tal, e por isso demarcando ao mesmo tempo a multiplicidade desejável na representação desse sujeito. A atenção dada à *“visão que as mulheres negras tem em relação ao seu futuro”* (I ENCONTRO, 1988, p. 3) também expressa as expectativas quanto ao restabelecimento da democracia e a vontade de organizar como deveriam fazer parte desse processo. A análise da relação das mulheres negras com diferentes eixos, como, por exemplo, as “organizações da sociedade civil”, a “democracia racial”, a “estética”, a “sexualidade”, “a saúde”, “os meios de comunicação”, a “arte” e a “cultura”, foi indicada como metodologia fundamental do encontro, que permitiria também formular um pensamento e de uma atuação autônoma das mulheres negras em relação a outros movimentos sociais (I ENCONTRO, 1988, p. 3-4).

Essas questões mostram também a influência das teses trabalhadas por intelectuais negras importantes, a exemplo das que aparecem em textos como o “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” (1980) de Lélia Gonzalez e “A mulher negra no mercado de trabalho” (1976), de Beatriz Nascimento, que ao problematizar os cruzamentos entre as estruturas de desigualdades existentes no Brasil o colocavam de frente ao espelho. As relações étnico-raciais, de gênero e de classe não apenas eram esmiuçadas ante novas perspectivas, como também eram pontos importantes na conformação subjetiva e social dessa sujeita política.

Nesta altura o/a leitor/a deve estar se perguntando: e as identidade sexuais e de gênero? Como o movimento LGBT dialogava com essas experiências organizativas? É possível dizer que, por meio da análise dos documentos que nos serviram de base para este artigo, observamos que pouca coisa apareceu sobre o tema da sexualidade de um modo geral e da identidade sexual em particular. Tanto nas entrevistas como nos documentos impressos, boa parte das questões relacionadas à sexualidade foi discutida numa perspectiva heterossexual, com ênfase na sua relação com o campo da saúde e dos direitos reprodutivos e na desconstrução de estereótipos sexuais em torno das mulheres negras. Quase nada aparece no cruzamento da sexualidade com a questão do prazer, especialmente a partir de uma leitura dissidente da heteronormatividade. Nesse sentido, a questão da sexualidade pode ser vista como um tema abordado com alguns pontos cegos, pois embora alguns temas sejam bastante problematizados, quase nada aparece sobre a questão das identidades sexuais, por exemplo. A própria relação com grupos LGBTs não apareceu como central nas alianças políticas, nem na incorporação de agendas.

Foi precisamente em torno de reflexões de classe, de raça e das relações de gênero, embora com poucos aprofundamentos no que se refere à sexualidade e à identidade sexual, que os pensamentos e as estratégias das mulheres negras se desenvolveram ao longo da década de 1980.

Considerações finais

Tomemos como referência a resposta de Santinha quando perguntada sobre o que significou ser uma mulher negra que atuou na luta política durante o regime ditatorial. Disse:

Um dia a dia de contradições. Você misturava ser pobre, ter nascido no nordeste desse Brasil, ser de raça negra, e ter índio no meio também. Eu sou meio índia, meio negra, meio branca, sei lá o que eu sou certo. E ser uma comunista, ou acreditar em coisas que noventa por cento da nação não acreditava, entende. Então

o produto que sai dali, eu acho que é um produto um pouquinho melhor do que a maioria da população, porque a gente viveu todos os processos de discriminação, entende. (SANTOS, 2015, p. 27).

Como ressaltado no trecho acima, a experiência de perceber-se em distintos “processos de discriminação” estruturais que existem no Brasil pareceu levar a uma posição mais integral, e diríamos mais abrangente, sobre a própria trajetória e os desafios do país. Longe de qualquer discurso dedicado na construção de um sujeito “vítima” de várias camadas de opressão, essas leituras políticas levavam a um entendimento mais impulsionador e realista sobre as realidades que se colocavam nessas trajetórias individuais e coletivas.

Nesse sentido, as experiências organizativas dessas militantes foram fundamentais para compreender a questão da visão holística trazida neste texto. As identificações com ideias, causas, temas, estratégias e argumentos políticos foram se constituindo na vida dessas mulheres a partir de um processo complexo de articulação de uma identidade política pessoal, mas também da circularidade de experiências e debates internacionais, e de uma leitura sobre os problemas sociais brasileiros.

Ao perseguirmos a atuação política dessas mulheres podemos analisar que ora elas aparecem mais situadas nas alianças no campo da esquerda, isto é, de movimentos e partidos políticos; ora mais próximas aos movimentos negros e/ou feministas. Por vezes, esses movimentos se entendem aliados, e, por outras, em divergências quase irreconciliáveis. A visão política que vai se constituindo nessas ativistas não pôde passar indiferente à necessidade de reflexões interseccionais para compreender o que seria a vida do sujeito político “mulher negra”, nem tampouco da profundidade das desigualdades que estruturam o país, que passam necessariamente por marcadores étnico-raciais, de classe, de gênero e de sexualidade, embora este trabalho majoritariamente dentro de uma chave heterossexual. Como esses problemas se materializavam dentro de uma realidade a ser trabalhada e modificada? Como eles se concretizavam na vida de pessoas concretas? Quem eram os sujeitos, na sua multiplicidade, que encarnavam as problemáticas históricas do país? A resposta a essas perguntas foram se construindo por meio de uma trajetória contínua de ação política, de estabelecimento de alianças, e de enfrentamento aos desafios que se colocavam em cada período histórico.

Nesse sentido, finalizamos este texto refletindo sobre como as articulações políticas recentes de mulheres negras nas lutas políticas da história contemporânea do Brasil, e por meio de um pensamento interseccional, propunham uma visão mais holística em relação à própria democracia enquanto efetiva participação política e reconhecimento real das demandas sociais de parte significativa da população. O sujeito explorado, as desigual-

dades de oportunidade, as vulnerabilidades em relação aos distintos tipos de violência, vão sendo mostrados de acordo com a visibilidade de sujeitos políticos não abstratos, mas advindos de realidades e processos históricos concretos. Além disso, podemos afirmar que o gérmen do pensamento interseccional estava colocado desde o período de resistência às ditaduras militares, e muitas vezes por isso essa identificação passava na maior parte dos casos por visões mais à esquerda e progressistas da luta política.

Nas últimas décadas, vimos levantar cada vez mais a necessidade de enfrentamento dos problemas históricos e estruturais do país, e isso significava neste momento enfrentar articuladamente o racismo, o sexismo e as desigualdades de classe. Talvez estejamos vivendo um processo profundo de enfrentamento ao que Lélia Gonzalez primorosamente definiu de “neurose cultural brasileira” (2019, p. 238), ou seja, a ineficaz, porém reiterada tentativa de negar a herança negra da cultura brasileira, mas podemos dizer, também, de negar as desigualdades de todos os tipos como elemento constituidor da nossa realidade. Assim, podemos pensar que a formação de um feminismo negro não tem se dado somente por meio da ruptura e da ausência, isto é, da falta de debates de gênero no movimento negro, de reflexões sobre as relações étnico-raciais no movimento feminista, ou em decorrência das limitações interpretativas da esquerda tradicional, mas, também, da confluência das potencialidades e das limitações das ideias e dos grupos políticos que lutaram por um Brasil que pudesse enxergar suas cicatrizes históricas, e, portanto, ser cada vez mais democrático.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-289.

COSTA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. São Paulo, 1970. Fundação Carlos Chagas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, ago. 1988, p. 63-69.

DAMASCO; Mariana S.; MAIO, Marcos C.; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, jan.-abr. 2012.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 237-256.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana; Wolff, Cristina. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 115-137.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu*, v. 40, p. 169-195, jan.-jun. de 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio-ago. 2004.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 138-155.

Referências documentais

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). 1º Encontro Nacional Feminista – 1979. Disponível em http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1979.php?iframe=1_o_enf_fortaleza_ce. Acesso em: 6 jul. 2019.

COMISSÃO ORGANIZADORA. I ENCONTRO REGIONAL DA MULHER NEGRA. [Panfleto. Acervo Grupo Somos, doc. 035, AEL/Unicamp].

I ENCONTRO NACIONAL DA MULHER NEGRA. Informativo. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, Setembro de 1988, Ano 1, nº 1, 4(?)p. [Acervo online MNU-PE – Documentação sobre a história dos movimentos negros de Pernambuco] Disponível em: <http://culturadigital.br/mnupe/tag/i-encontro-nacional-da-mulher-negra/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

III ENCONTRO FEMINISTA LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. (De 31 de julho a 4 de agosto), Bertioga-SP, Brasil, 1985, 102p. [Acervo Biblioteca Rosario Castellanos/ Centro de Información y Documentación/ CIEG - UNAM].

MADALENA, Arabela Pereira. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva. São Paulo, Brasil, 06/08/2015. [38p. Transcrição]

ROLAND, Edna Maria Santos. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva. São Paulo, Brasil, 04/11/2014. [30p. Transcrição]

SANTOS, Maria do Espírito Santo Tavares dos. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva. Rio de Janeiro, Brasil, 15/08/2015. [27p. Transcrição]

MULHERES INDÍGENAS, MULHERES DE LUTA: TERRA, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA¹

Juliana Salles Machado

Isabele Soares Parente

Jozileia Daniza Jacodsen

Marcelo Gonzalez Fagundes

Introdução

No geral, eu acho que nós, mulheres, nós estamos vivendo, assim, um momento muito especial. Nós estamos sendo protagonistas da história. A iniciativa de todas as lutas ali, dos enfrentamentos, né? Está sendo das mulheres. Então, nós, mulheres indígenas, não ficamos de fora disso, né? Hoje, dentro do movimento indígena, na maioria das organizações, né, as mulheres estão assumindo. Claro, não é fácil, né? A gente aí, todo mundo aí sabe que o Brasil é ainda um país machista, né? (GUAJAJARA, 2018)

A fala transcrita acima é de Sônia Guajajara, a primeira mulher indígena a concorrer à vice-presidência no Brasil. Candidata nas eleições de 2018 pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Sônia integra a crescente mobilização pelos direitos e pela representatividade dos povos indígenas nos espaços institucionais. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (2019), em 2018, houve um crescimento de 56,47% no número de candidatos autodeclarados indígenas nas eleições nacionais, totalizando 133 candidaturas registradas em 24 estados, número recorde na história do país.

Dessas candidaturas, 23 foram de mulheres indígenas, que concorreram às vagas de vice-presidente, deputada estadual e federal, e ao senado. Dentre elas, Joênia Wapichana, filiada à Rede Sustentabilidade, foi a primeira indígena eleita deputada federal no Brasil pelo estado de Roraima, sendo a oitava candidata mais votada no estado, com 8.491 votos. Em Santa Catarina, Kerexu Yxapyry, do povo Mbya Guarani, também disputou ao cargo de deputada federal e obteve 10.252 votos. Embora apenas Joênia Wapichana, das 23 candidatas, tenha sido eleita para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados em 2019, a mobilização das mulheres em torno das pautas

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

indígenas é crescente, resultado de anos de luta pelo direito à voz nos espaços institucionais.

As histórias dos povos indígenas no Brasil são marcadas por diversas violências, genocídios e expropriações de terra ocorridas ao longo do tempo, mas também pelas constantes lutas e resistências desses povos. Essas narrativas, no entanto, vêm sendo historicamente abafadas e silenciadas por diversos motivos, dentre eles a omissão do Estado, quando não sua própria ação direta no sentido de possibilitar ou facilitar a ocorrência desses crimes. É o caso da ditadura no Brasil, um dos períodos de forte violações de direitos humanos contra indígenas no país.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014, afirma que ao menos 8.350 indígenas foram mortos entre 1964 a 1985, resultado de ações diretas dos agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, da Fundação Nacional do Índio (KEHL, 2014, p. 199). Dentre as diversas atrocidades cometidas nesse período que chegaram a ser divulgadas, destacam-se os massacres, torturas, esbulho de terras, contaminação proposital dos indígenas por doenças contagiosas e a remoção forçada de seus territórios.

Assim como afirma a psicanalista Maria Rita Kehl (2014), responsável por coordenar os estudos sobre as violações aos direitos indígenas no período investigado pela CNV, é preciso entender que os crimes cometidos não foram esporádicos nem resultados acidentais; pelo contrário, as violações “[...] são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões” (KEHL, 2014, p. 204).

Desse modo, no presente capítulo buscamos contribuir, ainda que inicialmente, para uma compreensão sobre a abrangência das ações de um Estado ditatorial na vida dos povos indígenas no Brasil, além de trazer à luz as formas de protagonismo e estratégias de resistência desses povos, destacando as ações das mulheres, que exerceram um papel fundamental frente à violência e à luta pela retomada das terras.

Para isso, apresentaremos um breve relato sobre a história do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para introduzir, em seguida, alguns dos inúmeros casos de abuso e violência recorrentes que levaram à sua extinção, em 1967, aliada à publicação do Relatório Figueiredo. Se as violências praticadas durante a década inicial da ditadura brasileira aplicam-se para todos os povos indígenas, entre as mulheres podemos ver como essa violência também está atrelada (e muitas vezes justificada) à reiterada imagem sexualizada das mulheres indígenas, aliada também ao discurso de seu “primitivismo”.

Evidenciaremos, ainda, estratégias e ações diretas do Estado para promover o esbulho de terras indígenas na década de 1970, exemplificando, entre outros casos, o processo sofrido pelos Kaingang que, como veremos, não foi único. É justamente na esteira da problemática das terras que vemos surgir as estratégias políticas de proteção aos povos indígenas – e por que não dizer de sua opressão? –, tão sagazmente subvertidas em ferramentas jurídicas para sua própria sobrevivência e resistência.

Finalmente, pretendemos analisar como a educação foi utilizada como ferramenta especificamente das mulheres indígenas na luta pela resistência. Em seguida, trataremos do papel que elas assumiram na retomada de terras indígenas, além do modo pelo qual, nos anos 1980, essa luta se desenvolveu conjuntamente ao direito à construção e à expressão da própria identidade, em uma tentativa tanto de desconstruir estereótipos e preconceitos tão enraizados na sociedade brasileira quanto de reforçar a necessidade de representação indígena nas instituições e espaços públicos e políticos.

SPI, corrupção e Relatório Figueiredo

O SPI, inicialmente denominado Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), foi o primeiro órgão estatal dedicado aos indígenas, criado em 1910, pelo Decreto n.º 8.072, e extinto em 1967. Sua origem está ligada ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que, a partir de 1908, propôs a criação de uma agência indigenista no país (FREIRE, s/d).

Consolidando-se em meio aos ideais positivistas presentes nas primeiras décadas da República, o SPI tinha por finalidade a execução da política indigenista no Brasil, inserindo os indígenas na sociedade nacional por meio do trabalho, com o intuito de “civilizá-los”, além de possibilitar o acesso e a produção de bens nas terras indígenas. Em relação à metodologia aplicada pelo SPI, os indígenas eram classificados de acordo com o tipo de assentamento e “civilização” e inseridos em um projeto civilizatório, baseado em um modelo evolucionista (FREIRE, s/d).

As ações do SPI, no entanto, foram marcadas por contradições ao seu objetivo inicial. Em 1950, as inúmeras denúncias contra o Serviço de Proteção aos Índios por irregularidades na administração das terras indígenas, venda ilegal de madeira e constantes massacres começaram a obter repercussão no país, motivando a abertura de vários inquéritos administrativos entre as décadas de 1950 e 1960. Em sua dissertação de mestrado, Elena Guimarães nos apresenta alguns dos documentos que comprovam as denúncias ao Ministério da Agricultura, bem como a carta de exoneração de Darcy

Ribeiro, em 1956, na qual critica a permanência de funcionários suspeitos de cometerem irregularidades no quadro do SPI (GUIMARÃES, 2015, p. 47).

Em 1967, por ordem do Ministro do Interior, Jâder de Figueiredo Correia, Procurador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), foi nomeado para presidir a comissão para investigar as irregularidades no SPI. Em 20 de março de 1968, o Ministro, General Albuquerque Lima, apresentou em uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro os resultados obtidos no Relatório Figueiredo, como ficou conhecido o documento (GUIMARÃES, 2015, p. 51-52). Segundo Guimarães, em 1968, no entanto, com a instauração do Ato Institucional n.º 5, o Relatório foi “esquecido” e, posteriormente, dado como perdido, apesar da pressão internacional sobre o governo brasileiro para explicar as violações aos direitos humanos dos povos indígenas, visto que o Brasil já havia ratificado a Declaração Universal de Direitos do Homem na Organização das Nações Unidas (GUIMARÃES, 2015, p. 53). O documento foi redescoberto pelo pesquisador Marcelo Zelic em 2012, no Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

Em meio aos diversos efeitos negativos para a imagem do país que foram produzidos pela divulgação nacional e internacional dos crimes, o Serviço de Proteção aos Índios foi, então, extinto em 1967, dando origem à Fundação Nacional do Índio (Funai), com a promessa de punir os funcionários envolvidos nos processos administrativos e de devolver as terras indígenas usurpadas (DAVIS, 1978 *apud* GUIMARÃES, 2015, p. 54).

Mas como isso afetava as mulheres indígenas? Conforme mostraremos no tópico abaixo, as práticas de violência institucionalizadas pelo SPI contra os povos indígenas não excluía suas mulheres. Sobre estas recaía ainda outras agressões, relacionadas a seu corpo, sua sexualidade e como a sociedade “branca” patriarcal forjava sua imagem e silenciava sua identidade.

As faces da violência: a narrativa da sedução e do “primitivismo”

A violência contra os povos indígenas na América do Sul, e especialmente no Brasil, é recorrente quando falamos sobre o período colonial e as relações de trabalho nos séculos XVI, XVII e XVIII. Esse processo de colonização foi marcado por diversas atrocidades, e, na região sul do Brasil, esteve associado com a ocupação dos vales pela migração europeia na região, no século XIX (WITTMAN, 2007; SANTOS, 1973). Além disso, é durante esse processo que são criadas as milícias, os chamados *bugreiros*, e que se concretiza uma política nacional de extermínio (WITTMAN, 2007), como forma de liberação dos territórios do interior do país para o desenvolvimento da

agricultura (SANTOS, 1973). Nessas práticas, muitas mulheres indígenas e crianças eram sequestradas e levadas para instituições religiosas da região ou, ainda, no caso das crianças, estas poderiam ser adotadas por colonos alemães mais eminentes que buscavam provar a aptidão indígena para seu projeto civilizatório – como na história dramática de Korikrã, narrada por Wittman (2007) e Wolff (2003).

Apesar de as dúvidas sobre os indígenas possuírem ou não “alma” e de o questionamento acerca de sua “humanidade” (isto é, se poderiam ser considerados como seres igualmente humanos) se situarem principalmente nos séculos XVI e XVII, os estereótipos e preconceitos decorrentes dessas questões foram levados adiante na história, resultando, no século XX, em convicções sociais que incapacitavam os indígenas e os esvaziavam de suas capacidades humanas (LASMAR, 1999, p. 146).

A suposta incapacidade dos povos indígenas é parte do processo de construção de uma narrativa que define a vida dessas pessoas como “atrasada” e “primitiva”, em oposição à “civilização” colonial, o que contribuiu para a reprodução da falsa ideia de que eles não ofereceram resistência à colonização, tida como “natural” e justificável. No caso das mulheres indígenas, esse processo foi ainda mais marcante, pois não apenas as privou da humanidade, como também as representava como “lascivas”, “sexualmente incontroláveis”, e, por isso, responsáveis pela aproximação entre indígenas e brancos (LASMAR, 1999, p. 147).

A posição das mulheres indígenas a partir de sua apropriação sexual por homens brancos é documentada em diversos contextos nacionais, muitas vezes sendo chamadas de “crime de sedução”. Como exemplo, podemos citar um ofício do chefe substituto da I.R/5 do SPI ao subdelegado regional em Mato Grosso, no dia 3 de novembro de 1966, em que informa sobre o crime de “sedução” sofrido pela adolescente indígena Caiuá Jussara, do Posto Indígena Benjamin Constant, e requer providências².

Dezessete dias depois, em 21 de novembro de 1966, vemos um novo ofício do chefe substituto comunicando o desaparecimento da adolescente. A jovem Caiuá Jussara, de 14 anos de idade (presumidamente), teria desaparecido da sede da Inspeção Regional, após a denúncia de ter sido “seduzida” por Alaôr Fioravanti Duarte, encarregado do Posto Indígena Burití³.

O caso de Jussara não é único, assim como também não o é a posição de seu algoz. Os documentos analisados durante a pesquisa que baseia este capítulo revelam que os encarregados dos postos indígenas foram os

² O ofício citado faz parte do Acervo SPI, disponibilizado no Acervo Arquivístico do Museu do Índio. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/MI_Arquivistico/82835. Acesso em: 8 out. 2018.

³ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/MI_Arquivistico/82861. Acesso em: 8 out. 2018.

principais responsáveis pelas violências praticadas contra os indígenas. O abuso sexual desses inspetores sobre jovens e adultas indígenas se repetiu em diversos estados e reservas indígenas brasileiras, sendo normalmente atrelado a outras formas de violência, como espancamento, tortura, assassinato e desaparecimento.

Exemplos disso são os casos de funcionários do SPI denunciados no Relatório Figueiredo. Boanerges Fagundes de Oliveira, acusado de “sedução” de mulheres indígenas na Ilha do Bananal, em Tocantins, também foi considerado suspeito por incitação de suicídio de uma funcionária, além de roubo e embriaguez, dentre outros crimes⁴. Djalma Mongenot foi acusado de “defloramento” da indígena Terena, do Posto Indígena Ipegue, em Campo Grande, Mato Grosso⁵.

Há ainda o caso do funcionário Flávio de Abreu, que, dentre seus vários crimes, destacam-se sequestros, cárcere privado e torturas, chegando a forçar indígenas a espancarem suas próprias mães e a trocar uma mulher indígena por um fogão de barro⁶. Chamam atenção também as práticas de uma funcionária do SPI, Elita Ferreira Simões, acusada de espancar duas mulheres indígenas e de ser responsável pelo desaparecimento de uma delas no Posto Indígena Vanuíre, em Campo Grande, Mato Grosso⁷.

Os crimes de estupro e rapto eram frequentes contra as mulheres indígenas, que também não escapavam das sessões de espancamento e tortura, como documentado em 20 de janeiro de 1967, no Relatório da Delegacia Regional de Pernambuco, que narra o espancamento de indígenas por parte de policiais em Petrolândia. No documento, constam as agressões por parte dos policiais às mulheres indígenas, dentre elas uma gestante⁸.

No Sul, também foi intensa a violência praticada por funcionários do SPI nas terras indígenas, anteriormente designadas reservas. Um dos casos mais marcantes é o de Eduardo Hoerhan, funcionário do SPI que fundou a reserva Ibirama-Xokleng, em 1914. Seus atos de violência contra mulheres e homens Laklãñõ Xokleng foram descritos por diversos autores, como Wittman (2007) e Santos (1973) e, mais recentemente, pelos próprios indígenas, no documentário “Aqueles que contam histórias” (2014), em que são trazidas à tona denúncias sobre Hoerhan e suas ações, como, por exemplo, a prática de treinar tiros com alvos humanos vivos.

⁴ Relatório Figueiredo. Processo n.º 4.483/68. v. XX. Fls. 4930-4931.

⁵ Relatório Figueiredo. Processo n.º 4.483/68. v. XX. Fl. 4934.

⁶ Relatório Figueiredo. Processo n.º 4.483/68. v. XX. Fls. 4937-4938.

⁷ Relatório Figueiredo. Processo n.º 4.483/68. v. XX. Fl. 4936.

⁸ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/MI_Arquivistico/52821. Acesso em: 8 out. 2018.

Diante dos casos aqui citados, bem como do Relatório Final da CNV e do Relatório Figueiredo, corroboramos a afirmação anteriormente citada da psicanalista Maria Rita Kehl de que os crimes cometidos diretamente por oficiais do Estado não foram simplesmente casos isolados ou resultados acidentais, mas sim ações sistemáticas, em prol de uma política nacional de extermínio que buscou e busca a posse dos territórios indígenas para favorecer o desenvolvimento agropecuário no país.

O esbulho de terras

Em sua dissertação de mestrado sobre as trajetórias e lutas das mulheres Kaingang pela retomada de suas terras, a pesquisadora e antropóloga indígena Joziléia Jacodsen nos mostra que desde a década de 1900 o povo Kaingang luta pela demarcação de seus territórios. Segundo Jacodsen, a perseguição aos indígenas e às suas terras desde o século XIX motivou o estado do Rio Grande do Sul a prestar auxílio para o Governo Federal para demarcar os territórios Kaingang e, assim, foram demarcados 12 toldos no período: Ligeiro, Ventarra, Caseiros, Votouro, Carreteiro, Guarita, Lagoão, Faxinal, Inhacorá, Serrinha e dois toldos em Nonoai (JACODSEN, 2016, p. 34-35).

Por meio de uma reportagem do jornal *Correio do Povo*, publicada em 1908, Jacodsen nos indica que a luta pela demarcação encontrou voz inicialmente nos caciques da Serrinha e de Nonoai (que antes formavam uma única aldeia), que denunciaram ao Presidente do Estado, Carlos Barbosa, a constante perseguição e tentativa de desalojamento que seus povos estavam sofrendo. As violações foram ouvidas pelo então Presidente do Estado, que ordenou a demarcação da área. Em 1911, o toldo Serrinha foi, então, demarcado, com uma área total de 11.950 hectares (JACODSEN, 2016, p. 35-36).

Ao longo dos anos, no entanto, essa área foi sendo drasticamente reduzida. Em 1922, foi aprovado o Decreto n.º 3.004, exigindo agilidade na demarcação dos toldos e passando para os estados (entes federativos) a responsabilidade pela demarcação e proteção dos territórios indígenas. É a partir daí, de acordo com a antropóloga, que teve início o maior esbulho sofrido pelo povo Kaingang na Serrinha (JACODSEN, 2016, p. 37).

Em 1941, época do Estado Novo, a administração dos territórios indígenas passou a ser responsabilidade apenas da União. Nesse momento, o governador do Rio Grande do Sul, Osvaldo Cordeiro de Freitas, antes de realizar a devolução, reduziu os toldos, amparado pelo Regulamentos de Terras e pelo argumento de que a transferência de terras do Estado para a União iria possibilitar o desmatamento e venda ilegal de madeira pelos agentes do SPI. Assim, dos 11.950 hectares iniciais, a Serrinha ficou com

apenas 4.724 hectares do seu território, uma área que também já estava ocupada por posseiros (JACODSEN, 2016, p. 38).

O esbulho ainda se perpetuou nas gestões seguintes. A decisão do Governador Osvaldo Cordeiro foi oficializada pelo governador posterior, Walter Jobim, que criou, em 1949, a Reserva Florestal da Serrinha. Com a criação da Reserva, o povo Kaingang foi sendo gradualmente expulso dos seus territórios pelos colonos e, em 1958, a área voltou a ser reduzida, resultando no “desaparecimento” da Serrinha. Nas palavras de Jacodsen,

No relatório do MPF (1997, p. 66), consta que, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, o então governador Ildo Meneguetti autorizou o Estado a vender a área de 6.624 hectares de terra no norte do território, no dia 06 de janeiro de 1958, em um local chamado Serrinha, por meio da Lei nº 3.381, que autoriza o governo estadual a lotear e vender as terras. O que é mais absurdo: aquela, que fora a área demarcada, passou a ter então 1.060 hectares, uma redução bem considerável. Levando-se em conta que a área inicial era de 11.950 hectares, temos uma redução de 10.890 hectares em 20 anos. Essa redução foi o último suspiro antes do desaparecimento. As famílias indígenas já não suportavam mais tantas barbáries que aconteciam na sua terra, que estava totalmente intrusada.

[...]

As famílias indígenas que ainda restavam foram expulsas, carregadas em caminhões e levadas para o toldo de Nonoai, porque a porção de terra que restou foi facilmente tomada pelos colonos, que utilizaram todos os métodos de violência contra os indígenas. Muitas famílias fugiram a pé para as aldeias em que tinham parentes (JACODSEN, 2016, p. 41-42).

A violência praticada contra os indígenas nesse processo consistia em uma prática que se tornara comum em diversos contextos sob o regime ditatorial brasileiro, conforme denunciado no Relatório Figueiredo. No processo de remoção dos indígenas de suas terras, muitos eram mantidos em cárcere privado e eram torturados e espancados, sistematicamente, no que à época chamavam de “tronco”, nome que se assemelha aos castigos utilizados para pessoas negras escravizadas até o século XIX no Brasil.

O “tronco” era, todavia, o mais enconstrado de todos os castigos, imperando na 7ª Inspetoria. Consistia na trituração do tornozelo da vítimas [SIC], colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente.

Tantos sofreram os índios na peia e no “tronco” que, embora o Código Penal capitule como crime a prisão em cárcere privado, deve-se saudar a adoção desse delito como um inegável progresso no exercício da “proteção ao índio”.

Sem ironia pode-se afirmar que os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanização das relações Índio-SPI (RELATÓRIO FIGUEIREDO. Proc. n.º 4.483/68. v. XX. Fl. 4913).

A violência consistia, portanto, em uma estratégia política voltada à redução dos povos indígenas em pequenos territórios, liberando, assim, suas áreas tradicionais para a colonização agrícola e obrigando seus corpos ao trabalho forçado nas plantações e empreendimentos do Estado. O medo e a violência favoreciam o silenciamento das ações sofridas por eles perante a sociedade nacional e instâncias internacionais.

Políticas de proteção, políticas de opressão

Com a extinção do SPI, a missão da Fundação Nacional do Índio (Funai) era a integração indígena na sociedade nacional, numa tentativa explícita de torná-los trabalhadores rurais. Vê-se, nesse momento, a máxima de que os indígenas precisavam evoluir até serem integrados, reiterando a visão positivista e eurocêntrica de progresso com os moldes desenvolvimentistas, urbanos, agrícolas e masculinos. A estratégia política imbricada nessa estrutura que surgia em período ditatorial era a tutela, isto é, os índios eram tidos legalmente como relativamente incapazes e, portanto, precisavam de um órgão que pudesse tomar as decisões sobre o seu presente e futuro por eles.

As mudanças na política indigenista, marcadas em 1967 pela promulgação da Constituição da República de 1967 e pelo fim do SPI e criação da Funai, determinava uma nova postura diante da questão das terras indígenas. No texto da constituição era mantido o reconhecimento a posse das terras habitadas pelos "silvícolas" e a nulidade dos títulos que incidiam sobre essa terra, que passam a constituir como bens da União, retirando, assim, dos estados a prerrogativa de delimitação desses territórios. Se, como vimos anteriormente, a violência contra os povos indígenas já estava presente nas últimas décadas, nesse momento ela foi potencializada, aliada às retiradas forçadas desses povos de suas terras. Em todo o Brasil, eram constantes os casos de chacinas contra a população indígena.

O aumento da violência sobre esses povos levou, no Sul do Brasil, entre os Kaingang, à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa, em 24 de outubro de 1968, criada para investigar o conflito entre indígenas Kaingang e posseiros na Terra Indígena de Nonoai. No mesmo ano, o parecer final da CPI foi aprovado e se tornou a Resolução n.º 1.605, reafirmando o direito de posse e propriedade dos indígenas sobre suas terras e toldos. No entanto nenhuma medida efetiva foi tomada nesse

sentido; ao contrário, a retirada dos indígenas de suas terras continuou de forma violenta.

O período do final dos anos 1960 foi marcado pela retirada forçada de pessoas indígenas de suas terras de maneira violenta, pela apropriação das terras indígenas para implantação agrícola e pela criação dos chamados “reformatórios” indígenas em pelo menos dois locais no Brasil, sendo o mais conhecido deles o Reformatório Krenak, em Minas Gerais. Segundo publicação do CIMI, datada de 2012,

O reformatório Krenak começou a funcionar em 1969, em uma área localizada dentro do extinto Posto Indígena Guido Marlière. Suas atividades eram comandadas por agentes da Polícia Militar mineira, que, à época, recebeu a incumbência de gerir as terras indígenas daquele estado por meio de um convênio com a recém-criada Fundação Nacional do Índio (Funai).

Num boletim informativo da Funai de 1972, encontramos uma das poucas menções oficiais a respeito do local, qualificando-o como uma experiência de “reeducação de índios aculturados que transgridem os princípios norteadores da conduta tribal, e cujos próprios chefes, quando não conseguem resguardar a ordem na tribo, socorrem-se da Funai visando restaurar a hierarquia nas suas comunidades” (CAMPOS, 2012, p. 8).

A memória desses lugares sombrios ainda é silenciada e muito pouco se sabe sobre eles. Os dados disponíveis indicam que eram locais criados pelo governo, afastados e isolados do contato com as cidades, para onde eram forçadamente levados em sigilo indígenas de diversos povos e regiões brasileiras. Lá, eles eram torturados e treinados para torturar uns aos outros, além de haver casos de assassinato, segundo indicado por indígenas que sobreviveram ao reformatório. Os “métodos reeducacionais” da instituição “[...] incluíam indígenas açoitados e arrastados por cavalos”. (PORANTIM, 2012, p. 8).

Mas as violências praticadas sobre os povos indígenas não ocorreram sem resistência. Em 1969, foi criada a União das Nações Unidas Indígenas, que representou a primeira tentativa de articulação nacional para a defesa da cultura indígena. Essa articulação entre os povos teve um importante papel para a consagração dos Direitos dos Índios, nas discussões sobre a Constituinte e, finalmente, para a redação final da Constituição de 1988.

Essa articulação nacional inédita deu força aos povos que buscavam, já no início da década de 1970, a retirada de posseiros, brancos e arrendatários de suas terras em diversas regiões do Brasil. Em muitos casos, porém, indígenas foram obrigados a trabalhar como peões ou diaristas nas terras

dos agricultores/colonos/invasores para permanecerem no seu território, como ocorreu nas terras indígenas Kaingang.

Ainda no contexto do Sul, houve diversas tentativas de reocupação das terras de Nonoai pelos Kaingang. No entanto, para evitar a ocupação, o governo, por intermédio do Escritório de Terras do município, vendeu as áreas para agricultores da região. No mesmo período, na terra indígena Ibirama, a situação dos Laklãnõ Xokleng não era muito melhor, tendo a Funai concedido às madeiras locais a exploração de madeira no território indígena, além da cessão de áreas de plantio para colonos dentro da área anteriormente demarcada como reserva indígena.

Apesar da breve articulação nacional no final da década de 1960, vemos na década de 1970 uma diminuição das ações do movimento indígena nacional no que diz respeito à reorganização territorial. Há, no entanto, nesse período, a aprovação do Estatuto do Índio, Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que formalizou os procedimentos a serem adotados pela Funai, cuja missão seria proteger e assistir as populações indígenas, além de demarcar as terras indígenas e ser responsável pelo processo de regularização fundiária.

Apesar do discurso protecionista, o “Estatuto do Índio”, promulgado durante o governo militar, segundo Albert (2005, p. 201-202), teria por fim facilitar a implementação de projetos de desenvolvimento de interesse do governo dentro das terras indígenas. Para o autor, apesar da alegação de proteção, essa nova regulamentação visava instituir mecanismos legais de expropriação. Com isso, o governo garantia a possibilidade legal de deslocar indígenas sob a justificativa da “segurança nacional”, ou ainda da necessidade de executar trabalhos públicos, como o ainda tão polêmico direito à exploração mineral para projetos de interesse público, sem contar o tão utilizado direito da Funai de organizar colônias agrícolas com mão de obra indígena (ALBERT, 2005, p. 202).

Ainda segundo o autor, tais intenções estavam por trás de uma retórica de “proteção” legal desses povos, retórica necessária diante de uma crescente e internacional ideologia indigenista, aliado ao já conhecido posicionamento da igreja católica e às agências financiadoras mundiais (ALBERT, 2005, p. 202).

Chama atenção especialmente como o movimento indígena, apesar dos planos iniciais do governo em sua promulgação, utilizou-se do Estatuto para suas próprias demandas legais e para a legitimação de suas lutas. Nesse sentido, outro aspecto fundamental para a compreensão do Estatuto do Índio é o novo regime territorial, que, segundo Albert,

[...] granting them rights to the occupation and exclusive usufruct of specific collective spaces taking the form of restricted lands called áreas (categorizes as “reserves”, “parks”, “agricultural colonies”, or

“indigenous territories”) while the state was assigned ownership prerogatives and the responsibility for defining the boundaries and guaranteeing the integrity of such lands (ALBERT, 2005, p. 202)⁹.

Desde a promulgação da nova Constituição de 1988, o Estatuto está sendo revisto, principalmente no que tange à retirada das políticas de tutela e assimilação, assim como a inserção de demandas atuais como o debate acerca da propriedade intelectual e todas as problemáticas relativas à questão ambiental. Contudo Albert ressalta que esse processo de emenda ainda não estaria completo, sendo, portanto, o Estatuto de 1973 ainda “valid as long as they do not contradict those of the Constitution”¹⁰ (ALBERT, 2005, p. 203).

As mulheres indígenas e a educação como luta

Enquanto os conflitos sobre a terra tomam conta de grande parte do cenário acerca do movimento indígena e seus atritos com a sociedade nacional, vemos na década de 1970 surgir uma nova estratégia de resistência e luta liderada em grande parte pelas mulheres indígenas. O tema é tratado por Jozileia Jacodsen (2016), que ressalta como o ingresso das mulheres indígenas nos cursos de formação de educadoras foi sendo apropriado por elas como estratégia de formação de novas lideranças femininas e empoderamento e resistência frente à estrutura nacional mais ampla.

É sabido que a educação escolar em terras indígenas fazia parte do projeto assimilacionista nacional da época, assim como também é sabido que o papel das mulheres indígenas sempre foi classificado como secundário na estrutura patriarcal da sociedade nacional, que tratou de eleger lideranças indígenas masculinas como interlocutores no contato intercultural. Assim como na sociedade nacional de maneira geral, foi imputado às mulheres o papel de professoras e/ou educadoras como um dos poucos caminhos profissionais possíveis naquele contexto histórico.

O mesmo ocorreu entre as mulheres indígenas que foram colocadas, muitas vezes forçadamente, como educadoras e/ou monitoras em cursos bilíngues. Enquanto esse papel dado às mulheres no período não é novidade, Jacodsen (2016) chama a atenção para como as mulheres subverteram o papel que lhes fora atribuído e o transformaram em estratégia de resistência. Temos, aqui, um fenômeno semelhante àquele debatido por Albert (2005)

⁹ [...] garantindo o direito de ocupação e usufruto exclusivo de espaços coletivos específicos, as áreas (reservas, parques e colônias agrícolas e territórios indígenas), enquanto cabia ao estado a prerrogativa da propriedade e a responsabilidade de definir as fronteiras e garantir a integridade dessas terras” (ALBERT, 2005, p. 202, tradução livre).

¹⁰ “válido, desde que não contradiga a Constituição” (ALBERT, 2005, p. 203, tradução livre).

com relação ao Estatuto do Índio, no qual a ferramenta construída como forma de “aprisionamento”, ou, nesse caso, de “assimilação” à sociedade nacional, é subvertida em forma de resistência cultural e ferramenta a partir da qual os direitos à diferença cultural passam a ser defendidos.

Nesse contexto, a narrativa de Andila Kaingang, trazida por Jacodsen (2016), mostra-nos a consciência dessa nova forma de luta pelas mulheres indígenas. A memória data de 1973, época em que estava no curso de monitores bilíngues, cuja proposta inicial era a de dar continuidade à política do assimilacionismo, utilizando os professores bilíngues para acelerar o processo de aprendizado (JACODSEN, 2016, p. 167). Nas palavras de Andila,

Uma força dentro de mim que não queria morrer me dizia: “Você não pode desanimar, as coisas vão mudar, não vai continuar assim. Esta formação que vocês estão fazendo e que estão pagando um preço muito alto não favorecerá apenas aqueles que anseiam vê-los desaparecer, mas ao povo de vocês também” (INÁCIO, 2015 *apud* JACODSEN, 2016, p. 167).

A crescente inserção das mulheres indígenas nos sistemas educacionais brasileiros, além do gradativo fortalecimento do movimento indígena nacional, pode ser medido pela repercussão que o tema começou a ter na mídia em diversas regiões brasileiras. Citamos como exemplo casos que podem ser observados desde o Paraná, por meio dos trabalhos organizados pelo Clube da Mulher de Campo do Paraná em apoio às mulheres indígenas (FRANCIOSI, 1970), até o Nordeste, com a publicação de matérias em jornais da época que veicularam notícias sobre a abertura de uma exposição de cerâmicas indígenas em Pernambuco, fruto da mobilização das mulheres pela venda de sua arte¹¹.

Mobilização nacional e a luta pela terra

Entre 1974 e 1983, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) apoiou a realização de 16 assembleias nacionais de povos indígenas, dentre elas a Primeira Assembleia Nacional de Líderes Indígenas, realizada na Missão Anchieta, em Diamantino, no Mato Grosso. Nesse período, os povos indígenas de diversas regiões do Brasil passaram a contar com a forte presença do CIMI para uma articulação nacional entre os povos frente ao governo e aos ataques da sociedade nacional de uma maneira geral. Para Albert (2005), a multiplicação dos conflitos interétnicos e territoriais teria impulsionado o crescimento do movimento nacional indígena motivados pela demarcação

¹¹ Exposição de cerâmicas é inaugurada e já pode ser vista pelo público. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 195, 22 jul. 1977. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/103441. Acesso em: 10 nov. 2018.

de seus territórios. Segundo o autor, a “questão indígena” ganhou visibilidade no contexto brasileiro principalmente em função da questão territorial – o chamado “problema das terras indígenas”.

Com o aumento da visibilidade indígena frente à sociedade, foram criadas diversas organizações indígenas na segunda metade da década de 1970. No Sul, o fortalecimento nacional desses povos foi sentido quando, em 1975, foi criado um grupo de trabalho pelo Incra, Funai e Governo do Estado para apurar a situação dos indígenas na fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina com os colonos invasores. O crescimento e fortalecimento desses povos no Sul levou, em 1978, à expulsão violenta de colonos na Reserva Indígena de Nonoai. Segundo Jacodsen,

A situação se deu em decorrência do ingresso prévio dos colonos nas aldeias indígenas o que gerou muitos conflitos, especialmente porque, após a expulsão dos antigos Kaingang da aldeia Serrinha (1950-1960), os invasores passaram a ingressar na Reserva Florestal e na Reserva Indígena de Nonoai, o que levou ao desfecho violento no final da década de 1970, com a expulsão dos colonos daquela área, organizada e levada ao efeito pelos indígenas no ano de 1978 (JACODSEN, 2016, p. 58).

Na década de 1980, houve a consolidação da mobilização nacional indígena iniciada anos antes. São criadas e mantidas redes de parcerias entre os povos indígenas, ONGs e indigenistas, além do próprio Cimi, que continua tendo uma atuação representativa na articulação da mobilização nacional. Os encontros realizados consolidaram a articulação indígena nacional e formaram uma preparação para a atuação das lideranças indígenas na formulação da Constituição de 1988.

A consolidação dessa articulação se deu com a fundação da União das Nações Indígenas (UNI), que buscou uma articulação permanente e de caráter nacional entre os diversos povos do território nacional. Parcerias entre indígenas, antropólogos e indigenistas se fortaleceram, e ainda hoje o Cimi continua tendo um papel importante, principalmente enquanto articulador entre esses agentes.

A partir de meados da década de 1980, as organizações indígenas locais ganharam maior destaque, dando suporte às necessidades de cada região e povo, fazendo com que a UNI perdesse força. No Sul, em terras Kaingang, a mobilização indígena obteve uma vitória já em 1985, com o encerramento do grupo de trabalho que indicou ao Incra, Funai e Estado a retirada dos colonos das terras ocupadas, reassentando e reintegrando a posse aos indígenas.

Uma demonstração da conquista da mobilização e resistência indígena aconteceu entre o período de 1985 a 1988, na inserção das lideranças

indígenas nos debates sobre as Constituintes, a redação do Capítulo VII na Promulgação da Constituição Federal e dos artigos, especialmente os artigos 231 (e seus incisos) e 232, que tratam da sobrevivência física e cultural indígena, normativa que até hoje rege os direitos indígenas. Segundo Albert (2005, p. 204), com a constituição de 1988 e a reabertura democrática de 1989, um novo decreto de 1991 reafirmou o papel da Funai na demarcação das terras indígenas e, assim, abriu espaço para a participação indígena.

Nesse sentido, retomamos e reafirmamos uma discussão proposta por Albert (2005), para quem a legitimação das lutas indígenas no espaço público em escalas nacional e internacional ocorreu pela apropriação indígena das leis e símbolos dominantes na sociedade. Denominado pelo autor como um modo de “sincretismo estratégico”, esse “hibridismo discursivo” adotado pelos povos indígenas e consolidado em sua articulação nacional e internacional se tornou uma “[...] structural condition for expression in the Indian movement”¹² (ALBERT, 2005, p. 205).

Aqui, há dois pontos cruciais no argumento desse autor para compreendermos esse processo cultural e político: o primeiro se refere à oposição entre a grande diversidade cultural entre os povos indígenas e as variadas formas de interação histórica e social delas com os chamados “brancos” e a homogeneização criada pelo Estatuto do Índio e reafirmada pela constituição de 1988. Há uma dupla atribuição do estado sobre os povos, no que tange a uma noção de “territorialidade abstrata” e “indianidade genérica” (ALBERT, 2005, p. 207).

Já o segundo ponto é fundamental para compreendermos o primeiro sem recair em uma perspectiva colonialista que reproduz o indígena como vítima de um processo histórico. O argumento de Albert (2005, p. 208) nos leva à lembrança de que a atribuição de identidade nunca pode ser reduzida à imposição de identidade.

As mulheres indígenas, por elas mesmas

Em uma matéria intitulada “Domésticas e lavradoras, as injustiçadas”, publicada em 1985 pelo *Jornal do Commercio* (RJ), encontramos a apresentação de líderes feministas que expressaram a importância da participação das indígenas na mobilização pelos direitos das mulheres – tema que chama a atenção, pois coloca as mulheres indígenas como protagonistas na luta pelos seus direitos¹³.

¹² “[...] condição estrutural para expressão do movimento indígena” (ALBERT, 2005, p. 205, tradução livre).

¹³ ZAPPI, Victor. Domésticas e lavradoras, as injustiçadas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 214, 24 jul. 1985. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_17/48148. Acesso em: 5 nov. 2018.

Esse protagonismo apontado pelas feministas não indígenas se torna visível um ano depois, com a publicação do texto “Os problemas dos índios, por eles mesmos”, de Eliane Potiguara, publicado no jornal *Mulherio* (SP), em 1986¹⁴. O texto representa um marco importante na luta das mulheres indígenas pelo direito à fala e à representatividade.

A partir de então encontramos uma mudança na documentação relativa às mulheres indígenas, pois se até a década de 1970 a maior parte esteve voltada aos crimes e abusos sexuais sobre as mulheres indígenas, na década de 1980 vemos a formação de uma narrativa crítica que questiona os estereótipos associados às mulheres indígenas pela sociedade branca nacional, tema que foi tratado, por exemplo, no texto “A índia e o olho do branco”, de Norma Telles, publicado no jornal *Mulherio* (SP), em 1987¹⁵, denunciando a visão estereotipada pela qual as mulheres indígenas eram retratadas nos livros didáticos.

Essa mudança de olhares sobre as mulheres indígenas e seu protagonismo social também chamam atenção no Paraná de 1987, como exposto na nota “Mulheres lutam contra regime de Stroessner”, publicada no *Correio de Notícias* (PR)¹⁶. O texto apresenta a mobilização das mulheres na luta contra as ditaduras na América Latina, enfatizando o modo abusivo como as mulheres indígenas ainda eram tratadas.

É no período da década de 1980 que vemos também a associação mais evidente das mulheres indígenas na luta pela terra, entendida por elas como um retorno à terra ou uma retomada, como historicamente ficaram conhecidos esses movimentos. Nesse sentido, traremos para discussão a biografia de uma mulher indígena que esteve à frente do movimento de retomada de suas terras, Maria Barbosa (*Irepxi*), uma Apinajé que teve papel significativo na luta pelo processo de demarcação.

Liderança respeitada e reconhecida, *Irepxi* articulou a mobilização e a mobilidade dos Apinajé na luta pelo reconhecimento de parte do que é hoje a Terra Indígena Apinayé, localizada no norte do atual estado do Tocantins, pautada pela significação ancestral que ela e seu grupo familiar estabeleciam com esse território. Ela nasceu na antiga aldeia Cocal, na década de 1920, mas mudou-se na década de 1950 para a aldeia São José. Segundo Nimuendajú (1983), que visitou a aldeia em 1928 e 1937, esta constituía-se de apenas 3 casas.

¹⁴ POTIGUARA, Eliane. Os problemas dos índios por eles mesmos. *Mulherio*, São Paulo, n. 26, set./nov. 1986. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/459488/594>. Acesso em: 5 nov. 2018.

¹⁵ TELLES, Norma. A índia e o olho do branco. *Mulherio*, São Paulo, n. 27, dez./fev. 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/459488/608>. Acesso em: 5 nov. 2018.

¹⁶ Mulheres lutam contra regime de Stroessner. *Correio de Notícias*, Curitiba, n. 1.855, 13 ago. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/20190. Acesso em: 5 nov. 2018.

Na década de 1940, essa aldeia foi abandonada por conta de uma epidemia de malária. Os remanescentes da população mudaram-se para a aldeia Gato Preto e depois para a aldeia São José. Em maio de 1984, em meio à luta pela demarcação, *Irepxi* fundou a aldeia Cocalinho, próxima à antiga localização da aldeia Cocal. Ali viveu algum tempo antes de retornar para a aldeia São José. No início dos anos 2000, fundou a aldeia Buriti Cumprido, na região da aldeia Cocalinho, onde viveu até sua morte.

Rocha (2001), que realizou pesquisa sobre as relações de gênero entre os Apinajé, entre os anos 1999 e 2000, teve Maria Barbosa como interlocutora. Nesse momento, *Irepxi* (Maria Barbosa) vivia na aldeia São José, que concentrava mais da metade dos cerca de mil habitantes da terra indígena. A aldeia abrigava expressivas lideranças femininas, e *Irepxi* destacou-se devido à sua atuação na luta pela demarcação do território Apinajé.

Rocha (2001) fala da participação de Maria Barbosa, de sua filha Neide e de Teresinha em reuniões com representantes governamentais por ocasião da demarcação da terra indígena. Em meio a um conflituoso processo de identificação, *Irepxi* compôs a delegação Apinajé, que visitou diferentes povos indígenas em busca de apoio na luta pela terra. Em fins de 1984, já contavam com o apoio dos Krahô, Xerente e Kanela. Em princípio de 1985, conseguiram a adesão dos Txucarramãe, incluindo o próprio Raoni, que somados aos outros iniciaram o “mutirão de auto-demarcação” (CARELLI, 1984). Segundo os Apinajé, a atuação de *Irepxi* foi fundamental para a inclusão da região do Cocal na área demarcada.

Assim como ela, muitas outras mulheres indígenas estiveram presentes nas lutas nas chamadas retomadas de terra em diversas regiões do país. O fim da década de 1980 é marcado, portanto, pela consolidação da conquista de fala das mulheres indígenas, que nesse momento afirmam uma identidade própria, fortalecendo, assim, uma articulação nacional e dando visibilidade às suas lutas e conquistas frente à sociedade “branca” e aos homens indígenas. O feito é tal que, em 1989, temos o I Encontro da Mulher Indígena, realizado no Parque Nacional do Xingu, que tem repercussão nacional e é objeto de nota em vários jornais regionais, como o Jornal do Comercio (AM), que destacava a fala de Eliane Potiguara, coordenadora do Grupo Mulher – Educação Indígena (Grumin) –, um passo decisivo para a conquista das mulheres indígenas pelo direito à fala¹⁷.

É também nesse âmbito que vemos a inserção das mulheres indígenas no meio acadêmico ganhar maior visibilidade, como o trabalho da antropóloga Suzana Primo dos Santos, indígena Karipuna, sobre o qual encontramos

¹⁷ Mulher indígena terá I Encontro. *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 34.834, 01 mar. 1989. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/35992. Acesso em: 5 nov. 2018.

uma notícia publicada em 1989 pelo jornal *O Liberal* (PA), apresentando os estudos da antropóloga sob o título “Em busca da identidade perdida”¹⁸.

Considerações finais

Segundo nos lembra Silveira (2018), em sua recém defendida tese de doutorado acerca das mulheres indígenas (tema ainda tão pouco abordado no debate acadêmico),

[...] é possível dizer que a mulher indígena sempre transitou nas esferas periféricas na vida social, e assim ainda é usualmente retratada: estão nos bastidores preparando toda a comida para as grandes cerimônias, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos (pescar, caçar e derrubar a mata para fazer roça são atividades e espaços do masculino), acompanhando a família em eventuais expedições na mata ou seguindo o marido em viagens à cidade, seja para este resolver problemas da comunidade ou mesmo para obter gêneros e artigos “de fora” que lhes interessam, ou ainda quando há necessidade de intervenção médica, que só é possível encontrar no mundo urbano (SILVEIRA, 2018, p. 34-35).

Esse retrato da margem por inúmeras vezes é reiterado tanto na escrita e na pesquisa acadêmica quanto – e principalmente – vivenciado nos corpos das mulheres indígenas em suas aldeias e terras e nas cidades. Ao longo das três décadas enfocadas neste capítulo, vemos que as mulheres indígenas foram (e muitas vezes ainda o são) alvos da violência praticada e/ou consentida tanto pelo estado quanto pela sociedade por meio de práticas de tortura, abusos sexuais e remoção compulsória de suas terras.

Apesar dos abusos praticados nessa relação entre indígenas e não indígenas, foram a criação, o fortalecimento e a resistência do movimento indígena, aliados ao protagonismo de suas mulheres, que fizeram com que passassem de objetos a sujeitos de sua própria história. Mas é importante compreendermos como essa objetificação se construiu para entendermos melhor, tanto como ela foi negada e subvertida pelas mulheres indígenas quanto como ela silenciosamente persiste nas entrelinhas de nossas vidas e lutas contemporâneas.

Como apresentamos no decorrer do capítulo, ainda na década 1960, as mulheres indígenas eram consideradas “lascivas” e “passivas”, isto é, eram vistas, de maneira geral, como objetos passíveis de exploração sexual, sendo sua suposta passividade entendida como consentimento e justificativa para a continuidade da exploração e colonização de seu povo e cultura.

¹⁸ Em busca da identidade perdida. *O Liberal*, Belém, n. 22.281, 21 abr. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761036/8453>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Nesse sentido, nosso objetivo foi, portanto, mostrar os caminhos que muitas mulheres indígenas trilharam para a conquista de sua fala nessa sociedade que continua a buscar seu silenciamento. Vemos, ao longo da década de 1970 e principalmente na década 1980, as mulheres indígenas se apropriarem das ferramentas não indígenas de luta, especialmente a educação, a língua portuguesa e a palavra escrita para construir seus próprios espaços de visibilidade e resistência.

De objetos passam a sujeitos na década de 1980, assumindo, assim, sua própria fala. E como autoras, artistas e lideranças, constroem sua própria imagem e história perante a sociedade. Chama particular atenção suas atuações frente à luta pela terra, principal eixo das relações com os não indígenas, no que tange tanto às demandas indígenas passadas quanto às contemporâneas.

Enquanto vemos nos anos 1990 a consolidação do movimento indígena nacional e suas expoentes regionais, foi nas duas últimas décadas dos anos 2000 que vimos o chamado “empoderamento da mulher indígena”, título do último encontro da Semana dos Povos Indígenas realizado no Xingu em abril de 2018 (SILVEIRA, 2018, p. 48). Nesse cenário recente, vemos a mobilização das mulheres indígenas formando organizações políticas institucionalizadas, resultado da segunda metade de 1990, e que atualmente possuem representação Municipal, Estadual e Federal em âmbitos diversos do governo.

Essa representatividade é fruto de seu próprio protagonismo histórico e de sua capacidade de lutar e resistir a todos os tipos de violência que foram alvo desde a invasão branca neste país. Nas palavras de Kaxuyana e Silva:

Embora sempre acompanhando seus maridos ou pais nas discussões dos movimentos indígenas desde a década de 1980, somente há alguns anos as mulheres indígenas passaram a se organizar como movimentos femininos para discutir questões de gênero, o que também para elas ainda é um tema muito recente e pouco claro, inclusive em termos conceituais, porque apesar de estarem discutindo entre mulheres, acabam discutindo as políticas gerais voltadas para a comunidade. Na maioria das vezes suas demandas são para as questões de saúde e da educação indígena, sem se aterem propriamente para o enfoque de gênero. (KAXUYANA; SILVA, 2008, p. 38 *apud* SILVEIRA, 2018, p. 40).

No Brasil, como buscamos evidenciar ao longo do capítulo, a luta das mulheres indígenas assumiu cada vez mais importância no cenário social e político nacional. As cada vez mais presentes associações e coletivos de mulheres indígenas têm mostrado caminhos distintos na conquista de seus direitos. Alguns autores têm apontado esse crescente fortalecimento como um florescimento de uma vertente de feminismo indígena no Brasil, em

consonância com o chamado feminismo comunitário dos países latino-americanos. No entanto o termo não é consensual entre as mulheres indígenas no Brasil. Em 2016, a participação indígena no 13.º Mundos de Mulheres e 11.º Fazendo Gênero, ocorrido em Florianópolis, chamou particular atenção nesse cenário. Lideranças mulheres indígenas Kaingang, Laklãnõ Xokleng, Juruna, Piratapuaia, Apurinã, Huni Kuin, entre outros povos, reúnem-se no evento e trazem para reflexão temas como saúde, violência, direitos humanos, educação e o assunto mais presente entre as reflexões indígenas nacionais, as demarcações de terra. À frente de uma marcha de mais de 8.000 mil mulheres, esse grupo de lideranças indígenas impôs a força de suas vozes e fez ecoar pelas ruas da cidade a sua presença.

O ativismo político das mulheres indígenas assume no cenário nacional contornos particulares que se, por um lado, podem ser entendidos a partir de uma conjuntura política mais ampla, na qual se inserem também os chamados “feminismos comunitários” e a suas “lutas pela despatriarcalização, a decolonialidade e o antineoliberalismo no contexto do mundo atual globalizado” (SACAVINO, 2016, p. 100), por outro calcam-se em suas experiências vividas, nos processos particulares de opressão de seus povos e nas trajetórias históricas vividas em suas terras e lutas. Dificilmente visto como um movimento homogêneo, a luta atual das mulheres indígenas tem uma trajetória distinta do feminismo comunitário que nasce na Bolívia, no ano 2003, e atualmente pode ser visto também no Chile, Argentina, México, Colômbia e Guatemala, e que tem em Julia Paredes um de seus principais expoentes (SACAVINO, 2016, p. 100). Contudo, apesar das diferenças, podemos concordar com Sacavino que as lutas das mulheres indígenas no Brasil

[...] se constroem nas brechas de resistências e insurgências possíveis ao sistema hegemônico, e que suas propostas e enfoques epistêmicos outros, desde seus próprios lugares de enunciação, criam conhecimentos e práticas desde o Sul. Tendo presente, como afirma Walsh (2016 p. 72), que o decolonial não vem de cima, mas de baixo, das margens e das fronteiras, das pessoas, das comunidades, dos movimentos, dos coletivos que desafiam, interrompem e transgridem as matrizes do poder colonial. (SACAVINO, 2016, p. 101).

A força das mulheres indígenas e sua luta nos duros anos da ditadura militar no Brasil as colocaram, como já nos apontava Sônia Guajajara, como protagonistas da sua própria história. Cabe-nos agora refletir sobre a complexidade desse processo, que não pode ser simplificado apenas à luta, nem pela crítica feminista branca, nem exclusivamente ao movimento indígena “neutro”, isto é, supostamente sem gênero. Encerramos, assim, com as palavras de Puyr Tembé sobre o que as mulheres indígenas querem hoje:

Queremos acabar com os estigmas que envolvem a mulher indígena. Não somos apenas belas e exóticas. Não fazemos apenas artesanato e trabalhos manuais. Em muitos casos, comandamos tribos, somos responsáveis pelas plantações, cuidamos da roça e dos filhos e ainda tomamos decisões que, mais tarde, serão a palavra final em uma discussão (TEMBÉ, 2018, s/p *apud* SILVEIRA, 2018, p. 48).

Referências

ALBERT, Bruce. Territoriality, Ethnopolitics and Development: the Indian Movement in the Brazilian Amazon. In: SURRALLÉS, Alexandre; HIERRO, Pedro Garcia (Eds.) *The Land Within: Indigenous Territory and the Perception of the Environment*. Copenhagen, IWGIA, 2005.

CAMPOS, André. Krenak: o presídio indígena na ditadura. *Revista Porantim*. Brasília: PORANTIM, Ano XXXV, n. 347, p. 8-9, ago. 2012. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/pub/Porantim/2012/Porantim%20347%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019

CARELLI, Vicent. Mutirão guerreiro conquista demarcação Apinayé. In: CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI, 1984. (Série Aconteceu Especial, n. 15).

COLETIVO AUDIOVISUAL LAKLÃNÕ; MACHADO, Juliana; Casali, ELEONORA; Dias, Marcelo. Û TÕ DÉN TXI KABEL. *Aqueles que contam histórias. Primeira Oficina Audiovisual Laklãnõ Xokleng*. NaOca Produções, FAPESP, Museu do Índio/FUNAI, Associação Coctá Camlém, 2014.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FRANCIOSI, Eddy Antonio. Eddy Antonio Franciosi informa sobre sociedade. *Diário do Paraná*, Curitiba, n. 4.405, 21 mar. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/76252>. Acesso em: 8 nov. 2018.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Serviço de Proteção aos Índios - SPI*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi>. Acesso em: 4 mar. 2019.

GUAJAJARA, Sônia. “Hoje o índio não está só no mato”, diz Sônia Guajajara. [Entrevista concedida a] Sônia Amaral e André de Oliveira. *Agência Pública de Jornalismo Investigativo*, 17 de abril de 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/04/hoje-o-indio-nao-esta-so-no-mato-diz-sonia-guajajara/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

INÁCIO, Andila. A formação dos primeiros professores indígenas no sul do Brasil. *Cadernos de Educação Indígena 3 Grau Indígena*. Barra dos Bugres: UNEMAT, v. 4, n. 1, 2005.

JACODSEN, Joziléia Daniza Jagso Inacio. *Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na TI Serrinha*. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

KEHL, Maria Rita. Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. *In: Comissão Nacional da Verdade: Relatório*. v. 2. Brasília: CNV, 2014.

LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 143-158, jan. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989/11264>. Acesso em: 4 mar. 2019.

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Editora SIA, 1962.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Os Apinayé*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém/PA, 1983.

ROCHA, Raquel P. *A questão de gênero na etnologia Jê: a partir de um estudo sobre os Apinajé*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2001.

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural. *Uni-pluri/versidad*, v. 16, n. 2, p. 97-109, 2016.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: EDEME, 1973.

SILVEIRA, Maria Luiza. *Mapulu, a mulher pajé: a experiência Kamaiura e os rumos do feminismo indígena no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo de (Antropologia), São Paulo, 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Candidatos indígenas aumentam participação em eleições nacionais*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Abril/candidatos-indigenas-aumentam-participacao-em-eleicoes-nacionais>. Acesso em: 14 jun. 2019.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

WOLFF, Cristina. "Índias" e "Branços" no sul do Brasil – reflexões sobre a memória e a construção de identidades. *In: LEITE, Renato Lopes (org.). Cultura & Poder. Portugal – Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 37-51.

MULHERES RURAIS EM LUTA NO FINAL DA DITADURA¹

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Larissa Viegas de Mello Freitas

O período final da década de 1970 é identificado por muitas pesquisadoras e pesquisadores como de renovação do movimento sindical em vários locais do Brasil. Foi um momento em que sindicatos e movimentos sociais de áreas urbanas e rurais se reorganizaram e ganharam força política capaz de desafiar o governo militar, que por muito tempo censurou, proibiu e perseguiu qualquer tipo de organização que fizesse oposição à ditadura, embora, sob esse espectro de perseguição ainda vigente, trabalhadoras e trabalhadores fizeram resistência, articularam-se de formas variadas visando a melhores salários, melhores condições de trabalho e aquisição de direitos. Esses movimentos se ramificaram e chegaram, dentre outros lugares, ao oeste de Santa Catarina, estado onde as mobilizações sociais do campo foram pioneiras no Brasil e cujas ações influenciaram articulações do campo em várias outras localidades. Dentro desse contexto, o caso da organização do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina é um dos exemplos mais emblemáticos e serve como uma importante referência sobre as formas de ação política organizada de mulheres de áreas rurais no país.

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina foi um dos primeiros movimentos sociais de mulheres provenientes de áreas rurais organizados no Brasil e por esse motivo foi escolhido como tema central deste texto, cujo objetivo é apresentar uma análise da organização de mulheres do campo em movimentos sociais rurais na década de 1980, no estado de Santa Catarina, buscando explorar condições de emergência e lutas, bem como possíveis relações com os movimentos feministas brasileiros, em evidência desde meados da década de 1970, sobretudo entre 1975 e 1985. Sem desconsiderar que se trata de um contexto mais amplo de lutas e que possibilitou a organização de mulheres em diferentes regiões do Brasil, procuramos abordar o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), organizado em 1983 e, desde o ano de 2004, denominado de Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMA/SC, 2008). Tendo em vista o recorte temporal abrangendo a década de 1980, o processo de mudança de nome não será foco do texto, mas cabe ressaltar que o MMA/SC foi um dos movimentos sociais rurais autônomos de mulheres,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

com trajetória iniciada na década de 1980, que participou da construção e integrou o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil no ano de 2004 (SALVARO, 2010).

A escolha pelo MMA/SC, de igual modo, justifica-se pelo protagonismo nas lutas por direitos das mulheres rurais no âmbito do reconhecimento profissional e previdenciário. É importante ressaltar a emergência de movimentos sociais rurais de mulheres em outros estados do Brasil, na década de 1980, e considerar articulações inter-regionais que ocorreram em lutas pelo reconhecimento profissional das trabalhadoras rurais e direito à aposentadoria, entre outras reivindicações comuns as populações rurais, tais como a reforma agrária, por exemplo.

O processo de constituição e de lutas do MMA/SC não é um tema novo no campo dos estudos sobre movimentos sociais rurais e de mulheres. O tema vem sendo estudado por pesquisadores/as oriundos de diferentes áreas do conhecimento, nos últimos 30 anos. As dissertações de mestrado de Jacir Leonir Casagrande (1991), Odilon Luiz Poli (1995), Pedro Carlos Daboit (1996) e Sirlei Antoninha Kroth (1999), realizadas e concluídas na década de 1990, são representativas do interesse pela trajetória do MMA no diálogo com especificidades outras que possibilitam dizer de determinado contexto histórico. Por conseguinte, registramos que a nossa análise se atualiza em diálogo com outras leituras possíveis, buscando contribuir para visibilizar a relevância dos movimentos sociais e de mulheres no enfrentamento de diferentes desigualdades sociais.

Para a elaboração do texto, analisamos materiais bibliográficos e documentais sobre o MMA/SC, assim como entrevistas realizadas com mulheres que seguem militando no MMC/SC. Com base no material selecionado, organizamos o texto em três seções: inicialmente, apresentamos fragmentos relativos às condições de emergência do MMA/SC no oeste catarinense na interface com outros movimentos sociais rurais; na sequência, apresentamos considerações sobre lutas específicas empreendidas pelas mulheres na década de 1980; na terceira seção, procuramos explorar ligações, nem sempre tão evidentes, mas ainda assim presentes, com o movimento feminista.

A organização política de mulheres do campo em SC

A organização de um movimento social rural de mulheres deve ser considerada no horizonte de outras organizações populares e sindicais que marcaram os anos de 1980, período da ditadura civil-militar e de enfrentamentos no processo de abertura democrática. Em artigo que envolve a discussão acerca da temática “mulher rural e movimentos sociais”, Maria Ignez

Paulilo ressalta que, “embora exista uma organização nacional conhecida como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e assim ele seja conhecido também no Rio Grande do Sul”, nos estados de Santa Catarina e Paraná, respectivamente, eram nominados Movimento de Mulheres Rurais (MMA) e Organização de Mulheres Rurais (OMTR) (PAULILO, 2004, p. 242).

Sobre a importância da resistência popular em diferentes regiões do país, em Santa Catarina, “na década de 80, num dos momentos mais críticos da vida no campo, nascem as heroicas organizações camponesas” e a organização do MMA/SC, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó (MMA/SC, 2000). Como eventos importantes que marcaram o processo de organização do MMA/SC, destacam-se os ocorridos no dia 25 de julho de 1981 e no dia 1.º de maio de 1983, no distrito de Itaberaba: no dia 25 de julho de 1981, evento de comemoração do dia do agricultor, foi organizado um grupo de base para a organização dos agricultores e disputa da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; no dia 1.º de maio de 1983, ocorreu o encontro que possibilitou os “rumos iniciais” do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC e contou com a participação de 28 mulheres, religiosos e agentes de pastoral (CASAGRANDE, 1991, p. 38-39).

Como marcos da organização do MMA/SC, os acontecimentos de 1981 e 1983 evidenciaram experiências de exclusão social das mulheres, as quais se transformaram em demandas importantes de luta. Como registro de um encontro para comemorar os 15 anos do MMA/SC, realizado em 8 de março de 1998, agora no município de Itaberaba, “é a persistência e a determinação das mulheres mostrando para todos que as causas justas devem ser levadas adiante, por mais difícil que possa ser o caminho.” (MMA/SC, 2000, p. 6). De acordo com registros localizados, a denominação “Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA/SC” foi atribuída no ano de 1986 e 60 municípios do estado de Santa Catarina já estavam organizados (MMA/SC, 2000, p. 7).

Na condução do processo de organização, é central destacar as relações com a Igreja Católica, com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com outros movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB). (CASAGRANDE, 1991; POLI, 1995; DABOIT, 1996). Da articulação com o MST, entre outras, destacamos a “conquista o direito da mulher viúva ou solteira constar como titular de posse de terras, em projetos de assentamento.” (MMA/SC, 2000, p. 8).

As relações (e os limites das relações) estabelecidas com setores progressistas da Igreja Católica, principalmente, por meio de atividades de pastoral, não representaram uma ação isolada e, a partir da década de 1970, marcaram o posicionamento da instituição religiosa em relação às lutas dos

povos oprimidos. Conforme ressaltado por Daboit (1996, p. 18), o “esforço de renovação da Igreja vai assentar-se numa proposta de conscientização do povo”, no âmbito da Teologia da Libertação².

Em meio aos movimentos de organização popular e sindical, verifica-se a influência da Teologia da Libertação “no trabalho de formação e organização popular”, mediado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); no oeste catarinense, destaca-se a contribuição da Diocese de Chapecó na formação da consciência crítica dos/as agricultores/as (MMC/SC, 2008, p. 7). Cabe observar que, no período, além das estreitas relações das atividades pastorais com a organização dos movimentos populares, as mulheres desenvolviam atividades na própria instituição religiosa, configurando-se como espaços tradicionais de participação feminina (POLI, 1995).

Contudo, ao longo da trajetória de organização e de consolidação do MMA em território catarinense, ocorreram mudanças na condução e na relação com a instituição religiosa. Kroth (1999, p. 104) resalta que a participação de agentes de pastoral na coordenação dos primeiros encontros e o modo como as mulheres foram assumindo a condução do processo: “mais tarde, quando o movimento já possuía uma estruturação própria, a direção estadual, através de suas dirigentes liberadas, planejava os cursos de formação, elaborava os convites e os enviava para as líderes das regionais do movimento.” Encontros e desencontros do MMA com a Igreja, segundo Casagrande (1991), também evidenciaram “limitações” em relação a determinados temas de interesse das mulheres, envolvendo demandas específicas de gênero, por exemplo. Além dos referenciais religiosos, questiona-se a influência do movimento feminista na organização e orientação de práticas do MMA, temática que será posteriormente tratada de forma mais específica (DABOIT, 1996).

No campo político-partidário, as mulheres apoiaram a candidatura, para deputada estadual, da agricultora Luci Choinacki, uma das dirigentes do movimento; em um processo vitorioso, Luci foi eleita como a primeira deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT (MMC/SC, 2008, p. 11). A candidatura e a eleição foram narradas por Luci em uma entrevista, conforme fragmento que segue:

[...] foi a única que se elegeu do PT, em 86, e a única mulher também, num estado que não é, assim, tão democrático com

² A Teologia da Libertação “nasce e se desenvolve enquanto expressão de problemas da realidade social latino-americana, no desejo de transcendê-la através da criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se do encaminhamento de uma nova visão para o papel da Igreja, da prática cristã e do pensar teológico, até então apoiado numa teologia feita a partir da realidade exógena europeia.” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 32-33).

as mulheres, um estado de, que eu digo que Santa Catarina é de uma linha conservadora ainda, com a participação feminina popular, social, e eu vim desse meio e foi uma batalha enorme pra se garantir como, num mandato, pra fazer o meu trabalho, mas não abri mão, coordenei vários processos e a gente teve resultados muito bons de mobilização e de conquista, que transformado depois em 90 pra deputada federal que eu consegui aprovar, batalhar e mobilizar pra aposentadoria e aprovar o salário maternidade pras mulheres agricultoras, então a minha vida na política foi assim, muito dura, como é, porque [...] por primeiro por ser mulher, segundo por ser agricultora, terceira por ter um envolvimento sempre social e botar sempre os pobres em primeiro lugar, pobre não dá lucro, pobre só dá voto, então isso eles, muito gente pensa, e pra mim trabalhar com esse público eu tive que fazer muito esforço, pra eles acreditar que eu podia ajudar, que o mandato podia ser um instrumento de, não de fazer as coisas, mas de mobilizar, de apresentar sugestões e trabalhar junto [...]. (CHOINACKI, 2017, s/p).

A partir das condições descritas, na primeira metade da década de 1980, verifica-se a participação das mulheres em processos de mobilização mais amplos envolvendo lutas de classe e pela igualdade entre homens e mulheres, principalmente, no direito à sindicalização. Observa-se que a participação das mulheres na organização de um movimento social específico se fez pela problematização das desigualdades de classe vivenciadas pelas populações do campo e pelas desigualdades de gênero.

Do anonimato a lutas de classe e de gênero

Os estudos citados evidenciam a participação, organização política e formação de uma identidade coletiva em reivindicações que se articularam a partir de pautas comuns às mulheres, no que se refere a questões de classe e de gênero. Verificam-se ações coletivas no sentido da representação das mulheres como sujeitos políticos em lutas pelo reconhecimento profissional como trabalhadora rural e, por consequência, a possibilidade de acesso a direitos trabalhistas.

No que se refere ao MMA/SC, de acordo com Casagrande, dois fatores podem ser vislumbrados como determinantes em sua criação e organização, a saber:

De um lado, a problemática vivida pela pequena produção no que diz respeito a sua reprodução e continuidade. Por outro, a emergência de inúmeras organizações no campo, voltadas para as questões agrárias, das quais as mulheres também participavam, embora de forma anônima. (CASAGRANDE, 1991, p. 37).

O anonimato das mulheres do campo, evidenciado pelo autor, demonstra a posição secundária ocupada e a invisibilidade das atividades que desenvolviam nas unidades familiares de produção, normatizadas por determinada divisão sexual do trabalho, que valoriza, de forma diferenciada e desigual, atividades realizadas por mulheres e por homens. A análise da posição ocupada pelas mulheres solicita considerar a associação fundante do trabalho, da produção e da família na reprodução de modos de vida na agricultura familiar, na medida em que é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” (WANDERLEY, 2009, p. 156). Em tais contextos de produção/reprodução da vida e do trabalho, as atividades realizadas por mulheres e por homens pode ser analisada a partir de normas de gênero, as quais produzem/regulam corpos e relações sociais, no sentido concebido por Judith Butler (2006). A divisão sexual do trabalho é instituída com base no que historicamente se atribui a homens e mulheres em cada contexto laboral (segmentado em produtivo e reprodutivo) e, portanto, a discussão sobre o tema pode ser localizada no campo das desigualdades de gênero.

Em estudos sobre o trabalho feminino em contextos rurais, Paulilo (1986, p. 135-148) observa que atividades agrícolas realizadas por homens e por mulheres são caracterizadas a partir da classificação de trabalho leve (realizado por mulheres e crianças) e pesado (realizado por homens), o que não remete à atividade em si, mas a quem a realiza. A classificação apresentada indica a produção de desigualdades de gênero que operam na desvalorização e invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres, em grande medida, consideradas “não produtivas” em uma lógica apenas mercantil e que não se aplica ao trabalho realizado nas unidades familiares rurais, conforme preceitua Paulilo (2004, p. 25): “o conceito de ‘trabalho produtivo’ foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista.”

Frente aos pontos identificados, verificamos que os questionamentos na base da organização das mulheres visibilizaram desigualdades historicamente produzidas, sobretudo, no que se refere a questões de classe e de gênero. A relação entre demandas de classe e de gênero, na criação e trajetória do MMA/SC, suscitou análises e controvérsias. Um dos questionamentos principais se referia à ênfase inicial nas questões de classe em detrimento das de gênero, como pode ser observado no estudo já citado de Casagrande (1991). No entanto estabelecer uma separação de demandas e a primazia das lutas de classe na base do movimento de mulheres pode produzir equívocos. Entre os estudos que chamam a atenção para o tema e

que problematizam o argumento da primazia das questões de classe, destacamos uma das leituras realizada por Poli (1995, p. 72) em diálogo com a de Casagrande:

O que pode provocar esta confusão é o fato de que as ações de maior impacto realizadas pelo movimento (grandes manifestações públicas, pressão junto ao governo federal, etc.) tenham se voltado às questões de classe. Mas não se pode ignorar, por outro lado, a realização de estudos e discussões sobre as relações homem/mulher dentro da família, da comunidade e da sociedade como um todo, desde os primeiros momentos.

De forma mais pontual, o autor observa que o tema foi pautado no 1.º e no 2.º Encontros do MMA/SC. No 1.º Encontro, por exemplo, nas conclusões “sobre os problemas enfrentados pelas mulheres agricultoras, dos quatro itens levantados apenas um (o terceiro) não se refere propriamente às questões de gênero.” (POLI, 1995, p. 71). Além disso, é importante retomar a ênfase já destacada sobre a participação das mulheres na luta pelo direito à sindicalização não pelo viés apenas de classe. Na participação de mulheres, segundo registrado por Kroth (1999, p. 94), a palavra de ordem era: “[...] Oficialmente não existimos, queremos ser reconhecidas como trabalhadoras rurais”³.

A participação das mulheres na luta pela sindicalização, nos anos seguintes, possibilitou o questionamento sobre o não reconhecimento “oficial” como trabalhadoras rurais e a luta pelo direito à aposentadoria, ao salário-maternidade, ao auxílio-doença, à documentação (pessoal e profissional), entre outros, garantidos na Constituição Federal de 1988. Em artigo intitulado “Previdência social rural e gênero”, Anita Brumer (2019, p. 50-81) apresenta as principais transformações da previdência social rural no Brasil e a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais como beneficiárias (aposentadoria por idade e salário maternidade), a partir da legislação de 1988. A regulamentação da aposentadoria e do salário maternidade para as mulheres rurais, no entanto, só foi efetivamente alcançada nos anos de 1992 e 1994, após muitos embates e pressões por parte das agricultoras organizadas em Santa Catarina e em vários outros lugares interioranos do Brasil. Alguns dos mais notáveis resultados dessas mobilizações foram a já mencionada eleição da agricultora Luci Choinacki, dessa vez como deputada federal em 1990, e as votações favoráveis às mulheres do campo das leis supracitadas.

³ Na nota de rodapé n. 212, Kroth (1999, p. 94) fez o seguinte registro: “O jornal ‘O Estado’. Florianópolis 23/12/84: *Mulheres do campo: Não queremos ser escravas*. Em meio a uma manifestação pública em defesa da política previdenciária, as mulheres agricultoras de Chapecó carregam consigo uma faixa, com o dizer: *Oficialmente não existimos. Queremos ser reconhecidas como trabalhadoras rurais*. Mov. de Mulheres de Chapecó. Isto chamou atenção do jornal que passa a registrar este momento.”

As Mulheres do Campo e o Feminismo

O MMC se posiciona atualmente como feminista, porém se apresentou oficialmente como tal no ano de 2004. Essa distância entre o surgimento desse movimento no início da década de 1980 e a identificação oficial mais de 20 anos depois é um dos fatores que podem levar ao raciocínio de que as questões de gênero e, sobretudo, do feminismo foram preocupações posteriores às pautas de classe nesse movimento social. Como apresentado no subtítulo anterior, essa compreensão pode ser repensada ou mesmo complementada com alguns elementos contextuais capazes de complexificar a historicização desse período, como, por exemplo, o fato de que, concomitante ao novo sindicalismo e aos novos movimentos sociais que emergiam nas cidades e no campo nos final da década de 1970 (POLI, 1999), o feminismo também ampliava cada vez mais seu alcance na sociedade por intermédio de lideranças feministas que dialogavam e participavam ativamente de partidos políticos, movimentos sociais e organizações de esquerda que também surgiam nessa época.

O feminismo brasileiro tem como marco importante a definição pela ONU do Ano Internacional da Mulher (1975) e da Década da Mulher (1975-1985). Essas datas foram significativas, pois colocaram em evidência o impacto que mobilizações e organizações coletivas de mulheres feministas vinham fazendo no Brasil e em outros países. Portanto, não foi por coincidência que no começo da década de 1980 muitas organizações de mulheres se formaram no campo e nas cidades. Havia uma conjuntura importante que possibilitou a circulação de ideias e problematizações específicas sobre as mulheres e o feminismo. (PINTO, 2003, p. 56).

Dessa forma, a cultura da época, que tendia a colocar mulheres em papéis estáticos dentro do ambiente privado, subordinadas aos homens, ligando seu valor social unicamente ao matrimônio e à maternidade, estava sendo fortemente questionada pelas próprias mulheres e esses questionamentos ganhavam cada vez visibilidade. Na imprensa, nas emissoras de TV e rádio, nas artes, na educação, literatura, questões ligadas ao feminismo eram, em menor ou maior grau, debatidas e difundidas. Por outro lado, quanto mais os debates feministas cresciam, mais geravam controvérsia e oposição por parte de setores mais conservadores. Em espaços majoritariamente religiosos e naqueles predominantemente ocupados por homens, as teorias do feminismo geraram muitas vezes forte aversão – inclusive no âmbito dos supracitados novos movimentos sociais, já que fomentavam enfrentamentos a posturas naturalizadas de subordinação e machismo. Mas, ainda assim, essas oposições não foram capazes de impedir as ramificações

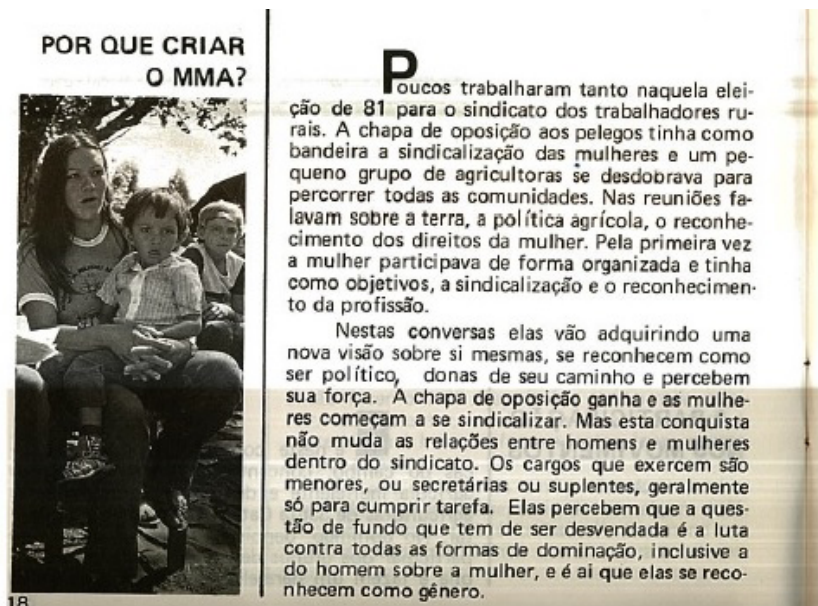
das pautas feministas, sobretudo aquelas que combatiam o silenciamento das mulheres em espaços de poder.

É nesse mesmo período do início da década de 1980 que o recém-fundado Partido dos Trabalhadores e lideranças sindicais buscavam se constituir em regiões rurais como as do oeste catarinense, ajudando, junto às Comunidades Eclesiais de Base e à Pastoral da Terra, na organização de mulheres trabalhadoras rurais. A esse respeito, a entrevista de Luci Choinacki aponta algumas questões importantes:

[...] uma coisa assim impressionante, como a gente acreditou que a gente podia melhorar nossa vida, e graças todo esse processo a gente conseguiu se organizar como movimento de mulheres agricultoras na época, ajudar o movimento Sem Terra, participar, me filiei ao Partido dos Trabalhadores na época já, 82, e com as mulheres, a gente fez um trabalho, assim, muito militante, de uma ajudar para outra; [...] ai tu é liberada para fazer um trabalho: ‘ah, final de semana tem aquele trabalho, não tem tanto trabalho na roça, ai a gente paga uma passagem, e você vem, dormir e comer e a gente paga a passagem de volta pra fazer os encontros’. Então a gente fazia os encontros, muitas vezes batia na casa do padre, às vezes, o padre [...] tratava mais ou menos, às vezes não, às vezes bem, tudo depende a cabeça, era uma forma de trato, mas a gente teve coragem e mobilizou tantas mulheres pra lutar pela aposentadoria das agricultoras, as que não tinham salário maternidade, para as mães agricultoras que também não tinham [...]. (CHOINACKI, 2017).

Luci relata que se filiou ao PT em 1982 e isso se relaciona à sua militância com as mulheres. Em sua fala fica visível que as mobilizações das mulheres estavam acontecendo de forma conjunta pelo reconhecimento das agricultoras como trabalhadoras, para que pudessem se organizar para lutar pelo acesso à previdência social e a um salário. Em uma cartilha publicada alguns anos após a fundação do MMA, em 1992, pela equipe do gabinete da então deputada federal, eleita pelo PT, Luci Choinacki, essa questão também é tocada:

Figura 1: Página presente na Cartilha: A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina



Fonte: TAVARES, 1992, p. 18.⁴

No trecho é aludida uma metodologia comum em grupos de mulheres que se organizavam no período do final da década de 1970 e início de 1980, a qual reunia mulheres para que fossem compartilhados assuntos caros a todas elas e cujas reflexões as levavam a se reconhecerem como um “ser político” quando “percebem sua força”. A emergência de grupos de formação política, bem como essa circulação de lideranças sindicais e do Partido dos Trabalhadores – que se articulavam na organização de trabalhadores e trabalhadoras em Santa Catarina e também em várias outras regiões do país – é um dos fatores que podem explicar essa proximidade nas metodologias de mobilização feminista entre mulheres do campo e da cidade (PINTO, 2003).

Essa cartilha pode ter sido idealizada por três razões importantes para aquele contexto: 1) como uma estratégia para fazer circular o conhecimento

⁴ Transcrição do trecho da imagem acima: “Poucos trabalharam tanto naquela eleição de 81 para o sindicato dos trabalhadores rurais. A chapa de oposição aos pelegos tinha como bandeira a sindicalização das mulheres e um pequeno grupo de agricultoras se desdobrava para percorrer todas as comunidades. Nas reuniões falavam sobre a terra, a política agrícola, o reconhecimento dos direitos da mulher. Pela primeira vez a mulher participava de forma organizada e tinha como objetivos, a sindicalização e o reconhecimento da profissão. Nestas conversas elas vão adquirindo uma nova visão sobre si mesmas, se reconhecem como ser político, donas de seu caminho e percebem sua força. A chapa de oposição ganha e as mulheres começam a se sindicalizar. Mas esta conquista não muda as relações entre homens e mulheres dentro do sindicato. Os cargos que exercem são menores, ou secretárias ou suplentes, geralmente só para cumprir tarefa. Elas percebem que a questão de fundo que tem de ser desvendada é a luta contra todas as formas de dominação, inclusive a do homem sobre a mulher, e é aí que elas se reconhecem como gênero.”

acerca das mulheres trabalhadoras rurais, inclusive, entre aquelas que já militavam nessa causa, o que poderia possibilitar o estreitamento de laços afetivos entre as militantes por meio da retomada dos momentos importantes que estavam descritos na cartilha; 2) para expor e sistematizar em outros espaços o caminho percorrido até aquele momento, no qual o MMA estava prestes a completar uma década; 3) para chamar outras mulheres à participação no movimento. A seguir, a capa e o título dessa mesma cartilha:

Figura 2: Capa da Cartilha: A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina



Fonte: TAVARES, 1992.

Esse título demonstra que as categorias mulher, classe e trabalho estão colocadas de forma complementar, e não hierárquica. Esses elementos são mais um indicativo de que as militantes do MMA não se pensavam como trabalhadoras do campo sem ponderar, antes de tudo, que eram mulheres inseridas dentro de uma estrutura que as posicionava de forma desigual pelo fato de serem mulheres. As reuniões que foram realizadas tanto anteriormente quanto após a formação do MMA trabalharam de forma coletiva gradual essa constatação. Luci Choinacki menciona também alguns pontos sobre isso:

[...] E aí a gente foi se entusiasmando, e este entusiasmo vinha da gente se reunir em comunidades, e em comunidade a gente discutia a bíblia, a vida e o que fazer; neste o que fazer é que a gente começou a se incomodar com a situação. E logo no começo

as mulheres, a gente começou a questionar as nossas vidas de trabalhadoras rurais. Nós nem nome tínhamos, tínhamos só o sobrenome dos maridos. Falávamos “eu sou esposa de fulano de tal...”; então nós não tínhamos nem nome, não tínhamos nem profissão reconhecida, trabalhadoras rurais não existia, nós éramos ajudantes dos homens que tínhamos que ajudar a fazer o trabalho, a função nossa era essa; e nesse espaço que nós começamos a nos organizar, tinha a Pastoral da Terra, que já havia líderes em todo o Estado, e aí nós começamos a organizar os movimentos sociais através das idéias da própria Igreja, ela foi fundamental e estratégica, a Igreja, através do Bispo Dom José Gomes. (CHOLNACKI, 2009).

Além de relatar detalhes sobre como ocorria a organização do grupo de mulheres do qual fazia parte, nesse trecho da entrevista de Luci é reiterado que as relações com a religião, com as Comunidades Eclesiais de Base e com o Bispo Dom José Gomes também foram pontos importantes para esse contexto. Esse vínculo coloca dois pontos interessantes nessa história: por um lado a postura dessa ala progressista da Igreja Católica e suas ramificações ajudaram a dar um impulso fundamental para a organização das mulheres dentro da realidade em que estavam inseridas. Mas, por outro lado, ainda que fossem figuras progressistas e favoráveis à organização da classe trabalhadora, inclusive das mulheres trabalhadoras, estavam também ligados aos dogmas estruturais que a instituição católica à qual estavam filiados ajudou a sedimentar por séculos, tais qual a submissão das mulheres e a naturalização de seus papéis como mães e ajudantes subordinadas aos maridos.

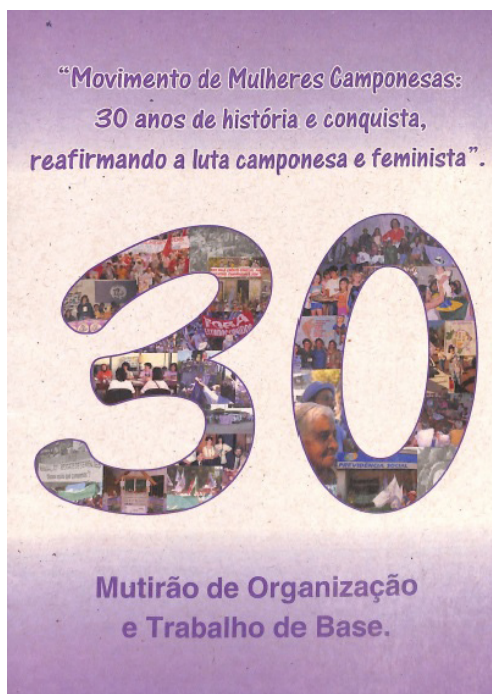
Essa naturalização, mesmo que desestimulada pelo Bispo Dom José Gomes e outros agentes pastorais daquela região, ainda estava enraizada na cultura e contribuía para a imagem negativa que se fazia do feminismo entre muitas mulheres de áreas rurais, já que é notória e histórica a oposição da Igreja Católica ao movimento feminista. Assim como é notório também que a religiosidade era algo indubitavelmente presente entre as mulheres do campo que se organizaram em movimentos sociais naquele momento. Arelado a isso, está o fato de que a Igreja em muitas comunidades interiores era um espaço importante de socialização – muitas vezes o único onde as mulheres podiam se reunir. Todos esses fatores que conectam a Igreja à organização das mulheres do campo naquele período estabelecem certa contradição inerente a esses movimentos de mulheres. Isso é algo que explica, ao menos em parte, os preconceitos iniciais de muitas camponesas contra o feminismo e, conseqüentemente, a identificação oficial tardia com ele.

Por outro lado, por meio da mencionada cartilha (TAVARES, 1992), feita pela equipe de Luci e do PT de Santa Catarina, juntamente à colaboração de militantes do MMA, no início dos anos 1990, já é possível observar uma

abertura maior à linguagem de gênero à qual o movimento feminista se filia. Ou seja, a desconfiança com o termo feminismo pode ter sido maior na década de 1980, mas foi gradativamente diminuindo nas décadas seguintes. No trecho anteriormente destacado, está escrito: “[...] Elas percebem que a questão de fundo que tem de ser desvendada é a luta contra todas as formas de dominação, inclusive a do homem sobre a mulher, e é aí que elas se reconhecem como gênero.” É notável que a menção à categoria gênero segue uma tendência crescente na década de 1990 e nas décadas seguintes de inserir discussões sobre as relações de gênero em vários âmbitos da sociedade, como no meio acadêmico, em partidos políticos, movimentos sociais e a publicação dessa cartilha em nome do MMA/SC indica um intercâmbio dessas ideias entre esses setores sociais.

Essa mudança de postura com relação ao feminismo é ainda mais visível em outra cartilha, esta elaborada na ocasião da comemoração dos 30 anos do Movimento de Mulheres Agricultoras, em 2013 (que naquele momento já se chamava Movimento de Mulheres Camponesas). Nela é possível observar que a palavra feminista é colocada como se fosse algo que estivesse presente no movimento desde o início:

Figura 3: Capa Cartilha: 30 anos de História e Conquista Reafirmando a Luta Camponesa e Feminista: Mutirão de Organização e Trabalho de Base, 2013



Fonte: MMC/SC – Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, 2013.

No subtítulo “30 anos de história e conquista, reafirmando a luta camponesa e feminista”, o fato de haver a frase “reafirmando a luta camponesa e feminista” na capa de uma cartilha que serviria para fazer trabalho de base para uma comemoração tão importante expõe uma compreensão consolidada de que desde o seu surgimento as lutas desse movimento são feministas. Luci Choinacki, ao ser perguntada sobre como foi a sua identificação com o feminismo, explica questões importantes nesse sentido:

Luci – Eu acho que as bandeiras que eu levantei sempre foram feministas. Eu acho que assim: quando eu defendo o direito a participação política, a própria holística do ser humano, da mulher, eu já sou uma feminista. Mas não deslocada da realidade social, é diferente de você ser uma feminista teórica, eu respeito que precisa de teoria. Eu sou uma feminista prática, da realidade social. (CHOINACKI, 2009).

O fato de chegar à conclusão de que as bandeiras que levantou sempre foram feministas sugere que Luci, quando adquiriu conhecimento sobre o significado do feminismo, compreendeu que essas concepções eram compatíveis com as mobilizações políticas que marcaram sua trajetória, mesmo com a sutil crítica que faz ao que chama de feminismo teórico. Esse raciocínio, em toda a sua complexidade, certamente alcançou outras lideranças que também estiveram presentes na formação do MMA por meio das reflexões que faziam coletivamente. Ademais, a última frase desse trecho da entrevista de Luci, “Eu sou uma feminista prática, da realidade social”, indica que o feminismo ao qual se filia está amparado na teoria do feminismo marxista.⁵ Da mesma forma, o Movimento de Mulheres Camponesas também se baseia nessa vertente do feminismo e tem na pesquisadora Heleith Saffioti uma de suas principais referências.⁶ Desse modo, o feminismo teórico que Luci critica é aquele que não está relacionado ao que o feminismo marxista defende, como determinadas teorias francesas e estadunidenses. Esse também é um raciocínio comum em outras militantes do MMC, estando presente em vários outros materiais e relatos produzidos por elas (FREITAS, 2014, p. 121-138).

O feminismo marxista, a Teologia da Libertação, a Pastoral da Terra, o Partido dos Trabalhadores em sua fase inicial, e os Novos Movimentos Sociais possuem uma ligação por se ampararem na teoria marxista. Esse ponto em comum sugere que mesmo com a existência de divergências e tensões entre

⁵ O feminismo marxista parte do princípio de que há uma inter-relação entre a opressão de classe e a opressão às mulheres pelo capitalismo, assim, a luta de classes e as lutas das mulheres trabalhadoras não podem ser compreendidas separadamente ou hierarquicamente. Para as feministas marxistas a opressão das mulheres não ocorre da mesma forma para todas as mulheres, ou seja, isso depende da classe, raça, meio social em que estão inseridas (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

⁶ Nas referências bibliográficas das cartilhas do MMC que discorrem sobre feminismo, as obras *A Mulher na Sociedade de Classe*, de 1976, e *O fardo das trabalhadoras rurais*, de 1983, estão entre as mais recorrentes.

esses movimentos de esquerda e o movimento feminista, o fato de todos atuarem em prol da classe trabalhadora abria um espaço – mesmo que com ressalvas – para pautar as opressões relativas às mulheres trabalhadoras que, por sua vez, o feminismo marxista contempla.

O trecho a seguir, escrito por uma militante do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul, a professora e doutora em educação Isaura Isabel Conte, ajuda-nos na compreensão sobre como o feminismo foi difundido nos movimentos de mulheres camponesas ao longo dos anos:

[...] O feminismo transita com maior facilidade na cidade, mas, passa a agradar as mulheres camponesas, mesmo que a maioria não tenha coragem de afirmar e falar sobre o assunto. Sempre foi algo meio subversivo, mas quem disse que as mulheres camponesas não realizavam subversões? Talvez, se não as cometessem, não teriam sobrevivido. [...] Elas começaram, lentamente, a dar passos rumo à libertação se organizando em Movimentos específicos de mulheres. Falar de feminismo ou aborto, ambos temas polêmicos, na realidade conservadora em que viviam, seria menos estratégico. As ações foram mais importantes do que os nomes e isto demonstrava ousadia e rebeldia. (CONTE, 2010, p. 25).

Essa “não coragem de falar sobre o assunto” está, evidentemente, ligada aos dogmas da Igreja Católica. Mas como no caso de Santa Catarina é consenso entre as camponesas a importante parceria com incentivadores progressistas oriundos dessa mesma Igreja para que se organizassem, esse foi mais um elemento que ajudou a gerar nelas o encorajamento para defenderem suas próprias bandeiras e se abrirem paulatinamente para a sua autodeterminação (FREITAS, 2014, p. 85-90).

Desse modo, na medida em que as militantes desses movimentos de mulheres tomavam conhecimento sobre os significados do feminismo, por meio dos debates fomentados acerca da realidade de opressão compartilhada pelas mulheres que o feminismo expunha, formulando estratégias e alternativas a esse quadro, percebiam sua relevância para suas lutas e objetivos. E foi a partir disso que essas ideias foram sendo ressignificadas e instrumentalizadas (PEDRO, 2010, p. 117) por esses movimentos e experienciadas de acordo com a realidade social vivida por cada uma das organizações de mulheres do campo que se formaram naquele período.

Por fim, outra estudiosa desse assunto, Millie Thayer (2001, p. 103), reitera que muitos desses movimentos de mulheres rurais quando se formaram “[...] não se identificaram explicitamente como ‘feministas’, mas todos, em diferentes maneiras, lutaram contra a subordinação da mulher e a favor de relações de gênero estruturadas na base da igualdade.” Ou seja, ainda que não tenha sido inicialmente mencionado, pelas questões brevemente elenca-

das anteriormente, o feminismo esteve presente no contexto que favoreceu a formulação do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e isso pode ser visto no conteúdo das pautas que ambos os movimentos endossavam. A história do Movimento de Mulheres Camponesas evidencia que quanto mais os debates feministas emergiam, mais influenciavam na própria autonomia que foi sendo conquistada pelas mulheres organizadas.

Considerações finais

O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina completa, em 2019, 36 anos. É um dos mais antigos e atuantes movimentos sociais de mulheres do país. Muitos estudos já foram feitos sobre a história repleta de importantes conquistas dessa organização para a melhoria de vida de milhares de mulheres do campo. Todavia nessa história também é notável que, apesar de o MMC se declarar abertamente feminista desde 2004, ainda é em muitos aspectos sub-representado pelo feminismo de um modo geral. Em muitas pesquisas que se dedicam a pensar o feminismo de forma mais ampla, englobando toda a sua pluralidade e complexidade teórica, dificilmente se encontram muitos detalhes sobre a história das mulheres camponesas feministas – a não ser em estudos específicos ligados à área rural.

Por isso, a proposta deste texto foi mais um esforço de contribuir para o debate e a divulgação do conhecimento sobre essa parte de uma história nem sempre visibilizada, mas muito importante e complexa do feminismo brasileiro. De mulheres que lutaram e continuam lutando contra problemas comuns a todas as mulheres, sejam elas do campo ou da cidade, como a violência doméstica, o sexismo, o assédio moral, sexual, o etarismo etc.; assim como suas reivindicações por acesso à seguridade social, à educação de qualidade, aos direitos reprodutivos, à igualdade de gênero, dentre outras várias pautas que o feminismo contempla.

Referências

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan/jun 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BUTLER, Judith. *Deshacer el Género*. Barcelona: Paidós, 2006.

CASAGRANDE, Jacir L. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina*. 1991. 87 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)

– Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CONTE, Isaura Isabel. Feminismo e Campesinato no Brasil. *Rev. Elet. Agora*. Ano V, n. 10.p. 25-39, jun. 2010.

DABOIT, Pedro C. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense*. 1996. 104f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan/abr. 2004.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 44-149.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. *O feminismo que veio do campo: movimentos de mulheres e trajetórias de identificação (Brasil e Paraguai, 1985-2010)*. 2014. 217 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0539-D.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

KROTH, Sirlei A. *Atalhos da Luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras de Santa Catarina (1983-1993)*. 1999. 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, p. 211-255, 2007. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2004/1092>Elison. Acesso em: 20 mar. 2018.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. In: GRASSI E. (org.). *La antropologia social y los estudios de la mujer*. Buenos Aires: Humanitas, 1986. p. 135-148.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 115-137.

POLI, Odilon L. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do oeste catarinense*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

POLI, Odilon L. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. *O Fardo das Trabalhadoras Rurais*. Araraquara: Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – UNESP, 1983.

SALVARO, Giovana I. J. *Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero*. 2010. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHEREM-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

STEPHEN, Lynn. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 29-61.

WANDERLEY, M.de N. B. *Mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Rev. Estudos Feministas*. [online]. 2001, v. 9, n. 1, p. 103-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Cartilhas

AIMTR-SUL. *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos!* Cartilha de Formação e Informação. n. 1, agosto de 1994.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. *Nossa história, nossas lutas*. Cartilha, Chapecó, maio de 2000.

MMA/SC – MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. *Mergulho na história das mulheres*. Cartilha, Chapecó, 1997.

MMC/SC – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA. *Uma história de organização, lutas e conquistas*. Cartilha, Chapecó, novembro de 2008.

MMC/SC – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA: *30 anos de História e Conquista, Reafirmando a Luta Camponesa e Feminista: Mutirão de Organização e Trabalho de Base*. Cartilha de formação, Chapecó, 2013.

TAVARES, Elaine. *A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Publicação do Gabinete da Deputada Federal Luci Choinacki (PT/SC), com o apoio do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Cartilha, 1992.

Entrevistas

CHOINACKI, Luci. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital). Florianópolis, Brasil, 20/10/2009. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

CHOINACKI, Luci. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello (audiovisual). Cinegrafia Elaine Schmitt. Florianópolis, Brasil, 25/09/2017. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Jeferson Ramos.

SER LÉSBICA NA DITADURA: VIDA E MILITÂNCIA SOB ESTADO DE EXCEÇÃO¹

Binah Ire

Camila Diane Silva

Maria Helena Lenzi

Quando decidimos incluir no Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” um tópico sobre mulheres lésbicas, fomos lançadas ao desafio de apresentar experiências vividas durante um período no qual a visibilidade lésbica era ainda mais efêmera e rarefeita do que hoje. Em meados da década de 1970, no auge da ditadura brasileira, a ampliação das discussões feministas no Brasil e no exterior contrastava com o contexto nacional de política repressiva – heteropatriarcal, autoritária e conservadora – na criação e articulação de grupos de mulheres, feministas e homossexuais; e na elaboração das primeiras publicações militantes informativas desses grupos, como os jornais *Nós, Mulheres* (1976-1978), *Brasil Mulher* (1978-1980), *Lampião da Esquina* (1978-1981), *ChanaComChana* (1981-1987) e *Mulherio* (1981-1988).

Buscamos nas experiências militantes, acadêmicas e cotidianas expressões do ativismo lésbico que começava a dar os primeiros passos em busca de visibilidade, direitos e cidadania em um contexto de Estado de exceção. Procurávamos vivências dentro de espaços majoritariamente masculinos e heterossexuais, considerando partidos, agremiações estudantis, universitárias e grupos da resistência de esquerda à ditadura; e os reflexos da existência lésbica (RICH, 2010) na rede de afetos que ela produz. Uma existência captada, mas pouco comentada, sequer nomeada, a não ser nos espaços mais ou menos exclusivos, quando estes existiam.

Identificar-se como uma pessoa de esquerda, comunista, anarquista ou socialista era, e ainda é, algo socialmente repreensível e até criminoso, e identificar-se como feminista na militância de esquerda era, como frequentemente ainda é, considerado diversionista e/ou secundário; identificar-se como lésbica no feminismo, no próprio movimento homossexual, e mais ainda nas esquerdas, era conviver com uma constante noção de desimportância, projetada de fora para dentro e que falseava a realidade. Isto significa ter relações fundamentais suprimidas da existência social, tratadas como segredo vergonhoso, como algo que tornaria lésbicas “menos mulheres”,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

algo que não deveria mesmo existir e que, portanto, não estava passível de discussão nos espaços de militância.

Ao realizar nossas entrevistas e organizar o material para o *webdoc* produzido para o Projeto, desenhamos com o auxílio das histórias contadas por mulheres lésbicas uma pequena amostra de um projeto coletivo de construção de histórias lésbicas e lesbofeministas na cena social e política brasileira, a partir de um local de produção de conhecimento – a academia – que por si também reproduz o silenciamento existente fora de seus limites. A universidade também relega às mulheres menos importância do que elas têm para o seu funcionamento e os estudos feministas, embora bastante crescentes nas últimas três décadas, não parecem ganhar legitimidade e projeção de maneira tão tranquila e positiva como às vezes se faz parecer pela pujança de seus encontros. Mais uma vez, quando se trata de feministas lésbicas e militantes lesbofeministas, esse espaço se reduz ainda mais.

Apesar disso, os estudos sobre lesbianidades existem e são significativos no Brasil. Em pesquisa realizada por Carla Ayres e Maria Helena Lenzi (2019), no Portal de Periódicos e no Banco de Teses e Dissertações da Capes, com o intuito de quantificar a produção, foram encontrados um total de 119 trabalhos de pós-graduação no período de 1988 a 2018, sendo 89 dissertações e 30 teses. As autoras verificaram que, nesses 30 anos de produção, a maior incidência se deu na segunda década dos anos 2000, com destaque especial para 2013 e 2016. Essas pesquisas estão vinculadas a 14 áreas do conhecimento, sendo que o maior número de produções aparece nas seguintes áreas: Antropologia, Letras/Literatura, Saúde, Psicologia, Ciências Sociais e Comunicação.

Dentre os artigos, foram encontrados 43, publicados entre 1994 e 2019, em 14 diferentes áreas e em 28 periódicos. As áreas que mais publicaram foram Psicologia, Antropologia e Saúde Coletiva. A concentração dessas publicações também ocorreu na segunda década dos anos 2000, evidenciando, portanto, um período no qual temas como visibilidade, debates sobre violência, preconceitos, direitos sociais, cuidados de saúde para populações específicas e, em especial nesse caso, o debate em torno da promoção da cidadania de lésbicas inserido no contexto de reivindicações coletivas LGBTI+, ocuparam lugar de destaque publicamente e se mostraram tanto ausentes quanto relevantes para virarem problemas de pesquisa.

Outra questão que emerge com a inserção das temáticas LGBTI+ são as resistências de algumas áreas do conhecimento. Comparada à Antropologia, por exemplo, a História teve um processo tardio de reconhecimento das temáticas LGBTI+. No entanto, segundo Veras e Pedro (2015), Clio vem despertando em relação às homossexualidades e “saindo do armário” nas

últimas décadas. É possível constatar o despertar da historiografia também em relação às lesbianidades, contudo as produções ainda são tímidas se comparadas às publicações, à disponibilidade de fontes e ao lugar de fala sobre os homens gays.

Ao analisar a produção historiográfica brasileira que se dedicou/dedica às lesbianidades, Silva (2019) constatou que no final do século XX e início do século XXI destacaram-se algumas pesquisas dispostas a dialogar com essa temática e pensar teórico-metodologicamente sobre as lésbicas na história. Destacam-se as produções da historiadora Tania Navarro Swain (1999; 2002; 2004) sobre lesbianidades, feminismo e história, assim como a produção de suas orientandas na Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UNB), como a tese de Patrícia Lessa (2007). Nesse período também se destaca a tese de Nádia Cristina Nogueira (2005), defendida na Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas (Unicamp), sob orientação de Luzia Margareth Rago. Nos anos 2010, emergem as pesquisas e publicações da historiadora e militante lésbica feminista Marisa Fernandes, como os artigos publicados nos livros *Ditadura e Homossexualidades* (2014) e *História do Movimento LGBT no Brasil* (2018).

Nesse período também foi defendida a dissertação de Camila Diane Silva (2015), coautora do presente artigo. E no ano de 2019 está em fase de desenvolvimento a tese da mesma pesquisadora, ambas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da professora Janine Gomes da Silva. Sem o objetivo de fazer uma revisão exaustiva do que vem sendo produzido, destacamos ainda outras pesquisas em desenvolvimento no ano de 2019, como a dissertação em História de Julia Kumpera da Unicamp, sob orientação da professora Luana Tvardovskas, e o trabalho de conclusão de graduação em História de Aline do Nascimento Aguiar da Universidade Estadual Paulista Unesp.

Diante desse levantamento, é possível perceber que os estudos sobre lesbianidades de que temos conhecimento no Brasil são recentes, promissores e certamente ainda bastante atravessados por tensionamentos e resistências das mais variadas, inclusive pelas próprias mulheres lésbicas. Muitas manifestam o desejo de existir e desfrutar de uma vida livre de violências e opressões cotidianas, mas há aquelas para quem a reivindicação de uma identidade política e histórica não é desejável ou pertinente. Sem o objetivo de resolver essa problemática, o presente artigo pretende dialogar com os estudos sobre lesbianidades no Brasil no contexto da ditadura militar e com a construção de uma historiografia que contemple certas lutas civis que constituem importantes inflexões, dobras e ranhuras no discurso da grande História no masculino.

Com o auxílio de entrevistas, guiadas pela metodologia da História Oral, buscamos trazer algumas experiências desse contexto histórico, e conseguimos apresentar a composição de um roteiro, que não necessariamente se repete integralmente aqui, embora nos tenha guiado na construção do texto. Os usos da História Oral na composição desta pesquisa foram fundamentais e contribuíram significativamente para a emergência de histórias e experiências que dificilmente seriam capturadas em outras fontes e metodologias de análise. Segundo Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente na história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos. (AMADO; FERREIRA, 2010 p. XIV).

Trabalhar com o recorte de mulheres lésbicas no contexto ditatorial é trabalhar com essas histórias pouco acessíveis. Por esse motivo, entrevistamos quatro mulheres lésbicas que vivenciaram o período ditatorial em diferentes cidades e contextos no Brasil e no exterior. Foi principalmente por meio da escuta às suas trajetórias e experiências relatadas que este capítulo foi elaborado. Essas quatro mulheres têm em comum a participação em movimentos de resistência à ditadura militar, seja no movimento estudantil, em partidos políticos ou já inseridas no movimento de mulheres e/ou homossexual.

As mulheres entrevistadas foram Carmen Lucia Luiz, enfermeira, ex-conselheira nacional de Saúde²; Marisa Fernandes, historiadora, uma das primeiras ativistas lésbicas do Brasil, cofundadora e integrante do LF (Lésbico-Feminista-1979) e da Galf (Grupo de Ação Lésbica Feminista – 1980-1989), coorganizadora do livro *História do Movimento LGBT no Brasil*, lançado em 2018; Carmen Silvia Rial e Miriam Pillar Grossi, ambas antropólogas, professoras e pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina. Elas nos concederam testemunhos acerca do que observaram e do que viveram como mulheres lésbicas num contexto ditatorial e de repressão contra homossexuais, travestis e pessoas trans.

Agradecemos a essas mulheres lésbicas a disponibilidade e franqueza com que nos contaram suas histórias, cada uma nos limites das suas pos-

² Carmen Luiz ocupou a cadeira LGBT no Conselho Nacional de Saúde no mandato 2006-2010 e a cadeira do Movimento de Mulheres de 2015 a 2018. Também foi suplente da cadeira de mulheres lésbicas e bissexuais no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de 2007 a 2009.

sibilidades. Prezamos por deixar nossas entrevistadas falarem conforme a vontade e o ritmo que suas memórias permitiram, apresentando a elas anteriormente os objetivos gerais que norteiam, não apenas este capítulo, mas todo o projeto “Mulheres de luta” e suas intenções, e guiando-as por nosso roteiro de entrevista. O tópico de mulheres lésbicas é um esforço conjunto que preza por ver “a experiência do indivíduo dentro da história”, como nos sugere Verena Alberti (FREITAS; ARAUJO; SALES 2017, p. 250). Podemos, assim, tatear sobre os relatos do que viveram mulheres lésbicas sob um estado de exceção, como isso afetou suas vidas e como suas experiências podem nos influenciar e fazer refletir no presente.

É a partir da experiência delas e de muitas outras mulheres lésbicas que podemos apresentar referências e histórias às novas gerações de meninas e mulheres que decidirem assumir e viver plenamente sua orientação sexual e afetiva e a enfrentar as consequências que essa decisão implica nas relações sociais. Sabemos que “o armário” é frequentemente tomado como um lugar “seguro”, onde uma faceta importante do sujeito se esconde para se proteger do preconceito, da discriminação e da violência. Sabemos também que os recortes de classe social, raça/etnia e nível de instrução incidem de forma distinta sobre o marcador da orientação sexual em mulheres lésbicas, o que também afeta diretamente as suas experiências pessoais.

Um dos objetivos do ativismo lésbico que emerge no Brasil dos anos 1970 é justamente oferecer um espaço de acolhimento e politização da identidade sexual de lésbicas, por isso nos é tão cara essa lembrança. Num período de intensa repressão política conservadora, lá como cá, esperamos contribuir com referenciais tão diversos quanto as significações da existência lésbica (da lesbianidade ou do lesbianismo). Uma questão que está sempre presente quando o assunto é viver a existência lésbica é o próprio (não) uso da palavra “lésbica”. Em todos os relatos que apresentamos e que estruturam nossas temáticas, há o apontamento de que essa palavra era a mais inaceitável de todas dentre suas correlatas, que tampouco eram muito mais bem aceitas.

Ser lésbica na ditadura

As escolhas de jovens mulheres durante o período ditatorial tinham os limites que uma sociedade conservadora e autoritária dá, limites que estão sujeitos aos recortes de classe social e raça/etnia; e passíveis de distensões e rompimentos pela ação e reflexão das sujeitas envolvidas. Num contexto histórico em que suas expressões e experiências se davam de forma muito mais reservada, as “entendidas”, por exemplo, não reivindicavam uma catego-

ria para além do seu círculo afetivo aparentemente intransponível e invisível. O que, por vezes, parece ser meramente conservador, pode ser visto como um modo de autoproteção eficiente. Ser entendida, para algumas lésbicas, soava menos pejorativo, mais sóbrio, recatado ou reservado. Carmen Luiz brinca com essa aparente contradição:

Lésbica, então, é anos 2000, né, meu bem. Até lá tinha um monte de outros nomes que a gente usava, né. Nessa época da minha juventude, por exemplo, se usava 'entendida'. Fulana é entendida. Entende o que, ein? [risos]. A gente mesmo se chamava de "entendida". Lésbica é uma palavra muito nova, lésbica era palavrão. Era uma palavra que não dava para usar, porque expressava muito claramente uma situação que não tinha debate, que ninguém conversava (LUIZ, 2018, p. 3).

Lésbica, sapatão e derivativos, francha ou fanchona, entendida, não eram nomeações que obtinham consenso entre lésbicas. A menção ao nome sensível, que revelava a identidade sexual em um ambiente potencialmente hostil poderia ser passível de reprimendas sérias, como cortes nas relações afetivas mais próximas com familiares e colegas de trabalho, até perseguições e violências de diversos tipos. O silêncio compulsório e a censura diziam muito sobre o que poderia ser aceito ou não quando se tratava de homossexualidade feminina, amor entre mulheres e políticas lesbianas nos espaços heterossexuais, e isso incluía certamente as esquerdas mais ortodoxas, ligadas à religiosidade católica.

Ser, descobrir-se, identificar-se com um "palavrão" aparece como problemática para todas as nossas entrevistadas. Como relatou Carmen Luiz, nascida em Florianópolis, sua experiência com a palavra "lésbica" nos idos da década de 1970, período de sua juventude, era de receio, medo e vergonha. Marisa Fernandes, nascida em Santo André, no ABC Paulista – região industrial –, tem memória semelhante sobre essa palavra, que, segundo ela, "era a coisa mais pesada que uma lésbica poderia ouvir" (FERNANDES, 2018a, p. 13). Miriam Grossi, natural de Porto Alegre, lembra de amigas de seus pais que eram lésbicas e estavam na resistência durante a ditadura. Mulheres que moravam juntas e eram tratadas como se fossem amigas:

Meus pais tinham várias "amigas" que moravam juntas mas era uma coisa assim: não havia, a palavra lésbica nunca apareceu, nem isso, digamos: "ah moram juntas, sei lá, são amigas e tal". E é isso, e eram pessoas que estavam na resistência, mas eu não lembro, digamos, de nenhuma visibilidade no sentido de "não, é um casal, moram juntas" e etc. Porque isso era uma coisa assim, absolutamente escondida, mas que eu lembro disso, de pelo menos uns dois ou três casais de amigas dos meus pais, pessoas que frequentavam a casa dos meus pais, que eram isso, eram

“amigas”. Claro, levei mais tempo pra resignificar o que eram aquelas amizades. E aí eu me lembro, era assim: Ah, elas eram super corajosas, saíam sozinhas de casa numa época que as mulheres não dirigiam, elas dirigiam carro. Iam viajar na estrada de terra, tinham narrativas: “Ah, atolou o carro, elas iam sozinhas”. Tinha narrativas disso, de transgressões de gênero mas que não era visto isso de “ah, elas são lésbicas”. (GROSSI, 2018, p. 8).

Se ouvir era algo pesado, era quase impensável de se pronunciar.

Vivenciar a lesbianidade tampouco foi experiência fácil para Marisa Fernandes, que, por volta dos 13 anos, começara a namorar uma amiga da escola. De início, ela relata as dúvidas que cercavam a questão: “não sabia que nome tinha aquilo, nem o que era aquilo, se as pessoas gostavam ou não gostavam, eu nunca tinha visto nada igual, duas pessoas do mesmo sexo namorando” (FERNANDES, 2018a, p. 1). O moralismo patriarcal da ditadura, que em 1968 se agudiza com o AI-5, avança com o fim das garantias constitucionais, a instalação da censura e a prisão de estudantes que protestavam contra o regime de governo. Esse avanço moralista marca um enorme retrocesso que contrastava com o clima exterior de “revolução sexual” e liberdades, tanto pela censura quanto pelo acesso limitado ao conhecimento que a ditadura estabelecera como política de educação, encarcerando até Paulo Freire, que havia iniciado seu projeto de alfabetização de adultos em janeiro de 1964.

Em consequência, o regime ditatorial favorecia a ideia de que viver, pensar e sentir uma relação lésbica seria socialmente inaceitável: “Este cenário que estava implantado no país me mostrou muito rapidamente o quanto aquilo era proibido, o quanto aquilo era o amor impossível de ser levado à frente, um namoro absurdo, não podia existir” (FERNANDES, 2018a, p. 1). Essa sensação se acentua quando a relação, ambientada numa pequena cidade, cai no conhecimento público e da família de Marisa. Foram represões que começaram “sutis”, como a proibição de se verem ou de falarem ao telefone, e que chegaram ao ponto de Marisa ser trancada em casa e levada a uma delegacia para que fosse presa por supostamente estar planejando fugir com a namorada, mais nova que ela, que já havia completado 18 anos.

Ao contar os episódios de perseguição que viveu na adolescência pela paixão que existia entre ela e a namorada, Marisa Fernandes explicita compreensão com as limitações de seus pais e de suas atitudes, embora fique evidente que ela não aceitou nenhuma das sanções por eles estipuladas. A relação continuou existindo. Na sequência do episódio da delegacia, Marisa foge de casa, indo parar na casa de parentes de sua namorada, no Rio de Janeiro. Para que voltasse para casa, seu pai foi buscá-la na companhia de um deputado estadual – filiado à Arena pelo município de Santo André –, cuja

presença asseguraria que ela poderia voltar sem ser repreendida por sua orientação sexual dentro da família, o que, segundo relata, de fato aconteceu. A partir dali, sua mãe seria sua melhor amiga e confidente. Ela comenta:

E de fato, eu fui trabalhar nesse escritório, sem registro, *of course*, meus pais nunca mais, nem a minha família, fizeram absolutamente nada contra a minha pessoa, foi quando eu tive a liberdade de ser lésbica, e eu já sabia que nome tinha, aí já sabia olhar pra Bethânia, pra Gal, e falava “aaah é”, é. E já sabia olhar pro time de basquetebol feminino que saiu campeão internacional naqueles anos. E falava “ah essa é, aquela não”. Porque não tinha referência, você não sabia quem era, a gente ia elegendo, quem a gente suspeitava. Ninguém se assumia, né? (FERNANDES, 2018a, p. 4).

Um pouco diferente foi a experiência de Carmen Luiz, que viveu sua primeira relação lésbica quase aos 20 anos. Sua mãe jamais conversou diretamente sobre o assunto. Embora não interferisse em sua vida e não a repreendesse diretamente, tratando bem suas companheiras, o silêncio sempre se fez presente quando se tratava da questão. A palavra lésbica nunca foi mencionada, era tratada como se não existisse. Carmen relata praticamente as mesmas dúvidas iniciais que Marisa Fernandes acerca do que era e do que representava aquela atração e preferência pela companhia das meninas na adolescência, mas alega que ela mesma não aceitou de pronto o que estava acontecendo:

O que existia realmente era segregação, era possibilidade de muita tristeza, de muita dor. Então... quem é que queria isso pra si? Quando eu me dei conta que eu realmente tinha encanto em meninas, eu lutei contra isso muito tempo, porque era uma vida triste. Era uma vida escondida. Então eu namorei muito menino na minha adolescência. Tudo bem que não foi forçado, talvez eu fosse mais bissexual naquela época, eu também acho isso, sabe? A minha lesbianidade é muito mais política do que sexual, sabe? Até um tempo eu namorei muitos meninos e meninas, mas os meninos, era muito ruim, porque eles eram muito machistas, eu nem sabia que aquilo era machismo naquela época, mas me incomodava muito aquele jeito deles serem. Então eu fui, de repente, ficando mais com meninas e deixando os guris de lado. Até que um dia eu me dei conta mesmo que isso era machismo e que eu não queria mesmo namorar com um cara. Que isso não me servia e não me agradava. Mas foi uma transição, sei lá, como acho que foi de quase todas as pessoas da minha época. Não foi nada diferente. Sabe? (LUIZ, 2018, p. 3).

Já a primeira experiência lésbica de Miriam Grossi foi com uma colega de classe, que escreveu um romance inspirado na experiência dessa relação. Ela conta que suas vivências afetivas no momento da escola faziam parte

de experimentações possibilitadas pelo feminismo e pelos movimentos libertários dos anos 1960-1970. Maio de 1968 na França reverberava na contracultura do Brasil, principalmente entre as pessoas de classe mais alta, com acesso à efervescência intelectual e cultural que se manifestava na Europa naquele momento. Apesar disso, Grossi também viveu relações heterossexuais e alega que era o crescente senso de liberdade sexual da época que prevalecia sobre a noção identitária.

Nenhuma das entrevistadas participou de qualquer movimento político-identitário lésbico na adolescência. Os movimentos homossexuais e os grupos de lésbicas que conhecemos só aparecerão ao final dos anos 1970, quando elas já estão na juventude. Apesar de envolvida com o movimento estudantil na escola e na universidade, Carmen Rial percebe o contexto em que viveu de forma semelhante à Miriam Grossi, que também relatou intensa atividade política estudantil. A liberdade sexual e a experiencição da vida é que se destacavam no discurso. Ela não ignorava a existência de casais de gays e lésbicas, mas a lesbianidade só se fez presente em sua vida adulta, incidindo de forma distinta sobre suas memórias:

Isso foi muito, muito tardiamente. Porque não existia, talvez existissem, dentro do movimento feminista [...]. Eu tinha amigas lésbicas, e não era um segredo [...] mas não, para mim foi bem mais tarde, porque eu fui casada durante 8 anos com um músico [...]. E nós tínhamos uma relação muito boa, tive muitos namorados homens também, então não era uma coisa assim... foi em 1982 que aí eu me separei [...], me apaixono e bom, dali em diante... Mas, quer dizer, nunca foi uma coisa que veio através do movimento político, explícito (RIAL, 2018, p. 8).

Percebemos que, independentemente das primeiras experiências lésbicas se darem na infância-adolescência ou já na vida adulta, a falta de referências explícitas a mulheres lésbicas é uma questão levantada pelas falas das nossas entrevistadas. Os mundos da música e da literatura foram os mais permeáveis à visibilidade lésbica, mas, ainda assim, no discurso da liberdade sexual revelava-se um silêncio firme e discreto sobre o que significavam relações homossexuais fora desses “círculos da liberdade”. Maria Bethânia e Gal Costa, frequentemente lembradas nesses momentos, sempre foram extremamente reservadas a respeito de suas relações afetivo-sexuais, em contraponto a Angélica Ro Ro, que jamais escondeu suas paixões, embora também não encampasse ativismos diretos. Ro Ro lançou seu primeiro álbum em 1979, portanto há de se considerar as diferenças geracionais entre as artistas.

A escritora Cassandra Rios teve 36 das suas 50 obras censuradas durante a ditadura e já era perseguida pela temática, que abordava antes mesmo do

golpe civil-militar em 1964. Ela publicou seu primeiro romance – *A volúpia do pecado* – aos 16 anos, em 1948, e manteve o erotismo, o drama, o sexo e o amor entre mulheres como matéria prima do universo de suas obras, o que jamais passou incólume num contexto de repressão política conservadora. Para se ter uma noção da popularidade da autora, seu livro de estreia teve nove reedições em dez anos, um sucesso tão perigoso que resultou na censura a esse título já em 1962. Apesar das críticas à representação que a escritora dá às relações lésbicas (loucura, perseguição e fins trágicos), é inegável seu pioneirismo e impacto cultural, como atestam as menções ao seu nome em nossas entrevistas³.

O reacionarismo conservador que dominava o regime militar e seus aparatos de censura, que atingiram muitos artistas na literatura, teatro e música, incidia fortemente sobre manifestações de desvio à heteronormatividade, ao patriarcado e à moral cristã que fundamentavam a bússola moral do militarismo ditatorial e seus apoiadores civis. Mesmo dentro das esquerdas, seja na luta armada, na resistência rural ou no ativismo urbano, a lesbofobia, quando não exclui prontamente ou quando não persegue e violenta, menospreza e faz desaparecer as questões de gênero e sexualidade que eram trazidas à tona pelo lesbofeminismo nascente. A militância lésbica brasileira aparece como tal pela primeira vez dentro do Grupo Somos, em 1979.

Medo e potência da militância: movimentos de ação e resistência

Em tempos de golpes contra a democracia é possível constatar a emergência de discursos conservadores, a ameaça da manutenção de direitos, principalmente de grupos minoritários⁴, o medo e a repressão. Ao longo da ditadura brasileira, que se estendeu por 21 anos (1964-1985), ocorreram perseguições, repressão e inúmeras violações de direitos humanos, como a tortura, o sequestro e o assassinato de militantes e ativistas políticos. Muitos

³ Ela é citada por Carmen Luiz, Miriam Grossi e Marisa Fernandes como referência, ainda que com a ressalva sobre o impacto das suas obras no imaginário lésbico. Alguns trabalhos que tratam da história de perseguição e censura contra Cassandra Rios no campo da literatura e da história são: *Pornografia e Censura. Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o Sistema Literário Brasileiro nos Anos 1970*, de Rodolfo Londero; a tese de doutorado de Kyara Maria de Almeida *Onde estão as respostas para as minhas perguntas?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001)* e a dissertação de mestrado de Isabela Silva Nóbrega (*l)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977)*).

⁴ Quando utilizamos o conceito de Minorias não nos referimos a quantidades numéricas. Referimo-nos a uma coletividade marcada por uma identidade que sofre com processos de exclusão, discriminação e desigualdades sociais. As mulheres, negros e população indígena e LGBTI+ são exemplos de minorias políticas, cuja representação política geralmente responde aos processos históricos de exclusão dessas categorias de sujeitos dos gozos de direitos fundamentais.

foram os esforços de pesquisadoras/es no sentido de abordar essas histórias, bem como setores ligados aos direitos humanos vêm questionando as violações ocorridas e lutando por políticas de reparação para vítimas do regime e suas famílias. Ao levantar o estado da arte das produções bibliográficas sobre a ditadura militar no Brasil é possível constatar um consenso entre os/as pesquisadores/as de que as perseguições, repressões e violações atingiram, principalmente, pessoas ligadas a grupos de esquerda.

Porém, com o tempo, surgem outras possibilidades de estudos e abordagens sobre a ditadura e temos presenciado a emergência de diferentes fontes, personagens e suas histórias, bem como diferentes usos de categorias de análise e recursos metodológicos que ampliam nossas possibilidades e nos oferecem novos olhares e perspectivas sobre a história. O campo das subjetividades, dos estudos de gênero e das sexualidades nos permite acessar outras perspectivas sobre este momento histórico, como a das mulheres lésbicas.

Os estudos dispostos a problematizar ditaduras e homossexualidades no Brasil ganham maior visibilidade na segunda década dos anos 2000, principalmente com a publicação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade – CNV (2011) –, com a inserção das homossexualidades como um dos capítulos desse relatório e com a publicação do livro *Ditadura e Homossexualidades* (GREEN; QUINALHA, 2014). Um movimento parecido acontece na Argentina, com a inserção de debates sobre Estado, gênero e sexualidades, como destaca a historiadora Débora D'Antonio (2015), responsável pela organização do livro *Deseo y represión: Sexualidad, género y Estado en la historia argentina reciente*.

A emergência desses estudos revela que o Estado ditatorial tinha outras motivações para além das disputas por modelos econômicos. As ditaduras na América Latina também foram marcadas pelo discurso moralizante e conservador. Aqueles/as que não estavam incluídos no modelo heteropatriarcal defendido pelo Estado eram alvo de perseguição e suas práticas, repreendidas. Dessa forma, manifestar desejos afetivos e/ou sexuais que não estivessem alinhados à heteronormatividade e às normativas de gênero também eram passíveis de perseguição e repressão. Muitas vezes essas perseguições e repressões eram veladas e ocupavam o campo das subjetividades, porém pesquisas recentes, novas fontes e categorias de análise possibilitam afirmar que o golpe também foi marcado pelo gênero e pela sexualidade.

Contudo a repressão coexiste sempre com a possibilidade de resistência. Segundo Michel Foucault (2013), relações de poder não existem sem a possibilidade de resistência, de disputas e dilemas. Sendo assim, é possível inferir que toda história de repressão do período ditatorial também é uma

história de resistência ao regime. Os exercícios de poder que incidiram sobre os corpos e relações homoafetivas também atuaram como dispositivo para a resistência à repressão. O medo da perseguição foi potência que resultou em luta e articulação política. E são essas potências de luta que permeiam as histórias das mulheres lésbicas entrevistadas nesta pesquisa.

A trajetória de Marisa Fernandes no ativismo lésbico-feminista está inevitavelmente atrelada à história do golpe militar, cujo desdobramento teve implicações sérias e profundas nas vidas de jovens que cresceram naquele período. Em 1964, com apenas 11 anos de idade, ao observar o que acontecia pela televisão – os tanques na rua, a marcha da família com deus pela liberdade – Marisa já sentia que “aquilo não parecia legal, não parecia nada bom” (FERNANDES, 2018a, p. 4). O conservadorismo manifestado confirmou-se e aprofundou-se em 1968 com a suspensão das garantias constitucionais pelo general Costa e Silva. Marisa, com apenas 15 anos, entendeu que aquilo “tinha um sentido de um fim, estava suspendendo uma coisa que era muito importante para a Nação” (FERNANDES, 2018a, p. 4). O que ela sentia por outras mulheres era algo que definitivamente não ia ao encontro dos projetos de Nação de um governo liderado por militares, patriarcas e conservadores.

Contudo o medo de não poder expressar e vivenciar os sentimentos foi o dispositivo que aproximou muitas mulheres da luta política. No caso de Marisa Fernandes, a esquerda revolucionária e a luta armada pareciam um espaço possível para lutar contra injustiças. Aos 17 anos, ela compreendia os embates com os pais, vizinhos e escola para se relacionar com sua namorada uma injustiça:

O único entendimento que eu tinha era: o que estão fazendo comigo é injusto. Podia até não ser bom o que eu era, podia até ninguém ser igual a mim, mas era injusto. Eu não tava fazendo nada de mal pra ninguém, então eu achava injusto. E eu queria lutar. Eu queria. Eu achava que as esquerdas tinham esse espaço [...] eu fui pra igreja de Santo André e falei pra pastoral operária que existia, (acho que era) que eu queria entrar pra luta armada (FERNANDES, 2018a, p. 10).

Quase 10 anos mais tarde, Marisa entraria para o Grupo Somos, o primeiro grupo de homossexuais organizados do país contra a repressão que incidia sobre esses corpos.

É importante destacar que as esquerdas, de forma geral, não incorporaram a luta feminista ou LGBTI+, naquele momento ainda sob o guarda-chuva do Movimento Homossexual. Existiam tensionamentos dentro dos movimentos de esquerda que colocavam a luta de classes à frente de qualquer outra questão e reproduziam, em muitos momentos, o machismo em relação às mulheres, como indica Cristina Scheibe Wolff em suas pesquisas sobre

gênero, feminismos e esquerdas em tempos de ditadura (WOLFF, 2010). Essas tensões também se estendiam aos LGBTI+, como relata Carmen Luiz:

É, a gente sabia, a gente sabia também de alguns partidos de esquerda, na época, que maltratavam pessoas LGBT. Eu tenho amigos gays que saíram de partidos porque eram... não era nem preconceito claro nem nada, mas eram pessoas que não eram levadas a sério. Eram sempre menosprezadas, sabe? Não tinham tarefas importantes. A opinião não era levada em conta... e isso até hoje ainda eu acho que existe. [...] eu milito em partido há muitos anos na minha vida... E se você tem filhos, sabe, fica mais fácil. As pessoas preferem não ver que você é lésbica e preferem ver só que você é mãe. E aí já dão uma aura para esse lugar de ser mãe. (LUIZ, 2018, p. 3).

Apesar de as esquerdas nesse momento não reivindicarem a luta feminista e LGBTI+ como legítimas e parte importante da discussão sobre classes sociais e opressões, era no campo da esquerda que mulheres lésbicas enxergavam a possibilidade de união e organização política. A identidade lésbica ficava resguardada, no caso de Carmen Luiz, pela figura materna que ela também carregava. É com o decorrer do tempo que as ideias feministas passam a reverberar nos movimentos sociais e nas discussões acadêmicas, assim como as discussões sobre gays e lésbicas com a constituição do movimento homossexual brasileiro.

Como militante do PCdoB e lésbica feminista desde a década de 1980, Carmen Luiz acompanhou as transformações ocorridas. Ela identifica a ausência dos debates sobre sexualidade, especialmente a sexualidade lésbica, em todos esses ambientes. Embora não escondesse sua condição enquanto lésbica, tornando muito “natural” a sua experiência, ela explicita que no período ditatorial e na abertura democrática a participação de homossexuais nos partidos era marcada por essa homofobia condescendente e dissimulada, e sugere que isso ainda persista, a despeito da ampliação das discussões de combate à homofobia.

Em meados da década de 1970 Marisa Fernandes cursava História na Universidade de São Paulo (USP). Ela teve contato com paralisações, manifestações, organizações de atos e greves que eram realizadas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Foi nesse cenário que ela iniciou sua atuação nas manifestações e conheceu o Grupo Somos⁵ em um debate sobre minorias realizado no Departamento de Ciências Sociais da USP⁶. Após esse contato ela passou a participar das reuniões e integrou-se

⁵ Coletivo paulista considerado pioneiro na articulação do Movimento Homossexual Brasileiro – MHB. Mais informações em: GREEN *et al.*, 2018.

⁶ Segundo James Green (2000) essa foi a “estreia” oficial do grupo, que aconteceu no dia 6 de fevereiro de 1979.

ao grupo em 1978. Em pouco tempo, as mulheres lésbicas que participavam do Somos sentiram a necessidade de chamar atenção para as especificidades que existiam sobre as lésbicas e sua militância. Em julho de 1979 elas criam o “LF” – Grupo Lésbico Feminista –, voltado ao acolhimento de mulheres lésbicas, às correspondências com elas, buscando uma atuação feminista que contemplasse alianças com outros movimentos de mulheres.

Os discursos do LF tratavam do desejo, do prazer e da subversão da heterossexualidade compulsória. O grupo chegou a contar com mais de 30 lésbicas que discutiam teorias feministas, o combate aos estereótipos e o fim da monogamia. Havia dentro do LF grupos de reconhecimento e afirmação da homossexualidade feminina, grupos de reflexão que contemplavam debates sobre feminismo e homossexualidade, grupos de agitação e atuação em trabalhos e debates públicos e até o LF Artes – contemplando a produção de fotografia e audiovisual. Sobre a composição do grupo, Marisa Fernandes afirma que:

As integrantes do LF eram plurais, de etnias, credos, escolaridade e classes sociais diferentes, desde empregada doméstica até programadora de software, todas mulheres que não vinham da Academia, mas dos “armários” e do “gueto”. O ponto comum entre elas era apenas a lesbianidade (FERNANDES, 2018b, p. 94).

As lésbicas do LF tinham como objetivo inserir o debate feminista na agenda do movimento homossexual, colocando em questão o machismo de homens gays e buscando atender e acolher as necessidades de lésbicas de outras regiões do Brasil que se comunicavam com o grupo por carta, além de tentar inserir a discussão da homossexualidade feminina no movimento feminista. Alguns homens, como João Silvério Trevisan, incentivaram essa integração:

Eu me lembro, também, outra cena nítida, do João Silvério Trevisan [...] e ele me pegou assim pela mãozinha e disse “você têm que entrar no movimento feminista, Marisa” [...] “Vai acontecer o II Congresso da Mulher Paulista”, ele me passou essa informação [...] “e elas formaram comissão organizadora, e você tem que ir lá juntar com essas mulheres”. E foi assim que a gente entrou pro feminismo, e começamos a duras penas inclusive ter acesso a leituras, e textos, publicados fora, mas não aqui dentro, a entrar em contato com o feminismo. E não era fácil não, e dentro do Somos também não foi facinho, dentro do movimento feminista não foi facinho, ser lésbica. Dentro do Somos foi muito difícil ser feminista, dentro do movimento feminista foi muito difícil ser lésbica...tinha tudo por se fazer. (FERNANDES, 2018a, p. 14-15).

A organização do II Congresso da Mulher Paulista teve início em novembro de 1979. O Congresso aconteceria em março de 1980, na ocasião do Dia

Internacional da Mulher, como costumava ser. Numa reunião da comissão organizadora, Marisa Fernandes relata que homens de esquerda tentaram invadir o espaço, portando correntes e pretendendo retirar as feministas (e talvez mais as lésbicas especificamente, mas isso não ficaria totalmente explícito) da reunião. As lésbicas se colocaram na frente utilizando mesas pesadas nas portas para que eles não entrassem no espaço. Ainda assim, quando o Congresso teve início, as lésbicas foram hostilizadas:

Gente, nesse segundo (Congresso da Mulher Paulista), que foi na PUC, foi um arraso o que elas fizeram com a gente, entendeu? Nós levamos...a gente quis ser visível, precisava da visibilidade lésbica, as lésbicas precisavam falar “oii, somos mulheres, existimos”, então levamos dois cartazes assim, fizemos, com fotografia e com a matéria que tinha saído publicada no Lâmpião em maio de 1979, o número de mulheres. Gente não ficou cinco minutos aquilo, no saguão, conforme ia começar a primeira plenária, de abertura do evento, no dia 8 de março [...] as mulheres iam passar pelo saguão iam ver, as lésbicas ali. Dez minutos depois tudo rasgado, jogado no chão, nosso material, né? Era muito complicado. (FERNANDES, 2018a, p. 18).

Ainda segundo Marisa Fernandes, as lésbicas do LF encamparam uma das primeiras inserções do discurso contra violência machista que atingia as mulheres no movimento feminista de São Paulo, após duas das integrantes do grupo relatarem estupros, uma no início e outra em novembro de 1979. A impossibilidade de ação sobre o primeiro caso – a militante negra que viera do Rio de Janeiro relatou o caso após realizar um aborto, e afirmava que foi estuprada por ser lésbica – fez com que o advento do segundo caso disparasse uma série de ações, que culminaram na elaboração e distribuição do documento “Mulheres Violentadas” nas ruas e no II Encontro da Mulher Paulista:

Naquela época ela foi a voz das mulheres que não apareciam, que não denunciavam – a voz e o rosto né – como foi a Rosely Roth, né? Indo pra Hebe, indo pra televisão. Ela foi a voz e o rosto das lésbicas, né? Mas a [...] foi muito antes né? Nós estamos falando de 1979. Então quando chegou em 1980 a gente distribuiu esse documento dentro do Congresso, então tivemos uma boa inserção, mas fomos muito discriminadas, né? O terceiro Congresso foi pior ainda, eu tenho as revistas, os recortes, em que essas mulheres mesmas da esquerda, isso já em 1981, dizendo que as mulheres da periferia não poderiam seguir orientações de lésbicas, de sapatonas. “Onde já se viu o movimento de mulheres”, porque como nós éramos comissão organizadora, todas as decisões eram tomadas pela comissão, e lá tinha lésbica, então as mulheres não podiam. As mulheres de periferia não podiam obedecer às mulheres lésbicas, a sapatão, a “mulheres que negam a sua condição de

mulher". Tá falado na imprensa, não tô inventando nada, tá lá, tá publicado, né? E... bastante difícil, aí a gente entendeu o que que era a esquerda, como é que elas lidavam com lésbicas... a gente entendeu. (FERNANDES, 2018a, p. 20).

Para Carmem Luiz, que nesse momento morava em Florianópolis, as discussões do movimento homossexual e lesbofeminista ainda não estavam em efervescência, como em São Paulo. Porém as ideias feministas já reverberavam aqui e ali. É por meio do feminismo que ela acessa as discussões sobre sexualidade lesbiana e encontra possibilidades de luta contra segregação, apagamento e repressão à existência lésbica:

Ela (Rosely Roth) foi uma referência para mim. Foi a primeira pessoa que eu vi, que eu conheci, que era uma mulher que já tinha uma expressão, ela escrevia em jornaizinhos, fazia falas públicas. Ela ia falar de lesbianidade na televisão! [...] foi a primeira vez que eu conheci uma mulher lésbica, que chamou para uma reunião, que a gente fez um debate, que a gente falou sobre a invisibilidade, que a gente falou sobre as impossibilidades. Então foi aí que eu comecei realmente me inteirar desse tema e querer estar dentro dele para realmente poder ser visível, não precisar ficar me escondendo. E aí a gente começa... e aí quando você se põe nessa disponibilidade aí as pessoas surgem na sua vida. Aí você começa a conhecer pessoas que têm o mesmo interesse, e aí começa realmente uma militância. Então foi dentro do feminismo que eu conheci a lesbianidade, a militância lésbica. E aí foi um crescendo até isso que vivo hoje [risos] (LUIZ, 2018, p. 4).

Assim como existem ressalvas em relação à postura machista e LGBT-fóbica das esquerdas no período, é necessário trazer à baila o posicionamento dos grupos feministas em relação à existência lésbica. Foi por meio do feminismo que muitas lésbicas encontraram um espaço de acolhimento e ação política, porém as experiências de lésbicas e de teóricas sobre o feminismo lésbico sugerem que existia resistência por parte de feministas em contemplar as discussões das lesbianidades nas suas pautas. Segundo Miriam Grossi:

A questão, por exemplo, lésbica, ela era praticamente inexistente nessa discussão do feminismo ali em [19]78, início dos anos [19]80. Era assim: havia mulheres lésbicas que se reconheciam como lésbicas dentro desses grupos, mas não eram identidades nem desejadas no grupo, nem muito abertas, porque havia toda essa preocupação muito grande do feminismo justamente de não ser reconhecida como lésbica, porque a principal acusação que tinha era isso, de lesbianidade, de mal-amada, etc. (GROSSI, 2018, p. 4).

Contudo, apesar dessas ressalvas, foi por meio das esquerdas, do movimento feminista e homossexual que as mulheres lésbicas encontraram

espaços de identificação e possibilidades de resistência e luta. O medo e a repressão resignificaram-se em resistência e na constituição do que viria a ser o movimento lesbofeminista brasileiro. Serão nos encontros feministas, por exemplo, que as lésbicas irão reivindicar seu espaço de fala e divulgar suas publicações, como o *Chanacomchana* – um boletim elaborado e comercializado pelas lésbicas feministas da Galf entre 1981 e 1987.

No *Chanacomchana* (Figura 1) eram publicados textos, manifestos, quadrinhos e charges abordando diversas questões, como: censura, perseguições, repressões e violências contra homossexuais no período da ditadura e redemocratização; críticas ao apagamento das questões lésbicas; debates envolvendo temas como 8 de Março, aborto, trabalho, maternidade e sexualidade; além de atuar na divulgação de eventos e promover sociabilidades – destaque para a sessão “cartas”, que indica a circulação do boletim por diversas regiões do Brasil.

Figura 1: Capas do Boletim *Chanacomchana*



Fonte: Compilação das autoras com base em imagens das capas do boletim *Chanacomchana*. Boletim *Chanacomchana* (GALF, 1982a; 1987)

Essas publicações e encontros funcionaram como dispositivos, como o que Teresa de Lauretis (1987) denomina de “tecnologia de gênero”. A autora defende a ideia de que o cinema e a literatura, por exemplo, contribuem para perpetuar as diferenças estereotipadas impostas para diferenciar e constituir o que é masculino e feminino. Nesse sentido, há tecnologias de reprodução

de modelos de ser e agir que resultam em normas. Quando outros modelos ganham visibilidade, há a possibilidade de construção de outras tecnologias e consequentemente a identificação com estas.

Quando Carmem Luiz fala sobre Rosely Roth, militante lésbica-feminista da Galf, sua aparição na televisão⁷, de suas falas nos eventos feministas sobre lesbianidade, da produção e divulgação de materiais impressos com a temática lésbica, ela demonstra ter passado a ter, a partir desse contato, referenciais de identificação possíveis fora da heteronormatividade. Ao analisar as seções de cartas disponíveis no boletim *Chanacomchana*, por exemplo, é possível identificar correspondências de mulheres lésbicas de todo o Brasil que consumiam os boletins e utilizavam o espaço como um “lugar” de informação, resistência – tendo em vista as questões políticas contidas no boletim – e de sociabilidades. Carmen também relata que com a abertura democrática outras pessoas e grupos homossexuais começam a aparecer no cenário nacional:

Aí aparece um pessoal que trabalhava com lesbianidade e saúde, que editava uma revista que chamava ‘Um Outro Olhar’. Umas meninas de São Paulo, um grupo bem bacana. Essa revista era interessante porque, além de todos os textos sobre saúde, tinha uma página de encontro, de namoros. (LUIZ, 2018, p. 7).

A revista *Um Outro Olhar* foi uma publicação impressa ligada à Galf e à Rede de Informação Um Outro Olhar, primeiro como boletim, depois como revista, de 1989 até 2003. Posteriormente, nas palavras de uma de suas idealizadoras, Miriam Martinho, “passou a ser uma magazine virtual”, disponível *online* e atualizada com posts sobre o universo LGBTI+. O *site* também traz textos da autora sobre história do movimento no Brasil e publicações da Rede de Informação, como uma edição da Cartilha “Prazer Sem Medo” do ano de 2008, voltada para a saúde e sexualidade de mulheres lésbicas, produzidas com financiamento público. Observamos essa experiência como desdobramentos de reivindicações e conflitos que despontaram pelo menos 20 anos antes no interior do movimento feminista.

Considerando o campo das subjetividades, os estudos de gênero e sexualidades, é possível perceber que o contexto ditatorial brasileiro (1964-1985) foi marcado por tensões, repressões, perseguições e violações dos direitos humanos de mulheres e de LGBTI+ de formas específicas. As experiências das mulheres entrevistadas apontam para uma série de tensões que elas vivenciaram ao perceberem seus interesses afetivos por mulheres no contexto ditatorial. No entanto, mesmo em meio à repressão, constituiu-se

⁷ Ao longo da década de 1980 Rosely Roth participou em dois momentos diferentes do programa da Hebe no SBT. Nessas participações falou sobre sua identidade lésbica, a Galf e a publicação do informativo *Chanacomchana* feita pelo grupo.

a potência de resistência e luta que reverbera até a contemporaneidade. Continuamos a vivenciar e presenciar conflitos que envolvem a luta por reconhecimento e respeito aos direitos fundamentais de mulheres lésbicas, cientes de que regimes autoritários de governo dificilmente tornarão esses conflitos menos tortuosos.

Não somos também mulheres?

Partimos para o campo deste trabalho com plena noção da diversidade existente na identificação homossexual e lésbica. O que apresentamos tem como objetivo mostrar pontos de congruência nas narrativas e utilizar as diferenças como um estímulo às pesquisas que retirem mulheres lésbicas da invisibilidade que as acometem nos espaços de convivência e em todas as esferas da vida. “Ser o que você é dessa porta pra fora!”, como dizia o pai de Marisa Fernandes (2018a, p. 7), ainda é frase corriqueira na vida de jovens mulheres que começam a manifestar interesse afetivo e sexual por mulheres, principalmente nos ambientes mais conservadores, nos interiores e pequenas cidades, onde as igrejas têm papel importante na regulação das relações sociais e familiares.

A sensação de estar errada, fora do eixo e deslocada da norma não surge em nenhum vácuo se não aquele que invisibiliza as relações lésbicas pelo medo e pela vergonha. Assim se produz e reproduz a heterossexualidade compulsória, excluindo a existência lésbica como possibilidade e inundando-a de significados pejorativos e repulsivos, identificando-a com a loucura, a doença, o pecado e o crime, como nos aponta Foucault em sua *História da Sexualidade* (2013). A ideia de que a matriz heterossexual que estrutura o patriarcado ocidental é a única possível, frequentemente, empurra mulheres lésbicas ao gênero masculino para justificar agressões, exclusões e silenciamentos.

A invisibilidade segue sendo uma questão central às mulheres lésbicas contemporâneas brasileiras, mas as possibilidades de manifestação certamente se transformaram com o trabalho de ativistas que enfrentaram anteriormente a fúria do moralismo de um Estado de exceção. A aparente “ausência na paisagem” não eliminou a possibilidade de vida e existência dessas mulheres mesmo num período repressivo e recalcado. Os espaços de socialização que caracterizaram os “guetos” lésbicos foram *loci* de resistência e, mesmo fora deles, como nos aponta Carmen Rial: “Havia sim sempre essa possibilidade de expandir a fronteira do que era possível na política, na sexualidade. Transgredir, né. Que é algo próprio. Uma lésbica é alguém que transgredir. Então era importante essas transgressões em várias esferas” (RIAL, 2018, p. 13).

Nesse sentido, Marisa Fernandes comenta sobre “A Via Sacra” que iniciava na sede do LF e passava por bares no Centro de São Paulo, cujo público noturno era majoritariamente de gays, lésbicas, travestis e prostitutas, com marcações de raça e classe – “Tinha um que chamava Perepepe e ska [...] e era frequentado basicamente por lésbicas negras do sul periférico de São Paulo, que vinham pra cá” (FERNANDES, 2018a, p. 31). Foi nesse percurso que o delegado Richetti concentrou a operação de prisão sistemática de lésbicas nos bares *Cachação*, *Ferro’s Bar* e *Bixiguiha* (FERNANDES, 2018b, p. 99) em 1980, ação que culminou na passeata “pelo prazer lésbico e contra a violência policial”, em junho daquele ano. Marisa menciona um texto da cantora e escritora Vange Leonel, ex-integrante da Galf, escrito em 2000 e originalmente publicado na revista *Sui Generis* (n. 55, ano VI) em março desse ano, tratando desse trajeto que ela chama de “Gomorra Paulistana”.

A Gomorra que conheci em 1980, aos dezessete anos de idade, localizava-se no centro da cidade de São Paulo: uma série de sete redutos para lésbicas distribuídos num triângulo entre a Praça da República, a rua Santo Antônio e a rua da Consolação. Fazíamos um percurso chamado por nós de “A Via Sacra”, onde tínhamos que completar todos os sete passos, como se fosse a paixão de Cristo (LEONEL, 2001, p. 102-104).

O livro *Grrrls: Garotas iradas* reúne textos publicados na revista *Sui Generis* e textos inéditos, conservando, segundo a autora, uma “ótica pós-punk e pós-feminista” (LEONEL, 2001, p. 12). Vange Leonel vai se envolver mais intensamente com o ativismo lésbico na década de 1990, dedicando-se mais à carreira artística durante a década de 1980 e início da década de 1990, quando estourou com a música “Noite Preta”. Sua obra, no entanto, construída em parceria com a companheira Cilmara Bedaque, esteve sempre permeada pelas questões lésbicas, e envolveu música, poesia, crônicas e muito bom humor no trato de assuntos tão sensíveis e estimados.

É com a mesma estima que construímos este texto, não apenas para indicar vazios, ausências e apagamentos, mas para apontar justamente ações, presenças e existência lésbica sob a ditadura. Em Florianópolis, os locais de sociabilidade nesse período funcionavam de forma semelhante aos de São Paulo, com concentrações em bares e casas noturnas como o *Roma*, *Fulanos e Florianos*, *Maçã Verde*, *Masmorra*, *Ópium*, *Keóps*, *Vídeo Bar 53*, *1 2 Feijão com Arroz* e *Chandon*. Todos esses ambientes se localizavam no Centro da cidade, sendo que nenhum deles é descrito como explicitamente voltado para o público homossexual, no entanto “[...] acabavam sendo apropriados por redes de sociabilidades de mulheres lésbicas, dentre outros grupos dissidentes da heterossexualidade” (LENZI; SILVA, 2018, p. 129).

Isso vai ao encontro do que Carmen Luiz nos responde sobre a existência de espaços de sociabilidade lésbica. Em Florianópolis não havia lugares específicos para lésbicas, gays e travestis, nem aqueles que eram escolhidos por esse público para frequentar. Ela e as amigas iam “nos lugares que todo mundo vai!” (LUIZ, 2018, p. 3) e, embora não houvesse menção direta, ela não escondia que se relacionava sexual e afetivamente com mulheres no seu ambiente de trabalho e militância. Sobre as discussões acerca da sexualidade nos movimentos feministas, ela comenta:

Isso vai começar a aparecer já na abertura democrática, né? Eu entro pro movimento já é 1984, já é abertura mesmo, já é ditadura se diluindo, né? Mas até aí ninguém debatia, não tinha conversa, a gente já estava debatendo feminismo, mas ainda não estava debatendo lesbianidade, não tinha ainda esse debate, nem dentro do feminismo, não tinha esse debate, muito menos ainda fora, né? (LUIZ, 2018, p. 3).

Podemos perceber que é na década de 1980 que as discussões sobre feminismo e sexualidade vão se intensificar e ganhar espaço e complexidade, além de iniciarem as institucionalizações e encontros. A criação dos novos grupos, provenientes de “rachas” ou não, suscitavam debates acalorados sobre “divisionismos”, análogos às atuais acusações contra “identitarismos” que recaem sobre os atuais movimentos LGBTI+, feministas, negros e indígenas. São movimentos cujas discussões alcançam de forma capilar outros movimentos sociais do campo e da cidade, demonstrando que a classe trabalhadora é complexa e que as opressões não incidem de forma homogênea sobre todas as pessoas, o que não significa de modo algum que não existam.

No contexto acadêmico, a identidade lésbica pouco ganha destaque quando se tratam de pesquisas no campo feminista e dos estudos de gênero. Durante a ditadura, “ter uma relação com outra mulher era uma experiência, digamos, de radicalidade do feminismo. Mas não vivida como uma experiência, digamos, de publicidade e de lutar por isso publicamente” (GROSSI, 2018, p. 5). Todas as entrevistadas indicam por meio de seus relatos que estamos vivendo agora um fenômeno de difusão e profusão de teorias e militâncias lésbicas no Brasil, com um crescimento significativo do número de pesquisas que buscam desvendar a “ausência na paisagem” e transformá-la em presença e reivindicação por espaço e reconhecimento, transformando uma realidade que

Então era assim, era um assunto muito, muito, muito residual no campo dos estudos feministas no Brasil, isso já no início dos anos 90, né?! Então, vai ser, realmente, um tema, por exemplo assim, pegando associações tipo a reunião da ABA, ANPOCS... Nunca, em toda história, teve um grupo específico sobre lesbianidades, por exemplo. O máximo que teve foi sobre sexualidades. [...] Eu

acho que isso já revela bem o quanto, do ponto de vista, assim, de pesquisa teórica e acadêmica, como esse é um campo, assim, totalmente invisibilizado (GROSSI, 2018, p. 7).

Nossa intenção com este texto é contribuir para amenizar um pouco esse quadro de ausência ao acrescentarmos histórias lésbicas às análises sobre a ditadura militar. Esperamos com isso demonstrar que as mulheres lésbicas fizeram e fazem parte dos conflitos sociais que caracterizam os feminismos brasileiros e os movimentos hoje chamados identitários, especialmente o LGBTI+. Quisemos apresentar significações, experiências, referências e militâncias que se entrecruzaram e produziram muito do que hoje tomamos como dado. Queremos sempre lembrar que as lésbicas existem, resistem e produzem teoria e prática política voltada a não permitir que a invisibilidade nos relegue ao esquecimento, possibilitando que as referências perdurem e que as jovens lésbicas saibam que não estão sozinhas.

Referências

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AYRES, Carla; LENZI, Maria Helena. Um panorama dos estudos brasileiros sobre lesbianidades: reflexões sobre a construção de um campo. *In: Curso de Curta Duração em Gênero e Diversidades do IEG, 7, 2019, Florianópolis (comunicação oral)*.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. *In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: UFSCAR, 2014. p. 125-148.

FERNANDES, Marisa. Ação Lésbica. *In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018a, p. 91-120.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

FREITAS, A. Jerfson L. de; ARAÚJO, Cosma S. de; SALES, Telma B. "O que essa entrevista está documentando?": Entrevista com Verena Alberti. *História Oral*, v. 20, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2017.

GREEN, James N. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, v. 15, p. 271-295, 2000.

- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. 'Faço de Conta que Eu Não Existo e Você Faz de Conta que Não Me Vê': Geografias Lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis – SC, Brasil. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 114-152, 2018.
- LEONEL, Vange. A Gomorra Paulistana. In: LEONEL, Vange. *Grrrls: Garotas iradas*. São Paulo: Summus, 2001. p. 102-104.
- LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: A criação de subjetividades* (Brasil, 1979-2006). Tese de Doutorado em História – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- LONDERO, Rodolfo. *Pornografia e censura: Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o sistema literário brasileiro nos anos 1970*. Londrina: Eduel, 2016.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, São Paulo, v. 12, p. 109-120, 1999.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e lesbianismo: Quais os desafios? *Labrys. Estudos Feministas*, Brasília, v. 1-2, julho/dezembro, 2002.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- NÓBREGA, Isabela Silva. *(I)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977)*. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- NOGUEIRA, Nadia Cristina. *Lota e Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 50*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Departamento de História, Campinas, 2005.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Trad. de Carlos Guilherme do Valle. *Revista Bagoas*, n. 5, p. 17-44, 2010.
- SILVA, Camila Diane. *(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidade na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- SILVA, Camila Diane. Lesbianidade e escrita da história. 30º Simpósio Nacional de História, Recife/PE, 15 a 19 de julho de 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=277. Acesso em: 17 jun. 2019.

VERAS, Elias F.; PEDRO, Joana M. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Tempo e Argumento*, v. 6, p. 90-109, 2015.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. *“Onde estão as respostas para as minhas perguntas”?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001)*. 2014. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Entrevistas

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018b. Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Glenda Lunardi, 36p.

GROSSI, Miriam Pillar. Entrevista concedida a Binah Ire, Camila Diane Silva, Jair Zandoná e Maria Helena Lenzi. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 16/10/2018. Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Lara Lucena Zacchi. 18p.

LUIZ, Carmen Lucia. Entrevista concedida a Binah Ire e Jair Zandoná. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 25/09/2018. Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Alina Nunes. 9p.

RIAL, Carmen Silvia. Entrevista concedida a Binah Ire, Jair Zandoná e Maria Helena Lenzi. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 05/10/2018. Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Alina Nunes. 14p.

“QUEREMOS SER O QUE SOMOS”: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL (1964-1985)¹

Luiz Augusto Possamai Borges

Lara Lucena Zacchi

Jair Zandoná

São Paulo, junho de 1980

[...]

Sabedor que fui da existência desse grupo de afirmação, gostaria de receber informações de como me inscrever como membro dessa organização.

Também gostaria de entrar em contato com outros membros para maior conhecimento sobre homossexual masculino ou feminino, pois no meu campo profissional e social torna-se um tanto difícil discutir o assunto.

[...] tenho pleno conhecimento de minha posição como ser humano útil à sociedade e não posso permitir que outras pessoas como nós sejam marginalizados por uma machista e decadente. [...]

Porto Alegre, 4 de agosto de 81.

[...]

Gostaria muito de participar desse grupo, pois me sinto muito só e preciso saber que existem pessoas igual a mim.

Gostaria de saber o que debatem, o que fazem e como conseguiram reunir tantas pessoas que [se] vissem interessadas em debater esse assunto.

[...] tenho certeza que me ajudarão nesse momento não tão agradável de minha vida, pois como já disse, sinto-me só. [...]

Capela, 5 de janeiro de 1982

[...]

Estou escrevendo esta, para vocês me darem uma força, pois não estou suportando tanta opressão aqui comigo! Eu não sei nem o que é mais ser feliz, eu acho que nunca fui – espero que algum dia eu possa ser feliz.

Eu sou um rapa[z] transexual e não sei o que eu deva fazer para me tornar logo mulher. [...].

(AEL/Unicamp)

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

O título deste capítulo retoma o slogan do *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual* de São Paulo: “Queremos ser o que somos” (ZANATTA, 1996/1997, p. 123).

Os trechos das cartas que abrem este capítulo situam algumas das discussões que nos propomos a elaborar neste texto com o propósito de compreender as redes e relações que foram se estabelecendo no período da ditadura brasileira. Nossa abordagem leva em consideração a atuação do movimento homossexual, em consonância com o feminista, negro, de mulheres, de trabalhadores/as, entre outros, e como reverberou nas diversas regiões do Brasil em diálogo profícuo entre as diferentes organizações de esquerda. A insígnia da dissidência que marca a diferença dos/nos corpos se evidencia nas muitas cartas endereçadas ao Grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo, fundado em 1978. Provenientes de diferentes lugares do país, Alagoas, Bahia, Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, entre muitos outros, tal como podemos ler em algumas das correspondências encontradas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp), trazem à tona narrativas com experiências e subjetividades outras, as quais são atravessadas não apenas pela orientação sexual, mas também pelo gênero, pela raça, pela classe, a importância das redes (d)e solidariedade que encontramos entre as pessoas, os grupos, os movimentos – sem deixar de considerar, é claro, as especificidades e embates próprios de projetos que envolvam o coletivo.

Nesse sentido, entendemos as resistências² para que as existências sejam possíveis – no plural –, como as que divisamos no movimento homossexual, campo profícuo para a interseccionalidade das lutas. Em outras palavras, que possibilite e promova não apenas a interseccionalidade das identidades, mas a interseccionalidade das lutas, em sentido próximo ao sugerido por Angela Davis (2018) ao se referir às solidariedades transnacionais, mas que entendemos como estratégia possível e necessária para pensar as pautas, lutas, resistências marcadas (não apenas) pelas dissidências.

Para entender o movimento homossexual no contexto brasileiro é interessante levarmos em conta a rede de movimentos homossexuais³ no mundo ocidental – pensando sua expansão/espacialização em um mundo extremamente interligado e globalizado. Movido por interações transnacionais que influenciam e agem nos âmbitos econômicos, sociais, políticos e culturais, é possível debruçar-se na utilização da identidade sexual como instrumento político e de equidade em sentido global (RAMALHO, 2002).

² Compreende-se resistência não apenas com relação ao sistema ditatorial, como também às práticas conservadoras e excludentes histórica e socialmente presentes no contexto analisado.

³ Para não incorrer com anacronismos, preferimos utilizar o termo “movimento homossexual” neste capítulo, tendo em vista que, num primeiro momento, gays, lésbicas, travestis e transexuais eram genericamente designados e designadas pela literatura médico-jurídica pela definição de “homossexual”.

Embora a conjuntura de contestação de valores na qual o movimento homossexual se insere seja percebida ainda nos anos 1960, isso não ocorreu de maneira homogênea, pois países como Estados Unidos, Inglaterra e África do Sul foram palco de movimentos de gays e lésbicas que se organizaram durante esse momento. Na América Latina, encontramos na Argentina a formação de vários grupos, como foi o caso do Nuestro Mundo, em 1967, e o Frente de Liberación Homosexual (FLH)⁴, em 1971 (INSAUSTI, 2015, SIMONETTO, 2017). Somos: Grupo de Afirmación Homossexual/SP foi o primeiro grupo brasileiro engajado na causa e luta homossexual. Não por acaso, a escolha do nome “Somos” retoma o periódico lançado pelo FLH, o qual recorrentemente fazia críticas ao governo peronista⁵.

Com o Golpe de 1964 no Brasil, especialmente após a promulgação do AI-5, em 1968, podemos compreender as práticas de poder que o regime ditatorial exerceu, num primeiro momento, para enfraquecer os movimentos de resistência. Como instituição de poder e mantenedor do *status quo*, o regime exerceu intensa repressão no âmbito moral, para censurar esses grupos com o preceito de proteger a juventude, e, sobretudo, preservar a moral e os bons costumes (QUINALHA, 2018). Como explica Renan Quinalha (2018), a ditadura sustentou um estado de perseguição às sexualidades dissidentes, atuando em várias agências de controle social, como nas de comunicação, nos aparatos de divulgação e em discursos que desenhavam uma imagem de representação da homossexualidade sob a ótica conservadora do regime. Ainda segundo o pesquisador, esses dispositivos tiveram um papel crucial na vida social para sedimentar a ideologia autoritária dos militares sobre a população. Quinalha relaciona esse projeto nacional a um grande laboratório social elaborado pelo exército, de maneira a moldar e a manipular o inconsciente coletivo da população por diversas vias, imagens e/ou representações da vida social. A sexualidade, para os militares, foi tratada como assunto de segurança nacional, os desejos e afetos foram inimigos que deveriam ser moralmente higienizados, com o intuito de construir uma “nova subjetividade” (QUINALHA, 2018, p. 31), motivo pelo qual o autor defende que esse paradigma deve ser lido pela lógica da “ditadura hétero-militar” (QUINALHA, 2018, p. 20).

Mesmo com o golpe em 1964, setores da sociedade brasileira entre os anos de 1965 a 1968, mobilizados pela resistência, produziram diferentes movimentos de resistência, de modo a culminar em grandes mudanças no

⁴ Neste capítulo quando nos referimos ao FLH retomamos o grupo argentino. No mesmo período havia também o grupo Frente de Liberación Homosexual do México, que não integra o debate aqui proposto. Cf. Patricio Simonetto (2017).

⁵ Os ativistas que integravam o grupo pararam de se reunir e de publicar a revista em 1976 (INSAUSTI, 2015), ano em que se instaurou a ditadura no país vizinho, liderada por Jorge Rafael Videla Redondo.

comportamento e na cultura da juventude (GREEN, 2015). Nesse sentido, ainda que as práticas de repressão e de controle tenham sido devastadoras, repercutiram de diferentes maneiras na sociedade, mobilizando espaços criativos de resistência (CASTELO BRANCO, 2018). Essas estratégias podem ser percebidas por meio do envolvimento e da participação de grupos homossexuais e os diálogos estabelecidos com o movimento feminista e outros movimentos “minoritários”. Para compreender as dinâmicas e as redes de confluências do movimento homossexual, num exercício de (re) construção de memórias desse período quanto às homossexualidades, recorreremos a algumas coleções disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp)⁶. Esse levantamento⁷ mostra que não apenas os contextos do eixo Rio-São Paulo integram o Arquivo, mas também materiais de outras regiões, a exemplo de documentações provenientes do Grupo Gay da Bahia (GGB)/BA, do Adé Dúdú – Grupo de Negros Homossexuais/BA, do Grupo de Atuação Homossexual (GATHO)/PE, do Grupo Nós Também/PB, do Somos/MA e do Grupo Dialogay/SE, os quais redimensionam a atuação do movimento homossexual nesse momento.

A imprensa também se faz dissidente

Na conjuntura pré-1964, foi lançada a primeira publicação abertamente homossexual divulgada no Brasil (PÉRET, 2012). Decorrente do descontentamento de um concurso de moda, chamado de Miss Traje Típico, feito pela Turma OK, Agildo Guimarães decidiu produzir um “jornalzinho” para protestar contra a decisão do júri. O periódico *O Snob*, publicado de 1963 a 1969, contou com 99 números e uma edição retrospectiva. Inicialmente, dedicava-se ao universo da sociabilidade gay carioca, fofocas e moda. Mesmo tendo uma circulação pequena, sendo distribuído entre amigos e conhecidos em bairros da cidade do Rio, como na Cinelândia e em Copacabana (GREEN, 2000), o jornal mimeografado teve papel importante na produção de espaços simbólicos de resistência e de luta. Também, sua atuação instigou a criação de uma rede de vozes dissidentes que se materializaram por meio de mais de trinta publicações similares (GREEN, 2000) e que abrigaram pontos de vista e outras formas de expressão que não circulariam na

⁶ Sobre o AEL e outros acervos consultados durante a realização do Projeto Mulheres de Luta, recomendamos a leitura do capítulo de autoria de Janine Gomes da Silva e Binah Iré: “O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH: pesquisas e histórias feministas”, disponível neste volume.

⁷ Referente às pastas: “Atobá”, “Centro da Mulher Brasileira São Paulo”, “Coletivo Feminista Campinas”, “Darling”, “Gente Gay”, “Grupo Ação de Liberação Feminista – GALF” (embora a designação do coletivo seja Grupo de Ação Lésbica Feminista, a coleção no AEL recebe esse título, seguindo a indicação da “Ata de assembleia geral de constituição da entidade”, de 17 de outubro de 1981), “Grupo Feminista – coleção Elisabeth Souza Lobo”, “Grupo Outra Coisa”, “Grupo Somos”, “João Antônio Mascarenhas”, “O Snob”, “Oito de março” e “Triângulo Rosa”.

mídia tradicional. Hélio, conhecido por Gato Preto no periódico⁸, foi um dos editores d'*O Snob* e um dos precursores a abordar questionamentos com relação aos estereótipos, incorporando uma visão mais profunda sobre a questão. Em 1966, críticas ao modelo binário e patriarcal das figuras “bicha” e “bofe” já eram problematizadas no próprio meio homossexual de maneira a questionar a própria noção de masculinidade. Seguindo essa discussão, Gato Preto foi um dos primeiros a abordar essa pauta em suas produções, pois se identificava como homossexual no seu conceito mais amplo, tensionando os papéis sociais e sexuais hegemônicos. Até 1968, poucos números contemplavam a discussão sobre política, ou mesmo abordavam, num sentido crítico, a identidade homossexual. Como pondera Green (2000), nem Hélio nem Agildo Guimarães participavam diretamente como ativistas de esquerdas ou do movimento estudantil engajados contra a ditadura. Essa perspectiva se altera com a consciência de ocuparem um espaço marginal, corroborada com a tendência de verem-se como intelectuais. Às vésperas de seu fechamento, o editor d'*O Snob*, Clau Renoir, publica um texto no qual situa simbólica e historicamente esse momento de ruptura ideológica do jornal, como demonstra o editorial desse número (v. 7, n. 1, de 31 de março de 1969), ao também problematizar o uso caricatural e despolitizado das figuras femininas durante suas edições anteriores:

1969 parece ser o ano das novidades, pelo menos para nós, de *O Snob*, muita coisa nova acontecerá no decorrer desse ano. Iniciamos com um jornal mais adulto, onde as crônicas, poesias, artigos de real interesse, contos e colunas sociais sadias, sem fofuquinhas, aliás abandonada há muito tempo por nossos colonistas, e o suprimento de desenhos de figuras femininas... mostrarão nossos propósitos de atingirmos uma realidade do que realmente somos. Estamos próximos do século XXI, a dois passos da lua e não podemos permitir que nossa mente fantasiosa estacione desde há cem anos atrás. Sabemos que seremos criticados inicialmente, mas lutaremos para que todos sigam-nos em nossa marcha para o progresso, como o eterno bandeirante (*O Snob*, 1969 *apud* GREEN, 2000, p. 310).

Essa virada ideológica do periódico também contribuiu para que seus editores percebessem o contexto ainda mais repressivo, tendo em vista a promulgação do AI-5 no ano anterior – apreensão que se confirmou, por exemplo, com a perseguição sistemática dos editores do jornal *O Lampião da esquina* algum tempo depois –, motivo pelo qual muitos temiam que o jornal

⁸ Conforme pondera Green, Hélio “questionava com persistência os papéis sociais e sexuais rígidos assumidos pelas bonecas. De fato, ele mudou o seu pseudônimo de Pantera Rosa para Gato Preto precisamente para afirmar a noção de que não era preciso ser efeminado para ser homossexual.” (GREEN, 2000, p. 306). Vale acrescentar que a documentação e a bibliografia conhecidas até o momento não indicam o nome completo de Hélio nem de Anuar, outro participante d'*O Snob*.

fosse confundido como de esquerda, contribuindo para seu fechamento em meados de 1969 (GREEN, 2000)⁹. Entre 1969 e 1974, com o governo do ditador Emílio Garrastazu Médici intensificou-se a repressão e censura por meio de perseguições, prisões e torturas. Inserido nesse contexto de resistências, foi lançado no ano de 1969 o primeiro jornal difundido como “alternativo”, conhecido como *O Pasquim*¹⁰. Nos anos seguintes, uma gama de jornais alternativos destinados a todo tipo de leitor/a passa a ser produzida com o objetivo de existir e resistir contrastando à mídia tradicional (RODRIGUES, 2015).

Autores como James Green (2015), Hiro Okita (2015) e Edward MacRae (2018a; 2018b) discutem sobre esse período e fundamentam que, por volta de 1974-1975, abriu-se um determinado espaço para fazer críticas ao sistema. O contexto da efervescência desses movimentos é sintomático à própria decadência do regime militar e da chamada “abertura” política. A transição de regime foi iniciada pelo ditador Ernesto Geisel (1974-1979) a partir de sua promessa de que o Brasil passaria por uma transição “lenta, gradual e segura” para a normalidade democrática. Seu sucessor, o ditador João Batista Figueiredo (1979-1985), continuou esse processo de “distensão política” (MACRAE, 2018a, p. 94), decisão que alimentou esperança, haja vista o cenário de sangria e terror que pairava nos últimos anos de ditadura no Brasil. A ativista feminista-lésbica e historiadora Marisa Fernandes (2018), em entrevista, conta-nos que ainda no governo Geisel havia grande censura e camburões da polícia na rua para garantir o estado higiênico¹¹. Esse procedimento era recorrente, pois várias foram as ações jurídicas e policiais de higienização contra as sexualidades dissidentes, mulheres, feministas, indígenas, prostitutas/os e negros/as, que ocorreram nesses dois últimos governos do regime, considerados como “governos transitórios” para a redemocratização¹².

⁹ Rodrigues mapeia jornais dedicados ao campo das homossexualidades a partir de diferentes cidades do país, tais como: “No Rio, tínhamos, de restritíssima circulação, as publicações *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazin*, *20 de Abril* e *O Centro*; em Niterói existiam *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*; em Campos [RJ] havia o *Le Sophistique*; na Bahia contava com *O Gay* e *O Gay Society*, *O Tiraninho*, *Fatos e fofocas*, *Baby Zéfiro*, *Little Darling* e *Ello*” (RODRIGUES, 2015, p. 89).

¹⁰ O capítulo “Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80”, de Barbara Popadiuk, Elaine Schmitt e Karina Janz Woitowicz, disponível neste livro, discute a imprensa feminista alternativa.

¹¹ Nesse período chamado de “redemocratização”, entre os anos de 1974 até 1985, foram registrados 62 casos oficiais de mortes e/ou desaparecimentos ocasionados pelo Estado de terror da ditadura brasileira. De 1964 até 1974 há o registro de 307, totalizando, oficialmente, 369 mortes (Cf. QUADRAT, 2015).

¹² Compreendemos que a discussão sobre a redemocratização é um tema bastante sensível, principalmente, no momento em que este capítulo é elaborado e publicado. Desde a publicação da Constituição de 1988, o documento aproxima, em diferentes níveis, a atuação da sociedade civil na esfera pública, a exemplo da atuação em conselhos federais, estaduais e municipais, o que tem sido ostensivamente contida (Cf. Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019).

Nesse cenário conflituoso e de transições políticas, Agildo Guimarães, Anuar, Hélio e outros antigos participantes d'O *Snob* decidem fundar, em dezembro de 1976, o jornal *Gente Gay* (1976-1978). Feito em fotocópias, e não mais a partir de matriz mimeografada, de modo a possibilitar maior reprodução de exemplares dos números produzidos, "é a primeira onda de novas publicações que marcam o início de um movimento politizado de gays e lésbicas no país" (GREEN, 2000, p. 314). O nome escolhido é explicado na contracapa do primeiro número do jornal, que, segundo os editores, é fundado a partir:

Da necessidade de ser, já que estávamos sendo gerado dentro do ventre do Boletim Informativo da Caixinha, apareceu GENTE GAY. Hoje estamos aqui para vocês, pois é chegado a hora de existir. É mais um passo a frente da comunicação entre a gente gay. E para isso, fazemos notícias de vocês para vocês (*Gente Gay*, n. 1, 1976, AEL/Unicamp).

Dois anos após o *Gente Gay*, é inaugurada em 1978 uma nova proposta editorial no jornalismo alternativo voltada para o debate acerca das homossexualidades e outras "minorias", com o título de *O Lampião da Esquina*. Sediado no Rio de Janeiro, foi o primeiro jornal no país com essa proposta e de ampla circulação nacional. O *Lampião* é resultado do inconformismo diante da repressão e do conservadorismo, atuando como um dos primeiros a abordar a sexualidade e a homossexualidade em um sentido mais amplo, além de forjar alianças e solidariedades, em sentido interseccional, com outras minorias, tais como o movimento feminista, lésbico, travesti, negro, indígena, ecologista e outros. Esse processo de alianças não alcançou o êxito inicialmente esperado, porque seus números discutem sobretudo aspectos da homossexualidade masculina, deixando as outras representações pouco contempladas. Apesar disso, o jornal *Lampião* teve considerável importância nas discussões que abordaram a homossexualidade de forma positiva, assim como em seus aspectos políticos, existenciais e culturais (FRY; MACRAE, 1991). O testemunho de Marisa Fernandes, nesse sentido, é significativo:

Eu não sei que nome dar, eu não sei que luz na minha vida, e sei que na vida de tantos e tantas outras, ele representou. Uma coisa, um brilho de sol, talvez, talvez só comparável a um brilho de sol. O Lampião da Esquina, nossa! Foi tudo, assim, tudo. Dentro de um regime ditatorial, dentro de um conservadorismo, de um moralismo, de uma repressão absurda a juventude, de censura, lá cai ele, falando, né, gente? (FERNANDES, 2018, p. 11-12).

O *Lampião* teve o propósito de alcançar públicos diversos e com pautas específicas, ao tratar de temas ou de pessoas que estavam à margem, seja pela censura, seja pelo apagamento/invisibilização na imprensa hegemônica.

A identidade do seu público era diversa, tendo em vista as matérias feitas a “bichas, gays, entendidos, viados, homossexuais, travestis, negros, mulheres, feministas, ecologistas etc.” (RODRIGUES, 2015, p. 97). Seu ideal era de criar e ressignificar uma consciência homossexual, bem como defender a filosofia de assumir-se e ser aceito, o que, de fato, teve grande potência por meio de suas matérias, seus textos de denúncias e reportagens.

Nos seus três anos de funcionamento, de 1978 a 1981, o *Lampião* deixou sua marca em 40 edições, das quais 3 foram números extras. Por sua perspectiva contra-hegemônica, circulou em várias localidades do Brasil¹³. Por exemplo, na cidade de Porto Alegre/RS havia determinados lugares da capital onde se podia ter acesso à publicação, tal como narra o historiador Fernando Seffner. Quando ainda era um estudante de geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, havia:

[...] uma banca, que já perdeu essa característica, [...] a Santa Cruz [localizada] na rua da praça da alfândega, que era um lugar de pegação, onde era uma banca que a gente podia ter acesso a essas revistas. Claro que nunca estava exposto na parte de fora. Até hoje não é muito assim. Uma outra na Avenida Borges. [...] Mas de fato havia lugares onde era possível obter esse material (SEFFNER, 2019, s/p).

A milhares de quilômetros dos pampas gaúchos, em 1980, o jornal *O Lampião da esquina* começou a ser divulgado também em Aracaju/SE, por intermédio de um jovem operador de fotocópia que trabalhava no cartório da capital chamado Wellington Andrade (MELO; COSTA; VASCONCELOS, 2018, p. 27). Seu lançamento aconteceu no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe, com a presença da transformista baiana Suzana Vermont (MELO, 2013, p. 79)¹⁴. Por meio desses dois breves exemplos, percebemos a circulação do *Lampião*, em um momento tão sensível da História presente.

Outro ponto significativo para entendermos a importância da circulação do *Lampião* e do próprio movimento homossexual no Brasil está no seu caráter político de mobilizar e de articular vozes dissidentes, na medida em que além de acolher em suas edições pontos de vista diversos, teve importância inquestionável ao possibilitar que as/os leitoras/es se sentissem discursivamente representadas/os. Dessa forma, serviu como agência para

¹³ Segundo sua edição 31 do mês de dezembro de 1980, era distribuído para cidades como: Rio de Janeiro/RJ, Campos/RJ, São Paulo/SP, Campinas/SP, Jundiaí/SP, Belo Horizonte/MG, Divinópolis/MG, Juiz de Fora/MG, Curitiba/PR, Londrina/PR, Florianópolis/SC, Joinville/SC, Porto Alegre/RS, Goiânia/GO, Brasília/DF, Salvador/BA, Aracaju/SE, Maceió/AL, Recife/PE, João Pessoa/PB e Campina Grande/PB.

¹⁴ Vale acrescentar que o termo transformista era utilizado nesse período para designar artistas com identidades trans. Há registros fotográficos do lançamento no DCE/UFS disponíveis em: MELO; COSTA; VASCONCELOS, 2018.

a circulação de conteúdos, representação e diálogo com pessoas engajadas em discutir as sexualidades, tal como percebemos com sua seção “Escolha seu grupo”:

Imagem 1: Escolha seu grupo

☆☆☆☆☆ **Escolha Seu Grupo** ☆☆☆☆☆

LAMPIÃO — Rua Joaquim Silva, 11, s/707, Lapa, Rio. Caixa Postal 41.031, CEP: 20.400, Rio de Janeiro, RJ.

“**Bando de Cá**”/Niterói — Rua Gavião Peixoto, 100, sobrado, Icaraí, Niterói, RJ — CEP: 24.000.

“**GOLS**”/ABC — Grupo Opção à Liberdade Sexual — Caixa Postal, 426, Santo André, SP — CEP: 09.000.

GATHO — Grupo de Atuação Homossexual/PE — Centro Luiz Freire, Rua 27 de Janeiro, Carmo, Olinda, PE — CEP: 53.000.

NÓS TAMBÉM/PB — Rua Orris Soares, 51, Castelo Branco, João Pessoa, PB — CEP: 58.000.

AUE/Recife — Rua Francisco Soares Canha, Quadra 2, Bloco 5, aptº 301, 2º andar, Curado III, Jaboatão, PE — CEP: 54.000.

GRUPO GAY DA BAHIA — Caixa Postal 2.552, Salvador, Bahia — CEP: 40.000.

TERCEIRO ATO/BH — Caixa Postal, 1.720, Belo Horizonte, MG — CEP: 30.000.

BEDO LIVRE/Brasília — Caixa Postal, 070.812, Brasília, DF — CEP: 70.000.

SOMOS/RJ — Caixa Postal, 3.356, Rio de Janeiro, RJ — CEP: 20.100.

COLIGAY — Av. Paraná, 842, aptº 31, Navegantes, Porto Alegre, RS, CEP: 90.000.

AUE/RJ — Caixa Postal, 25.029, Rio de Janeiro, RJ — CEP: 20.000.

SOMOS/Sorocaba — Caixa Postal, 294, Sorocaba, SP — CEP: 18.100.

LIBERTOS/Guarulhos — Caixa Postal, 132, Guarulhos, SP — CEP: 07.000.

Grupo LÉSBICO-FEMINISTA/SP — Caixa Postal, 293, São Paulo, SP — CEP: 01.000.

EROS/SP — Caixa Postal, 5.140, São Paulo, SP — CEP: 01.000.

SOMOS/SP — Caixa Postal, 22.196, São Paulo, SP

FRAÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA — Av. Afonso Bovero, 815, Vila Pompéia, São Paulo, SP — CEP: 05.019.

GRUPO OUTRA COISA/SP — Caixa Postal, 8.906, São Paulo, SP — CEP: 01.000.

14
Página 14

Fonte: *O Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, dez. 1980.

Nesse sentido, algumas edições trazem, inclusive, os nomes dos grupos que estavam atuando nesse momento, ressaltando seu papel em incentivar a participação das/os leitoras/es nesses espaços, de modo que atuou não somente a partir de sua proposta editorial, mas por meio de uma prática

política abrangente, como indicado na Imagem 1: Lampião/RJ, “Bando de Cá”/RJ, “GOLS”/ABC-SP, Gatho/PE, Nós Também/PB, AUÊ/PE, Grupo Gay da Bahia/BA, Terceiro Ato/MG, Beijo Livre/DF, Somos/RJ, Coligay/RS, AUÊ/RJ, Somos/Guarulhos-SP, Libertos/SP, Grupo Lésbico Feminista/SP, Somos/SP, Facção Homossexual da Convergência Socialista/SP e Grupo Outra Coisa/SP. Dentro dessa ótica, várias/os leitoras/es do jornal carioca, em diferentes cantos do Brasil, podiam ter acesso aos códigos postais, facilitando, assim, a própria adesão e trocas de correspondências, tal como os documentos que abrem o texto.

O movimento homossexual brasileiro: (r)ex(s)istências

Nos anos 1960 e 1970, vários movimentos, como o negro, indígena, feminista e homossexual, conforme discutido, contestavam valores historicamente pré-estabelecidos. Além disso, o período de exílio decorrente da ditadura civil-hétero-militar possibilitou que essas pessoas travassem contato com os movimentos dedicados aos debates sobre ecologia, racismo e feminismo que contribuíram para desestabilizar os papéis de gênero (binários e sexistas).

No ano de 1976 na cidade de São Paulo, o ativista e jornalista João Silvério Trevisan, depois de seu autoexílio nos Estados Unidos, funda o primeiro grupo de reflexão sobre homossexualidade (TREVISAN, 1986), o qual emergiu de práticas de grupos feministas e de mulheres. Apesar de seu pioneirismo, o grupo não durou muito tempo, tendo em vista as inúmeras tensões entre os integrantes, como acentua o Trevisan, em *Devassos no Paraíso* (1986).

Em 1978, ano histórico e simbólico, marca a criação do Movimento Negro Unificado, da expansão do movimento feminista, da criação dos primeiros núcleos do movimento homossexual no Brasil (FRY; MACRAE, 1991) e da greve dos metalúrgicos do ABC, episódio que resultou na primeira prisão de Luiz Inácio Lula da Silva (GREEN, 2015). Logo após o lançamento do *Lampião*, um grupo de artistas, intelectuais e profissionais liberais, descontentes de sua categorização de “gueto”¹⁵, decidem se posicionar mais ativamente sobre sua condição marginal, devido a suas sexualidades dissidentes, em uma sociedade heteropatriarcal. Num primeiro momento, essas pessoas, insatisfeitas com os discursos pejorativos a respeito de suas sexualidades não hegemônicas, levam essa pauta ao Sindicato dos Jornalistas, demarcando a sua primeira reivindicação contra as opressões vivenciadas por eles,

¹⁵ O termo “gueto”, seguindo a análise do antropólogo e professor Edward MacRae (2018, p. 109), em termos gerais, refere-se “à maneira dos militantes homossexuais da época, para abranger um circuito frequentado por homossexuais masculinos e femininos, composto principalmente por bares, restaurantes, boates, certos cinemas ‘de pegação’ e ‘saunas’”.

bem como contra as formas que eram representados na mídia dominante, igualmente pejorativas (GREEN, 2015).

Os membros desse manifesto, dois anos após o fechamento do primeiro grupo discussão da homossexualidade, em 1978, fundaram na capital paulista o Somos. A organização iniciou suas atividades na emergência de movimentos homossexuais no Brasil, a princípio como “Núcleo de Ação pelos Direitos do Homossexual” e, a posteriori, oficializado como “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”. Essa reformulação na proposta do grupo foi resultado da confluência político-cultural com o movimento argentino FLH. Green (2018b, p. 72) argumenta que essa reconfiguração “representava um gesto de internacionalismo e de identificação com o movimento homossexual vizinho”. E, de fato, as relações foram significativas e dialéticas na medida em que se ampliou a luta e militância entre esses dois países do Cone Sul, como aconteceu a partir da instauração da ditadura na Argentina e a consequente vinda de militantes homossexuais argentinos para o Brasil – haja vista, por exemplo, a vinda de Nestor Perlongher para cá a partir de 1982.

O slogan “queremos ser o que somos” do grupo paulista traduz a bandeira e, sem dúvida, uma das características mais presentes na luta do movimento homossexual brasileiro: o empoderamento pela própria identidade de ser homossexual. Segundo Elaine Zanatta (1996; 1997), o tripé que constituía as ações do grupo articulava-se na defesa da identidade, sexualidade e cidadania.

O antropólogo Edward MacRae explica sobre o funcionamento do grupo, cuja concepção considerava que o mundo estava dividido entre heterossexuais, homossexuais e bissexuais e que essas categorias ou identidades faziam parte das personalidades dos indivíduos. Compreendiam que existia um regime patriarcal na sociedade e que os heterossexuais masculinos buscavam impor seus padrões normativos sobre o mundo. Essa discussão era normalmente aceita por muitos homossexuais que, embora repudiassem práticas normativas, não percebiam ou não se reconheciam, naquele momento, como inseridos sócio e historicamente em uma sociedade machista e que, portanto, reproduziam em seu cotidiano essa mesma lógica. Dessa forma, “um dos grandes objetivos a ser alcançado seria [...] o auto reconhecimento, por parte desses, e a criação de uma nova ‘consciência homossexual’” (MACRAE, 2018a, p. 114).

Especialmente nos movimentos feminista, gay e lésbico era comum a realização de pequenos grupos de reflexão ou de conscientização para debater a dimensão social de exclusão e preconceito (GREEN, 2018b). Sobre essa prática, vale lembrar que um dos primeiros grupos de reflexão foi o Grupo de Conscientização Feminista, que emergiu em 1972 na cidade de São Paulo.

A construção desse grupo se deu também a partir da influência de mulheres que vivenciaram experiências em grupos no exterior e o envolvimento dessas com as discussões feministas (PEDRO, 2012). Nesse sentido, esses grupos foram compostos apenas pela participação de mulheres e intencionavam discutir questões relacionadas à sexualidade, ao corpo e ao prazer da mulher, defendendo a importância de compartilhar as vivências pessoais enquanto constituição de uma identidade coletiva de mulheres. Esses grupos são considerados, então, como uma “metodologia revolucionária de divulgação de ideias” (PEDRO, 2012, p. 241), na medida em que possibilitaram a construção de redes feministas nacionais e internacionais. Da mesma forma, essas práticas de grupos de reflexão e discussão de mulheres influenciaram também os grupos homossexuais. No Somos/SP, esse processo teve o formato de “Grupo de Reconhecimento”, considerado um dos pilares para a recepção de novos integrantes (GREEN, 2018b)¹⁶. A proposta da atividade era estruturada, tal como analisa o historiador brasileiro, levando em conta que o:

[...] processo dialético e dialógico entre o particular e o universal ou entre o pessoal e o social partia dos mesmos fundamentos, [e que] embora não [eram] explicitamente assumidos no momento, da conscientização-ação ou reflexão-ação-reflexão, [...] estava[m] na base do trabalho feito por setores da esquerda, como a pedagogia inspirada no pensamento de Paulo Freire e a ala progressista da igreja católica (GREEN, 2018b, p. 71).

Dessa maneira, seus integrantes participavam e atuavam na construção do grupo a partir de diversas ações, desde a realização de reuniões internas, ou de planejamento de realização de festas, de encontros – “Dia 22 de outubro, Noite Afro-Brasileira na Sede do Grupo Somos, Rua Abolição 244”, “Festa Folia no Matagal, sábado - 4 de abril, Rua Abolição 244”, “Grupo Somos e Mistura Fina convidam você e seus amigos para se reunir conosco todos os domingos a partir das 15hs na ‘Tarde do Lazer’ Shows, brincadeiras, danças, sorteios etc... ‘Não deixe a solidão tomar conta de você, faça amigos no Mistura Fina’” –, das sessões de cinema – entre os filmes exibidos no Clube de Cinema Somos¹⁷ é possível mencionar *Eu te amo, eu te mato* (Uwe Brandner e

¹⁶ Sobre isso, Patricio Simonetto (2017, p. 168) acrescenta ainda que para evitar a dissolução do grupo, posto que havia quem pretendia participar assiduamente do movimento sindical e aqueles que priorizavam os grupos de conscientização entre homossexuais, optou-se por criar subgrupos: estudos e discussões, atuação externa, serviços, identificação, atividades artísticas, e expressão não verbal.

¹⁷ Conforme publicado no n. 1 do Boletim *O corpo* (dez. 81/jan. 82), “Foi pensando em aproveitar o espaço de sua sede, com outras alternativas que o pessoal do Grupo Somos de Afirmação Homossexual decidiu por dar uma força em sua biblioteca e no cineclube. [...] O ‘Clube de Cinema Somos’ começou, suas atividades em agosto e vem levando uma programação regularmente, a cada duas semanas no domingo às 19 hs. Os filmes apresentados, nacionais e estrangeiros, são escolhidos para que, além da transação cinematográfica em si tenham a ver com as discussões da sexualidade, do homossexualismo e dos problemas sociais. Depois do filme sempre tem um papinho: para isso são convidadas pessoas que por uma razão qualquer estão mais por dentro do assunto.”

lançado, 1970), *Dois perdidos numa noite suja* (Braz Chediak, 1970) e *A queda* (Ruy Guerra, 1976), assim como atuavam no planejamento e participação de atividades externas ao grupo, como a participação e organização de atos, de palestras e outros eventos que efervesciam no grupo e fora dele.

MacRae (2018a) pondera que naquele momento não se aceitava levar para o grupo os debates propostos pela comunidade acadêmica, mesmo quando se referia à temática do autoconhecimento da condição homossexual ou da própria etiologia da homossexualidade. Segundo o pesquisador, muitos integrantes desconfiavam da linguagem científica. Essa relutância se justificava sobretudo porque, naquele momento, os especialistas – como psiquiatras e psicólogos –, legitimados pelo debate científico, defendiam a homossexualidade numa ótica patologizante, higienista e moralista. Com a hecatombe da hiv/aids, em fins de 1970 e início dos anos 1980, dispositivos como o Estado, religião, medicina e mídia associaram a homossexualidade ao vírus, que também era referida como “câncer gay”, “castigo de Deus” ou “os leprosos dos anos 80” (BRITO; ROSA, 2018)¹⁸.

Redes interseccionais

O cenário de abertura política do final dos anos 1970 possibilitou novas discussões no campo das lutas promovidas pelas várias organizações clandestinas de esquerda que, a partir de então, atuavam na regularidade. Nesse momento destacam-se os movimentos como o negro e feminista, que, além de discutirem questões políticas já estabelecidas, também passaram a discutir preceitos culturais ou relacionados às relações de poder do dia a dia dos seus militantes (MACRAE, 2018a). Os “movimentos minoritários”, cada qual com suas pautas específicas – as quais eram inicialmente rechaçadas tanto por setores da esquerda, mas sobretudo pela direita –, procuraram estabelecer laços de solidariedade entre si. Os movimentos homossexual, feminista e negro tensionaram a prática política tradicional da esquerda, a qual idealizava a utopia de um projeto único, voltado para a “luta maior”, ou a luta de classes, como o meio que garantiria as transformações necessárias. Esses movimentos estruturavam suas resistências em defesa da compreensão das diversas estruturas e mecanismos de controle do cotidiano que forçavam e reforçavam as desigualdades e preconceitos.

¹⁸ Essa discussão permanece ainda atual, posto que a Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, apenas suprimiu a homossexualidade da lista de doenças mentais em 17 de maio de 1990 – mais de dez anos depois da fundação do Somos/SP. Em contrapartida, com relação às pessoas trans, a discussão sobre a despatologização e a luta pelo reconhecimento da identidade transexual ainda enfrenta impasses. Apenas em 2018 é que a transexualidade deixou de estar na seção de doenças ou distúrbios de personalidade.

Considerando essa perspectiva, o movimento homossexual brasileiro se aliou com ações envolvendo os movimentos feminista e negro, tal como ocorreu na passeata contra Richetti realizada em 1980 em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. O momento dessas alianças pode ser percebido no panfleto que circulou chamando a população para o ato:

Uma nova onda de violência policial está se abatendo sobre São Paulo. Sob o pretexto de “moralizar” a cidade o delegado da Seccional Centro, Sr. José Wilson Ricchetti, tem comandado operações policiais durante os fins de semana, prendendo indiscriminadamente todas as pessoas que, por ventura, estiverem passando pelo local das “batidas” (portando ou não documentos). O alvo preferido do delegado são os homossexuais, os negros, travestis e prostitutas. Porém, qualquer outra pessoa pode ser detida. Por isso estamos convocando todas as pessoas a participarem do ATO PÚBLICO CONTRA A REPRESSÃO POLICIAL a ser realizado na sexta-feira, dia 13/06/80, nas escadarias do Teatro Municipal, às 18:30 horas. Precisamos dar um basta à essa onda de violência. **TODOS AO ATO PÚBLICO (AEL/Unicamp).**

A marca do coletivo de mobilização está representada pelo uso do pronome “TODOS”. Esse termo propõe mobilizar todas as pessoas para que se conscientizem das arbitrariedades recorrentes pelo Estado de repressão. Além disso, representa a pluralidade de pautas e instituições que assinam o documento: Grupo Somos, Movimento Negro Unificado, Grupo Feminista “8 de Março”, Associação das Mulheres, Sociedade e Jornal *Brasil Mulher*, Convergência Socialista, Grupo de Mulheres do Jornal *O Trabalho*, Grupo Nós Mulheres, Grupo Ação Lésbico Feminista, Ação Homossexualista, Jornal *Causa Operária*, Grupo Eros, Grupo Libertus, Frente das Mulheres Feministas e o Núcleo de Defesa à Prostituta. Essas mobilizações coletivas apontam para as relações de poder baseadas nos recortes de gênero, raça, classe e sexo, entre outros, que definiam as estratégias de repressão e os mecanismos do Estado ditatorial. Jacira Melo, cineasta brasileira e que atuava no S.O.S. Mulher em São Paulo nesse momento, relata sobre sua participação nas manifestações que ocorriam:

Nós nos juntamos com algumas outras militantes feministas e protestamos. Fizemos manifestação pública na Ipiranga, ali com a São João, e fomos pra Boca do Lixo, manifestar contra a repressão à prostitutas e travestis. Para você ter uma ideia – era regime militar – algumas mulheres estavam em prostíbulos e a polícia chegou e a repressão era tão pesada que elas pularam pela janela. Então era uma coisa muito difícil e nós, na nossa juventude, fomos manifestar. E isso nos inspirou, muito forte, a trabalhar com violência contra as mulheres. (MELO, 2018, p. 7).

O depoimento de Jacira Melo enfatiza a mobilização coletiva por pautas comuns, como a violência contra as mulheres. Nesse sentido percebemos que as alianças passam a existir e a se conectar interseccionalmente, mesmo que houvesse divergências e questões internas dentro dos respectivos movimentos, como percebemos no feminista, por exemplo, que começa a incorporar a questão da mulher negra e lésbica. Também o movimento negro passa a considerar a existência de diferenças entre seus e suas militantes, ao entender que há relações hierarquizantes nos campos do gênero, da classe e da sexualidade (MACRAE, 2018a, p. 307). Segundo Edward MacRae (2018b), passa-se a compreender a noção de um/a sujeito/a “duplamente discriminado/a”¹⁹, posto que precisam reivindicar uma dupla militância, atuação que para muitos grupos era considerada suspeita, pois não se dedicava unicamente à luta de classes.

Ao entendermos o ser humano como constituído de identidades múltiplas, e, portanto, atravessado por vivências e subjetividades diversas, evidenciamos que a temática da identidade era potencializada nesse momento por meio dessas redes interseccionais, promovendo debates e ações que alargassem a atuação das minorias. Se tomarmos como exemplo o Grupo Somos/SP e sua atuação no cenário brasileiro, a primeira aparição em público se deu na Semana das Minorias da Universidade de São Paulo e sua primeira manifestação nas ruas foi numa passeata para marcar o Dia de Zumbi em 1979, junto ao movimento negro (MACRAE, 2018a, p. 212). Essa interlocução se deu também nos anos subsequentes, tais como encontramos em outros panfletos desse período: “– Basta de opressão a(o) homossexual – Abaixo a repressão policial – Chega de violência a mulher – Contra a marginalização do negro MAIS AMOR E MAIS TESÃO”, assim como o documento encontrado no acervo do Grupo com o título “O trabalhador negro: de escravo a desempregado!...”. O texto é uma convocação assinada por diversos grupos e movimentos negros para que o/a trabalhador/a “compareça à manifestação do dia nacional de denúncia contra o racismo – dia 13 de maio de 1983 – 19hs – Largo do Paissandu – São Paulo”.

O Grupo Somos/SP, ao atuar nesse espaço de militância política, resistência, sociabilidade e reconhecimento, integrou um grande número de pessoas – sobretudo homens homossexuais. Também contou com a participação e atuação de mulheres heterossexuais, bissexuais e lésbicas, as quais, não raro, não obtinham tanta visibilidade e possibilidades de atuação dentro do grupo quantos os homens. A partir de suas participações no Somos/SP e

¹⁹ Conforme aponta MacRae (2018b, p. 54-55), “certas diferenças não poderiam permanecer ignoradas por muito tempo, e a noção de uma igualdade absoluta, decorrente da condição homossexual, logo viria a ser abalada pela noção de ‘dupla discriminação’, de como aquela que afeta indivíduos que eram homossexuais, mas também mulheres ou negros. Isso serviu para catalisar a formação de novos, grupos mais específicos, como o Grupo de Ação Lésbica Feminista – GALF e o grupo baiano de negros homossexuais Adé *Dudu*.”

da interlocução com outros movimentos sociais que emergiam no período, essas mulheres promoveram um diálogo, não somente com a luta homossexual, mas também com o feminismo. Para diversas/os integrantes, então, o grupo Somos/SP significou o primeiro espaço de ativismo, o qual abriria novos caminhos na militância de esquerda.

O historiador e ex-integrante do Somos/SP James N. Green narra que nos primeiros anos de atuação do grupo havia uma parcela de seus integrantes que se mostrava resistente à atuação de mulheres, principalmente ao alegar que elas não entendiam suas pautas, marginalizando-as. Nesse sentido, aponta que “algumas mulheres começaram a passar pelo grupo, mas não tinham uma permanência [...], por uma falta de outras mulheres no grupo, e parte de uma consciência política de tentar criar uma coisa nova” (GREEN, 2018a). Dessa maneira, percebemos a questão da pouca representatividade de mulheres dentro do Somos/SP, fato que, não raro, limitava a aderência para que se sentissem efetivamente incluídas nas lutas e ações do grupo, restando seus envolvimento e atuações nos movimentos sociais e políticos.

Considerando essas tensões, retomamos o debate ocorrido na Semana das Minorias da Universidade de São Paulo em 1979, evento que marcou o diálogo interseccional, posto que objetivava pensar e discutir as vivências de mulheres, homossexuais, indígenas e negras/os inseridas/os naquele contexto. Como ex-integrante do grupo em questão, James N. Green (2018a) narra sobre a construção desse espaço de diálogo:

Eu disputava dessa ideia, naquela época eu falava ‘a gente tem que falar sobre setores oprimidos que não foi tão pouco’ [...] Então eles organizaram um segundo debate de quatro dias, no dia sobre os homossexuais, e provocou todo um debate nosso sobre o nome e como nós íamos participar, quem ia participar. [...] então houve várias pessoas falando e chegaram mais ou menos 100 pessoas nesse debate, e as primeiras mulheres, que entraram no grupo logo depois dessa reunião, muito animadas a participar do grupo.

A partir desse relato, visualizamos que esse evento representou, para muitas pessoas, um primeiro contato público voltado às pautas dos “grupos minoritários”, a exemplo das mulheres lésbicas, que tiveram algumas de suas subjetividades representadas nas falas e discussões durante o evento. Percebemos que esse episódio significou um momento de rearticulação dos movimentos sociais daquele contexto, principalmente por sua recorrente menção nas memórias que retomam aspectos do movimento feminista, negro, indígena, lésbico e homossexual da época. A fala de James Green sobre a importância da representatividade trazida aos “grupos minoritários”, a partir do espaço de debate, aproxima-se da experiência rememorada pela historiadora e também ex-integrante do Somos/SP, Marisa Fernandes (2018, p. 11):

Mas em 08/02/1979 vai ter o debate sobre minorias dentro da própria USP, no prédio de frente da História, no de Ciência Sociais, e as minorias eram: mulheres, negros, indígenas, e homossexuais! “aaaaaaaah, que que é aquilo? Que que é aquilo?” Aquilo, pra mim, meu deus. “Não acredito! Quem vai vir falar? A igreja? Os psiquiatras?” Porque era quem falava [antes daquele contexto]. Quem falava pelos homossexuais? [...] Dali, quando acabou o debate, bom, vocês podem imaginar que a mesa dos palestrantes ficou tão lotada, o assédio foi tão grande [...] Aí eu lembro de ter perguntado “vocês se reúnem?” “Sim”. “Que dia?” “De sábado”. “Manhã, tarde ou noite?” “De tarde”. “Onde?”... Me passou o endereço e no sábado eu estava lá.

Em seu relato, Marisa demonstra que foi a partir dessa mesa de debate que ela pôde estabelecer sua relação com o movimento homossexual e iniciar, posteriormente, sua militância como mulher lésbica²⁰. O evento se tornou, assim, um “pontapé inicial” em sua atuação no movimento da esquerda não clandestina, visto que Marisa iniciou sua participação no grupo nesse mesmo ano, em 1979.

A partir da entrada das mulheres no grupo Somos/SP, aconteciam, não raramente, episódios de silenciamentos de suas experiências e subjetividades, principalmente por parte de outros integrantes. Podemos perceber essa prática no relato de Marisa Fernandes (2018, p. 12-14):

Dentro do Grupo Somos, nós ficamos incomodadas, porque a gente tinha critérios lá. Primeiramente nós éramos um grupo homogêneo, um grupo de gays e de lésbicas. [...] e aí éramos todos nas mesmas ações, nas mesmas causas. E nós tínhamos adotado, ser chamados de... [...] Bom, mas enfim, a gente queria ser chamada de lésbica. Pra esvaziar esse conteúdo maldito, pejorativo, que tinha, né? Mas as bichas se referiam a todas as mulheres como “as rachas” e isso nos incomodou. Racha. Nem inteira a gente não era, a gente era rachada, não só pelo desenho da vagina, né? [...] E tinham muito preconceito contra as mulheres, e tinham muito medo das lésbicas, também. [...] Poxa, mas a gente tava ali dentro do Somos né, será que não podia? Eles achavam que a gente tinha que ajudá-los a deixar de ter preconceito. E nós falamos “não gente, a gente vai ter que começar a discutir essas coisas porque o feminismo tá acontecendo, o feminismo tá acontecendo no mundo”.

Sua fala deixa perceptível que as opressões estabelecidas no interior do Somos/SP – sobretudo com relação às mulheres – basearam-se nas construções socioculturais impostas sobre os diferentes corpos e subjeti-

²⁰ O debate sobre as representações e atuação lésbica nesse momento é mais detidamente no capítulo “Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção”, de autoria de Binah Ire, Camila Diane Silva e Maria Helena Lenzi, deste volume.

vidades, reproduzindo as desigualdades de sexo e gênero, por exemplo. Os episódios de misoginia sofridos pelas mulheres do Somos/SP, ao serem compreendidos por elas, foram uma das questões que culminaram para a necessidade de incorporar no interior do grupo os debates feministas que emergiam em outros espaços²¹.

Consideramos essas opressões percebidas no interior e fora do grupo, somadas às influências do contexto em que essas mulheres integraram o Somos/SP, como um dos fatores que levaram diversas integrantes a constituírem redes de fortalecimento e novos grupos de reconhecimento que discutissem suas pautas de modo prioritário. Em 1979 – mesmo ano em que a maioria das mulheres ingressou ao grupo – parte de suas integrantes compreendeu a necessidade de criação de um subgrupo do Somos/SP denominado Grupo Lésbico Feminista (LF). O parágrafo introdutório do Documento “Histórico do Grupo Lésbico Feminista – Atividades” (1979) demonstra os motivos de sua criação, relacionando-os também com a atuação do jornal *O Lampião da Esquina*:

A partir do convite do Jornal Lampião para a elaboração de uma matéria sobre lesbianismo, para a publicação em maio/79, foi formado um coletivo de mulheres. Após o final deste trabalho, algumas de nós notamos a importância de continuarmos juntas discutindo a nossa dupla discriminação enquanto mulher e homossexual. Dessas discussões surgiu a necessidade de conversarmos sobre feminismo e trabalharmos nesta perspectiva. (AEL/Unicamp).

Em decorrência dessa iniciativa de construção de um subgrupo de reconhecimento, essas mulheres atuaram a partir de diversas ações no âmbito político, social e cultural. Entre essas atividades, citamos: realizações de debates públicos sobre homossexualidade; produção de textos e entrevistas para jornais alternativos e panfletos para circulação pública que abordavam sobre as questões lésbicas; participação e organização de eventos como o II Congresso da Mulher Paulista, o I Encontro Brasileiro de Homossexuais, a 2.^a Semana da Mulher em Campinas e o Encontro Nacional da criação publicitária; reuniões e encontros com outros grupos feministas, a exemplo do “Nós Mulheres” e do “Associação das Mulheres” para discutir sobre feminismo e lesbianismo; elaboração de materiais, como o jornal *Shana com Shana*²², pôsteres e livros artísticos com ilustrações lésbicas, entre outras (AEL/Unicamp).

²¹ Sobre o movimento feminista desse contexto, ver o capítulo “O feminismo veio para ficar... Nós não vamos sair mais”, de Tamy Amorim da Silva.

²² Ao ser publicado, o jornal adota o nome de *Chana com Chana*, diferentemente do documento de atividades do LF em questão, o qual propõe a criação do jornal com uma caligrafia distinta.

Percebemos a variedade de ações nas quais o LF se propunha a realizar em seus primeiros meses de organização e atuação. Destacamos para o diálogo que essas mulheres buscavam estabelecer com outros grupos de reconhecimento lésbicos e feministas, a fim de construir redes de fortalecimento entre mulheres diversas, além de evidenciar a preocupação do grupo em publicizar as pautas feministas e lésbicas, fosse por meio de produções e publicações em jornais alternativos, ou por intermédio da divulgação de panfletos, cartazes e livros que abordassem questões como a violência sexual contra a mulher, por exemplo. Dentre outras atividades, salientamos, enfim, as participações desse grupo de mulheres em eventos – anteriormente citados –, os quais tiveram importância para o movimento feminista. Esses eventos, na medida em que possibilitavam realizar em espaço público o debate de algumas das pautas e reivindicações discutidas no âmbito privado de diversos grupos e de mulheres independentes, foram capazes de dialogar com a opinião pública sobre as contestações feministas e lésbicas, ampliando suas redes de reconhecimento e fortalecimento.

Face às diversas atividades que pensavam o ativismo lésbico e feminista fortalecidas pela atuação das integrantes do LF, somadas a fatores como a dupla discriminação das mulheres e as tensões que envolviam comportamentos misóginos no interior do Somos/SP, influenciando negativamente no “processo de afirmação das lésbicas e o bem andamento dos trabalhos em conjunto”, conforme apontam em documento de 1982 (AEL/Unicamp), a autonomia do LF mostrava-se cada vez mais premente. Nesse sentido, Marisa Fernandes (2018) destaca a participação das integrantes do LF na passeata do 1.º de maio de 1980 de São Bernardo do Campo – levantada pelos/as trabalhadores/as metalúrgicos/as com o objetivo de enfrentamento à ditadura – como um marco para o grupo, visto que a mobilização motivou a construção de um grupo independente ao Somos/SP. Dessa forma, em 17 de maio de 1980 – cerca de um ano após sua criação e início de suas atividades – o grupo LF respondeu à demanda em reivindicar sua autonomia, desvinculando-se do Somos/SP. As integrantes do Grupo Lésbico Feminista, ao desenvolverem um grupo autônomo, optaram pela mudança do nome, passando a denominarem-se “Grupo de Ação Lésbica Feminista” (Galf). Marisa Fernandes (2018, p. 23) explica que os motivos dessa mudança de nome relacionaram-se com o fato de elas passarem a se identificar como um grupo de “ação” e não somente “atuação”, reivindicando sua militância política lésbica e feminista, identificando-se somente a partir de termos femininos.

De acordo com o documento “Estatuto do Grupo de Ação de Liberação Feminista” (AEL/Unicamp), o Galf propunha “conhecer, discutir e tornar públicas as questões que envolviam discriminação e opressão a que estão

submetidas todas as mulheres”. A partir de um trabalho de solidariedade e conscientização, então, o grupo deu continuidade às atividades do LF, realizando ações que refletiam sobre as diversas opressões e lutas das mulheres e de lésbicas. Nesse sentido, promoveu e formou grupos de reflexão e discussões, propiciou debates públicos por meio de veículos de comunicação – a exemplo do jornal *Chana com Chana* –, construiu departamentos e comissões de trabalho e estabeleceu estratégias para agregar quaisquer pessoas que estivessem interessadas na militância em prol dos direitos das mulheres.

Dessa forma, considerar as propostas e projetos empreendidos, seja pelos Somos/SP, seja pelo Galf, seja por outros grupos, demarca a importância dos movimentos, na medida em que repercutem e se conectam interseccionalmente, a partir da emergência dos conflitos sociais. Mesmo havendo singularidades entre as pautas específicas, foram importantes porque possibilitaram a construção de redes de reconhecimento, fortalecimento e solidariedade das e entre as pessoas.

Algumas (possíveis) considerações finais

Judith Butler (2018) elabora algumas reflexões quanto à mobilização e ao exercício público do gênero, cujo propósito é o de reivindicar e de assegurar os direitos das minorias em ocupar as ruas, garantir a manutenção do emprego, bem como “combater o assédio, a patologização e a criminalização” (BUTLER, 2018, p. 77). Dito isso, a filósofa situa a importância da noção inerente ao sintagma “nós”, posto que se trata de uma luta que não se restringe a determinadas identidades, e requer o estabelecimento das ligações entre as pessoas, com o propósito de “se opor às forças e aos regimes militares, disciplinadores e reguladores que nos exporiam à condição precária” (BUTLER, 2018, p. 77-78). Além disso, pondera sobre o fato de que a atribuição de direitos de um grupo é de tal maneira instrumentalizada para privar outro/s de prerrogativas básicas que Butler defende a necessidade de reconhecermos “que os direitos só são significativos no âmbito de uma luta mais ampla por justiça social, e que, se [...] são distribuídos diferencialmente, então a desigualdade está sendo instituída por meio do emprego e da justificação táticos dos direitos para gays e lésbicas” (BUTLER, 2018, p. 79). Nesse sentido, muito embora a leitura de Butler faça referência ao contexto mundial recente, nosso propósito foi compreender como – por meio da história oral, da memória e do patrimônio, sobretudo documental –, em determinadas circunstâncias, o movimento homossexual brasileiro atuou, construiu estratégias e resistências de, para e por homens e mulheres homossexuais – cujos corpos eram marcados tanto pela sexualidade quanto pelo gênero dissidentes (sintetizado aqui

no título do capítulo que retoma o slogan do Grupo Somos/SP) – que se mobilizaram coletivamente no contexto ditatorial do país, tal como se percebe em outros movimentos, como o feminista, o estudantil, o negro, o trabalhista, entre outros. Já nesse momento pudemos perceber alianças entre esses diferentes movimentos, sobretudo em passeatas, organizações e participação em eventos e manifestações públicas. Ademais, elaboramos algumas reflexões quanto à atuação dessas mulheres e desses homens homossexuais em diferentes grupos e contextos diversos, mas que tinham em comum o propósito de contestar valores socialmente impostos, bem como defendiam o que passamos a compreender como alinhado à bandeira feminista em plena ditadura.

Consideramos que os sintagmas “nós” e “todos” perpassaram este texto no sentido de emoldurar pautas, lutas, resistências, mobilizações que articularam e articulam pessoas desde suas atuações tanto no âmbito privado quanto no público. Muito embora os documentos aqui apresentados digam respeito sobretudo ao Grupo Somos/SP, cujo acervo dispõe de diferentes tipos de documentos manuscritos, datilografados, desenhos, esboços, matrizes – *d’O corpo*, por exemplo –, sejam aqueles relativos à rotina e organização do grupo²³, ou ao contato com outros grupos e organizações no Brasil e exterior, dispõe-se também de materiais recolhidos em jornais, revistas, panfletos avulsos distribuídos em mobilizações, até correspondências enviadas por pessoas de diversas localidades – mesmo de lugares onde *O corpo* ou o *Lampião da Esquina* tivessem circulação rarefeita –, exercendo nas diversas regiões do Brasil um diálogo profícuo entre as diferentes organizações de esquerda.

Entender que o arquivo nos permite acessar um determinado passado – filtrado, evidentemente, por aqueles e aquelas que o constituíram – desencadeia a indubitável curiosidade aos materiais ausentes, aqueles que foram em algum momento descartados por seus responsáveis, e que, portanto não deixam rastros. Como arquivar sexualidades e afetos²⁴, experiências das minorias historicamente invisibilizadas das narrativas oficiais? A troca de correspondência das mais variadas e outros documentos entre Grupo Somos/SP, Somos/RJ, Somos/MA, Grupo Gay da Bahia (GGB), Adé Dúdú – Grupo de Negros Homossexuais, Grupo de Atuação Homossexual (GATHO), Grupo Nós Também, Outra Coisa e Grupo Dialogay, por exemplo, bem como a realização de eventos, publicações entre outros, permite-nos dimensionar projetos de resistência e de existência de vidas dissidentes.

²³ Tais como os planejamentos de anotações de reuniões, atas, memorandos, prospectos, registros de deliberações.

²⁴ Em sentido próximo às ponderações de Sam Bourcier (2018).

Fontes

AEL/Unicamp. *Gente Gay*. Rio de Janeiro: 24. dez. 1976. Campinas: Turma OK.

AEL/Unicamp. Pastas: "Atobá", "Centro da Mulher Brasileira São Paulo", "Coletivo Feminista Campinas", "Darling", "Gente Gay", "Grupo Ação de Liberação Feminista – GALF", "Grupo Feminista – coleção Elisabeth Souza Lobo", "Grupo Outra Coisa", "Grupo Somos", "João Antônio Mascarenhas", "O Snob", "Oito de março" e "Triângulo Rosa".

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

GREEN, James Naylor. Entrevista concedida a Camila Diane Silva, Jeferson Ramos e Luiz Augusto Possamai Borges. Florianópolis, SC, Brasil, 28/08/2018a. Acervo do LEGH/UFSC.

MELO, Jacira Vieira de. Entrevista concedida a Alina Nunes. São Paulo, SP, Brasil, 19/07/2018. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrição realizada por Alina Nunes.

O LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, dez. 1980.

SEFFNER, Fernando. Entrevista concedida a Elaine Schmitt, Jair Zandoná, Lara L. Zacchi e Luiz Augusto P. Borges. Florianópolis, SC, Brasil, 21/02/2019. Acervo do LEGH/UFSC.

Referências

BOURCIER, Sam. *La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l'archive, c'est en nous qu'il bat*, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. In: BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 75-110.

BRITO, Fábio L. C. Branco; ROSA, Johnny de Moura. "Os leprosos dos anos 80", "câncer gay", "castigo de Deus": homossexualidade, AIDS e capturas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990. *Revista Observatório*, Palmas, v. 4, n. 1, p. 751-778, 2018.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense S. A., 1991.

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Trad. de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018b, p. 63-78.

GREEN, James N. O grupo Somos, a esquerda e a resistência invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 177-200.

INSAUSTI, Santiago Joaquín. Los cuatrocientos homosexuales desaparecidos: memorias de la represión estatal a las sexualidades disidentes en Argentina. In: D'ANTONIO, Débora. *Deseo y represión: sexualidad, género y Estado en la historia argentina reciente*. Imao Mundi: Buenos Aires, 2015, p. 63-83.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018a.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018b, p. 39-62.

MELO, Marcos R. de; COSTA, Patrícia R. S. M.; VASCONCELOS, Michele de F. F. de. Grupo Dialogay de Sergipe: desmunhecação e luta contra o hiv/aids na década de 1980. In: CAETANO, Marcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen. *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)*. Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018, p. 27-34.

MELO, Marcos Ribeiro de. *Itinerários e “lutas”*: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexuais e LGBT em Sergipe (1981-2012). 2013. 226 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://rl.art.br/arquivos/6144213.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

OKITA, Hiro. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2012.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 15-38.

RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p. 526-555.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 83-123.

SIMONETTO, Patricio. Movimientos de liberación homosexual en América Latina. Aportes historiográficos desde una perspectiva comparada entre Argentina, Brasil, Chile, Colombia y México (1967-1982). *Iberoamericana*, v. 17, n. 65, p. 157-177, 2017.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Ael*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.

QUADRAT, Samantha Viz. Historia y memoria de la violencia política del Brasil dictatorial. In: MONTAÑO, Alier; CRENZEL, Emilio. *Las luchas por la memoria en América Latina: Historia reciente y violencia política*. México. Bonilla Artigas Editores, 2015. (Ed. Kindle).

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

A TODO VAPOR: REVOLUÇÃO SEXUAL E DESBUNDE¹

Alina Nunes

Cristina Scheibe Wolff

Quando o golpe de estado de 1964 ocorreu, *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, havia sido publicado há um ano. Mesmo que, no Brasil, o livro tenha sido lançado apenas em 1971 pela Editora Vozes, as ideias de Friedan já eram importantes para uma nova concepção da sexualidade feminina, que desabrocharia no início da década de 1970, com a ascensão do movimento feminista. As mudanças na percepção da sexualidade das mulheres foram facilitadas por outros antecedentes teóricos que revolucionaram as ideias acerca da sexualidade. A publicação dos Relatórios Kinsey, resultado das pesquisas de Alfred Kinsey, em 1948 e 1953, e o início das pesquisas sobre fisiologia sexual por William Masters e Virginia Johnson, em 1957, entre outros estudos, foram importantes para a compreensão de que o sexo podia – e devia – ser equivalente ao prazer feminino.

O desenvolvimento da chamada “ciência sexual” contribuiu para que a sexualidade passasse a ser desvinculada da reprodução e vinculada, cada vez mais, ao prazer. Os estudos que constituíam essa nova ciência eram baseados em pesquisas que, por meio da opinião pública e utilização de voluntários para o estudo da fisiologia sexual, constituíam os saberes da “sexologia moderna” (NECKEL, 2007). Ao longo dos anos 1960 e 1970, os conhecimentos médicos sobre sexualidade deixaram de ser restritos aos membros da comunidade científica e passaram a ser interessantes a outros públicos, sendo tema central de muitas revistas direcionadas às mulheres no Brasil², alcançando, em geral, as mulheres da classe média em ascensão no país.

Ainda que esses novos estudos tenham sido pensados nos termos de uma sexualidade heterossexual, monogâmica e dentro do casamento, foi essa nova ciência que pavimentou os caminhos para o que viria a ser a “revolução sexual”. Junto aos discursos de “controle de natalidade”, a partir de 1962 o comércio da pílula anticoncepcional passou a ser popularizado no Brasil, e, ao longo da segunda metade da década de 1960, as revistas médicas brasileiras publicavam cada vez mais estudos sobre os usos da pílula (PEDRO, 2003). Não eram só as revistas científicas as que falavam sobre a pílula: com a contratação de Carmen da Silva em 1963, a revista *Cláudia*,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

² Para uma discussão mais abrangente sobre a sexualidade na imprensa feminina durante a ditadura, ver mais em Neckel (2007).

popular dentre as mulheres de classe média, passou a publicar diversos artigos sobre os usos da pílula, além de debater muitas outras questões relacionadas à sexualidade feminina. Segundo Anette Goldberg (1987), a jovem geração de futuras militantes feministas com certeza foi tocada pela leitura das colunas de Carmen da Silva, que as chamava de “a geração inquieta”. Assim, durante o fim da década de 60, o sexo era tema central nas rodas de conversas das juventudes, das bancas de jornal e livrarias. “Provavelmente falava-se e escrevia-se mais do que se fazia sexo” (VENTURA, 1988, p. 34), mas essa intensa produção intelectual acerca do tema trouxe mudanças no comportamento, gestando a “revolução sexual”.

A chamada “revolução sexual” teve como seu símbolo o ano de 1968, o marco decisivo para a mudança irrevogável dos paradigmas que cercavam e cerceavam a sexualidade. A “geração de 1968” recorda esse ano como o ano em que se tornou “proibido proibir”, como diziam os muros do *Quartier Latin*, em Paris, ocupado por estudantes franceses. A luta era a favor de um novo mundo, e, por isso, buscava-se destruir tudo o que viera antes: questionavam-se as relações entre os jovens e adultos, entre os professores e alunos, entre os homens e as mulheres. Fosse em Paris, em Nova Iorque, no Rio de Janeiro, em Praga ou em Tóquio, a juventude subvertia os costumes ditos incontestáveis pela igreja e pela família.

A luta era contra a autoridade, a revolução era a dos costumes, e uma das principais aspirações dos jovens era sentir prazer em seus cotidianos, recusando uma vida pautada no tédio em troca da sobrevivência dentro do modo de produção capitalista. O direito ao prazer era pensado sob parâmetros de Herbert Marcuse, que versava sobre a liberação de Eros como forma de revolução social – a liberdade sexual era a ordem do dia.

É importante ressaltar, porém, que, à borda das barricadas de 1968, a liberdade sexual não discutia as questões das mulheres e não valia da mesma forma para mulheres e homens. No final das contas, o direito inalienável ao prazer, pregado pelos jovens revolucionários, tratava do direito dos homens de terem mulheres disponíveis para eles (CHAPERON, 1995). Por outro lado, mesmo antes de 1968, em algumas localidades, mulheres se reuniam em grupos de reflexão³ para discutirem o seu direito ao prazer, percebendo que a falta de atenção com o prazer feminino durante as relações sexuais não era um problema pessoal, mas político, como dizia a máxima das feministas desse período, de autoria de Carol Hanisch em seu manifesto homônimo de 1969, *The personal is political*, o pessoal é político.

³ Esses grupos também eram conhecidos como “grupos de consciência”, e provavelmente surgiram nos Estados Unidos, no fim da década de 1960. O capítulo de autoria de Tamy Amorim, “O feminismo veio para ficar... nós não vamos sair mais”, neste mesmo livro, aborda a importante atuação desses grupos.

Havia algumas diferenças entre os grupos de reflexão do Brasil e os grupos em outros países, mesmo que desses grupos fizessem parte brasileiras exiladas. Como aponta Ana Alice Alcântara Costa (2010, p. 180), muitas das ações dos grupos de mulheres exiladas não eram bem aceitas nos grupos do Brasil, principalmente “na medida em que havia uma espécie de sentimento de rechaço às tentativas de ‘ditar regras’ e/ou orientações vindas do exterior”. Além disso, como aponta a militante feminista Albertina Costa (2008 *apud* COSTA, 2010), as ações dos grupos de reflexão não seriam facilmente “importadas”, já que existiam diferentes interpretações da prática feminista em contextos de ditadura e em contextos democráticos.

No Brasil, os primeiros grupos de reflexão que se tem notícia surgiram em 1972, no Rio de Janeiro e em São Paulo. As mulheres dos grupos discutiam sobre sexualidade a partir de depoimentos íntimos, fruto de suas experiências pessoais (PEDRO, 2012). Desejo sexual, a ausência dos orgasmos, as relações sociais pautadas pela dita “condição feminina”, a experiência da menstruação ou as implicações de um aborto eram temas presentes nos grupos de consciência, em que muitas mulheres reconheceram-se feministas, e reconheceram a necessidade de mudanças estruturais para a atenuação das opressões sofridas por elas. Ou seja, a sexualidade marcava de maneira muito particular a experiência feminina, e a partir da discussão sobre a sexualidade muitas mulheres passaram a compreender que questões que antes eram vistas como privadas e até proibidas de serem discutidas em público, eram questões políticas, que precisavam ser enfrentadas de forma coletiva pelas mulheres (PEDRO, 2012).

Baseada nesses grupos e em sua metodologia, peças de teatro feminista surgiram nesse período, dialogando diretamente com a produção da imprensa alternativa feminina. As peças funcionavam como os grupos de reflexão feminista – os problemas da “condição feminina”, quando expostos nos palcos, levariam à identificação das mulheres, dando um tom político ao que era enfrentado em seus cotidianos (JACOMEL, 2011). A peça *Homem não entra*, escrita por Rose Marie Muraro e Heloneida Studart, estreou em 1975 no Rio de Janeiro. A repercussão da peça na imprensa brasileira se deve a dois motivos: “1. O radicalismo no que diz respeito ao título! 2. O interessante fato de que nesta peça todas as presentes no recinto eram consideradas ‘atrizes’, incentivadas pela protagonista Cidinha Campos, sozinha no palco, a discorrer sobre suas vidas enquanto mulheres” (JACOMEL, 2011, p. 72). Assim, a peça era literalmente como um grupo de consciência.

Entre os anos 1960 e 1970, as jovens militantes da esquerda estudantil e armada não encontravam espaço para discussões que “ignorassem” o foco da revolução. Isto é, dentro das pautas dessas esquerdas, baseadas em

uma rígida tradição marxista-leninista, as discussões sobre contracepção, sexualidade e aborto e outras questões experienciadas pelas mulheres eram consideradas preocupações pequeno-burguesas ou, no mínimo, pautas divisionistas da luta principal. Afinal de contas, nos argumentos de muitos, essas questões não seriam questões uma vez que a revolução ocorresse. Além disso, para militar dentro das organizações de esquerda armada, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) de Marighella e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), proveniente do movimento estudantil, era preciso apresentar características que normalmente foram associadas ao masculino: coragem, heroísmo, determinação e espírito de sacrifício eram características buscadas nos militantes, qualidades essas atribuídas aos homens (WOLFF, 2007). Esses setores da esquerda revolucionária, em sua relutância em falar sobre corpo e sexualidade, também suprimiam os debates sobre homossexualidades, fazendo com que alguns de seus militantes permanecessem “dentro do armário”. Foi o caso do militante Herbert Daniel, integrante do Comandos de Libertação Nacional (Colina) e depois Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que somente em seu exílio na Europa, nos anos 1970, pode assumir ser gay. Especialmente em sua volta do exílio, Herbert passou a militar como ativista gay (GREEN, 2018).

Se a revolução dos costumes não cabia dentro da esquerda marxista-leninista, ela encontrou seu lugar nas artes. As novas ideias circulavam na música, no cinema, no teatro. Maria Bethânia, de calças compridas, interpretando “Carcará” no musical “Opinião”, desafiava os estereótipos de gênero da época. Considerada uma mulher “viril”, de postura “rústica”, o corpo feminino de Bethânia não estava à disposição dos desejos masculinos. Ainda, o lançamento do disco *Tropicália ou Panis et Circenses*, em 1968, foi um marco para o que viria com mais força na década seguinte: o desbunde, um momento quando revolucionaram-se os comportamentos, inclusive sexuais, fora da dinâmica de organização hierarquizada e autoritária da esquerda tradicional, preferindo “revolucionar o cotidiano e cotidianizar a revolução” (HOLLANDA, 2004). O movimento que segue o lançamento do álbum, conhecido por tropicalismo, começa a refletir sobre a necessidade de revolucionar o corpo e o comportamento. A cantora Gal Costa era a musa dos desbundados, símbolo da libertação sexual e revolução do corpo ao longo de toda a década de 1970 (DUNN, 2009).

Ainda que os projetos de sexualidade fossem conflitantes dentro da esquerda, é inquestionável que, ao fim da ditadura, durante o período da redemocratização, muitos paradigmas em torno da sexualidade estavam quebrados, e as discussões tomaram novos rumos. Mesmo que a esquerda brasileira tivesse um discurso um tanto austero com relação à sexualidade, nossas entrevistadas de outros países como o Chile e o Uruguai aludem a

que os brasileiros eram sempre vistos como muito mais “liberados” com relação ao sexo, que onde havia brasileiros, havia festas. Ou seja, aos olhos da esquerda argentina, uruguaia e chilena, no Brasil a revolução dos costumes estava mais avançada.

Martha Aguñin, por exemplo, uruguaia, conta que ao contrário do Brasil, onde a esquerda era mais “liberada”, no Uruguai:

Falava-se muito do famoso tema da Moral Revolucionária. Portanto tínhamos que ser pessoas íntegras, bastante austeras em nossa forma de vida. Ou seja, em nosso meio, estava mal visto, não podíamos fazer as coisas que faziam as pessoas da nossa idade, dançar. Não o fazíamos e o julgávamos mal. Eu via isso como uma coisa frívola e estúpida. (AGUÑIN, 2008, s/p).

A censura aos meios de comunicação e às artes, no Brasil, controlava tanto o conteúdo político quanto o conteúdo considerado “imoral” dos textos, peças de teatro, cinema, músicas, livros, revistas, televisão e rádio. Ao mesmo tempo, as artistas eram perseguidas e perseguidos pelos órgãos de repressão do regime. Com o fim da censura, em 1979, um clima de uma abertura quanto a temas e questões da sexualidade se instaura no país, o que se acentua com o fim da ditadura a partir de 1985. A televisão do início dos anos 1980 começa a ter mais cenas consideradas “sensuais”, e esse meio de comunicação passa a refletir comportamentos mais “liberais” que se manifestavam na sociedade brasileira (KLANOVICZ, 2008).⁴ Como exemplo disso, cabe citar que a sexóloga Marta Suplicy tinha um quadro chamado *Conversando sobre Sexo* no programa matutino da Rede Globo de Televisão. Contracepção, sexo fora do casamento, aborto e divórcio foram temas que começaram a aparecer em minisséries como *Malu Mulher*, que permaneceu no ar por dois anos, levando às telas temas como o casamento, a autonomia das mulheres e sua sexualidade (ALMEIDA, 2012)⁵. Entretanto é importante refletir que essas novas produções, “ao mesmo tempo em que traziam a liberdade como metáfora, carregavam marcas de um passado idealizado ao buscar, entre outros aspectos, o reforço das fronteiras de gênero expressas por um corpo marcadamente feminino (e muitas vezes sensual)” (KLANOVICZ, 2008, p. 81). Além disso, cabe a reflexão de que alguns temas continuaram sendo tabus por muito tempo, especialmente quanto à homossexualidade e à transexualidade, que apareciam muito cercadas de todos os preconceitos e estereótipos.

⁴ Um pouco antes, nos anos 1970, no cinema, as “porno-chanchadas” tomaram as telas também com cenas “sensuais”. Nesse gênero cinematográfico, os corpos das mulheres eram erotizados e exibidos exageradamente. A discussão sobre esse tema é feita no capítulo “Arte, política e feminismo: as imagens da resistência das mulheres na ditadura”, presente neste mesmo livro, de autoria de Isabela Fuchs e Alina Nunes.

⁵ A minissérie *Malu Mulher* apresenta à televisão aberta brasileira, pela primeira vez, um caso de amor lésbico. A cena foi amplamente debatida por revistas da época. Ver mais em Heloísa Buarque de Almeida (2012).

A “geração inquieta” e a sexualidade em 1968

Nas memórias sobre o período da ditadura⁶, o ano de 1968 é lembrado como o ano em que tudo mudou. Mesmo aquelas que não participaram dos protestos que explodiam não só no Brasil como no mundo percebem 1968 como um ano central para a trajetória da revolução dos costumes que ocorreu ao longo da década de 1960 e 1970. No dia 22 de março de 1968, a ocupação dos dormitórios femininos da Universidade de Nanterre, na França, em protesto contra a divisão e repressão sexual imposta pela organização da universidade, inaugurou uma série de eventos que culminaram no chamado maio de 1968. No Brasil, no mesmo contexto, os e as estudantes questionavam questões relacionadas aos costumes e comportamentos. Fosse na França ou no Brasil, a juventude pedia liberdade, mas essa palavra tinha diferentes significados na América Latina dos regimes antidemocráticos e na Europa da democracia burguesa. O que havia em comum em tudo isso era a recusa do poder estabelecido, fosse esse proveniente da família, da igreja ou do estado.

Carmen Rial, que tinha apenas 13 anos em 1968, diz que a “luta era mais um certo anarquismo contra autoridade” (RIAL, 2018). Isso porque, no Brasil, em 1968, a juventude não se opunha politicamente apenas contra a ditadura. Como aponta James Green (2018, p. 71), “as contestações culturais e as mudanças sociológicas ocorreram simultaneamente, marcando o período como um momento divisor de águas”. As oposições eram muitas: contra os valores da geração dos pais, contra as formas de cultura dominantes e imperialistas, contra os costumes convencionados socialmente. De acordo com Isabella Cosse (2008), nesse período, tanto na Europa e Estados Unidos quanto na América Latina, novas dinâmicas nas relações pessoais e nas maneiras de pensar-se o corpo e a sexualidade revolucionavam a vida de muitos jovens. Ou seja, o confronto político é apenas um dos muitos aspectos em torno dos quais estourou 1968.

Rita Moreira, produtora de vídeos feministas, lembra de sua mãe quando relata suas memórias dos anos 1960, na ditadura. Ela rememora que a mãe “era muito corajosa”, pois, além de iniciar Rita no feminismo, resistia à ditadura participando de protestos nas ruas de São Paulo ao lado das freiras. A mãe de Rita, que “fazia aquela *mélange* de Mao Tsé Tung com Jesus Cristo”, era “bem revolucionária”, e considerava que a filha resistia à ditadura revolucionando os costumes.

⁶ Referimo-nos às memórias apresentadas nas entrevistas que contemplam o acervo do LEGH como parte do “Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)” e do “Projeto Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”.

[...] [em 1968] prenderam as moças todas de Ibiúna, e aí [...] a minha mãe ligou para mim e disse que se até certa hora não fossem ligar, que aí era para eu ligar pra não sei que número, e eu lembro dela dizendo: olha, agora a coisa piorou tanto que estamos todos juntos! Partido Comunista, Partido Socialista – ela era ligada às Católicas, né. E aí ela me disse que tinham perguntado a ela: mas a sua filha não está na resistência? E a minha mãe disse: a minha filha faz a *revolução dos costumes!* (MOREIRA, 2019, s/p).

A revolução dos costumes à qual se refere a mãe de Rita teve como marco o ano de 1968. A coincidência de uma explosão demográfica com um breve crescimento do acesso da classe média às universidades fez com que, nesse ano, a juventude se mostrasse como a mais inédita forma de expressão cultural e política da sociedade. Ou seja, pela primeira vez as manifestações políticas não se organizavam, necessariamente, na dinâmica da luta de classe, da burguesia *versus* o proletariado, mas traziam como protagonistas os jovens e as jovens, normalmente associadas ao movimento estudantil. No contexto das movimentações estudantis de 1968, o 30.º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), organização que já era clandestina desde 1967, foi um momento marcante. O congresso, realizado na cidade de Ibiúna, em outubro de 1968, foi invadido pela polícia militar, o que rendeu a prisão de pelo menos 723, segundo as fichas do Dops de São Paulo. Dentre esses estudantes, pelo menos 140 mulheres foram detidas. Zuenir Ventura (1988) relata que, ao findarem com o congresso da UNE, a polícia exibiu “como troféu de guerra” caixas de pílulas anticoncepcionais apreendidas junto às estudantes presas no congresso. Supostamente, a polícia acreditava que levar a público a apreensão das pílulas mostraria que as estudantes estariam prontas para irem além das questões que envolviam o movimento estudantil durante o congresso, apresentando um comportamento promíscuo. O conservadorismo da ditadura tentava deslegitimar quaisquer discussões das mulheres sobre sexualidade, representando uma tentativa de reprimir aquilo que seria irreversível.

Ainda que existisse uma moral mais “avançada” nos meios estudantis, o que influenciou comportamentos sexuais mais liberais e relações de gênero mais igualitárias (WOLFF, 2010), a esquerda estudantil tinha um caráter relativamente conservador no tocante às questões sobre a sexualidade, principalmente porque muitas das organizações em que militavam os estudantes traziam fortes influências católicas, como a Ação Popular (AP). Ainda assim, nos congressos da UNE os ideais da libertação sexual influenciavam a construção de muitas relações afetivas, embora a maior parte dos estudantes fosse muito “puritana” (REIS, 1982, *apud* SCHLATTER JUNIOR, 2011). O principal motivo que barrava as discussões sobre o corpo e a sexualidade feminina dentro das organizações estudantis de esquerda era que, assim

como no movimento estudantil francês, boa parte dos marxistas dizia que todas as opressões seriam resolvidas após a revolução, já que a opressão feminina era atrelada ao modo de produção capitalista, sendo considerada, portanto, uma preocupação secundária.

Frequentemente, as ideias das militantes de organizações de esquerda eram menosprezadas pelo simples fato de serem propostas por mulheres – não era tarefa feminina opinar sobre os próximos passos da militância política (HENTZ; VEIGA, 2011). Além disso, as considerações das mulheres sobre aborto e a pílula anticoncepcional eram considerados problemas pequeno-burgueses, além de serem questões polêmicas, já que as organizações de esquerda não estavam separadas da sociedade, e, por isso, os integrantes acabavam por reproduzir ideias e comportamentos imbuídos de machismo. Ana Maria Colling, militante do MR-8 na época da ditadura, fala sobre as questões das mulheres dentro da organização:

O oito não permitia que nós fizéssemos parte de nenhum grupo feminista. Ele não permitia. E nós nem podíamos discutir... [...] tu puxar essas questões... quando a gente fala, parece brincadeira, mas não é brincadeira, era o desvio da luta principal, e essas questões menores, enfim, que é a sexualidade, a questão da mulher, tudo será resolvido após a revolução. Isso é tão radical, tão radical, que por exemplo, vários amigos do meu companheiro doavam até casa, um colega meu perdeu a casa, ele doou para o Partido, porque a revolução seria amanhã, daí tudo seria resolvido, então por que tu vai puxar a luta feminista? Direitos de mulher, sexualidade, aborto, essas coisas, mas, como se amanhã tudo será resolvido? (COLLING, 2008, s/p).

É importante ressaltar que, a partir dos anos 1970, algumas organizações estudantis se tornaram mais libertárias no tocante aos costumes. Foi o caso da organização Liberdade e Luta, conhecida por Libelu, em que o “trotskismo convivia com o rock, com o fuminho e com as meninas do pós-queima-dos-sutiãs” (SUZUKI, 1997 *apud* ALMEIDA, 1998, p. 375). Assim, mesmo que alguns setores da esquerda dificultassem as discussões sobre sexualidade dentro dos meios de militância, na vida prática, as coisas mudaram. Olivia Joffily traz em suas memórias que a maneira com a qual as mulheres jovens estavam lidando com o sexo era muito diferente de como a geração anterior lidava:

Estava em efervescência, sem dúvida, por que as mulheres universitárias tinham uma vida muito mais independente, começavam a ter relações sexuais com os companheiros, que agora a gente tinha filhos, como tinha acontecido comigo, mesmo antes de entrar na universidade, mas já tinha esse debate. E o debate, claro, tinha alguns setores que não estavam de acordo, que eram mais conservadores e tal, mas o debate se travou. E tinha-se a noção de que uma mulher mais avançada era uma mulher que

transava, que pudesse ter uma vida mais autônoma, começou a ser visto como careta as mulheres virgens depois dos 18. Então essa questão dos costumes chegou. (JOFFILY, 2009, s/p).

A geração de 1968 experimentou os limites não só na política, mas também no comportamento. As noções que se acreditavam inabaláveis acerca dos relacionamentos convencionais, da instituição do casamento burguês e da virgindade foram colocadas em xeque (COSSE, 2008). A revolução dos costumes trouxe mudanças drásticas ao comportamento de uma parcela dos jovens, que passaram a submeter tudo ao político: o comportamento, a cultura, o sexo, o amor, rejeitando a separação entre a política e a vida (VENTURA, 1988). Para as mulheres desses grupos, questionar e negar os costumes tradicionais associava-se à ideia de existir no mundo para além da vida privada, podendo alcançar, ao mesmo tempo, a autonomia financeira, política e sexual (ALMEIDA, 1998). É importante destacar que essa revolução dos costumes, porém, não atingiu da mesma maneira e ao mesmo tempo toda a sociedade brasileira. As questões de classe social, raça, etnia e religiosidade, além da geração e local de moradia (se urbana ou rural), influenciaram muito o acesso das pessoas a essas ideias e comportamentos.

O ano de 1968 acabou, mas houve mudanças permanentes em muitos setores da sociedade, expressando a concretização do que antes eram apenas ideias que inspiravam os sonhos de um novo mundo. A revolução dos costumes se consolidou, influenciando toda a sociedade, de maneiras diferenciadas. Wallerstein (1989) diz que uma das principais heranças de 1968 foi que os grupos considerados minoritários pela esquerda não aceitariam mais “esperar” pela revolução para terem suas questões validadas e discutidas. As questões das mulheres, as questões raciais, as questões dos grupos gays e lésbicos não eram – e ainda não são – secundárias. São urgentes. O legado de 1968 está na brecha que foi aberta para que o feminismo fosse modelado de acordo com suas necessidades. As mulheres da geração de 1968 questionaram e reinventaram a definição de “revolução”. Na verdadeira revolução, o pessoal seria político. A verdadeira revolução seria para as mulheres e pelas mulheres.

Gal Fa-Tal: tropicália e desbunde como possibilidade de (re)existência política

A partir de dezembro de 1968, com a instauração do Ato Institucional Número 5 (AI-5), a repressão da ditadura militar recrudescceu, inaugurando uma nova dinâmica de torturas, perseguições políticas e censura. A juventude⁷, esse grupo de jovens estudantes de classes médias, urbanas, reagiu à

⁷ Sobre essa problematização da juventude, ver Lidia Bristot (2018).

violência do regime de duas principais maneiras: a primeira era o engajamento à luta armada, e a segunda era a adesão aos movimentos contraculturais⁸, “procurando criar um universo à parte, em que fosse possível viver” (SIRKIS, 2008, p. 112). Os jovens que seguiam o segundo caminho eram chamados de “desbundados”, termo utilizado de maneira pejorativa dentro da esquerda engajada – desbundar, no dicionário, significa “perder o controle sobre si mesmo”, e também “deslumbrar-se”⁹. Caetano Veloso fala sobre o desbunde:

Esse era o nome que a contracultura ganhou entre nós – a bunda tornada ação com o prefixo *des* a indicar antes soltura e desgoverno do que ausência – deixava o hip – quadril – dos hippies na condição de metáfora leve demais. Desbundar significava deixar-se levar pela bunda, tomando-se aqui como sinédoque para “corpo” a palavra afro-brasileira que designa essa parte avizinhada das funções excrementícias e do sexo (mas que não se confunde totalmente com aquelas nem com este), sendo uma porção exuberante de carne que, não obstante, guarda apolínea limpeza formal (VELOSO, 1997, p. 469).

A definição dada por Caetano ao termo demonstra que a revolução do corpo era central dentro da contracultura. O termo desbunde remete ao movimento do corpo em busca da liberdade e prazer, fazendo referência à exibição dos corpos dançantes no carnaval, nos biquínis no Rio de Janeiro e nas tangas das praias da Bahia, e, possivelmente, o termo também alude às relações homossexuais, desafiando, ao mesmo tempo, a moral da ditadura militar e a moral da esquerda revolucionária, que considerava a homossexualidade um desvio inventado pela burguesia (DUNN, 2016).¹⁰

O desbunde no Brasil estava interligado às ideias celebradas pela contracultura estadunidense, que, nas décadas de 1960 e 1970, baseava-se na tríade “*turn on, tune in, drop out*”. A frase, atribuída a Timothy Leary¹¹, fala sobre as três principais ideias do movimento hippie. “*Drop out*” era “cair fora”, abandonar o sistema, subvertendo o que era esperado pelo *status quo*. As jovens e os jovens que decidiam “cair fora” engajavam-se nas manifestações

⁸ O termo contracultura foi usado a partir da década de 1960 para caracterizar movimentos de manifestação cultural e política que questionavam os modos de vida ocidental. Como exemplo disso, temos o movimento *beatnik* nos anos 1950, o movimento hippie nos anos 1960 e 1970 e o movimento punk nos anos 1980.

⁹ DESBUNDE. Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desbunde/>. Acesso em: 11 maio 2019.

¹⁰ Uma discussão mais aprofundada sobre o movimento homossexual na ditadura é feita no capítulo “Queremos ser o que somos: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985)”, de autoria de Luiz Augusto Possamai Borges, Lara Lucena Zacchi e Jair Zandoná, presente neste mesmo livro.

¹¹ Timothy Leary (1920-1996) foi um psicólogo, neurocientista e professor de Harvard. Era um dos “pais” dos hippies, principalmente por conta de seus estudos polêmicos sobre os usos terapêuticos do LSD. Foi demitido de Harvard em 1963 por conta de um episódio em que realizou uma experiência de uso de psicotrópicos em uma turma de psicologia da universidade.

contraculturais, escapando do controle social promovido pela ditadura. Suas principais ferramentas de resistência estavam na criação artística, e inovavam por meio da música, da literatura, dos *happenings*, das artes plásticas, filmes e peças de teatro. Além de considerar que a revolução dos costumes não faria parte do ethos de um revolucionário, a esquerda baseada nas rígidas tradições leninistas pensava que o deslumbramento com a música e a arte num geral eram, outra vez, desvios pequeno-burgueses individualistas – a arte só poderia ser exaltada quando tivesse propósitos revolucionários explícitos (HOLLANDA, 2004). Entretanto, experienciar outros modos de vida poderia ter um caráter antiautoritário, pois a criação artística vanguardista, o uso de drogas ou a reclusão em comunidades alternativas eram formas de contestação ao conservadorismo da moral resguardada pela ordem política (ALMEIDA, 1998).

O movimento tropicalista esteve dentro do conjunto de manifestações culturais de caráter contestatório ao que era convencional nas artes e nos costumes – considerado “careta” pelos setores da juventude que abraçavam a contracultura. Na década de 1960, os intelectuais de esquerda celebravam as músicas que estivessem dentro da lógica da “cultura de protesto”, não aceitando influências de elementos estrangeiros na música brasileira, e, portanto, desprezando não só a Jovem Guarda – considerada imperialista por conta de sua ode aos Beatles – e a Bossa Nova – considerada elitista e burguesa (BARROS, 2004). Elis Regina, Edu Lobo e até mesmo Gilberto Gil faziam frente à defesa da “verdadeira” Música Popular Brasileira ao realizarem a polêmica Marcha contra a Guitarra Elétrica em julho de 1967, clamando por uma espécie de “pureza” brasileira na música. Justamente se colocando contra essa ideia, o tropicalismo utilizava elementos da música estadunidense e europeia, mas se baseando no Manifesto Antropófago, do modernista Oswald de Andrade, que propunha “devorar” o que era novo e vinha de fora, digerindo, sob a perspectiva brasileira, essas influências estrangeiras, que resultariam em novas formas culturais próprias do Brasil. Assim, sob a égide do antropofagismo, foi gravado, em maio de 1968, o álbum *Tropicália ou Panis et Circenses*, com a participação de Gal Costa, Nara Leão, Os Mutantes, Tom Zé, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Com arranjos de Rogério Duprat e composições do poeta marginal Torquato Neto, o álbum utilizava “uma ou outra sonoridade reconhecível da música comercial, fazendo do arranjo um elemento independente que clarificasse a canção mas também se chocasse com ela” (VELOSO, 1997, p. 168). A capa do disco foi montada de maneira a ironizar as fotografias da família tradicional (BARAT, 2018), sendo uma crítica à essa instituição, demonstrando, mais uma vez, a adesão à revolução dos costumes na contracultura.

Figura 1: Capa do disco *Tropicália ou Panis et Circenses*, lançado em 1968



Fonte: Acervo pessoal.

Carmen Rial relembra:

Então, a revolução que estava acontecendo no mundo era uma revolução muito de costumes, e ela chegava no Brasil, e chegava muito através da música. E uma música que não era uma música dos nacionalistas. [...] as músicas de protesto eram dois ou três acordes. E a Jovem Guarda estava trazendo a guitarra elétrica. Depois, os Mutantes vão usar isso de uma maneira muito mais criativa. Os Mutantes subiram ao palco, uma vez, gravaram um disco em que uma das músicas era uma receita de como fazer uma salsicha. Só quem sabia que cada vez que o Jornal da Tarde era censurado eles publicavam receitas, entendeu o que eles estavam fazendo. (RIAL, 2018, s/p).

O tropicalismo trouxe à tona preocupações com o “aqui e o agora”, criando uma nova linguagem crítica no sentido de subverter os valores e os padrões de comportamento (HOLLANDA, 2004), promovendo discursos da contracultura emergente no tocante às discussões sobre raça, sexo, sexualidade e liberdade individual (DUNN, 2009). Ainda que o movimento em si tenha terminado quando Gil e Caetano foram presos no final de 1968, o tropicalismo pode ser considerado como a porta de entrada da contracultura no Brasil, sendo um importante elemento de inspiração para aqueles e aquelas que continuaram buscando outras formas de viver apesar da ditadura (BARROS, 2004). Novamente, Carmen Rial relembra sua adolescência, dizendo que era possível conciliar a revolução dos costumes com a resistência política:

Os anos de chumbo não significaram que as pessoas não tenham vivido as suas adolescências e tinham tido outros prazeres na vida. Não! A gente conseguiu conciliar uma luta política com um estilo de vida que foi prazeroso. Se acampava, se fazia festas. A gente não pode ter um imaginário de que a ditadura militar foi capaz de parar o país e fazer a juventude inteira pensar do seu modo. Chegava notícia dos Beatles, chegava notícia do movimento hippie, do Hendrix, do Festival do Woodstock, havia drogas. E isso não havia como eles controlarem. Então a revolução foi se dando aos poucos por outros caminhos que não foram a luta política. (RIAL, 2018, s/p).

Foi justamente nessa insistência em buscar outros caminhos revolucionários que Gal Costa se tornou um símbolo tropicalista, a musa da contracultura brasileira. No Festival de Música de 1968 da TV Record, Gal cantou *Divino Maravilhoso*, composição de Caetano e Gil. Nessa canção, é possível perceber o comprometimento político das composições tropicalistas – a letra expressa “o clima do final da década de 1960, que foi, ao mesmo tempo, um período empolgante de experimentação e de severa repressão política” (DUNN, 2009, p. 137), revelando que “tudo é perigoso, tudo é divino, maravilhoso”, e evocando “atenção!” a cada começo de estrofe. No festival, realizado no Teatro Paramount, no Rio de Janeiro, Gal personificava a psicodelia da incipiente contracultura ao portar uma túnica decorada com espelhos, pontuando o refrão da canção com gritos. Ao fim do festival, ela se tornou a diva da tropicália, um modelo de artista que seria seguido por jovens cantoras (DUNN, 2009, p. 165).

Com o fim do movimento tropicalista, a produção musical de Gal seguiu na linha do tropicalismo, recortando e colando influências do rock e do blues estadunidense, do samba e da bossa nova. Em 1971, ela lançou *Gal Fa-Tal: A todo vapor*, um álbum gravado ao vivo durante um de seus shows no Teatro Tereza Raquel, no Rio de Janeiro. O show foi dirigido pelo poeta Waly Salo-

mão e o repertório do show tinha composições de Jards Macalé. Foi nesse momento que a música *Vapor Barato*, escrita por Waly e musicalizada por Macalé, tornou-se hino da contracultura (DUNN, 2009).

Nos anos 1970, a praia foi um espaço de encontro dos jovens no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e na Bahia, atraindo grupos de artistas da contracultura, inclusive Gal Costa. Mesmo que a repressão da ditadura estivesse mais violenta do que nunca, nas praias a juventude usufruía de alguma liberdade (DUNN, 2016). Para debater política e ou usar psicoativos, as chamadas Dunas da Gal, no píer da praia de Ipanema, eram território livre. Segundo a própria Gal Costa¹², na praia, mesmo as relações sexuais eram permitidas aos mais desinibidos:

Ali era um lugar onde ninguém ia, porque tinha uma obra [...]. E tinham umas dunas de areia por causa da obra, e eu e Macalé começamos a ir lá justamente porque não tinha ninguém, para a gente ficar quietinho. [...] também não trepava na praia, né. (risos). Porque eu tinha vergonha. Mas era um lugar livre, era um lugar bacana, livre, onde se conversava de tudo, onde as pessoas faziam o que queriam, e tudo certo. (COSTA, 2017, s/p).

Na praia, os corpos eram mostrados e vistos. Carmen Rial (2018) diz que “havia uma expressão do corpo e da sexualidade que era muito livre”. Foi na praia que Leila Diniz exibiu, de biquíni, sua barriga grávida, escandalizando nas capas de revista por não esconder seu corpo de mulher grávida, o que não era comum na década de 1970. A imagem de Leila corporificava comportamentos sexuais transgressores, influenciando jovens meninas e mulheres a serem como ela – essa nova geração de “Leilas” subvertia a moral e os comportamentos sexuais considerados adequados, revolucionando a sexualidade feminina (GOLDENBERG, 2005). Leila Diniz foi considerada um símbolo de mulher liberada e subversiva, muitas vezes lembrada como símbolo, mito e musa, como lembra Miriam Goldenberg (1994, p. 446). Seu sucesso como atriz foi em 1967 com o filme *Todas as Mulheres do Mundo*, de Domingos Oliveira, seu ex-companheiro. Em 1969 deu uma entrevista ao *Pasquim* que se tornou paradigmática. Contava nela sua trajetória como atriz, entremeada de sua vida pessoal, na qual a sexualidade aparecia como algo livre: “Casos mil, casadinha nenhuma. Na minha caminha dorme algumas noites, mais nada. Nada de estabilidade.”¹³, contava ela sobre seus “casos”. Leila Diniz foi tão significativa em termos simbólicos que em 1994 a recém criada *Revista Estudos Feministas* realizou um dossiê em sua homenagem (v. 2, n. 2, 1994), com estudos e depoimentos.

¹² Entrevista disponível em: <https://tv.uol/16aqf>. Acesso em: 12 maio 2019.

¹³ Leila Diniz. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 22, 20 a 26 nov. 1969.

Figura 2: Detalhe da capa do número 22 d'O Pasquim, de 1969



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História.

Figura 3: Leila Diniz, grávida, de biquíni, na praia, subvertendo os comportamentos considerados “morais” da época



Fonte: BATAIER, 2019.

No mesmo sentido, o corpo de Gal Costa também foi símbolo de revolução, de liberdade para as mulheres, fossem elas desbundadas ou não. Na praia e nos shows, o corpo de Gal, exibido em biquínis e tangas, punha à prova o moralismo que sondava o corpo feminino. Ainda, em seus shows, era comum que Gal tocasse violão sentada de pernas abertas, vestindo saias, o que pode ser considerado desafiador, simbolizando o comportamento de mulher livre (NOLETO, 2014, p. 72).

Figura 4: Gal Costa em um dos shows da turnê “Índia”, em 1973



Fonte: Arquivo pessoal de Gal Costa, disponível em: <http://www.galcosta.com.br/>.

Nas Dunas da Gal ou nas performances em palco, “a atitude vanguardista de Gal Costa provavelmente pode ter contribuído para a construção de um novo modelo feminino no Brasil”, modelos esse que encorajava as mulheres a terem “referências plurais para construir sua identidade visual, sendo estimuladas a expor suas sexualidades e assumir relacionamentos não convencionais, e, em muitos casos, homossexuais” (NOLETO, 2014, p. 68).

Gal influenciava também os homens, que desafiavam estereótipos da masculinidade ao exibirem cabelos longos e desgrenhados, exibindo corpos seminus e flertando com performances feminizadas. Segundo Caetano Veloso (1997, p. 470), “os próprios cineastas do Cinema Novo tinham deixado seus cabelos crescerem, queimavam fumo e tomavam ácido. Gal era a musa desse universo.”. Caetano também fala sobre a praia do Porto da Barra, em Salvador, onde rapazes e moças se comportavam de maneira livre e transgressora, e, assim como nas dunas da Gal, “não usavam sungas de praia mas as cuecas mínimas (e um tanto transparentes) que já traziam por baixo das calças. E alguns casais homossexuais (sobretudo femininos) não se esforçavam muito em esconder suas carícias” (VELOSO, 1997, p. 471).

Nesse sentido, cabe falar da reunião tropicalista de 1976, o espetáculo “Doces Bárbaros”, estrelado por Gal, Maria Bethânia, Caetano e Gilberto Gil. Além de Caetano e Gil usarem figurinos transgressores dos estereótipos de masculinidade, Bethânia e Gal performaram “Esotérico” de maneira a forjar um flerte sutil entre as duas, jogando com sua sexualidade, objeto de curiosidade da grande mídia e dos fãs. Cantavam, com os rostos colados, “mistério há sempre de pintar por aí”, fomentando os boatos sobre a lesbianidade das artistas. Assim, as expressões da contracultura “colocavam em prática a ideia de que o corpo e o desejo também podem ser campos de atuação política” (GONÇALVES, 2017).

Considerações finais

Militantes ou desbundadas, portando minissaias ou calças compridas, protestando contra a guitarra-elétrica ou ouvindo a Tropicália, escondendo cartelas de anticoncepcionais nas bolsas, praticando o amor-livre ou assumindo relações homossexuais – todas essas foram novas formas de ser e de construir relações que podiam ser considerados conflitantes entre si, mas eram novas possibilidades para as meninas e mulheres da “geração inquieta” (ANDÚJAR, 2010). Essas novas possibilidades se colocavam contra os moralismos e as regras ditadas pela família e pela igreja, e questionando o lugar das mulheres na sociedade, além de reivindicar mais autonomia e liberdade ao corpo feminino.

Essas novas perspectivas quanto ao corpo e à sexualidade nem sempre estavam em consonância com os movimentos feministas. O foco dos primeiros grupos e jornais feministas era muito mais voltado para o combate à ditadura e para as questões ligadas ao trabalho e aos direitos das mulheres em termos jurídicos. As questões da sexualidade e do corpo, a luta pela descriminalização do aborto, por exemplo, a própria contracepção,

foram por muito tempo um pouco tabu nos grupos oficiais, embora fizessem parte da vida das mulheres e das discussões mais íntimas dos grupos de reflexão e consciência (PEDRO, 2012). Por outro lado, havia um feminismo cultural, um movimento amplo, de circulação de ideias via livros, literatura, revistas, cinema, música, que trazia os novos comportamentos para as mulheres como uma libertação. É preciso ainda investigar a amplitude desse movimento, e como ele atingiu, certamente de maneiras diferenciadas, as diversas classes sociais, grupos étnico-raciais, grupos religiosos. Esse movimento também teve, ao longo do tempo, muitos va e vias, e no momento atual (2019) vivemos no Brasil um período particularmente tenso quanto aos direitos e às liberdades das mulheres e das pessoas em geral quanto à sua sexualidade. Um momento em que novamente surgem reações ao feminismo, considerado como imoral, destruidor das famílias e da ordem social e nocivo à sociedade. Precisamos continuar investigando esses caminhos do feminismo.

Fontes

AGUÑÍN, Martha. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Montevideu, Uruguai. 27/03/2008. Transcrita por Lilian Back, revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

COLLING, Ana Maria. Entrevista concedida a Cristina S. Wolff. Florianópolis, SC, Brasil. 08/08/2008. Transcrita por Adriano Caetano. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

JOFFILY, Olívia. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, Joana V. Borges e Sergio S. Junior. Florianópolis, SC, Brasil. 07/05/2009. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

MOREIRA, Rita. Entrevista concedida a Alina Nunes. SP, São Paulo, Brasil. 02/04/2019. Transcrita por Alina Nunes. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

O PASQUIM, Rio de Janeiro, n. 22, 20 a 26 nov. 1969.

RIAL, Carmen Silvia. Entrevista concedida a Binah Irê, Jair Zandoná e Maria Helena Lenzi. Florianópolis, SC, Brasil, 25/09/2018. Transcrita por Alina Nunes. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

Referências

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 125-137, jun. 2012.

ALMEIDA, Maria H. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-409.

ANDÚJAR, Andrea. De novelas, sexo e rock' and roll: as relações amorosas em dias de revolução. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 31-51.

BARAT, Aïcha A. F. *Capas de disco: modos de ler*. 2018. Tese (Doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

BARROS, Patrícia. A contracultura tropical e a resistência à ditadura militar. *Akrópolis*, v. 12, n. 1, p. 33-39, jan./mar. 2004.

BATAIER, Carolina. Toda mulher é meio Leila Diniz. *Revista Subjetiva*, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/toda-mulher-%C3%A9-meio-leila-diniz-3428c5a9025>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BRISTOT, Lidia Schneider. *Ser revolucionário ou revolucionária: discursos sobre juventude na esquerda armada latino-americana (Brasil e Uruguai, 1959-1973)*. 2018. 157 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0617-D.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CHAPERON, Sylvie. La radicalisation des mouvements féminins Français de 1960 à 1970. *Vingtième Siècle*, n. 48, p. 61-74, out./dez. 1995.

COSSE, Isabela. Del matrimonio a la pareja: continuidades y rupturas en el modelo conyugal en Buenos Aires (1960-1975). *Anuario IEHS*, n. 23, p. 431-458, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 174-190.

- DUNN, Christopher. *Contracultura: Alternative Arts and Social Transformation in Authoritarian Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.
- DUNN, Christopher. *Brutalidade jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. Trad. de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 65-80, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200006-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 13 maio 2019.
- GOLDENBERG, Mirian. Leila Diniz: a arte de ser sem esconder o ser. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 445-453, 1994.
- GONÇALVES, Renato. Tropicalismo transviado. Aos 50 anos da Tropicália, desfolhamos mais uma herança tropicalista: as questões de gênero e sexualidade. *Revista Bravo!*, 18 jul. 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-bravo/tropicalismo-transviado-fdc345e56079>. Acesso em: 13 maio 2019.
- GREEN, James N. *Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Trad. de Marília Sette Câmara. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- HENTZ, Isabel C.; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Resistências, Gênero e feminismos contra as ditaduras do Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 145-164.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. *Erotismo na cultura dos anos 1980: Censura e Televisão na Revista Veja*. 2008. 303p. Tese. Doutorado em História (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008.
- JACOMEL, Gabriel Felipe. *Falar de si, falar de nós: performances constituindo feminilidades alternativas nos palcos brasileiros e chilenos durante as ditaduras militares*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

- LEARY, Timothy. *Flashbacks: A Personal and Cultural History of an Era*. Nova Iorque: G. P. Putnam's Son, 1983.
- NECKEL, Roselane. A "sexualidade" e a "vida a dois" nas revistas masculinas e femininas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino* (UFU), v. 17, p. 317-334, 2007.
- NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- NOLETO, Rafael da S. "Eu sou uma fruta 'gogóia', eu sou uma moça": Gal Costa e o Tropicalismo no feminino. *Per Musi*, Belo Horizonte, n. 30, p. 64-75, 2014.
- PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.
- PEDRO, Joana. M. O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.
- SCHLATTER JUNIOR, Sergio L. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Resistências, Gênero e feminismos contra as ditaduras do Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 391-408.
- SIRKIS, Alfredo. Os Paradoxos de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (org.). *Rebeldes e contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, p. 111-116.
- VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1988.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1968, Revolution in the World-System: Theses and Queries. *Theory and Society*, v. 18, n. 4, p. 431-449, 1989.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 19-38, 2007.
- WOLFF, Cristina S. O Gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 138-155.

UMA HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL POR MEIO DO HUMOR GRÁFICO (1976-1984)¹

Cintia Lima Crescêncio

Erica Dantas Brasil

Considerações iniciais

Jacky Fleming, cartunista feminista, em livro recentemente traduzido para o português, questiona em seu título: *Qual o problema das mulheres?* (2018). Na capa uma mulher presa dentro de uma esfera – sólido geométrico – dá o tom da narrativa gráfica que explora humor e ironia para pontuar como os discursos sobre as mulheres procuraram encarcerá-las na esfera doméstica – mundo privado. Por meio da ridicularização de discursos que garantiam descrever as mulheres, mas que as construíam como o “outro” inferior e negavam tudo que fosse produzido por elas, Jacky Fleming satiriza: como seres tão frágeis foram capazes de pintar, escrever, trabalhar? Como seres com cabeças tão pequenas foram capazes de produzir música, conhecimento, ciência? Tais confusões e equívocos são sanados, segundo a autora, por outras mulheres.

No texto que acompanha o desenho de mulheres escapando de uma grande lixeira, enquanto outras as aguardam no chão, a cartunista pontua: “As mulheres têm tirado outras mulheres da Lixeira da História há muitos milhares de anos” (FLEMING, 2018, p. 73). Em uma narrativa próxima, e ao mesmo tempo distante de Fleming, a historiadora Michelle Perrot afirma que escrever história das mulheres é uma fuga do silêncio que foi imposto a elas (PERROT, 2007). A historiadora Joan Scott (1995), quase como uma observadora atenta a todos esses movimentos de reflexão, relembra-nos que discutir as mulheres como sujeitos da história passa pela compreensão do gênero como relacional, histórico, cultural e, em sua afirmação mais citada, gênero como forma primeira de dar significado às relações de poder, relações de poder muito bem exploradas por Jacky Fleming que percebe e demonstra, por intermédio do humor gráfico, como a construção do gênero masculino relaciona-se com a negação do feminino.

Jacky Fleming, Michelle Perrot e Joan Scott, de lugares distintos de produção de conhecimento, são figuras centrais neste capítulo, que tem como objetivo contar uma história do feminismo no Brasil a partir do humor

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

gráfico (1976-1984). Fleming, com sua vasta produção gráfica que explora o humor feminista, inspira uma reflexão em torno do potencial revolucionário do humor gráfico feminista produzido no Brasil dos anos 1970 e 1980. Michelle Perrot reforça o valor da história das mulheres que, mesmo diante de críticas que sublinham suas limitações, é campo fundamental em uma ciência que ainda é construída no masculino e protagonizada por homens, ao mesmo tempo que tem sua qualidade medida por uma régua que tem características masculinas como referência hegemônica. Joan Scott, ao apontar as assimetrias culturais, sociais e históricas construídas a partir das diferenças entre os sexos, é pensadora fundamental em um debate que tem como centro irradiador a discussão sobre o feminismo brasileiro, que emerge entre as esquerdas e os embates da militância em plena ditadura. Reunidas, essas autoras simbolizam uma proposta de narrativa histórica que coloca o humor como centro de discussão, as mulheres como protagonistas da história e a categoria gênero como central para a análise histórica, atendendo aos objetivos teóricos deste capítulo.

A história dos feminismos no Brasil, nos últimos anos, tem ocupado cada vez mais espaço em projetos, revistas, programas de pós-graduação, laboratórios, disciplinas, livros, muitas vezes rompendo os muros dos chamados guetos dos estudos de gênero e dos estudos feministas. Mesmo historiadoras e historiadores que não se dedicam aos estudos de gênero têm se apropriado da categoria para elaborar suas reflexões, realizando o que seria a grande ambição do campo: “[...] tornar essa uma questão transversal [...]” (PEDRO, 2011, p. 277). Atualmente há pesquisas numerosas e qualificadas sobre história e estudos de gênero no Brasil, principalmente sobre o que se convencionou chamar de segunda onda feminista, emergida no Brasil dos anos 1970. Nessas pesquisas as fontes que mais se destacam – talvez até numericamente, embora fosse necessário um levantamento mais sério para sancionar essa afirmação – são as fontes orais e a imprensa.

Os jornais feministas, fontes de interesse deste capítulo, produzidos especialmente pós-1975, quando a ONU declarou 1975 o Ano Internacional da Mulher e 1975-1985 a Década da Mulher², tiveram e ainda têm suas páginas praticamente dissecadas por historiadoras com perguntas das mais diversas. Vale destacar ainda que pesquisadoras de outras áreas que não a história lançam-se nos esforços de escrever sobre história das mulheres e história do feminismo. A dissertação de Elizabeth Cardoso (2004) é exemplar nesse sentido. Com levantamento da imprensa feminista brasi-

² É comum que a declaração da ONU seja apontada como a origem do feminismo brasileiro, contudo pesquisas mais recentes apontam como esse marco fundador do feminismo no Brasil é uma invenção que não considera os movimentos e mobilizações que marcaram o país muito antes de 1975, bem como a própria dinâmica da história (CRESCÊNCIO; WOLFF; PEDRO, 2016).

leira pós-1974, a autora demonstra que a imprensa feminista era uma parte importante da imprensa combativa do período³.

A imprensa feminista, como segmento da imprensa alternativa fruto da violência e da repressão da ditadura ainda nos anos 1960, provê temas dos mais diversos para reflexão histórica: democracia, violência doméstica, trabalho doméstico, sexualidade, aborto, maternidade, política institucional, mercado de trabalho, partidos políticos, conhecimento, carestia, creches, greves, divórcio, religião, pobreza, saúde, machismo, contracepção e tantos outros.

Um recurso dos jornais feministas que permanece quase inexplorado na historiografia feminista brasileira é o humor gráfico, forma de comunicar e refletir sobre questões feministas por meio do uso do humor e da visualidade. São diversas as pesquisas que se dedicam a pensar o humor gráfico na ditadura brasileira por intermédio da imprensa alternativa, sindical, da grande imprensa. Nessas fontes destaca-se o que ficou conhecido como humor político, protagonizado por figuras consideradas geniais do nosso humor – homens. Humor que, de uma perspectiva feminista e de gênero, merece forte crítica, a exemplo das análises de Rachel Soihet sobre *O Pasquim* (2005; 2007). Em tese defendida em 2016, *Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista no Cone Sul (1974-1988)*, uma das autoras deste capítulo realizou um esforço inicial de reinvenção dessa noção de humor político que se pauta em binarismos e hierarquias. Tendo o Brasil como centro irradiador da análise, a pesquisa levantou grande número de humor gráfico que contraria os principais teóricos do humor do passado e do presente.

O humor produzido e difundido nos jornais feministas brasileiros segue no aguardo de estudos tão numerosos quanto os dedicados aos textos escritos, principalmente porque o humor gráfico feminista brasileiro é fonte privilegiada para narrar uma história do feminismo no Brasil, bem como elemento desestabilizador da história do humor gráfico brasileiro. Em uma história cujo marco é o masculino, o humor gráfico feminista serve de contraponto importante nas elaborações que propõem a construção de uma noção contra-hegemônica de humor. A partir de traços profissionais e amadores, de um humor subversivo que – quase – não ri ou ridiculariza o outro e de temáticas sensíveis às mulheres, o humor gráfico feminista brasileiro permite compreendermos o potencial revolucionário do humor das mulheres que lutaram pela democracia no espaço público e privado do Brasil dos anos 1970 e 1980.

³ Elizabeth Cardoso (2004) identifica a existência de nove jornais feministas entre 1974 e 1980 e 44 entre 1981 e 1989.

Nesse sentido, este capítulo pretende iluminar essas imagens de humor com informação histórica externa a elas, rejeitando o uso da imagem como ilustração e adentrando o campo da visualidade, uma vez que ela deve ser entendida a partir de sua dimensão social e histórica (MENESES, 2003). No mesmo sentido, o humor gráfico é o horizonte primordial de análise. Levando-se em consideração o sugerido por Vinícius Lebel (2017), sobre uso de charges em pesquisas históricas, e estendendo suas considerações para o humor gráfico, parto da ideia de que o humor gráfico é ação política e, no caso dos documentos explorados neste capítulo, é ação política feminista.

Para isso foram selecionadas charges, tiras, cartuns e quadrinhos dos seguintes jornais feministas brasileiros: *Brasil Mulher* (Londrina/São Paulo, 1975-1980), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1976-1978), *Mulherio* (São Paulo, 1981-1988), *ChanaComChana* (São Paulo, 1982-1987), *Sexo Finalmente Explícito* (Rio de Janeiro, 1983-1986) e *Maria Maria* (Salvador, 1984)⁴. A seleção de imagens foi realizada a partir de duas preocupações: visibilizar a produção assinada por mulheres, muito embora tais jornais tenham número expressivo de humor gráfico sem assinatura, com autoria não identificada e publicassem cartunistas homens; e destacar reivindicações pertinentes ao feminismo do período de forma a construir uma espécie de linha do tempo do feminismo de segunda onda brasileiro. Nesse sentido, este capítulo foi organizado de forma cronológica – mas não evolutiva –, evidenciando a construção das pautas feministas no Brasil e a ampliação do uso do humor gráfico pela imprensa feminista do período.

Humor quase “sem graça”

Era 1964 e entre os eventos que ameaçavam a continuidade do governo eleito de João Goulart estavam eventos protagonizados por mulheres contra o desabastecimento (FERREIRA; GOMES, 2014). No período pós-golpe há várias organizações de mulheres voltadas para lutas contra a carestia e direito a creches (PINTO, 2003)⁵. Rosalina Santa Cruz e Amelinha Teles, na busca por bases populares para o emergente movimento feminista brasileiro, apontam como importante marco o ano de 1973, quando se organizou o Movimento Contra Carestia, também conhecido como Movimento do Custo de Vida. Em

⁴ Os jornais citados fazem parte do acervo do Centro de Informação da Mulher (CIM), localizado em São Paulo, importante lugar de memória do feminismo brasileiro.

⁵ Vale destacar que essa luta não tem origem nesse período ou mesmo na cidade de São Paulo, comumente considerado centro irradiador da história – acontecimento – no Brasil. Nos anos 1940 foi criada a Associação Feminina do Distrito Federal, que, a partir de encontros com outras associações, deu origem à Federação de Mulheres do Brasil. A Associação criou em 1954 uma campanha contra a carestia, em parceria com organizações de bairros e subúrbios tocadas por mulheres. Além da carestia, a luta por moradia, saúde, escolas, água e luz mobilizavam a Associação, com forte protagonismo de mulheres negras de esquerda (SILVA; FERREIRA, 2017, p. 1024).

1976 o movimento composto por clubes de mães, associações de donas-de-casa e outros grupos de mulheres, reuniu cinco mil pessoas para marchar contra a carestia em São Paulo. “Abaixo a carestia, a panela está vazia” era o grito que ecoava entre as mulheres paulistanas (TELES; LEITE, 2013, p. 192). Em meio à repressão e à violência do regime, mulheres organizadas avançaram contra a política econômica instaurada pelos militares presidentes (MONTEIRO, 2017). É nesse contexto que emergiu o feminismo brasileiro, em meio às lutas e reivindicações de mulheres populares.

Em 1975 foi criado o jornal *Brasil Mulher*, inicialmente na cidade de Londrina, no Paraná. Nasceu como projeto compartilhado entre sua editora, Joana Lopes, e o Movimento Feminino pela Anistia, personificado na figura de Therezinha Zerbini, parceria logo rompida. A publicação é importante marco da história do feminismo no Brasil, uma vez que foi a primeira publicação do tipo em terras brasileiras. Composto por ex-presas políticas, ex-clandestinas e militantes de partidos de esquerda que combatiam a ditadura, o *Brasil Mulher* foi a primeira experiência de impresso feminista de mulheres que sentiram na carne e na mente o machismo e a desigualdade instituída pelo governo, pelo Estado, mas também por seus companheiros de luta à esquerda, que consideravam o feminismo um desvio pequeno burguês.

Tendo como público leitor mulheres operárias, da periferia, trabalhadoras do campo e faveladas, o jornal foi apontado por Joana Lopes, depois de sua extinção, como uma espécie de laboratório feminista. A afirmação é, de certo modo, uma resposta aos discursos que questionavam o feminismo do jornal, em função da prevalência de pautas de esquerda (TELES; LEITE, 2013). A publicação é interessante exemplo da articulação entre pautas tipicamente de esquerda e o feminismo que emergia também sob influência da circulação de livros, ideias e do retorno de mulheres exiladas que tiveram contato com leituras e experiências de mobilização feministas. O humor gráfico no jornal é, por tais razões, “sem graça”. Não porque seja incapaz de provocar o riso, mas porque preservava a seriedade dos jornais de esquerda da época⁶. Isso pode explicar a timidez do *Brasil Mulher* no trato com o humor gráfico, mas não invalida os primeiros movimentos em direção a ele, como pode ser observado no cartum que critica exatamente a carestia.

⁶ O alternativo *O Pasquim* era uma exceção.

Imagem 1: Panela Vazia



Fonte: Sem autoria. *Brasil Mulher*, São Paulo/Brasil, 1976. n. 4, p. 4.

Na imagem uma mulher e seis crianças são representadas em uma mercearia. Trata-se de uma família muito pobre que se dirige ao atendente. Ao fundo latas e garrafas e sobre o balcão uma máquina registradora. Mulher e filhos têm traços cadavéricos, ossos da face à mostra. Todas as crianças estão descalças. Roupas esfarrapadas e a nudez do pequeno próximo ao balcão finalizam a cena familiar que exemplifica os impactos da carestia nas famílias pobres, acentuando ainda a femininização da pobreza. “Me dá um pãozinho?” pergunta a mulher. “Mas a madama tem cartão de crédito da mordomia?” responde o homem, gordo, com postura e tom levemente debochado, apoiado no balcão e com uma mão na cintura. O cartum não causa um riso pleno, mas um desconforto baseado no riso do absurdo, um tipo de riso que não deriva de situações cômicas. Como aponta Henki Driessen, “[...] o humor cria uma realidade própria [...]” (2000, p. 257). Timidamente o jornal usa uma forma de comunicar que faz uso do humor e da empatia, explorando-o como forma de passar uma mensagem séria (WALKER, 1988).

Ainda com forte componente político, resultado das formas de militância e atuação das esquerdas, o jornal *Nós Mulheres* foi fundado em São Paulo em 1976. Compartilhava muitas das pautas do *Brasil Mulher*, como o debate sobre as operárias, tema alvo de muitas charges, cartuns e quadrinhos assinados por Cahú, publicados no *Brasil Mulher* e no *Nós Mulheres*. Conceição Cahú nasceu em Pernambuco e estudou pintura. Como ilustradora e cartunista publicou em jornais de grande circulação e dedicou-se bastante ao tema esporte, tendo trabalhado na revista *Placar*. Foi premiada em 1992 com prêmio do Salão de Humor de Piracicaba (BOFF, 2014), importante evento de humor que historicamente dedica pouco espaço às mulheres (CRAU *et al.*, 2014). Na imprensa feminista dedicava-se a discutir o trabalho operário das mulheres.

Imagem 2: Mulheres na Fábrica



Fonte: CAHU. *Nós Mulheres*, São Paulo/Brasil, jun. 1976. n. 1, p. 15.

Cahú problematiza uma das principais discussões do feminismo do período, a dupla jornada de trabalho. O cenário da cartunista, pelo menos nas publicações feministas, sempre era a fábrica e na imagem em destaque isso não é diferente. Um fogão, objeto típico do espaço doméstico, tem seus significados e formas subvertidos, para promoção de uma discussão em torno do trabalho das mulheres operárias, realizado no espaço público. Nele os botões estão acompanhados de um relógio, que marca o tempo

do trabalho, e sobre as chamas apagadas, a fumaça da fábrica forma o rosto de uma mulher. Cahú rompe as barreiras do privado e do público, demonstrando que para as mulheres trabalhadoras a esfera nunca foi um sólido geométrico. Quando *Nós Mulheres* lançou uma coluna de humor, foi Cahú quem a apresentou: “O nosso objetivo é criar uma página de humor dentro do nosso jornal, contínua, e, obviamente, alegre embora nem sempre o humor seja alegre” (CAHÚ, 1977, p. 9). A produção da cartunista evidencia uma tensão do próprio *Nós Mulheres*, que, fundado por mulheres exiladas e acadêmicas, propunha a criação de um jornal autônomo, desligado das pautas tipicamente da esquerda e assumidamente feminista. Segundo Inês Castilho, integrante do grupo que fundou o jornal, o feminismo só se justificava se fosse voltado para as mulheres trabalhadoras (TELES; LEITE, 2013, p. 83).

Em 1950 mais de 10 milhões de pessoas viviam na cidade e 41 milhões no campo. Na década de 1970 mais de 17 milhões de pessoas migraram para as cidades, promovendo grande crescimento da população urbana, resultado direto da modernização da agricultura, do fortalecimento dos latifúndios e da dispensa de trabalhadoras e trabalhadores (MELLO; NOVAIS, 1998). Diante desse cenário é fundamental refletir sobre a inserção da mão de obra das mulheres no mercado de trabalho, caracterizada não apenas pelo avanço e monopólio do capital, como também pelas marcas de gênero que as levavam ao emprego doméstico e ao trabalho em fábricas, o que resultava em forte atuação das mulheres nos sindicatos (TELES; LEITE, 2013). Cahú, atenta a isso, e com uma visão feminista sobre as trabalhadoras, acentua como essa jornada não é apenas menos remunerada, menos valorizada, como também é dobrada, uma vez que as mulheres foram historicamente definidas como as responsáveis pela manutenção do espaço doméstico. Talvez seja esse o tema que mais mobilizou o humor gráfico do *Nós Mulheres*, inclusive em um esforço de dialogar com mulheres de classe média. Em cartum de autoria não identificada o casamento é apontado como marco fundador da exploração das mulheres.

Imagem 3: Casamento



Fonte: Autoria Não Identificada. *Nós Mulheres*, São Paulo/Brasil, mar./abr. 1977. n. 4, p. 9.

Na imagem uma mulher, vestida de noiva, com véu e sapatos de salto, carrega o noivo em seus braços. O noivo preserva um rosto satisfeito enquanto fuma um cachimbo. Uma clara inversão da ideia de que o homem carrega a esposa para a noite de núpcias. O véu é mais do que um adereço do ritual que sela o matrimônio, ele carrega vassoura, panelas, ferro de passar, rolo de macarrão e uma série de objetos típicos do ambiente doméstico, especialmente da cozinha. A noiva, submersa entre o noivo e o véu, caminha resignada em direção à porta. Não é apenas a porta da casa nova, mas o símbolo do princípio da vida de esposa. O tema do casamento e do trabalho doméstico era protagonizado pela produção de cartunista de renome, tanto nos jornais feministas quanto na grande imprensa.

Cecília Whitaker Vicente de Azevedo Alves Pinto, mais conhecida como Ciça, é apontada em revista de humor para “meninas com humor e opinião” como “A primeira mulher a desenhar uma tira diária brasileira”, tendo trabalhado em publicações de grande circulação, como *O Cruzeiro*, *O Pasquim* e *Folha de S.Paulo* (CRAU et al., 2014, p. 69). Curiosamente a revista não cita a contribuição de Ciça aos jornais feministas brasileiros. Ela era figura recorrente no *Brasil Mulher*, no *Nós Mulheres* e no *Mulherio*. Enciclopédias, dicionários e antologias de humor brasileiras, que são majoritariamente compostas por cartunistas homens, costumam reservar a ela espaço considerável. Em tira publicada no *Brasil Mulher*, Ciça satiriza a invisibilidade do trabalho doméstico.

Imagem 4: Trabalho Doméstico



Fonte: CICA. *Brasil Mulher*, São Paulo/Brasil, mar. 1978. n. 11, p. 11.

Com Cica, *o Brasil Mulher* demonstra que seu humor “sem graça” perdia eventualmente a timidez. Bia Sabiá, personagem frequente nas publicações feministas, é a passarinha responsável por demonstrar as injustiças persistentes do espaço privado. Na imagem ela protagoniza cena cotidiana com seu companheiro, Heitor, que celebra o domingo como dia de descanso. Heitor afirma: “Ah, que jóia! Adoro domingos... Hoje vou pescar na represa...” Bia responde no segundo quadro: “Eu não... Estou cansada. A fábrica essa semana estava uma dureza! Vou aproveitar para ler um pouco... ver televisão... não fazer nada”. Surpreso, Heitor pergunta: “Depois que você arrumar a casa?”. Sorridente, Bia responde: “Não... hoje é domingo... cada um pode arrumar sua própria bagunça.” Um Heitor com sobrancelhas de preocupação questiona: “E o almoço quem faz? E o lanche?”. Ainda sorrindo a passarinha informa: “Cada um prepara o seu, uai...”. No penúltimo quadro, um Heitor com rosto aterrorizado, quase em uma fenda do tempo reflexiva, indaga: “Arrumar minha bagunça? Preparar meu lanche?”, finalizando: “Quer dizer que vou ter que trabalhar num domingo?”. Bia Sabiá não responde verbalmente, mas perde o sorriso que a acompanhou ao longo da tira, e um olhar de susto e sobressalto é lançado à leitora que a observa.

O humor de Ciça aciona o que nos Estados Unidos ficou conhecido como humor doméstico. Tal tipo de humor foi imortalizado também pela cartunista francesa Claire Bretécher, que teve seus quadrinhos publicados em diversas línguas, tendo sido publicada em jornais feministas brasileiros e argentinos. Merece destaque sua contribuição à importante revista argentina *Hum*®, entre 1979 e 1984. Mara Burkart (2018) aponta o trabalho da cartunista na imprensa argentina como importante marco do humor argentino, uma vez que a partir de seu trabalho muitas outras mulheres seguiram seus passos.

O humor doméstico contrapõe-se à noção de humor político, pois desestabiliza o binômio privado/público e, sob inspiração do feminismo pós-1970, instaura o debate político em torno da cozinha, da maternidade e das relações consideradas privadas entre homens e mulheres. Tanto a Imagem 3 quanto a Imagem 4 representam não apenas as preocupações feministas em torno do debate sobre trabalho doméstico, sublinhando a dupla jornada, a desvalorização e a invisibilidade, como também um tipo de humor que conta com importante força subversiva (WALKER, 1988).

Esse tipo de humor, que poderia ser considerado um humor feminino, uma vez que o que se problematiza é o mundo “naturalmente” atribuído às mulheres, é um humor que serve ao questionamento do humor masculino, erroneamente significado com o uso da expressão humor. Nos Estados Unidos o humor doméstico chegou a ser criticado por feministas como Betty Friedan, que considerava esse uso do humor uma ridicularização das mulheres mães e donas-de-casa. Entre as décadas de 1970 e 1980 esse humor doméstico tornou-se cada vez mais afrontoso e politizado (WALKER, 1988). Partindo da premissa que as situações como as vividas pela noiva que carrega a casa “nas costas”, e por Bia Sabiá, são capazes de causar identificação entre as mulheres, uma vez que um grande número delas vê-se representada nessas situações, o humor e, conseqüentemente, o riso, constroem-se como ação política que faz rir, ao mesmo tempo que provoca a tomada de consciência da injustiça, uma espécie de consciência de gênero (WALKER, 1988). Seria um movimento fundamental em direção a um riso libertador e consciente, e ao mesmo tempo triste (ECO, 2011). Trata-se dos primeiros passos do feminismo brasileiro pós-1970 em direção a um humor que desafia o *status quo*, contextualizando uma situação ou realidade e insinuando uma alternativa (BING; SCHEIBMAN, 2014). O humor pode reforçar normas, estereótipos, mas as mulheres desse período parecem convencidas a dar um novo sentido a ele. Uma certa guinada na seleção de humor gráfico para esse texto não pode, contudo, criar a falsa ideia de que os jornais feministas eram humorísticos, ou que depois de um flerte tímido com cartuns o caminho foi em direção a um humor mais explícito. Um humor gráfico diverso conviveu entre as décadas de 1970 e 1980 e uma abordagem cronológica não deve insinuar uma

evolução do humor feminista ou mesmo do feminismo. Diferentes humores e pautas conviviam, como demonstra charge publicada no *Nós Mulheres*.

Imagem 5: Divórcio



Fonte: Sem Autoria. *Nós Mulheres*, São Paulo/Brasil, ago./set. 1977. n. 6, p. 16.

Na imagem uma mulher dirige seu olhar a pares de pés que sobem ao céu. Sobre eles pendem panos com as palavras “inflação” e “custo de vida”, preocupação que, como dito antes, mobilizava as primeiras organizações de mulheres da segunda metade do século XX no Brasil. Em direção e altura opostas ao olhar da mulher, uma mão vinda do chão com o dizer “divórcio” agarra o vestido da protagonista. O texto que acompanha a imagem deixa clara a mensagem, as mulheres estavam divididas entre pautas. É a informação externa à imagem que ajuda a explicar tal divisão.

A votação de uma emenda à Constituição para dissolução do casamento foi considerada pelo *Nós Mulheres* e por muitos grupos feministas do período uma forma do Congresso distrair os movimentos populares, especialmente

as mulheres, de problemas considerados mais importantes. Uma pauta que poderia ser feminista foi acusada de buscar desviar a atenção da população, muito embora nos meses seguintes a discussão sobre a Lei 6.515, Lei do Divórcio, também conhecida como Lei Nelson Carneiro, tenha mobilizado a atenção feminista, já que ela garantia o direito das mulheres de pedirem o término do casamento e desautorizava o Estatuto da Mulher Casada de 1962, que, entre outras coisas, afirmava que o homem era o chefe da célula familiar (FÁVERI, 2017). Na imagem, no entanto, a protagonista não parece se deixar enganar. Apesar do “puxão” de sua roupa, vindo debaixo da terra, seu olhar segue em direção ao céu, em que as pautas consideradas legítimas flutuavam.

Humor “finalmente” explícito

Andrea Giunta, ao analisar os impactos do feminismo na arte da América Latina, identifica como o humor era um dos elementos utilizados como confrontativo às expectativas de feminilidade, domesticidade, erotismo e sexualidade das próprias artistas e das mulheres em geral. A personificação desse uso do humor pela arte pode ser atribuída ao grupo Guerrilla Girls, que, na Nova Iorque de 1985, promovia conferências, exposições, livros, vídeos, grafites e performances que partem do feminismo para criticar a misoginia do mundo da arte e todas as formas de opressão e discriminação (GIUNTA, 2018). As mulheres precisam estar nuas para entrar no museu? – perguntam elas aos principais museus do mundo.

Trazendo essa discussão para o centro de análise deste capítulo, devemos perguntar: as mulheres precisam estar nuas para fazer parte do humor gráfico brasileiro? Sob pena de contrariar e incomodar os grandes nomes masculinos do humor gráfico no Brasil, temos que reconhecer que a elas foram dedicadas lindas curvas e fartos seios, mas muito pouco espaço em jornais, revistas, livros e na própria historiografia que se dedica a narrar a história do humor gráfico no Brasil. Nesse silenciamento os jornais feministas afirmam-se como espaço privilegiado de divulgação do trabalho de cartunistas mulheres, principalmente as que produziam humor com uma visão feminista de mundo. Na década de 1980, com maior difusão da imprensa feminista, o humor gráfico produzido por elas tornou-se ainda mais numeroso e diverso tematicamente. A diferença tornou-se um dilema do feminismo brasileiro e em resposta a isso foi fundado o boletim *ChanaComChana* em 1982, iniciativa do Grupo de Ação Lésbica Feminista de São Paulo. A publicação era feita por lésbicas, para lésbicas, tinha uma proposta informativa, bastante dinâmica e humorada. Incluía, inclusive, uma coluna para promover o encontro, seja amoroso, seja de amizade, entre mulheres. Uma de suas integrantes, Miriam Martinho, produzia tiras para a publicação.

Imagem 6: Mulheres Lésbicas



Fonte: MARTINHO, Miriam. *ChanaComChana*, São Paulo/Brasil, dez. 1982, n. 1, p. 2.

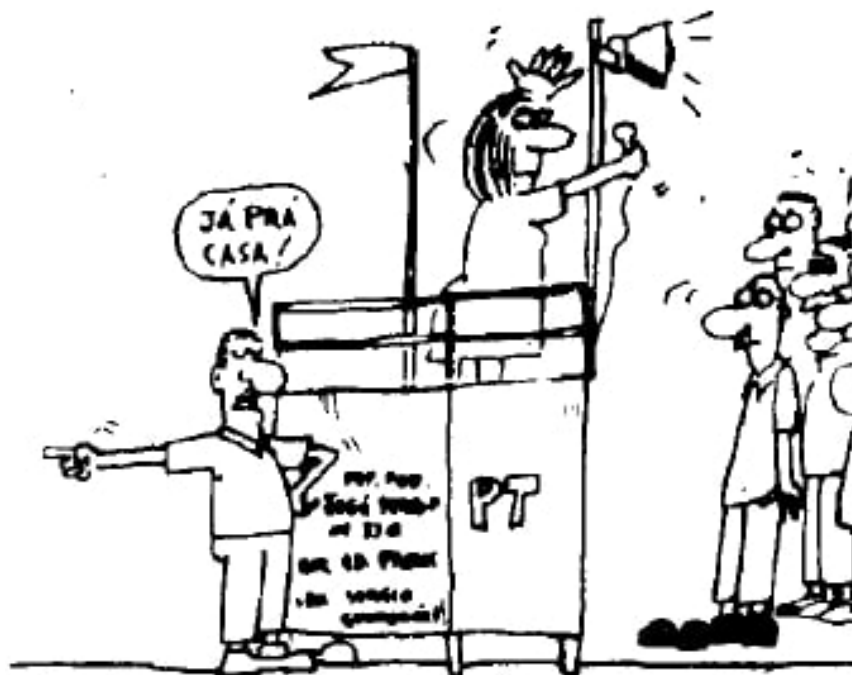
Na imagem um grupo de três mulheres aproxima-se de uma mulher sentada à mesa. Sobre ela alguns papéis e canetas sugerem um ambiente de escritório e um cartaz ao fundo informa sobre a função do espaço: “Não sofra calada. Denuncie aqui seu caso de discriminação”. O uso do “feminino” no adjetivo “calada” demonstra que se trata de um espaço dedicado às mulheres: “No que posso ajudá-las?”. Em resposta, e com postura agressiva, elas respondem: “Fui demitida do emprego”; “Me mandaram para fora de casa”; “Me expulsaram da escola”. Surpresa, a atendente questiona: “Nossa! E quais foram as causas alegadas?”. Em uníssono, com um único balão de fala, rostos inclinados pra cima e bocas muito abertas, quase uma expressão de choro coletivo, elas respondem: “Somos lésbicas!”. A atendente fica assustada, suas bochechas coradas e então o pensamento se forma: “Lésbicas?”. Depois do breve hiato, ainda corada e um pouco desconcertada, ela informa: “Bom, olha, gente... Que tal vocês voltarem amanhã de manhã?”. Com dedo em riste, uma das mulheres pergunta: “Mas, por que? O atendimento não é agora a tarde?”. Constrangida ela responde: “É sim, mas a tarde nós só atendemos as mulheres”. Por fim as três reclamantes encaram a leitora com rostos de indagação e surpresa.

Don Kulick, em capítulo sobre “Lésbicas sem humor”, destaca que seu texto contrapõe-se a todos os esforços da filosofia, psicanálise, antropologia e outras áreas que se dedicaram aos estudos do humor desde Platão e Aristóteles, passando por Bergson, Skinner, Buckley e Billig. Ao contrário destes, o autor afirma que seu objetivo não é tentar entender e explicar o motivo de as coisas serem engraçadas, ou seja, procurar explicar sociologicamente, antropologicamente ou historicamente o porquê do riso acontecer. Sua preocupação é tentar explicar e entender por que certas coisas não são consideradas engraçadas, ou seja, o porquê do riso não acontecer. O autor dedica-se a refletir sobre as mulheres lésbicas e a premissa que as estabelece como objeto de riso e não produtoras dele (KULICK, 2014). Vale reforçar que as mulheres, no geral, foram consideradas sem humor por muito tempo. Para Walker (1988) a invisibilidade do humor das mulheres fez com que homens e mulheres presumissem que humor é uma prerrogativa masculina. Explicação semelhante embasa as conclusões de Kulick, que identifica as lésbicas em uma articulação entre a identidade mulheres – sem senso de humor –; a identidade lésbica que recusa o relacionamento heterossexual – fundamental para o riso, já que os homens fazem o humor e as mulheres riem –; e a identidade masculina que não deve ser objeto de humor e de riso (KULICK, 2014).

A tira de Miriam Martinho questiona essas premissas e demonstra como no Brasil da década de 1980 o humor com perspectiva lésbica foi acionado para ridicularizar um estereótipo que vigoraria entre as próprias mulheres feministas. Explorando a confusão entre o que hoje chamamos de identidade de gênero e orientação sexual, a cartunista ataca o discurso que desqualifica as lésbicas como mulheres (WITTIG, 2019) e questiona suas identidades de gênero, fortalecidas por estereótipos que as construíram como mulher-macho (NAVARRO-SWAIN, 2004). Pontuando o silêncio da imprensa feminista e do próprio humor na abordagem da sexualidade, *ChanaComChana* avança e sinaliza a multiplicidade do próprio feminismo brasileiro.

Tal pluralidade, contudo, não fez desaparecer pautas e problemas que acompanham o feminismo brasileiro de segunda onda. Os embates entre a esquerda e o feminismo são exemplo disso. Mesmo que grupos, organizações e partidos de esquerda tenham sido o lugar privilegiado de emergência do feminismo, as disputas entre esquerdas e feminismo permaneceram objeto de reflexão e, obviamente, alvo do humor gráfico feminista. Charge do *Mulherio*, que circulou também em outros jornais, demonstra esse embate.

Imagem 7: Mulheres na Militância



Fonte: Sem Autoria. *Mulherio*, São Paulo/Brasil, nov./dez. 1982, n. 10, p. 22.

Na imagem uma mulher está sobre um palanque com o microfone nas mãos. Caixa de som, bandeirinha e a marca do Partido dos Trabalhadores na base da estrutura formam o contexto da cena. Trata-se de um evento de um partido de esquerda. Atrás do palanque um homem com tom autoritário dirige-se à mulher que tem microfone em punho e trata-a como a uma criança: “Já para casa”. A representação de uma mão na cintura e a outra apontando o local para o qual a mulher deve se dirigir são acompanhadas de olhos fechados, insinuando que a mensagem já foi dita antes, mas ignorada. A impaciência e condescendência do marido no tratamento com a esposa – união sugerida pela imagem – são recebidas pelo público com surpresa.

O jornal *Mulherio* foi fundado em 1981. Apesar de integrar o que neste capítulo é nomeado como imprensa feminista, aliada à imprensa alternativa, a publicação emergiu em contexto específico. Vinculado às pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, o projeto foi levado adiante com a parceria de jornalistas e com financiamento da Fundação Ford, diferenciando-se da imprensa feminista, que, no período, era sustentada por suas próprias

colaboradoras e por suas vendas. Em cenário privilegiado e com compromisso de difundir e sistematizar informações sobre a condição das mulheres no Brasil, *Mulherio* simbolizou a emergência de um feminismo acadêmico que emprestava de jornais como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* os meios de comunicação empregados pela imprensa feminista desde 1975⁷. O tom acadêmico⁸ do jornal não deve ser entendido como uma fuga do uso do humor, pelo contrário. *Mulherio*, ao longo de sua trajetória, publicou mais de uma centena de charges, tiras, quadrinhos e cartuns, e mantinha uma linguagem leve. Entretanto a maior parte do humor gráfico do jornal era assinado por homens, em um movimento inverso ao que pode ser observado no *Nós Mulheres*, por exemplo. A Imagem 7, que ironiza a batalha privado/público quando o assunto é política, ao mesmo tempo que insinua os embates dentro da própria esquerda no que se refere à militância das mulheres, é um aperitivo do tom confrontacional acionado por Miriam Martinho no *ChanaComChana*. A cartunista coloca Freud e Marx lado a lado para pontuar que a revolução será feminista, ou não será.

Imagem 8: Freud e Marx



Fonte: MARTINHO, Miriam. *ChanaComChana*, São Paulo/Brasil, set. 1983, n. 4, p. 5.

⁷ O jornal *Mulherio* confirma suas especificidades ao viabilizar o acesso a todas as suas edições digitalizadas na página da Internet da Fundação Carlos Chagas. Ver, a esse respeito, <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/capas2.html> Apesar do *Nós Mulheres* não ter vínculos diretos com a Fundação, o jornal também é disponibilizado em seu portal. Ver, a esse respeito, <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>. Acesso em 25 mar. 2019.

⁸ Bernardo Kucinski, de maneira equivocada, afirma que *Mulherio* foi o “[...] mais feminista dos jornais feministas [...]” (KUCINSKI, 1991, p. 81). Desconsiderando os movimentos da própria história, o autor reduz a complexidade do feminismo – e da própria imprensa feminista – como pensamento, movimento, acontecimento, a um suposto “verdadeiro” feminismo.

Construindo a hipótese “Se Freud e Marx vivessem hoje em dia...”, Miriam Martinho reúne dois dos principais pensadores do século XIX em uma mesa, provavelmente de bar. Sentados, compartilhando uma bebida, os responsáveis por influenciar a psicanálise e a ciência social moderna dialogam sobre suas teorias e o feminismo. Freud, carrancudo, com a cabeça enfiada entre os ombros, pernas e braços cruzados, pés nervosos, mão direita pressionando a calça, insinuando certa tensão, diz: “Não aguento essas mulheres e seus direitos iguais. E elas nem acreditam mais que têm inveja do pênis!”. Com uma postura mais relaxada, agarrado a um copo, Marx dirige um olhar de canto para o companheiro de mesa, enquanto pensa: “Esse Freud não explica mais nada!”. No segundo quadro, a cartunista aproxima-nos dos dois personagens. Ambos mudaram de posição. Freud ajustou sua postura, insinuando atenção, e seu rosto perdeu o semblante sisudo. Um de seus braços repousa sobre a mesa e o outro pende ao lado de seu corpo. Já Marx tem um sorriso largo, quase maquiavélico. Com o braço esquerdo ele segura o braço de Freud que repousa sobre a mesa, e com o direito parece tocar as costas de Freud, quase como um “tapinha” de consolo. Então informa: “Não se preocupe Sigmund... Elas ainda acreditam na ‘revolução!’”.

O diálogo entre Freud e Marx demonstra os caminhos tomados por alguns feminismos no sentido de afastar-se das esquerdas, mais especificamente, da teoria marxista, uma vez que a ideia de revolução seguia deixando os problemas enfrentados pelas mulheres – considerados problemas específicos – em segundo plano. A crença na revolução seria, segundo o Marx maquiavélico de Miriam Martinho, a forma última de domínio das mulheres. Superada a ideia, pelo pensamento feminista, da inveja do pênis, a ideia da revolução seguiria como alienante do feminismo em si.

Betty Friedan, no clássico *Mística Feminina*, destaca que, para Freud, a força motivadora da personalidade feminina era a inveja do pênis, construída a partir da ideia básica que as meninas percebiam a falta de algo, assim como os meninos identificavam as meninas como incompletas. Percebida a diferença, significava-se sua importância e desvantagem, o que promovia o sentimento de inveja e, conseqüentemente, o complexo de superioridade masculina (FRIEDAN, 1971). Tal explicação, mais do que descrever as diferenças biológicas entre homens e mulheres, serviu para construir as relações de gênero pautadas em hierarquias e binarismos. Dada sua força e difusão, tal teoria foi uma das primeiras a ser criticada pelo pensamento feminista, uma vez que ela era identificada como central na manutenção e perpetuação da desigualdade de gênero. Simone de Beauvoir, no clássico *O Segundo Sexo*, aponta como a psicanálise reduziu a existência das mulheres à norma masculina, interpretando todas as reivindicações das mulheres como uma forma de “protesto viril”. Já o materialismo histórico abriu mão

de enxergar a situação das mulheres como singular, reduzindo “homem e mulher” a entidades econômicas (BEAUVOIR, 1970).

No feminismo brasileiro dos anos 1980, resultado direto da militância das mulheres das décadas anteriores, o debate sobre a relação com a esquerda permanecia, a exemplo do que acontece hoje. O diálogo fictício entre Freud e Marx satiriza exatamente essa relação que, para Miriam Martinho, para o *ChanaComChana*, e para muitas feministas do período, era maléfica à militância feminista. O sorriso de Marx, quase celebrando a crença das mulheres na ideia de revolução, é respondida com o riso da cartunista sobre a esquerda.

O Humor Feminista não objetiva destruir ou ridicularizar o outro, pelo contrário ele procura apontar as fissuras de uma estrutura desigual e injusta, o Humor Feminista pontua o machismo e o sexismo. Ele não aponta sua habilidade de fazer rir em direção a pessoas e grupos, mas sim em direção a sistemas e estruturas viciadas (CRESCÊNCIO, 2019, p. 406).

O humor acionado na Imagem 8, bem como na Imagem 7, pauta-se em claro desafio à ordem estabelecida dentro da própria esquerda, não rindo das estruturas em si – que são definidoras das expectativas de gênero –, mas da luta contra essas intraestruturas que também são generificadas. Mas nem sempre o humor gráfico feminista brasileiro se configura desse modo. Charge do boletim *Sexo Finalmente Explícito*, resultado da campanha promovida pelo I Encontro Nacional de Mulheres sobre Saúde, Contracepção e Aborto, realizado no Rio de Janeiro de 1983, mostra a disposição em fazer humor explorando estereótipos e a própria masculinidade.

Imagem 9: Prazer



Fonte: Autoria Não Identificada. *O Sexo Finalmente Explícito*, Rio de Janeiro/Brasil, jun. 1983. n. 0, p. 4.

A publicação que já nasceu com caráter efêmero, uma vez que informou que seu objetivo primordial era difundir o Manifesto construído coletivamente no encontro de março, extrapola as pautas feministas e mergulha em um uso do humor pouco frequente na imprensa feminista do período⁹. Na imagem uma família está reunida em casa. No primeiro plano, sobre o tapete, uma criança está debruçada sobre um livro e ao lado um homem está sentado em uma poltrona com o jornal nas mãos. Ao fundo o ambiente doméstico se completa. Uma mulher de costas e avental lida com uma panela borbulhante. Trata-se de uma família em seu “habitat”. A criança pergunta: “O que é orgasmo mãe?”. Sem virar o corpo, a mulher responde: “Eu não sei. Pergunte ao seu pai”. Na poltrona o homem preserva uma expressão de espanto e constrangimento com a resposta da esposa. O estereótipo da inabilidade masculina de fazer as mulheres atingirem o orgasmo é acionado e um riso pouco visto na imprensa feminista é o alvo. Na imagem, a hierarquia é desafiada: não são os homens – considerados produtores de humor – que riem das mulheres, são as mulheres – consideradas objetos de humor – que riem dos homens.

Tal ação tem dois elementos importantes. Partindo da premissa de que rir é assumir uma posição de poder (BARRECA, 1991), todo o humor gráfico reproduzido até aqui baseia-se na ideia da circularidade do poder e, muito embora as mulheres tenham historicamente sido alvo do humor e não produtor dele, a Imagem 9 insinua um desafio duplo que tem como alvo a estrutura e os homens. O cartum implode a hierarquia e coloca os homens, como identidade e como estereótipo, como alvo. Interessante observar que, segundo Regina Barreca (1991), as mulheres costumam evitar produzir humor sobre homens entre os homens, não por medo ou respeito à hierarquia construída entre homens e mulheres, mas porque elas os veem como vulneráveis. Apesar dos discursos que afirmam o humor das mulheres como mais sutil, tal abordagem insinua a possibilidade de agressividade do humor gráfico feminista brasileiro. Como dito anteriormente, a narrativa deste capítulo não deve ser entendida como uma história da evolução do feminismo e do humor gráfico, uma vez que as pautas e as modalidades de humor, muitas vezes, compartilham as mesmas páginas. A Imagem 10 em destaque, do *Maria Maria*, jornal de Salvador, é exemplar nesse sentido. Em 1984, recuperando debates que pautaram *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* em 1976, o jornal demonstra como a maioria das pautas feministas são atemporais.

⁹ *Mulherio*, por contar com contribuições de número significativo de cartunistas, eventualmente publicava charges, tiras, quadrinhos e cartuns que satirizavam a masculinidade, mas estes eram assinados, em geral, por cartunistas homens como Miguel Paiva e Angeli.

Imagem 10: Trabalho Doméstico Não Remunerado



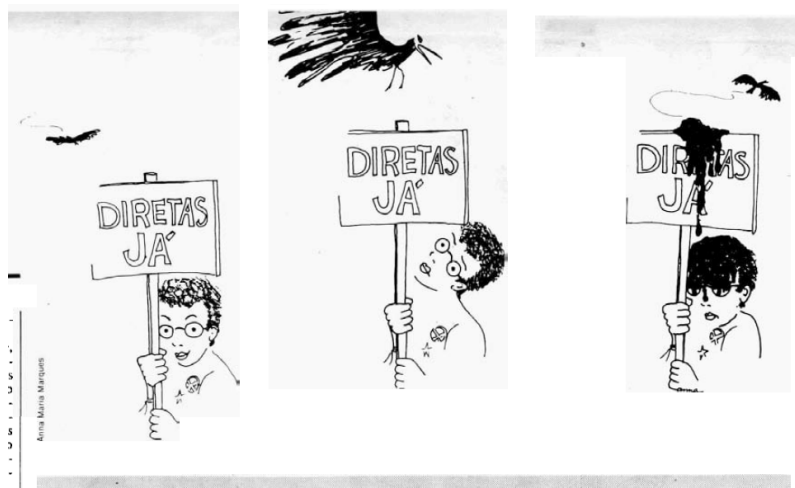
Fonte: Sem Autoria. *Maria Maria*, Salvador/Brasil, maio/jun. 1984, n. 1, p. 4.

O cartum do *Maria Maria* poderia, facilmente, ser publicado em jornal de 2019. Na imagem uma mulher com roupas “de casa” e de chinelos “bate cartão” em uma máquina de ponto. A máquina, contudo, está em casa e não no espaço formal de trabalho. Na parede, um quadro com flores, na base, pequenas marcas que indicam tijolos. No lado oposto uma voz vocifera: “Atrasada heim?!”. *Maria Maria* era um jornal publicado em Salvador pelo Grupo Brasil Mulher, grupo formado a partir do jornal *Brasil Mulher*, logo, seus modos de atuação são bastante semelhantes. Assim como o jornal fundado em 1975, o *Maria Maria* colocou como preocupação primeira as mulheres pobres, faveladas, trabalhadoras, mulheres do campo, mas tendo como horizonte bastante firme o feminismo, pautando discussões sobre aborto, por exemplo, tema tabu mesmo dentro das publicações feministas. O jornal nasceu da necessidade de um veículo que dialogasse com as demandas das mulheres baianas, o que insinua, ainda, a importância de narrativas descentradas do sul e sudeste. Como no *Brasil Mulher*, seu uso do humor é tímido. Seu primeiro número trouxe como discussão inicial o tema das diretas já, assunto que encerra a discussão deste capítulo.

Ao longo da década de 1980 a discussão sobre as diretas e sobre a Constituinte de 1988 mobilizou os movimentos feministas e, conseqüentemente, os jornais feministas. O debate sobre política institucional assumiu grande força, uma vez que a emergência da democracia provocava preocupações que antes não estavam em voga. A abertura política e o período de rede-

mocratização vieram acompanhados de uma espécie de institucionalização do feminismo, com uma série de candidatas mulheres, algumas feministas, e um posterior fortalecimento das organizações não governamentais. Tira de Ana Maria Marques publicada no *Mulherio* ilustra primorosamente essa nova fase.

Imagem 11: Democracia



MARQUES, Ana Maria. *Mulherio*, São Paulo/Brasil, nov./dez. 1984, n. 19, p. 4.

Na imagem uma mulher sorridente carrega alegremente uma placa que pede: “Diretas Já”. Seus olhos encaram a leitora que a observa. Ao fundo e distante um pássaro pode ser observado no horizonte. No segundo quadro a mulher olha para o céu, seu olhar encontra um pássaro exatamente sobre ela. Por fim o pássaro defeca sobre a placa, que pede eleições diretas, e sobre a cabeça da, até então, sorridente manifestante. Como uma espécie de mau agouro, o pássaro anuncia que a vida das mulheres em período democrático não seria fácil. O humor utilizado é aliado do grotesco, tipo de humor pouco vinculado à produção das mulheres, uma vez que recusa padrões de feminilidade (PIRES, 2019).

Considerações finais

Uma história do feminismo no Brasil por meio do humor gráfico (1976-1984) tinha como objetivo contar uma parte da história de um dos movimentos sociais mais importantes do século XX, para isso foram exploradas fontes pouco utilizadas na história, e mesmo na história feminista. O uso do humor gráfico como referência histórica pretendia não apenas construir

uma história outra, mas também demonstrar como mulheres das décadas de 1970 e 1980 fizeram uso de uma modalidade de humor que se baseava no questionamento de privilégios e liberdades monopolizadas pelos homens. Essa reflexão primava por um olhar de gênero, discussão praticamente inevitável, na medida em que o humor é categoria construída no masculino.

A seleção de humor gráfico dos jornais feministas *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio*, *ChanaComChana*, *Sexo Finalmente Explícito* e *Maria Maria* reuniu algumas das pautas que mobilizaram mulheres em período de vigência do regime ditatorial. Em cenário que a luta pelo retorno da democracia era primordial, os jornais feministas e sua produção de humor demonstram as tensões dentro das esquerdas, lugar privilegiado de emergência dos feminismos brasileiros. A cronologia de tais pautas não é, contudo, uma linha crescente. Ainda hoje mulheres veem-se debatendo trabalho doméstico, dupla jornada, feminização da pobreza, o lugar das mulheres nas esquerdas, a identidade das mulheres. As pautas prevalecem, e convivem em diferentes tempos. O mesmo vale para os usos do humor. O humor gráfico feminista que compõe este capítulo faz uso de sutilezas, alegrias, tristezas e ataques diretos: Ciça, Cahu, Miriam Martinho, Ana Maria Marques e todo humor gráfico cuja autoria não foi identificada, bem como o não assinado, integram um movimento em direção a um humor diverso, mas que, em última análise, tem como objetivo revolucionar as hierarquias e binarismos que marcam as relações entre homens e mulheres. A existência de enorme número de cartunistas feministas fazendo uso da Internet hoje demonstra que esse foi só o começo.

Fontes

Brasil Mulher, Londrina/São Paulo-Brasil. Números: 2 de 1976; 11 de 1978.

ChanaComChana, São Paulo/Brasil. Números: 1 de 1982; 4 de 1983.

Maria Maria, Salvador/Brasil. Número: 1 de 1984.

Mulherio, São Paulo/Brasil. Números: 10 de 1982; 19 de 1984.

Nós Mulheres, São Paulo/Brasil. Números: 1 de 1976; 4 de 1977; 6 de 1977.

Sexo Finalmente Explícito, Rio de Janeiro/Brasil: Número: Zero de 1983.

Referências

BARRECA, Regina. *They used to call me snow white... but I drifted*. Women's strategic use of humor. Penguin Book's: USA, 1991.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. v. I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BING, Janet; SCHEIBMAN, Joanne. Blended Spaces as Subversive Feminist Humor. *In: CHIARO, Delia; BACCOLINI, Raffaella (ed.). Gender and Humor: Interdisciplinary and international perspectives*. New York and London: Routledge, 2014, p. 13-29.

BOFF, Ediliane de Oliveira. *De Maria a Madalena: representações femininas nas histórias em quadrinhos*. Doutorado em Comunicações e Artes. 320p. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

BURKART, Mara. Claire Bretécher en la revista Hum® (1979-1984) (O como hacer para que el humor gráfico argentino deje de ser una cuestión de hombres). *Revista Ártemis*, v. XXVI, n. 1, p. 6-28, jul-dez. 2018.

CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Mestrado em Comunicações e Artes. 132p. Universidade de São Paulo, 2004.

CRAU *et al.* *As Periquitas*. São Paulo: Kalaco, 2014.

CRESCÊNCIO, Cintia L; WOLFF, Cristina S.; PEDRO, Joana M. Ondas, Mitos e Contradições: feminismos em tempos de ditaduras no Cone Sul. *In: ROCHA, Marcos (org.). Coleção Gênero, Cultura e Mudança: Feminismos Plurais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, v. 1, p. 53-70.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Humor Feminista. *In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). Dicionário Crítico de Gênero*. 2. ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, v. 2, p. 405-408.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. *Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988)*. Tese de Doutorado em História Cultural. Programa de Pós-Graduação em História. 361p. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. *In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (org.). Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251-271.

ECO, Umberto. The Frames of Comic Freedom. *In: ECO, Umberto; IVANOVV, V.V; RECTOR, Monica. Carnival! Approaches to Semiotics*. Berlin, DEU: Walter de Gruyter, 2011, p. 1-9.

- FÁVERI, Marlene. Desquite e Divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, p. 335-357, 2007.
- FERREIRA, Jorge Ferreira; GOMES, Angela da Castro. *1964: O golpe que derubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FLEMING, Jacky. *Qual o problema das mulheres?* Porto Alegre: L&PM, 2018.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GIUNTA, Andrea. *Feminismo y Arte Latinoamericano*. Historias de Artistas que Emanciparon el Cuerpo. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- KULICK, Don. Humorless Lesbians. In: CHIARO, Delia; BACCOLINI, Raffaella (ed.). *Gender and Humor: Interdisciplinary and international perspectives*. New York and London: Routledge, 2014, p. 85-99.
- LEBEL, Vinícius. Charges. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. *Possibilidades de Pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 83-114.
- MELLO; João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MONTEIRO, Thiago Nunes. *Como pode um povo vivo viver nessa carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. São Paulo: Humanitas, 2017.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Mulheres desregradas: autorretratos e o corpo grotesco nos cartuns de Chiquinha. *Topoi*, v. 20, n. 41, p. 302-316, maio/ago. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tauana Olívia Gomes; FERREIRA, Gleidiane Sousa. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, 2017.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Artcultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, jan-jun. 2007.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 591-611, 2005.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da Guerrilha à Imprensa Feminista*. A construção do Feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1988). São Paulo: Intermeios, 2013.

WALKER, Nancy. *What's so funny?* Humor in American Culture. American Visions: United States, 1988.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83-92.

MULHERES BRASILEIRAS NO EXÍLIO FRANCÊS: CONFLITOS, RUPTURAS E TRANSFORMAÇÕES DAS SUAS MILITÂNCIAS¹

Eloisa Rosalen

Durante a ditadura militar, muitas mulheres (por seus diferentes motivos) tiveram que deixar o Brasil. Nesse período no exterior, que muitas vezes se iniciou de maneira provisória, essas mulheres (e homens) mudaram os seus projetos políticos, passaram a se identificar como feministas ou a militarem com movimento de mulheres, e a constituírem novas relações de afeto em seus cotidianos (PEDRO; WOLFF, 2007; ROLLEMBERG, 1999; ROSALEN, 2016). Também, foi um momento de autocrítica às práticas políticas desempenhadas no Brasil em suas diferentes esferas, como com relação ao machismo na esquerda e à luta armada, (re)formulação dos conflitos entre os diferentes grupos de esquerda, que não enxergavam com bons olhos a inclusão e a transformação das pautas e projetos desses novos engajamentos políticos (MORAES, 2012; WOLFF, 2011).

Os conflitos, as lutas, a formação de novos vínculos e as militâncias das mulheres brasileiras (com suas transformações) no exílio na França são os temas deste capítulo. Nesse sentido, tenho como objetivo pensar como a trajetória de militância das mulheres exiladas se transformou durante o exílio, que, por sua vez, foi permeada por conflitos, abandonos e inclusões de novos projetos. A ideia é pensar, a partir de algumas trajetórias de mulheres exiladas, quais foram os espaços de militâncias, o que tais mulheres narram sobre a maneira que se inseriram no que tange aos seus engajamentos, e pensar as des/continuidades entre as militâncias desenvolvidas no Brasil e no exílio.

De modo geral, embora as mulheres exiladas estivessem situadas no campo das esquerdas e possam ser caracterizadas como provenientes tanto das camadas médias intelectualizadas quanto dos centros urbanos brasileiros, como tentarei demonstrar aqui, seus engajamentos durante o exílio francês nos anos de 1970 variaram em diferentes aspectos, grupos, formas e atividades. Por uma questão de recorte me proponho a analisar aqui somente as trajetórias das mulheres brasileiras que estiveram na França durante os anos de 1970, uma vez que contemplam tanto a emergência de grupos em tal país quanto apresentam um momento de rupturas maiores aos exilados destinarem-se à Europa e a consolidação do fim de um projeto vivido pela dor do golpe do Chile em 1973 (ROLLEMBERG, 1999). O enfoque na França, como lugar de des-

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

тино, deu-se por esse país ter recebido uma grande quantidade de exilados e pela constituição de importantes grupos em que muitas mulheres militaram.

O fio condutor da minha análise para este capítulo está amparado nas discussões acerca das categorias de mulheres (com uma leitura sob a perspectiva de gênero²), trajetória³, exílio⁴, memórias⁵ (recolhidas a partir de entrevistas de história oral e da produção do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*), e campo de experiência/horizonte de expectativa⁶. A partir dele, não pretendo somente dar visibilidade às narrativas, às subjetividades e aos engajamentos das mulheres desempenhados no exílio (com suas transformações), mas também explicitar algumas hierarquias estabelecidas dos projetos políticos e demonstrar a complexidade que atravessa as trajetórias das mulheres exiladas. A fim de elucidar as atividades políticas desempenhadas pelas mulheres durante no exílio francês, escolhi as trajetórias de militância de Angela Arruda, Elisabeth T. de Vargas e Silva, Margarida M. do Amaral Lopes e Zuleika Alambert⁷.

Contextualizando os grupos no exílio francês

Lugar de contestação, resistências diversas e formulações de novas lutas, foi na França que emergiu dois significativos grupos de consciências

² A categoria de mulheres já foi bastante discutida como uma maneira de sinalizar a diversidade dentro da categoria “mulher”, que não contemplava todas as diferenças (PEDRO, 2005). Apesar de entender o caráter construído desta categoria em função do sistema de gênero/ sexo, a utilização de “mulheres” é um recorte a fim de delimitar as trajetórias/memórias que serão analisadas. As contribuições da categoria gênero são importantes, uma vez que permitem perceber as relações complexas entre as pessoas, entendidas como o “primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995) e se mantêm em perspectiva com as categorias interseccionais, como classe, sexualidade e raça (CRENSHAW, 2004).

³ Considero que a trajetória não possui uma formulação de um sentido coerente e orientado, como ordem cronológica, e com uma lógica, que os sujeitos assumem diferentes identidades em diferentes contextos e “não são unificadas em redor de um ‘eu’ coerente”, e que existe uma série de impasses que rodeiam esse debate como indivíduo/sociedade, público/privado (BOURDIEU, 2006; HALL, 2015; SCHIMIDT, 1996).

⁴ De um modo geral, a centralidade da categoria exílio está atrelada ao seu caráter político (SZNAJDER; RONIGER, 2013). No entanto entendo a categoria em seu sentido ampliado, conforme sugerido por Rollemberg (1999) e Goldberg (1986), no qual exiladas são todos aqueles sujeitos afetados direta ou indiretamente por essa experiência.

⁵ As discussões sobre as memórias estão atravessadas por diferentes aspectos, como individual/coletivo, múltiplas temporalidades, dito/não dito, construções de si. Para saber mais, ver: PORTELLI, 1997; POLLAK, 1986.

⁶ “Horizonte de expectativas” e “espaço de experiência” são duas categorias chaves desenvolvidas por Koselleck (2006) a fim de entender o caráter plural da temporalidade histórica em função de sua inserção na vida social. A relação com o tempo se dá por meio do “horizonte de expectativas” e “espaço de experiência”, isto é, como a tensão entre essas duas categorias produz o tempo histórico e como essas noções não são simétricas, sobrepõem-se e são plurais (KOSSELLECK, 2006).

⁷ As mulheres brasileiras se exilaram em diferentes países e engajaram-se nas mais diferentes atividades no exterior. Muitas outras trajetórias poderiam ser exploradas aqui, por exemplo, Moema Viezzer no México, Beatriz Cannabrava no Peru, Hilda Fadiga em Portugal, entre tantas outras. Além disso, um importante grupo de mulheres em Portugal também constituiu um grupo de debates e organizou o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Infelizmente, para este trabalho, escolhi retratar somente algumas das trajetórias de mulheres que estiveram na França.

de mulheres brasileiras, o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* e o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. Além disso, o exílio foi um espaço da realização da autocrítica por parte de diferentes grupos de esquerda que, por sua vez, não necessariamente passaram pela incorporação do feminismo ou o incorporaram, mas submetido às pautas gerais. Nesse sentido, (res) surgiram espaços/grupos de debate e autocrítica, de denúncias contra a ditadura brasileira e de reestruturação das organizações brasileiras, como o *Campanha*⁸ e o *Debate*, um importante *Comitê de Anistia*, e a *Seção Feminina do PCB*. Os principais grupos que incluíram debates sobre o feminismo ou mulheres serão apresentados rapidamente aqui.

Um dos primeiros grupos que foi organizado na França foi o grupo *Debate*, entre o ano de 1970 até 1982, e se estruturou tanto como um centro de estudos quanto produziu uma revista, de mesmo nome, que teve 40 números em 12 anos (ROLLEMBERG, 2007, p. 331). Tal grupo teve como organizador João Quartim de Moraes⁹ e contou com a presença de mulheres em suas discussões. Mesmo que ainda limitados aos princípios marxista-leninistas, Denise Rollemberg (2007) sinaliza que, a partir das publicações da revista *Debate*, houve um processo de renovação dessas pessoas a partir das quais foram formuladas alternativas para a luta política que prosseguia. Nessas convergências, além da crítica à luta armada, encontraram-se várias novas inclusões ou eixos de discussões; uma delas era o feminismo.

O entendimento, ainda de acordo com a historiadora supracitada, era de que a determinação econômica não explicaria o fenômeno específico das opressões das mulheres, que existia uma autocrítica em relação à pouca incorporação do *homem novo* dentro das esquerdas brasileiras, e que as mulheres poderiam criar uma nova prática, mais democrática, a partir da politização do privado (ROLLEMBERG, 2007, p. 312-315). Mas que, por outro lado, as feministas não deveriam abandonar a condição de classe, a partir da qual as mulheres deveriam tanto lutar contra a opressão específica quanto a exploração de classe; ao mesmo tempo que deveriam “priorizar a luta democrática no contexto da ditadura”, a partir da qual as pautas seriam a derrubada da ditadura militar (ROLLEMBERG, 2007, p. 315-316).

Por outro lado, o primeiro grupo feminista foi o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Criado em 1972, o grupo promoveu debates, grupos de reflexões (ou autoconsciência) e publicou um boletim bilíngue chamado *Noso-*

⁸ O *Campanha*, criado em 1972 no Chile, pertencia ao grupo Fração Bolchevique e produzia um jornal de bastante circulação; foi também o único periódico que conseguiu se reestruturar na França após o ano de 1973 (CRUZ, 2010). Não irei discutir questões mais específicas acerca desse grupo, já que muitas mulheres que estiveram nele participaram ativamente do *Círculo*.

⁹ João Quartim de Moraes era “dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária, expulso da organização em janeiro de 1969 por divergir dos rumos que a luta revolucionária estava tomando” (ROLLEMBERG, 2007, p. 292).

tras (conforme pode ser visto na Figura 1), entre janeiro de 1974 até o segundo trimestre de 1976 (ABREU, 2014). Segundo Maíra Abreu (2014, p. 133), que estudou os boletins publicados, o grupo era profundamente influenciado pelo feminismo francês, mas “não se configurou como uma assimilação acrítica e descontextualizada”; nesse sentido, destacou a autora, “o tema da ‘especificidade’ latino-americana se impôs desde o princípio. Assim, o *Nosotras* do qual falava o grupo era um ‘nós mulheres’, mas tratava-se principalmente de um ‘nós mulheres latino-americanas’”. Para tanto, evidenciou que havia a compreensão de que a situação da mulher latino-americana era específica e exigia métodos de lutas também específicos (ABREU, 2014). Também enfatizou que estiveram presentes os debates entre patriarcado e capitalismo, diferencialismo¹⁰, universalismo, e o ao tema da sexualidade, que foi central (ABREU, 2014).

Já o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, segundo Maíra Abreu (2014), emergiu em 1976 após uma cisão do *Comitê de Mulheres* organizado por Zuleika Alambert com a constituição do *Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias* (GBMR), do Grupo Campanha, o qual buscava formar uma frente feminista revolucionária que incluía questões de classe. Ainda de acordo com a autora, foi a partir desse espaço que houve a necessidade de “criar um grupo ampliado, que pudesse abranger um maior número de mulheres e com uma perspectiva distinta do Comitê, ideia que se concretizaria com a construção do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*” (ABREU, 2014, p. 167). O *Círculo* era constituído a partir da identidade de brasileira, que incluía ou excluía participantes, mas com propostas que não se reduziam às questões da anistia ou denúncias da ditadura, que já era pauta no ano da fundação.

O debate teórico ocupou grande espaço dentro do *Círculo* e esteve ligado a alguns temas, como movimento autônomo, movimento feminista e luta de classes, violência contra as mulheres, feminismo no Brasil, imprensa feminista, sexualidade, realidade brasileira, presas políticas, anistia, educação, trabalho doméstico, teatro, aborto, e direitos reprodutivos (ABREU, 2014). O *Círculo* também publicou boletins, o jornal *Agora é que são elas*, muitas brochuras, panfletos de denúncia da ditadura e pedido de libertação de presas políticas (conforme pode ser visto na Figura 2). Porém, mesmo não se reconhecendo como uma organização marxista, o *Círculo* colocava em sua pauta do dia as questões da luta de classes, uma vez que tinha uma ligação forte com as organizações e com a tendência de lutas de classes do MLF (ABREU, 2014); isto é, como já sinalizado, muitas mulheres provinham de organizações de esquerda nas quais o marxismo era bastante presente.

¹⁰ Feminismo pautado na oposição binária entre masculino/feminino, a partir da qual a identidade comum das mulheres era promovida pelo sexo (aquele genital) que preconizava a “feminização do mundo” e considerava (independentemente de categorias interseccionais) que as mulheres eram alvos das mesmas violências e opressões (PEDRO, 2005).

De modo geral, os dois últimos grupos citados possuíam características similares, uma vez que, em primeiro lugar, eram grupos de consciência, autodenominavam-se feministas, constituíram espaços de reflexão ou, no termo em francês, o *vecù*¹¹, e colocaram em primeiro plano pautas e debates ligados às questões das mulheres no que tange aos aspectos do cotidiano, do envolvimento político, da sexualidade, entre outros. Ademais, constituíram-se como grupo de consciência em função da identidade de mulheres¹², isto é, o grupo de consciência se constituía pela noção de irmandade pelo emprego da dicotomia entre mulheres e homens; nesse sentido, somente era permitida a participação de mulheres, uma vez que muitas delas se queixavam de não serem ouvidas em outros espaços, que, muitas vezes, eram monopolizados pelos homens (PEDRO; WOLFF, 2007).

Figuras 1 e 2: Capa do Boletim Nosotras e da *Parole aux femmes du Brésil* (Palavra para as mulheres do Brasil)¹³ do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris



Fonte: À esquerda, cada do Boletim Nosotras Ano 1976, n. 25-26, consultado na Bibliothèque Marguerite Durand em Paris. À direita, *Parole aux femmes du Brésil*, consultado na Coleção Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris – Publicações, v. 5, no Centro Informação Mulher (CIM) em São Paulo.

¹¹ O *vecù* é um termo em francês que significa “o vivido”. Era uma prática coletiva que ocorria nos grupos de consciência, no qual as mulheres relatavam sobre suas experiências cotidianas a partir de diferentes temáticas.

¹² Historicamente ora as mulheres se reúnem por noções pautadas na igualdade ora por àquelas ligadas à diferença (SCOTT, 2005). Ambos os grupos se reuniam em função das suas igualdades (mulheres brasileiras ou latino-americanas), mas distinguiram-se dos demais existentes no mesmo período na França pelas suas diferenças, como brasileiras e latino-americanas.

¹³ A segunda figura se assemelha muito com aquelas debatidas por Cintia Lima Crescêncio e Erica Dantas Brasil no capítulo deste livro intitulado *Uma história do feminismo no Brasil por meio do humor gráfico (1976-1984)*.

Para além de grupos de debate e consciência, ainda durante o exílio ocorreu a reorganização partidária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a constituição da sua *Seção Feminina*, que ocorreu a partir dos anos de 1974 e 1975 e esteve presente em vários países, como na França e Itália (BACK, 2013). Cabe situar que o trabalho junto às mulheres já vinha sendo realizado pelo PCB anteriormente, mas estava vinculado ao Secretariado das Massas do Partido; já a Seção Feminina constituída no exílio foi uma Seção do Comitê Central (BACK, 2013). As discussões realizadas junto à Seção Feminina culminaram na criação pelo PCB do informe intitulado “A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão política do PCB” e do documento a “Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher”, ambos de maio de 1979, que apresentaram as concepções do partido para o debate no que tange à condição da mulher no Brasil, ao trabalho, à família, entre outros aspectos (BACK, 2013). Mesmo que produzindo documentos de maneira mais tardia, não se assumindo como um grupo feminista e submetido ao PCB, a Seção Feminina teve uma importante contribuição para pensar a “condição da mulher” sob uma perspectiva de classe e dentro de um partido.

As trajetórias das mulheres brasileiras exiladas: rupturas e transformações das/nas militâncias

Nesse contexto de diferentes organizações e grupos, como os mencionados acima, muitas mulheres se engajaram, rompendo ou transformando suas militâncias durante o exílio. Teve início com a trajetória de Elisabeth T. de Vargas e Silva¹⁴, que nasceu em Roca Salles no Rio Grande do Sul. No ano de 1967, Elisabeth entrou na UFRGS, em Porto Alegre, para fazer História, mas logo saiu para militar na POC¹⁵. Ainda no Brasil, em 1970 se mudou para São Paulo e permaneceu clandestina desempenhando tarefas de cuidado com documentos, aluguéis de aparelhos, entre outras (VARGAS, 2015, p. 8). Elisabeth esteve exilada no Chile a partir de maio de 1971, onde estudou sociologia (que também não conseguiu concluir) e entrou no MIR¹⁶, envolvendo-se com atividades muito próximas àquelas que fazia em Porto Alegre, como ir para as fábricas para ensinar os operários o leninismo; como todas as pessoas que passaram por lá, permaneceu no Chile até o golpe de 1973 (VARGAS, 2015, p. 21).

¹⁴ Com Elisabeth T. de Vargas e Silva foram realizadas duas entrevistas; uma em 2015 para a minha pesquisa de mestrado, com foco nos afetos e uma em 2018 para esta pesquisa, como foco nos engajamentos políticos das mulheres.

¹⁵ POC é o Partido Operário Comunista, que foi organizado a partir da fusão entre a dissidência gaúcha do PCB e o que havia restado da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) (RIDENTE, 2010).

¹⁶ MIR é o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* fundado no Chile em 1965.

De lá partiu para a Suíça, lugar no qual conseguiu asilo político, começou novamente a frequentar a universidade, aprendeu francês e passou a ser uma espécie de “representante” do MIR chileno, pois buscava arrecadar fundos para serem enviados ao Chile (VARGAS, 2018, p. 11). Em 1975, mudou-se para Paris, onde passou a ter um maior envolvimento com o feminismo, ao participar do *Círculo* (VARGAS, 2018, p. 16). Sobre a militância que teve junto ao MIR contou que viajou inúmeras vezes para diferentes países da Europa a fim de arrecadar dinheiro e depois enviar de maneira clandestina ao Chile; a atividade durou dois ou três anos, até o assassinado de Miguel Enriquez (VARGAS, 2018, p. 12). Após esse período, Elisabeth trabalhou em diferentes lugares a fim de se manter e deu um novo passo para a sua militância: a tomada de consciência do feminismo. A respeito disso relatou que quando chegou na Europa o movimento feminista já existia, que não lembra muito bem em que momento descobriu o *Círculo*, mas que começou a participar (VARGAS, 2018, p. 16).

Elisabeth também traz em suas memórias a passagem da sua militância em organizações de esquerda, do movimento estudantil e clandestinidade no Brasil e no MIR chileno, ligadas ao ensino de trabalhadores e de arrecadadora de fundos para o movimento feminista. Com suas memórias, Elisabeth acentua que a passagem de uma militância a outra não se deu de maneira rápida e imediata a partir da sua chegada na Europa; como pode ser percebido em seu relato, houve um momento de transição, a derrota de um projeto que mantinha vínculos com a América do Sul e com um engajamento mais tradicional em sua estrutura organizacional.

A respeito do *Círculo*, recordou sobre o importante vínculo criado entre as participantes e que foram se tornando amigas, embora algumas mais do que as outras (VARGAS, 2015, p. 44); mas por outro lado estavam rompendo com “aquela coisa de ‘é mulher de quem?!’”, disse ela, “Somos mulheres!” e “incorporamos completamente o discurso feminista francês” (VARGAS, 2015, p. 44). Por outro lado, ainda sinalizou que, obviamente, existiu uma proximidade maior entre algumas delas. Além disso, nessa mesma entrevista, realizada em 2015, deu destaque para a solidariedade que o grupo de mulheres teve em função da atividade de um membro da colônia dos brasileiros:

[...] teve uma história meio piada, que tinha um brasileiro [...], o Marcão, era um bonitão carioca, [...] e ele vivia de um lado para o outro era assim, aquela linguagem do *Pasquim*, “voco, toco, jáco”: “vou comer, estou comendo, já comi”. Aí um dia essa história apareceu em uma reunião do *Círculo*, aí fizemos uma campanha contra o Marcão, “ninguém dá para o Marcão” [risos]. E deu certo, ele ficou desesperado, falou para todo mundo “o que é isso, parem com isso eu não sou assim”; [e nós dissemos] “então para de falar, não é”. [...] nós viramos uma ameaça aos homens

brasileiros porque a gente discutia a vida pessoal das brasileiras, [da] colônia brasileira em Paris, e isso era uma grande ameaça. (VARGAS, 2015, p. 45).

É inquestionável a relação de solidariedade criada entre as mulheres do *Círculo* (e que também deve ter existido no grupo *Nosotras*), que, de certa forma, parecia uma grande ameaça aos outros grupos e à comunidade de brasileiros em Paris. O privado se tornou político¹⁷ e, como relatou Elisabeth, isso era uma ameaça para os homens, que viram suas práticas de opressão cotidianas questionadas, debatidas em um grande grupo e difundidas entre uma quantidade de mulheres bastante grande da colônia de brasileiros. Isso reverberou em críticas e conflitos com transformações das relações e práticas cotidianas. A solidariedade entre elas foi muito importante porque criou vínculos, os quais, por sua vez, consolidaram-se em redes de apoio, afetos e afinidades existentes até hoje. No entanto esse vínculo não pode ser lido de maneira ingênua ou ilusória. Como sinalizado por Elisabeth, a relação de amizade não atravessou a todas da mesma maneira e, diante de algumas situações, significou escolhas que as aproximaram entre elas, mas que as distanciaram de certos sujeitos.

A solidariedade também implica pensar com quem você se solidariza e com quem não; ou ainda “o sentimento de solidariedade traduz, também, códigos de não solidariedade” (COSTA, 2009, p. 19). Nesse sentido, Elisabeth foi uma das únicas entrevistadas a relatar um conflito que teve na época: Jorge, seu ex-marido, convidou para jantar na sua casa um amigo¹⁸ que, respectivamente, estava morando com uma pessoa que participava do *Círculo*; no entanto, para morar com essa pessoa, o convidado havia deixado sua companheira grávida e saído de casa. Elisabeth contou que, por conta disso, não gostaria de estar no jantar (VARGAS, 2018, p. 19); para ela, não havia qualquer conflito com a colega do *Círculo* e que só mais tarde se tornou amiga da ex-companheira do convidado, mas sentiu que tinha que se solidarizar com ela naquele momento em função da situação de abandono durante a gravidez (VARGAS, 2018, p. 19). Assim, ainda acrescentou que “era demais para mim: deixar a mulher grávida sozinha e se mudar para casa da outra. Coisas da revolução sexual da época, digamos, tudo era permitido, mas eu era meio caxias em alguns pontos” (VARGAS, 2018, p. 19).

¹⁷ A afirmação de que “o pessoal é político” consiste sobre o “caráter estrutural da dominação expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático tinha sido precisamente obscurecido, como se fosse o produto de situações pessoais” (VARIKAS, 1996, p. 66). O que buscava demonstrar que a “dominação era ao mesmo tempo oculta e assegurada através de poderosas instituições”, como a família, a heteronormatividade e a divisão do trabalho. Essa afirmação não anula as estruturas e as instituições em detrimento da vida cotidiana e também significa que “um dos sentidos da defesa da politização da vida privada no feminismo é a exposição do caráter político das relações de poder em domínios da vida que são exteriores aos limites convencionais da política” (BIROLI, 2013, p. 17).

¹⁸ Os nomes não foram citados a fim de não gerar nenhum tipo de constrangimento.

Mesmo que houvesse um pacto de irmandade entre as participantes do *Círculo*, o qual foi bastante significativo tanto nas memórias quanto para a existência do grupo, sob essa condição, Elisabeth escolheu ser mais solidária com alguém que não era participante. Por outro lado, suas memórias a respeito apresentaram que as liberdades que passaram a experimentar no exterior também desencadearam contradições e conflitos que se refletiram dentro e fora do grupo; e que certamente foram experiências significativas para as mulheres e homens que viveram na França do pós-1968.

A maior parte das memórias sobre o *Círculo* trazem um passado bastante idealizado, pautado em uma unidade política da militância dessas mulheres, no qual parece que não existiram pontos de conflitos internos ou de debates com relação às pautas e aos projetos. Essa boa imagem pode ser entendida tanto como iniciativas (conscientes ou inconscientes) para a constituição de uma boa narrativa com relação à história do *Círculo* quanto uma construção de si em relação ao corpo estranho (materializado pelas minhas entrevistas e perguntas) que buscava escutar tais narrativas. Por outro lado, as perguntas que envolveram conflitos, realizadas durante as entrevistas, nunca foram voltadas àqueles internos, possivelmente, presentes dentro dos debates políticos, o que também significa uma ausência de questionamento a respeito. Da mesma maneira, também muito próximas ao elencado acima, inimizades, hostilidades e antipatias pessoais quase não foram expressas nas memórias ou, quando manifestadas, carregaram práticas de escolhas ligadas à própria solidariedade.

Uma narrativa menos idealizada quanto aos subgrupos do *Círculo* provém de Angela Arruda¹⁹, nascida no Rio de Janeiro em 1947, e que exilou-se, respectivamente, no Chile (em 1970) e na França (a partir de 1973). Durante o período em que estava na França, participou de grupos de reflexão franceses e do *Círculo*. A respeito da sua militância no Brasil, narrou que, após entrar na UFRJ na segunda metade dos anos de 1960, casou-se com um camarada que rapidamente tornou-se militante de uma das organizações existentes naquele momento (ARRUDA, 2018, p. 4); segundo ela, sua participação era “meio periférica”, o que significava participar de discussões de leituras ou de livros, distribuir panfleto, ir à manifestação, ou seja, nunca chegou até a posição de militante da organização (ARRUDA, 2018, p. 4).

Sobre os anos de 1970 até 1973, período em que estive no Chile, destacou ter dedicado mais tempo ao seu trabalho e, em menor proporção, participou de um grupo que era coordenado pelo Thiago de Mello, no qual “a gente cantava e se apresentava nas penhas e tal, que era para ajudar os

¹⁹ Angela Arruda foi uma das poucas mulheres entrevistadas que se identificou como “parda”. No entanto, ao longo de suas entrevistas (tanto concedida a mim quanto a Maria Auxiliadora Banchs), não relatou violências ou preconceitos vividos durante o exílio em função de sua identidade étnico-racial.

que chegavam, [no intuito de] fazer dinheiro” (ARRUDA, 2018, p. 6); além disso, sobre esse período, contou que colaborou com um jornal denominado *Povo/Poder* (ARRUDA, 2018, p. 6). Angela desempenhou importantes funções, como de ida à Argentina, na tentativa de identificar possibilidades de acoelhidas em caso do golpe do Chile, o levantamento de fundos para apoio e a colaboração com o jornal (citados acima) (ARRUDA, 2014); de certa forma sua percepção de que desempenhava função menor estava atrelada à própria concepção de militância que, muitas vezes, esteve ligada ao vínculo de uma organização ou à estrutura partidária de que eram militantes àqueles ordenados e definidos dentro dessa lógica.

Após sua passagem pelo Chile, e o respectivo golpe naquele país, a respeito do seu envolvimento na França com militância feminista por volta do ano de 1975 ou 1976, Angela Arruda enfatizou que o seu envolvimento com o feminismo esteve relacionado de maneira direta às questões familiares e às dificuldades em relação ao divórcio legal²⁰ que estava solicitando no exílio (ARRUDA, 2018, p. 8). De certo modo, o privado a motivou à busca de respostas aos seus anseios e a levou ao novo formato de organização política ligado aos problemas enfrentados pelas mulheres. Nesse sentido, Angela deu destaque aos debates, à criatividade, e ao que chamou de confusão geral em que tudo acontecia e se resolvia dentro do grupo francês que participou (ARRUDA, 2018, p. 8). De certo modo, esse espaço de militância era muito diferente daquele sistematizado pelas organizações de esquerda da qual fez parte (mesmo que considere de maneira tangencial) ou conhecia até então. Por último, o novo engajamento “também me levou a uma revisão toda da minha vida, eu passei a fazer uma outra leitura de toda a minha vida a partir do feminismo” (ARRUDA, 2018, p. 9); em outras palavras, a militância feminista foi transformadora ao constituir uma nova consciência de si, o que a fez mudar sua percepção do passado e a deslocou para um novo projeto com relação ao futuro.

Além disso, Angela contou também que não teve dificuldades com a inserção dentro do movimento francês (em função da grande solidariedade que havia com os exilados no momento) e as facilidades linguísticas (uma vez que já havia estudado o francês por muitos anos no Brasil e falava com fluência, pois já estava no país fazia um tempo) (ARRUDA, 2018, p. 10-11). Por outro lado, com a sua entrada no *Círculo* teve um outro tipo de vínculo e constatou algumas diferenças, que foram questionadas por mim durante

²⁰ Diferente de muitos outros países o divórcio legal no Brasil só foi possível a partir de 1977. Já na França, por exemplo, isso poderia ocorrer desde 1905. A possibilidade de decidir sobre a instituição do divórcio (a partir do ano de 1977) foi uma das inúmeras mudanças ocorridas (como o aumento da educação formal, a decisão sobre ter ou não filhos, entre outras) nos anos de 1960 e 1970 que permitiram às mulheres colocarem em pauta alguns valores de igualdade (SCOTT, 2012).

a entrevista. Nesse sentido, a respeito do seu engajamento em um novo espaço, explicou que “foi uma outra experiência”, principalmente, ao ver as dificuldades enfrentadas pelas brasileiras; isso seu deu, segundo ela, porque “tinha muita resistência entre o pessoal que estava exilado, as organizações” e “muita gente achava que não podia se afastar da luta principal, que ficar fazendo negócio de mulher era você abandonar a classe. Enfim, toda essa perspectiva negativa com relação ao feminismo” (ARRUDA, 2018, p. 9).

Angela Arruda, em função da sua participação anterior junto às mulheres francesas, demonstra que não teve um deslumbramento em relação ao que passou a ter com o *Círculo*. Suas memórias são uma das únicas que não supervalorizam o que passou a ter dentro do *Círculo*. Nesse sentido, ainda sobre o subgrupo sobre trabalho doméstico do qual fez parte, relatou que não se lembra das discussões, “mas a sensação que eu tenho é de que era meio chato” (ARRUDA, 2018, p. 13); e que, por isso, acha que trocou de subgrupo. Para ela, existiam algumas diferenças bem significativas na experiência que teve no grupo francês (em que primeiro se inseriu) e no *Círculo*:

O movimento francês foi realmente onde eu me achei, que eu entendi todas as questões de como é que foi a minha vida, a reflexão me levou a isso. O trabalho doméstico era um tema meio árido, porque era um tema muito objetivo, não entrava muito na subjetividade. Eu acho que isso também deve ter mexido comigo de alguma maneira. [...] Era uma discussão de uma questão que me parecia mais convencional, mais convencionável. E no grupo francês tinha discussão mais... bem pessoais, do tipo, “bom, e o prazer tem que ser sempre com penetração?” (ARRUDA, 2018, p. 13).

O *Círculo*, ao passo que não abandonou algumas pautas como as questões de classe e de lutas ligadas às denúncias da ditadura, também ficou muito vinculado a algumas discussões, que para Angela, em função do seu contato anterior, ainda eram muitos “objetivos”; esse tema do trabalho doméstico não a tocou tanto quanto a reflexão que passou a fazer sobre sua vida a partir do espaço junto às mulheres francesas. Nesse sentido, embora os grupos de consciência tenham tido a característica de transformação subjetiva atrelada ao processo de construção da prática de si²¹, com autoexames individuais e coletivos realizados no grupo, para Angela a reflexão realizada no *Círculo* não a transformou tanto quanto o que foi discutido com as mulheres francesas; mesmo que essas mulheres não tivessem uma

²¹ Margareth McLaren (2016), ao analisar a concepção de subjetividade em Michel Foucault e a relação com o feminismo, considerou “as práticas de si” (que tal autor desenvolveu) como um mecanismo para a transformação social. Nesse sentido, a partir do exemplo dos grupos de consciências feministas emergentes durante os anos de 1960 a autora sugere que as transformações de si – como ocorreram em tais grupos – são um importante passo em direção à transformação política.

identidade unificadora comum, a partir da interseccionalidade atrelada à nacionalidade como “brasileiras”.

Além das trajetórias citadas acima, eu poderia apresentar também as transformações vividas por Ângela Xavier de Brito, Ângela Muniz, Helena Hirata, Herbert Daniel, Monica Rabelo, Maria Betânia Ávila, Sandra Macedo, entre tantas outras mulheres e homens que tiveram sua tomada de consciência feminista no exterior e que romperam ou deslocaram seus engajamentos, com aspectos semelhantes aos narrados até aqui.

Como visto, as mulheres brasileiras (mesmo as que frequentaram o *Círculo*) não tiveram a mesma trajetória e motivações para a adesão de novos projetos e abandono de outros, como o feminismo, arrecadação de dinheiro, entre outros. Em outras palavras, a transformação da trajetória de muitas mulheres, de seus engajamentos, não significou a mudança de foco por parte de todas elas; ou, ainda, o grau com que cada uma dessas mulheres incorporou novos valores e/ou abandonou os antigos variaram consideravelmente em relação aos seus engajamentos. Nesse sentido, para algumas mulheres o exílio foi espaço de autocrítica e possibilitou novas militâncias, mas não àquela feminista (ou ao menos não autodeclarada como tal), como será visto com Margarida M. Amaral Lopes e Zuleika Alambert. Para esse “segundo” grupo também poderiam ser elencadas as memórias de Carmem Maria Craidy, Lia Zatz, entre tantas outras militâncias no exterior, que (ao menos em um primeiro momento) excluíram o feminismo.

Margarida M. Amaral Lopes nasceu em São Paulo em 1951 e provinha de uma família de classe média. Em função da proximidade de idade com a sua irmã Lucia Amaral, que participou do Congresso da UNE de 1968, viu acontecer em sua casa reuniões e, assim, começou a se envolver com o movimento estudantil (LOPES, 2018, p. 3). Margarida era estudante secundarista em um colégio de freiras e ia junto à irmã no ano de 1968 fazer panfletagem na Rua Maria Antônia (LOPES, 2018, p. 4). Após esse período, conforme sua narrativa, veio o AI-5 e, no final de 1968, “[...] as pessoas já começaram a perceber que tinha que ter um outro tipo de organização. O que a gente achava na época. E rapidamente eu me envolvi com organizações que estavam iniciando a coisa da luta armada, da guerrilha e dessas coisas todas” (LOPES, 2018, p. 4). Nesse sentido, Margarida, que havia acabado de completar 18 anos e ainda era estudante do ensino secundário, tornou-se militante na Ala Vermelha²², passou a morar com o namorado em um aparelho no Brás e ter formação dentro da organização. Em menos de um ano depois o aparelho caiu e Margarida foi presa pela Operação Bandeirantes (LOPES, 2018, p. 5).

²² A Ala Vermelha era uma dissidência do PCdoB que se tornou uma organização, durante o ano de 1967, e que realizou algumas expropriações e ações armadas (RIDENTI, 2010).

Margarida foi torturada e permaneceu na prisão por seis meses, passando pelo Dops e pela Prisão Tiradentes (LOPES, 2018, p. 6-8).

Após ser solta, com a ajuda da família e pessoas próximas, exilou-se na França ainda em 1969 (LOPES, 2018, p. 10). Ao chegar no exílio, começou a aprender francês e deu continuidade aos seus estudos, uma vez que não havia concluído o ensino secundário no Brasil em função de seu envolvimento com o movimento estudantil e a luta armada (LOPES, 2018, p. 11). Margarida resumiu o engajamento político desenvolvido na França, mas atrelado à autocrítica e à discussão do vivido no Brasil com relação à luta armada junto a grupos que discutiram a realidade brasileira e nas manifestações contra a ditadura (LOPES, 2018, p. 11). De modo geral, o exílio significou para Margarida o abandono da sua militância na Ala Vermelha e uma outra forma de engajamento, na qual a autocrítica se tornou central. Mas a autocrítica aqui, mesmo dentro de uma leitura de busca de conhecimento de si, deve ser pensada pelo viés do marxista, isto é, espaços de debates em que diferentes posições são apresentadas e emerge uma análise crítica à experiência política do grupo; nesse caso, sobretudo, ligado ao entendimento a respeito da luta armada como projeto revolucionário no Brasil. Seu engajamento esteve atravessado pelos seus estudos, os quais havia interrompido no Brasil, e a entrada na Universidade (LOPES, 2018).

Ao ser questionada se sua atividade era dentro de uma organização ou mais coletiva, contou que “era mais uma coisa coletiva. É claro que tinha divergência e tudo isso. Mas, havia uma... essas conversas eram coletivas, com posições diferentes, mas reuniões coletivas” (LOPES, 2018, p. 12). Margarida não contou a qual organização pertencia e sinalizou ser um espaço coletivo; por outro lado, Sonia Calió (2018, p. 11) relatou que se tratava do grupo Debate. Independentemente do grupo ou do espaço que frequentou, ou o que ambas consideraram a fim de querer ou não relatar sua participação, a sua trajetória de militância é fortemente marcada pela autocrítica em relação à luta armada. No mesmo sentido, lembrou que, embora estivesse no exílio e possuísse uma militância ligada à autocrítica, ao debate e à reformulação de sua percepção, foi para a França sempre sabendo que iria e queria voltar; nesse sentido, a profissão que escolheu lá “foi uma profissão que me permitiria um contato, na ideia que a gente tinha na época, então eu fui fazer serviço social, porque essa era uma maneira de eu poder estar infiltrada nos movimentos sociais, a partir de uma profissão [...]” (LOPES, 2018, p. 12).

A pergunta sobre se Margarida teria tido militância ou vínculo ligado ao feminismo ou a grupo de mulheres dentro da organização de esquerda não precisou ser feita. Logo, em seguida, Margarida explicou a existência do Círculo (unindo mulheres brasileiras a partir da solidariedade) e que “se

reunião, independente de política”, mas que ela não participou porque não estava sensibilizada. Segundo ela, isso se deu porque pensava que: “o negócio é a luta de classes”; “isso é bobagem, a luta de classe que importa”; e “era uma coisa meio de ‘pequena burguesia” (LOPES, 2018, p. 13). Margarida M. do Amaral Lopes, fora do contexto ligado à Ala Vermelha ou à luta armada, mas naquele momento do exílio na França (com as autocríticas, debates e universidade), não quis se envolver no Círculo. O seu envolvimento com o movimento feminista só se deu no retorno ao Brasil, mas essa é uma outra história.

Em sua fala, é interessante perceber que faz uma distinção entre o que é feminismo e o que é militância, e que o Círculo estava mais “voltada para o feminismo e menos para militância” (LOPES, 2018, p. 12). Da mesma maneira em que destaca que as mulheres do Círculo se reuniam “independente de política”, isto é, considerava que o que elas faziam ou não possuía nenhuma relação com as organizações e era independente de relações com a política das organizações ou que não era considerado como uma atividade política. De certa maneira, mesmo com o reconhecimento da importância ligada à solidariedade entre as mulheres, a hierarquização que fazia com relação às pautas de lutas, e o seu engajamento ligado ao feminismo nos anos de 1980 no Brasil, Margarida categorizava naquele momento o feminismo como uma militância menor.

Embora muitas coisas tenham sido escritas acerca de Zuleika Alambert, nesse mesmo caminho de rupturas e continuidades das militâncias durante o exílio na França, sua trajetória torna-se muito importante para pensar o feminismo (ou melhor, o desenvolvimento do movimento feminino) em uma reestruturação partidária, como a do PCB, realizada no exílio (BACK, 2013).

Zuleika Alambert nasceu no ano de 1922, em Santos. Segundo sua própria autodescrição “a minha primeira atividade política foi muito sentimental”, nos chamados Comitês de Ajuda a FEB durante o Estado Novo (ALAMBERT, 1980, p. 48); após a guerra, vinculou-se ao Partido Comunista, que recém saía para a legalidade e passou a ter um engajamento mais imponente, com participação em comícios, eleições, mobilização das massas, e entrando para o Comitê Central (CC) (ALAMBERT, 1980). Em 1947, Zuleika assumiu como deputada estadual, mas logo em seguida seu mandato foi cassado (SOIHET, 2013). Entre várias mudanças, ida e vinda ao exterior e longos períodos na clandestinidade (que não ocorreram somente na ditadura), a líder comunista e primeira mulher a fazer parte do CC do PCB, em sua autoanálise no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, realizada no ano de 1978, relatou que “foi toda uma luta e um esforço para me fazer respeitar” (ALAMBERT, 1980, p. 56).

Com o golpe de 1964, as coisas se complicaram ainda mais para Zuleika, que, em 1970, exilou-se no Chile e, posteriormente, na França. Durante o seu período no Chile, que contou ter ido para estudar e a absorver a experiência chilena, organizou o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, que foi uma das primeiras iniciativas de constituir um grupo de mulheres no exterior e no qual buscava criar um espaço para o engajamento das mulheres que se encontravam duplamente marginalizadas: estrangeiras e esposas (ALAMBERT, 1980, p. 60-61). Mas essa iniciativa não durou muito, uma vez que o golpe do Chile dispersou o grupo de brasileiras e conduziu-as a um novo exílio.

Foi no exílio na França que a trajetória de Zuleika em relação ao seu engajamento sofreu grandes transformações. Em sua narrativa, realizada em 1978 para o livro supracitado, considerou que foi lá que “começo a sentir a minha própria condição” e onde “começo uma reavaliação de toda a minha trajetória”; nesse sentido destacou ainda que passou a perceber que algo “tinha sido vedada” (ALAMBERT, 1980, p. 62). Nessa primeira parte de sua narrativa, Zuleika não relaciona a transformação de sua trajetória a uma tomada de consciência feminista ou dificuldades em função da “condição feminina”. Sua explicação é geral e pode significar muitas coisas, como as críticas com relação ao comunismo, que estavam sendo realizadas na Europa, e a reestruturação partidária pela qual o PCB estava passando durante o exílio (BACK, 2013). No entanto, mais para frente, dá mais detalhes, ao comentar que “ao fazer um estudo sobre o problema da mulher, que é uma questão social, você também se situa como indivíduo dentro dessa questão. Vai ganhando instrumentos para reavaliar a sua trajetória, a sua formação, as suas dificuldades” (ALAMBERT, 1980, p. 62).

Nesse sentido, cabe perceber como a narrativa publicada neste livro é marcada pelo desejo de assinalar tanto a ruptura que teve em sua trajetória para se tornar uma importante militante do PCB quanto a sua percepção retrospectiva de assinalar uma posição ligada à militância das mulheres; isso se deu ao falar sobre os grupos de mulheres durante a sua militância nos anos de 1940 e 1950, a dificuldades enfrentadas como mulher e comunista, os problemas que veio a perceber junto ao CC e no Partido, as percepções com relação às mulheres exiladas e à necessidade de criar o Comitê, e o tipo de militância que passou a ter durante o exílio na França (ALAMBERT, 1980). Por isso, ao relatar sobre o que poderia fazer acerca da realidade brasileira, estando ela no exterior, comentou “que colaborei na denúncia da ditadura, nas campanhas a favor dos presos políticos, a favor da anistia, na organização das mulheres, em tudo o que pudesse esclarecer os europeus sobre a verdadeira situação do nosso povo e das nossas mulheres” (ALAMBERT, 1980, p. 64).

As mudanças de foco com relação à sua militância são significativas, uma vez que, conforme fez questão de narrar, buscou incluir e fazer o que seria possível diante da sua situação de exilada na França. Nesse sentido, sem abandonar o PCB e as questões às quais historicamente foi vinculada, como comunismo e a tomada de poder pelo proletariado, a líder comunista também se engajou na luta pela Anistia, a favor dos presos políticos e na organização das mulheres. Em outras palavras, incluiu pautas atreladas aos direitos humanos, à vida cotidiana e às opressões de gênero. Cabe lembrar que Zuleika era de uma geração muito diversa daquela das mulheres provenientes do movimento estudantil e da luta armada citadas anteriormente; mas, mesmo assim, transformou-se diante do novo contexto vivido na França.

Também em sua narrativa no livro supracitado, acerca da maneira como via a “questão da mulher”, em um trecho intitulado *“Uma, duas, três mulheres excepcionais não resolvem”*, explicita um pouco do que pensava com relação aos seus projetos, isto é, que, para ela, “Na verdade, não basta o seu florescimento individual e em certa medida aparente, se isto não se fundir num esforço da coletividade feminina, da população feminina, no sentido de que todas as mulheres tenham efetivamente a mesma possibilidade” (ALAMBERT, 1980, p. 64). Ainda no mesmo trecho, destacou que “Uma outra questão que estou vivendo agora é a da autonomia da mulher como ser humano”; para ela, por mais que fosse independente (economicamente e com uma vida pública), acabava sempre fazendo concessões “quase que inconscientes” e, por isso, “Hoje posso ter bem uma ideia de como é importante, é fundamental esta luta pela autonomia, pelo seu próprio, de você ser você” (ALAMBERT, 1980, p. 65). Por outro lado:

Daí eu pensar que é muito complexa e de difícil êxito esta luta individual, porque enquanto a sociedade não mudar, você estará sujeita às pressões dela por mais livre que seja individualmente. É por isso que não consigo acreditar na liberação do indivíduo, do pequeno grupo. E no entanto, é correto que cada mulher procure se liberar. (ALAMBERT, 1980, p. 66).

Como o subtítulo anunciava, Zuleika demarcou que a maneira como pensava a questão das mulheres não estava atrelada às transformações individuais, mas que todas as mulheres possam ter as mesmas possibilidades e acessar uma mudança coletiva. Por outro lado, por mais que não reconhecesse como libertadoras as mudanças individuais ou em pequenos grupos, ainda assim Zuleika explicitou que a autonomia das mulheres é uma questão fundamental para as suas vidas e que é justo que cada mulher busque se libertar individualmente. A argumentação acerca da maneira como enxergava as organizações de mulheres parece um tanto paradoxal, mas também representa um pouco da transformação e dos anseios que possuía como

organizadora de atividades políticas voltadas às mulheres, uma mulher que vivia e enfrentou dificuldades como militante do PCB (conforme fez questão de relatar), e tudo isso sem abandonar seus projetos.

Uma questão importante para as transformações da sua trajetória está relacionada à separação vivida no exílio. Ângela Xavier de Brito, em entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro²³, contou que Zuleika Alambert era antifeminista e tinha (e manteve) todos os preconceitos que as brasileiras possuíam com o feminismo quando chegaram na França (BRITO, 2005, p. 45). Mas, após a virada dos anos de 1976 e 1977, atrelada à separação de Armênio Guedes (até então seu marido e companheiro de militância), com quem estava casada desde muito jovem, Zuleika Alambert modificou o seu posicionamento acerca do movimento feminista (BRITO, 2005; SOIHET, 2013). A situação da separação foi muito dolorida e, por isso, Ângela contou que foi procurada por Zuleika para explicar o que significava o feminismo (BRITO, 2005, p. 46). Por último, Ângela Xavier reconhece que, quando as brasileiras chegaram no exílio, existia um preconceito muito grande com relação ao feminismo.

Como já dito, a narrativa publicada em *Memórias das Mulheres do Exílio* foi recolhida no ano de 1978, data muito próxima ao que foi relatado por Ângela Xavier de Brito. Embora, Zuleika não sinalize abertamente que havia se separado recentemente, traz ao menos um trecho que retrata sobre a importância das mulheres serem autônomas, da dependência afetiva, e que pensava “que o estágio que vivo atualmente é muito no sentido de construir uma personalidade, de criar um indivíduo que será sempre independente das pessoas que eventualmente cruzem no seu caminho” (ALAMBERT, 1980, p. 66).

A trajetória de Zuleika Alambert já foi alvo de inúmeras publicações. Raquel Soihet, por exemplo, ao analisar a sua trajetória, enfatiza que a passagem de sua militância do comunismo ao feminismo e a tomada de consciência como mulher ocorreram de forma gradativa (SOIHET, 2013). Em seu texto, a imagem constituída da líder comunista foi de que o exílio influenciou muito a sua trajetória na constituição como feminista (com a sua participação no Círculo, a separação e a constituição da Seção Feminina do PCB), mas não foi nesse lugar que se assumiu com tal engajamento (SOIHET, 2013). No entanto cabe destacar que a passagem gradual do comunismo ao feminismo de Zuleika Alambert não significou o abandono de sua militância junto ao PCB (ao mesmo não inicialmente) ou do comunismo, como parece ter ocorrido com as mulheres que participaram mais ativamente do Círculo.

²³ A entrevista de Ângela Xavier de Brito foi concedida à professora Joana Maria Pedro no ano de 2005, em Paris, para a pesquisa *Revolução do gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)*.

Na trajetória de Zuleika Alambert sobressaem-se dois diferentes conflitos: o primeiro deles relacionado às feministas e às marxistas (aqui explicitado de maneira geral, mas pensado a partir do conflito Seção Feminina do PCB e Círculo); e o segundo atrelado, embora toda a discussão presente no Partido por meio da Seção Feminina, à maneira preconceituosa de como o feminismo era visto. Como pode ser visto, em entrevista concedida à professora Roselane Neckel²⁴, ao contar sobre o exílio e sua participação no Círculo, Zuleika explicitou que entrou em contato com o grupo “mas eu disse assim, ‘oh, eu estou aqui, mas eu não sou feminista, eu sou uma marxista que estuda a mulher’”, isso porque, segundo ela, naquele momento “o partido me educou dizendo que o feminismo era uma coisa de mulheres pequeno-burguesas”; e ainda demarcou que “porque você vai ver nesses livrinhos que estou te dando, [...] os marxistas tinham uma ideia muito feia do feminismo” (ALAMBERT, 2006, p. 13).

De maneira retrospectiva, quando inclusive já havia sido desligada do PCB, Zuleika Alambert critica de forma explícita o Partido (coisa que não fez nas memórias de 1978), no que tange à sua posição com relação ao feminismo. *Grosso modo*, Zuleika sinalizou sua presença em um grupo de consciência feminista, espaço no qual se apropriou de discussões e estava estudando a “mulher”, mas que não se reconhecia como tal e preferia estar localizada como marxista, isto é, que privilegiava tanto a sua posição quanto tinha práticas políticas voltadas às lutas “gerais”. Nesse sentido, assumiu as orientações partidárias de que as feministas eram pequeno-burguesas, a partir da qual se hierarquizava o que deveria vir primeiro e se desqualificavam as lutas feministas em meio à disputa política.

De modo mais específico, em relação ao conflito entre as mulheres que estavam no Círculo e as que estavam na Seção Feminina do PCB, ainda é possível aferir algumas questões. Maíra Abreu (2016, p. 185), a partir dos documentos produzidos pelo Círculo, assinalou alguns aspectos: existia uma participação limitada das mulheres provenientes da Seção Feminina do PCB e da *Debate*; “para o PCB, o *Círculo* seria essencialmente anticomunista”; e para o Campanha (grupo que organizou o Círculo), o PCB era “reformista”, “assistencialista” e contra a autonomia do movimento²⁵. Além disso, a ideia de que o “*Círculo* partiria do “individual” e o PCB do “geral” orbitava nos termos como muitas vezes a esquerda se posicionava frente às reivindicações

²⁴ A entrevista foi concedida a professora Roselane Neckel também para o projeto *Revoluções do Gênero*.

²⁵ No mesmo documento em que o Campanha afirmou tais questões sobre o PCB, explicita que a *Debate* “sempre tivera uma postura teórica frente ao trabalho de mulher; sempre com proposições de grupo de estudos”. Mas que as mulheres desse grupo se “colocavam fora de toda e qualquer opressão feminina, com uma visão bastante sectária com as mulheres que se mostravam a fim de discutir a sua própria opressão”; nesse sentido, o documento relatou uma situação na qual foi demandado a realização de um *vecù* e as participantes da *Debate* disseram que era para “deixar de nos preocupar com o nosso próprio umbigo”. Cf: “Balanço do Campanha”, disponível no Volume 1 da Coleção Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979).

feministas (ABREU, 2016, p. 185); aspecto esse que pode ser revisto em trecho das memórias de Zuleika Alambert, citados acima, em que assinala serem insuficientes as lutas individuais.

Também, como destacou Lilian Back (2013), ao analisar os documentos da Seção Feminina do PCB, somava-se o embate com as trotskistas (que optaram pela luta armada²⁶), que eram chamadas pelas pecebistas de (ultra) esquerdistas e com os coletivos de mulheres que eram denominados “existencialistas” e “sexistas”. Por outro lado, como destacou a pesquisadora, “as pecebistas eram classificadas de reformistas por força política que tampouco havia superado uma concepção etapista da revolução²⁷ [...]”, o que por sua vez se tornava paradoxal; e que “parte das forças que as pecebistas taxavam de sexistas consideravam que a luta pela emancipação das mulheres estava irremediavelmente ligada à luta de classes” (BACK, 2013, p. 93), isto é, eram criticadas por algo que estava na pauta de seus debates. Além disso, em virtude dessas disputas, algumas mulheres pecebistas que participaram diretamente no Círculo ocultavam a sua origem partidária para que a participação fosse viável (BACK, 2013).

Por último, ainda estava presente a tentativa de captação das mulheres para a participação do PCB. Marisa Jordan contou, em entrevista concedida a mim no ano de 2015, que o PCB, por meio de uma de suas principais dirigentes, designou “algumas mulheres para irem participar do *Círculo*, para fazer a cabeça do pessoal” (JORDAN, 2015, p. 13). Em sua narrativa, explicitou que se tratava dela e mais três amigas, todas recém-ingressantes do Partido no exílio, que passaram a participar do Círculo e que “em pouco tempo a gente tinha virado feminista” (JORDAN, 2015, p. 13). De modo geral, Marisa resume o embate como o feminismo sendo o inimigo do comunismo e que, posteriormente, levaram uma bronca do Partido por essa situação; para ela, a lembrança desse episódio é muito presente por conta da bronca do Partido, uma vez que “E eu me lembro muito de uma senhora vinda de Moscou [...] completamente dentro daquela visão mais antiga e dizendo que era muito sério o que a gente tinha feito [risos]” (JORDAN, 2015, p. 14).

Algumas considerações

Atravessadas por questões macros (como o golpe do Chile, a derrota dos seus projetos revolucionários ou de resistência à ditadura, pressões e

²⁶ Cabe lembrar que o PCB não optou pelo conflito armado. Outro conflito também presente foi o entre gerações, no qual o grupo que participou da luta armada se chocou com a primeira geração que saiu em 1964 e não tinham esse projeto (SZNAJDER; RONIGER, 2013).

²⁷ A concepção etapista da revolução é a ideia de que revolução socialista se daria por meio de uma sucessão inflexível de etapas históricas.

práticas de organizações e a perseguição vivida no Brasil e exílio), as mulheres brasileiras integraram em diferentes espaços e militâncias durante os anos de 1970 na França, desde autocrítica e debates sobre a realidade brasileira, arrecadação de fundos, e feminismo. Como tentei demonstrar, as transformações gradativas ou rupturas pontuais ocorreram de maneira diferente para cada uma dessas mulheres exiladas e foram alimentadas tanto por aspectos coletivos (como os sinalizados acima) quanto individuais, relacionados às relações afetivas, à perda de familiares e aos conflitos internos passados em relação a ambos os aspectos. Além disso, com essas transformações estiveram entranhados conflitos e hierarquizações, ligados à definição das pautas mais importantes (classe *versus* “questão da mulher”), aos aspectos cotidianos explicitados pela escolha de com quem se solidarizar e a partir de que projetos se engajar.

As transformações das trajetórias das militâncias, de certa forma, apresentam uma mudança na percepção do tempo por parte dos sujeitos aqui analisados, nas quais a experiência revolucionária fracassada (e sentida no exílio francês, após o golpe do Chile) rompeu completamente com o horizonte de expectativa (atrelado às expectativas do projeto revolucionário da transformação socialista) das militantes de esquerda e fez com que assumissem novas práticas políticas, como o levantamento de frentes de denúncia da ditadura e o feminismo. Diante disso, e no contato com outras maneiras de organização e outros projetos políticos existentes, as expectativas se tornaram distintas; o que significou, por outro lado, as transformações de seus engajamentos, a passagem de uma militância revolucionária (atrelada à modernidade e às questões de classe) para uma atrelada ao contemporâneo e às demandas do cotidiano.

Fontes

ALAMBERT, Zuleika. Dezembro de 1978. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira *et al.* (org.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 48-68.

ALAMBERT, Zuleika. Entrevista concedida a Roselane Neckel. S/L., Brasil, 04/08/2006. Acervo do LEGH/UFSC.

ARRUDA, Angela. Entrevista Concedida à Maria Auxiliadora Banchs. *In*: SOUZA, Clarilza Prado de *et al.* (org.). *Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014. p. 15-35.

ARRUDA, Angela Maria Silva. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 02/11/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

CALIÓ, Sonia Alves. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo – SP, Brasil, 15/08/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

COLEÇÃO Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Disponível em Centro da Informação Mulher – São Paulo.

JORDAN, Marisa. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis – SC, Brasil, 31/03/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

LOPES, Margarida M. Amaral. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo – SP, Brasil, 08/08/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

SILVA, Elisabeth T. de Vargas e. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo – SP, Brasil, 07/04/2015. Acervo do LEGH.

SILVA, Elisabeth T. de Vargas e. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo – SP, Brasil, 05/08/2018. Acervo da autora.

Referências

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. São Paulo: Alameda, 2014.

BACK, Lilian. *A seção feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)*. 2013. 212 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-192.

BIROLI, Flávia. Introdução. In: BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. São Paulo: Editora Horizonte, 2013. p. 17-27.

COSTA, Ana Alice Alcantra. O Feminismo Brasileiro em Tempos de Ditadura Militar. In: WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (org.). *Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 174-190.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Ação Educativa*. 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CRUZ, Fábio Lucas da. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de Experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006. p. 305-327.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Deslocamentos geográficos, Experiências subjetivas: Brasileiras no exílio*. IFCH/Unicamp, Coleção Primeira Versão, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jun. 2007.

PORTELLI, Alessandro. Conferências: Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, v. 15, p. 13-49, 1997.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1986.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. Debate no Exílio: Em busca da renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e Movimentos após os anos de 1960*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007. p. 291-339

ROSALEN, Eloisa. *Vidas (entre) laçadas: Relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SCHMIDT, Benito B. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 6, p. 165-192, dez. 1996.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p.15-42.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-94, jul-dez. 1995.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan. 2005.

SOIHET, Rachel. Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40, p. 169-195, 2013.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

VARIKAS, Eleni. "O Pessoal é Político": desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-80, 1996.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e Feminismo nas Trajetórias de Militantes da Esquerda Armada no Cone Sul dos anos 1970: Um Olhar do Exílio. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de H. M. *Relações de poder e Subjetividades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 31-48.

MULHERES MILITANTES DE ESQUERDA NA DITADURA BRASILEIRA¹

Luísa Dornelles Briggmann

Cristina Scheibe Wolff

Neste capítulo buscaremos trazer histórias de luta e resistência de mulheres que ousaram se opor à ditadura brasileira, assim como refletir sobre a posição que elas ocupavam em suas épocas e sobre o quanto foram transgressoras. Não somente por se tornarem revolucionárias na luta contra o regime, mas também por se rebelarem contra normas e os costumes estabelecidos.

Sabe-se que a participação direta de mulheres em guerras, guerrilhas, revoltas e confrontos violentos sempre existiu, seja na retaguarda ou na linha de frente. Suas presenças, contudo, são geralmente esquecidas, ou dificilmente reconhecidas, na historiografia. Por isso, acreditamos ser necessário destacar a importância da presença de mulheres na resistência à ditadura, assim como observar quem eram essas militantes, seus caminhos, dificuldades e conquistas.

Ser mulher militante dentro das organizações

Marcelo Ridenti, em seu livro *O fantasma da revolução brasileira* (1993), afirma que do total de 4.124 processados das esquerdas brasileiras na época, 660 eram mulheres, ou seja, 16%. Esse número aumenta se levarmos em conta as organizações armadas urbanas: 18,3%. Na maioria dessas organizações, o percentual de mulheres que foram denunciadas ficou entre 15% e 20%. Nunca na história do país tantas mulheres participaram de organizações de esquerda, com ênfase aqui para as organizações armadas.

Essas militantes estavam presentes na linha de frente – assaltos a bancos, expropriação de carros, sequestros de aviões etc. –, e na retaguarda, ajudando na logística das ações, a esconder as pessoas e materiais, e cuidar das filhas e dos filhos. Esses números desconsideram, porém, muitas mulheres que jamais sequer se consideraram – elas mesmas – militantes, embora suas vidas tenham sido colocadas muitas vezes em risco, ao abrigarem reuniões, ao esconderem pessoas, ao guardarem consigo documentos e informações cruciais para os grupos da esquerda e da resistência.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Como ressalta Ridenti (1993), essa porcentagem de mulheres dentro das organizações até pode parecer pequena, mas é preciso levar em conta que o lugar que a maioria das mulheres ocupava, na época, ficava restrito ao espaço privado. Além disso, é preciso pensar que esses números provêm apenas de pessoas processadas, o que exclui todas as presas e até mortas de maneira totalmente à margem dos processos legais, além do fato de que muitas mulheres que atuavam no apoio aos grupos armados não tenham chegado a ser processadas (WOLFF, 2007). Assim, esses números não são definitivos, mas podem nos ajudar a mapear a presença de mulheres nas organizações.

Nas organizações de esquerda, o que pairava, na teoria, era que mulheres e homens eram iguais dentro da luta contra a ditadura. Conforme afirma Sônia: “A gente era militante, soldado da revolução, e soldado não tem sexo!” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 248). Sabemos, e veremos isso mais adiante, nos depoimentos das militantes, que a igualdade entre homens e mulheres dentro das mais de 40 organizações políticas revolucionárias e de resistência² não era assim tão eficiente na prática. Entretanto é importante que reconheçamos que existiu espaço, mesmo que em alguns momentos eventuais, para que ela fosse colocada.

Um exemplo bastante significativo é o discurso trazido por Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), invocando uma real igualdade das mulheres na guerra revolucionária. No último parágrafo de seu *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, publicado em 1969, Marighella afirma:

Com todo respeito à mulher brasileira, sua participação na guerra revolucionária, em particular na guerrilha urbana, tem sido distinguido por seu espírito lutador e tenacidade sem limites; não é somente por sorte que tantas mulheres têm sido acusadas de participação nas ações de guerrilha contra bancos, centros militares, etc., e que tantas estão em prisões enquanto tantas outras ainda são procuradas pela polícia. Como uma escola para escolher o guerrilheiro, a guerra de guerrilha urbana prepara e coloca ao mesmo nível de eficiência a homens e mulheres que compartilham os mesmos perigos de lutar, buscar suprimentos, servir como mensageiros ou corretores, ou motoristas, ou navegantes, ou pilotos de avião, obtendo informações secretas e ajudando com a propaganda ou o trabalho de doutrinação (MARIGHELLA, 1969, s/p).

Na construção do Novo Homem, propagada por Che Guevara e assumida como uma das tarefas principais das organizações da nova esquerda, a importante e aparente mudança que se operava nessa juventude revolucionária pode ser observada de várias maneiras, mas que nem sempre

² Segundo o Projeto Brasil Nunca Mais, existiam mais de 40 organizações de esquerda clandestina. Cf. BRASIL NUNCA MAIS, 1985.

conseguiu atingir a profundidade esperada (WOLFF, 2007; BRISTOT, 2018). O guerrilheiro uruguaio e chefe tupamaro Urbano, ao ser perguntado sobre o papel das mulheres na guerrilha, respondeu: “Primero te diría que nunca es más igual una mujer a un hombre que detrás de una pistola 45”³ (WOLFF, 2007b, p. 30). Entretanto é bastante evidente que estar atrás de uma arma não era tão fácil para uma mulher.

A participação de mulheres “nas linhas de frente” das organizações, ou seja, nas ações propriamente ditas, foi um espaço duramente batalhado pelas militantes. Sônia Lafoz, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e depois do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), no estado do Rio de Janeiro, atenta para o fato de que havia diferenças nas atividades destinadas para homens e mulheres: “As próprias organizações questionavam a participação da mulher em determinadas atividades. Você podia ficar numa base universitária, até operária, de infraestrutura, mas pegar em armas não. Foi duro ganhar esse espaço” (CARVALHO, 1998, p. 386). Vera Silvia Magalhães, militante da Dissidência da Guanabara (DI-GB), depois MR-8, chegou a afirmar que era uma guerra, enquanto mulher, ser da Direção Geral: “Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista” (CARVALHO, 1998, p. 172).

Essa exclusão das mulheres estava presente também em cartilhas que orientavam os grupos guerrilheiros. No livro, *A guerra de guerrilha*, de Ernesto Che Guevara (2001), o autor dedica um subcapítulo para o “Papel da Mulher”, no qual traz a afirmação de que a mulher pode portar armas e combater ao lado dos homens, mas será mais importante se servir de agente de ligação e mensageira, por poder passar mais despercebida, ou como cozinheira, professora, costureira e enfermeira, por sua “doçura infinitamente superior”. Ou seja, as mulheres deveriam continuar desenvolvendo as funções que lhes eram socialmente atribuídas e o gênero se colava ao corpo, nas práticas cotidianas e nas tarefas conferidas a cada militante. Esse aspecto é trazido pela militante Vânia:

Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa de manter a casa. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação às tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a ques-

³ “Primeiro te diria que uma mulher e um homem nunca são mais iguais que atrás de uma pistola 45”.

tão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam (COSTA; LIMA; MARZOLA, 1980, p. 113).

Eram colocados diversos desafios para a incorporação de mulheres em uma “guerra de guerrilhas”, que também era pensada como um “espaço masculino de atuação” (WOLFF, 2007b, p. 29). Dentro das organizações, ser viril, ativo, corajoso, capaz de manejar armas e de grandes sacrifícios pela revolução eram qualidades de um bom guerrilheiro, mas previamente esperadas para os homens. De certa forma, as militantes mulheres acabavam tendo que provar, de uma maneira mais dura que ser companheiros, ser aptas e capazes, e também se apropriando de atributos do gênero masculino.

É o que relata Dulce Maia, a “Judith”, militante da VPR, que foi qualificada várias vezes como um “homem”, “macho”, por companheiros de organização, também como uma forma de exaltação. Dulce ouviu o mesmo na prisão, onde os torturadores se diziam surpresos com sua coragem e resistência: “Eles diziam que eu era macho – o que de certa forma era um elogio dentro da concepção machista dos torturadores” (CARVALHO, 1998, p. 56).

Várias militantes relataram de que chegaram a moldar seus corpos para a luta, o que significava muitas vezes o que algumas delas chamam de uma “masculinização”, cortando os cabelos, vestindo roupas mais práticas, fazendo treinamentos militares, aprendendo a usar armas (WOLFF, 2018). As mulheres eram levadas a esconder suas ditas “características femininas”, a menos que, na ação, o gênero fosse útil. Como a famosa “loira dos assaltos”, que estampou as páginas dos jornais expropriando bancos, enquanto fazia uso de uma sensualidade baseada em uma feminilidade treinada. Uma feminilidade performatizada para uma utilização estratégica do gênero. Quem desconfiaria de uma “mocinha bonita e delicada” (RAMMINGER, 2010, p. 136) ou de uma loira fatal que usava as roupas da moda como as atrizes de Hollywood? (BRIGGMANN, 2019).

Essas militantes, entretanto, para se constituírem como sujeitos políticos, estabeleceram identidades com o discurso “masculino”, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. A condição de gênero, portanto, estava subsumida ao discurso da unificação dos sujeitos (COLLING, 1994). Ignez Ramminger, que foi a única mulher no Comando de Operações da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) do Rio Grande do Sul, narra a dificuldade de afirmação das mulheres dentro das organizações armadas, assim como a intolerância dos companheiros com “pequenas vaidades femininas, tais como usar minissaia, salto alto, passar

rímel nos cílios e pintar os lábios” (RAMMINGER, 2010, p. 141), vistas por muitos como um comportamento “pequeno burguês”.

Um depoimento bem semelhante é dado por Loreta Valadares, que militou no movimento estudantil e na Ação Popular (AP), no qual, em uma entrevista a Olívia Joffily, afirma:

Na militância, passo a perceber também um tipo de “discriminação” sutil, refletida principalmente em certas posturas críticas sobre vestuário e costumes sociais, certamente imbuída de uma visão romântica e idealista de “revolucionários”, que acreditam ser necessário, para “fazer a revolução”, vestir roupas desenxabidas e pouco elegantes. Sentia que achavam que eu, por gostar de me pintar, andar bem vestida e inovar na moda, não seria uma boa revolucionária, não seguiria em frente no processo!! A vida mostrou ser isso diferente: não só engajei-me de corpo e alma na luta revolucionária, como me adaptei às exigências das tarefas propostas e às mudanças de costumes e hábitos, sem nunca, no entanto, deixar de gostar de me pintar, usar coisas bonitas (quando podia), cuidar do corpo e dos cabelos (JOFFILY, 2005, p. 110).

Aqui, é perceptível o gênero como uma definição da identidade cultural de um indivíduo. Como afirma Fernando Seffner (2006, p. 78): “[...] saber do gênero [...] do indivíduo pode nos fazer rever todo o conhecimento que temos das outras dimensões de sua identidade”. Nesse caso, os companheiros de Loreta acreditavam que o fato de ela ser uma militante mulher poderia determinar o seu engajamento e sua eficiência na luta revolucionária.

Maria Amélia de Almeida Teles (2015), conhecida como Amelinha, relata que o fato de ser mulher foi visto, também, em um primeiro momento, como um empecilho para a participação na guerrilha rural, mais especificamente, porque “mulher menstrua”. A autora traz o depoimento de Artur Scavone, ex-preso político, para a Comissão da Verdade “Rubens Paiva” e que, ao falar de Maria Augusta Thomaz, que pertenceu ao Movimento de Libertação Popular (Molipo) e foi assassinada pela ditadura, recorda que ela participou do treinamento em Cuba, contra a vontade dos companheiros.

Ela me contou isso e dizia que em Cuba também tinha machismo muito forte. [...] o objetivo da guerrilha no Brasil era chegar no campo. E quando se discutiu isso, havia uma visão de não ir mulheres, porque mulheres menstruam, tem problemas, tem uma certa dificuldade etc e etc. Mas Maria Augusta não aceitou isso e ela foi junto com os demais companheiros para o treinamento e ela falava com muito orgulho disso. Havia uma graduação entre todos os companheiros que faziam o treinamento. E Maria Augusta, apesar de ter feito o mesmo treinamento que os homens, ficou na 2ª posição (TELES, 2015, p. 1010).

Fica realçado, portanto, que o gênero possui um lugar central nas relações de poder, e que se faz também responsável pela organização das relações sociais, marcadas por lugares, hierarquias, normas e produções de sujeitos. Vivia-se essa contradição – por um lado admitia-se a importância das mulheres, mas, por outro, era difícil incorporá-las como iguais (WOLFF, 2010). Assim, muitas mulheres buscaram seu espaço, empoderando-se e participando ativamente das organizações. Muitas vezes tiveram que levantar a voz e bater na mesa para serem ouvidas, mas nem por isso deixaram de lutar. Talvez essa dificuldade em serem aceitas de imediato tenha gerado, aos poucos, a noção de que eram também discriminadas por serem mulheres, e assim, propiciado uma aproximação com o feminismo para muitas delas.

Militantes mulheres e militares homens: a alteridade não poderia ser mais completa

Para os militares, essas militantes eram difíceis de serem compreendidas. Sua imagem, conforme ressalta Olivia Joffily (2005, p. 127), “não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia”. E essa era a imagem da militante que diversas vezes foi propagandeada para a sociedade. Zuenir Ventura, ao relatar as exposições de pílulas anticoncepcionais por parte dos militares nas prisões realizadas durante Congresso de Ibiúna, em outubro de 1968, expõe que:

[...] as forças policiais exibiram como troféu de guerra uma razoável quantidade de caixas de pílulas apreendidas. Como se a pílula fosse um preservativo de uso imediato, como a camisinha, a polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis (VENTURA, 1988, p. 35).

Essa insistente relação entre mulheres militantes e uma dita “promiscuidade” pode ser explicada a partir da ideia trazida por Ana Maria Colling (2004), por meio da qual para quem ousa atravessar as barreiras que socialmente foram construídas entre os sexos resta a desqualificação como indivíduo desviante. Para a repressão, a mulher militante é caracterizada como a “puta comunista”, duas categorias infames.

Isso aparece também na imprensa (BRIGGMANN, 2019). O jornal gaúcho *Correio do Povo*, em reportagem de 26 de maio de 1971, faz um alerta aos jovens do Rio Grande do Sul para não se deixarem seduzir por essas moças subversivas, que dividem amores e assaltos:

[...] não te iludas com as palavras bonitas e românticas das môças bonitas da subversão, elas são criaturas hoje abandonadas pela

família [...] vivem em 'aparelhos' com os demais, sendo usada como mulher para os atos sexuais, usada por qualquer companheiro de organização. (CORREIO DO POVO, 26/5/1971, p. 21).

A sexualidade das militantes é ressaltada, dessa forma, como uma maneira de difamá-las. E quando essas militantes que ousaram romper com códigos sociais eram presas e torturadas, os militares visavam também recolocá-las em seu “devido lugar”. Olivia Joffily (2010) reitera que para os agentes de segurança a alteridade que os separava do inimigo, quando este era uma mulher, não poderia ser mais completa. E resalta ainda que, nas prisões, o corpo das mulheres se tornou um campo de batalha.

Figura 1: “Ela tem pernas bonitas e eu quero passar a noite olhando”. Essa frase foi proferida por um agente do Dops, justificando a prisão desta militante, em julho de 1968, e evidencia o intenso machismo e a violência dedicada às mulheres militantes

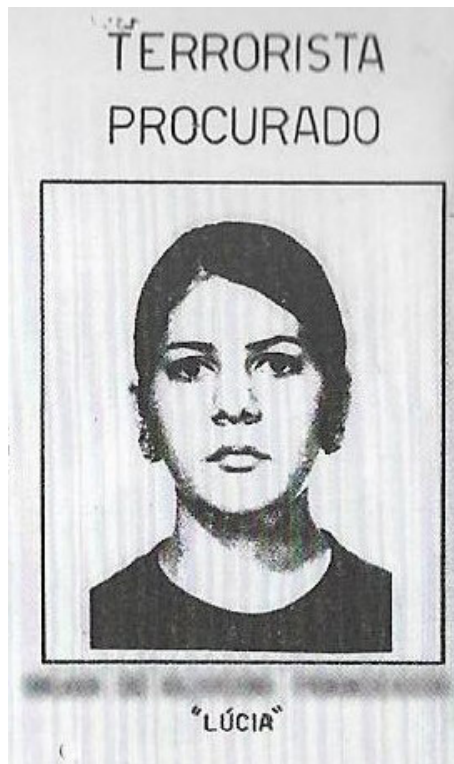


Fonte: FILHO, 1998, p. 74.

As prisões, as delegacias e os porões de instituições de propriedade do Estado brasileiro, durante a ditadura, foram locais do exercício de tortura contra os que ali se encontravam reclusos. A prática da tortura no Brasil foi institucionalizada, como método de interrogatório aos presos e às presas, e de controle político da população em geral. Fez parte, portanto, da

máquina do Estado, como um instrumento utilizado para causar dor, terror e sofrimento, visando obter informações dos opositores. Mas também foi utilizada para aniquilar, física e moralmente, a presa política. Além disso, o uso institucionalizado e generalizado da tortura cria em uma sociedade um “efeito demonstrativo”, que acaba por intimidar os que têm conhecimento de sua existência e, assim, inibir a participação política. Maria Helena Moreira Alves (1984) alerta que, juntamente a outras medidas, como as buscas de casa em casa e as medidas temporárias de controle nas ruas, com cartazes de terroristas procurados, revista e verificação de documentos dos cidadãos, a tortura serviu ao Estado também para afastar os outros cidadãos de atividades que pudessem colocá-los em conflito com o governo, criando uma “cultura de medo”.

Figura 2: Cartazes da repressão com a imagem de “terroristas” estampavam os jornais e as ruas das cidades



Fonte: RODEGHERO; GUAZZELLI; DIENSTMANN, 2013, p. 90.

Essas mulheres, entretanto, não se deixaram silenciar, nem paralisaram pelo medo e, também por isso, foi no contexto da tortura que as relações

opressoras de gênero atingiram seu ápice, foi ali que o machismo cruamente se manifestou. Em diversos relatos de militantes torturadas, há a ênfase para torturas específicas pelo fato de serem mulheres, como o estupro, a violência sexual, o sadismo, a mutilação dos seios e da vagina e o uso de familiares na tortura. É o que relata a ex-presa política Gilse Westin Cosenza: “Uma coisa a gente percebeu: com a gente que é mulher, eles usam além da tortura normal para os homens, a afetividade e a questão sexual” (JOFFILY, 2010, p. 227).

Ou seja, no embate entre militantes mulheres e torturadores, à oposição de ideias políticas e visão de mundo somavam-se as desigualdades de gênero (JOFFILY, 2005). Dulce Maia, presa em junho de 1968, relata que a ela era

[...] concedido um tratamento “especial”. O primeiro aquele mesmo que dispensavam aos meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e a intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher: atrevimento duplo. (MAIA, 1997, p. 99).

Em seu depoimento para Carvalho (1998), Jessie Jane, militante da ALN e presa pelo sequestro do “Caravelle da Cruzeiro do Sul”, em 1970, destaca o fato de que ela ser mulher incomodava a repressão:

Eles tinham uma gana enorme comigo, porque eu era mulher. Eu caí no meio deles. Foi chute, soco, eu reagi como pude. [...] Fomos levados para uma área próxima à caixa d'água, onde era o centro de tortura da Aeronáutica, que nós inauguramos. Ficamos aí até de madrugada. Eles malucos. Chute, soco, paulada, muita pancadaria e choque. Tinha um comandante da PA (Polícia da Aeronáutica), o coronel Correa, completamente tarado. (CARVALHO, 1998, p. 330).

A repressão odiava as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisões (TELES, 2015). Também por isso as mulheres eram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, numa clara intenção de imposição de poder, não apenas de militares para com prisioneiras, mas também de homens para com mulheres. Aqui, a violência masculina ocorre também, pois o corpo feminino é visto como uma “propriedade” dos homens, e, conseqüentemente, passível de invasão e agressividade (WOLFF, 1999).

Diversos são os relatos de mulheres estupradas, que tiveram seus órgãos sexuais mutilados, e de torturadores sádicos, para os quais o prazer da dominação do torturador sobre a vítima é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto. Janaina Athayde Contreiras (2015) recorda que, mesmo que muitos homens tenham também violência sexual durante a ditadura brasileira, é importante ressaltar que

foram as mulheres as principais vítimas dessa prática. São memórias como as trazidas por Gilse, que ao recordar suas sessões de tortura, afirma:

O sargento Leo realmente era sádico, doente mesmo, porque ele me botava na latinha⁴, já com a dor da latinha, ele começava a torcer o bico do meu seio até machucar, e, aí, quando ele percebia que eu estava chorando e que as lágrimas estavam correndo, que a dor era muito forte, ele ficava realmente excitado e avançava sexualmente para cima de mim (JOFFILY, 2005, p. 131).

É perceptível, portanto, que contra as militantes e em seus corpos se instalam disputas de poder. Beatriz Benzano, militante uruguaia, relaciona os abusos sexuais sofridos por ela e pelas outras presas como “castigos de gênero”:

Castigos de gênero por termos saído de um modelo de mulher, esposa, mãe e dona de casa e termos nos metido em “coisas de homens”, o que mais os enfurecia e mais se irritavam. Modos de nos desagradar e destruir como mulheres e como pessoas, e de nos fazer sentir como ‘coisas’ em suas mãos, que podiam fazer o que queriam conosco, que eram impunes e “todo poderosos”⁵ (CONTREIRAS, 2015, p. 38).

Para as militantes durante a tortura, “sempre pairava a ideia de que elas eram ‘corresponsáveis’ por sua violação, na medida em que eram atraentes ou que eram mulheres” (WOLFF, 2015, p. 984). O mesmo acontecia com a tortura psicológica, que explorava as relações das torturadas com seus familiares, por meio das quais frequentemente ameaçavam matá-los. É o que nos conta Gilse:

Passou um período em que, às vezes, me pegavam e levavam para o interrogatório e não encostavam a mão em mim. Não me torturavam. Apenas passavam horas descrevendo em detalhes o que iam fazer com a minha filha (de quatro meses) na hora em que a pegassem. ‘- Vamos ver se você vai nos ajudar a fazer umas experiências científicas: quanto tempo uma criança de quatro meses, no inverno daqui, consegue ficar viva dentro numa banheirinha cheia de pedras de gelo? A gente vai botar ela na banheira e você é que vai marcar no relógio o tempo que leva para ela virar picolé. Nós vamos te devolver ela, mas roxinha e dura como um

⁴ A tortura conhecida como “latinha” se constituía como: “Uma das técnicas mais sádicas de tortura era a da ‘latinha’. A primeira coisa que eles faziam era arrancar a roupa da gente e deixar completamente nua. Depois, colocavam descalça em cima de duas latinhas abertas, como a de salsicha, com as bordas afundando no pé. A gente tinha de aguentar até não poder mais. Se caísse ou descesse, era espancada por eles. Era um tipo de crueldade abaixo do nível humano. Era bestial” (KIEFER, 2012, s/p).

⁵ No original: “Castigos de género por habernos salido del modelo de mujer, esposa, madre y ama de casa, y habernos metido en ‘cosas de hombres’, lo cual los enfurecia y mas se ensañaban. Modos de desagradarnos y de destruirnos como mujeres y como personas, y de hacernos sentir ‘cosas’ en sus manos, que podían hacer lo que querían con nosotras, que eran impunes y ‘todo poderosos’”.

picolé. Mas antes disso, a gente pode fazer outras experiências [...] Como é que será que é dar choque numa criança de quatro meses? Porque eu já dei muito em adulto e a experiência de uma criança é diferente. Será que morre com um choque só? Será que fica aleijada? E o pau-de-arara? Acho que quebra os ossos dela todos. Ela pode não morrer. Nós podemos te devolver ela com os ossos quebrados e aí você fica com ela. Toda aleijada, sem mexer nem braço, nem perna nem nada e a vida inteira você vai olhar para ela e saber que foi você que fez isso com ela, você que é a culpada. Você vai ter que explicar pra ela, porque que fez isso. A culpa será sua! Porque que ela vai ficar toda aleijada? Porque você quis! (JOFFILY, 2005, p. 133).

A tortura psicológica envolve um forte sentimento de culpa. A inversão beira ao inacreditável: os torturadores tentavam fazer com que a vítima se sentisse responsável pelos atos que eles iriam realizar. Existem relatos de crianças que foram torturadas, física e psicologicamente, como Janaína e Edson, filhos de Amelinha, levados para ver a mãe após ser torturada:

Minhas crianças muitas vezes foram levadas na sala de tortura no pós tortura [...] eles perguntavam por que eu era roxa, por que eu estava sempre roxa, eu fiquei desfigurada eu fiquei desfigurada, né, até lembro, eu tenho uma amiga no Rio, ela ficou presa junto comigo e ela fala isso, que naqueles dias ela nunca vai esquecer aquela cara que eu tinha. E os meus filhos foram obrigados a ver essa situação. (TELES, 2005, p. 29).

A repressão utilizava-se dos laços afetivos socialmente estabelecidos e explorados de uma mãe com suas filhas e filhos, visando a que isso desestruturasse as presas e que, assim, elas entregassem as informações desejadas. É perceptível, portanto, que na tortura as mulheres enfrentaram “a maneira pela qual se exercia o poder, não somente o poder do Estado, mas aquele que se exerce por outras instituições ou formas de constrangimento, uma espécie de opressão permanente da vida cotidiana”, como afirma Michel Foucault (2010, p. 333). Ou seja, eram expostas a uma dupla e desigual relação de poder: a da militante oprimida contra o agente de segurança opressor e a da hierarquia de gênero.

Essas militantes, mesmo nessa relação de poder extremamente desigual dentro dos porões da ditadura brasileira, encontraram múltiplas formas de ser resistência. Resistiram não falando, não entregando companheiros, não se deixando morrer e não perdendo a esperança. A fala de Martinha retrata de forma muito potente essa resiliência:

Mas ao me questionar, ao buscar respostas lá no fundo de mim mesma, sobre como e por que consegui sobreviver emocionalmente às ganas do torturador, percebo que além de minhas convicções política e ideológica, há uma particularidade matricial:

nós mulheres possuímos útero e o útero é vida e não morte. Gerar, parir, amamentar e criar os meus filhos fez-me renascer. A maternidade, a energia amorosa que envolve e irradia vida. O amor, criativo e transformador na sua forma mais pura e cristalina. Esta foi minha fonte de energia para superar o que meus companheiros de tortura não suportaram (RAMMINGER, 2010, p. 146-147).

A resistência dessas mulheres estava também no grau de transgressão realizado por elas ao entrarem em organizações que se opunham aos militares. Para a repressão, portanto, essas não eram apenas opositoras ao regime, eram também presenças que subvertiam os valores estabelecidos (COLLING, 1994). Maria Amélia de Almeida Teles (2015) relembra que

A participação das mulheres se deu por decisão delas próprias. Ao assumirem uma posição política de transformar a ditadura em liberdade, justiça e democracia, passaram a engrossar as diversas trincheiras de lutas, das ações políticas de repúdio à ditadura, seja de luta armada ou não, o que irritou profundamente os militares que esperavam que elas fossem facilmente dominadas e controladas por eles. Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura (TELES, 2015, p. 1010-1011).

Essas militantes, portanto, rompiam com os papéis de subjugadas e dóceis, socialmente estabelecidos como características “do feminino”. Entretanto a ideia de fraqueza física e emocional “própria das mulheres” era inerente à ação dos militares na prisão, que inicialmente acreditavam que seria mais fácil “arrancar” informações das militantes.

Gilse Cosenza traz isso em seu depoimento, quando afirma que o coronel Teixeira Góes, designado a interrogá-la, juntamente a outras companheiras, teria dito que a sua tarefa era a mais fácil do Dops, pois bastariam “alguns tabefes para que aquelas mocinhas frágeis entregassem tudo” (JOFFILY, 2010, p. 229). E complementa:

E então ele (o coronel responsável pelo Inquérito Policial Militar) cantou de galo, dizendo que, com mulher, ele não tinha trabalho, porque ‘mulher é graça, mulher em uma semana entregava tudo o que ele quisesse’. E ainda disse o seguinte ‘- É só encostar nelas e elas entregam tudo o que eu quiser. Porque é mulher’ (JOFFILY, 2005, p. 127).

Isso, obviamente, muitas vezes não acontecia. E quando se deparavam com militantes que resistiam à tortura, sem entregar as informações desejadas, elas logo eram vistas como “machos”, por serem duras, frias e corajosas, ou seja, por terem características (e qualidades) para eles como pertencentes ao masculino. Gilse conta que esse mesmo coronel, depois, as

procurou na cela, e lhes disse que “gostaria de ter, sob seu comando, cinco soldados tão fortes quanto elas” (JOFFILY, 2010, p. 229).

Essa postura por parte dos torturadores também pode ser percebida como um recurso extremo para não ter que se rebaixar perante a resistência de uma mulher (JOFFILY, 2005). Posicioná-la como “homem” tornaria sua força mais legitimada e os insucessos dos militares nos interrogatórios “menos humilhantes”. A posição “degradante” de não conseguir obter informações de mulheres é bastante ilustrada na continuação do depoimento de Gilse:

Quase dois meses depois, ele não tinha conseguido nada! E o outro coronel mangava dele: ‘- Mas Góes!’ E começou a gozar dele para os outros coronéis: ‘- O Góes está sendo feito de besta por cinco mulherzinhas. Está apanhando de cinco mulheres’. E o Góes ficava irritado, desesperado (JOFFILY, 2010, p. 229).

O estranhamento por parte dos militares da intensa presença e resistência dessas militantes também é observado por Maria Amélia de Almeida Teles (2015), que, ao ter contato com documentos da repressão, nota que as referências a mulheres continham expressões como “fanática em subversão”, “bom grau de inteligência”, “moça de muita valentia”, o que não aparecia nos registros dos homens. A premissa básica é de que os homens são valentes, frios, inteligentes e racionais, portanto, não seria necessário mencionar isso em um relatório. Mas essas posturas vindas de mulheres causavam espanto, pois contrariavam suas ideias de feminilidade. O coronel Goés chegou a dizer a Loreta Valadares:

Você é gelada, insensível, que espécie de mulher é você [...] Entendi por que você é fria, você é chefe e não quer aparentar fraqueza diante de suas comandadas. Mas eu sei que, por dentro, você é mulher, sensível, frágil. Li suas poesias e cartas ao seu marido, vi que você é bem feminina (JOFFILY, 2005, p. 128).

Outra questão interessante trazida por Amelinha é que em um dos relatórios da Operação Sucuri, no Araguaia, ao expor a guerrilheira Sônia (Lucia Maria de Souza), os militares a descrevem como “uma mulher de corpo bonito”, sendo que nenhum guerrilheiro recebeu descrição desse tipo (TELES, 2015). Notamos, portanto, que também nos documentos oficiais a repressão se posicionava de maneiras distintas ao tratar dos corpos de militantes homens e militantes mulheres.

A repressão percebia essas mulheres “subversivas” também como muito perigosas, pois elas queriam “superar os homens”. Isso é trazido por Liliana Chiernajowisky, ao contar que quando o comandante do lugar onde ela estava reclusa viu as presas políticas chegarem disse: “preferia que me mandassem todos os líderes guerrilheiros do que ter que lidar com estas

loucas. As mulheres são piores, quando acreditam em algo o levam nas entranhas” (TELES, 2015, p. 1011).

As mulheres militantes eram vistas, portanto, quase como uma aberração, pois, apesar de serem mulheres, tinham se tornado “terroristas”, pegando em armas (WOLFF, 2007). Dulce Maia conta que, ao contrário das presas comuns, que não eram temidas por sua violência, ela chegou ao presídio, vinda das salas de tortura do Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo), algemada, com os braços presos nas costas e rodeada por um grande aparato de segurança:

Para transportar-me do largo General Osório (endereço do DEOPS) ao presídio Tiradentes (a um quilômetro e meio de distância, se tanto, em pleno centro de São Paulo), foi montado um forte e espalhafatoso esquema. Um aparato bélico e uma escolta que mais pareciam destinados a transportar um deslocamento inimigo preso para uma cidade a milhas de distância. Enfim, havia algo de paradoxal e muito ridículo: todo aquele aparato de homens armados até os dentes, homens grandes, fortes, de ombros largos, de capacetes, cassetetes, revólveres, pistolas, fuzis, metralhadoras – e a ajuda de alguns cães pastores – cercando a entrada do DEOPS, aguardando a saída da “terrorista”. A porta se abre e, de repente, sai aquele fiapo de gente, quase apenas pele e osso, pálida pelos meses sem sol, e com braços algemados para trás. Era eu. (MAIA, 1997, p. 99).

Por toda essa escolta bélica dedicada à guerrilheira Judith, fica bastante evidente a afirmação de Maria Amélia: “A repressão tratou as mulheres como muito perigosas, pois elas queriam ‘superar os homens’, eram consideradas promíscuas porque eram capazes de abandonar seu ‘papel social’ a ponto de aspirar ao poder político e a participar da luta armada” (TELES, 2015, p. 1011-1012). O mesmo se faz visível na perseguição destinada a Dinalva Oliveira Teixeira, a primeira e única mulher a ocupar cargo de chefia na guerrilha rural, na região do Araguaia.

Dina, como era conhecida, era considerada pelos militares como uma mulher muito valente. Em vários confrontos, ela conseguiu escapar e dar continuidade à luta. Por isso acabou também por estampar as páginas do *Jornal do Brasil*, que escreveu: “Correm pela mata do Araguaia os feitos de Dina, seus confrontos com equipes do Exército, e sua fama de boa atiradora e combatente destemida” (TELES, 2015, p. 1015). Dinalva, uma das últimas sobreviventes do Araguaia, foi morta grávida,

[...] o nome de Dinalva era um dos últimos não riscados na folha pregada na parede da Casa Azul (um dos centros clandestinos de tortura e de extermínio, mantidos pelo Exército brasileiro). Era a “peça” que faltava para o Exército considerar extinta a guerrilha.

Com a mulher que virava borboleta, pomba e cupim livre na mata, a vitória da repressão jamais seria assimilada pelos caboclos nos barrancos dos rios, garimpos e povoados, acreditavam os militares. (TELES, 2015, p. 1015).

Muito pouco se sabe sobre seu assassinato e sobre o que aconteceu com sua gravidez, mas há a certeza de que o Exército brasileiro tinha medo de Dina viva, pois ela era admirável, era fascinante e acabava por ameaçar a moral militar. A repressão temia mulheres que lhe escapavam, que a enfrentavam, e vivia uma espécie de contradição, em alguns momentos as admirava, em outros as repudiava.

É importante ressaltar que o discurso da repressão sobre essas mulheres não é isolado e está presente na sociedade como um todo. Entretanto é recolhido e sistematizado pelos militares numa tentativa de desqualificá-las como mulheres e como sujeitos políticos. A mulher que ousou adentrar ao espaço político tido como masculino não é socialmente bem vista. Essas foram questões presentes na sociedade, nas próprias organizações e na repressão e, portanto, podemos concluir que as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições (COLLING, 1994).

Essa percepção da dimensão avassaladora das relações de gênero em seus cotidianos foi entendida por muitas dessas militantes durante a prisão, ou mais especificamente durante as sessões de tortura. Foi nessas situações que elas perceberam que não tinham os mesmos direitos que os homens, na sociedade como um todo e, inclusive, no seio das organizações em que atuaram. Muitas, então, se “descobriram feministas” nesse momento (JOFFILY, 2005). É o que traz Amelinha, ao afirmar que na prisão, no dia 8 de março de 1973, gritou: “Viva o dia Internacional da Mulher”. Entretanto os demais presos não reagiram, ninguém sabia que dia era esse. E complementa:

Foi no presídio que fiz uma reflexão feminista. Passamos tudo isso que passamos e, hoje, eu olho e vejo a história de cada uma de nós e é cruel. Qual mulher que foi bem sucedida? E as (poucas) que são bem sucedidas estão segurando duras penas. E são bem sucedidas em termos, porque, comparadas com os homens não tem nenhuma. Os ex-presos, não todos, mas muitos, hoje, são deputados, são pessoas importantes. Tem ministro, deputado, tiveram ascensão social. A sociedade é machista mesmo, existe uma falta de reconhecimento, tudo o que fizemos parece menor. Isso inclusive na esquerda (JOFFILY, 2005, p. 148).

Outras tantas fizeram suas reflexões no exílio, quando entraram em contato com os movimentos feministas que borbulhavam em países da Europa e dos EUA. Lá, as mulheres procuravam discutir sua posição na sociedade, seu corpo, seu prazer. Isto pode ser exemplificado pela fala de Loreta:

Foi no exílio, que me tornei feminista, alcançando arguta consciência da opressão de gênero. Os direitos já conquistados pelas mulheres na Suécia e em outros países europeus, as lutas e reivindicações por igualdade nos postos de trabalho, por creches, por cotas de mulheres nos cargos públicos, por exemplo, e outras bandeiras levantadas por grupos feministas, elevaram minha percepção da discriminação de gênero e da necessidade do desenvolvimento de um caminho próprio dentro da luta de transformação de toda sociedade (JOFFILY, 2005, p. 121).

Eram pautas bastante distintas das militantes brasileiras, que estavam mergulhadas na prioridade de derrubar o regime ditatorial. Além do mais, como vimos, eram questões que seriam resolvidas após “a vitória da revolução”. Evocando “a primazia da luta de classes ou da luta pela democracia, esses grupos viam o feminismo como uma luta menor ou uma ameaça à unidade” (PINTO, 2003, p. 58). Wolff (2007b), entretanto, faz uma ressalva importante:

O feminismo pode não ter sido admitido e explicitado entre os movimentos de esquerda armada no Cone Sul. Era visto, afinal, pelos militantes homens e mulheres, como algo “pequeno-burguês”, uma reivindicação menor de mulheres de classe média que não tinham “mais o que fazer”. Porém algumas relações precisam ser feitas. Muitas das jovens guerrilheiras e militantes, a partir do exílio ou a partir de suas trajetórias posteriores, por exemplo, com a militância em movimentos pelos Direitos Humanos, geralmente protagonizados por mulheres, tornaram-se feministas. O número e a relevância das militantes mulheres na Nova Esquerda foram muito importantes se levarmos em conta os números de mulheres militantes de partidos tradicionais, de esquerda ou de direita. Embora os grupos de consciência, os periódicos feministas, as casas de mulheres e outras expressões do feminismo de segunda onda surgissem em paralelo com os movimentos armados de esquerda ou como uma consequência, [...] o próprio fato de as mulheres estarem neste momento nas Universidades, em números nunca antes experimentados, e de se sentirem convocadas elas também pelo discurso tão genderizado no masculino para a luta social, colocando-se assim numa relação de igualdade com seus companheiros homens, já expressa uma mudança importante. Não é à toa que tenham sentido tantas vezes a discriminação, construindo pouco a pouco um ressentimento com relação a seus companheiros que foi crescendo e assumindo importante papel na construção do feminismo pós-ditadura (WOLFF, 2007b, p. 35).

Se pensando como feministas ou não, se tornando militantes do movimento feminista ou não, essas mulheres, sem dúvida, reproduziram em suas lutas nas organizações de esquerda a premissa básica do que é entendido

como feminismo: a busca por igualdade, em todos os aspectos (social, político, econômico), entre homens e mulheres.⁶ É o que nos recorda Sara Ahmed, ao analisar o que pode vir a nossa mente, enquanto mulheres feministas, ao pensarmos acerca do que o feminismo pode nos significar:

Isso traz à mente grandes atos de recusa e rebeldia, bem como as maneiras silenciosas que podemos ter de não nos apegar a coisas que nos diminuem. Traz à mente mulheres que se levantaram, falaram, arriscaram vidas, casas, relacionamentos na luta por mundos mais suportáveis. Traz à mente livros escritos, esfarrapados e desgastados, livros que davam palavras a algo, um sentimento, um sentimento de injustiça, livros que, ao nos dar palavras, nos davam forças para prosseguir. Feminismo: como levantamos umas às outras. Tanta história em uma palavra; [...] sendo feminista, tornando-se feminista, falando como feminista. Viver uma vida feminista não significa adotar um conjunto de ideais ou normas de conduta⁷ (AHMED, 2017, p. 2).

Essas foram mulheres que se levantaram, rebelaram-se, transgrediram os estereótipos do ser mulher, saíram dos papéis impostos a elas, de dóceis e submissas. Pegaram em armas em resistência à opressão de um regime autoritário e ditatorial, por decisão delas próprias. Arriscaram, e tantas perderam, suas vidas em ações que eram consideradas por séculos da história brasileiras como funções de “homens”.

Essas são histórias de militância, de luta, de sofrimento e de superação. São histórias de mulheres que conquistaram independência e autonomia, ousaram, e por isso tiveram de escalar muitas barricadas. Como nos recorda Olívia Joffily (2005, p. 126):

As mulheres que optaram por participar ativamente da vida política do país, além de lutarem por um mundo mais justo do ponto de vista da distribuição de renda e da participação política de amplos setores sociais, integravam o esforço no sentido de redimensionar o papel da mulher na sociedade. [...] No embate concreto com o poder instituído, as militantes de esquerda se defrontaram com as representações dominantes mais arraigadas das desigualdades entre as categorias de sexo.

⁶ De forma bastante simplificada, esse é o significado apresentado no dicionário Aurélio (2010) ao buscarmos por “feminismo”.

⁷ No original: “It brings to mind loud acts of refusal and rebellion as well as the quiet ways we might have of not holding on to things that diminish us. It brings to mind women who have stood up, spoken back, risked lives, homes, relationships in the struggle for more bearable worlds. It brings to mind books written, tattered and worn, books that gave words to something, a feeling, a sense of an injustice, books that, in giving us words, gave us the strength to go on. Feminism: how we pick each other up. So much history in a word; [...] being a feminist, becoming a feminist, speaking as a feminist. Living a feminist life does not mean adopting a set of ideals or norms of conduct.”

São histórias de mulheres que ousaram voar. Suas lutas são trazidas para nós, não pelo vento, mas por suas palavras e vivências. Que delas nos fique a esperança, a força e memória, sempre vivas.

Referências

AURÉLIO. *O mini dicionário da língua portuguesa*. 8. ed. revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. Rio de Janeiro, 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: UDESC, 1984.

AHMED, Sara. *Living a feminist life*. Durham: Duke University Press, 2017.

BRASIL NUNCA MAIS. Um relato para a História. Petrópolis: Vozes, 1985

BRIGGMANN, Luísa Dornelles. *Mulheres que foram à luta contra a ditadura nas páginas do jornal Correio do Povo (1968 - 1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BRISTOT, Lidia Schneider. *Ser revolucionário ou revolucionária: discursos sobre a juventude na esquerda armada latino-americana (Brasil e Uruguay, 1959-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. A construção do sujeito político mulher “subversiva”. *Contexto e Educação*, Ijuí, v. 9, n. 35, p. 16-23, jul/set. 1994.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*. UFPEL, v. 10, 2004.

CONTREIRAS, Janaina Athayde. *Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964 – 1985)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, M. Teresa Porciúncula (org.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FILHO, Daniel Aarão Reis. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Coleção Ditos e Escritos VI: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOLDAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviética, 1917 – 1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.

GUEVARA, Ernesto Che, "La guerre de guérilla", *Textes militaires*, La Découverte, Paris, [1962] 2001, p. 26-133.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2005.

JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. *In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 225-245.

KIEFER, Sandra. *Relatos de horror sobre a ditadura estão escondidos no anonimato*. 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/06/21/interna_politica,301448/relatos-de-horror-sobre-a-ditadura-estao-escondidos-no-anonimato.shtml. Acesso em: 13 jan. 2019.

MAIA, Dulce. A morte, as donzelas e a Canção dos pescadores. *In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias; PONCE, J. A. de Granville. Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 2007, p. 96-107.

MARIGHELLA, Carlos. *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019.

PINTO, Céli. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAMMINGER, Ignez M. S. Na guerra com batom. *In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Al.; FERNANDES, Ananda S. (org.). A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória*. POA: Corag, 2010, v. 2, p. 135-147.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. *Não calo, grito*. Memória Visual da Ditadura Civil-militar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013. v. 1.

SEFFNER, Fernando. Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). In: SOARES, Guiomar Freiras; SILVA, Méri Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa (org.) *Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006, p. 76-84.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol... In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 284-292.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revistas Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022 set./dez. 2015.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou. A aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história*. Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007, p. 95-111.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007b.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. *Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 138-155.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas*. UFSC, v. 23, n. 3, p. 975-989, 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe. Corpos narrados nas memórias das ditaduras do Cone Sul. *Sæculum*, n. 39, p. 267-278, jul./dez. 2018.

Entrevista

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (3 fitas cassete)*. São Paulo, 24/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

ARTE, POLÍTICA E FEMINISMO: AS IMAGENS DA RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA DITADURA¹

Isabela Fuchs

Alina Nunes

Em regimes de exceção, a resistência encontra seu caminho nos mais variados campos. Além da militância política organizada em partidos de esquerda, em organizações do movimento estudantil ou na luta armada, na ditadura militar brasileira as ideias de resistência também circulavam no cinema, no vídeo, nas artes gráficas, tornando o campo visual palco de embates políticos. Praticamente todo trabalho acadêmico que tem como tema a imagem logo de início se posiciona dizendo que somos uma sociedade da imagem ou que nunca antes vimos tantas imagens ao nosso redor, em um anseio benjaminiano de se falar sobre reprodutibilidade e, ao mesmo tempo, com uma dose de pessimismo de se encontrar pertencente a uma sociedade do espetáculo.² A questão é que sempre vivemos rodeadas e rodeados por imagens e sempre fizemos imagens. Somos feitas e feitos de imagens.

Muitos trechos da história da resistência à ditadura podem ser contados por meio de imagens. Afinal, a imagem é um fenômeno que combina seus produtores e receptores fazendo dela uma operação dinâmica, não somente contemplativa. Uma imagem depende de quem a fez, imprimiu, emoldurou, transportou, e precisa de uma interpretação de quem a vê para alcançar a sua potência. A imagem vai além do que ela mostra – ela estabelece relações com quem a observa. Relações essas que são ímpares, pessoais, mas que também podem se amarrar em uma experiência coletiva, do campo afetivo e da memória. Um exemplo são os álbuns de fotografia – a história de uma família pode ser contada por meio deles. A história de uma cidade é contada pelas suas pinturas de época, seguidas pelas fotografias de praças e outros pontos turísticos. Os filmes também contam histórias, podendo ser considerados a materialização de relações entre um acontecimento e sua percepção por um grupo de pessoas.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. Agradecemos especialmente à professora doutora Ana Maria Veiga, pelo auxílio ao fornecer alguns dos materiais que tornaram esta pesquisa possível.

² Guy Debord escreveu *A sociedade do espetáculo* em 1967. Ele define a sociedade do espetáculo como uma sociedade em que as relações sociais são mediadas por imagens. Essa nova estruturação da sociedade pretende colocar as pessoas como meras espectadoras e consumidoras dos espetáculos imagéticos, o que suprimiria a possibilidade da consciência de classe.

Podemos pensar na vida das imagens. Até que ponto elas duram? Pode uma imagem morrer? Há uma espécie de fio que conecta imagens de diferentes tempos e lugares por meio da memória humana. Afinal, “estar face a face com a imagem é estar face a face com a história” (BURKE, 2004, p. 17), pois travam-se tensões e conflitos no campo da imagem que ultrapassam a vida dos seus autores, veiculando pensamentos e subjetividades, mesmo que quem os materializou não esteja mais aqui para contar das razões para criá-lo e das suas conseqüentes escolhas estéticas.

Sabemos que, muitas vezes, as mulheres artistas foram obliteradas no processo de escrita da história dessas imagens, o que reafirma que o processo de escrita da história é um campo de combate e disputa de narrativas. Refletir sobre as imagens produzidas por mulheres, seja no cinema moderno ou nos cartazes do Movimento Feminino pela Anistia, é ponderar sobre a potência da imagem, o seu potencial político, reivindicatório, o seu impacto, principalmente sobre a imagem impressa, pois “em todos os lugares, impressões nos precedem e nos seguem” (DIDI-HUBERMAN, 2008, p. 11)³, considerando a subjetividade atrelada às relações de gênero como marcantes para as experiências da produção da arte como resistência política.

Desde antes do golpe de 1964, na década de 1960 a produção artística politicamente engajada crescia no Brasil. O cunho político e contra-hegemônico do Cinema Novo e do Teatro do Oprimido era notável desde o início da década, sendo exemplos de manifestações artísticas que subvertem não só no teor político de seus discursos, mas também em sua estética inovadora. Como aponta Rancière (2009), o caráter político da arte é também estético no sentido em que se coloca como resistência a determinada forma de partilha do sensível⁴ anteriormente estabelecida. Assim, de acordo com Maria Alice Costa e Naiara Coelho, a arte política “encontra no seu teor político, social-crítico e reivindicativo, um movimento para suplantar a técnica formal e tornar visível outros sentidos, significados e subjetividades de protesto” (COSTA; COELHO, 2018, p. 27).

No cinema, na produção gráfica ou na criação de vídeos, as mulheres puderam encontrar mecanismos de resistência e de ação política. A importância da produção dessas imagens reside não só nas imagens em si, mas no

³ Do original “Partout des empreintes nous précèdent ou bien nous suivent” (DIDI-HUBERMAN, 2008, p. 11). Didi-Huberman nesse caso não fala especificamente do impresso em papel, mas de impressões deixadas no solo, marcas de dedo, rastros da humanidade. Contudo essa é uma forma de se pensar na imagem impressa enquanto rastro e vestígio tão prenhe quanto pegadas e pistas.

⁴ Rancière define o termo “partilha do sensível” da seguinte maneira: “Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas” (RANCIÈRE, 1995, p. 7).

que está em suas entrelinhas. A subjetividade das mulheres que produzem imagens as atravessa em todos os aspectos. Ocupar espaços de produção de imagens em uma sociedade marcada pelas hierárquicas relações de gênero é um processo que envolve conflito social, é uma luta.

O cinema

Por muito tempo, a história do cinema foi construída através de olhares masculinos, e essa prática não se restringe apenas ao contexto brasileiro. Seja no neorealismo italiano, na *Nouvelle Vague* francesa ou no Novo Cine Latino-americano, a atuação de mulheres foi continuamente invisibilizada. Assim, é preciso afirmar e reafirmar que as mulheres cineastas construíram o movimento do cinema moderno brasileiro⁵ tanto quanto os homens que tentam centralizar em si as narrativas da história do cinema. O campo da história das mulheres no cinema é um campo bastante novo, e o trabalho de preservação da produção e da história dessas cineastas é praticamente um trabalho arqueológico (HOLANDA; TEDESCO, 2017). Na última década, as produções sobre história e cinema aumentaram significativamente – e graças ao esforço contínuo de muitas pesquisadoras, pouco a pouco a história do cinema vem sendo reescrita, dessa vez, sem invisibilizar as mulheres. O caminho ainda é longo, mas está sendo trilhado.

A popularização do cinema no início do século XX mostrou-se como uma possibilidade para as mulheres reivindicarem seu espaço no campo artístico e na história. Assim, cabe compreendermos que os filmes produzidos por mulheres são importantes fontes históricas, expressões culturais e sociais inseridas em um contexto histórico específico. Como aponta Janet Wolff (1981), a arte é sempre social, situada e produzida historicamente, além de ser atravessada por razões biográficas, psicológicas e sociais. Por isso, fica claro que as relações de gênero estão imbricadas às razões biográficas, psicológicas e sociais, que são determinantes para a produção artística. Assim, por meio da produção cinematográfica feminina, é possível contar a história das mulheres, pois as imagens produzidas por elas permitem que observemos a realidade a partir de suas experiências.

O contexto da ditadura militar é determinante para a construção do cinema moderno brasileiro. Marc Ferro (1976) aponta que o cinema é uma ferramenta de manifestação capaz de transgredir qualquer instância do

⁵ Com cinema moderno brasileiro, nos referimos às produções nacionais feitas entre início da década de 1960 e meados da década de 1980, recorte histórico que engloba o contexto da ditadura militar. Os movimentos que constituíram o cinema moderno brasileiro foram o Cinema Novo e o Cinema Marginal. Entretanto existem outros movimentos importantes nesse período – a discussão sobre os limites do uso do termo “cinema moderno” é brevemente feita por Karla Holanda (2017).

controle ideológico, até mesmo o Estado. O Cinema Novo, movimento iniciado pouco antes do golpe militar de 1964, “desenvolveu-se em um terreno de resistência a uma TV dominada por interesses políticos e econômicos, direcionada para o controle social” (SANTORO, 1989, p. 57). Além de se opor a isso ao permanecer ausente do circuito televisivo comercial, o movimento do Cinema Novo trouxe novas preocupações para a produção cinematográfica brasileira ao combinar a experimentação estética com o engajamento político. O movimento era guiado pela conhecida frase de Glauber Rocha “uma ideia na cabeça e uma câmera na mão”, e, nesse momento, para Ismail Xavier (2001, p. 28), “falou a voz do intelectual militante mais do que a do profissional de cinema”, definindo a linguagem da primeira fase do Cinema Novo ao colocar em cena temas sociais aliados ao “descobrimto” de um Brasil até então invisível às câmeras.⁶ Após o golpe, o Cinema Novo entrou em uma nova fase, discutindo a proximidade entre os artistas e as classes populares ao reconhecer a existência de uma alteridade do povo perante as elites que dominam o país. Em 1967, isso foi demonstrado em *Terra em Transe*, filme que conta a história de um poeta e jornalista que trabalha para um candidato a governador. Com a ironia da carnavalização da política, o filme também retrata o regime autoritário de 1964 e exerce uma crítica ao romantismo revolucionário. Para Xavier, esse foi um filme “que colocou em pauta temas incômodos e se pôs como a expressão maior daquela conjuntura cultural e política” (XAVIER, 2001, p. 29).

Por mais revolucionários que sejam considerados os cineastas do Cinema Novo, é importante ressaltar que, como aponta Ana Maria Veiga (2013), a revolução proposta por eles era uma revolução pela metade. Os Novos Cinemas – fossem feitos em Cuba ou no Brasil – “não colocaram em cena o problema da situação inferiorizada das mulheres na sociedade; ao contrário, muitos diretores apenas reafirmaram ou naturalizaram esta questão” (VEIGA, 2013, p. 41). A consolidação do cinema moderno brasileiro contou com a participação de cineastas mulheres em todas suas fases, mas especialmente a partir do início da década de 1970. Helena Solberg, que convivia com muitos dos cineastas do Cinema Novo, fez seu primeiro filme em 1966. *A entrevista* é uma obra vanguardista, sendo considerada “o marco fundante do cinema brasileiro moderno de autoria feminina” (HOLANDA, 2017, p. 50). O documentário tem 19 minutos, e mescla imagens de uma mulher que passeia pelas ruas do Rio de Janeiro e se arruma para seu casamento às vozes de várias mulheres que conversam sobre sexo, virgindade,

⁶ Essa “descoberta” do Brasil se materializou na produção de filmes que tinham as problemáticas do sertão brasileiro como temática principal. Filmes como *Vidas Secas* (1963, de Nelson Pereira dos Santos), *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964, de Glauber Rocha) e *Os Fuzis* (1964, de Ruy Guerra) representam a trilogia do sertão do nordeste (XAVIER, 2001).

relacionamentos, independência financeira, entre outros temas importantes que circundavam a vida das mulheres de classe média daquele período. A diretora, em uma entrevista realizada em 2005, descreveu a construção de seu filme:

[...] eu fiz o meu primeiro filme, chamado *A entrevista*, e que já tem um pouco essa mistura minha que eu acho interessante, e que não era uma coisa totalmente consciente, que é essa coisa de documentário e ficção misturados. Eu saí entrevistando moças da PUC, de formação burguesa como eu, sobre casamento, sexo, política. Eu andava com um Nagra pendurado no ombro, fazendo um áudio, e com esse áudio eu criei uma imagem meio que mítica sobre a mulher se preparando para o casamento. Mário Carneiro foi quem fotografou, é lindíssima a fotografia. É um filme em preto e branco de uma moça sendo vestida como em um ritual para o casamento, e, ao mesmo tempo, essas entrevistas meio que desmistificam aquela imagem, vão fazendo e costurando um comentário sobre aquilo. (SOLBERG, 2005, s/p).

O documentário dialoga com obras como *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1949), e *A mística feminina*, de Betty Friedan (1963), publicações que se tornaram muito importantes para a fundamentação do feminismo que se consolidou no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970. Ainda, ao final da narrativa, a diretora constrói uma crítica sutil à ditadura militar brasileira, reconhecendo seu caráter misógino: é o único momento do filme em que uma voz masculina narra, ao mesmo tempo que são exibidas imagens da “Marcha pela família com deus pela liberdade”. A fala de uma das entrevistadas diz: “eu acho que a política deteriora o homem” (*A Entrevista*, 1966), o que pode demonstrar que Helena Solberg reconhecia que a ditadura militar era uma ditadura de homens. É importante falar de *A entrevista* porque, ao contrário dos documentários produzidos pelos cineastas homens do Cinema Novo, que “não continham o ímpeto de diagnosticar o país e sua população por meio de uma voz *off* que realinhava qualquer tentativa de ambiguidade do discurso” (HOLANDA, 2017, p. 51), o filme de Solberg “não só se afasta de uma voz totalizante, uníssona, que não se preocupa em enunciar algum saber, mas também traz dilemas caros à época para o centro do filme; é inteiramente protagonizado por mulheres e não fala do *outro*, mas do *mesmo* de classe” (HOLANDA, 2017, p. 51-52).

Nos anos 1970, é notório o aumento da participação de mulheres na direção de filmes no Brasil (HOLANDA, 2017). Para além do Cinema Novo, cabe tratar de outros momentos e movimentos do cinema moderno que contemplem mulheres cineastas. Para tanto, é preciso delinear algumas brechas que fizeram possível a participação feminina no cinema – como a criação da Embrafilme mediante o decreto-lei n.º 862, em 1969. Em 1970,

tornou-se obrigatória a exibição de filmes brasileiros 112 dias por ano, o que, apesar da censura, abriu novas oportunidades para a produção do cinema nacional de oposição à ditadura (VEIGA, 2013). O grande investimento na área do cinema foi importante para a inserção de novos nomes na direção e produção audiovisual, o que incluía a participação feminina (NONATO, 2018). Nesse mesmo sentido, em 1975 foi estabelecida a lei n.º 6.281, a chamada “Lei do Curta”, que estipulava a exibição de um curta-metragem brasileiro antes da exibição de qualquer filme estrangeiro. Essa lei beneficiou as mulheres, já que a maioria dos filmes produzidos e dirigidos por mulheres eram curtas-metragens (NONATO, 2018). A diretora Ana Carolina Teixeira Soares, conhecida simplesmente como Ana Carolina, foi uma das mulheres que teve muitos curtas-metragens colocados em circulação por conta da Lei do Curta. Ela conta que “houve uma lei ou uma portaria [...] que era obrigado a antes de passar o longa, passar o curta. [...]. Era lei. [...] Eu fiz muito curta, muito curta.” (SOARES, 2015, p. 14).

Um pouco antes de estipulada a Lei do Curta, em 1973, com 21 anos, Tereza Trautman lançou seu segundo longa-metragem, *Os homens que eu tive*. O roteiro, a direção e a montagem desse filme foram feitos por Tereza. O filme conta a história de Pity, personagem que encarna a revolução dos costumes que atravessava as mulheres da classe média, vivendo uma relação amorosa com os dois homens ao mesmo tempo. Poucas são as cenas de nudez ou sexo explícito – principalmente se comparadas com os filmes da pornochanchada que dominavam o cinema nacional do período. Entretanto o filme de Tereza foi supostamente denunciado na noite de estreia, no Rio de Janeiro, e a censura o manteve interdito até 1980 (TRAUTMAN, 2010). Foram diversas as tentativas da diretora para o relançamento do filme, dando outros títulos ao longa e cortando as cenas explícitas.

O filme só foi liberado dez anos depois. [...] A gente até ofereceu, vamos mudar de nome, mas nem assim. A gente ofereceu: ‘ah, você quer, a gente muda de nome, começa um novo procedimento, como se fosse um filme novo, né?’ Nada. Era como se você falasse com uma parede, não tinha resposta, não tinha retorno nenhum, sabe, não dava para dar andamento. Se tentou. Se tentou de todas as formas na época. Somente depois é que se conseguiu liberar o filme, porque não fazia o menor sentido o filme estar interdito, não tinha uma cena, não tinha nada. Era o contexto. Era o contexto. (TRAUTMAN, 2010, s/p).

Em meio ao clima de repressão, os filmes de caráter explicitamente contestatórios eram facilmente censurados pelos órgãos do regime. A produção de pornochanchadas passou a dominar as telas do cinema nacional (VEIGA, 2013). Nesse gênero cinematográfico, os corpos das mulheres eram erotizados e exibidos exageradamente – apesar do caráter moralista da

ditadura, a censura deixava passar esses filmes, tendo em vista que nas pornochanchadas “as mulheres sexualmente ativas estavam em cena para serem consumidas, não para escolher ou consumir” (VEIGA, 2013, p. 253). É por isso que o filme de Trautman foi tão censurado: o corpo de Pity, uma mulher livre, não estava à disposição do consumo de homens, ela “não tem nenhuma motivação especial para ter relacionamentos fora do casamento; é uma escolha livre” (HOLANDA, 2017). O filme foi considerado “amoral, pornográfico em sua mensagem, debochado, cínico, obsceno que tenta com enredo mal feito justificar a vida irregular de mulher prostituída. É um libelo contra a instituição do casamento [...] uma afronta à moral e aos bons costumes” (PARECER 4680/75 *apud* VEIGA, 2013, p. 251).

Figura 1: O primeiro cartaz do filme *Os homens que eu tive*, de Tereza Trautman, censurado em 1973



Fonte: Acervo pessoal de Ana Maria Veiga.

O filme *Mar de Rosas* (1977), da diretora Ana Carolina, foi seu segundo longa-metragem de ficção – antes, a diretora produzia apenas documentários⁷ – e faz parte da trilogia lançada entre 1977 e 1986. Os outros dois filmes, *Das tripas coração* (1982) e *Sonho de Valsa* (1986). Em *Mar de Rosas*, Ana Carolina satiriza a família “tradicional” brasileira, essa calcada nos mesmos ideais conservadores da ditadura militar. A família Felicidade (mãe e esposa), Sérgio (pai e marido) e Betinha (a filha adolescente) viaja de carro para o Rio de Janeiro, e Felicidade e Sérgio começam a discutir até que a mulher tenta matar o marido, e, assustada, procura fugir de volta para São Paulo com a filha. Entretanto é perseguida por Barde, capanga de Sérgio, que a tortura e a violenta sexualmente ao longo do filme. Assim, além de criticar às instituições do casamento, da família e da moral cristã, outros personagens da ditadura, como os torturadores, são colocados sutilmente em cena, demonstrando uma crítica ao regime. O longa apresenta uma perturbante cena para “costurar” esses símbolos na narrativa:

Numa cena inquietante, nos deparamos com uma Felicidade rota, que já havia sido espancada pelo marido, furada, queimada e soterrada pela filha, atropelada por um ônibus e ameaçada pelo capanga. Com suas roupas sujas e esfarrapadas, faz sexo com seu algoz no banheiro, enquanto mentalmente fala com o marido Sérgio, que ela julgava morto. Depois, sozinha e triste, ela se masturba na banheira. O sexo com o verdugo traz à cena a humilhação e a resignação de uma mulher incapaz de escapar ao seu destino, embora continue com a esperança da fuga (VEIGA, 2013, p. 269).

Apesar de fazer uma crítica ao regime militar e mostrar nudez e sexo, *Mar de Rosas* não foi vetado pela censura da ditadura. Segundo Veiga (2013, p. 270), essas imagens “passaram ilesas pelo crivo da censura militar, pois foram construídas sobre códigos conhecidos, como as tramas das já mencionadas pornochanchadas”, ao mesmo tempo em que Ana Carolina se contrapõe a esse tipo de cinema, já que “em *Mar de Rosas* o apelo à nudez feminina é psíquico, referindo-se explicitamente à degradação daquela mulher”.

⁷ Sobre os documentários de Ana Carolina, ver Karla Holanda (2017).

Figura 2: Cartaz do filme *Mar de Rosas* (1977), de Ana Carolina



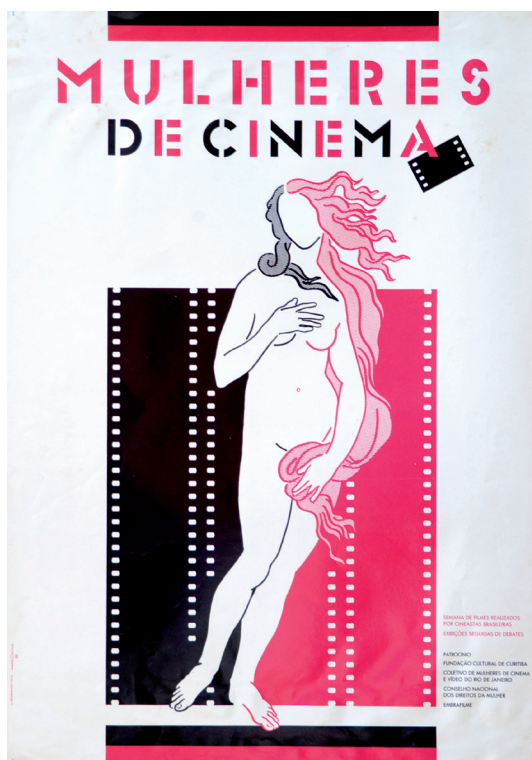
Fonte: Acervo pessoal de Ana Maria Veiga.

Existem, ainda, diversas outras histórias de mulheres que dirigiram, escreveram e produziram cinema no Brasil no período da ditadura. Tantas histórias não cabem em uma seção de um capítulo de livro.⁸ Entretanto cabe dizer que o cinema feito por mulheres levou – e ainda leva – às telas temas políticos, já que, quando falamos sobre mulheres, “o pessoal é político”, o que fortalece os debates anteriormente propostos pelo Cinema Novo que afirmava que a política e a arte eram indissociáveis. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a arte foi utilizada como ferramenta política para movimentos sociais já consolidados, também se moldaram movimentos *em torno* da arte. Alguns espaços de debate sobre cinema se tornaram importantes espaços para a articulação política do feminismo. Foi o caso de um encontro organizado por mulheres do cinema brasileiro no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 1975, nomeado “A mulher no cinema brasileiro: da personagem à cineasta”. Além da exibição dos filmes, durante o evento

⁸ Importantes diretoras desse período foram Adélia Sampaio, Ana Maria Magalhães, Eunice Gutman, Maria do Rosário, Tetê Moraes, Tizuka Yamasaki, Vera de Figueiredo, entre outras. Os capítulos do livro organizado por Karla Holanda e Marina Tedesco (2017) tentam dar conta dessas histórias.

foram realizados debates que uniam o feminismo à prática cinematográfica (SARMET; TEDESCO, 2017). Ao longo da década de 1970, as diretoras que participaram desse primeiro encontro se reuniram outras vezes na tentativa de formalizar associações de mulheres cineastas, o que foi finalmente consolidado em 1985 com a criação do Coletivo de Mulheres de Cinema e Vídeo do Rio de Janeiro. As mulheres do Coletivo – Ana Carolina, Tereza Trautman, Tizuka Yamasaki, entre outras – conduziam ações que buscavam garantir a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no meio cinematográfico, ao mesmo tempo que denunciavam as desigualdades de gênero no meio audiovisual (SARMET; TEDESCO, 2017).

Figura 3: Um dos cartazes do Coletivo de Mulheres de Cinema e Vídeo do Rio de Janeiro, de 1985



Fonte: Acervo Centro de Informação Mulher (CIM).

Entretanto, como aponta Tereza Trautman, todas essas mulheres fizeram filmes de menos. Para ela, essa geração de cineastas é a geração das “cineastas amordaçadas”. Muitos foram os projetos idealizados, mas poucas foram as imagens produzidas.

[...] eu acho que todas nós fizemos filmes de menos. Todas nós ficamos com mais projetos, com mais vontade de fazer filmes

do que conseguimos fazer. Acho que houve muitos filmes não feitos, muitos filmes que ficaram somente na ideia – o que é uma grande pena, porque é uma cinematografia tão diversa, você vê, Ana Carolina [...]. Filmes maravilhosos e cada filme diferente um do outro. Você imagina, se você tivesse tido condições de você filmar à vontade, o que é que não seria, o que é que a gente teria conseguido fazer, quantos filmes? Você tem tantas mulheres que não conseguiram fazer filme, praticamente nenhum, sabe? “Cineastas amordaçadas” - talvez seja esse o título que se dá a toda essa geração, a toda essa leva de mulheres (TRAUTMAN, 2010, p. 27).

Os cartazes e o Movimento Feminino pela Anistia

Foi por meio de uma imagem, um cartaz pregado nas paredes de Bruxelas, capital da Bélgica, denunciando casos de tortura, que foi emitido um documento pelo Departamento da Polícia Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 1974, e enviado para o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Nele, havia o alerta de que a movimentação pela anistia era um “processo de subversão orientado pela esquerda extremista com a conivência de políticos frustrados e punidos pelos Atos Institucionais da Revolução de março de 1964” (ARQUIVO NACIONAL. ACE 80323/74). Agora, por que um cartaz incomodou tanto? Por que um movimento que reivindicava direitos básicos era tido como potencialmente subversivo?

Therezinha Zerbini não tinha medo desse tipo de ameaça e entendia que as ditaduras tinham brechas que deveriam ser atravessadas.⁹ Ela ocupava um cargo de liderança no Movimento Feminino pela Anistia, fundado em 1975 junto às outras companheiras.

O Movimento tinha um grande ideal agregador e conciliador, com uma visão da mulher enquanto sujeita que busca a paz social. Ele fazia um extenso trabalho de divulgação, buscando uma conscientização popular a respeito das mazelas cometidas nos porões da ditadura e a consequente importância da assinatura de uma Lei da Anistia. Havia o debate público, com visitas às igrejas, coletando assinaturas para realização de manifestos na rua, em supermercados, em feiras e em pontos de ônibus. Os núcleos do Movimento espalhavam-se pelo país. Apenas mulheres participavam das reuniões e das atividades políticas. Homens eram vetados estatutariamente por “estratégia de guerra” (ZERBINI, 2019, p. 3). Para Therezinha,

onde o homem vai, ele inibe. Você vai numa reunião de operários, de estudantes, tem lá um grupinho de mulheres. Se tem homens,

⁹ Essa fala de Therezinha Zerbini foi reproduzida por um agente de informações presente no ato público realizado em 27 de março de 1978 no Teatro Ruth Escobar. O agente reproduziu detalhadamente as falas dos participantes (Arquivo Público do Estado de São Paulo, 50-Z-0-14.382. Fundo Deops/SP).

eles inibem. Porque a mulher não foi treinada, ela não tem a velocidade mental porque sempre foi o homem que mandou. Ele sempre foi o chefe e patrão (ZERBINI, 2019, p. 3).

O Movimento Feminino pela Anistia não se reconhecia enquanto de militância feminista. Entendia-se que as pautas de feministas europeias e americanas não faziam sentido em um lugar de Terceiro Mundo em que os problemas eram decorrentes da fome, desemprego, pobreza extrema e da falta de um ensino de qualidade (ZERBINI, 1979, p. 22). Tanto que debates como o aborto ou sexualidade não eram realizados por esse movimento, que focava mais em atuação política com o foco estrito no reestabelecimento da democracia e no acesso das famílias de periferia a bens de consumo coletivos do espaço urbano, como saneamento básico, asfalto e energia elétrica (SARTI, 1998, p. 5).

Em março de 1974, Ernesto Geisel assumiu seu governo, que se estendeu até o início de 1979. Tido por muitos historiadores e jornalistas como um ditador de uma linha mais leve, em um governo de distensão, por diminuir a censura à imprensa e restabelecer o *habeas corpus*, Geisel mais do que de “linha branda”, era um sujeito contraditório. Ao mesmo tempo que desejava reduzir o poder da chamada “linha dura”, ele também mantinha o controle dos “subversivos”.¹⁰ Fica claro que a categorização dicotômica entre linha dura e moderados é insuficiente e não preenche as lacunas dos alinhamentos políticos, afinidades pessoais e crises militares. Gostaria também de retornar a outra pergunta: por que os cartazes sobre a ditadura e o restabelecimento da democracia incomodavam tanto, sendo que, supostamente, o Brasil se encontrava em um período de uma lenta reabertura?

Cartazes, além de serem imagens, são uma obra gráfica, um “conjunto de estampas produzidas de uma mesma matriz, elaborada de acordo com algumas das técnicas gráficas e estampada por meio de um dos vários sistemas de impressão” (CATAFAL; OLIVA, 2003, p. 12). Apresentam-nos múltiplos pensamentos e se mostram como artefatos formadores de um “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva” (PESAVENTO, 2013, p. 43) que expressam o tempo passado “de forma profunda e sensorialmente convincente” (MENESES, 1998, p. 90).

O cartaz, além de sua cor e forma, tem suas pequenas peculiaridades. Tem um tamanho, que pode ser diverso. Pode ter um cheiro, rasgos, ou os cantos dele podem estar amassados. Ao envelhecer, sua cor vai se distorcendo, tornando-se mais amarelada. Ele é pouco durável e cíclico. O cartaz pode ser guardado dentro de casa, nas paredes de um quarto, como um

¹⁰ É importante ressaltar que a caça aos subversivos não é encapsulada apenas nos Anos de Chumbo com a promulgação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que perdurou de final de 1968 ao início de 1974. Vem de antes e depois.

pôster de artista. Pode também ser anexado no ambiente externo, interagindo com o meio em que ele está inserido de maneira direta. Desse modo, ele torna-se uma forte ferramenta política por se integrar à vida cotidiana do espaço urbano e, por consequência, à vida política.

Muros, postes e paredes falam em períodos de tensão política, “fazendo de uma ideia gráfica também um instrumento de combate” (SACCHETTA, 2012, p. 9). Sacchetta ressalta que os cartazes da anistia eram “criados e impressos no Brasil e em diversos países por artistas militantes, na maioria anônimos, que trabalhavam em condições precárias, não poucas vezes clandestinamente” (SACCHETTA, 2012, p. 9).

Um dos exemplos são os cartazes produzidos por Virginia Artigas (1915-1990):

Figuras 4 e 5: Cartazes produzidos por Virginia Artigas em 1975



Fonte: Acervo ASMOB, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP), São Paulo.

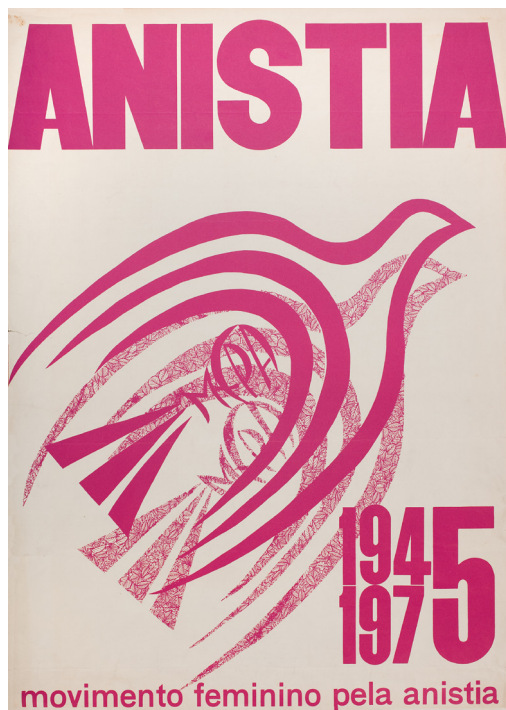
O primeiro cartaz nos apresenta uma mulher sentada de pernas dobradas segurando um pombo com sua mão direita e duas flores com sua mão esquerda. Ela, com olhos grandes, faz um bico ao mesmo tempo que o pássaro parece estar piando. Seus cabelos estão presos e o seu vestido cobre praticamente todo seu corpo. O segundo cartaz nos mostra uma outra mulher. Esta olha diretamente para o observador. Os seus acessórios

são bastante semelhantes à outra mulher. Pombos e flores são imagens recorrentes para se falar sobre paz. Inicialmente são decorrentes do livro de Gênesis, do Antigo Testamento, em que um pombo foi solto por Noé após o dilúvio.

Os dois cartazes foram compostos em apenas uma cor e em apenas uma técnica, a gravura. Mais especificamente, linoleogravura, em que a imagem – a matriz – é recortada em linóleo e enfim colada em madeira. Pequenos detalhes não conseguem ficar bem trabalhados, como pode ser visto na padronagem do vestido das mulheres e na frase “1975: Ano Internacional da Mulher”. As letras parecem que foram feitas à mão. Atingida diretamente pelas truculências da ditadura militar que censurava a imprensa e a prisão de seu marido, o arquiteto Vilanova Artigas (1915-1985), Virginia continuava a trabalhar, compondo cartazes e gravuras para a campanha da anistia (ARTIGAS, 2019).

O pombo que estava nas mãos das mulheres de Virginia Artigas apareceu em outro cartaz do Movimento Feminino pela Anistia:

Figura 6: Cartaz “1945-1975: Movimento Feminino Pela Anistia”, 1975



510x370mm, impressão litográfica sobre papel.

Fonte: Acervo ASMOB, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP), São Paulo.

Há dois pombos nessa imagem. Eles são iguais, mas um aparece posicionado mais à frente; o outro, mais atrás. Em primeiro plano, o pombo está totalmente preenchido pela cor rosa, enquanto o de trás tem uma padronagem de flores e folhas ricamente detalhado. Ao centro, há a sigla MFPA, correspondente ao Movimento Feminino pela Anistia, formando uma espécie de logotipo do movimento, obedecendo às formas fluidas, embora geométricas, do pombo. É perceptível um obediência à Escola Modernista nesse cartaz, com a tipografia sem serifa e ora em caixa baixa, ora em caixa alta, mas com os tipos em semelhante tamanho, bastante diferente do cartaz criado por Artigas.

Mesmo que ele não contenha uma mulher como figura central, há um símbolo marcante: o uso do cor-de-rosa. O uso do cor-de-rosa nesse caso talvez reafirme a ideia de uma pacificidade feminina, ou também podem fazer um uso político dessa cor na forma do que Luc Capdevila chama de “jogos de gênero”: estratégias de ação propostas por mulheres em um contexto autoritário em que elas brincam com os papéis entendidos enquanto femininos. Assim, são dribladas situações possivelmente perigosas em contextos de repressão na forma de uma dramatização (CAPDEVILA, 2001, p. 104). Usavam a feminilidade como um paradoxo, afinal “ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece uma antítese da feminilidade” (PERROT, 2013, p. 153).

Mesmo que se veja esse cartaz rapidamente, sem tempo de decifrar a forma um tanto quanto complexa de um pombo abstrato, vê-se nitidamente as palavras “anistia” e “movimento feminino pela anistia”, com um rosa forte que percorre todo o espaço do papel. O cartaz é uma mídia rápida, que tem que se fazer entender em segundos. Ou seja, não pode ser simplificado demais, nem repleto de informações. E ele é uma mídia que nos mostra, de maneira bastante nítida, a articulação entre imagem e texto e em como essa interação é harmoniosa: a escrita não vem substituir a imagem, nem a imagem substituir a escrita, mas as duas formas de expressão se ajudam (MARIN, 2001, p. 19).

Esses cartazes são exemplos de como o Movimento Feminino Pela Anistia se articulava, e em como ele desejava se tornar cada vez mais acessível. Na verdade, ele foi uma fagulha que deu origem a uma enorme movimentação ao redor da Anistia. Em 1978 já havia mais de sessenta comitês pela Anistia espalhados pelo país (MERLINO; OJEDA, 2010), e nesse mesmo ano foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia e realizado o I Congresso pela Anistia. No ano seguinte, em Salvador, foi lançado o “Manifesto dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos do Araguaia”, e mães e demais familiares organizaram a chamada “Caravana dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia”. No mesmo ano foi realizado um comício na Praça da Sé da campanha pela anis-

tia, e no Rio de Janeiro mais de 20 mil pessoas foram à Cinelândia pedirem uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, e prestando solidariedade aos presos políticos que estavam em greve de fome.¹¹ Em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia (Lei 6683/79) foi, enfim, aprovada, e permitindo o retorno de 150 pessoas banidas e 2000 exiladas.

Esses cartazes fazem reivindicações por liberdade, democracia e fim de violência a partir da imagem da mulher. E mulheres são utilizadas como ferramenta publicitária, como transmissoras de mensagens, há muito tempo. Seja como mães que zelam por seus filhos, as donas de casa que prezam seus maridos ou a sedutora que chama a atenção dos homens. Mulheres são representadas como um elemento natural de beleza, de pecado ou de pureza. Vênus, Eva, Maria. Nesses cartazes as mulheres não são representadas nesse sentido, não são ideais de beleza e também não remetem exatamente a uma santidade. Mesmo que nos cartazes de Virginia Artigas a mulher esteja segurando pombo e flores, ela não é uma santa.

Abraham Moles (1987, p. 36) nos diz que “a história de um país se traduz em seus cartazes”. Ambições à parte, é difícil dizer que ele está totalmente errado. A história da Anistia de 1979 pode ser traduzida em seus cartazes, bem como a história das mulheres que se engajaram nessa luta.

Os vídeos

Quando pensamos sobre as imagens produzidas em vídeo, a discussão equilibra-se sobre a linha que permeia os limites entre a arte e os meios de comunicação. Afinal, o vídeo pode servir tanto à arte quanto aos meios de comunicação em massa. No Brasil, o vídeo chegou primeiro nas galerias de arte – em 1974, o diplomata e diretor de cinema Jom Tob Azulay levou uma câmera *portapack*, vinda dos Estados Unidos, ao Rio de Janeiro, colocando-a à disposição de artistas como Anna Bella Geiger e Letícia Parente (MACHADO, 2007). Nesse sentido, Arlindo Machado (2007) não considera essas primeiras artistas como “videastas”, mas como artistas plásticas que tentavam romper com alguns paradigmas da arte por meio do uso das tecnologias audiovisuais. Apesar da tecnologia de vídeo ter chegado no Brasil a partir do meio artístico, foram poucos os artistas que permaneceram utilizando o vídeo com exclusividade. É importante ressaltar que algumas artistas dialogavam com o feminismo nesse período. Como exemplo disso, há o vídeo *Preparação I* (1975), de Letícia Parente, no qual questiona os rituais cotidianos de muitas mulheres que são submetidas aos estereótipos de feminilidade.

¹¹ Alguns presos políticos utilizaram-se de greves de fome para chamar a atenção de órgãos internacionais para as truculências do regime militar (*Tribuna da Imprensa*, 18 ago. 1979).

Se no fim dos anos 1970 o acesso ao vídeo no Brasil era muito limitado a grupos de artistas, no início dos anos 1980, alinhado aos movimentos sociais que ascendiam na resistência à ditadura, os usos do vídeo foram expandidos. Em 1983, a Sony lançou a primeira *camcorder*, possibilitando a democratização dos usos do vídeo¹², pois essas câmeras contavam com um videocassete acoplado, sem haver a necessidade de outro aparelho para a exibição das produções (OLIVEIRA, 2001). O vídeo acabou por ocupar o lugar que antes era ocupado pelas câmeras Super 8, largamente utilizadas pelos cineastas da contracultura brasileira na segunda metade dos anos 1970. Além disso, o vídeo pode ser utilizado por “núcleos cuja produção era gerada por ou destinada a escolas, sindicatos, treinamento de pessoal em organizações, grupos religiosos, comunidades de base” (OLIVEIRA, 2001, p. 36), que buscavam formar “comunicadores sociais”. Nesse sentido, era mais forte, no Brasil, o uso do vídeo mais atrelado à esfera dos meios de comunicação do que à esfera da arte.

O fim da censura durante o governo de Ernesto Geisel criou um ambiente favorável para a circulação de produção cultural e política em todo o país. Filmes e livros antes censurados puderam ser lançados. Foi o caso do já citado *Os homens que eu tive*, filme de Tereza Trautman, das dezenas de livros de Cassandra Rios, e mesmo da publicação do *Relatório Hite*, que trouxe novas perspectivas sobre a sexualidade feminina. O sentimento de liberdade inspirou novas produções políticas e culturais, agora sem o temor da repressão da censura. Nesse mesmo período, o movimento feminista intensificava-se e chegava em locais onde antes não se fazia presente, fazendo-se necessárias outras ferramentas para a difusão de seus debates. No contexto dessa atmosfera política mais aberta, em 1983 foi fundado o coletivo feminista Lilith Vídeo, composto por Jacira Melo, Silvana Afram e Márcia Meireles. É assim que o feminismo toma o vídeo como mais uma ferramenta para sua luta.

Assim, no contexto inicial da redemocratização, “o vídeo chega aos grupos e movimentos populares como um componente de luta” (SANTORO, 1989, p. 60) frente ao silêncio das grandes emissoras de televisão em relação às convulsões sociais que vinham acontecendo no país durante a abertura política. As memórias de Jacira Vieira de Melo, referentes a esse período, demonstram como o vídeo propunha cobrir acontecimentos que eram ignorados pelas grandes emissoras televisivas:

¹² Segundo Oliveira (2001, p. 35, grifo do autor), o lançamento do *camcorder* implicou “numa simplificação do processo de captura de imagens na medida que até então as câmeras não gravavam, elas apenas captavam. Era necessário que elas estivessem acopladas a um videocassete recorder para que a gravação se efetivasse. A *camcorder* foi justamente o acoplamento em um único objeto das funções de captura de imagens e de gravação destas imagens (*camcorder* = **camera** + **recorder**)”.

E aí tem uma coisa interessante que eu até anotei... então nós estamos num ambiente ainda de regime autoritário, em que as questões sociais recebiam uma cobertura tímida do telejornalismo brasileiro, nós estamos falando de imagem e sons, nós estamos falando que a rede Globo não cobre um dos grandes atos civis no Brasil por eleições diretas que aconteceu na Praça da Sé, nós estamos falando desse ambiente. (MELO, 2018, s/p).

Jacira Vieira de Melo, assim como muitas mulheres nos anos 1960 e 1970, iniciou sua experiência política dentro do movimento estudantil. Na Universidade de São Paulo (USP), criou o Coletivo Feminista 8 de Março, ao lado de várias companheiras do curso de Filosofia. Dentro do coletivo, Jacira participou de alguns encontros feministas em São Paulo, como I Congresso da Mulher Paulista em 1979. Os desdobramentos do congresso foram múltiplos, levando à organização de novos encontros ao longo da década de 1980. É importante pensar nesses encontros como espaços de articulação política para o movimento feminista, espaços onde foram possíveis a criação de redes entre as mulheres que compartilhavam experiências, ideias, textos e afetos (NICHNIG, 2018).¹³

Essas redes foram muito importantes para a primeira experiência de Jacira dentro do meio audiovisual. O primeiro filme que ela produziu se chama *Mulheres da Boca* (1981, direção de Inês Castilhos e Cida Aidar), um curta-metragem de 22 minutos filmado em película, idealizado após os casos de violência durante a “Operação Limpeza” encabeçada pelo delegado José Wilson Richetti e o governador de São Paulo, Paulo Maluf. A operação previa “limpar” o centro de São Paulo, e a polícia passou a prender e espancar prostitutas, travestis e homossexuais, revelando o caráter moralista da ditadura militar (CRUZ, 2015).¹⁴ Um dos principais alvos da repressão era a conhecida Boca do Lixo, local onde o cinema independente brasileiro se estabeleceu desde o início dos anos 1960, onde as principais pornochançadas eram produzidas. Segundo Jacira Melo (2018), “algumas mulheres estavam em prostíbulos e a polícia chegou e, a repressão era tão pesada, que elas pularam pela janela”. Foi esse acontecimento que inspirou ela e outras mulheres a trabalhar com a violência contra a mulher.

Então, nós criamos o S.O.S. Mulher, aqui em São Paulo, partimos de quatro pessoas, formamos um grupo, e depois conseguimos um espaço físico para atender as mulheres, e, para resumir, depois que o S.O.S passou a aparecer na mídia etc., nós passamos a ter 60 pessoas lá atendendo [...]. Nisso tudo, o que acontece? Um grupo

¹³ Sobre os encontros feministas, há um capítulo, neste mesmo livro: “Criando laços, fazendo redes: os encontros e articulações a partir das narrativas de feministas brasileiras”, de autoria de Cláudia Nichnig.

¹⁴ A “Operação Limpeza” é mais bem abordada no capítulo “Queremos ser o que somos: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985)”, de autoria de Luiz Augusto Possamai Borges, Lara Lucena Zacchi e Jair Zandoná, presente neste mesmo livro.

de mulheres começa a escrever um projeto para um curta-metragem com mulheres prostitutas. [...]. E me chamaram para pensar esse roteiro, para pensar esse trabalho desse curta-metragem. Nós fizemos um projeto, o projeto foi aprovado pela Secretaria Estadual de Cultura, que à época tinha chamadas públicas para roteiros de curta-metragem, de longa-metragem etc. Foi um dos premiados. E nós fizemos esse curta-metragem na Boca do Lixo. Eu conhecia, em função de ter feito esse trabalho com as prostitutas, eu conheci várias prostitutas que me ajudaram, que eram receptivas à nossa entrada, porque sabiam que éramos parceiras. (MELO, 2018, s/p).

Ao longo do período de abertura política, nos anos 1980, muitas feministas chegaram a importantes cargos políticos, fato esse conhecido como a institucionalização do feminismo.¹⁵ Em 1983, no contexto da luta pelas “Diretas Já”, o governador Franco Montoro decretou a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CEFC), com o propósito de criar um espaço de diálogo entre os movimentos feministas e o governo estadual. Além de assegurar que algumas bandeiras levantadas pelo feminismo fariam parte da agenda do governo, o CEFC passou a ser um espaço para que a militância feminista pudesse se utilizar das ferramentas audiovisuais. Segundo Leslie Marsh (2012), em 1986, aproximadamente 50% da produção audiovisual feminina em São Paulo era financiada pelo CEFC. Jacira destaca a importância desse agitado momento de abertura democrática para a jovem produção de vídeos no Brasil:

Agora, eu acho legal te falar umas coisas... tudo isso acontece, em termos de produção, de vídeo, acontece muito no ambiente do Diretas Já. Ela acontece muito naquele momento de luta pela redemocratização do Brasil. E o feminismo faz parte dessa luta. Então a gente tem, nos anos 1980, eu até estava anotando aqui, que eu falei para você, antes de vir, então você tem uma produção de vídeo independente que é eminentemente jovem. Jovem, jovem, jovem. (MELO, 2018).

É possível perceber que o desenvolvimento do vídeo facilitou a produção audiovisual dos movimentos populares que cresciam nesse período, dentre eles os movimentos feministas. De acordo com Maria Célia Orlatto Selem (2013, p. 42), isso ocorre principalmente porque o vídeo “propiciou autonomia às realizadoras e o barateamento dos custos de produção, o que permitiu a popularização dos filmes entre os mais diversificados setores da sociedade”. A autora também ressalta que “se nas décadas de 1970 e 1980 as feministas utilizavam diversos meios alternativos para divulgar suas ideias [...] aos poucos, começam também a utilizar o vídeo como meio de expressão feminista. Estas eram produções mais independentes, desenvolvidas

¹⁵ Sobre a institucionalização do feminismo, ver Cynthia Sarti (2004).

por meio de um trabalho coletivo” (SELEM, 2013, p. 42), o que expressa a importância da criação de redes feministas para a atuação dessas mulheres no meio audiovisual.

Além da inovação na técnica de produção facilitada pela tecnologia de vídeo, a inovação estética também foi um diferencial da produção de vídeos feministas. Assim como no documentário *A entrevista*, de Helena Solberg, os vídeos produzidos coletivo Lilith Vídeo, do qual fazia parte Jacira Melo, não há uma voz *over* narradora, elaborando os sentidos do filme por meio da voz dos próprios sujeitos retratados (MESQUITA, 2007), o que, “além de trazer a presença do povo para o primeiro plano”, também “propugnou que o povo se tornasse o narrador de sua própria história” (OLIVEIRA, 2001, p. 132). A edição valoriza a narrativa de cada uma das entrevistadas ao não agrupar os depoimentos por temática, reconhecendo as experiências individuais e cotidianas de cada mulher como singulares (MESQUITA, 2007).

Considerações finais

Falar sobre a relação entre mulheres e imagens não é apenas uma restauração histórica do lugar de mulheres que permaneceram na historiografia enquanto nota de rodapé, mas também é criar um deslocamento do olhar direcionado e convencionado a partir de um ponto de vista androcêntrico e universalizante. Ao vislumbrarmos a relação entre filmes e cartazes produzidos por mulheres, extrapolamos a imagem e vamos de encontro com uma espécie de reviravolta epistemológica no campo imagético. Além de ricas fontes históricas, são janelas que permitem que vejamos a trajetória dos movimentos feministas e da história das mulheres.

Arte feminista ou arte feita por mulheres? Certamente por meio das imagens e histórias aqui contadas não podemos falar de um feminino universal, de um rótulo de arte feminina. Algumas dessas mulheres tampouco se identificavam com o movimento feminista. De fato, é importante que não seja adotada uma posição monolítica para se falar da relação entre gênero e artes visuais, mesmo que haja algumas experiências históricas comuns.

Os cartazes, operando em anonimato, tornam-se uma possibilidade de as mulheres materializarem e difundirem as suas criações sem precisar passar pelas balizas do museu, de um espaço institucionalizado. Situando-se fora de um lugar fechado, o cartaz é uma mídia privilegiada para a difusão de pautas políticas. O meio audiovisual é também um espaço de articulação política, tendo visto a popularização do cinema no início do século XX e do vídeo na segunda metade do mesmo século. O vídeo e o cinema funcionaram – e ainda funcionam – como ferramentas para a difusão de debates

políticos que já floresciam em outros ambientes, mas o meio audiovisual também foi um espaço que serviu para despertar a consciência política de vários sujeitos e sujeitas.

A história das mulheres que produziam imagens da resistência ainda não foi suficientemente escrita. Ainda hoje, existem muitos obstáculos para a produção imagética e audiovisual feminina. Quando falamos sobre as narrativas femininas que não são escritas, é preciso dizer que faltam mulheres contando histórias de mulheres, mas não faltam histórias a serem contadas.

Entrevistas

MELO, Jacira Vieira de. Entrevista concedida a Alina Nunes. Transcrição realizada por Alina Nunes. São Paulo, São Paulo, Brasil, 19/07/2018. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

SOARES, Ana Carolina Teixeira. Ana Carolina Teixeira Soares. Entrevista concedida a Adelina Novaes e Cruz e Thais Blank. Transcrição realizada por Letícia Destro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 09/06/2015. Acervo CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/memoria-documentario/ana-carolina>. Acesso em: 29 jun. 2019.

SOLBERG, Helena. Entrevista concedida ao site Mulheres do Cinema Brasileiro durante a 8ª Mostra de Cinema de Tiradentes, Tiradentes, Minas Gerais, Brasil. fevereiro de 2005. Disponível em http://www.mulheresdocinemabrasileiro.com.br/site/entrevistas_depoimentos/visualiza/193/Helena-Solberg. Acesso em: 26 maio 2019.

TRAUTMAN, Tereza. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 13/05/2010. Acervo pessoal.

Filmes

A ENTREVISTA. Direção: Helena Solberg. Rio de Janeiro: CAIC (Comissão de Ajuda à Indústria Cinematográfica), 1966. 19 min, son., PB.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *ACE 80323/74*. Fundo Serviço Nacional de Informações.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, *50-Z-0-14.382*. Fundo Deops/SP.

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. *O movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia*. Curitiba: CRV, 2011.

- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CAPDEVILA, Luc. *Resistance civile et jeux de genre (France, Allemagne, Bolivie, Argentine), Deuxième Guerre Mondiale/années 1970-1980. Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, n. 2, 2001.
- CATAFAL, Jord; OLIVA, Clara. *A Gravura*. Lisboa: Estampas, 2003.
- COSTA, Maria Alice; COELHO, Naiara. A(r)tivismo feminista: intersecções entre arte, política e feminismo. *Confluências*. Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 20, n. 2, p. 25-49, 2018.
- CRUZ, Rodrigo Rodrigues. *Do protesto às urnas: o movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant l'image: question posée aux fins d'histoire de l'art*. Paris: Minuit, 1990.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *La ressemblance par contact. Archéologie, anachronisme et modernité de l'empreinte*. Paris: Les Éditions Minuit, 2008
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? *In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 79-115.
- GEISEL, Ernesto. *Discurso manuscrito por Geisel para a posse*. Disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/discurso-manuscrito-por-geisel-para-poss-0>. Acesso em: 9 fev. 2018.
- HOLANDA, Karla. Cinema brasileiro (moderno) de autoria feminina. *In: HOLANDA, Karla. TEDESCO, Marina Cavalcanti (org.). Feminino e plural: Mulheres no cinema brasileiro*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2017, p. 43-58.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia. *In: SILVA, Haike R. K. da (org.). A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 111-123.
- MACHADO, Arlindo. As linhas de força do vídeo brasileiro. *In: MACHADO, Arlindo (org.). Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras, 2007, p. 15-47.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista brasileira de História*, v. 17. n. 34. São Paulo, p. 203-220, 1997.

MARIN, Louis. *O Sublime Poussin*. São Paulo: Editora Edusp, 2001.

MARSH, Leslie L. *Brazilian Women's Filmmaking: From dictatorship to democracy*. Urbana, Chicago and Springfield: University of Illinois Press, 2012.

MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (org.). *Luta, substantivo feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MOLES, Abraham. *O cartaz*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

NICHNIG, Claudia. Feministas latino americanas: agendas e encontros. *Anais Eletrônicos da III Jornadas do LEGH: feminismo e democracia*. Florianópolis: UFSC, 2018, p. 293-306. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188285>. Acesso em: 29 jun. 2019.

NONATO, Lara. *Embrafilme – uma porta para as mulheres no cinema? Relações mulher, cinema e Estado no período da maior empresa estatal cinematográfica*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Cinema e Audiovisual). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Tecnologias audiovisuais e transformação social: o movimento de vídeo popular no Brasil (1984-1995)*. Tese (doutorado em História), Programa de Estudos Pós-graduados em História, PUC-SP. São Paulo, 2001.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SACHETTA, Vladimir. A história nas paredes. In: CARVALHO, Ricardo; ROIO, José Luiz. SACHETTA, Vladimir. *Os cartazes desta história*. São Paulo: Escritoras, 2012, p. 9-21.

SANTORO, Luiz Fernando. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial, 1989.

SARMET, Érica. TEDESCO, Marina Cavalcanti. Articulações feministas no cinema brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. In: HOLANDA, Karla. TEDESCO, Marina Cavalcanti. (org.). *Feminino e plural: Mulheres no cinema brasileiro*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2017, p. 115-129.

SARTI, Cynthia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. *Anais [...] XXI Congresso Internacional do Latin American Studies Association*, Chicago: Illinois, 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SELEM, Maria Célia Orlato. *Políticas e poéticas feministas: imagens em movimento sob a ótica de mulheres latino-americanas*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, 2013.

Tribuna da Imprensa, 18 ago. 1979.

VEIGA, Ana Maria. *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2013.

VÍRGINA ARTIGAS. Disponível em: <https://virginiaartigas.com.br/biografia/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

WOLFF, Janet. *A produção social da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ZERBINI, Therezinha Godoy. *Anistia – Semente da Liberdade*. São Paulo: Salesianas 1979.

ZERBINI, Therezinha Godoy. O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil. Entrevista concedida a Ana Rita Fonteles Duarte. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, e53564, 2019.

FREIRAS NA LUTA CONTRA A DITADURA NO BRASIL¹

Isa Maria Moreira Liz

Porque tem uns padres, uns bispos, que ficaram famosos como os animadores das comunidades de base, da pastoral popular... e desculpe, mas eles nunca ficaram ali no todo dia fazendo comunidade de base, sabe? [...] Quem fez isso foram as freiras de todas as congregações, quase todas as congregações ativas.

(Maria Valéria Rezende, 2018, p. 16)

A participação feminina católica durante a ditadura e no pré-golpe de 1964 foi substancial, não só para consolidar a ditadura, mas para mantê-la por mais de duas décadas sob fortes resistências. Em contrapartida, participaram mulheres também vinculadas à Igreja Católica, muitas das quais eram freiras e missionárias na resistência. Como entender a relação do catolicismo em dois movimentos tão distintos quanto à ditadura?

Se por um lado a participação de mulheres em processos de resistência já vem sendo analisada e discutida na historiografia há algumas décadas (SALDAÑA, 2010, p. 53-54), não é possível perceber o mesmo processo de visibilidade a essa participação quanto às mulheres vinculadas à religião, como as freiras e missionárias católicas. Aqui, o posicionamento da Igreja Católica é visto com dubiedade e acaba por ofuscar os movimentos contra-hegemônicos das religiosas. Em grande parte da bibliografia sobre o tema, a Igreja Católica e suas agentes são vistas como uma unidade homogênea, e o papel que parte da instituição cumpriu apoiando o golpe acaba ofuscando os movimentos contra-hegemônicos das religiosas.

Neste capítulo, buscando democratizar o debate historiográfico a respeito da participação feminina religiosa católica nos movimentos contraditadura, serão trazidos alguns debates acerca da ação política tomada pelas freiras durante a ditadura civil-militar no Brasil, a partir de documentos oficiais de Estado, de entrevistas concedidas ao LEGH, e também com base nos trabalhos da historiadora Caroline Jaques Cubas. Para tal, pensando na articulação entre Igreja-Estado,² será refletido sobre o uso da identidade também por leigas católicas, e em contraposição ao movimento de resistência manipulado pela identidade de *ser freira*, estigmatizada socialmente, como uma expectativa coletiva. Como consequência a esse movimento religioso,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

² Neste capítulo, *Igreja* será tomada como Igreja Católica.

as pautas femininas serão discutidas dentro e fora da instituição católica, e também articuladas politicamente.

Contexto de lutas

São pouquíssimas as referências historiográficas a respeito das freiras e/ou missionárias católicas como protagonistas e agentes históricas, concordam Caroline Jaques Cubas (2014a, p. 148-149) e Maria José Rosado-Nunes (1984, p. 134). O caráter de invisibilidade que constrói o imaginário do *ser freira* é consequência de séculos de reclusão em congregações e monastérios junto à atuação nesses mesmos ambientes privados – mais especificamente, produto do século XIII na Europa cristã. Mesmo a partir da segunda metade do século XX, a abertura à prática da ação social em espaços públicos conferida pela Igreja Católica às freiras não garantiu a visibilidade dessas mulheres religiosas como sujeitos políticos.

Enquanto mulheres católicas preparavam o espaço de mobilização social para o golpe de 1964, sendo popularizadas como agentes desse movimento, as capas e matérias de jornais só conseguiram retratar as freiras a partir de práticas estranhas aos costumes sociais da época (CUBAS, 2014b, p. 87). Um movimento historiográfico que consiga refletir sobre essas práticas religiosas junto aos processos históricos depende da busca dessas freiras e/ou missionárias em fontes distintas, isto é, em materiais não convencionais de figuras públicas, conforme o faz a historiadora Caroline Cubas em sua tese (2014b).

A partir disso é possível perceber a atuação de freiras para além dos conventos:

- a) em colégios, na função de diretoras e educadoras, como no caso da Madre Maurina Borges da Silveira, violentada, torturada e presa pela ditadura sob a acusação de abrigar integrantes da Frente Armada de Libertação Nacional (FALN) no interior da escola, em 1969; sendo forçada ao exílio para o México em 1970;
- b) em hospitais, principalmente atuando com enfermagem, como a freira Ana de Lurdes, organizadora do movimento em prol do golpe a partir da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964;
- c) em pastorais, coordenando grupos de ação;
- d) e, ainda, atuando diretamente em conjunto com comunidades periféricas, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como fizeram as freiras Ivone Gebara e Maria Valéria Rezende em cidades do Nordeste brasileiro; ou, ainda, como fizeram as freiras francesas na comunidade indígena de Apyãwa, no Norte no país.

Esse tipo de atuação é conceituado por Cubas como *vida religiosa feminina ativa*, em função do tipo de atuação dessas mulheres vinculadas à Igreja (2014b, p. 31).

Ainda que este capítulo pretenda integrar um movimento historiográfico que visibilize e protagonize freiras e missionárias católicas em processos de resistências como durante a ditadura, é necessário sublinhar que essas mulheres também não podem ser lidas com práticas ou discursos homogêneos dentro da instituição católica. Isso significa que não havia uma unidade de ação das freiras como resistência, mas agiam de formas diferentes frente à ditadura no Brasil. A partir de Cristina Wolff e Tamy Amorim (2013, p. 191), em relação à postura apolítica de integrantes de movimentos de resistência à ditadura, é válido perceber que a formação política variada das organizações de resistência, como também em favor da ditadura, pode ser tomada em paralelo à *apolitização* de muitas freiras, uma noção também política e que também infere resistência. Segundo Cubas, isso infere “uma outra percepção do político e que nos possibilita enxergar que aquelas ações [...] tinham sim uma conotação política, ainda que não seja política-partidária ou anunciada enquanto tal”, já que não seria enxergado com esse caráter pelas próprias freiras (CUBAS, 2018, p. 7).

Um dos principais eventos históricos influenciadores dessa participação de religiosas católicas durante a ditadura foi o Concílio Vaticano II,³ um conjunto de conferências que foram convocadas pelo Papa João XXIII e que ocorreu entre 1962 e 1965 a fim de debater pautas institucionais e da comunidade católica.⁴ Conforme Cubas (2018, p. 30), a Igreja precisou acompanhar as demandas que as transformações sociais produziram na virada do século XIX ao XX e, para tanto, o Concílio buscava estabilizar o controle da Igreja sobre sua comunidade de fiéis e religiosos/as por meio, por exemplo, da oficialização de certas práticas religiosas, e repressão de outras. Esse caráter de renovação da Igreja se desdobrou em dois movimentos centrais na atuação das freiras e demais religiosas católicas durante a ditadura no Brasil: 1. a novamente adquirida natureza popular de Igreja como Povo de Deus; 2. o *aggionamento* promovido pela instituição para *atualizar* o papel da mulher na sociedade.

O primeiro movimento pretendia retomar a proximidade de uma instituição hierarquicamente fragilizada com a realidade social da comunidade católica no pretexto de socializar tanto os debates institucionais quanto se

³ O primeiro Concílio Vaticano ocorreu entre 1869-1871, convocado pelo Papa Pio IX.

⁴ É válido sublinhar que essas pautas também partiram da comunidade eclesial e acabavam muitas vezes trazendo questões dos/as próprios/as jovens que compunham as juventudes católicas (REZENDE, 2018, p. 23). Ou seja, as pautas eram formalizadas pelos religiosos hierarquicamente superiores, mas poderiam ter partido de demandas da comunidade.

fazer perceber as carências do público católico. Democratizando esse espaço, a Igreja alterava uma noção de subordinação dos/as seus/as fiéis, como também da palavra clerical como narrativa única constitutiva de poder (CUBAS, 2014b, p. 73). Aqui, essa narrativa é historicamente carregada pelo caráter de oficialidade, e ainda partindo da Igreja Católica, pela noção de verdade – que é uma acepção tanto material quanto imaterial pela vinculação com a liberdade e purificação de pecados, dogmas católicos. Ou seja, essa Igreja como Povo de Deus veio como uma estratégia de popularização mediante a sujeição institucional à sua comunidade pela ação popular. Esse redirecionamento, que será debatido mais à frente, refletiu numa possibilidade de escolha por parte das freiras, que, antes recatadas no espaço privado da clausura, passaram a integrar, organizar e coordenar as CEBs, próximas à população.

O segundo movimento percebido no Concílio Vaticano II foi o de *aggiornamento*, ou seja, literalmente uma atualização conciliar que “propunha a inserção da Igreja no mundo moderno, abrindo-se às exigências deste e trabalhando em prol da construção de um novo modelo de Igreja” (CUBAS, 2014b, p. 29). Essa atualização institucional se desdobrou também às freiras e missionárias católicas, que para além de religiosas, enfrentaram a dupla-identidade de serem mulheres numa instituição e sociedade estruturalmente machistas, já que uma é produto da outra.

À mulher, caberia, dada sua função social, a procriação. Portanto, por mais que a Igreja passasse uma ideia de abertura às novas discussões, tendo também em vista a própria inserção da mulher no mercado de trabalho⁵, utilizando-se da vontade de *igualdade*⁶ ao masculino, a família a reprimiria, pois é o próprio elemento da tradição. Essa noção de tradição passa a ser atualizada, mas isolada “sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade” (FOUCAULT, 2012, p. 25), de modo que o discurso institucional, manipulado, passa a conter os elementos da atualização produzindo certa aceitabilidade pela comunidade cristã, conforme já aponta Cubas (2014b, p. 69-70).

Ainda, é interessante ressaltar que essas pautas femininas, por mais que tenham sido manobradas pela Igreja Católica e tenham rendido um efeito esperado de mínima conformidade, não foram ignoradas pelas religiosas. As freiras e mulheres leigas católicas fizeram parte de uma ação de discussão tanto internamente nas Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude

⁵ Caroline Cubas já aponta esse movimento feminino em cargos antes masculinos no próprio Vaticano, mesmo que se tratassem de funções socialmente femininas nos espaços de trabalho.

⁶ Esse termo, ainda que não produza o mesmo efeito pela liberdade feminina a qual pretendemos nos movimentos feministas atuais, foi utilizado em referência ao discurso do Papa Paulo VI (1965, s/ id.) e, à época, é imaginável que tenha provocado uma reflexão institucional.

Universitária Católica (JUC) quanto com a comunidade, a partir do espaço concedido pela própria instituição de saída do enclausuramento.

As relações entre a Igreja Católica e a ditadura militar

Uma das críticas mais recorrentes à discussão de Igreja Católica é sua aparente noção de homogeneidade interna por se tratar de uma instituição política. Um válido distintivo de argumentos é questionar, conforme Maria Valéria Rezende (2018), se determinado posicionamento da Igreja enquadrasse ao sistema eclesiástico católico ou à comunidade de fiéis leigos/as, pois são dois conjuntos que se intersectam, mas não pertencem um ao outro. Entre as décadas de 1960 e 1980 a Igreja foi lida com essa dubiedade pelas pessoas por conta desses mesmos posicionamentos frente à ditadura.

Por parte da cúpula católica, oficialmente falando, houve um apoio ao golpe de 1964 que pretendia afastar João Goulart do poder dadas as divergências ao seu alinhamento nacional-reformista (SIMÕES, 1985, p. 92), enquanto que parte dos/as religiosos/as católicos/as hierarquicamente inferiores tendiam contrariamente a esse posicionamento. Mas, ao mesmo tempo, já reconhecendo o destaque massivo de mulheres e religiosas católicas nas marchas em apoio a esse mesmo golpe, e que essas trabalhavam em organizações financiadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) (SIMÕES, 1985, p. 83) com capital intervencionista estadunidense (DREIFUSS, 1987), é possível que a Igreja também estivesse atuando em função dessa intervenção política no Brasil. A oposição ao governo de Jango que ocorria sob o pretexto de ameaça comunista também foi compartilhada pela cúpula católica, e mais tarde percebida também em crítica à Teologia da Libertação, corrente defendida por um sem número de religiosos/as, como os freis Betto e Leonardo Boff, a freira Maria Valéria Rezende e a ex-freira Maria José Rosado-Nunes.

Para que se pudesse materializar esse “perigo vermelho” na sociedade brasileira, foi necessário criar uma comoção social e religiosa contrária ao Comício da Central do Brasil, em março de 1964, na qual Jango discutiria reformas previstas. Em resposta às orações que se deram simultaneamente ao comício e “declarando que não era com terços que se devia combater as reformas, [João Goulart] forneceu o pretexto e a força ideológica para a arrematada popular final conduzida por seus opositores” (SIMÕES, 1985, p. 93) que produziria o movimento de desagravo ao rosário, e, consequentemente, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ainda em março do mesmo ano.

Mesmo considerando que o posicionamento católico não deve ser tratado com totalidade, mas que se limita a determinados interesses e à política institucional do Vaticano, é interessante perceber que, em relação à ditadura, conforme propõe Caroline Cubas (2015, p. 141), houve uma mudança perceptível da Igreja num segundo momento, ainda em fins da década de 1960 por efeito do AI-5. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é um elemento muito próprio para perceber tanto a oficialidade do apoio ao golpe de 1964 pela instituição, quanto ao movimento feminino reacionário de leigas e religiosas católicas, tendo como uma das lideranças a freira e enfermeira Ana de Lurdes, neta de Ruy Barbosa de Oliveira.

Essas várias marchas em prol do golpe que ocorreram nas diferentes regiões do Brasil foram lideradas por organizações femininas com núcleos no Sul, Sudeste e Nordeste, como a UCF, o MAF, a Camde, a Limde, a CDF e a ADFG⁷, já num estágio, segundo Solange Simões, de mobilização social. Para a autora,

[...] as ligações dos grupos de mulheres com o clero foram muito além do apoio material e tático que receberam dos setores mais conservadores e da direita. As igrejas não foram apenas locais de reunião ao ceder seus salões paroquiais. Elas ofereciam aos grupos de mulheres o seu maior público e possibilitava que elas atingissem segmentos mais pobres da população, além das classes médias (SIMÕES, 1985, p. 89).

Essas organizações católicas conservadoras obtiveram êxito justamente pelo viés religioso, já que souberam se utilizar do mecanismo de poder concedido pela Igreja. Promovendo-se dentro do ambiente institucional, mas com a visibilidade midiática proporcionada por conta das alianças políticas entre as famílias dessas mulheres aos meios de comunicação, o movimento conservador feminino serviu também, durante a ditadura, para representar a opinião pública nacional, ainda que muitas organizações tivessem se desestruturado ao longo das décadas (SIMÕES, 1985, p. 136).

O que deve ser percebido centralmente nesse movimento pré-golpe é que as mulheres católicas não foram protagonistas acidentais, mas pelo fato de terem também sido mantidas essas organizações femininas durante a ditadura, e não só a terem precedido, é certo que a *tradição atualizada* e o apelo aos valores e à moral da família foram ferramentas necessárias para atingir essa sociedade fragilizada. Quem melhor do que as mulheres, no lugar de não só mães, avós e esposas, mas também de mulheres católicas, para comover as famílias brasileiras?

⁷ União Cívica Feminina; Movimento de Arregimentação Feminina; Campanha da Mulher pela Democracia; Liga da Mulher Democrática; Cruzada Democrática Feminina; e Ação Democrática Feminina Gaúcha.

Foi um senso atento das corporações nacionais e estadunidenses junto à ala conservadora da Igreja, ambas acordadas com a elite do golpe. Não à toa, a essas mulheres leigas e religiosas atribuem-se três papéis fundamentais para o êxito do golpe de 1964: “terem sido as primeiras a agir; terem encorajado ‘homens sem coragem’; terem incentivado e apelado para as Forças Armadas” (SIMÕES, 1985, p. 96). Ainda, é válido destacar que essas mulheres também foram possíveis, pois estariam ocupando e desempenhando uma função socialmente destinada aos homens, e daí seu protagonismo visibilizado pela sociedade.

A identidade do *ser freira* ou *devir-freira*

Entender-se no plural é resultado do processo de descentralização pelo qual percorre a identidade moderna (HALL, 2006, p. 8), o qual às mulheres implica numa constituição por múltiplas intersecções identitárias, interferindo na forma na qual são lidas pela sociedade (CUBAS, 2014b, p. 71). O movimento pró-golpe de 1964, protagonizado por mulheres leigas, foi uma ferramenta política de mobilização social por meio do sentimentalismo, utilizando-se dos papéis normativos de gênero com base na noção católica de sacralidade da mulher. As bandeiras militares em defesa da tradição e da família (WOLFF; MACHADO, 2014, p. 163) foram vinculadas às mulheres por moldarem uma identificação socialmente construída de ser mãe, esposa e religiosa católicas.

Num contexto político de crise, esses mesmos papéis de gênero são acentuados e modificados (JOFILLY, 2005, p. 52-53) a fim de suportar uma determinada expectativa social. Entre os anos de 1964 e 1985, não só as mulheres católicas reacionárias se utilizaram dessa contradição, mas também as mulheres que, direta ou indiretamente, atuaram num movimento de resistência à ditadura civil-militar. As freiras católicas fizeram parte desse movimento, e ainda que não tivessem atuado como unidade, o fizeram a partir da exploração da identidade de freira esperada pela sociedade, implicando em estigmas ainda hoje sentidos, conforme já critica Maria Valéria Rezende:

Com todo recato, mas [risos] a gente tava lutando, e a gente sabia o que tava fazendo, não era inocente não. Inocente no sentido de abestada, sabe? Porque muitas vezes assim, é curioso o seguinte, existe um senso comum aí que acha que freira é boba, idiota, não arranhou marido, ou tinha medo do sexo, ou sei lá o que e por isso foi para o convento. Tanto que tem jornalista que bota assim, sem me perguntar nada bota “Ex-freira, escritora...”. Ex-freira por quê? [...] (2018, p. 21-22).

O *ser freira* durante a ditadura conferiu um significado muito específico: a dupla condição de mulher e religiosa, produzindo tanto 1) uma

crise identitária alimentada pela própria mídia, quanto 2) um movimento de resistência, já que como ferramenta política, essa dupla identidade foi manipulada convenientemente por essas mulheres (CUBAS, 2015, p. 149).

O Concílio Vaticano II (1962-1965), ainda que não se dirigisse com exclusividade às freiras e às missionárias católicas em seus documentos pontifícios, excluindo essas mulheres de uma reflexão identitária como parte da estrutura institucional, foi impulsionado por debates sociais que emergiam e, como já comentado, precisou encaixar a Igreja nessa discussão. A aproximação entre religiosos/as católicos/as à comunidade leiga, pressionada pelo novo *slogan* da instituição como Povo de Deus, colocou às freiras e às missionárias, sob o pretexto de reconhecimento da liberdade feminina, a possibilidade de sair dos conventos e da clausura para conviver em sociedade. Para tanto, a mudança gradual do hábito religioso determinada pela Igreja foi imprescindível, ainda que implicasse tanto em agregar quanto distanciar a pessoa religiosa da comunidade, constituindo “como um atributo identitário na medida em que era um meio através do qual se estabeleciam relações com o mundo e com os outros” (CUBAS, 2015, p. 94).

Esse distanciamento formal com uma pessoa leiga que ocorria quando uma freira usava sua veste em um local público era, ao mesmo tempo, a forma visível e material dessa mesma pessoa leiga identificar o poder da Igreja Católica em ação. Segundo as críticas produzidas tanto por freiras mais conservadoras quanto pela comunidade católica, sem o hábito religioso não se percebia a intersecção entre Igreja e sociedade, e não se poderia garantir o respeito e proteção “merecedores” das freiras; o hábito conferia a dessexualização de seus corpos, e supostamente as eximia de assédios. É imaginável, portanto, pensar que a dispensa gradual do hábito religioso, junto à entrada dessas mulheres nos espaços públicos, teve um impacto social.

A dupla condição de mulher e religiosa questionava como uma freira pretendia se comunicar com base em suas escolhas de traje, o uso do hábito religioso feminino ou não; e a partir da ação que desempenhava pela Igreja, em espaços públicos ou em clausura. Um poder de escolha que produziu a visibilidade e invisibilidade dessas mulheres religiosas, e daí a dificuldade de perceber sua luta de resistência à ditadura pelos meios de comunicação.

O *ser freira* carrega consigo uma noção de trabalho social sem promoção pessoal, uma ação invisibilizada para criar uma atuação como coletivo institucional que acabou produzindo uma tentativa de neutralidade midiática: a não personificação das freiras para ocultar sua ação coletiva

de resistência.⁸ Se assim estavam representadas e veiculadas pela mídia e pelo Estado, as freiras e religiosas católicas em resistência à ditadura passaram a se utilizar do véu da invisibilidade como manobra política. Assim, portanto, conseguiram militar e debater questões sociais nas CEBs ou mesmo transitar pelo país transmitindo informações e entregando cartas entre militantes e grupos de resistência. Isso acontecia já que, assim como as mulheres mães entraram nas instituições de polícia à procura de seus familiares, sob os papéis normativos previstos para uma mãe, as freiras também usufruíram dessa possibilidade de locomoção quando incumbidas na projeção social do *ser freira*.

Os mesmos distanciamentos sociais da clausura e/ou do hábito religioso passaram a ser uma escolha individual das freiras, ainda que envolvesse um debate teológico pessoal, e a partir dessas escolhas conseguiram se moldar aos códigos sociais conveniente a elas, e que ainda se expressam nos movimentos de resistência hoje. Abaixo, imagens da narrativa de visibilidade da mulher religiosa, ainda presente na luta política:

Imagem 1: Ala/frente das freiras na Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968, em resistência à ditadura civil-militar



Fonte: Memorial da Democracia. *Passeata dos Cem Mil afronta a ditadura*: Maior manifestação de rua desde 1964 marca auge da resistência democrática. Disponível em: <http://memorialda-democracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>. Acesso em: 10/03/2019.

⁸ Essa percepção é encontrada tanto nos jornais, como nos documentos oficiais do Estado.

Imagem 2: Freira na Marcha do #8M, dia Internacional de Luta da Mulher, em 8 de março de 2019, também em resistência política



Fonte: @Jornalistas Livres. Foto de Sato do Brasil.

Esse uso do gênero pode ser pensado como um processo de discussões as quais eram debatidas junto a pautas femininas, e que hoje é um dos mais centrais objetos de pesquisa historiográfica da história das mulheres. A identificação com o feminismo pode ser pensada condicionalmente (PEDRO, 2010, p. 119) e percebida às freiras nas discussões de questões sociais, ou de mulheres (CUBAS, 2018, p. 5). *O que estava em jogo na questão de identidade*, nesse momento, era a forma na qual a freira pretendia se identificar, cabendo manipular o seu eu para a sociedade tanto na categoria de mulher como na de religiosa, e se autoconstruindo como já pretende o *devir-mulher* (GROSZ, 2002; BRAIDOTTI, 2002), ou ainda, *devir-freira*.

Essa manipulação de gênero é ferramenta política. A Teologia da Libertação, que orientou um sem número de religiosos/as em resistência à ditadura militar não clamava “por justiça e igualdade de gênero, que [...] não estavam claramente em pauta naquele contexto social e político” (ROSADO-NUNES, 2006, p. 296), e que ainda hoje se baseia em noções patriarcais legitimando as concepções religiosas tradicionais (RAGO, 2013, p. 262). Segundo a teóloga

feminista Ivone Gebara, em entrevista concedida a Maria José Rosado-Nunes (2006, p. 300), explica que isso se deu justamente pela especificidade do contexto histórico de idealização da Teologia da Libertação durante as ditaduras latino-americanas. Ainda que essas religiosas católicas não se entendessem como feministas à época, estavam à margem da Teologia da Libertação e das instituições religiosas (ROSADO-NUNES, 2006, p. 298), produzindo um debate central sobre questões de inserção da mulher na vida política e social. Essas questões são, atualmente, articuladas pela Teologia Feminista e demais movimentos políticos de mulheres católicas, como as Católicas pelo Direito de Decidir, as quais desde a década de 1990 no Brasil vêm promovendo debates a fim da libertação do corpo da mulher ao masculino, principalmente centrados no aceite institucional à legalização do aborto.

Pautas femininas e/ou feministas e memória

Durante este capítulo se pretendeu lançar alguns debates, que partindo de pautas feministas, estão num processo de visibilidade por tratar as mulheres religiosas como agentes de suas ações. As mulheres leigas católicas, que durante a ditadura civil-militar lideraram movimentos em apoio ao golpe de 1964, ainda que também tenham disputado lugar e fala na historiografia pelo fato de serem mulheres, estavam executando uma postura esperada à sua função social. Ainda, para além disso, estavam em “acordo com o que preconizava a Instituição”, diferentemente das freiras, que “antecederam a um próprio posicionamento oficial” (CUBAS, 2018, p. 4).

Esse caráter da dupla condição de ser mulher e freira também produziu uma resistência à estrutura patriarcal que por tanto tempo busca silenciar a voz feminina, principalmente religiosa. O protagonismo masculino que prepondera os escritos historiográficos,⁹ numa disputa de memória, utiliza-se da necessidade de verdade, muitas vezes oriunda do movimento revisionista. Aqui, é interessante colocar que a freira não acontece ser silenciada, mas se dá pela

[...] própria condição da vida religiosa feminina que não é uma condição que preconiza a visibilidade, né. A freira dentro da própria instituição ela tem um lugar que é muito diferente do lugar do padre, que é muito diferente do lugar do religioso, tanto é que até hoje não é a freira que reza a missa, é o padre. Então a freira, por ser freira, ela tem um trabalho, digamos, muito mais de assistência, muito mais de bastidores do que um trabalho que a coloca em espaços públicos e consequentemente que fazem com que elas sejam vistas. [...] E daí aquela ideia de que a participação delas

⁹ Também biográfico e autobiográficos, segundo Rago (2013, p. 34).

nos espaços de resistência eram mínimos. A partir do momento em que tu começa a considerar quais são os espaços de atuação delas e quais as possibilidades de atuação nesses espaços, é que eu consigo começar a reconhecer alguns protagonismos que até então não eram tão vistos. Até porque uma série de movimentos que contaram com a participação das freiras, quando colocados pelas mídias, quando divulgados, ou pelos jornais, até mesmo, normalmente davam centralidade ao padre, porque o padre é a figura de autoridade naquele espaço. A freira trabalha com ele, mas ele que é a figura chave (CUBAS, 2018, p. 8).

A fala institucional de autoridade, dentro da Igreja Católica, pode ser veiculada por um padre ou um bispo, mas não por uma freira, pelo simples valor que a ela a verdade é relacionada à testemunha masculina. Em crítica a essa estrutura que também faz parte a instituição católica, a escrita de si é uma ferramenta política que consegue se constituir como liberdade e se construir a partir do coletivo, também sob uma disputa de poder, mas um poder que provoca social e politicamente falando (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 15; RAGO, 2013, p. 57). É possível identificar o movimento de resistência ainda acontecendo por essas mulheres religiosas a partir de críticas à Igreja, até porque, em um dos espaços mais constante ao debate coletivo, as CEBs, as freiras foram maioria no movimento.

O enfrentamento às questões femininas durante a ditadura pelas freiras não foi pautado sob a noção de feminismo, mas a partir do debate de questões entendidas como sociais. Segundo análise de Caroline Cubas, identifica-se com mais força os debates femininos nas JEC e JUC a partir de 1970, sendo que essas mesmas mulheres religiosas formadas pelas juventudes católicas, atuando como diretoras e professoras de escolas, promoviam discussões progressistas sobre educação sexual, por exemplo (CUBAS, 2018, p. 5-6).

Ao mesmo tempo, em relação aos debates suscitados pelas comunidades de base, Maria Valéria Rezende conseguiu, dentro da sua atuação religiosa, refletir com mulheres do brejo paraibano, também na década de 1970, como se auto-organizar para que pudessem lidar com as adversidades de serem mães solo e trabalhadoras, chamadas pejorativamente de “viúvas de marido vivo” (REZENDE, 2018, p. 12). Em crítica à instituição da Igreja em si, Rezende sempre se posicionou quanto aos privilégios masculinos que seus colegas homens, também religiosos, possuíam em relação às mulheres, tanto intelectualmente, ausentando-se de responsabilidades domésticas e sociais, como na visibilidade promovida por suas ações nas CEBs:

[...] quando se consideraram que era 30 anos da experiência massiva das comunidades religiosas femininas inseridas no meio popular, foram as freiras que fizeram isso, não foram os frades

nem os padres [...] Na verdade, quem meteu a cara mesmo, e foi para o meio do mato e sumiu, fomos nós (REZENDE, 2018, p. 16).

A Igreja Católica buscou se adaptar às transformações do meio do século XX, e a partir do Concílio Vaticano II, acabou possibilitando o que junto às pautas femininas e marxistas das correntes teológicas incentivou as práticas dessas religiosas católicas para além das congregações. Suas atuações passaram tanto como professoras e coordenadoras de escolas, como organizadoras de arte *subversiva*; ou, ainda, como mediadoras nas comunidades eclesiais de base. Muitas dessas práticas silenciosas e/ou visíveis das freiras contribuíram, conforme discorrido neste capítulo, para resistência à ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985.

Enquanto as leigas católicas foram transformadas pela mídia em heroínas nacionais, pela viabilização do golpe, as freiras católicas, também se utilizando do gênero, conseguiram, apesar dos estigmas sociais de sua dupla identidade, manipular essa mesma ferramenta política. É importante ressaltar, no entanto, que assim como mulheres leigas se organizaram pela promoção do golpe de 1964, também mulheres católicas participaram da resistência à ditadura. Da mesma forma, houve freiras e demais religiosas católicas em apoio a esse regime, e não somente atuaram na luta contra a ditadura brasileira. As práticas dessas mulheres vinculadas à Igreja Católica são extremamente plurais, e são sempre políticas.

A identidade passa incessantemente por um processo de construção e reconstrução pessoal a partir do coletivo. É significativo, portanto, que a mesma identidade feminina estruturada socialmente por códigos e expectativas coletivas tenha sido tomada pelas freiras, já duplamente atravessadas por elas, e, ainda, manipuladas como instrumento de luta. A subversão partiu de uma brecha tanto institucional como social, das funções de mulher e freira na sociedade brasileira, e foram transformadas em ativismo. As freiras e missionárias católicas que participaram desse movimento foram tão agentes e sujeitos políticos quanto as mulheres e homens dos movimentos de resistência de ação armada em combate à ditadura. Ainda hoje, seguem nesse movimento de luta atuando socialmente e construindo críticas intelectuais frente às instituições hegemônicas de poder.

Referências

Arquivo da Santa Sé. *Mensagem do Papa Paulo IV na conclusão do Concílio Vaticano II: Às mulheres*, 8 de dezembro de 1965. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_epi-logo-concilio-donne.html. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRAIDOTTI, R. *Sujetos nômades*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2000.

CUBAS, Caroline Jaques. A vida religiosa feminina no Brasil durante a segunda metade do século XX: um olhar historiográfico. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Anápolis, v. 5, n. 2, jul./dez. 2014a. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/download/2889/2209. Acesso em: 2 mar. 2019.

CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)*. 360f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014b.

CUBAS, Caroline Jaques. Entrevista concedida ao LEGH, realizada por Jair Zandoná. Florianópolis, SC, Brasil, 14/12/2018. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero (LEGH). 14 dez. 2018. Transcrita por Isa Maria Moreira Liz. 29p.

CUBAS, Caroline Jaques. Freiras em movimentos de resistência às ditaduras militares na América Latina. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 18, p. 139-161, jan./jul. 2015. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2280/2087>. Acesso em: 22 fev. 2019.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8. ed. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GROSZ, Elizabeth. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/grosz1.html. Acesso em: 25 jun. 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 170 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Jornalistas Livres. *8M na Paulista em São Paulo. Fotos de Sato do Brasil*. 07/03/2019. Post do Instagram. Autoria de Sato do Brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BuwuH9GHNWH/?utm_source=ig_web_button_share_sheet. Acesso em: 16 mar. 2019.

Memorial da Democracia. *Passeata dos Cem Mil afronta a ditadura: Maior manifestação de rua desde 1964 marca auge da resistência democrática*.

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 115-137.

SALDAÑA, Margarita Iglesias. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 52-73.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. *Vida religiosa nos Meios Populares*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 294-304, jan. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/S0104-026X2006000100016/7615>. Acesso em: 25 jun. 2019.

RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

REZENDE, Maria Valéria Vasconcelos. Entrevista concedida ao LEGH, realizada por Ana Maria Veiga. João Pessoa, PB, Brasil, 08/12/2018. *Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero (LEGH/UFSC)*. Transcrita por Isa Maria Moreira Liz. 34p.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Viver no feminino – uma mais sete histórias de vida*. In: RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013. 13-21p.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres o golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tamy Amorim da. Movidas pelo afeto: Três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). *INTERthesis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 190-211, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2013v10n1p190/24900>. Acesso em: 11 fev. 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e militância de esquerda. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014. p. 159-180.

CRIANDO LAÇOS, FAZENDO REDES: OS ENCONTROS E ARTICULAÇÕES A PARTIR DAS NARRATIVAS DE FEMINISTAS BRASILEIRAS¹

Claudia Regina Nichnig

Este capítulo tem como objetivo analisar historicamente alguns dos encontros feministas que aconteceram nos anos 1970 e 80, a partir das narrativas das feministas brasileiras, especialmente durante o período da ditadura militar. Abordando os encontros como espaços de articulação de ideias e agendas, a proposta é pensar a partir das narrativas produzidas pelas feministas, como esses espaços forma úteis para conectar pessoas com ideias e bandeiras de lutas comuns, formando redes de saberes e de afeto. Parto de um conceito de feminismo como um conflito social importante na sociedade brasileira, que trouxe significativas mudanças sociais, principalmente durante o período da Ditadura (1964-1985) (PEDRO, 2005, 2012; PEDRO; WOLFF, 2010).

Destaco as articulações realizadas por mulheres/feministas em face da ditadura militar no Brasil nessas duas décadas. Com o exílio político, as mulheres circularam por distintos países durante a ditadura e tiveram contato com vários feminismos. Mesmo assim, podemos dizer que na América Latina existiram pautas particulares, diferentes dos países europeus e dos EUA (ALVAREZ, 2003). Posso afirmar que a experiência de períodos de ditadura militar produziram especificidades para esses movimentos. Assim, mesmo que afetado pelos feminismos norte-americanos e europeus, as feministas latino-americanas produziram movimentos próprios com agendas específicas. Podemos dizer que enquanto na América Latina os feminismos locais estavam mais alinhados com os processos que se travaram em torno do fim da ditadura por meio de lutas de esquerda, em outros países havia uma preocupação maior com as questões relacionadas ao corpo e às diversas formas de violências. Não que essas agendas também não sejam posteriormente incorporadas pelas feministas latino-americanas, mas a luta pela abertura política, o fim dos regimes de exceção e de práticas violentas que levaram à tortura, ao desaparecimento e à morte de mulheres e seus familiares foram incorporados às questões sociais, como a busca pelo direito ao trabalho e pela autonomia, por exemplo. Dessa forma, mesmo que falo de sujeitos localizados, como as feministas brasileiras e latino-americanas,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

essas também estavam em constante diálogo com o global, sem perder de vista as agendas locais.

Dessa forma, é possível aproximar as discussões propostas pelos feminismos com relação aos estudos pós-coloniais, pois além das especificidades dos feminismos latino-americanos, destacam-se novos aspectos como as discussões sobre raça, colonização/colonialidade e subalternidade étnica, mostrando a articulação com outras formas de opressão. Não pretendo demonstrar o limite entre o global e do local, mas defrontar sujeitos que circulam por vários espaços, sejam eles geográficos ou virtuais.

As pesquisas coordenadas pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff demonstram as especificidades

[...] dos feminismos dos países da América Latina e em especial o países do Cone Sul, ou seja: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, viveram nestes mesmos anos ditaduras militares que dificultavam a circulação de informação, impediam qualquer manifestação e possuíam um caráter altamente conservador (PEDRO; WOLFF, 2010, p. 7-8).

Na pesquisa atual, coordenada pela professora Cristina Scheibe Wolff, da qual participo e para a qual escrevo este texto, as entrevistas foram realizadas pensando a participação das mulheres em encontros feministas e como estes se deram como importantes espaços de articulação pessoal e política, mas também de constituição de sujeitas de suas histórias.

Vale destacar que durante esse período, mesmo que o enfrentamento da ditadura militar fosse um horizonte comum entre os militantes, as mulheres passaram a se articular em torno de suas questões específicas, e por essa razão estou pensando como as questões pessoais, ao se tornarem políticas, vão se constituindo como agendas dos próprios grupos. Essas mulheres ao participarem de coletivos ou atuando de forma autônoma, utilizam os espaços dos encontros não só como momentos de autorreconhecimento como feministas, mas também formadores de redes nacionais e internacionais que se estabelecem a partir de agendas e temáticas comuns dos grupos e das próprias feministas.

A partir dessas considerações, minha proposta é refletir sobre os encontros feministas não só como importantes espaços para a constituição dessas sujeitas, mas que ao conectarem a partir de agendas comuns formaram redes importantes de reivindicação coletiva de mulheres no Brasil. Em relação aos encontros feministas vale ressaltar que “esses momentos também indicam a existência eficaz da tendência atual em trabalhar e articular as ações e agendas através de redes e encontros” (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p. 662).

Considero os encontros como espaços articuladores de ideias e formadores de redes de feministas que posteriormente adentram os mais diferentes espaços, tanto políticos como acadêmicos. A ideia é pensar a articulação e a realização dos encontros como uma das formas de organização desses movimentos. Nos encontros se dão os contatos, as trocas de experiências, além de conhecimentos específicos sobre possíveis financiamentos, troca de textos, circulação de ideias e materiais. Muitas vezes a participação em um encontro nacional acabou por suscitar a criação de organizações locais ou ainda a participação em redes internacionais.

Apesar de trabalhos de relevância para a história dos feminismos já terem abordado os encontros feministas (PINTO, 2003; ALVES; PITANGUY, 1991; TELES, 1999), irei focar a importância destes como espaços de articulação e formação de redes, além de produção de subjetividades, espaços em que muitas mulheres se constituíram e se reconheceram como feministas. Fanny Tabak afirma que nos anos 1970 e 80 foram realizadas pesquisas e estudos, muitos deles com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (Unesco), com o objetivo de realizar “um levantamento e diagnóstico da condição social da mulher” (TABAK; VERUCCI, 1994, p. 14). Dessa forma, aponta que “outro fator que seguramente contribuiu para ampliar o conhecimento sobre essa condição foram os inúmeros seminários, congressos, conferências, realizados em nível nacional, regional e internacional” (TABAK; VERUCCI, 1994, p. 15). Conclui que esses importantes espaços “serviram de fórum para o debate de ideias e a troca de experiências, abrindo ainda espaço para a formulação de ações conjuntas e estratégias comuns” (TABAK, 1994, p. 15).

Maria Amélia de Almeida Teles destaca a relevância dos congressos de mulheres “espaços privilegiados de discussão e elaboração de uma teoria para o feminismo nascente, graças às experiências das próprias participantes” (TELES, 1999, p. 162). Para a feminista, esses congressos “foram os precursores dos encontros de caráter feminista, esses congressos foram organizados por feministas, entidades de bairro, sindicatos e grupos políticos de esquerda” (TELES, 1999, p. 162).

Para a compreensão desses encontros é importante tecer algumas considerações sobre o fato de serem importantes espaços formadores de grupos e redes, sejam locais ou nacionais, nos anos de 1970 e 80. Diante de um cenário mundial, em que temáticas feministas globais se entrelaçam com os feminismos locais, pretendo perceber esses encontros como importantes para o processo de identificação dessas mulheres como feministas.

Um dos desafios propostos pelo projeto “Mulheres de luta” foi buscar as narrativas das mulheres que destoassem desta narrativa “oficial”, que muitas

vezes dá visibilidade apenas para as narrativas de mulheres que traçam suas experiências a partir de grandes cidades brasileiras. Ao procurar demonstrar por meio das vozes das mulheres como nesse período, os encontros foram essenciais para a construção das redes e a construção de saberes fora dos grandes centros, a partir das subjetividades de mulheres que vivem em nas periferias do Brasil. Foram desses espaços que emergiram importantes questões e saberes, que se entrelaçaram e se aproximam nos encontros e redes. Para organizar a escrita a partir das narrativas de mulheres presentes nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, cotejadas com outras fontes históricas, fiz uma divisão por tópicos que entendi relevantes para o debate: os primeiros encontros regionais e nacionais, os encontros internacionais, as narrativas e emoções a partir de suas memórias sobre os encontros feministas, o trabalho e a questão das violências e, por último, os encontros plurais.

Os primeiros encontros nacionais e regionais

Céli Regina Jardim Pinto aponta a realização de dois eventos no ano de 1972. Para a autora foram encontros “de natureza completamente diversa que dizem muito da história e das contradições do feminismo no Brasil”, como o “congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado por Romy Medeiros” e as “reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e Rio de Janeiro, de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo no Brasil” (PINTO, 2003, p. 46).

Mas na memória das mulheres sobre os movimentos feministas brasileiros está gravado como encontro fundador aquele realizado na cidade do Rio de Janeiro, na Associação Brasileira da Imprensa – ABI. A semana de debates intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” é considerada por muitas como um encontro histórico, o qual foi organizado por mulheres como Mariska Ribeiro, Maria Luiza Heilborn, Maria Helena Darci de Oliveira, Elice Muneratto, Kátia Almeida Braga, Branca Moreira Alves, dentre outras. O “encontro [realizado] em 1975, na sede da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, no Rio de Janeiro, que seria considerado o marco fundador do feminismo de ‘Segunda Onda’ no Brasil” (PEDRO, 2012, p. 246-247) obteve patrocínio da ONU por intermédio de Mariska Ribeiro, uma das integrantes desses grupos de reflexão. Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy declararam que foi “uma semana de debates sobre a condição feminina” (ALVES; PINTAGUY, 1991, p. 69) e, segundo as feministas, promovido por um grupo de mulheres “com apoio da ONU e da ABI” (ALVES; PINTAGUY, 1991, p. 69).

Para Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, conhecida com Santinha, a realização desse primeiro encontro no final do ano 1975 no Rio de

Janeiro, já pensando como “feminista”, foi para ela uma ousadia. Ela conta que, a respeito da participação de mulheres, convidaram outras conhecidas, mas que “foi basicamente Rio e São Paulo” (SANTOS, 2005, p. 9). Em relação às suas impressões sobre o encontro, Santinha afirma que para ela “foi uma coisa linda, linda, porque a gente, tu sabes aqueles encontros onde ninguém é importante? Entendes? Todas nós éramos importantes” (SANTOS, 2005, p. 9). Santinha destaca a informalidade e não centralidade em uma única pessoa, ou seja, o fato de ser um encontro horizontal fez com que fosse considerado por ela “um encontro lindo”. Além disso, aponta que a participação das mulheres paulistas possibilitou a criação do Centro da Mulher Brasileira de São Paulo e, a partir daí, iniciou “o processo de discussão em cima de temas específicos.” (SANTOS, 2005, p. 9).

O encontro recebeu o título “Seminário sobre lugar e papel da mulher na sociedade brasileira” e a proposta era sobretudo discutir esse papel e o comportamento da mulher. Para pensarmos a importância desse evento, destaco a fala de Maria Luiza Heilborn, que participou da organização do encontro e se juntou ao “grupo de doze pessoas que se reúne, basicamente, na casa da Mariska [Ribeiro]” (HEILBORN, 2005, p. 4) e ainda que foi esse grupo que pensou o Ano Internacional da Mulher no Brasil. Ao participar da organização do primeiro evento

[...] em setenta e cinco, se dá conta que vai ter o Ano Internacional da Mulher e, portanto, um grupo de pessoas resolve que nós vamos fazer o primeiro evento, o primeiro grande evento, o primeiro seminário de discussão, chamado Seminário sobre Lugar e Papel da Mulher na Sociedade Brasileira (HEILBORN, 2005, p. 4).

Para Moema Toscano, o “debate da ABI que foi uma coisa que teve uma repercussão enorme no Brasil”. A participação de mulheres do Rio de Janeiro, de São Paulo, e como afirma Moema “foi todo mundo pra ABI, a ABI encheu e aí a gente sentiu, bom é o momento, tá na hora” (TOSCANO, 2005, p. 6).

O resultado do encontro foi a criação do Centro da Mulher Brasileira – CMB no Rio de Janeiro e para Santinha “o feminismo no Brasil começou oficialmente no Centro da Mulher Brasileira” (SANTOS, 2005, p. 10-11). A partir dessa fala e de outras registradas por Joana Maria Pedro (2006) é que podemos concluir sobre a importância da participação dessas feministas no evento que ocorreu na ABI, no ano de 1975, que possibilitou a criação do Centro da Mulher Brasileira.

Maria Luiza Heilborn conta que foi desse encontro que aconteceu na ABI que se possibilitou a fundação da CMB, e “como fundadora do Centro da Mulher Brasileira” afirma que “aquilo era a organização política possível naquele momento”, pois “tinha uma questão que era ligada a discutir a con-

dição feminina brasileira, sobretudo, num momento de profunda ditadura no Brasil” (HEILBORN, 2005, p. 5). Para Maria Luiza Heilborn:

[...] o foco tradicional é o da esquerda, agenda da esquerda” que “integrava a mulher, mas no meu ponto de vista, não tinha uma perspectiva feminista, que era: integrar a mulher no mercado de trabalho, tentar mudar o Código Civil que era muito desfavorável à condição feminina, participação política feminina e, sobretudo, pro Centro da Mulher Brasileira se apresenta naquela época, é como um grande espaço de atuação legítima das forças de esquerda, ele era uma fachada legal, o CMB, essa é minha versão, o CMB é uma fachada legal de atuação das mulheres comunistas, ligadas ao PC, ao Partidão. (HEILBORN, 2005, p. 5).

No mesmo ano, em São Paulo também foi realizado um encontro fundador para o feminismo. Para Santinha, a participação das mulheres paulistas no encontro do Rio de Janeiro possibilitou a criação do “Centro da Mulher Brasileira de São Paulo”, e a partir daí iniciou “o processo de discussão em cima de temas específicos” (SANTOS, 2005, p. 9). Foi chamado de “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista” e aconteceu na Câmara Municipal de São Paulo, em outubro de 1975, que possibilitou também a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), em novembro de 1975, naquela cidade (PEDRO, 2012, p. 247). Pedro apresenta as narrativas de Maria Lygia Quartim de Moraes sobre a organização do evento, o qual contou com uma preocupação para obter a “anuência da Cúria Metropolitana” e “não assustar a Igreja” (PEDRO, 2006, p. 254). Assim, parto da ideia dos encontros feministas como momento que possibilitou a formação de redes e laços entre as participantes, demonstrando a importância desses encontros naquele contexto histórico.

Hildete Pereira de Melo se lembra como foi noticiado “o seminário que encheu a ABI, a ABI cheia, só embaixo tem 400 lugares e estava lotada” (ARAÚJO, 2018, p. 9). A feminista ficou “enlouquecida,” diante da afirmação noticiada de Celso Furtado, que “a revolução das mulheres é a coisa mais importante da segunda metade do século 20” (ARAÚJO, 2018, p. 9). Hildete questiona se “era preciso que um homem diga que a revolução das mulheres é a mais importante da segunda metade do século vinte” (ARAÚJO, 2018, p. 9). Para ela, o fato de ter sido um homem que anuncia a importância do movimento como “alguma coisa errada no reino da Dinamarca” (ARAÚJO, 2018, p. 9), destaca Hildete, em tom irônico sobre a enunciação de um homem sobre a relevância do movimento efervescente que toma corpo a partir do encontro da ABI. Se esse encontro emblemático é relevante para a memória dos movimentos, é importante destacar que, sobretudo a partir dos anos 1980, foram realizados encontros feministas nas diferentes regiões do país.

A partir desse encontro considerado “fundador”, outros importantes encontros regionais demonstram que a organização por regiões do país a partir de reivindicações feministas agrupavam mulheres plurais, mas que traziam como tema central as questões específicas de cada região. É sobretudo a partir dos anos 80 que foram realizados grandes encontros nos diferentes estados brasileiros, como encontro da “mulher” de cada localidade, sem, contudo, autodenominar-se feminista. São encontros de mulheres, e em um segundo momento encontros que reuniam diferentes categorias profissionais de mulheres, por sua região.

Em Santa Catarina, por exemplo, I Encontro da Mulher Catarinense em Itajaí, em outubro de 1980, contou com a participação de mais de 500 mulheres. Nesse encontro houve discussões em torno de três temáticas principais: Mulher e Trabalho, Mulher e Saúde, Mulher e Sociedade. As demandas principais foram em torno da igualdade de direitos para as mulheres, infraestrutura que possibilitasse o trabalho e a participação social e política das mulheres, como creches, escolas, atendimento à saúde, entre outras (COELHO, 2017).

Em 1981 foi organizado o II Encontro da Mulher Catarinense, em Chapecó, e teve também com o auxílio da Igreja Católica. Esse vínculo com a Igreja, se por um lado trouxe pessoas para o movimento, por outro apresentou dilemas importantes, pois os temas ligados a sexualidade, aborto, contracepção, importantes nas reivindicações do movimento feminista internacional e aspirações das mulheres brasileiras foram muitas vezes deixados de lado, pois eram vetados pela hierarquia católica (ZUCCO, 2008).

Destaco os encontros realizados nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, ambos no ano de 1981. Analba Brazão Teixeira se recorda da participação numerosa e intensa das mulheres do RN no encontro de 1981 e, para a feminista, pode ser considerado como “um grande encontro para a época no Rio Grande do Norte”. Tendo participado ativamente de sua organização, Analba se recorda com prazer do fato de terem conseguido articular “um encontro com setecentas mulheres era muita coisa, né?”, em plena ditadura militar (TEIXEIRA, 2017, p. 5).

Esses encontros nos diferentes Estados também foram notícias na imprensa feministas, fazendo com que muitas mulheres percebessem a necessidade da articulação e a participação em grupos e encontros feministas como uma forma fortalecer suas demandas individuais e coletivas. Por esses motivos, as mulheres estavam atentas às notícias trazidas pelos periódicos feministas sobre a realização dos diferentes encontros, desde o início da década de 80, que aconteciam nas diferentes partes do Brasil. Nesses encontros, além das temáticas como os direitos das mulheres ao

trabalho e a relação com a maternidade, sobretudo o direito à proteção desta, o controle da natalidade como um direito a ser exercido e não uma imposição, entrelaçam-se com outras temáticas relacionadas ao livre exercício da sexualidade, como o direito ao aborto.

Durante o III Encontro da Mulher Paulista, trouxe grandes temas, mas eu destacaria o debate sobre a permanência das mulheres lésbicas no encontro de mulheres. Teca, ao ser entrevistada por Trevisan, chamou atenção de que “uma mulher de favela e fez uma observação irônica e medíocre de que ela não estava entendendo direito, porque se tratava de um Congresso de Mulher, mas tinha gente ali que ‘não era mulher nem homem’ e que deveria estar noutro lugar” (MELGAR; TREVISAN, 1981, p. 13). Ainda a reportagem chama atenção para o fato de que muitos grupos feministas racharam e não participaram do congresso em que houve participação maior do grupo de mulheres. Por outro lado, a entrevista afirma que algumas agendas eram comuns, como a descriminalização do aborto, mas que naquele momento um dos apoiadores do congresso, *Jornal Hora do Povo*, mostrou-se contrário ao enfrentamento da violência contra mulheres, pois “transforma a violência da família em casa de polícia e faz o jogo da ditadura, porque culpa o operário que chega em casa cansado e bate na mulher” (MELGAR; TREVISAN, 1981, p. 13).

O que se percebe é que, nesse momento, as questões do privado, tão importantes para as feministas brasileiras, que se constituem portanto como questões políticas, vão buscando seus espaços e tempos para o debate inclusive nos espaços específicos para as mulheres, já que, nesse caso, apesar de destinado às mulheres mineiras, participaram da organização diferentes entidades como partidos políticos (PT e PMDB) e ainda entidades estudantis, sindicatos e associações de bairro.

Ao estudar o movimento de mulheres no Rio Grande do Sul, Sonia Bressan Vieira mostra a importância da realização dos encontros no ano de 1981. Para a autora: “o ano de 1981 foi importante na história da Organização de Mulheres Gaúchas, pois em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ocorreram dois encontros paralelos, promovidos por grupos antagônicos em suas posições: o I Encontro da Mulher Gaúcha e o II Encontro da Mulher Gaúcha; em agosto ocorreu o I Congresso da Mulher Gaúcha” (VIEIRA, 2005, p. 14). Em relação ao encontro que aconteceu em março de 1981, no colégio Rosário, a organização enfrentou muitas dificuldades e ataques-antifeministas. Nesse encontro discutiram em grupos temas como mulher e trabalho, mulher e educação, mulher e sexualidade, mulher negra, participação política da mulher e mulher e contracepção, além da temática do controle de natalidade e violência contra a mulher, questões que hoje

se colocam como centrais na luta das mulheres brasileiras. Nesse encontro a centralidade das discussões de temas que afetam diretamente a vida das mulheres que vivem em situação de conjugalidade e família, como o fato de poderem escolher se querem filhos ou não, e portanto criar condições para que todas as mulheres tenham acesso aos métodos de contracepção, bem como a necessidade de uma vida sem violências, faz com que já nesses encontros se identifique a necessidade de discutir questões do privado como a experiência de relações familiares e conjugais mais igualitárias, em que mulheres não sejam subjugadas ou violentadas no âmbito doméstico e familiar, as quais afetam e ceifam a vida das mulheres todos os dias. Assim, como fruto desses encontros temos a criação, ainda no ano de 1981, do “SOS Mulher (não mais em atividade), como uma alternativa de ‘pronto socorro’ psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência” (VIEIRA, 2005, p. 14).

Com a abertura política, os encontros passam a ser também um local de articulação política para as mulheres e também para que os partidos pensassem a participação de mulheres. A aproximação de questões políticas, ao mesmo tempo que proporcionou a participação na política partidária, também entrou em contradição com o caráter autônomo do movimento. Para algumas, essa interferência estaria prejudicando a liberdade das vozes e articulações feministas, o que foi acusada a interferência política partidária nesses espaços. Sobre as mulheres que militavam em partidos de esquerda, as feministas autônomas as rotulavam de “políticas” ou “militantes”, segundo destaca Sonia Alvarez (2014), o que gerou controvérsias como, por exemplo, o fato de estarem priorizando as chamadas lutas gerais em detrimento das questões específicas das mulheres. Eva Blay mostra que a interferência dos “dos partidos políticos que começaram a se reorganizar, e tentavam, alguns, não todos, tentavam interferir e dominar os congressos feministas” (BLAY, 2017, p. 3), interferindo nas próprias pautas feministas. Para Eva Blay, essa interferência não se traduziu em uma “uma lembrança muito agradável em alguns desses encontros”, porque para a entrevistada retirou o caráter livre e autônomo dos encontros (BLAY, 2017, p. 3).

Clair Castilhos, feminista atuante em Santa Catarina, também destaca que ao se aproximarem das questões político-partidárias algumas mulheres realizaram nos espaços dos encontros “articulações políticas também de poder no maior estilo machista, assim, de conchavo pra cima e pra baixo pra ver quem que assume tal coisa, aquilo e tal” (COELHO, 2017, p. 17). Se o poder é considerado algo que se exerce a partir de práticas eminentemente masculinas, as mulheres acabaram reforçando formas desiguais de exercício do poder, mesmo que as “as próprias mulheres já denunciavam essas práticas”, algumas acabam por reproduzi-las, o que segundo Clair Castilhos

fez com criasse momentos de embates, ou, como esta muito bem os definiu, “um monte de bate boca” (COELHO, 2017, p. 17).

Entre o local e o global: os encontros internacionais

Os grupos feministas se formavam e se agrupavam mesmo durante o período da ditadura. As pesquisas realizadas por Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro demonstram como as mulheres que vivenciaram a luta contra a ditadura, integrantes da luta armada, e que tiveram a experiência do exílio foram importantes nessa sensibilização das brasileiras pelos temas dos feminismos. Com apoio da ONU, uma série de conferências, eventos e ações foram desenvolvidas com foco na então chamada “questão da mulher”. Segundo Cynthia Andersen Sarti, muitas dessas mulheres, chegadas do exílio ou não, e que reivindicavam o fim da ditadura, trouxeram questões específicas para a discussão dentro dos movimentos de esquerda. Conforme essa autora, o fato da declaração da ONU permitiu reconhecer a questão da mulher como problema social e proporcionou

[...] a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, para citar apenas os de São Paulo (SARTI, 2004, p. 39).

Há relatos sobre a existência de muitos grupos de mulheres brasileiras sendo fundados no Brasil e no exterior para promover a discussão de temas de interesse feminista. Céli Regina Jardim Pinto (2003) destaca o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em 1975. Já outras publicações como de Joana Maria Pedro (2006) enfatizam grupos feministas que se formaram no Rio de Janeiro e São Paulo.

As pesquisas de Joana Maria Pedro e Maira Abreu apontam para vários grupos de mulheres identificando-se como feministas no Brasil, mas também um grande número de mulheres exiladas que se descobriram e afirmaram-se feministas no exterior: Itália, França, Inglaterra, Estados Unidos, México, Chile, Venezuela. Muitas dessas exiladas retornaram ao Brasil após a Lei da Anistia em 1979. Reconhecer essa experiência brasileira no exílio, portanto, é um meio importante de entender essas memórias feministas. Apesar do contexto conflituoso e tensionado pela truculência do regime e pelo conservadorismo das esquerdas, foi nesse cenário que foi oportunizado contato de mulheres exiladas com movimentos feministas europeus (ABREU, 2010). Durante o exílio fortaleceu-se a possibilidade de mudar e questionar práticas cotidianas culturalmente estabelecidas. Um dos mais importantes exemplos

da relevância desse contato foi a criação de grupos de consciência, como o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, o Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa, o Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris, e a Seção Feminina do PCB (PEDRO; WOLFF, 2007).

Joana Maria Pedro, a partir de uma vasta pesquisa realizada sobre a chamada segunda onda do feminismo, apresenta alguns dos grupos que se formaram em alguns estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e no Acre, e afirma que as feministas brasileiras uniram-se primeiramente em grupos de consciência/reflexão com objetivo “aumentar a solidariedade entre elas e melhorar a auto-estima” (PEDRO, 2012, p. 245). É a partir da formação desses grupos que podemos buscar informações sobre os primeiros encontros feministas no país.

Sarti destaca, em relação às especificidades do feminismo brasileiro, que essa chamada segunda onda do movimento iniciou-se “nas camadas médias, e posteriormente expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento inter-classes.” (SARTI, 2004, p. 39). Se as articulações que as mulheres fizeram dentro do próprio Brasil foram importantes para que elas se reconhecessem como feministas e se aglutinassem a partir de pautas comuns, também foi de grande importância a participação dessas mulheres em encontros de mulheres e feministas realizados em outros países. Destacarei a participação das brasileiras nos encontros organizados pela ONU, principalmente entre 1975 e 1985 e nos Encontros Feministas Latino-Americano e do Caribe, cuja primeira edição aconteceu no ano de 1981.

Os encontros promovidos pela ONU, desde o primeiro realizado no ano de 1975, no México, são destaque para a feminista Sílvia Pimentel. Para ela a sua participação nos encontros internacionais como “aquele encontro da metade de década, que eles chamam de *'mid-decade'*, que foi em Copenhague, e depois em 80 e 85 em Nairóbi, no Quênia” (PIMENTEL, 2017, p. 8) foram transformadores. Para Sílvia Pimentel, nesses encontros “eu me sentia como aprendiz de feminista, me sentia um pouco assustada” (PIMENTEL, 2017, p. 9). Para ela se aproximar de temáticas de mulheres plurais, marcadas por suas diferentes nacionalidades e problemáticas, soava assustador para uma pessoa como ela, que se identificava como “mãe, de 4 filhos e com uma carinha de burguesa que eu continuo com ela”. Sílvia afirma que sua identidade de mãe e representante de uma classe social fazia com que ela se assustasse com as realidades com as quais se defrontou ao participar de encontros de mulheres tão plurais. Mesmo que para ela o fato de ser uma mulher burguesa não fazia com que as mulheres não se sentissem representadas por ela nesses espaços,

pois “as brasileiras se acostumaram com essa carinha burguesa e sabem que podem confiar.” (PIMENTEL, 2017, p. 9). Se por um lado o fato dessa mulher “com carinha de burguesa” que ela mesma afirma foi reconhecida pelas brasileiras como sua representante em encontros internacionais promovidos pela ONU, essa mesma confiança foi trazida como importante para as defrontações que ela se viu diante ao participar das grandes conferências internacionais. A feminista, diante de tantas possibilidades e frentes de discussão e debates, sentiu-se perdida e acabou escolhendo participar de espaços que trouxessem as discussões jurídicas como centrais, o que culminou com a sua participação em duas importantes redes internacionais de direitos das mulheres. Silvia Pimentel mostra como esse grande esforço aglutinador proporcionado pela ONU, como espaço formador de redes, teve uma preocupação, ao término do período, de que fosse encontrada “uma maneira de não se deixar perder, tantos esforços, e se entendendo como era importante de manter aquela ideia de associações e redes” (PIMENTEL, 2017, p. 9). Assim, chegado o fim da década da mulher (1975-1985), declarada pela ONU, Silvia Pimentel destaca a sua participação na formação e permanência em duas importantes redes internacionais de direito das mulheres: o Comitê da América Latina e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)² e o *International Women's Rights Action Watch*³. A ideia que circulou durante o encontro de 1985 em Nairóbi é que “não vamos perder essa maravilha que aconteceu durante 10 anos”, dessa maneira, a criação de redes após o término dos encontros internacionais foi a maneira encontrada para que fossem mantidas as articulações e as redes internacionais criadas no período, impulsionadas pela ONU. Assim, tomar conhecimento da situação das mulheres no mundo, encontrar companheiras distantes geograficamente com desejos comuns compartilhadas em torno de uma vida melhor para as mulheres, trouxe e traz boas lembranças para as mulheres em relação a esse período.

Também merece destaque o espaço de articulação e discussão proposto pelas mulheres latino-americanas nos encontros feministas latino-americanos e do caribe, que acontecem em diferentes países desde o ano

² O Comitê tem atualmente sede em Lima, Peru, mas foi fundado em São José da Costa Rica, depois de estabelecidas as relações entre diferentes organizações e coletivos de mulheres da América Latina na Conferência Mundial de Nairóbi (1985) das Nações Unidas. Unidas por trajetórias coincidentes em assuntos jurídicos, compartilhavam as mesmas barreiras e, sobretudo, a mesma posição crítica em relação ao Direito: “O poder se legitima através do direito e o direito legitima a subordinação da mulher”. Disponível em: <https://cladem.org/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

³ The International Women's Rights Action Watch (IWRAP) was organized in 1985 at the Third World Conference on Women in Nairobi, Kenya, to promote recognition of women's human rights under the United Nations Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW), an international human rights treaty. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/iwraw/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

de 1981⁴. Se os encontros nacionais forma importantes formadores de redes e aproximações de experiências compartilhadas entre as mulheres, os encontros internacionais também foram importantes nessa criação de laços e redes.

Clair Castilhos conta como a participação no segundo encontro feminista Latino-Americano e do Caribe, em Lima, no ano de 1983, foi para ela um “marco também como feminista”. Para Clair aquele ambiente de discussões que atrelavam as relações entre o patriarcado e a saúde e os direitos humanos, por exemplo, foi para ela um momento ímpar. Para a feminista radicada em Santa Catarina, estar em meio a mulheres de toda a América Latina “foi bárbaro”, e destaca que “ver aquelas mulheres, o que elas sabiam, as mesas, as palestras, tudo o que a gente assistia, e era outra história” (COELHO, 2017, p. 16). Clair chama atenção como se formavam redes de afeto e solidariedade e por esse motivo destaca como uma das formas das feministas que residiam nos locais em que eram realizados os eventos era hospedar as companheiras de outros países, assim conta que ficou “hospedada na casa de uma mãe de uma companheira lá de Lima” (COELHO, 2017, p. 16), e chama atenção para os dois grupos feministas que existiam naquele país naquele momento, que era o Flora Tristan e o Manuela Ramos.

Dora Barrancos e Nélide Archenti apontam como o V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em San Bernardo, uma cidade da costa da Argentina, em 1990, foi importante para a criação de uma rede de feministas daquele país. Foi por meio do encontro que “formou-se a Rede de Feministas Políticas, que reunia um vasto conjunto de partidárias provenientes da Unión Cívica Radical (UCR), do Partido Intransigente (PI) do Justicialimos (PJ), do Movimiento de Integración y Desarrollo (MID), entre outros” (BARRANCOS; ARCHENTI, 2017, p. 59). Segundo as autoras, “essa rede realizou diferentes ações de difusão social, mobilizações e lobby partidário e parlamentar para promover a sanção da lei de cotas” (BARRANCOS; ARCHENTI, 2017, p. 59). Esse exemplo nos indica que, em um cenário em que temáticas feministas globais se entrelaçam com os feminismos locais, os encontros oportunizam o processo de identificação das mulheres como feministas, e possibilitam a criação de redes locais e internacionais em torno de grandes temas ou temáticas específicas, o que resulta no fortalecimento das pessoas e das próprias agendas.

⁴ O primeiro EFLAC ocorreu na cidade de Bogotá, Colômbia, no ano de 1981. Outra importante edição foi a que aconteceu na Argentina, em 1990, que foi lembrada pelas organizadoras do encontro de 2017, pois “hace más de 20 años no se hace un Encuentro en el Cono Sur”. Em novembro de 2017, a décima quarta edição do Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe – EFLAC, aconteceu no Uruguai, na cidade de Montevideo, sendo que da minha participação no encontro escrevi um artigo (NICHNIG, 2018).

Narrativas e emoções nos encontros feministas

Esses espaços eram de criação de laços afetivos, fortalecimentos de vínculo e emoções compartilhadas. Clair Castilhos diz que “era bárbaro, super divertido, entusiasmadíssimos os encontros”. Para ela, a memória construída a partir de sua participação nesses encontros a faz refletir como esses eram espaços de sociabilidade em que as “festas, as confraternizações e a gozações” eram momentos importantes de aproximação e formação de laços de afeto, fazendo que a memória construída em torno de suas participações em encontros fizesse com que a sua participação nos movimentos feministas como algo “altamente prazeroso”. Para Clair Castilhos, compartilhar com as companheiras de espaços como os encontros nos anos 80 era a tradução de um movimento “bem-humorado” que, para ela, impossível de se comparar com os dias de hoje, já que “se tornou um pouco formal demais, um pouco sisudo, digamos, e com essa chateação dos politicamente correto”. É claro que o enfrentamento dos problemas que afetam as mulheres e a formulação das políticas são questões de suma importância para essa guerreira tão ativa e atuante nos feminismos brasileiros, mas que a dimensão do afeto e da alegria é para ela imprescindível para enfrentar as questões tão duras que o próprio feminismo a defronta, como as situações de violências e a negação do direito à saúde, por exemplo.

Por outro lado, Eva Blay nos chama atenção para outra faceta dos encontros que a faz ter memórias não tão agradáveis como as de Clair Castilhos. Eva Blay conta como esses espaços foram perdendo a autonomia e a descontração pouco a pouco diante da influência e participação política partidária nesses ambientes. Se Clair nos chama atenção para os momentos de alegria, dos risos e dos afetos, Blay nos relata como foi ficando cada vez mais incomodada desses espaços estarem perdendo a autonomia e descontração. Já Silvia Pimentel destaca o caráter assustador que foi para ela participar dos encontros internacionais, ao se defrontar com questões de mulheres marcadas por suas interseccionalidades, de raça, classe, etnia, nacionalidade entre outras, principalmente quando nos relatou sobre sua participação do encontro realizado em Nairobi, Quênia. Ao se aproximar com as questões das mulheres de diferentes nacionalidades, mas sobretudo as africanas, foi um fato segundo a feminista “marcante”, o qual ela conceitua como um “mundo que se abriu”. Esse novo mundo de possibilidades, de encontros, também proporcionou estar diante do desconhecido e de ter consciência da sua própria limitação e finitude.

A questão do trabalho e o enfrentamento das violências: importantes agendas

Para Cynthia Andersen Sarti “uma confluência de fatores contribuiu para a eclosão do feminismo brasileiro na década de 1970” (SARTI, 2004, p. 36), como o contexto internacional, mas também “às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país” (SARTI, 2004, p. 37). Essa modernização que trata a autora se dá no campo do acesso ao trabalho formal e à escolarização. Sarti aponta que os feminismos no Brasil buscavam articular “entre a luta contra as condições objetivas de opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais”, o que, segundo a autora, ao se referir ao trabalho de Maria Lygia Quartim de Moraes, significa que o feminismo brasileiro “enfrentou-se com a questão de articular à sua base marxista a questão da subjetividade” (SARTI, 2004, p. 38).

O que quero afirmar é que as questões relativas ao trabalho e à inclusão da mulher no mercado de trabalho, em condições igualitárias, era um dos principais temas dos feminismos dos anos 1970 e 80. Portanto, os encontros realizados que incluíam na pauta o trabalho e a inserção e a condição da mulher enquanto trabalhadora foram importantes momentos de criação de articulações de redes, entre mulheres e feministas.

A realização de encontros para a discussão dos problemas referentes às categorias profissionais formadas por mulheres teve como objetivo fortalecer as mulheres enquanto novos sujeitos que adentram o campo do trabalho, sendo esses encontros entendidos como legítimos espaços de reivindicação das categorias, pois nesse momento são as próprias profissionais que definem suas prioridades. Por meio dos periódicos feministas pude observar a importância dos encontros realizados por categorias profissionais, como das empregadas domésticas e metalúrgicas, como legítimos espaços de debate que ao tratar de questões trabalhistas, davam destaque as especificidades das mulheres enquanto trabalhadoras.

“A hora das metalúrgicas” foi o chamamento da notícia que tratou a reportagem que trouxe os pontos debatidos pelos metalúrgicos no encontro da categoria, denominado II Congresso dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Hidráulico de São Bernardo e Diadema. Chamou a atenção que, em novembro daquele mesmo ano, a categoria propôs um evento que trataria da “situação da mulher metalúrgica” promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Naquela oportunidade, o jornal chamou atenção para a pauta específica das metalúrgicas, como o

difícil acesso a profissionalização das mulheres, diferença nos salários; além da jornada de 48 horas semanais.

O congresso previsto para novembro, será uma boa ocasião para aprofundar questões referentes aos problemas específicos da mulher metalúrgica, relevando os seguintes pontos:

- Os cursos profissionalizantes são de difícil acesso para a mulher, por isso, ela exerce trabalhos não especializados, na empresa e nos raros casos em que isso ocorre – isto é, quando teve oportunidade de se profissionalizar.

- é paga e registrada como “ajudante geral” ou “operadora de maquina”.

- A diferença de salário recebido pela mulher, mesmo quando ela tem uma função igual a do homem;

- O excesso de força física exigido em alguns trabalhos;

- A competição para agradar o chefe, e a conseqüente

- falta de coleguismo entre as trabalhadoras;

- Além de enfrentar as 48 horas de trabalho semanal exigidos pela empresa, a mulher metalúrgica deve ainda trabalhar, e muito, em casa, não lhe sobrando tempo para divertimento ou mesmo para descansar. Essa iniciativa é uma das primeiras que dá chance a mulher operária de discutir sua situação, suas dificuldades e seus problemas na fábrica, assim como os deles decorrem. Por isso, é muito importante que este congresso se realize, mobilizando o maior número de mulheres possível (*Nós Mulheres...*, 1976, p. 6).

Após a realização do congresso, o periódico *Nós Mulheres* publicou em maio de 1978 uma reportagem que chamou de “Momento de União”, sobre a realização do primeiro congresso da Mulher Metalúrgica. A reportagem trouxe parte das entrevistas realizadas pelas articulistas do periódico durante o evento, em que foi dada voz as trabalhadoras. Segundo uma das entrevistadas: “o fundamental é a união de todas para sairmos deste desnível em que nos encontramos” (*Nós Mulheres...*, 1976, p. 6). E ainda “mesmo tendo nossas reivindicações específicas, só conseguiremos transformá-las em conquistas, com a união enquanto mulheres, e unidas aos homens pelos nossos interesses comuns na luta por um mundo mais digno” (*Nós Mulheres...*, 1976, p. 6). A reportagem traz ainda uma poesia de uma trabalhadora, que trata da necessidade da união, das denúncias, dos sofrimentos, “Participamos da sociedade, queremos igualdade, somos contra toda a discriminação” (*Nós Mulheres...*, 1976, p. 6).

Na notícia publicada em 1982 pelo jornal *O Mulherio* e redigida pela feminista Rosalina de Santa Cruz Leite, o congresso foi novamente trazido à discussão, quando a feminista trouxe a reivindicação das metalúrgicas em relação ao controle sobre as idas ao banheiro.

Quando as mulheres trabalhadoras se queixam da repressão no cotidiano da fábrica (ou do escritório ou da plantação) e das más condições de trabalho, há um elemento constante: o excessivo controle sobre as idas ao banheiro. Contra o controle de tempo para ir ao banheiro” foi uma das reivindicações das metalúrgicas no seu 1º Congresso em São Paulo, em março de 1978’ (KEHL, 1982, p. 6).

Em favor de todos os trabalhadores, mas em especial às mulheres, é que se uniu a luta por creches durante o I Congresso da mulher paulista, em 1979. Maria Amélia de Almeida Teles⁵ aponta que a criação de um Movimento de Luta por creches atendeu os interesses dos grupos feministas, dos movimentos populares e dos sindicatos.

Foi, no entanto, o I congresso da Mulher Paulista, em 1979, que permitiu a criação do Movimento por Luta por Creches, abrangendo a totalidade dos interessados, bairros, sindicatos e grupos feministas. Nesse evento a creche apareceu como a reivindicação mais elaborada e eleita como principal (TELES, 1999, p. 103).

Feminismos plurais: bandeiras, falas e corpos em ação

Organizados por mulheres marcadas por sua raça, etnia, classe social, orientação sexual, nacionalidade, religião e deficiências os encontros são plurais e trazem as marcas identitárias de mulheres múltiplas, com suas questões específicas. Se pensarmos nos encontros feministas dos dias atuais, esses são marcados pela presença de mulheres negras, indígenas, com deficiência, lésbicas, bissexuais, transexuais, que são mães, trabalhadoras, estudantes, jovens, velhas, brasileiras, estrangeiras, todas juntas levaram suas reivindicações gravadas em seus corpos, suas falas, que marcam as suas participações efetivas em espaços plurais de discussão.

Assim, se pensarmos nos encontros dos anos 1980, havia uma preocupação presente em trazer à tona a questão específica das mulheres em detrimento de questões políticas outras, sempre demonstrando que as questões das mulheres também eram políticas, pois o lema “o pessoal é político” foi e é uma marca desses movimentos plurais. Para os encontros, além de suas malas, panfletos, levam seus corpos, seus desejos, suas ideias de liberdade e igualdade para o debate, aproximando temas nos mais variados espaços de discussão.

Se as questões específicas foram paulatinamente sendo introduzidas nos encontros, é sobretudo a partir do final dos anos 1980 que essa pluralidade se reproduz na realização de encontros específicos para pensar as questões

⁵ Maria Amélia de Almeida Teles foi uma das organizadoras dos três primeiros congressos de mulheres paulistas e ainda do 10.º Encontro Nacional Feminista (TELES, 1999, p. 180).

de mulheres marcadas por suas interseccionalidades, e pensar também nos espaços outros as questões específicas de cada grupo identitário. A entrevistada Hildete Pereira de Melo mostra como foi durante o oitavo Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns, em Pernambuco, no ano de 1987, que as mulheres negras externaram a necessidade da realização de um encontro específico, sendo que no ano seguinte foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Nilma Lino Gomes também destaca a necessidade da realização de encontros que discutam as questões específicas das mulheres negras. A narrativa de Analba Brazão Teixeira demonstra como essa ideia de universalismo dos feminismos do início da chamada segunda onda impunha uma ideia de universalidade em torno da questão da “mulher”, que nos encontros que tratavam da temática da mulher estaria dando conta de todas as singularidades das múltiplas especificidades. Recorda a feminista negra e nordestina como “naquela época no movimento feminista se dizia que todo mundo era igual”, pois o discurso predominante era que “todo mundo era igual, não tinha diferenciação, sou mulher, você é mulher, então, isso bastava”. Mas as especificidades trazidas pelo efervescente movimento negro, que discutia a falsa ideia de democracia racial no Brasil, trazia importantes discussões inclusive para que as mulheres. Portanto, essa suposta universalização da discriminação que sofriam todas as mulheres era denunciada pelas mulheres negras, pois sentiam na carne as diferenças e as desigualdades, por serem mulheres, por serem negras e também por, muitas vezes, serem de uma classe social desprivilegiada. Analba se recorda de como ela e outras mulheres negras percebiam e sentiam as sobreposições das discriminações e, por isso, afirma que “nós negras sabíamos que isso não bastava, né?”, ou seja, tinham consciência que uma pauta unificadora, uma agenda única, não daria conta das questões específicas das mulheres atravessadas por sua raça, etnia e também classe social (GONZALEZ, 2011; DAVIS, 2016).

Finalizando

As memórias das feministas nos fizeram concluir que os encontros foram importantes espaços de sociabilidade e construção dos sujeitos, enquanto feministas. Ao se aproximarem em espaços outros que não os que costumam encontrar os grupos que já participam as mulheres usam esses espaços para encontrar linhas de aproximação e perceber que as ações e práticas políticas que já realizavam também estavam sendo feitas por outros grupos e que poderiam ser reproduzidas em outros espaços. Mas as trocas eram muitas, de ideias, de práticas, mas também pensar propostas conjuntas, buscar apoiadores, dentre muitos outros saberes compartilhados nesses

espaços. Contudo registro que o mais importante para algumas foram as amizades construídas, os afetos firmados e as alegrias compartilhadas em uma luta tão árdua e sofrida. Há muito o que ser dito sobre a história dos encontros feministas e como articular as subjetividades das mulheres ali presentes a suas bandeiras de luta. Concluo aproximando a minha percepção como feminista que participou (e ainda participará) de encontros, como são momentos transformadores, de grande troca de afetos e experiências, e que nos motivam para permanecer na luta, com o que afirmou a forte, vibrante e sempre apaixonante Clair Castilhos (2017, p. 17) na entrevista que me concedeu em sua casa, em uma tarde de outono em Florianópolis, sobre suas participações nos encontros feministas dos anos 1980: “era bárbaro, super divertido, entusiasmadíssimos os encontros”.

Fontes

BLAY, Eva. Entrevista concedida a Claudia Regina Nichnig. Cinegrafia Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 02/08/2017. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Alina Nunes. Revisada por Laura Carvalheira. 13 p.

COELHO, Clair Castilhos. Entrevista concedida a Cláudia Regina Nichnig. Florianópolis, SC, Brasil, 02/10/2017. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Glenda Lunardi. Revisada por Laura Carvalheira. 21 p.

HEILBORN, Maria Luiza. Entrevista concedida a Rachel Soihet, Flávia Esteves, Erika Ferreira e Nataraj Trinta. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 11/04/2005. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). 22 p.

JORNAL NÓS MULHERES. São Paulo, n 3, novembro/dezembro 1976, p. 6

KEHL, Maria Rita. Um espaço de reconhecimento. *Jornal Mulherio*, São Paulo, Ano 2, n. 7, p. 6, maio/junho 1982.

MELGAR, Zezé; TRAVISAN, João Silverio. Um congresso bem-pensante? *Jornal Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 35, abril 1981, p. 12-13

ARAÚJO, Hildete Pereira de MELO. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Melo. Cinegrafia Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 04/08/2018. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Valéria Machado e Alina Nunes. Revisada por Isadora Durgante Korzen. 25 p.

PIMENTEL, Sílvia. Entrevista concedida a Claudia Regina Nichnig. Cinegrafia Elaine Schmitt. Florianópolis, SC, Brasil, 31/07/2017. Acervo do Laboratório

de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Gabriel Simon Machado. Revisada por Isadora Durgante Korzen. 20 p.

SANTOS, Maria do Espírito Santo Tavares dos (Santinha). Entrevista concedida a Roselane Neckel. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 14/02/2005. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Soraia Mello. Revisada por Maria Cristina Athayde. 28 p.

SOIHET, Rachel. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Florianópolis, SC, Brasil, 02/09/2004. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Maria Cristina Athayde. Revisada por Luciana F. Klanovicz. 11 p.

TEIXEIRA, Analba Brazão. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello. Florianópolis, SC, Brasil, 03/08/2017. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Binah Irê. Revisada por Aline Dias dos Santos. 20 p.

TOSCANO, Moema. Entrevista concedida a Roselane Neckel. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 16/02/2005. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita e revisada por Maria Cristina Athayde. 20 p.

Referências

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o grupo latino-americano de mulheres em Paris*. 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661-682, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jul. 2019

ALVAREZ, Sonia Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. *Estudos Feministas*. v. 11, n. 2, p. 533-540, 2003.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cad. Pagu* [online], n. 43, p. 13-56, 2014.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélide. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 55-64.

COSTA, Albertina de Oliveira. Movimentos feministas e estado: demandas conquistas e desafios. In: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Glaucia de Oliveira; FUNCK, Susana Bornéo (org.). *Políticas e fronteiras: desafios feministas*. Tubarão, Ed. Copiart, 2014. p. 167-182.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, Nancy. *Fortunas del feminismo*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2015.

GOETZ, Anne Marie. Justicia de género, ciudadanía y derechos. Conceptos fundamentales, debates centrales y nuevas direcciones para la investigación. In: MUKHOPADHYAY, Maitrayee; NAVSHARAN, Singh. *Justicia de género, ciudadanía y desarrollo*. Colombia: Mayol Ediciones, 2008. p. 13-45.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1, p. 12-20, 2011.

NICHNIG, Claudia. Feministas latino-americanas: agendas e encontros. Eletrônicos da III Jornadas do LEGH: feminismo e democracia (2018). *Anais [...] Florianópolis, UFSC, 20 e 21 de março de 2018*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188285>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978) *Rev. Bras. Hist.* v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 304-307.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*. v. 9, n. 14, p. 55-69, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, Direitos Políticos, Gênero e Feminismos. *CADERNOS Págu*, n. 43, p. 169-196, julho-dez. 2014.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 33-51, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SILVA, Maria Salete; WRIGHT, Sonia Jay. Uma reflexão feminista sobre o conceito de Justiça de Gênero. *Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica*, v. 2, n. 1, p. 1-27, 2016.

TABAK, Fanny; VERUCCI, Florisa. *A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VIEIRA, Sonia Bressa. O "abre-alas" do movimento de mulheres no Rio Grande do Sul. 1910-1990". *Revista de Ciências Humanas*, v. 6, n. 7, p. 1-17, 2005.

ZUCCO, Maise Caroline. *Mulheres, feminismos em Florianópolis e suas relações com outros espaços de poder no território brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2008.

O ACERVO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA – LEGH: PESQUISAS E HISTÓRIAS FEMINISTAS¹

Binah Ire

Janine Gomes da Silva

As diferentes pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da Universidade Federal de Santa Catarina, nas duas últimas décadas, têm contribuído com diferentes análises, especialmente, no campo dos estudos gênero, memória e feminismos no Cone Sul. Inicialmente, as pesquisas desenvolvidas no LEGH procuraram constituir uma narrativa histórica sobre o período de ressurgimento do movimento feminista no Brasil, a partir de meados dos anos 1970, focalizando a maneira como, apesar da ditadura e dos preconceitos antifeministas, muitas mulheres e alguns homens começaram a se pensar como feministas no período de 1964 a 1985. Ainda, as primeiras pesquisas buscaram compreender a circulação de ideias, as lutas políticas, a participação de homens e mulheres em diferentes movimentos sociais, as relações com os movimentos de esquerda e de luta armada, clandestinidade e exílio, e as notícias veiculadas nos mais diversos periódicos.

Diferentes movimentos sociais e diferentes organizações foram pesquisadas. Golpes de estado, militância, experiências de luta contra as ditaduras fazem parte das pesquisas realizadas no LEGH². Numa perspectiva de história comparada ou cruzada (HAUPT, 1998), aos poucos, as histórias da ditadura civil-militar no Brasil foram perspectivadas, relacionadas com as outras ditaduras vivenciadas no Cone Sul³. As pesquisadoras, primeiramente as professoras Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro e Roselane Neckel e, posteriormente, também a professora Janine Gomes da Silva, viajaram pelo Cone Sul, fizeram pesquisas, recolheram documentos, compraram livros, copiaram documentos e gravaram entrevistas, construindo diferentes narrativas sobre as ditaduras do Cone Sul.

Mas a equipe do LEGH é muito maior. Nesse período, alunas/os da graduação, mestrandas/os, doutorandas/os e pós-doutorandas/os também

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

² Também sobre o LEGH, ver: SILVA; PEDRO; WOLFF, 2018.

³ Os anos dos golpes nos países estudados: Argentina: 1966 e 1976; Bolívia: 1964; Brasil: 1964; Chile: 1973; Paraguai: 1954; e Uruguai: 1973.

participaram das pesquisas, propondo novas questões, ensaiando novas metodologias para lidar com uma documentação por vezes tão diversa, escrevendo e publicando e, especialmente, para o que nos motiva a escrever este texto, contribuindo com a construção do acervo do Laboratório. Todo o material coletado sobre o feminismo no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, a partir de diferentes pesquisas⁴, vem propiciando várias análises, não somente para as/os pesquisadoras/es do LEGH, tendo em vista que o Laboratório é consultado por profissionais de outras instituições sobre documentos que compõem o acervo, com destaque para a coleção de entrevistas.

Se inicialmente as/os pesquisadoras/es viajavam e recolhiam fontes apenas com a função de subsidiar suas pesquisas, aos poucos, tais fontes, bem como o seu volume e variedade, demandaram um outro olhar para essa documentação. Não temos na sala do Laboratório apenas fontes documentais que serviram para pesquisas específicas, mas documentos originais e, principalmente, cópias de documentos que podem ser compreendidos como parte de diferentes coleções. E se esse acervo já era volumoso, com o desenvolvimento do projeto “Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” foi significativamente ampliado, especialmente porque um dos seus objetivos era o de “ampliar esse acervo focando na questão do feminismo como movimento social”⁵.

Acervos como o do LEGH são resultado de ações de organização da informação que visam tornar inteligível e utilizável o arquivo. Entendemos como “arquivo” um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decorrer do cumprimento das funções e atividades desenvolvidas pelo seu produtor – nesse caso, o próprio LEGH – seguindo a terminologia da lei de arquivos⁶. Dentro dos processos de produção desse arquivo destaca-se a concepção de um acervo acadêmico de pesquisa, resultado de anos de estudos que tratam, como já mencionamos, principalmente, das ditaduras, feminismos, esquerdas, gênero e resistências no Cone Sul, mas também de

⁴ Entre outros, destacam-se os seguintes projetos: Movimentos de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989); Do feminismo ao gênero – circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008); Gênero, feminismo, mulher e mulheres: apropriações no Cone Sul (1960-2008); e Vidas Clandestinas: Relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960-2008), coordenados por Joana Maria Pedro; O gênero da resistência na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul 1964-1989; Lágrimas como bandeira: emoções e gênero na retórica da resistência no Cone Sul; Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul, coordenados por Cristina Scheibe Wolff; Espaços de memória. Arquivos e fontes documentais (re)significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai); e Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina), coordenados por Janine Gomes da Silva. Esses projetos tiveram apoio do CNPq.

⁵ “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, projeto de pesquisa coordenado por Cristina Scheibe Wolff, financiado pela Capes por meio do edital Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais.

⁶ Lei 8.159/1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

pesquisas anteriores e precursoras, já no campo da história das mulheres, sobre direitos e posições sociais, direitos reprodutivos, dentre outras. O acervo acadêmico de pesquisa corresponde, nesse caso, ao que convencionalmente chamamos de Arquivologia e na terminologia da lei, de arquivo permanente. Reunir e organizar documentos visando subsidiar pesquisas e, ao mesmo tempo, disseminar informações, vem se consolidando em prática metodológica e política no campo da pesquisa histórica. E, como lembra Ana Maria Veiga, “acervos acadêmicos de pesquisa podem ser tomados como arquivos de materiais justificadores da constituição de um ‘saber’ em nível universitário, que reivindica para si um lugar na esfera de ‘poder’ intelectual, transcendendo, ou não, os limites da academia” (VEIGA, 2014, p. 71).

Essa é uma amostra de uma pesquisa que contempla reflexões sobre a teorização e conceituação do(s) arquivo(s) nas ciências humanas, em especial a História, cuja relação com o(s) arquivo(s) e a Arquivologia remonta ao século XIX. Nesta pesquisa, busca-se historicizar esse arquivo em particular, reunindo fragmentos de ação arquivística, e refletir acerca do trabalho de historiadoras e do caráter contingencial e/ou intencional do arquivo, utilizando as discussões sobre o conceito de arquivo nas humanidades (artes, antropologia e história principalmente). Buscamos inspirar semelhantes discussões no contexto brasileiro, considerando nossas particularidades, utilizando-nos do LEGH como objeto de estudo e reflexão no campo da “ciência do arquivo”, na Arquivologia e na Historiografia.

Apresentamos um apanhado geral das principais coleções e acervos doados ao Laboratório como meio de preservação do material, um levantamento geral das ações voltadas à organização do arquivo e sistematização das coleções. O arquivo do LEGH contém coleções cuja existência se deve à formação do acervo acadêmico de pesquisa de forma contingencial, e outras que já fazem parte de uma escolha consciente por preservar determinados materiais. Consideramos, principalmente, suas relações às pesquisas que resultaram nas publicações *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul* (PEDRO; WOLFF, 2010); *Resistências, Gêneros e Feminismos contra as ditaduras do Cone Sul* (PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011) e *Histórias de Gênero* (CRESCÊNCIO; SILVA; BRISTOT, 2017). No interior dessas obras, buscamos localizar o trabalho de coleta e consequente construção do arquivo do LEGH, localizando pontos de inflexão importantes, como a percepção do conjunto das entrevistas como o acervo de História Oral e das doações como salvaguarda para arquivos feministas.

Pensar sobre a constituição de acervos nos remete ao que pode se tornar patrimônio material e servir de veículo às memórias. Ultrapassamos os limites do clássico documento institucional, tradicionalmente registrado

em suporte de papel, mas não o deixamos de lado. O arquivo do LEGH reúne conjuntos documentais de pesquisa histórica, o que contempla fichas de fontes, como jornais, processos judiciais e legislações; produções acadêmicas, como periódicos científicos, trabalhos de iniciação científica, monografias de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado; um acervo de entrevistas de história oral, uma grande coleção bibliográfica e um arquivo digital com materiais coletados em arquivos públicos, privados e pessoais no decorrer dos últimos anos.

Uma experiência que nos inspira a voltar nossos olhares e atenção feministas aos acervos é a da Editora Mulheres, iniciativa das professoras Zahidé Lupinacci Muzart, Elvira Sponholz e Susana Bornéo Funck, que, em 1995, colocaram-se na empreitada de reeditar produções literárias de mulheres, a princípio autoras do século XIX. Como nos conta a própria Zahidé, essa editora era também uma casa, onde essas mulheres artesanalmente reeditavam obras literárias de escritoras cuja influência elas consideravam importante para novas gerações interessadas na produção teórica e literária de outras mulheres:

Qualquer um que ponha seu empenho na história literária das mulheres brasileiras no século XIX começa por enfrentar problemas. O primeiro é a quase inexistência de reedições, sempre raras porque vendem muito pouco ou porque os textos de mulheres se perdem e desaparecem ao longo dos anos. Cabe a nossa editora, então, realizar a tarefa de recuperar essas obras dispersas, de ressuscitar tais “velharias” (MUZART, 2004, p. 103).

Ressuscitar “velharias” é frequentemente parte importante do trabalho de historiadoras, pois, como na Literatura, a História das Mulheres foi constituída no garimpar de fontes que indicassem vidas e destinos de mulheres de diversas origens, culturas e lugares vários ao redor do mundo. Um dos livros publicados pela Editora Mulheres, em 2002, foi *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*, da historiadora norte-americana Joan Scott, que discute a história do feminismo na França e os paradoxos de sua elaboração teórica e militante nos séculos XVIII, XIX e XX. Scott é referência fundamental à historiografia de mulheres e do feminismo e, portanto, uma escolha acertada para publicação.

A Editora Mulheres foi responsável por duas das publicações do LEGH mencionadas anteriormente (PEDRO; WOLFF, 2010; e PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011), que tratam do Cone Sul, além de outras obras importantes produzidas pelas pesquisas relacionadas a gênero e feminismos na Universidade Federal de Santa Catarina, como *Masculino, feminino plural*, organizado por Miriam Grossi e Joana Maria Pedro, o mais vendido da série “Ensaio” nos idos de 2004 (GROSSI; PEDRO, 1998). Em 2015, com o falecimento de Zahidé Muzart,

seu acervo pessoal, cujo conjunto contemplava uma rica bibliografia feminista e de estudos de gênero, acabou disperso. Esse é o tipo de experiência que gostaríamos de evitar, e por isso a recordamos respeitosamente.

A ampliação de núcleos e laboratórios dedicados à pesquisa no campo acadêmico feminista e de estudos de gênero dentro da Universidade Federal de Santa Catarina é parte de um processo de amplificação do conhecimento produzido pela academia e militância feminista durante a primeira década do século XXI. A internet democratizou a informação produzida por anos de pesquisas, encontros e organizações políticas feministas. Com isso, meninas e jovens mulheres entraram em contato com o pensamento feminista e passaram a demandar mais espaços para inúmeras pesquisas. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, também é um marco para a multiplicação de espaços de diálogo entre o governo e movimentos de mulheres e feministas que juntos desenvolveram políticas públicas com recortes de gênero e raça/etnia.

No LEGH, a entrada da professora Janine Gomes da Silva no Departamento de História marca o início da gestão do que até então não era exatamente pensado como um arquivo – menos ainda um acervo – em termos mais práticos. Com o acúmulo das entrevistas de História Oral e o evidente aumento do número de livros, periódicos e demais fontes coletadas em arquivos durante as pesquisas, conjuntos produzidos com recursos de projetos de pesquisa, o espaço do LEGH começava a apresentar problemas de ocupação, acondicionamento e limpeza. Isso começou a ser pensado como demanda para as pesquisadoras do laboratório no sentido de ter de sistematizar, organizar e, posteriormente, disponibilizar para consulta parte do material, que também está em meio digital.

1 O Acervo bibliográfico

O acervo bibliográfico do LEGH, até o início de 2017, contabilizava mais de 1000 livros⁷, considerando apenas as coleções estabelecidas pelo esforço das pesquisadoras Eloisa Rosalen e Tamy Amorim da Silva, cujas planilhas ainda nos servem como instrumento de organização e recuperação da informação. Parte do acervo foi doado pela professora Cristina Scheibe Wolff, portanto nomeado como “Coleção Cristina”, contando com 219 títulos. Outra grande parte, 655 títulos, foi doada pelas professoras titulares e visitantes, e/ou adquirida ao longo da vida do Laboratório desde seus primórdios de “Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina”, que passou a se chamar “Laboratório de História

⁷ A contagem corresponde às planilhas de cadastro da coleção, as quais tive acesso no início de 2017.

Social” em 1993 e que, de 2006 até hoje, consolida-se como “Laboratório de Estudos de Gênero e História”. O restante, cerca de 130 títulos, corresponde a um acréscimo a essa coleção geral, identificado como “coleção LG” (LEGH Geral). Com a aquisição de livros pelo projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, o acervo foi ampliado em mais de 700 títulos. Desse modo, são pelo menos 1700 títulos⁸ compondo um rico acervo de obras historiográficas, filosóficas, literárias e feministas, conforme o que já registramos em sistema de informação apropriado.

Percebemos ser necessário pensar na sistematização do grande acervo bibliográfico e das entrevistas, que já se acumulavam às dezenas em 2016. Com o início do projeto e a proposição de novas entrevistas a partir de 2017, a organização do acervo se fez sentir com mais força por meio do trabalho coletivo de integrantes do laboratório, sob coordenação da mestrandia Binah Ire, cuja pesquisa versa sobre o acervo acadêmico de pesquisa do LEGH. Para tanto, utilizamos o BibLivre, um *software* aberto e gratuito de catalogação de bibliotecas que possibilita o cadastro de obras e usuários, tombamento, buscas, controle de empréstimos e a emissão de relatórios e etiquetas, possibilitando um controle organizado das entradas e saídas de obras do acervo. Como o LEGH usualmente empresta seus livros a estudantes, e com o aumento significativo de títulos adquiridos pelo Projeto Mulheres de Luta, o BibLivre foi proposto como ferramenta mais adequada às necessidades das usuárias⁹.

2 O acervo de entrevistas

Como já mencionamos, a diversidade de documentos abrigados no LEGH é fruto de diferentes pesquisas e viagens, o que, evidentemente, demanda tempo para organização, sistematização, catalogação e acondicionamento. Este trabalho, bastante moroso, vem sendo realizado aos poucos. Assim, priorizamos até o momento a organização do acervo bibliográfico e das entrevistas. Mas destaca-se também a riqueza de cópias e originais de periódicos, folhetos, discos, cartazes, panfletos, fotografias, coleções de acervos pessoais etc.

Do esforço de transcrição, revisão e organização por países, conseguimos provisoriamente apresentar a quantidade de entrevistas realizadas nos diferentes países do Cone Sul. Observa-se que a maioria das entrevistas

⁸ 1772 títulos cadastrados até junho de 2019.

⁹ Agradecemos às bolsistas Alina Nunes, Isa Maria Moreira Liz, Isabele Soares Parente, Gabriel Simon Machado, Glenda Lunardi, Jair Zandoná, Lara Lucena Zacchi e Luiz Augusto Possamai Borges, pela disposição em auxiliar na organização do acervo bibliográfico por meio da utilização do software aberto de gestão de Bibliotecas – BibLivre – para catalogar toda a coleção – exceto periódicos – entre 2018 e 2019.

foram realizadas com mulheres e, no caso do Brasil, o acervo aumentou significativamente com as entrevistas realizadas pelo projeto “Mulheres de luta”. Convém ressaltar que, com raras exceções, as entrevistas podem ser consultadas no espaço do Laboratório. Aos poucos, estamos trabalhando na organização para que, futuramente, pelo menos a maioria seja disponibilizada no Repositório da UFSC (<http://www.repositorio.ufsc.br>). Abaixo apresentamos o quadro atualizado de entrevistas do acervo, distribuídas da seguinte forma por países do Cone Sul:

Quadro 1. Número de entrevistas por países

País	Número de entrevistas
Argentina	23
Bolívia	31
Brasil	102
Chile	29
Paraguai	34
Uruguai	19
TOTAL	238

Fonte: As autoras, 2019.

Na produção de uma coleção de História Oral, cada entrevista gera quatro documentos: roteiro de entrevista, autorização para utilização da entrevista em pesquisa, áudio digital e transcrição. Vale destacar que os áudios de entrevistas gravados em fita cassete foram convertidos para áudio digital entre 2014 e 2015. Durante a execução do Projeto Mulheres de Luta houve também a gravação de entrevistas em vídeo, para a produção do *webdoc* que é parte do produto final deste projeto. Esses documentos permitem que a informação seja recuperada e utilizada com mais facilidade para citação, já que não é necessário transcrever os trechos selecionados, mas é possível ver/ouvir as entrevistas para ter um contato com a entrevistada que abranja mais os sentidos, ainda que já não mais no ambiente da própria entrevista, que por si só é uma experiência importante para as pesquisadoras.¹⁰

¹⁰ Sobre a metodologia da História Oral, ver: Alberti (2004), Vilanova (1994), Portelli (1997, 2006) e Amado e Ferreira (1998).

As entrevistas do acervo, podemos dizer, propõem uma compreensão para a história do período das ditaduras do Cone Sul que tematiza a importância da memória relacionando com os estudos no campo dos feminismos e do gênero. Dessa forma, construímos um acervo mais sensível para as emoções e subjetividades, para as narrativas de mulheres que, de diferentes maneiras, vivenciaram as experiências das ditaduras: clandestinidade, resistência, tortura, militância, associações de familiares e desaparecidos, sindicatos, produção intelectual, guerrilha, lutas políticas, exílio, feminismos, inserção em movimentos sociais, lutas armadas etc. Destacar essa perspectiva das entrevistas que abrigamos em nosso acervo é importante, pois, de acordo com Passerini (2011, p. 99), “em muitos casos, a história oral contribui fortemente com os esforços de ‘genderizar’ a História”. Nesse percurso, ao construir e organizar o acervo de entrevistas do LEGH vamos, aos poucos, contribuindo com uma história comprometida com as lutas políticas do século XX no Cone Sul, pois, como lembra Martha Ackeslberg, ao estudar a Guerra Civil Espanhola: “Uma história social mais completa deve reconhecer as diferenças de gênero nas fontes assim como nas nossas definições do que merece ser estudado, a fim de apresentar a complexidade total desses eventos e atividades” (ACKESLBERG, 1996-1997, p. 46).

3 As coleções doadas ao LEGH

Desde as primeiras pesquisas realizadas no LEGH, uma das características da relação das pesquisadoras com as entrevistadas foi procurar ter contato com outras informações, possíveis entrevistadas e, quem sabe, um novo documento que auxiliasse no tema pesquisado. Aos poucos, o LEGH foi recebendo livros, periódicos, documentos. Com a execução do projeto “Mulheres de luta”, essa perspectiva de ampliação de recolhimento de fontes documentais se alargou. Fragmentos de acervos pessoais foram oferecidos ao LEGH para subsidiar a pesquisa e, evidentemente, aceitamos entusiasmadas! Salienta-se que os acervos pessoais constituem, em diferentes arquivos e centros de documentação, conjuntos documentais importantes, cuja importância vem sendo reconhecida, pois, entre outras características, ajudam a compreender histórias e conhecimentos das personagens pesquisadas. Sobre esses fragmentos de acervos pessoais que recebemos no LEGH, como parte integrante do projeto “Mulheres de luta”, apresentamos dois exemplos, na expectativa de que essas coleções inspirem novas pesquisas.¹¹

¹¹ Sobre acervos pessoais, ver: HEYMANN, 2009.

3.1 Coleção Anita Pires

Anita Pires é natural de Santa Catarina, foi integrante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) enquanto cursava a Faculdade de Serviço Social. Foi presa logo no início do golpe militar de 1964, passando três meses confinada no Hospital da Polícia Militar, em Florianópolis. Depois disso, enfrentou muitos episódios de discriminação por ser vista como subversiva e comunista. Com muita resistência e mudanças para fugir dos julgamentos e isolamentos, acabou indo embora com a família para Paris, quando a hostilidade passou a atingir seus filhos, já em 1976. Quando retornou ao Brasil, em 1979, após a anistia, envolveu-se intensamente na construção do PMDB catarinense – Anita já era filiada ao MDB desde 1967 – e ocupou o cargo de Secretária Adjunta de Planejamento no primeiro governo de Luís Henrique da Silveira, além de ter sido candidata a deputada e a prefeita de Florianópolis.

A Coleção foi doada pela própria Anita Pires, em ocasião de entrevista concedida ao Projeto Mulheres de Luta durante a realização do evento 13.º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. O roteiro dessa entrevista consistia numa proposta de relatos de memórias que considerassem a trajetória pessoal, profissional e atuação política de mulheres que se identificaram e viveram o feminismo, os movimentos populares e as esquerdas dos anos ditatoriais e da abertura política. A trajetória de Anita Pires é marcada por suas relações com o movimento estudantil e partidos políticos, principalmente com o MDB de Santa Catarina, que pouco soube dar o devido espaço às movimentações políticas das mulheres do partido (MACHADO, 2018).

Essa coleção se constitui de duas séries, uma correspondente a duas pastas de recortes de imprensa e outra correspondente a títulos relacionados a estudos feministas e trajetórias políticas como a de Dilma Rousseff e a biografia da própria Anita Pires. Os cadernos de recortes reúnem *releases* e textos publicados em jornais do estado sobre a campanha para deputada constituinte, em 1986, e para deputada estadual, em 1990. Os títulos doados incluem um caderno relativo a um curso de capacitação política para mulheres, duas dissertações de mestrado sobre mulheres na política e textos relacionados às mulheres e ao feminismo, como o clássico de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*.¹²

¹² Publicado em 1976, o livro é resultado da pesquisa da autora para a tese de livre-docência, sob orientação de Florestan Fernandes, defendida em 1967. Pode ser considerada a primeira obra do feminismo materialista brasileiro, analisando a posição social da mulher no capitalismo numa perspectiva socialista, a condição da mulher brasileira numa perspectiva histórica, e levantando também questões sobre a influência da psicanálise nas ciências, crítica à teoria Freudiana sobre os sexos e discussão das obras de Margaret Mead na Antropologia.

3.2 Coleção Fanny Tabak

Também em 2017 entrevistamos pelo projeto “Mulheres de Luta” a professora Fani Tabak, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), feminista, estudiosa de narrativa poética e historiografia, modernidade e estudos de gênero. Na ocasião, a pesquisadora doou ao acervo do LEGH títulos variados do campo feminista, dentre eles publicações importantes de sua avó homônima, Fanny Tabak, socióloga formada pela Universidade Lomonosov e uma das pioneiras nas pesquisas sobre mulheres na ciência brasileira. A coleção foi resgatada por Fani Tabak no pequeno apartamento da avó, pouco antes do seu falecimento. Ela guardou alguns títulos e nos concedeu o restante¹³. O acervo pessoal de Fanny Tabak, segundo sua neta, foi em parte doado por ela mesma a algumas bibliotecas, sendo que muitos materiais foram descartados por ocasião da venda do seu apartamento. Por esse motivo, a coleção leva o nome da avó.

Fanny Tabak foi fundadora do Núcleo Acadêmico de Estudos sobre a Mulher (NEM) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o primeiro especializado em estudos sobre as mulheres numa Universidade brasileira, criado em 1980. Filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a pesquisadora teve atuação marcante no movimento de mulheres na década de 1940, participando da fundação da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), uma organização feminista surgida em 1949. A pesquisadora Iracélli da Cruz Alves (2017) retoma algumas informações a respeito das integrantes, fundação e pautas da FMB, ao discutir as relações do PCB com o feminismo. Ela alega que “no Brasil, parte do movimento feminista que se manifestou contra as normatizações de gênero antes da década de 1970 se desenvolveu no interior do PCB, fato ainda não evidenciado pela historiografia” (ALVES, 2017, p. 117).

Dentre os títulos doados por Fani Tabak, destacam-se as obras de autoria de Fanny Tabak, que consideramos raras e importantes para o estudo das relações entre mulheres, política e ciência, sob a ótica de uma mulher que viveu intensamente tanto a militância comunista quanto a feminista durante sua vida. São elas *Ideologias e Populismo* (1973); *Mulher e Política* (1982); *A Mulher e democracia no Brasil* (1987); *O Impacto da urbanização sobre a participação da mulher de baixa-renda: Favela do Vidigal* (1987); *Mulher brasileira no Congresso Nacional* (1989); *A nova ordem legal: mulheres na Constituinte* (1989), NEM-PUC/RJ; *A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos* (1994); *Mulheres públicas: participação política e poder* (2002); e *O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino* (2003)¹⁴.

¹³ Informações fornecidas via e-mail pela professora Fani Tabak.

¹⁴ Cf. LOPEZ, 2002.

Em entrevista à *Revista Com Ciência*, em 2003, por ocasião do lançamento deste último trabalho, Fanny Tabak fala um pouco de sua trajetória feminista. O livro foi resultado de seu trabalho de investigação sobre “a mulher” nos diversos âmbitos sociais, em especial a inserção das mulheres na vida científica e acadêmica nas universidades brasileiras nas décadas anteriores. A autora também foi uma das poucas mulheres a fazer parte da primeira geração de pensadores latino-americanos em ciência, tecnologia e sociedade, destacando-se seus estudos sobre participação feminina na política e na universidade, classificados como estudos feministas da Ciência e Tecnologia (VASCONCELOS; LIMA, 2016). Sobre o (não) reconhecimento das contribuições das mulheres às ciências, ela comenta:

Os dados fornecidos pela história da ciência revelam que as mulheres faziam ciência muito antes de serem reconhecidas. Lucia Tosi escreveu vários artigos sobre a presença da mulher na ciência. O que não havia era o reconhecimento, mas pelo contrário, a discriminação, sob a denominação de “bruxas”. Algumas morreram na fogueira. E muitas mulheres ficaram na sombra de seus “homens”, que recebiam os louros. Marie Curie é um caso excepcional (TABAK, 2003, s/p).

É notável que ainda enfrentemos desafios semelhantes aos descritos pela pesquisadora quando o próprio trabalho de Fanny Tabak não é fácil de encontrar em ferramentas de busca, na internet. São títulos difíceis de acessar tanto em exemplares físicos quanto digitais, o que torna valiosa a coleta realizada pelo LEGH. E, se entendemos que os acervos pessoais também são compostos pelas obras lidas e preservadas por quem as guarda, as obras de Fanny Tabak, doadas ao acervo, além de contar um pouco sobre suas leituras (feministas!), podem inspirar e auxiliar novas pesquisas, pois estão disponíveis no acervo do LEGH.

4 Arquivos pesquisados pela equipe “Mulheres de luta”

Se toda pesquisa tem uma história, uma pesquisa como a do Projeto “Mulheres de Luta” tem várias... No seu decorrer, diferentes pesquisadoras/es procuraram em diferentes acervos do Brasil informações que auxiliassem compreender o feminismo como um movimento social importante nas últimas décadas da história do país¹⁵, pois

¹⁵ Destacamos cinco acervos pesquisados para apresentar, mas as equipes também visitaram outros acervos, como o Acervo do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – Cefuria, em Curitiba. Nele, coletaram-se imagens de produções e registros feministas variados, de informes a jornais. O Cefuria é uma organização da sociedade civil voltada à educação popular e à formação política para o fortalecimento da organização popular em Curitiba, Região Metropolitana e interior do Paraná. As equipes também se utilizaram do acervo do próprio LEGH e de materiais recolhidos em arquivos públicos do Paraná, São Paulo, Brasília e Salvador.

[...] a principal problemática desta proposta é, portanto, a de que o feminismo tem sido um conflito social importante na sociedade brasileira, que se consolidou especialmente na sua interação com grupos de esquerda durante o período da Ditadura (1964-1985). Partimos de uma concepção de conflito social que abrange não somente as lutas por condições materiais de existência e lutas políticas no sentido tradicional, mas também lutas por mudanças culturais e lutas contra hierarquias e preconceitos, em especial os construídos a partir do gênero (MULHERES DE LUTA, p. 4).

Desse modo, as pesquisas realizadas no âmbito do projeto “Mulheres de luta” procuraram perceber o feminismo e a especificidade da sua constituição enquanto movimento social e conjunto de ideias no Brasil no período ditatorial e suas interfaces com as organizações e movimentos de enfrentamento da ditadura. Para a realização da pesquisa, pesquisamos em diferentes acervos, ampliando as informações e, ao mesmo tempo, realizamos mais entrevistas orais, o que ampliou o acervo do Laboratório. Em cada espaço pesquisado, mais cópias de documentos foram obtidas, enriquecendo o acervo do LEGH.

Sobre esses acervos, vale mencionar que a diversidade da forma organizacional também influenciou as nossas pesquisas. Nem todos estão devidamente catalogados, e aquele trabalho de perscrutar as fontes com a atenção voltada aos feminismos foi fundamental. Agora, já em época de apresentar alguns dos resultados possíveis por meio desse projeto, podemos dizer que a equipe foi sensível, não somente à problemática, mas, especialmente, ao olhar para as fontes documentais pesquisadas visando fazer cópias (com a devida autorização), com o objetivo de ampliar o acervo documental do LEGH. Os arquivos pesquisados foram vários e, abaixo, relacionamos alguns deles, um breve histórico e sua contribuição para a pesquisa “Mulheres de luta”.

As fontes coletadas nos arquivos de São Paulo durante a última etapa de pesquisa do Projeto Mulheres de Luta, em outubro de 2018¹⁶, remetem-nos a lugares bastante distintos entre si, com histórias de acumulação e acomodação de documentos que, a despeito das grandes diferenças, entrecruzam-se nas temáticas. Arquivos de base, como o Centro Informação Mulher (CIM) e o da União das Mulheres de São Paulo (UM-SP), contrastam com arquivos históricos universitários institucionalizados, como o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), o Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM/Unesp) e o Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP), voltados para o tratamento, guarda e difusão de conjuntos documentais provenientes de movimentos sociais, organizações e militantes políticos, entre outras personalidades e entidades. As limitações de acesso que o tratamento técnico dos arquivos exige acaba por parecer, muitas vezes, um encastelamento em

¹⁶ Na visita de pesquisa ao AEL estavam presentes Jair Zandoná, Lara Lucena e Luiz Augusto Possamai Borges.

torno dos acervos, o que pode destoar da proposta de difusão a partir dos acervos de movimentos sociais.

A despeito disso, todas as ações, institucionalizadas ou não, voltadas ao resguardo de dispositivos de memória como os documentos dos movimentos sociais se destacam pela influência que exercem como fontes para pesquisas históricas que abordam a efervescência política do século XX, especialmente nos casos dos movimentos sociais brasileiros que se estabelecem na resistência à ditadura de 1964. Os acervos que destacamos foram visitados pelas pesquisadoras vinculadas ao LEGH: Alina Nunes, Isa Maria Liz, Cíntia Lima Crescêncio e Tamy Amorim da Silva, que digitalizaram conjuntos relacionados às lutas das mulheres no período ditatorial, ampliando, dessa forma, o acervo de fontes feministas do LEGH.

4.1 Centro de Informação da Mulher – CIM

As informações que encontramos numa busca *online*, apesar de um pouco imprecisas, indicam que sob a guarda da artista e militante Marta Baião esteja um dos grandes arquivos do feminismo brasileiro. De acordo com a tabela disponibilizada pelo blog da organização, esses são alguns acervos e coleções guardados no Centro Informação Mulher: Associação das Mulheres de São Paulo, Associação Brasileira de Entidades Planejamento Familiar (ABEPF), *Jornal Brasil Mulher*, *Jornal Mulherio*, Mulheres do Centro Ecumênico (Cedi), Rede Mulher de Educação, SOS Mulher, Danda Prado, Florisa Verucci, Mariza Figueredo, Maria Carneiro Cunha, Maria Elisa Leonel, Rosa Beatriz Gouveia, Simone Raskin.

Em 2011, quando a organização foi despejada pela gestão de Gilberto Kassab na Prefeitura de São Paulo, o CIM contava com “12 mil livros, 1.700 títulos de periódicos, 3.060 cartazes nacionais e internacionais, sobre a história da vida e lutas das mulheres” (CUT, 2011). Segundo matéria publicada pela organização sindical, o CIM ocupava um espaço na Praça Roosevelt, 605, por conta de um decreto de permissão de uso concedido pela Prefeita Luiza Erundina, em 1991.

Por duas décadas, o CIM serviu também para acolher reuniões e atividades de muitos movimentos e grupos, pela localização central e característica de espaço. Tornou-se a sede de reuniões históricas para organização das manifestações do 8 de Março, entre outras mobilizações feministas. (CUT, 2011).

Isso fica evidente nos boletins do CIM¹⁷ recolhidos pelo LEGH, que trazem relatos dessas reuniões e de muitas atividades e discussões realizadas no espaço do CIM nesse período. Marta Baião defende que o arquivo

¹⁷ Publicações do grupo que traziam relatos das atividades, textos, prestação de contas e outras informações pertinentes à organização das feministas do CIM.

deve circular, por meio de iniciativas como a mostra “Fábrica de Imagens”, realizada no Espírito Santo e noticiada pelo G1 em julho de 2012, logo após a realocação da organização para o Edifício Regência, no Anhangabaú, para imóvel concedido pela União. A matéria jornalística afirma que “O CIM possui o maior acervo feminista da América Latina” (G1-ES, 2012), mas devemos ponderar que os acervos feministas não costumam ser pensados como tal, e acabam sendo reunidos a outros arquivos de movimentos sociais ou permanecendo em acervos pessoais e institucionais, sendo essa pessoalidade uma forte característica do que consideramos arquivos feministas.

No entanto, sem dúvida, podemos afirmar que o arquivo do CIM é um dos mais importantes arquivos feministas da América Latina. O local onde hoje se encontra instalado enfrenta problemas sérios de estrutura e acomodação dos materiais. Os louváveis esforços de organização e preservação das integrantes do CIM ajudam a amenizar os impactos desses problemas, enquanto seguem permitindo o acesso de pesquisadoras e divulgando o conteúdo do acervo em seus ativismos e “artivismos”. Em matéria publicada na *Revista Apartes*, na ocasião do Prêmio Heleieth Saffioti de 2016, concedido pela Câmara dos vereadores de São Paulo, os números apresentados foram 15 mil livros e 5 mil títulos de periódicos sob guarda do CIM:

Neste ano, o Prêmio Heleieth Saffioti buscou reunir no mesmo evento duas gerações de feministas [...] a premiação também homenageou o Centro Informação Mulher (CIM), surgido em 1979 com “a intenção de acumular, acervar, registrar a história da vida e luta das mulheres, já que a mulher não consta da história da humanidade”, conforme explica a artista e militante Marta Baião, presidenta do CIM. (SALVADORI, 2016).

As notícias sobre o CIM e informações a que tivemos acesso por pesquisa na internet se justifica pela ausência de maiores detalhes acerca da história de acumulação das coleções, nos vários artigos em que é citado como fonte de documentos históricos do feminismo e dos movimentos de mulheres. Pouco sabemos sobre suas fundadoras¹⁸, tampouco sobre o percurso entre a fundação, a mudança para a Praça Roosevelt, e o fatídico despejo. São informações que ajudariam a contextualizar o arquivo, fornecedor de fontes para pesquisadoras dos feminismos brasileiros desde pelo menos 1985. Segundo Marta Baião, com quem tivemos contato em visita ao CIM em março de 2019, o CIM tinha uma estrutura apropriada aos seus materiais no início de sua existência. Em catálogo digitalizado pela equipe do LEGH, e publicado em 1986, figura a primeira iniciativa de mulheres femi-

¹⁸ A Geógrafa Rosa Beatriz Gouvêa e a Bibliotecária Miriam Botassi têm seus nomes gravados em placa como feministas e fundadoras do CIM. As placas ficam acima das portas de duas salas onde parte do acervo é guardado.

nistas que sentiam falta de um “centro de informação e documentação que subsidiasse o movimento e, ao mesmo tempo, registrasse a história de suas lutas” (CIM, 1986). Desde 1979 esse grupo de mulheres vinha coletando e organizando documentos – livros, folhetos e artigos de periódicos –, e em 1981, com a constituição legal do grupo e a entrada de bibliotecárias, teve início “o trabalho efetivo de organização” (CIM, 1986).

No CIM, a equipe do Projeto digitalizou, em viagem realizada em outubro de 2018, os seguintes materiais: Periódicos: Chana com Chana [9], Mulher e Libertação [2], Maria Maria [5], Luta e prazer [1], Jornal Mulher [3], Sexo (Finalmente) Explícito [8], Fempress [27], BEMFAM: Sociedade Civil de Bem-estar familiar no Brasil [14]; Cartazes [168]; Panfletos: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde [2], gerais; Boletins: Círculo de mulheres Brasileiras em Paris [5], SOS Mulher [5], UM [1], CIM [1-6]; Relatórios: I Encontro de Mulheres Rurais de Viana; e Fotografias: Encontros feministas, manifestações, eventos e personagens reconhecidamente feministas.

4.2 União de Mulheres de São Paulo – UM-SP

A União de Mulheres de São Paulo, organização autônoma e feminista, foi fundada em 16 de dezembro de 1981. Terezinha Gonzaga Oliveira, uma das fundadoras, junto com Crimeia de Almeida, Amelinha Teles, Maria de Lourdes Rodrigues, Katia Antunes, entre outras, conta que a União foi fundada com 300 mulheres, num trabalho de base que vinha acontecendo desde pelo menos 1975 (NOSOTRAS, 2011). Esse trabalho contava com mulheres periféricas, engajadas em movimentos sociais de luta por creches e moradia e contra a carestia, além das militantes partidárias – como algumas das próprias fundadoras citadas, militantes do PCdoB – professoras e sindicalistas (OLIVEIRA, 2013). Por essa razão, a entidade, apesar de não estar subordinada a nenhum partido, trazia em seu bojo os ideais comunistas, anarquistas e feministas de autoras como Emma Goldman, Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo.

Foi na experiência das reivindicações sindicais e contra a ditadura que essas mulheres foram se dando conta da necessidade de encamparem as lutas feministas, muito por conta das relações tensas com os homens nos movimentos de esquerda e sindical, temperadas pelo silenciamento e desprezo dos companheiros pelas reivindicações específicas das mulheres. Já havia alguma experiência das militantes nos debates dentro do sindicalismo e das reuniões de mulheres, como o I Congresso da Mulher Metalúrgica e o I e II Encontros da Mulher Paulista, ocorridos entre 1978 e 1980. Já havia também larga experiência com “os tumultos que permeavam as reuniões e manifestações, além da falta de continuidade das atividades” (OLIVEIRA, 2013,

p. 14), o que tornou premente, para as integrantes da organização, a necessidade de constituírem uma associação autônoma feminista. Assim nasceu a União de Mulheres de São Paulo, que a partir de então esteve envolvida na luta pela anistia, participação democrática e todo tipo de reivindicações políticas das mulheres, especialmente as trabalhadoras.

Uma das principais iniciativas da UM-SP é o projeto de formação política de Promotoras Legais Populares (<http://promotoraslegaispopulares.org.br/>), voltado para a formação cidadã de mulheres no combate à discriminação e à opressão, oferecendo possibilidades de acesso à justiça, serviços e políticas públicas. Já são 22 anos de projeto e 30 anos de militância e organização política feminista levada a cabo pela UM-SP, constituindo-se como uma organização fundamental, tanto por sua intermediação com o Estado quanto por seu caráter autônomo e popular. Exemplo disso são ações como o Yayartes Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá, os cursos em parceria com outras instituições – tais como a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e Instituto do Legislativo Paulista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo –, os seminários, as rodas de conversa e os atos públicos, entre os quais o já consolidado 8 de Março e o Abraço Solidário às Mulheres em Situação de Violência. Todas essas ações visam ampliar o debate sobre os diferentes mecanismos de opressão patriarcal que historicamente afligem as mulheres no Brasil e em todo o mundo.

A equipe de pesquisa teve acesso ao acervo geral da União de Mulheres (SP), priorizando a digitalização das pastas organizadas por Crímeia de Almeida, militante do movimento estudantil em 1968, da resistência ao regime militar, ex-guerrilheira no Araguaia e ativista no feminismo, importante personagem na história da ditadura brasileira e da luta dos presos políticos por memória e justiça, incluindo a busca por documentos que comprovassem os crimes do Estado contra militantes. As pastas contêm boletins, jornais, correspondências, panfletos, fotografias da UM-SP e reportagens de periódicos públicos datando de 1981 a 1989, cada ano correspondendo a uma pasta. Foram digitalizadas também revistas como *Maria Maria* (2002), *Mulher* (1985), *Mulheres e Plural* (1978), e documentos referentes à produção sobre o 8 de março, organizada pelo Conselho da Condição Feminina, bem como o boletim *Estas somos nós*.

4.3 Cedem/Unesp e Cedic/PUC-SP

Os Centros de Documentação universitários são voltados a subsidiar pesquisas com fontes cuja proteção é menos garantida fora do espaço institucional. Geralmente, formam-se em torno de um ou mais conjuntos

documentais cuja importância é reconhecida por pesquisadores e aos poucos vão agregando novos conjuntos, retroalimentando a relação entre estrutura e conteúdo e pensando na coleta em relação às pesquisas acadêmicas de interesse. São organizações que têm como missão institucional a preservação e difusão de documentos e informações que tratam tanto da memória universitária quanto, nos casos em questão, dos movimentos sociais brasileiros. Ambos remontam à década de 1980 e estão relacionados às lutas contra a ditadura, quando a demanda por arquivos, por resguardar informações produzidas pelo regime, pela oposição e/ou outras manifestações sociais tornou-se determinante às pesquisas de ciências sociais e humanas.

O Centro de Documentação e Memória da Unesp foi criado por um grupo de historiadores da Universidade em 1987, liderado pelas professoras Anna Maria Martinez Corrêa, Teresa Malatian e John Monteiro. Concebido como um “lugar de memória” e investido de grande responsabilidade com a proteção documental, o Cedem nasceu a partir do interesse acadêmico e social despertado pela abertura democrática, pelas transformações causadas por esta nas universidades e pela valorização da pesquisa histórica utilizando-se de documentos “originais”. A criação do Cedem também se deve muito à criação do sistema estadual de arquivos em São Paulo, que oferecia um embasamento legal às iniciativas de organização de acervos documentais nas instituições públicas, fornecendo, portanto, um estofo de legalidade aos anseios do grupo.

No Cedem foi realizada uma busca por todos os cartazes digitalizados, sendo coletados cerca de 30 para o acervo do LEGH. Os fundos consultados foram: Asmob, Cemap e MST. Além dos cartazes, os seguintes conjuntos foram consultados para coleta de fontes para o Projeto Mulheres de Luta: Comitê Europeu Mulheres Brasileiras – Ano Internacional da Mulher (panfleto); Expediente sobre la tortura – Junho/1985 (reportagem em periódico); Feminismo e Linguagem (livro); Igreja Católica: Participação no Brasil – 1967-1979 (documentos variados); Mães em Luta (boletim) – n. 1 e 2; Mulher Paulista (periódico) – setembro/1981, n. 0; Organização da Seção Feminina do Comitê Central PCB – 1974 (boletins, documentos oficiais variados); Organização do Movimento Feminino no Brasil (2 pastas) – Paris, 1978 (boletins, documentos oficiais variados).

O Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Cedic/PUC-SP) foi criado em 1980, por iniciativa de professores, num contexto de intensa atividade das ciências humanas e de afirmação da Pós-Graduação na PUC-SP. Estruturou-se como centro de documentação com o objetivo de dar suporte à pesquisa e às atividades de ensino e extensão. A partir de 1986 passou a reunir, tratar e disponibilizar conjuntos documentais de movimentos sociais ligados à Igreja, como o

movimento estudantil e juventude operária, constituindo-se num espaço de preservação de documentos importantes para a memória dos movimentos sociais brasileiros, permitindo o aprofundamento de investigações históricas sobre a organização social no país (Cedic/PUC-SP, 2019).

No Cedic, a equipe do Projeto Mulheres de Luta se debruçou sobre as seguintes coleções: Movimentos pelos Direitos Humanos, Movimento de Mulheres, Movimento de/pelos Índios, Movimento pela Terra e Pastoral da Terra. Nas caixas correspondentes às coleções, encontram materiais diversos, tais como atas, ofícios, panfletos, periódicos e fotografias. Também consultaram a seção de cartazes de movimentos sociais mantidos pelo acervo do Cedic. Destaca-se o periódico da Fação Homossexual da Convergência Socialista (1981), documento raro e que foi separado junto aos demais para a digitalização, que ficou sob responsabilidade do Centro de Documentação para envio posterior.

4.4 Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/Unicamp

O Arquivo Edgard Leuenroth (<https://www.ael.ifch.unicamp.br/>) é considerado hoje o maior acervo em História Social do país, com mais de 120 conjuntos documentais, 13 mil títulos de periódicos, 25 mil livros, 12 mil rolos de microfimes, 60 mil fotografias, objetos e outros suportes sob sua guarda (AEL, 2016). Sua origem remonta aos esforços de coleta, organização e preservação de materiais produzidos pelo movimento operário e que remontam à formação do proletariado brasileiro, realizada pelo militante anarquista Edgard Leuenroth, uma figura importante na história das lutas operárias e do jornalismo praticado na imprensa alternativa. Líder da primeira greve geral, de 1917, Leuenroth começou a trabalhar aos 15 anos, como tirador de provas e tipógrafo no Jornal *Comércio de São Paulo*. Fundou seu primeiro jornal – o *Boi* –, com 16 anos, em que defendia a liberdade de expressão e pensamento e a imprensa livre (LOPREATO, 2009).

Edgard Leuenroth foi um jornalista engajado e militante anarquista entusiasmado desde o primeiro contato com essas ideias, foi fundador de jornais anarquistas, como o *Terra Livre* (1905) e *A Plebe* (1917), diretor do jornal anticlerical *A Lanterna*, entre 1909 e 1916, e trabalhou como redator, administrador e colaborador de vários periódicos. Seu “pendor vocacional” de arquivista, como ele mesmo afirmava, e a “mania” de guardar papéis, foram determinantes para a constituição do acervo entregue em 1968 à Unicamp, em meio a um clima de repressão muito intenso contra ideologias de esquerda e libertárias, como o comunismo, o socialismo e o anarquismo. Leuenroth organizou e dirigiu arquivos de vários jornais, como “A Noite (edição paulista), Jornal de São Paulo (em suas duas fases), A Época, Jornal do

Comércio (Recife) e trabalhou na renovação dos arquivos Folha da Manhã e O Globo (Rio de Janeiro)” (LOPREATO, 2009, p. 203), sendo essas experiências determinantes para a constituição de seu próprio acervo.

Pela amizade que tinha com Aziz Simão e Antônio Candido, e principalmente pelo respeito que inspirava entre anarquistas, comunistas e socialistas, o trabalho de arquivista de Leuenroth era considerado de fundamental importância para a história do anarquismo e da imprensa anarquista, e essas relações foram imprescindíveis para costurar o projeto de aquisição que levaria seu acervo para a Unicamp após a sua morte, começando a constituição do o que viria a ser o “Centro de Pesquisa e Documentação social”. Tanto é assim, que

Por volta dessa época certas coleções sobreviveram graças ao interesse de colegas norte-americanos: salvas, felizmente, mas infelizmente expatriadas. E consta que também estavam tentando comprar o arquivo de Leuenroth, pelo qual ofereceram cem mil dólares, por pouco não tendo levado a melhor (GALVÃO, 2010, p. 2).

Felizmente, mesmo num contexto de muita dificuldade política, os arquivos de Leuenroth não só sobreviveram como possibilitaram uma empreitada ainda maior. Ao longo de mais de 50 anos de história, o AEL ampliou muito a extensão e diversidade dos seus Fundos, incluindo temas como o sindicalismo, resistência à ditadura, personalidades das ciências sociais, movimento homossexual, negro e feminista, dentre outros¹⁹.

Considerações finais

Podemos notar que a noção de acervo está relacionada ao estatuto de coleção. Um acervo é constituído de intencionalidade, da qual as coleções se constituem. Dependendo do caso, um acervo pode equivaler a uma única coleção, ou a várias coleções temáticas ou nominais de documentos reunidas sob o signo de uma ou mais intencionalidades, o que Jacques Derrida (2001) chamaria de consignação. Algo (um nome ou um enunciado) que é característica comum ao conjunto, geralmente relacionado à origem do documento. É dessa maneira que os acervos são concebidos e produzidos, diferindo-os do corpo bruto do arquivo, o “fundo”²⁰, que, sob o movimento da consignação, apresenta a matéria-prima dos acervos possíveis.

¹⁹ Ver fundos consultados pela equipe do Projeto Mulheres de Luta em capítulo sobre o movimento homossexual, neste mesmo volume.

²⁰ O Fundo equivale ao arquivo na concepção dos arquivistas, dentro do qual sub fundos, coleções, séries e subséries podem se estabelecer. A nomeação do Fundo é a consignação primeira, aquela que simboliza a reunião do conjunto em torno do que os documentos têm em comum, o que pode corresponder à origem, temática ou função.

Na trajetória de pesquisas sobre Histórias das Mulheres no Brasil, os acervos se fundem e confundem com os arquivos. Fundos “orgânicos” e coleções intencionalmente criadas para fins de resguardo de memórias feministas, dos movimentos de mulheres e de suas integrantes, bem como coexistem com as marcas do gênero que se apresentam por meio dos documentos públicos e privados. Assim como no já consagrado slogan “o pessoal é político”, os arquivos pessoais de mulheres são, nos casos apresentados neste artigo, simultaneamente pessoais e políticos, porque a vida dessas mulheres não se desconecta dos seus acervos. Pontuamos que mesmo os acervos voltados aos registros dos movimentos sociais contam com um número significativamente menor de fundos nominais de mulheres, e o mesmo se dá nos arquivos públicos. Há, portanto, um “vazio arquivar” a ser preenchido quando se trata dos registros sobre mulheres e feministas.

Apresentar o trabalho desenvolvido pelo LEGH como um acervo acadêmico de pesquisa e um arquivo feminista é, de certa maneira, mostrar nossa resistência ao avanço do conservadorismo e da autoridade patriarcal e tensionar as relações já tão desiguais de gênero. Salientamos que, apesar da ampliação de um discurso populista de direita, que ousa valorizar as atrocidades cometidas no período da ditadura, as pesquisas e os trabalhos historiográficos produzidos a partir da documentação abrigada no acervo do LEGH somam-se a várias outras obras publicadas nas últimas décadas, analisando o período e, portanto, combatendo o revisionismo histórico com o rigor das histórias construídas a partir de fontes analisadas com o respeito e criticismo necessários à tarefa das historiadoras das mulheres e do feminismo.

Referências

ACKELSBURG, Martha. Arquivos, história social e história das mulheres. *Cadernos AEL*, n. 5-6, 1996-1997, p. 37-50. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2453/1863>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: história, memória e política. *Tempos Históricos*, v. 21, p. 107-140, 2017.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BLOG DO CIM. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://cimsport.blogspot.com/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

- CENTRO INFORMAÇÃO MULHER. *Catálogo CIM, 1985*. São Paulo: CIM, 1986. 192 p.
- CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lídia Schneider (org.). *Histórias de gênero*. São Paulo: Verona, 2017.
- CUT. Prefeitura de São Paulo despeja Centro de Informação da Mulher. CUT, São Paulo, 02 mar. 2011, 15h50. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/prefeitura-de-sao-paulo-despeja-centro-de-informacao-da-mulher-de-area-publica-3a98>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Cadernos AEL*, v. 17, n. 29, p. 13-29, 2010.
- G1. Exposição no ES conta história da mulher com fotos e cinema. *G1*, Espírito Santo, 24/07/2012 às 15h33 e atualizado em 24/07/2012 às 15h33. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/07/exposicao-no-es-conta-historia-da-mulher-com-fotos-e-cinema.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 205-213.
- HEYMANN, Luciana. O Indivíduo Fora do Lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.45 n. 2, p. 40-57, jul-dez 2009.
- LOPREATO, Christina. O (des)encontro do brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgard Leuenroth. *Verve*, n. 15, p. 201-221, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5072> Acesso em: 9 jul. 2019.
- LOPES, Margareth. As grandes ausentes das inovações em Ciência e Tecnologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000200012. Acesso em: 17 jul. 2019.
- MACHADO, Gabriel Simon. Violência política de gênero: um estudo sobre a trajetória de Anita Pires. In: Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, 17., 2018, Joinville. *Anais [...]*. Joinville: Univille, 2018, p. 1-13. Disponível em: <https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Histórias da Editora Mulheres. *Estudos Feministas*, v. 12, número especial - publicações feministas, p. 103-105, 2004.
- 30 ANOS da União de Mulheres de São Paulo. Direção: Elisa Gargiulo. Produção: Nosotras. São Paulo: Nosotras, 2011 (11 min) Publicado pelo canal

Nosotras. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=IOPHCulfWBI. Acesso em: 9 jul. 2019.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Dos Encontros à União: A formação da União de Mulheres de São Paulo. *CLIO - Revista de pesquisa histórica*, n. 31.2, julho-dezembro, 2013.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Feminismo, direitos e subjetividades: a União de Mulheres de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh-SP, 2011, p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312918903_ARQUIVO_textoanpuhIII.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

PASSERINI, Luiza. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, Feminino, Plural: Gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1. n. 2, p. 59-72, dezembro de 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Trad. de Maria Thezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SALVADORI, Fausto. Uma noite de femenagens. *Revista Apartes*, São Paulo, n. 19 mar.-abr., 2016. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antteriores/revista-apartes/numero-19/uma-noite-de-femenagens/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SILVA, Janine G.; PEDRO, Joana M.; WOLLF, Cristina S. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 71, p. 193-210, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n71/2316-901X-rieb-71-00193.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2019.

TABAK, Fanny. É tempo de incentivar a presença das mulheres na ciência. *ComCiência*, SBPC, LabJor. 10 fev. 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/mulheres/tabak.htm>. Acesso em: 26 jun. 2019.

VEIGA, Ana Maria. Acervos acadêmicos de pesquisa: possibilidades e desafios. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 68-85, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p68>. Acesso em: 9 jul. 2019.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes; LIMA, Márcia Maria Tait. Fanny Tabak e os primeiros passos dos estudos sobre ciência, tecnologia e gênero no Brasil. *REDES*, v. 22, n. 43, p. 13-32, 2016. Disponível em: <http://www.unq.edu.ar/advf/documentos/58e4ec1c6b673.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: MORAIS, Marieta (org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

2ª Semana da Mulher em Campinas

30º Congresso da União Nacional de Estudantes

A Mística Feminina

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Ação Popular (AP)

Adé Dúdú – Grupo de Negros Homossexuais

Agora é que são elas

Ala Vermelha do Pcdob

Albertina Costa

Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

Ana Carolina Teixeira Soares

Ana Maria Colling

Ana Maria Marques

Analba Brazão Teixeira

Angela Arruda

Ângela Diniz

Ângela Muniz

Angela Ro Ro

Ângela Xavier de Brito

Anna Bella Geiger

Ano Internacional da Mulher

Apinajé

Apurinã

Arabela Pereira Madalena

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

Assembleia Nacional Constituinte

Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Associação das Mulheres

Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciências Sociais (ANPOCS)

Ato Institucional nº5 (AI-5)

AUÊ/PE

AUÊ/RJ

Bando de Cá

Beatriz Benzano

Bemvirá

Bennet Informa

Betty Friedan

Boca do Lixo

Branca Moreira Alves

Brasil Mulher

Cadernos da Mulher

Carlos Marighella

Carmem Maria Craidy

Carmen Barroso

Carmen da Silva

Carmen Lucia Luiz

Carmen Silvia Rial

Carol Hanisch

Cassandra Rios

Católicas pelo Direito de Decidir

Cecília Whitaker Vicente de Azevedo Alves Pinto (Ciça)

Celso Furtado

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Centro da Mulher Brasileira (CMB)

Centro da Mulher Brasileira de São Paulo

Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB)

Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP)

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP-SP)

Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA)

Centro de Informação da Mulher (CIM)

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)

Centro Popular da Mulher

Chana com Chana

ChanaComChana

Che Guevara

Christine de Pisan

Cinema Marginal

Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (Círculo)

Clair Castilhos

Clube da Mulher de Campo do Paraná

Coletivo de Mulheres de Cinema e Vídeo do Rio de Janeiro

Coletivo de Mulheres Negras

Coletivo Feminista 8 de Março

Coligay

Comandos de Libertação Nacional (Colina)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Comitê Brasileiro pela Anistia

Comitê da América Latina e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)

Comitê de Anistia

Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior

Comitê de Mulheres em Paris

Comitê Europeu Mulheres Brasileiras
Comunidades Eclesiais de Base (CEB)
Conceição Cahú
Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher
Congresso de Ibiúna
Conselho Estadual da Condição Feminina (CEFC)
Conselho Indigenista Missionário
Conselho Nacional da Mulher
Constituição Federal de 1988
Contracultura
Convergência Socialista
Correio da Mulher
Crimeia de Almeida
Danda Prado
Década da Mulher
Delegacias de Ordem Política e Social
Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Desbunde
Dia Internacional da Mulher
Dinalva Oliveira Teixeira
Diretas Já
Dissidência da Guanabara (DI-GB)
Dora Barrancos
Dulce Maia
Edna Maria Santos Roland
Edward MacRae
Eliane Potiguara

Elice Muneratto

Elisabeth T. de Vargas e Silva

Elizabeth Souza-Lobo

Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

Encontro Nacional Feminista

Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista

Encontros do MMA/SC

Espaço Mulher

Estatuto da Mulher Casada

Estatuto do Índio

Eva Alterman Blay

Facção Homossexual da Convergência Socialista

Fala Preta

Fani Miranda Tabak

Fani Tabak

Fanny Tabak

Federação de Mulheres do Brasil (FMB)

Fernando Seffner

Ferro's Bar

Flora Tristan

Fotochoq

Frente Armada de Libertação Nacional (FALN)

Frente das Mulheres Feministas/Frente de Mulheres Feministas

Frente de Liberación Homossexual (FLH)

Fundação Carlos Chagas

Fundação Nacional do Índio

Gal Costa

Geledés

Gente Gay

Gilse Westin Cosenza

GOLS

Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR)

Grupo Brasília Mulher

Grupo de Ação Lésbica Feminista (Galf)

Grupo de Atuação Homossexual (Gatho)

Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa

Grupo Dialogay

Grupo Eros

Grupo Feminista "8 de Março"

Grupo Feminista 4 de janeiro

Grupo Gay da Bahia (GGB)

Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris/Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris

Grupo Mulher – Educação Indígena (Grumin)

Grupo Nós Também

Guerrilla Girls

Heleieth Saffioti

Helena Hirata

Helena Solberg

Heloneida Studart

Herbert Daniel

Hildete Pereira de Melo

Homem não entra

Huni Kuin

I Congresso da Mulher Gaúcha

I Congresso da Mulher Metalúrgica

I Congresso da Mulher Paulista

I Congresso de Mulheres

I Encontro Brasileiro de Homossexuais

I Encontro da Mulher Bancária

I Encontro da Mulher Catarinense

I Encontro da Mulher Cearense

I Encontro da Mulher Gaúcha

I Encontro da Mulher Indígena

I Encontro Nacional de Mulheres Negras

I Encontro Regional da Mulher Negra

Ignez Ramminger

II Congresso da Mulher Brasileira

II Congresso da Mulher Paulista

II Congresso dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Hidráulico de São Bernardo e Diadema

II Encontro da Mulher Catarinense

II Encontro da Mulher Gaúcha

II Encontro da Mulher Paulista

III Congresso da Mulher Paulista

III Encontro da Mulher Paulista

III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

Inês Castilho

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto da Mulher Negra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

International Women's Rights Action Watch

Irede Cardoso

Ivone Gebara

Jacira Vieira de Melo (Jacira Melo)
Jacqueline Pintanguy
James Naylor Green
Jessie Jane
Joana Lopes
João Quartim de Moraes
João Silvério Trevisan
Joênia Wapichana
Jornal Brasília Mulher
Jornal Causa Operária
Jornal da Mulher (Cabo)
Jornal Maria
Jornal Zero
Juruna
Juventude Estudantil Católica (JEC)
Juventude Universitária Católica (JUC)
Kaingang
Kanela
Kátia Almeida Braga
Kerexu Yxapyry
Krahô
Laklãnô Xokleng
Lampiã da Esquina
Lei do Divórcio
Leila Diniz
Lésbico-Feminista (LF)
Letícia Parente
Lia Zatz

Liberdade e Luta (Libelu)

Liberta

Libertus

Liliana Chiernajowisky

Lilith Vídeo

Loreta Valadares

Lua Nova

Luci Teresinha Choinacki (Luci Choinacki)

Lucia Maria de Souza

Madre Maurina Borges da Silveira

Maió de 1968

Manuela Ramos

Marcha contra a Guitarra Elétrica

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Márcia Meireles

Margarida M. Amaral Lopes/Margarida M. do Amaral Lopes

Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha Teles)

Maria Augusta Thomaz

Maria Barbosa (Irepxi)

Maria Betânia Ávila

Maria Bethânia

Maria Celizete Ribeiro Moreira

Maria Cristina Aranha Bruschini

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos

Maria Helena Darci de Oliveira

Maria Ignez Paulilo

Maria José Rosado-Nunes

Maria Luiza Heilborn

Maria Lygia Quartim de Moraes

Maria Maria

Maria Odila Leite da Silva Dias

Maria Quitéria

Maria Sem Vergonha

Maria Valéria Rezende

Mariação

Marisa Fernandes

Mariska Ribeiro

Marta Suplicy

Martha Aguñin

Mary Wollstonecraft

Memória Popular do ABC – Instituto Metodista de Ensino Superior

Ministério da Agricultura

Miriam Martinho

Miriam Pillar Grossi/Miriam Grossi

Moema Toscano

Monica Rabelo

Movimento Contra a Discriminação Racial

Movimento Contra Carestia

Movimento de Esquerda Revolucionaria (MIR)/Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)

Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC)

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC/RS)

Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC)

Movimento de Mulheres Rurais (MMA)

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)

Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

Movimento do Custo de Vida

Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)

Movimento homossexual

Movimento Lésbico-Feminista

Movimento Negro Unificado (MNU)

Movimento por Luta por Creches

Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)

Mulher ABC

Mulher e Força de Trabalho

Mulher e Política

Mulher Maravilha

Mulher Teresina

Mulheres Negras Nzinga

Mulherio

Museu de Arte de São Paulo (MASP)

Nélida Archenti

Nilma Lino Gomes

Norma Telles

Nós, Mulheres

Nosotras

Nouvelle Vague

Novo Cine Latino-americano

Novos Movimentos Sociais

Núcleo Acadêmico de Estudos sobre a Mulher - NEM

Núcleo de Ação pelos Direitos do Homossexual

Núcleo de Ação Sindical e Feminista

Núcleo de Defesa à Prostituta

Núcleo de Estudos da Mulher (PUC-Rio)

Nzinga Informativo

O Lampião da Esquina (Lampião)

O Pasquim

O Snob

Olivia Joffily

Olympe de Gouges

Operação Bandeirantes (Oban)

Organização das nações Unidas (ONU)

Organização de Mulheres Gaúchas

Organização de Mulheres Rurais (OMTR)

Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP)

Outra Coisa

Partido Comunista

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido Operário Comunista (POC)

Piratapuia

Placar

Presença da mulher

Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM)

Rede de Feministas Políticas

Relatório da Comissão Nacional da Verdade
Relatório Figueiredo
Relatórios Kinsey
Reserva Indígena de Nonoai
Revista Cláudia
Revista Estudos Feministas
Revista Vivência
Rita Moreira
Romy Medeiros
Rosalina Santa Cruz
Rose Marie Muraro
Rosely Roth
Ruth Escobar
S.O.S. Corpo/SOS Corpo
S.O.S. Mulher/SOS Mulher
Sandra Macedo
Seção Feminina do PCB
Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)
Semana dos Povos Indígenas
Sempreviva Organização Feminista (SOF)
Serviço de Proteção aos Índios
Sexo Finalmente Explícito
Silvana Afram
Silvia Pimentel
Simone de Beauvoir
Sindicato dos Bancários de São Paulo
Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo
Sistema Nacional de Informações (SISNI)

Sociedade Brasil Mulher

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Sociedade do Bem-Estar da Família (Benfam)

Somos (Guarulhos-SP)

Somos (Somos/MA)

Somos (Somos/RJ)

Somos: Grupo de Afirmação Homossexual (Grupo Somos/SP)

Sônia Guajajara

Suzana Primo dos Santos

Suzana Vermont

Teologia da Libertação

Teologia Feminista

Tereza Trautman

Terra Indígena Apinayé

Therezinha Zerbini

Tizuka Yamasaki

Tropicália ou Panis et Circenses

Tropicalismo

Um Outro Olhar

União das Mulheres

União das Mulheres Cearenses (UMC)

União das Mulheres de São Paulo (UM-SP)

União das Nações Unidas

União das Nações Unidas Indígenas

União Nacional dos Estudantes (UNE)

V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

Valéria Junho Pena

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Virginia Artigas

Xerente

Zuleika Alambert

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alina Nunes (alinanunes2@gmail.com) é graduada em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi bolsista de Iniciação Científica do CNPq pelo projeto “Políticas da Emoção e do Gênero nas resistências às ditaduras no Cone Sul” e integrante do Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”. Foi pesquisadora da Comissão da Memória e Verdade da UFSC (CMV/UFSC) e, atualmente, integra o LEGH.
ORCID: 0000-0002-2413-4666

Ana Rita Fonteles Duarte (anaritafonteles@uol.com.br) é professora doutora do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (Gepehg).
ORCID: 0000-0002-2469-6044

Barbara Popadiuk (barbarapopadiuk@gmail.com) é estudante de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), pesquisadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero da UEPG, atuou como bolsista de iniciação científica (Capes) do projeto “Mulheres de luta”.
ORCID: 0000-0002-4214-4606

Binah Ire (binahire@gmail.com) é arquivista, mestranda em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Bolsista Capes pelo Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, Edital Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais.
ORCID: 0000-0002-3326-2432

Camila Diane Silva (camiladiane@gmail.com) é doutoranda em História Global pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.
ORCID: 0000-0003-0836-9278

Cintia Lima Crescêncio (cintia.crescencio@ufms.br) é professora do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Três Lagoas/MS – Brasil. Possui mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Grupo de Pesquisa História, Mulheres e Femi-

nismo (Himufe) e realiza pesquisas no campo dos estudos de gênero, estudos feministas e humor.

ORCID: 0000-0002-2992-9417

Claudia Regina Nichnig (claudianichnig@gmail.com) é professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Mato Grosso do Sul, Brasil. É doutora no Programa Interdisciplinar em Ciência Humanas da UFSC, na área de Estudos de Gênero, pós-doutora em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS), em Toulouse/França. É mestra em História, graduada em História/UFSC e Direito/Univali.

ORCID: 0000-0002-9689-8112

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista de Produtividade do CNPq 1D. Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1998), pós-doutorado pela Universidade de Rennes 2 (França, 2005 e 2018) e Universidade de Maryland (2011). Fullbright Chair of Brazilian Studies, Universidade de Massachusetts/Amhers, 2017. É uma das fundadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e uma das coordenadoras editoriais da *Revista Estudos Feministas* (REF).
ORCID: 0000-0002-7315-1112

Elaine Schmitt (elaine.schmitt@gmail.com) é jornalista formada pelo Centro Universitário de União da Vitória (Uniuuv), especialista em História, Cultura e Patrimônio pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ORCID: 0000-0003-2197-320X

Eloisa Rosalen (rosalaneloisa@gmail.com) possui graduação (2011) e mestrado em História (2016) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), também pela mesma universidade.

ORCID: 0000-0001-5125-9969

Elyssan Frota dos Santos (elyssanfrota@gmail.com) é graduada em História pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Foi bolsista de Iniciação Científica do Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, com bolsa da Capes.
ORCID: 0000-0002-2832-3536

Erica Dantas Brasil (erica.brasil@nottingham.ac.uk) é professora do Departamento de Português e Estudos Latino-Americanos da Universidade de Nottingham (UON) – Inglaterra. Possui mestrado e doutorado pela Universidade de Nottingham. Realiza pesquisas no campo dos estudos de línguas e psicologia.
ORCID: 0000-0003-2565-2083

Giovana Ilka Jacinto Salvaro (giovanailka@gmail.com) possui mestrado em Psicologia e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, é docente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).
ORCID: 0000-0003-0884-1923

Gleidiane de Sousa Ferreira (gleidiane_cultura@hotmail.com) é professora Assistente do Departamento de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestre e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Durante a pós-graduação desenvolveu pesquisas situando-se no campo dos Estudos Feministas, de Gênero e da História das Mulheres.
ORCID: 0000-0002-2529-7993

Isa Maria Moreira Liz (isamariamliz@gmail.com) é graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), onde desenvolveu, entre 2018 e 2019, pesquisa como bolsista Pibic/CNPq nos Projetos “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” e “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras militares no Cone Sul”, com ênfase nas relações das freiras e da Igreja Católica à ditadura. Desenvolve pesquisa na área de historiografia católico-revisionista sobre a Inquisição Moderna e política do Vaticano.
ORCID: 0000-0002-5474-4641

Isabela Fuchs (isa.fuchs@gmail.com) é doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina na linha de pesquisa Histórias Entrecruzadas

de Subjetividades, Gênero e Poder. Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa. Bacharel em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Integrante do projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC).

ORCID: 0000-0003-3810-7543

Isabele Soares Parente (isabele.soares.p@gmail.com) é mestranda em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, Brasil. Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri (Urca). É pesquisadora do Núcleo de Estudos em Teoria Linguística e Literária (Netli) e integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), o Núcleo Literatual (Núcleo de Literatura Atual – Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade) e o Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular Behetçoho. É também membro da comissão editorial da *Revista Anuário de Literatura* (PPGL/UFSC).

ORCID: 0000-0003-0561-5488

Jair Zandoná (jzandona@gmail.com) é doutor e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. É um dos editores da *Revista Anuário de Literatura* (PPGL/UFSC), editor de resenhas da *Revista Estudos Feministas* (REF), integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Núcleo Literatual. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado no LEGH/UFSC.

ORCID: 0000-0002-4301-9436

Janine Gomes da Silva (janine.gomesdasilva@gmail.com) é doutora em História, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH/UFSC e do Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC. Atualmente coordena a pesquisa “Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina)”, financiado pelo CNPq.

ORCID: 0000-0003-2866-2981

Joana Maria Pedro (joana.maria.pedro@ufsc.br) é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1A, professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, dos Programas de Pós-Graduação em História e do Interdisciplinar em Ciências Humanas. É também pesquisadora do IEG – Instituto de Estudos de Gênero. Tem experiência na área de História, com ênfase em

História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo, gênero, relações de gênero, história das mulheres, memória, história oral, história do tempo presente e história comparativa.

ORCID: 0000-0001-5690-4859

Jozileia Daniza Jacobsen (danikjj@gmail.com) é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, Brasil. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2016). Coordenadora pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena UFSC (atual). Especialista em Educação de Jovens e Adultos Profissionalizantes – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2012). Graduada em Geografia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó (2010).

ORCID: 0000-0002-6321-7210

Juliana Salles Machado (julianasallesmachado@gmail.com) é professora adjunta na Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju, Brasil. Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (2002), mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2005) e doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio no exterior como parte do Doutorado Sanduíche CNPq na University College London (UCL) e pesquisa de pós-doutorado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo por meio de um projeto colaborativo (bolsista Pós-Doc Fapesp e Capes/PNPD) com a população indígena Laklãnõ Xokleng, em Santa Catarina. É professora colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (desde 2016), onde foi também Professora Visitante, e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente, coordena o projeto “Territorialidades Ameríndias no Alto Vale do Itajaí”, vencedor do prêmio Elisabete Anderle da Fundação de Cultura do Estado de Santa Catarina em 2017, e o projeto “Fág.Tar. A Força delas. Mulheres e territorialidades no presente/passado entre sociedades indígenas e tradicionais no Brasil”, financiado pelo Edital Universal 2018/CNPq, construído colaborativamente com uma rede de mulheres indígenas e não indígenas em diversos biomas brasileiras. Coordena o Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (Leia/UFSC).

ORCID: 0000-0002-1383-6451

Karina Janz Woitowicz (karinajw@gmail.com) é professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS e doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutora em Comunicação pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal). É uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero da UEPG.
ORCID: 0000-0002-7644-8560

Lara Lucena Zacchi (laralucenaz1@gmail.com) é graduada do curso de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Integra o quadro de pesquisadoras/es associadas/os do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Dedicar-se à área dos estudos de gênero, história das mulheres e os estudos acerca da memória nos contextos das ditaduras militares do Cone Sul.
ORCID: 0000-0002-6295-2336

Larissa Viegas de Mello Freitas (mellofreitas.larissa@gmail.com) possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde pesquisou trajetórias de militância e identificação com o feminismo das mulheres camponesas do Brasil e do Paraguai. Atualmente é doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, pesquisando mobilizações e produção de narrativas feministas em blogs e redes sociais virtuais.
ORCID: 0000-0002-2175-9142

Luciana Carlos Geroleti (geroleti@gmail.com) é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada e mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina.
ORCID: 0000-0001-7647-0074

Luísa Dornelles Briggmann (luisa.briggmann@gmail.com) é doutoranda em História pelo Departamento de História da Universidade Federal Santa Catarina. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes pelo Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”.
ORCID: 0000-0002-5882-4315

Luiz Augusto Possamai Borges (luizaugustopossamai@hotmail.com) é graduando do curso de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), com bolsa PIBIC/CNPq. Se debruça nas áreas relacionadas aos estudos de gênero, feminismos, homossexualidades e emoções nas ditaduras do Cone Sul.
ORCID: 0000-0002-6250-8761

Marcelo Gonzalez Fagundes (marcelogbrasil@gmail.com) é professor assistente do curso de História na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e doutorando em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na linha de pesquisa de História Indígena, Etnohistória e Arqueologia. Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc, 2001) e graduação em Ciências Sociais pela UFSC (2005). Mestre em História Cultural pela UFSC (2008) e mestre em História do Mundo Hispânico pela Universitat Jaume I Espanha (2009). Trabalhou na Fundação Nacional do Índio (Funai), atuando junto às comunidades indígenas Apinajé no Tocantins.
ORCID: 0000-0002-3998-011X

Maria Helena Lenzi (m.h.lenzi@ufsc.br) é doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.
ORCID: 0000-0003-0729-2328

Sarah Pinho da Silva (sarah.silva@aluno.uece.br) é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Bolsista Funcap.
ORCID: 0000-0001-7694-3732

Soraia Carolina de Mello (soraiacarolina.ufsc@gmail.com) é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente é professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Contribui desde 2005 com as equipes de pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, em ensino, extensão e com pesquisas focadas na história dos feminismos e do trabalho doméstico. Foi pós-doutoranda PNPd-Capes do projeto “Mulheres de Luta” entre 2017 e 2018.
ORCID: 0000-0002-3647-2136

Tamy Amorim da Silva (tamyamori@gmail.com) é doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do LEGH desde a graduação em História, possui pesquisas voltadas à participação de mulheres na resistência às ditaduras civis-militares no Cone Sul, com enfoque no Paraguai. É orientanda da professora doutora Cristina Scheibe Wolff e bolsista Capes/DS.
ORCID: 0000-0003-4009-987X

Tauana Olívia Gomes Silva (tauana.olivia@gmail.com) é graduada em História pela Universidade Vale do Rio Doce. Mestra e doutora em História pela Université Rennes 2 (França em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina). Seu tema de pesquisa é a atuação política de mulheres negras.
ORCID: 0000-0003-4180-7102

REALIZAÇÃO E APOIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**



**Universidade Estadual
de Ponta Grossa**



CAPES